

Estudos Históricos

Pedro Puntoni

A GUERRA DOS BÁRBAROS POVOS INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO NORDESTE DO BRASIL, 1650-1720



Na segunda metade do século XVII, a expansão da fronteira colonial na América portuguesa criou novas zonas de contato e fricção com as populações autóctones, nem sempre integradas ou subjugadas pela força militar ou pela iniciativa dos missionários. No caso das capitanias do norte do Estado do Brasil, onde se estabelecera um sistema econômico e social baseado na produção de açúcar, o processo de expansão da economia colonial implicou duas formas distintas de apropriação do território e de organização social. De um lado, a zona produtora da mercadoria de exportação, o açúcar, e do sistema produtivo coadjuvante (alimentos, tabaco etc.). De outro, a zona da pecuária: o sertão. Para esta região convergiam as tensões e conflitos resultantes da expansão territorial da Colônia. Tensões essas agravadas com o desenrolar dos acontecimentos das guerras holandesas, que envolveram na dinâmica conflituosa do mundo colonial vários povos autóctones de maneira irreversível. Com efeito, entre 1651 e 1704, o sertão foi palco de uma série de conflitos entre os povos indígenas e os colonos luso-brasileiros — conflitos que em seu conjunto foram conhecidos na época como a *Guerra dos Bárbaros*, porque por “bárbaros” se tomavam os indígenas que imaginavam estar “invadindo” as fronteiras do Império português e cristão.

Apesar de alguns historiadores procurarem interpretá-la como um movimento unificado de resistência (como uma “confederação”), essa caracterização é coeva aos acontecimentos, participando da lógica de extermínio a que chegou a política indigenista do Império. Resultado de diversas situações criadas com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e “limpar” as terras para a criação do gado, esta guerra envolveu vários

→

ESTUDOS HISTÓRICOS

TÍTULOS EM CATÁLOGO

- Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, Fernando Novais
Metamorfoses da Riqueza — São Paulo, 1845-1895, Zélia Maria Cardoso de Mello
O Engenho (vol. I), Manuel Moreno Fraginals
Pré-Capitalismo e Capitalismo (A Formação do Brasil Colonial), Sedi Hirano
O Engenho (vols. II e III), Manuel Moreno Fraginals
A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920), Barbara Weinstein
Europa, França e Ceará: Origens do Capital Estrangeiro no Brasil, Denise Monteiro Takeya
A Independência do Brasil, Carlos Guilherme Mota & Fernando Novais
A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império, Wilma Peres Costa
Na Bahia Contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798, István Jancsó
Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913, Ana Lúcia Duarte Lana
Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX, Walter Fraga Filho
Colônia e Nativismo: A História como "Biografia da Nação", Rogério Forastieri da Silva
Portugal na Época da Restauração, Eduardo D'Oliveira França
A Nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820), Karen Macknow Lisboa
Barrocas Famílias (Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII), Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Uma República de Leitores: História e Memória na Recepção das Cartas Chilenas (1845-1989), Joaci Pereira Furtado
O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808), Marco Antonio Silveira
Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980, Wenceslau Gonçalves Neto
A Ciência dos Trópicos: A Arte Médica no Brasil do Século XVIII, Márcia Moisés Ribeiro
A República Ensina a Morar (Melhor), Carlos A. C. Lemos
A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822), Márcia Regina Berhel
Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira, Rafael de Bivar Marquese
A Miserável Sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul (1621-1648), Pedro Puntoni
Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas, Junia Ferreira Furtado
A República Ensina a Morar (Melhor), Carlos A. C. Lemos
A Historiografia Portuguesa, Hoje, José Tengarrinha
Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI, Antonio Carlos Robert Moraes
A Bahia e a Carreira da Índia, José Roberto do Amaral Lapa
A Imigração Portuguesa no Brasil, Eulália Maria Lahmeyer Lobo

A GUERRA DOS BÁRBAROS POVOS INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO NORDESTE DO BRASIL, 1650-1720

Parabéns,
o maior livro coleja
com esperanças de
frutífero diálogo.

Monti
2010

DO MESMO AUTOR, NA MESMA COLEÇÃO, NA EDITORA FUCITEC

A Miserável Sorte: a Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1998

PEDRO PUNTONI

A GUERRA DOS BÁRBAROS
POVOS INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO
DO SERTÃO NORDESTE DO BRASIL,
1650-1720



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Comissão Editorial José Mindlin (Presidente)
Laura de Mello e Souza
Murillo Marx
Oswaldo Paulo Forattini
Plínio Martins Filho

Diretor-presidente Plínio Martins Filho
Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Eliana Urabayashi
Diretora Administrativa Angela Maria Conceição Torres
Editor-assistente João Bandeira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Puntoni, Pedro

A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720 / Pedro Puntoni. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. – (Estudos Históricos; 44)

Bibliografia

ISBN 85-271-0568-3 (Hucitec)

ISBN 85-314-0684-6 (Edusp)

1. Brasil – História – Período colonial 2. Brasil, Nordeste – História 3. Índios da América do Sul – Guerras – Brasil, Nordeste 4. Povos indígenas – Brasil, Nordeste I. Título. II. Título: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. III. Série.

02-0803

CDD-980.413

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Sertão Nordeste: Povos indígenas: Guerras: Período colonial: História 980.413
2. Guerras: Povos indígenas: Sertão Nordeste: Brasil: Período colonial: História 980.413

Direitos reservados à

Editora Hucitec Ltda.

Rua Gil Eanes, 713 – 04601-042 – São Paulo – SP – Brasil

Tel. (0xx11) 5044-9318 – (0xx11) 5543-5810 (área comercial) – (0xx11) 5093-5938 (fac-símile)

www.hucitec.com.br – e-mail: hucitec@terra.com.br

Co-edição com a

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374

6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Fax (0xx11) 3091-4151 – Tel. (0xx11) 3091-4008/3091-4150

www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2002

Foi feito o depósito legal.

“L’ignorance du passé ne se borne pas à nuire à la compréhension du présent; elle compromet, dans le présent, l’action même.”

MARCH BLOCH. *Apologie pour l’Histoire ou Métier d’historien*, 1949.

“O meu intento neste trabalho foi servir ainda cá aos índios, já que não posso mais fazer lá [...].”

BERNARD DE NANTES. *Katecismo Índico da língua Kariri*, 1707.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	<i>pág.</i> 13
Agradecimentos	18
1. NO ÍNTIMO DOS SERTÕES	21
A pecuária e os caminhos do sertão	22
Minas de salitre	29
Fazendas e currais	34
Resistência indígena e extermínio	43
2. O PAÍS DOS TAPUIAS	49
O "muro do demônio"	61
A missionação entre os tapuias	71
Confederação dos cariris?	77
3. GUERRAS NO RECÔNCAVO	89
Jornadas do sertão, 1651-1656	91
A Guerra do Orobó, 1657-1659	97
A Guerra do Aporá, 1669-1673	107
As guerras no São Francisco, 1674-1679	116
4. A GUERRA DO AÇU	123
A campanha de Antônio de Albuquerque Câmara, Domingos Jorge Velho e Manuel Abreu Soares, 1687-1688	133
A campanha de Matias Cardoso de Almeida, 1690-1695	145
A rendição dos janduí, 1692	157
Guerra ofensiva x guerra defensiva	163
O terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro	177

10 SUMÁRIO

5. O TERÇO DOS PAULISTAS	pág. 181
A "guerra do Brasil"	186
A Guerra dos Bárbaros e as jornadas do sertão	192
Paulistas e os "ares do sertão"	196
Cabos e soldados	202
Dinheiro e farinha	210
ICONOGRAFIA	225
6. PAULISTAS x MAZOMBOS	241
O massacre no Jaguaribe, 1699	243
Uma guerra injusta	245
A devassa de João de Matos Serra	255
Armas de fogo	266
Da prisão do mestre-de-campo à dissolução do terço	271
EPÍLOGO	283
Anexo 1. Quadro cronológico	291
Anexo 2. Reis, governadores e capitães-mores	293
Anexo 3. Missões e aldeamentos no sertão nordeste do Brasil no século XVII	295
Anexo 4. Tratados de paz, 1692-1697	300
Anexo 5. O terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro em 1698	305
FONTES E BIBLIOGRAFIA	307
Índice das tabelas e dos mapas	
Tabela 1. Distribuição das etnias no terço do mestre-de-campo Moraes Navarro	206
Tabela 2. Motivo das baixas no terço de Moraes Navarro	209
Tabela 3. Valor das contribuições previstas na finta de 1654 para a jornada do sertão, segundo as companhias das ordenanças	215
Tabela 4. Valor dos soldos no terço do mestre-de-campo Moraes Navarro e estimativa de custos totais	217
Tabela 5. Dinheiro despendido com o terço do mestre-de-campo Moraes Navarro, 1698-1702	219
Mapa 1. Bahia, Pernambuco e capitanias anexas, século XVII	23
Mapa 2. O Recôncavo Baiano e o sertão de dentro, século XVII	93
Mapa 3. Pernambuco e as capitanias anexas, século XVII	130

ABREVIATURAS

ARQUIVOS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador
Ajuda	Biblioteca do Palácio da Ajuda. Lisboa
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa
BNP	Biblioteca Nacional de Paris. Paris
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal

COLEÇÕES DE DOCUMENTOS IMPRESSOS E PERIÓDICOS

ABN	Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro
ACS	Atas da Câmara, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Salvador
ACSP	Atas da Câmara da Vila de São Paulo. São Paulo
AMP	Anais do Museu Paulista. São Paulo
CSS	Cartas do Senado, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Salvador
DH	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro
RAM	Revista do Arquivo Municipal. São Paulo
RMP	Revista do Museu Paulista. São Paulo
RGCSF	Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo
RIAP	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro
RIHGC	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Fortaleza
RIHGRN	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal

PREFÁCIO

“MUITA CONFUSÃO. Muita luta. Muito mistério.” É assim que Câmara Cascudo define a guerra dos índios no sertão do Rio Grande, entre 1687 e 1704. Nas suas palavras, “a maior [campanha] que o Brasil conheceu em todos os tempos”.¹ Este episódio da Guerra dos Bárbaros, conhecido como a Guerra do Açu, em razão da ribeira do rio que abrigou a maior parte dos combates, foi sem dúvida o mais importante do longo ciclo de guerras movidas contra os povos do sertão nordestino. A Guerra dos Bárbaros, iniciada no que chamamos aqui as Guerras no Recôncavo Baiano (1651-1679), marcou o destino da América portuguesa e das civilizações indígenas que resistiam à sua expansão. Na verdade, mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que de um movimento unificado de resistência. Estes conflitos envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do *sertão norte*: o atual Nordeste interior do Brasil, que compreende a grande extensão de terras semi-áridas do leste do Maranhão até o norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco), englobando parte do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte,² da Paraíba e de Pernambuco.

Um dos episódios mais violentos de nossa história, a Guerra dos Bárbaros foi também um dos mais longos (1651-1704), concorrendo com as guerras dos Palmares, ocorridas na mesma época. Contudo, apesar da

¹ Luís da Câmara Cascudo. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, 1955, p. 96.

² Neste livro, a capitania do Rio Grande é nomeada sem o adjeto “do Norte”, que passou a ser corrente após 1737 para diferenciá-la da capitania do Rio Grande de São Pedro, depois Rio Grande do Sul.

vasta quantidade de documentos — muito maior, aliás, do que a relativa à “Tróia negra” —, muito pouco foi escrito sobre ela, e isso por vários motivos. Primeiro, certo desencantamento da historiografia por um período de nossa história tão importante, mas cujo trato com a documentação parecia muito árduo. Comprimida entre as guerras holandesas e a descoberta do ouro em Minas, com todo o encanto do século das Luzes, a segunda metade do século XVII, “diante da pletora arquivística do Brasil Holandês”, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, “faz ainda hoje figura de parente pobre”. Pois “são raras as fontes narrativas; a documentação, quase toda monotonicamente administrativa, é de consulta difícil e penosa e, mercê deste caráter oficial, exclui automaticamente grandes fatias do passado colonial”. De maneira que esta documentação impossibilitou “as sínteses de período, tão ao gosto da historiografia oitocentista”.³ Capistrano de Abreu, que entendia do assunto, confessava em 1887 a seu amigo Rio Branco que o que mais lhe seduzia era “o século XVII, principalmente depois da guerra holandesa”. Na obra de Varnhagen, nas suas palavras, “tirando o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher essas lacunas é portanto o meu interesse principal. Para o estado do Maranhão, o problema não é difícil, mas para o resto, sem crônicas e apenas com documentos oficiais, parece-me tarefa árdua”.⁴ Varnhagen, com efeito, não dedica mais que duas páginas à Guerra dos Bárbaros na sua *História Geral do Brasil*, nas quais conclui, com adágio de fazendeiro: “Nas capitâneas do Ceará e Rio Grande davam então os índios muito o que fazer”.⁵ Com exceção do tratamento dado ao episódio dos Palmares, impulsionado com o fortalecimento do movimento negro, e o espaço conquistado pelo escravo na historiografia moderna, principalmente de cepa marxista, que se preocupou em analisar a dinâmica das classes no período formativo de nossa nação, nada, quase nada, ficou do período.

³ Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 12.

⁴ Carta a Rio Branco, 30/3/1887. J. H. Rodrigues (ed.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, 1954, vol. 1, p. 113. Capistrano de Abreu, desta vez em carta a João Lúcio de Azevedo (14/9/1916), explicava que “o ideal da história do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas passasse aos sucessos estranhos a tais sucessos”. Não acreditava, contudo, que tal coisa pudesse ser feita de imediato: “talvez nossos netos consigam ver isto”. Citado na “introdução” de José Honório Rodrigues aos *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 12.

⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. São Paulo, 1975, tomo 3, p. 256.

O segundo motivo ainda pertence ao âmbito da documentação, que não apenas dificulta a pesquisa, como de fato não registrou a série de conflitos com a dimensão pertinente. O fato é que pouco interessava à mísera epopéia portuguesa nos trópicos a seqüência quase ininterrupta de assassinios e massacres que acabaram, por pouco, reduzindo os povos autóctones até a sua completa extinção. Dessa maneira, os depoimentos, os relatos e os testemunhos ficaram por séculos guardados no recôndito de uma documentação administrativa, referida às mercês e promoções de funcionários da Coroa, às políticas mesquinhas que mais diziam respeito à contabilidade das fazendas ou aos arreglos entre pequenos poderosos, leais súditos, do que à história dos homens. Não há sequer uma crônica coeva dos acontecimentos. O historiador dessas guerras se vê, então, diante de um papelório no qual deve garimpar, aqui e acolá, pequenos indícios, com base nos quais poderá formar uma visão mais abrangente dos sucessos.

Por fim, como na época não havia interesse em sequer registrar quem se aniquilava (e, como veremos, esta é sem dúvida uma das mais chocantes complicações encontradas pelo historiador; afinal, quem eram os bárbaros?), isso ecoava, sem dúvida, na historiografia oitocentista, formadora dos cânones factuais de nossa História. A lengalenga indianista de nossos românticos, primeiros historiadores, não vingara para além da pura afirmação do mito de um índio ancestral, espécie de elemento referencial na reconstrução historicista da literatura romântica e de símbolo privilegiado da especificidade da pátria. Neste momento, afora a *Confederação dos Tamoios*, que Gonçalves de Magalhães publicou no mesmo ano em que Varnhagen trouxe a lume o primeiro volume de sua *História* (1857), quase nada mais se escreveu sobre a resistência indígena ao invasor europeu. Os índios ficaram, por muitos anos, assunto apenas dos arqueólogos ou dos antropólogos. Foram estes, enfim, que trouxeram, pouco a pouco, a necessidade de se escrever a história destes povos. Fenômeno que ganhou impulso, como já foi dito, com a nova carta constitucional de 1988, que garantiu direitos aos habitantes ancestrais do (hoje) território nacional, como que reconhecendo, desse modo, séculos de lutas por sua sobrevivência.

Em nosso século, a história da Guerra dos Bárbaros já havia sido timidamente tratada por duas vertentes da historiografia. Uma primeira, a historiografia regional, cearense, potiguar ou pernambucana, inscreveu os episódios na cronologia local ou, ao correr da pena, na biografia dos pró-homens. Mais recentemente, historiadores como Carlos Studart Filho, para o Ceará, e Olavo de Medeiros Filho, para o Rio Grande do Norte, atualizaram em termos modernos esta perspec-

tiva local.⁶ Em São Paulo, já que os “bandeirantes” se haviam metido indelevelmente nas guerras do Nordeste, a historiografia regional produziu talvez a melhor cronologia, na letra de Affonso de Taunay. Seu estudo, contudo, está quase que restrito à análise da documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicada integralmente, para o assunto, nas páginas da série *Documentos Históricos*. Inserido na sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, o episódio da Guerra dos Bárbaros ganhou até uma edição em separata nas páginas da *Revista do Arquivo Municipal*.⁷ Outros conterrâneos seguiram esses passos e nos deixaram páginas sobre tais guerras, algumas vezes até um pouco constrangedoras, nas crônicas das atividades desses sertanejos.

Uma segunda vertente está relacionada a uma tentativa de escrever uma história da resistência indígena e articula-se, assim, com as perspectivas renovadas da história dos índios. Trata-se de um capítulo, na verdade, do estudo mais compreensivo de John Hemming, sobre a conquista dos índios “brasileiros” (*sic*), e do livro de Maria Idalina da Cruz Pires, *Guerra dos Bárbaros*.⁸ Esta autora, com efeito, foi a primeira a ultrapassar o universo restrito da documentação da Biblioteca Nacional, incorporando pesquisa nos papéis do Arquivo Histórico Ultramarino. Originalmente dissertação de mestrado, este livro, que é referência obrigatória à história da Guerra dos Bárbaros, restringe-se, porém, ao episódio aqui denominado “Guerra do Açú”, não focalizando a Guerra de maneira integral, como ela mesma explica. Hemming, por sua vez, está preocupado em historiar a conquista e o desaparecimento desses “índios brasileiros”, mas com interesse muito mais voltado para sua situação presente. De toda maneira, ainda estava por fazer uma narrativa minuciosa dos acontecimentos, pelo menos o quanto permitisse o maior esforço de pesquisa.

A perspectiva desse trabalho é inserir esses conflitos no quadro mais compreensivo da formação de uma sociedade na periferia do Antigo Sistema Colonial. A dinâmica da série sucessiva de batalhas e recontros, que se articulam nesse todo chamado de Guerra dos Bárbaros, foi procurada sobretudo na estratégia militar implementada no contexto me-

sológico do sertão e em suas conexões com as políticas indigenistas em prática. Neste sentido, procurei compreender os novos padrões que se imprimiam no relacionamento do Império com as nações indígenas, tomadas, desde então, como estorvo à expansão e ocupação do território. Em outras palavras, se as guerras seiscentistas estão na raiz dos mecanismos de aniquilamento destas humanidades originárias — constituindo o preâmbulo do genocídio que seria em grande medida completado ao longo de século XIX —, o que vimos surgir no decorrer da Guerra dos Bárbaros foi uma nova orientação política do Império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte. Diferentemente do século XVI, quando, em contato com os grupos tupis da costa e no contexto de afirmação do domínio, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão. É certo que os Quinhentos assistiram a guerras implacáveis contra os habitantes originais, como os cactés, que haviam comido o bispo Sardinha, ou os aimorés e mesmo os tamoios, massacrados pelo governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, no ano de 1575. No entanto, jamais se haviam mobilizado tantas tropas e tanto esforço para debelar de “maneira definitiva” a resistência dos autóctones à ocupação de um vasto território. Os tapuias eram tomados por ampla e duradoura muralha que se erguia no sertão, obstando a expansão do Império e a propagação da “verdadeira” fé, como empecilho ao desenvolvimento da economia pastoril e à exploração dos minérios.

O livro está dividido em seis capítulos. No primeiro, procuro apresentar o quadro geral da expansão da pecuária, nos marcos do sistema colonial, para compreender os vetores da penetração nos sertões e a dinâmica dos conflitos que se estabeleceu, notadamente na segunda metade do século XVII, na fronteira do nordeste da América portuguesa. A idéia é entender a natureza da resistência indígena que implicará a guerra de extermínio promovida pelos luso-brasileiros. No segundo capítulo, discuto como as classificações conferidas aos povos indígenas estão na raiz da definição de uma política indigenista relativa aos habitantes do sertão e embasam os sucessos da Guerra dos Bárbaros. Os dois capítulos seguintes, “Guerras no Recôncavo” e “Guerra do Açú”, recuperam a narrativa dos acontecimentos, batalhas e recontros no Recôncavo Baiano, entre 1651 e 1679, e no Rio Grande e Ceará, entre 1687 e 1699, isto é, até a formação do terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro. No quinto capítulo, procuro compreender a exata dimensão desse terço, no quadro mais amplo das forças militares na Colônia, e apresento uma análise de sua formação, composição, financiamento e dinâmica. O capítulo final trata da atividade

⁶ Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966; e Olavo de Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal, 1997.

⁷ Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, principalmente o vol. 6; e “A Guerra dos Bárbaros”. *RAM*, 22:1-331, 1936.

⁸ Maria Idalina da Cruz Pires. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife, 1990; e John Hemming. *Red Gold. The conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, capítulo 16, “Cattle”, p. 345-76.

do terço dos paulistas no sertão do Rio Grande, entre 1699 e 1716. Tomando por base a narrativa do massacre de quatrocentos paiacús na ribeira do Jaguaribe, em 4 de agosto de 1699, e dos desdobramentos posteriores, com a denúncia de abusos feita pelos oratorianos de Pernambuco, missionários dos ditos tapuias, procuro compreender os conflitos entre os paulistas e os moradores associados à "nobreza" pernambucana. Para além da análise da situação do conflito intra-elite colonial, quanto a disputas por terras, este episódio foi visto à luz da "fronda dos mazombos", tal como estudada por Evaldo Cabral de Mello. Trata-se, então, de perceber as relações da guerra de extermínio movida contra os índios do sertão, tidos por bárbaros e indomáveis, com as disputas políticas que se gestavam na América portuguesa no final do século XVII. Disputas que estavam articuladas com as identidades regionais em formação, fosse no tocante ao nativismo pernambucano, fosse no âmbito de identidades "grupais", no caso dos paulistas.

A proposta deste trabalho é, portanto, desvendar esses mistérios, narrar essas lutas, entender a confusão. No mais, como dizia o Rosa, "mesmo, da mesmice, sempre vem a novidade".

Agradecimentos

Este livro é versão, ligeiramente modificada, de minha tese de doutoramento apresentada em junho de 1998 ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Na ocasião, contei com a crítica judiciosa da banca, formada pelos professores José Jobson de Andrade Arruda, István Jancsó, Manuel Correia de Andrade e Eduardo Viveiros de Castro. Agradeço a cada um deles pelas sugestões, que espero ter conseguido incorporar nessa versão que se apresenta ao leitor. Sou grato pela confiança e dedicação de meu orientador e amigo, Fernando Novais. Nos últimos quinze anos, sua presença marcou não apenas este trabalho, mas sobretudo minha formação e meu destino.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou este trabalho e me concedeu bolsa para estagiar um ano nos arquivos e universidades europeus. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que concedeu auxílio para a publicação deste livro.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), desde os tempos de bolsista do Programa de Formação de Quadros, foi lugar de debate e reflexão no qual encontrei grande vigor e rigor intelectual. O projeto da tese ali nasceu e foi concluído, com o suporte generoso dos

colegas e amigos. Agradeço a José Arthur Giannotti e a Luiz Felipe de Alencastro, pela confiança e incentivo, e aos colegas da área de história e antropologia, John Manuel Monteiro, Miriam Dolnikoff, Angela Alonso e Paula Montero, assim como aos outros amigos da Rua Morgado de Mateus. Agradeço, em especial, ao grande companheiro, de idéias e princípios, Omar Ribeiro Thomaz.

Agradeço aos funcionários das diversas instituições, arquivos e bibliotecas onde realizei a pesquisa, especialmente os do *Arquivo Histórico Ultramarino* em Lisboa e os da *Biblioteca Nacional de Paris*. Parte importante do trabalho foi feita na magnífica biblioteca de José Mindlin, a quem agradeço, assim como a Cristina Antunes.

Em Paris, encontrei um ambiente de agradável discussão nos seminários da *Sorbonne IV* e da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Agradeço a Kátia de Queirós Mattoso, professora, admirada historiadora e amiga. Outros mestres ajudaram este aprendiz, entre os quais, gostaria de destacar Vera Lúcia Amaral Ferlini, Stuart Schwartz, Sérgio Gruzinski, Laura de Mello e Sousa e Mary del Priore.

Agradeço também o apoio dos colegas da pós-graduação, companheiros de geração, particularmente a Iris Kantor, Karen Lisboa, Márcia Padilha Lotito, Maria Cristina Wissenbach, Maria Fernanda Bicalho, Sílvia Barreto Lins e Paulo Garcez Marins.

No Nordeste, fiz amigos que partilham o interesse pelos tapuias indômitos: Fátima Martins Lopes, Maria Idalina da Cruz Pires, Marcos Galindo e Luiz Sávio de Almeida. Olavo de Medeiros Filho, que conheci em um encontro em Penedo, orientou-me nos arquivos do *Instituto Histórico do Rio Grande do Norte* com a mesma inteligência e generosidade com que me guiou pelos caminhos do sertão, na ribeira do Açu ou no sopé da serra do Acauã.

Evaldo Cabral de Mello, mestre e professor, auxiliou-me com documentos, livros e conversas. Em sua prosa encontrei Pernambuco e o Nordeste, aprendendo "um certo equilíbrio leve, na escrita, da arquitetura".

Outros amigos estiveram próximos nos momentos mais difíceis ou divertidos destes anos de pesquisa. E entre eles, gostaria de agradecer especialmente a Ana Lúcia Duarte Lanna, Clóvis Cunha, Iside Mesquita, Maria Isabel Limongi, Rodrigo Naves, Vinícius de Figueiredo e Tales Ab'Saber. Fernanda Barbara esteve presente em todos os passos deste trabalho, um pouco menos ao final, mas sempre presente. De lá aprendi muito, em longos e prazerosos anos de convívio.

Sou grato a meus pais, Geraldo e Tiche Puntoni, que me apoiaram incondicionalmente e permitiram a conclusão deste trabalho.

Minha companheira, Malu de Oliveira, carinhosamente incentivou-me e tornou possível superar todos os obstáculos finais, todas as dificuldades. Leitora primeira, soube apontar os problemas e ajudou a resolvê-los. Sem ela, este livro não chegaria a seu bom termo. Para ela, este trabalho é dedicado. Com amor.

1 NO ÍNTIMO DOS SERTÕES

ALVIANO, nos *Diálogos das Grandezas* (1618), reclamava dos moradores do Brasil por não buscarem alargar a conquista para o sertão, “contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente de fazer açúcares”. Posto que concordava com a idéia, seu interlocutor, Brandônio, explicava que os portugueses o faziam por preferirem ocupar-se “naquele exercício de que primeiramente tiraram proveito”. Tal diálogo prefigurava a percepção de frei Vicente do Salvador, para quem os portugueses, avessos à interiorização da conquista, arranhavam a costa como caranguejos.¹ De maneira geral, a historiografia tem seguido esses passos, ao relegar um papel secundário à pecuária, atribuindo à mineração, já no início do século XVIII, todos os méritos de permitir e sustentar a ocupação do interior da Colônia. Caio Prado Jr. via certa injustiça nisso, dado que a pecuária fora atividade de grande importância, tanto para a economia como para a história da ocupação do território. Mais essencial, no particular, que a mineração, a pecuária ficara todavia “recalcada para o íntimo dos sertões”.² Economia acessória ao complexo açucareiro, a criação de bovinos fornecia a tração animal para

¹ Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). Recife, 1966, p. 7; e frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627* (1627). São Paulo/Belo Horizonte, 1982, p. 59. Frei Gaspar da Madre de Deus, lembrando os primeiros tempos da colonização, notava que todos os gêneros produzidos junto ao mar podiam ser conduzidos facilmente à Europa, ao passo que “os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarcassem, ou se chegassem, seriam as despesas tais que aos lavradores não fariam conta largá-los pelo preço por que se vendessem os da marinha”. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje chamada São Paulo* (1797). São Paulo/Belo Horizonte, 1975, p. 92, § 118.

² Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 182.

mover as máquinas dos trapiches, notadamente a moenda, e para o transporte das mercadorias; servia também de alimento, nos dias não proibidos, para os habitantes dos canaviais e das cidades do litoral; e fornecia, acessoriamente, o couro, que era utilizado para embalar os rolos de tabaco ou exportado como matéria-prima para Portugal.³

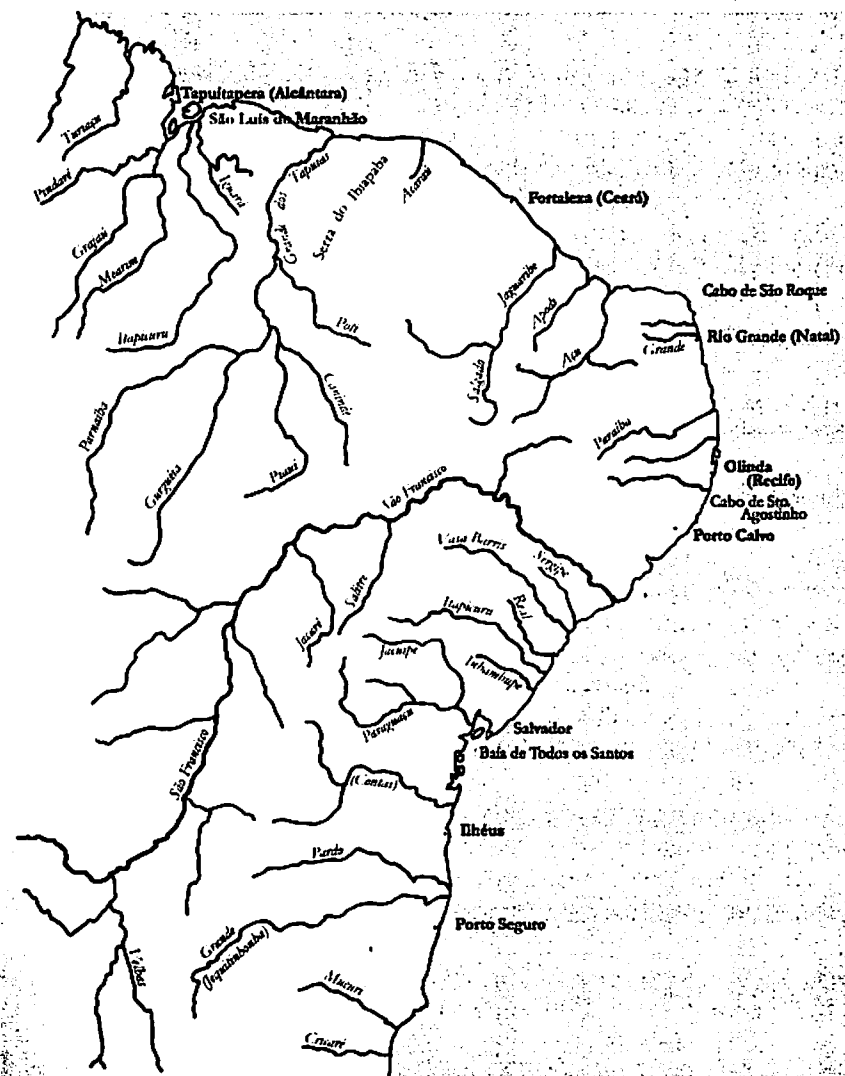
A pecuária e os caminhos do sertão

O crescimento desta economia, bem como, paradoxalmente, suas dificuldades, é que permitiram a expansão do povoamento para o sertão. A busca dos minerais preciosos, de maneira acessória, ajudaria a promover o desbravamento do interior. As necessidades da criação do gado, como a extensibilidade, forçavam a pecuária a ocupar regiões mais interioranas, ainda mais quando se valorizou o preço das terras próximas dos portos de embarque e dos cursos fluviais. A separação entre a cultura da cana e a pecuária resultava, então, do sistema geral da economia colonial, no qual "as terras aproveitáveis, tanto pela sua qualidade como localização ao alcance do comércio exterior, são avidamente ocupadas, não sobrando espaço para outras indústrias", nas palavras de Caio Prado Jr.⁴ Por outro lado, a criação dos animais nestes pastos sem fechos, isto é, na situação particular de inexistência de formas mais aprimoradas de controle (tais como cercas), e meio ao deus-dará, fazia-se extremamente perigosa às plantações de cana, mandioca e outras. Daí a necessidade de uma carta régia, em 1701, que proibiu a criação a menos de 10 léguas da costa.⁵

O couro era um produto semi-industrializado que se preparava em fábricas de atanados ou curtumes de solas. As primeiras eram indústrias maiores, seja pela quantidade de tanques e palames, seja pelo número de escravos. Na metade do século XVIII, nas cinco fábricas de atanados existentes no bairro da Boa Vista, em Recife, o número médio de escravos era de 28 por instalação. O de Domingos Ribeiro de Carvalho, o maior deles, tinha 127 tanques para curtir "com casca" (casca de angico) e 49 escravos de serviço. Neste mesmo momento, os curtumes de solas de Pernambuco, mais modestos, tinham em média dez escravos de serviço. Existiam, então, 22 deles no mesmo bairro de Boa Vista, no Mercatudo, nos Afogados e na vila de Igaráu. "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:479-81, 1906. Só o tabaco consumia em 1711, a se fiar em Antonil, cerca de 27.000 solas; e a exportação de couro do sertão do Nordeste para Portugal alcançava 90 mil meios de sola. No total, portanto, o comércio atlântico consumia cerca de 72 mil solas, o que resultava no mesmo número de reses abatidas. Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas. . . etc.* Lisboa, 1711, p. 187-8. Veja ainda o segundo volume do livro de José Alípio Goulart. *O Brasil do bui e do couro*. Rio de Janeiro, 1965.

⁴ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 182.

⁵ Roberto Cochrane Simonsen, *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo, 1978, p. 151.



Mapa 1. Bahia, Pernambuco e capitanias anexas, século XVII.

Segundo Antonil, as fazendas e os currais de gado se situavam onde havia "largueza de campo e água sempre manante de rios ou lagoas". De fato, as condições climáticas e de relevo do sertão, ao tempo que impossibilitavam a agricultura, dada a aridez do solo, permitiam a criação. Ainda que a forragem da caatinga não fosse ideal, a "largueza" dos chapadões e a formação rala da vegetação facilitavam a passagem franca dos homens e animais, dispensando qualquer preparo prévio da paisagem.⁶ Segundo o autor anônimo do "Roteiro do Maranhão", documento do final do século XVIII, não havia nestes sertões "aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força do braço"; "pouco se muda na superfície da terra, tudo se conserva quase no seu primeiro estado".⁷ As fazendas de gado, *grosso modo*, acompanhavam as margens dos rios, uma vez que na região semi-árida o fornecimento de água era fator essencial para garantir a ocupação e a criação do gado. Os rios São Francisco, ao sul, e o Parnaíba, ao norte, eram os principais eixos da ocupação, por serem rios perenes; os demais, na maioria seus afluentes, ainda abrigavam algumas das fazendas.⁸ Por outro lado, as salinas descobertas no Ceará e nas Lagoas, bem como os barreiros salgados (chamados de "lambedouros") do São Francisco favoreciam a expansão da pecuária no Nordeste.⁹ O estabelecimento de uma fazenda, onde se podiam fundar vários currais para criar gado vacum e cavalar, fazia-se de maneira sumária, o que explica a rapidez com que a fronteira pastoril se expandiu. Como resumiu o autor do "Roteiro do Maranhão", "levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra e estabelecida uma fazenda".¹⁰ Podemos ver a simplicidade do estabelecimento desses currais em um documento citado por Oliveira Vianna, o "Roteiro dos sete capitães", do sertanista Miguel Ayres Maldonado, em que descrevia sua viagem aos campos dos Goitacases, em 1664:

"O primeiro curral foi levantado no dia 8 de dezembro de 1663, pelo capitão João de Castilho, em terras que para esse fim lhe cedeu o capitão Miguel da Silva Riscado, por achá-las aquele mais próprias

que as do seu quinhão. Na mesma ocasião, se engenhou ali uma choupana, coberta de palha, para o curraleiro, que era o índio Valério da Cursunga. Neste ficaram três novilhas, uma vaca e um touro. O segundo foi levantado no dia 10 do mesmo mês e ano, na ponta do cabo São Tomé, pelo capitão Riscado, que, dias depois, e a pouca distância deste, armou um outro deixando em cada um deles cinco novilhas e um touro".¹¹

O povoamento do interior, segundo Caio Prado Jr., fora obra de dois movimentos diversos de expansão da obra colonizadora. De um lado, a mineração, que provocara, por sua natureza, o deslocamento brusco e precipitado de populações e constituía muito mais uma "nebulosa de estabelecimentos separados e isolados uns dos outros". De outro, a penetração levada a cabo pelas fazendas de gado, que, ao contrário da mineração, fazia-se de maneira contígua e contínua.¹² Todavia, a explicação para esta expansão deve ser buscada nas dificuldades da situação econômica da Colônia, e não em uma dinâmica quase "natural" de crescimento. O período posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, foi extremamente difícil para a economia açucareira no Brasil. Segundo Stuart Schwartz, se é verdade que fatores internos penalizaram a atividade produtiva, tais como epidemias, secas e outras calamidades naturais, os problemas mais fortes residiam em fatores externos: o crescimento da concorrência interimperial, com a ascensão da produção antilhana e, a partir de 1680, a conseqüente inflação dos preços dos escravos, dado o aumento da procura em África. Nesse sentido, a Coroa procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram agora a receber apoio e mesmo a ser gerenciadas pelo governo-geral.¹³

Ao lado do esforço de restauração dos engenhos destruídos e da recuperação da economia açucareira, a empresa colonial portuguesa na América voltou-se para a expansão territorial em direção ao interior e, portanto, ao Ocidente. O processo de ocupação do sertão era dinamizado pelo incremento do povoamento e pela diversificação das atividades produtivas. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos. O governo-geral, notadamente a partir

⁶ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 55.

⁷ "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí". *RIHGB*, LXII:88, 1900.

⁸ Maria Idalina da Cruz Pires. *Guerra dos Bárbaros*. Recife, 1990, p. 37.

⁹ Roberto Cochrane Simonsen. *História econômica do Brasil*. São Paulo, 1978, p. 157 e Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 56.

¹⁰ "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí". *RIHGB*, LXII:88, 1900.

¹¹ Oliveira Vianna. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo, 1933, p. 64-5.

¹² Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 50-1.

¹³ Stuart Schwartz. "Introduction". In: Idem (ed.). *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, 1979, p. 13-7.

de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-75), passou a incentivar e coordenar este movimento de "ocidentalização" da colônia. A expedição de Fernão Dias Pais (1673-81) e o estímulo dado aos paulistas para buscarem as minas do sertão são exemplares desta nova dinâmica. O novo regimento de Roque da Costa Barreto (1677), sucessor de Mendonça, é incisivo nestas novas funções dos governadores. Revitalizando o regimento das minas, datado 1618, a monarquia esperava que o governador o fizesse "cumprir inteiramente, ajudando e favorecendo este negócio [do labor das minas de ouro e prata do Brasil], de maneira que haja sempre pessoas, que se animem a continuar o benefício das minas".¹⁴ Como veremos mais adiante, também a política missionária deveria se adequar a esta viragem da empresa colonial. As Juntas das Missões — criadas primeiramente no Maranhão em 1655, mas logo tornadas operacionais no Brasil — pretendiam internar as missões, criando aldeias nos sertões e não mais "descendo" os novos catecúmenos para o litoral. O objetivo era manter povoado o interior da América, expandir a ocupação da empresa colonial e, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas que esta mesma expansão criava.

As duas principais correntes de povoamento geradas pela expansão da economia do gado no norte da Colônia foram a proveniente da Bahia, que acompanhando o curso do São Francisco e do Itapicuru colonizou o que Capistrano chamou de o "sertão de dentro", e a outra que, partindo de Pernambuco, ocupou os "sertões de fora", isto é, as regiões mais próximas do litoral, até atingir o Ceará. Assim, o sertão baiano, ou "interior", compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o "território dos Pastos Bons", região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins.¹⁵ O sertão "exterior", ou pernambucano, era mais próximo ao litoral. A corrente de povoamento, inicialmente acompanhando a linha costeira num território semi-árido que impossibilitava o plantio mesmo da cana e se estendia da Paraíba ao Ceará, passando pelo Rio Grande, acabou se encontrando com as correntes baianas, à medida que se interiorizava, particularmente pela bacia do rio Jaguaribe.¹⁶

¹⁴ Cf. capítulo 54 do Regimento de Roque da Costa Barreto (1677). Cf. M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 2, p. 838.

¹⁵ J. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 147 ss.

¹⁶ Antonil, que escrevia no início dos Setecentos, tinha uma visão mais estrita do povoamento. Para ele, o sertão da Bahia era considerado a porção de terra que corria a

Associado ao que chamamos aqui o processo de "ocidentalização" da empresa colonial, um outro vetor da expansão da presença portuguesa nos sertões de fora foi a busca de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao do Brasil. Este caminho era uma necessidade de longa data, não só pela ajuda ao comércio entre os dois Estados, como pelas fronteiras que abria. Seu interesse imediato residia no fato de que o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitanias do Norte. Segundo o padre Antônio Vieira, esta era sem dúvida "uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano".¹⁷ A navegação só era possível nos meses de inverno, e mesmo assim apenas de madrugada, com a brisa da terra, o que era coisa incerta. Para se ter idéia, uma sumaca despachada por André Vidal de Negreiros, em 1656, procurando Camocim, gastou cinquenta dias para montar até o rio das Preguiças. Desistindo do intento, retornou ao Maranhão em apenas doze horas. Noutra feita, um certo Manuel de Sousa d'Eça, enviado com algumas cartas a Pernambuco, acabou aportando em Porto Rico. Somava-se a essas dificuldades a hostilidade permanente dos tremembés, habitantes das costas, que acompanhavam as naus esperando um descuido para atacá-las e roubar as mercadorias.¹⁸

Capistrano de Abreu, fiando-se no biógrafo de Gomes Freire de Andrade, acreditava no bom sucesso do capitão-mor do cabo do Norte, João Velho do Vale, que havia sido incumbido pelo governador do Maranhão de achar o caminho do Brasil. Segundo o biógrafo, Velho do Vale teria até escrito uma narrativa, ainda perdida ou extraviada.¹⁹ No

costa da Cidade até a barra do rio São Francisco, cerca de 80 léguas, e, rio acima, cerca de 130 léguas, até a barra chamada de Água Grande. O sertão de Pernambuco se estendia na margem direita do rio São Francisco até a cidade de Olinda, cerca de 80 léguas, adentrando até a barra do rio Aguçu, cerca de 200 léguas. Veja também Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 56-7. J. A. Gonsalves de Mello publicou três roteiros setecentistas indicativos da penetração pernambucana até o extremo limite do território da capitania, o Carinhanha. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Recife, 1966. Sobre o assunto, veja ainda José Alípio Goulart. *O Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro, 1965, vol. 1, p. 17-28. "Relação da missão da serra de Ibiapaba". In: *Vozes saudosas da eloquência, do espírito do zelo e eminente sabedoria do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, Voz histórica*. Lisboa, 1688, p. 21.

¹⁹ Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 140-2.

Tal era a vontade de ver tal documento, que Capistrano de Abreu havia dito ao seu amigo, João Lúcio de Azevedo, em carta de 14 de setembro de 1916: "creio que cairia em delíquio se lesse o roteiro de João Velho do Vale". Apud: J. H. Rodrigues. "Intro-

entanto, seu sucessor, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em uma carta de 21 de julho de 1692, relatava que as atividades dos paulistas em seu distrito eram também para dar prosseguimento ao descobrimento do "caminho do Brasil", "por não terem efeito as muitas diligências que fez João Velho do Vale".²⁰ Tal descoberta ocorreu apenas em 1695, quando um sargento-mor, Francisco dos Santos, e alguns soldados aventuraram-se no sertão para "ver por donde poderá ficar mais breve [o caminho], para que se facilite o comércio".²¹ Triunfante, Francisco dos Santos acabou sendo recebido no palácio pelo governador geral, acompanhado dos índios que trouxe. Foi logo providenciada a comunicação do feito, tanto para a Coroa como ao colega do Maranhão, e enviada outra expedição de volta, com o sargento-mor, acompanhado agora por um certo capitão André Lopes, além de seis soldados e 25 índios. A idéia era que alguém de Pernambuco se inteirasse do caminho e que logo fosse definido "um piloto inteligente [isto é, um guia] para se graduar o sertão e se dividirem com certeza as terras que tocam a cada Estado e se evitar o embaraço das jurisdições".²² A expedição de

dução" dos *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 142. O biógrafo é Domingos Teixeira. *Vida de Gomes Freire de Andrade*. Lisboa, 1727, vol. 2, p. 246. Para a atividade de João Velho do Vale durante as guerras holandesas, veja ainda Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. São Paulo, 1975, tomo 3, p. 159.

- ²⁰ Carta inclusa na Consulta do Conselho Ultramarino, 31/10/1692, AHU [Papéis avulsos], Pernambuco, caixa 11. Alguns anos passados, esse mesmo João Velho do Vale se via metido em "excessos" praticados contra os índios das aldeias de Ibiapaba, onde tinha ido por cabo de uma tropa para descer alguns deles. A carta régia de 12/12/1697 pede providências ao governador de Pernambuco. AHU, cod. [código] 256, fl. 259v.
- ²¹ Carta de João de Lencastro para o governador de Pernambuco, 21/5/1695. *DH*, 38:339. Segundo Taunay, anos antes, um certo capitão Manuel Álvares Carneiro já havia conseguido passar para o Maranhão através daqueles sertões com uma pequena tropa de soldados e índios. Com o intuito de fixar a exata rota desse "caminho do Brasil", voltou por ordem do governador do Maranhão em 1684, "em que se gastaram quatro meses padecendo as inclemências do tempo com grande risco de vida". Em 1695, João de Lencastro o autorizou a explorar um caminho mais breve "gastando nela quinze meses por ser mais de 300 léguas com grande risco em razão dos rios que passavam e gentio bárbaro que habitava aqueles sertões". "Patente de Manuel Gonçalves Pereira, 28 de março de 1695, assinado pela infanta", citado por Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 287-8. No entanto, o governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o tinha por pessoa desonesta pois "não sendo sertanejo, e menos piloto" enganara ao Lencastro, "pois na maior parte do caminho seguiu o de Francisco dos Santos". Carta do governador do Maranhão para João de Lencastro, 15/3/1696. *DH*, 38:406.
- ²² Carta de João de Lencastro para o governador do Maranhão, 16/7/1695. *DH*, 38:342-4.

retorno chegou em São Luís em outubro de 1695, trazendo cartas do governador do Brasil, João de Lencastro, ao governador do Maranhão em que pedia que este atacasse os bárbaros que se refugiavam nas serras de Ibiapaba, "distrito deste governo". O governador do Maranhão respondeu que tal empresa era impossível sem que os paulistas fossem ajudados pelos índios do São Francisco.²³

Minas de salitre

Apesar de a pecuária ter sido a maior responsável pela expansão da fronteira oeste do Brasil — para além da difusão quase vegetal do gado, em suas respirações lentas e condicionadas pela fertilidade ocasional do semi-árido, ou da resistência constante do tapuia —, foi a busca embriagada por metais preciosos que impulsionou o português ao íntimo dos sertões, em agudas entradas, desde o século XVI. Porém, passado o ímpeto inicial, quando perdiam força os mitos de Paraupava ou Sabarabuçu, depois das tentativas frustradas do século XVI e das expedições fracassadas dos invasores holandeses, o eldorado deslocara-se para mais longe. Em verdade, como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, após o malogro da expedição do mameluco Antônio Dias Adorno (1574), que entrara pelo rio Caravelas em busca de esmeraldas, o ímpeto explorador arrefecia. Não pelo desalento nas buscas de minas, mas antes em virtude da "destruição crescente dos índios domésticos da costa". Havia sido a mansidão dos tupiniquins que fizera da região de Porto Seguro, ao sul do Recôncavo Baiano, a porta de entrada para as expedições ao sertão de dentro.²⁴ Paradoxalmente, a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões, agora em busca de mais mão-de-obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas déca-

²³ Carta do governador do Maranhão para João de Lencastro, 15/3/1696. *DH*, 38:405. Sobre a questão do caminho do Brasil, veja ainda Ceres Rodrigues Mello. "O Sertão Nordestino e suas permanências (séc. XVI-XIX)". *RIHGB*, 356:312-5, 1987. O rei se mostrava preocupado com a determinação da "divisão dos limites de um e outro estado a respeito dos dízimos", em carta ao governador do Maranhão de 25/1/1696. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro". *RIHGC*, 31:163, 1917.

²⁴ Sérgio Buarque de. *Visões do paraíso*. São Paulo, 1977, p. 46-8. Veja também, do mesmo autor, "A mineração: antecedentes luso-brasileiros". In: Idem (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, 1968, vol. 1, p. 228-58. Para as expedições quinhentistas ao interior da Bahia, veja Francisco Borges de Barros. *Bandeirantes e arrastões bahianos*. Salvador, 1919, p. 25-33.

das de 1570-80. Segundo Stuart Schwartz, esta política de deslocamento forçado de indígenas se fazia no exato momento da transição do trabalho autóctone para o importado, isto é, para a escravidão africana.²⁵ Não obstante, as expedições de preação, ou mesmo as missões "evangelizadoras", não desejavam outra coisa do que descer os índios para a costa. Com exceção da pecuária, é certo que apenas a atividade mineiradora poderia fixar populações nos sertões, mas, como sabemos, somente com a descoberta do ouro e dos diamantes na região mais tarde chamada das Minas Gerais, entre 1693 e 1695, é que a interiorização da Colônia intensificar-se-ia, porém deslocada para o Sul.

No caso do sertão norte, apesar do malogro inicial na descoberta de metais preciosos, um outro elemento menos nobre concorreu deveras para o devassamento, em particular, do médio São Francisco: o salitre (nitrato de potássio), que era utilizado para a fabricação de pólvora negra. Importado então sobretudo da Índia, o salitre fundamentava uma indústria importantíssima no século XVII, quando as armas de fogo representavam um avanço tecnológico inestimável para a afirmação das potências coloniais. É verdade que, no contexto específico da segunda metade dos Seiscentos, a Coroa hesitava diante da possibilidade de uma auto-suficiência das regiões periféricas do Império na produção desta importante provisão de guerra. Porém, a praticabilidade de abastecer uma colônia tão distante durante os conflitos interimperiais do Atlântico Sul, somada às dificuldades de fornecimento da Índia, resultara no apoio às iniciativas de pesquisa do salitre no sertão do Brasil. Havia referências às minas no sertão da Bahia, desde o final do século XVI. Pedro Barbosa Leal, nas *Denúncias de Pernambuco* (1593-95), disse que a expedição de Belchior Dias Moreia achara salitre junto ao rio (por isso expedição de mesmo nome).²⁶ Com efeito, quando Moréia, neto do Camurú e primo do cronista Gabriel Soares de Sousa, resolveu dar prosseguimento às pesquisas interrompidas pela morte de Cristóvão Barros, adentrando o sertão no ano de 1595 ou 1596, consta que teria achado, nas serras do "Oroquery", ametistas e salitre, e em Itabaiana, muita prata. Todavia, como não conseguira certeza nas promessas dos privilégios em troca da notícia da localização das minas, Belchior morreu sem as revelar, do que originou-se, segundo Basílio de Magalhães, "a lenda célebre das minas de prata que atravessou todo o resto da nossa evolução colonial". De fato, estimuladas por esses sonhos de riquezas e eldorados,

²⁵ Stuart Schwartz, *Segredos internos*. São Paulo, 1988, p. 52-3.

²⁶ *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo, 1929.

várias outras expedições foram organizadas ao sertão; todas, no entanto, confirmariam apenas a existência do salitre. Francisco Dias d'Ávila, que era sobrinho do desconfiado Belchior, entrou nesses sertões entre 1625 e 1630. Desta expedição haveria participado Domingos Fernandes Calabar, tido como grande traidor da causa pernambucana nos tempos dos flamengos, que mais tarde informaria o relatório de Walbeek à Companhia das Índias Ocidentais, em 1633. Este relatório revelava que havia sido achado muito salitre nestas serras situadas no sertão pernambucano, na altura de Olinda e a quinze dias de viagem. Anos mais tarde, expulsos os holandeses, uma cópia do roteiro de Moréia teria passado às mãos do padre Antônio Pereira, genro de Francisco Dias d'Ávila, que encarregou, então, os irmãos João Lourenço e Manuel Calhelhas de proceder a novas pesquisas, em 1655. Pesquisas que foram aparentemente infrutíferas.²⁷ Os delírios causados pelas miragens dos eldorados sertanejos eram, por outro lado, explorados habilmente por pandilhas que plantavam amostras de minério com o fim de obter as graças reais prometidas. Assim agira um bisneto de Belchior Dias, o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moréia, o "Muribeca". Incumbido pelo governador Afonso Furtado, meteu-se em 1675 na serra do "Caniny" [Cariri?] de onde voltou com amostras de mispíquel que ele havia devidamente preparado, misturando minério de prata. Todavia, para desgraça do Muribeca, esta "prova" acabou afundando com a embarcação que a levava a Lisboa. As expedições futuras, como a de Rodrigo do Castelo Melhor, em 1677, jamais teriam sucesso em achar prata. A exploração mineral do sertão ficaria por conta do salitre.²⁸

O autor de uma informação anônima do Brasil, de final do século XVII, asseverava que, "no sertão da Bahia, sempre ouvi dizer que havia salitre". Recomendava, neste sentido, que o rei mandasse fazer "uma oficina de pólvora e desta prover as conquistas, como Angola, São Tomé, e nossa colônia do Sacramento, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e Ceará, no que pouparia considerável cabedal que gasta no prover do reino de pólvora estas conquistas".²⁹

²⁷ O padre Antônio Pereira, da Casa da Torre, obtivera, em 1654, uma sesmaria na barra do dito rio, o que gerou conflitos com Bento Surret e Manuel da Silva que procuravam as minas por ordem do governador-geral. Registro de uma carta de sesmaria, 11/4/1654. *DH*, 19:442; portaria, 22/3/1672. *DH*, 8:84; e Carta do governador-geral para o governador de Pernambuco, 3/6/1671. *DH*, 9:417-8. Veja também Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, 1939, p. 37-52.

²⁸ Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. S. Paulo, 1935, p. 48-56.

²⁹ "E sendo que se fizesse em quantidade, a poderia mandar vender a seus vassallos a doze vinténs a fina, e a meia pataca a grossa, no que teria um grande rendimento e

Com efeito, a busca das minas ganharia grande impulso no governo de Afonso Furtado de Mendonça (1671-75), no contexto de superação da crise da economia açucareira.³⁰ Em agosto de 1671, numa carta ao capitão João de Castro Fragoso e a Manuel da Silva Pacheco, enviava-os à serra de Picacará, no sertão, onde havia notícia de existirem ametistas, prata e outras pedras. Para tanto, recebiam um salvo-conduto e uma recomendação de auxílio para que sertanistas famosos, como Francisco Dias d'Ávila, padre Antônio Pereira, Domingos Rodrigues Carvalho, ajudassem-nos com todas as informações necessárias. Constavam ainda a carta de uma ordem para que examinassem também as minas do salitre e mandassem amostras.³¹

Esta, como várias outras expedições, fracassou e resultou apenas em brigas e ciúmes entre os descobridores e os presumidos sesmeiros das terras. De todo jeito, seriam necessários grandes investimentos para retirar o salitre do sertão e não havia na Bahia pessoa com cabedal para realizar sozinha tal empresa. Isto porque, segundo um parecer do Conselho Ultramarino de 1679, relativo às minas nos sertões da Jacobina (na ribeira do rio Salitre), não se podia conduzir o minério misturado com terra ou pedra, como aparecia na natureza, mas deveria ser trazido já "apartado e purificado com cozimentos, que de outra sorte seria pagar carretos de terra em lugar de salitre". Dessa maneira, "forçosamente se deviam lavar primeiro as oficinas no mesmo sítio das minas, as quais deveriam constar de uma grande casa para as tinhas e caldeiras onde se havia de separar o salitre, outro armazém para se recolher depois de puro, casas para o almoxarife ou feitor e alojamento para os negros de todo aquele serviço, além dos quartéis que eram necessários para alguns soldados que segurassem a instância dos assaltos dos índios circunvizinhos". O transporte seria feito pelo rio São Francisco abaixo, mas era necessário outro armazém "junto a um rochedo" (cachoeira de Paulo Afonso) que fazia o rio inavegável, onde deveria ser descarregado e passado a cavalo até as outras embarcações, que o levariam à vila de Penedo. Outro caminho possível era por terra até Jacobina, onde deveria haver outro armazém. Tal investimento,

com isto impediria que não viesse dos reinos estrangeiros para este Estado por negócio". Informação anônima do Brasil, década de 1680, BNP, ms. portugueses, códice 30, fl. 208.

³⁰ Stuart Schwartz. "Introduction". In: Idem (ed.). *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by*. Minneapolis, 1979, p. 13-7.

³¹ Ordem que levaram João da Costa Fragoso e Manuel da Silva Pacheco que vão ao descobrimento das minas, 1/8/1671. *DH*, 4:204-5.

que teria de ser bancado dois anos ao menos pela Fazenda, poderia depois ser arrendado.³²

O empreendimento, porém, não avançaria antes da iniciativa de João de Lencastro, que, em 1692, enviou pela frota uns barris de amostras e convenceu a Coroa do acerto da empresa.³³ Depois de várias diligências e expedições, e de gastar 7:339\$390 réis entre 1692 e 1698, o resultado foi pífio.³⁴ Seu sucessor no governo do Brasil, d. Rodrigo da Costa, esclarecia que as minas de salitre "que há nesse Estado [não] são permanentes, porque tanto mais que se lhes tira a primeira flor, todas as mais terras são de limitado e fraco rendimento".³⁵ Nesse sentido, considerando as "grandes despesas", d. Pedro II decidiu, em 9 de agosto de 1706, interromper a fábrica de salitre.³⁶ De toda maneira, a busca do minério resultara em diversas situações de conflito e em interações mais agudas no sertão do São Francisco, donde haver significado um dos vetores de agravamento das tensões entre os tapuias e os colonos. Na maior parte das vezes, a mão-de-obra utilizada para a extração e o transporte era de índios, como os aragues, tambaquéns, paiaias e sacariús, tapuias aldeados por missionários que os forneciam para o "serviço do salitre". O pagamento destes serviços nem sempre era pontualmente realizado, o que obrigava a intervenção do governo-geral. Em 1703, respondendo a uma representação do capitão dos índios papiases, Paulo Gonçalves, d. Rodrigo da Costa ordenava que o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, responsável pelas minas, pagasse os salários dos índios em atraso.³⁷ Às vezes, outras denúncias de abusos surgiam, como a do missionário frei Lázaro da Purificação, que pedia, em 1705, que seus

³² Consulta do Conselho Ultramarino, 9/12/1679. *DH*, 88:172-4. Há um papel, de 1694, em que se explica em detalhes o modo de preparar o salitre. Sobre como proceder no fazer do salitre do modo seguinte, 1694, BNP, ms. portugueses, códice 30, fls. 495-7v.

³³ Carta de João de Lencastro ao rei, 13/7/1692. Ajuda, 51-V-42, fl. 18v-9.

³⁴ Relação das despesas do salitre, de 6/5/1692 até 24/4/1698. *DH*, 84:77-81.

³⁵ Carta de d. Rodrigo da Costa ao governador de Pernambuco, 22/2/1705. *DH*, 39:225-6.

³⁶ Carta ao governador-geral. AHU, cod. 246, 217. Veja também Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 8, 19-23, p. 212-3.

Sobre a exploração do salitre na América portuguesa, veja ainda: Ernesto Carrara Júnior & Hélio Meirelles. *A indústria química e o desenvolvimento do Brasil, 1500-1889*. São Paulo, 1996, particularmente o tomo 1, p. 133-8; João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e a sua legislação*. Rio de Janeiro, 1905, vol. II; Sylvio Fróes de Abreu. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo, 1937; Sylvio Fróes de Abreu. *Recursos minerais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1973, vol. 1; E. Oliveira & L. Araújo. "Salitre na Bahia". in:

Boletim da Divisão de Fomento da Produção Mineral, 66, 1945.

³⁷ Carta de d. Rodrigo da Costa para o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, 29/12/1703. ABEB, cod. 147, fl. 160.

índios fossem poupados, ou ainda havia queixas de que os oficiais do salitre buscavam cunhatãs nas aldeias alegando o serviço do salitre, mas, na verdade, "em desserviço de Deus".³⁸

Fazendas e currais

No final do século XVII, o sertão encontrava-se totalmente devassado e explorado, ainda que esparsamente ocupado por uma rala população. É em Antonil que encontramos a melhor descrição da ocupação, no início do século XVIII, do sertão da Bahia e de Pernambuco, então as duas importantes regiões criadoras. Segundo o jesuíta, no sertão da Bahia estavam os currais postos na borda do rio São Francisco, das Velhas, das Rãs, Verde, Paremerim, Jacuípe, Pojuca, Enhambupe, Itapicuru, Real, Vaza Barris, Sergipe e outros, "em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de 500 currais, e só na borda aquém do rio São Francisco 106". O sertão de Pernambuco, na mesma época, estava povoado com gados nas margens do rio de Cabaços, do rio de São Miguel, das duas lagoas do rio do Porto Calvo, dos rios Paraíba, Cariris, Paiaú, Jacaré, Canindé, Parnaíba, das Pedras, dos Camarões e Piagui. Igualmente povoadas estavam as margens do rio Preto, do rio Guaraíra, do rio Iguaçu, do rio Corrente, do rio Guarigui, da Lagoa Grande, do rio Carainhaém e do Piagui grande, assim como a margem direita do São Francisco, mas enviava-se diretamente o gado para a Bahia, por ficar "mais perto, vindo caminho direto, do que indo por voltas a Pernambuco". As boiadas achavam pasto para descanso nas Jacobinas, pela maior freqüência das chuvas nestas serras, de modo que tomavam de três a seis meses para chegar ao mercado da cidade. Os currais do sertão de Pernambuco, sendo em maior número do que os do sertão meridional, totalizavam, ainda segundo a descrição de Antonil, oitocentos. Havia currais de duzentas até mil cabeças de gado, e fazendas que possuíam vários currais poderiam chegar até 20.000 cabeças. O jesuíta arrisca que o rebanho total do sertão seria de meio milhão de cabeças, para as partes da Bahia, e de 800.000, para Pernambuco, de onde, porém, provinha uma fração do gado consumido no Recôncavo.³⁹ Em 1708, somente na ribeira do Jaguaribe havia duzentos currais, segundo o ouvidor-mor Cristóvão Soares Reimão.⁴⁰

³⁸ Carta de Rodrigo da Costa para frei Lázaro da Purificação, 19/2/1705. *DH*, 40:335. carta ao capitão Antônio de Almeida, 9/8/1704. *DH*, 40:162.

³⁹ Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 183-5.

⁴⁰ Carta régia 18/7/1709. *AHU*, cod. 257, fl. 254.

Com certo exagero, Antonil afirma que, apesar de tão imenso, quase todo o sertão da Bahia pertencia a apenas duas famílias: a da casa da Torre e a do falecido mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. A primeira, dos Garcia d'Ávila, possuía 260 léguas das margens direitas do rio São Francisco, nas costas da Chapada Diamantina, e cerca de 80 léguas no lado do Raso da Catarina. Já os herdeiros do mestre-de-campo possuíam desde o morro dos Chapéus, na Chapada Diamantina, até a nascente do rio das Velhas, no coração das Gerais. Espalhava-se por estas vastíssimas propriedades uma miríade de currais, vários deles de arrendatários que pagavam por um sítio, de ordinariamente uma légua em quadra, 10\$000 réis de foro por ano.⁴¹ Essas famílias controlavam, também, grande parte do sertão de Pernambuco. Em 1700, o governador Fernando de Lencastro, em carta ao rei, escandalizava-se com a mesquinha dos grandes proprietários daqueles sertões (além dos dois já mencionados, e seus herdeiros, Domingos Afonso Sertão) — moradores na jurisdição da Bahia, que não queriam conceder outra légua "para a sustentação de cinco párocos, cinco léguas de terra, uma para cada um, e aos missionários, índios e tapuias das suas missões". Matéria que parecia gravíssima ao Conselho Ultramarino e que inspirou a redação do alvará de 23 de novembro do mesmo ano, que determinava como obrigatória tal doação.⁴²

As ordens religiosas eram também grandes proprietárias de fazendas de gado no sertão. Segundo uma descrição de meados do século XVIII, na jurisdição de Pernambuco as ordens recebiam proventos de várias fazendas e currais de gados em pontos diversos do sertão de dentro. O convento do Carmo da Reforma do Recife possuía quatro fazendas de gado na ribeira do Jaguaribe e uma no Cariri que rendiam por ano 700\$000 réis. O Hospício de Guadalupe do Carmo da Reforma, na freguesia de Camaragibe, tinha uma fazenda de gado com meia légua de

⁴¹ Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 186. Já foi citado pelo autor do "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí" (*RIHGB*, LXII:60-1, 1900) que os habitantes do sertão costumavam demarcar uma légua antes de atingirem as três mil braças, que era a sua medida legal. Dessa maneira, no geral a distância em léguas era irregular e desigual, isto é, não implicava uma referência no sentido literal. Estes dados de Antonil não devem, portanto, ser lidos sem reservas.

⁴² Carta de Lencastro ao rei, 28/6/1700 e consulta ao Conselho Ultramarino, 24/9/1700. *AHU*, Pernambuco, caixa 14. Os autos da data de terra aos párocos e aos índios são de 6/2/1703. *AHU*, papéis avulsos de Pernambuco, caixa 15. Veja o alvará sobre a medição da légua de terra para as aldeias, 23/11/1700 nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, Salvador, 29:73-5, 1943.

terra em quadro que rendia 96\$000 réis. O convento do Carmo da Reforma, na Vila de Goiana, tinha uma fazenda de gado que renderia 20\$000 réis. O Colégio dos Jesuítas do Recife tinha uns currais de gado nos Cariris e no Rio Grande que resultavam por ano, *deductis expensis*, 150\$000 réis e uma fazenda na margem do São Francisco chamada Urubu-Mirim, com um par de currais, que rendia por ano 200\$000 réis.⁴³ Apesar de a renda gerada por esta atividade ser muito baixa, é certo que tinha grande importância pelo fato de realizar-se internamente, permitindo assim a integração econômica do território e seu povoamento.⁴⁴

A economia pastoril acabaria por gerar uma forma societária específica, em face da litorânea propriamente dita, a que Capistrano quis chamar de uma "época do couro", em referência ao mundo de objetos e usos relacionados ao material ali tão abundante.⁴⁵ Baseava-se em um sistema de trabalho em que a remuneração e organização social estavam submetidas a regras estritas de dependência e lealdade, substanciadas num universo de violência. O proprietário de imensas terras, como era o padrão nos tempos coloniais, e de grandes quantidades de gado responsabilizava vaqueiros pelo trato de algumas cabeças que ficavam sob seus cuidados e dos ajudantes que fossem recrutados. Ao contrário do sistema escravista dominante na monocultura da cana, o trabalho era remunerado num sistema de parceria ou mesmo assalariamento por tarefas. Os vaqueiros, segundo Caio Prado Jr., recebiam um quarto das crias do gado, após um determinado período de tempo. Sistema que permitiria, segundo a avaliação do historiador, o parcelamento da propriedade, dado que o vaqueiro poderia logo arrendar ou adquirir uma sesmaria e estabelecer-se por conta.⁴⁶ Creio, contudo, que esta não era a norma. Posto que a alternativa existisse em teoria, a própria sobrevivência do vaqueiro e de seus ajudantes (por vezes escravos), assim como o trato da boiada, deveriam consumir toda a paga. Ao que se somava o fato de que a esta "liberdade" do trabalho, na situação geral do escravismo, implicava responsabilidades extremadas, motivo pelo qual todos os possíveis prejuízos eram descontados nas costas do vaqueiro.

Outra forma de trabalho necessária e indispensável à reprodução do

criatório e seu comércio era a condução dos animais para os mercados costeiros. Os próprios vaqueiros e seus ajudantes não poderiam em hipótese alguma desempenhar esta função, sob o risco de interromper a criação. Os animais aptos ao corte eram escolhidos na época certa ou desejada e as boiadas, de cem, duzentas ou mesmo trezentas cabeças de gado, conduzidas ordinariamente para as cidades por um tipo especializado de vaqueiro, chamado de *passador*, pois era pago por cabeças "passadas" de um lugar ao outro. No caso das boiadas que iam à Bahia, depois de descansar nas Jacobinas, costumavam parar em Capoame, um lugar distante oito léguas ao norte da cidade, onde o gado encontrava pasto e os negócios eram feitos. Para se ter uma idéia do custo deste trabalho, Antonil exemplifica que "quem quer que entrega a sua boiada ao passado, para que a leve das Jacobinas até o Capoame, que é jornada de quinze, ou dezesseis ou dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cabeça da dita boiada".⁴⁷ Uma boiada de duzentas reses renderia, por exemplo, 80\$000 réis ao passado. Este não seria um mau soldo pela empreitada, dado que um mestre-de-açúcar, por exemplo, que se encontrava no topo dos empregados do engenho e era uma profissão extremamente especializada, recebia, na mesma época, cerca de 120\$000 réis ao ano.⁴⁸ Mas devemos sempre ter em conta que o passado, por seu lado, assumia os gastos com os tangedores e guias, tirando do gado a matalotagem da viagem, isto é, a carne. De modo que os custos do transporte, que não eram poucos, estavam embutidos no pagamento. Os lucros da economia pecuária realizam-se alhures. Nas Jacobinas, nos inícios dos Setecentos, onde invernavam por alguns tempo os gados vindos do sertão mais interior, as reses eram vendidas a 2\$500 ou 3\$000 réis, e o seu preço na Bahia — digo, na cidade — alcançava 5\$000 a 6\$000 réis. E o boi manso, útil para os trapiches ou para os carros, era vendido ali por 8\$000 réis.⁴⁹ Nota-se, portanto, que havia um ganho mercantil para muito além do custo do frete, ganho este que completava a classe intermediária de negociantes.

O duro trabalho dos passadores, guias e tangedores de gado em nada se assemelhava à imagem arquetípica que nos vem dos *westerns* hollywoodianos, tantas vezes reproduzida na historiografia. Homens livres em busca de algum ganho viviam em situação de extrema carência e

⁴³ "Fazendas de gado dos religiosos de Pernambuco em 1746 (circa)"; "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:413-18, 1906.

⁴⁴ José Jobson de Andrade Arruda. "A produção econômica". In: M. B. Nizza da Silva. *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa, 1985, p. 111-4.

⁴⁵ J. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 147.

⁴⁶ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 186-7.

⁴⁷ Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 189.

⁴⁸ Stuart Schwartz. *Segredos internos*. São Paulo, 1988, p. 271.

⁴⁹ Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 190. Dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, em 1618, sabe-se que o preço de uma vaca no Nordeste era de 4 mil réis, um boi de carro de 6 a 7 mil réis e um boi já feito cerca de 12 a 13 mil réis.

enfrentavam a rudeza deste trabalho sertanejo, tal como retratada nesta passagem de Antonil:

"Guiam-se indo uns adiante cantando para serem desta sorte seguidos do gado e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As suas jornadas são de quatro, cinco a seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, onde há falta de água, seguem o caminho de quinze a vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso até que achem paragem, onde possam parar, nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vão por onde hão de passar".⁵⁰

Muito provavelmente, grande parte deles seguia a marcha a pé pelos sertões interiores, pois o cavalo era antes de tudo raridade e posse exclusiva dos grandes senhores e cedido apenas aos vaqueiros, como instrumento indispensável de trabalho.⁵¹ De maneira geral, as crias do gado cavalar não participavam da partilha, como se depreende da descrição dos currais de Jácome Pereira no sertão baiano, presente em uma carta de arrematação datada de outubro 1665. Além disso, os cavalos eram parte reduzida do plantel de um curral. Segundo esse importante documento, no curral do Jurumungão, os cavalos eram 10% do plantel, e no curral do Frade da Sirica, apenas 6%. Naquele ano, o valor estipulado para cada cabeça de gado vacum acima de quatro meses era de 1\$700 réis, sendo que os cavalos mansos, com selas e freios, valiam mais do que o dobro: 4\$000 réis.⁵²

⁵⁰ Pe. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa, 1711, p. 189.

⁵¹ Gilberto Freyre já havia mostrado como o cavalo era "animal por excelência aristocrático e até autocrático", realçando e garantindo o movimento necessário à dominação do senhor de engenho na rede patriarcal. *Nordeste*. São Paulo, 1951, p. 124. O cavalo era ainda importante mercadoria de exportação para Angola. Cf. José Alípio Goulart. *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, 1964.

⁵² Jácome Pereira possuía uns currais de gado vacum e cavalar na região de Macassar, entre o rio Real, Itapicuru e Inhambupe, no sertão baiano. Parceiro do contratador dos dízimos Álvaro Rodrigues Meneses, morto e inadimplente. Jácome Pereira estava envolvido com a falta de pagamentos devidos. A arrematação de seus bens estava decidida deste 1662, e Pereira havia recorrido. Segundo o documento, ele possuía escravos e outras fábricas "de que se podia desfazer e alhear tudo pela terra não sen sua". Naquele ano de 1665, para pôr termo ao negócio, o Juiz dos Limites, acompanhado de um escrivão, fez o levantamento de tudo que havia nos dois currais da região. Um certo padre Mateus de Mendonça acabou arrematou todos os bens

Também no contexto das guerras dos bárbaros, o uso do cavalo nas tropas sertanejas não foi regra. Apesar da presença de animais nos currais e fazendas do sertão, a ausência de tropas montadas devia-se muito mais à necessidade de manter a mobilidade dos soldados nos matos cheios de juremas e outros arbustos espinhosos que machucavam os pés e os rostos. Na maior parte das vezes não havia caminhos batidos, sendo preciso romper moitas espessas e florestas de canas selvagens com facões, enfrentando cobras, carrapatos, rios de formigas e outros insetos daninhos. Como dificilmente pode observar o viajante que hoje passa pelas estradas de asfalto que cortam quase geometricamente o sertão, os caminhos e veredas no semi-árido, por onde fluíam as tropas e os guerreiros bárbaros, acompanhavam sinuosamente o sistema resultante da respiração sazonal da bacia hidrográfica. No caso do Rio Grande, por exemplo, afora os caminhos fluviais normalmente perenes (o Açu, o Jaguaribe e o Apodi), a rede de riachos e afluentes oferecia, tanto no inverno como nos tempos mais secos, veredas mais adequadas ao trânsito no meio da caatinga e dos matos espinhosos, além de garantir a proximidade com as eventuais fontes de água. Na verdade, são raríssimas as referências às tropas montadas na documentação. Em um episódio, Martin de Nantes, que sempre viajava nos matos a pé e dizia temer as "solidões vastas e assustadoras" dos sertões, conta que as tropas arregimentadas para a guerra na região do rio Salitre, em 1675, reuniram, entre os portugueses, "cento e vinte homens, todos a cavalo".⁵³ Em outra ocasião, quando era ainda sargento-mor do terço de Matias Cardoso, consta que Manuel Álvares de Moraes Navarro partiu com trezentos homens de armas e uma tropa de 27 cavalos, formada a sua custa, para lutar contra os bárbaros por "onze dias efetivos a fogo vivo até

pagando em dinheiro de contado. No curral do Jurumungão "havia 116 vacas parideiras, 9 bois de entrega, 12 novilhos de 2 anos, 19 novilhas da mesma idade, 20 bezerras e 22 bezerros de 6 meses, que estão ainda por dizimar e pagar o partido ao curraleiro criador, 7 éguas parideiras, duas poldras de 3 anos, 2 poldros de dois anos, mais duas poldras e 2 poldros de um ano e nove cavalos mansos". No curral do Frade da Sirica "havia 191 vacas parideiras, 27 bois de entrega, 23 novilhas que vão a três anos, 15 novilhos e 18 novilhas que vão a 2 anos; que vão a dois anos 58, e novilhas da própria idade 43; e 47 novilhas que vão a ano, e 44 novilhos da própria idade; e 18 bezerras fêmeas e 3 bezerros de peito de 6 meses; e 10 éguas parideiras, e 14 cavalos mansos; 3 poldros de dois anos, e duas poldras de ano; e três poldros de anos, dos quais poldros se deve ainda o dizimo, e a parte do criador". Carta de arrematação por que o pe. Mateus Mendonça arrematou os currais de Jácome Pereira, 13/10/1665. *DH*, 22:177-84.

Martin de Nantes. *Relation succincte et sincere de la mission du pere. . . , prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Bresil parmi les indiens appelés Cariris*. Quimper, 1706, p. 123.

os derrotar".⁵⁴ De fato, sabemos que o terço de Navarro, do qual se preservou o livro de assentamento, não possuía sequer um cavalo, uma vez que o regimento das fronteiras de 1645, que estipulava as normas para o seu preenchimento, era muito claro quanto à necessidade de assentar, tal como os soldados, cada um dos cavalos engajados.

O vaqueiro, que tinha como principal função percorrer os campos para controlar o gado e evitar que se tornasse selvagem, precisava do cavalo, donde sua posição privilegiada, quase honorífica, no mundo sertanejo. Como acessórios indispensáveis se desenvolveram petrechos e vestimentas que resultavam em verdadeira couraça, capaz de lhe franquear o sertão, e que desembocariam numa "civilização do couro", na famosa fórmula de Capistrano de Abreu. Somente na segunda metade do século XVIII, depois do intenso desenvolvimento do interior da colônia em razão da mineração, é que o cavalo se democratizaria, ainda que de forma relativa. O "alvará das armas" de 1569, que estabelecia as obrigações de portes de armas que todos súditos deveriam possuir, reconhecia que os moradores das ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e "partes do Brasil" não eram "obrigados a ter cavalos, porque pela qualidade da terra o hei assim por bem".⁵⁵ Os cavalos tampouco foram usados nas guerras seiscentistas contra os holandeses, não por carência de animais, mas por sua inadequação às condições ecológicas da zona da mata, onde inexistiam espaços abertos e o chão de massapê tornava os caminhos intransitáveis no inverno.⁵⁶ No caso das guerras no sertão semi-árido, onde as juremas e outros arbustos espinhosos dificultavam o avanço dos animais, o uso do cavalo se fazia ainda mais inconveniente e praticamente impossibilitava a perseguição dos tapuias, destros em se internar na caatinga. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a marcha a pé era o modo de locomoção característico dos sertanejos, pois a locomoção animal "seria extremamente difícil e penosa nas brenhas e lugares acidentados".⁵⁷ Preservavam, assim, "a tradição indígena, alheia ao uso de quaisquer animais de transporte", despertando o assombro dos espanhóis pelas dilatadas jornadas de que eram capazes de fazer a pé. O padre Antônio Ruiz de Montoya não havia escrito que

"a pé e descalços marchavam os de São Paulo por montes e vales 300 a 400 léguas, como se passeassem nas ruas de Madri?".⁵⁸

Parte da historiografia tem asseverado que o indígena contribuiu de forma privilegiada com a mão-de-obra da pecuária. De modo que, à diferença da evolução da economia açucareira da costa, baseada na escravidão do africano, a zona sertaneja teria assistido a uma adaptação mais ou menos tranqüila das populações locais à economia pastoril. Dois fatores colaboraram para alimentar esta proposição. Primeiramente, a repetição de preconceitos, severamente enraizados no imaginário local, de que os indígenas eram incapazes de trabalho continuado e sedentário, em função de sua "moleza", "mentalidade primitiva", "extremada rebeldia", etc.; daí a sua inadaptabilidade ao trabalho agrícola e, por exclusão, a consequente acomodação à pecuária. Num movimento de quase naturalização do uso dos indígenas como força de trabalho, supunha-se sua "utilização" ótima na economia colonial, já que estavam "disponíveis". Em segundo lugar, o desconhecimento ou menoscabo da exata dimensão da série de conflitos resultantes do contato da frente de expansão com os grupos indígenas locais. Disso resultou, por exemplo, que um historiador da altura de Charles Boxer, fiando-se exclusivamente no relato de Martin de Nantes, tenha concluído que, apesar dos excessos cometidos por alguns criadores em face dos índios, "as relações entre os colonos e os ameríndios foram freqüentemente amigáveis neste período no vale do rio São Francisco" e que se os vaqueiros "algumas vezes maltrataram os aborígenes e tomaram suas terras, muitos ameríndios encontraram emprego nos ranchos".⁵⁹ Nada nos parece mais enganoso.

Em 1665, nos currais de Jácome Pereira, por exemplo, os africanos eram descritos junto com o plantel do gado vacum e cavalar. No curral do Jurumungão havia 220 vacas, bois e cavalos, assim como "Gonçalo e Maria sua mulher escravos gentios de Guiné, e Gaspar e Mateus moleques". No curral do Frade da Sirica havia 487 vacas, bois e cavalos, junto com José e sua mulher, "escravos do gentio da Guiné", e "Perpétua, Domingos, Pedro e João; e Pedro e Bento, moleques que andam fugidos; e mais Manuel e Paulo, moleques que estão no curral", além das crianças "Juliana Negra e Domingas Crioula, de 3 para 4 anos, e Marta de 2 anos". Seus preços foram estipulados em 44\$000 réis por cabeça os adultos e 16\$000 réis as crianças.⁶⁰ Se havia outros trabalhadores li-

⁵⁴ Folha de serviços de Manuel Álvares de Moraes Navarro, 15/12/1696. AHU, cód. 86, fls. 246-8.

⁵⁵ Alvará das armas de 1569. In: M. C. de Mendonça (ed.), *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 147.

⁵⁶ Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, 1975, p. 221-4.

⁵⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957, p. 147. Para a presença do cavalo em São Paulo, veja o capítulo "Do peão ao tropeiro", p. 148-59.

⁵⁸ Sérgio Buarque de Holanda, *O Extremo Oeste*. São Paulo, 1986, p. 68 e 170.

⁵⁹ Charles Ralph Boxer, *The Golden Age of Brazil*. Lisboa, 1995, p. 233.

⁶⁰ Carta de arrematação por que o pe. Mateus Mendonça arrematou os currais de Jácome Pereira, 13/10/1665. DH, 22:177-84.

vres, o que é provável, não temos indicações. Estudando de maneira quantitativa alguns relatos referentes ao Piauí, para o ano de 1697, Luís Mott mostrou que, pelo menos nessa região, o padrão histórico das relações de produção na pecuária contraria, em muito, as generalizações da historiografia. Inicialmente, fica claro, pelos dados apresentados, que "os índios não eram tão desejados e indispensáveis como mão-de-obra". Presentes de maneira minoritária nas fazendas de gado, representavam apenas 9% da mão-de-obra usada no pastoreio. Mais ainda, o autor conclui que é errada a assertiva de que o trabalho livre fora a regra nestas atividades. Dados demográficos nos mostram que, no mesmo ano de 1697, 48% da população total envolvida com a pecuária era escrava.⁶¹ Baseado neste autor, Gorender concluiu, após uma revisão dos mesmos documentos utilizados por Caio Prado Jr. e outros, que de fato a escravidão predominara na pecuária colonial.⁶² Contudo, para um adequado entendimento da questão, acredito que cabe ao historiador ter consciência das limitações óbvias da documentação para as generalizações de ambos os lados do debate. Ao mesmo tempo, temos de considerar essas mesmas generalizações necessárias em face da escassez de documentos e estudos sobre o assunto e a importância das conclusões, uma vez que, ainda que temporárias e parciais, são fundamentais para o seguimento da pesquisa histórica. De toda maneira, ao contrário de Gorender, acredito que não se pode descartar o papel estrutural do trabalhador livre⁶³ na organização do pastoreio, donde a utilização de escravos apenas como ajudantes, como "fábricas", e nunca sua presença como vaqueiros. No final do século XVII, pelo menos para o Piauí, o absenteísmo ainda era a regra, e a presença dos vaqueiros e arrendatários era fundamental para o bom funcionamento das fazendas.⁶⁴ Apesar

⁶¹ Luís Mott. "Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial". *Revista de Antropologia*. São Paulo, 22:74-5, 1979. Veja também do mesmo autor "Estrutura demográfica das fazendas de gado no Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo". In: Idem. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 71-92.

⁶² Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. São Paulo, 1985, p. 425-42.

⁶³ É importante notar que o termo "trabalho livre" deve ser perfeitamente contextualizado para um correto dimensionamento histórico. Estamos muito longe do assalariado moderno ou do proletário do mundo capitalista industrial. Contudo, o trabalhador "livre" na situação colonial possuía prerrogativas quanto ao controle de seu destino de vida que em muito o afastavam do escravo, configurando situações de *status* diferenciadas, o que se fazia de primeira importância nesta dada ordem social.

⁶⁴ "Se nos primórdios da colonização — 1697 — 90% das fazendas de gado tinham proprietários absenteístas, nossos dados não deixam dúvida de que a partir dos meados do século XVIII o absenteísmo era exceção na estrutura fundiária do Piauí". Luís

de Mott mostrar que havia escravos no Piauí como únicos responsáveis pelo rebanho ("fazendas onde escravos eram livres de seus senhores e senhores de si"), é de bom senso imaginar um estatuto particular para este trabalhador que o afastaria da escravidão *tout court*. Estaríamos, pelo menos nos séculos iniciais da expansão do pastoril no sertão (creio que tudo faz-se diferentemente no XIX), bem longe do predomínio da mão-de-obra escrava, como quer Gorender. Podemos imaginar, ao contrário, que a pecuária estruturou-se com a presença determinante do trabalho livre (conformando uma relação escravista particular), e com a ausência relativa do trabalhador indígena.

Relativa porque temos informações da utilização do indígena no trabalho da condução do gado para os mercados consumidores. Segundo o governador-geral, João de Lencastro, os proprietários de gados mantinham em suas fazendas o número estritamente necessário de escravos, se fosse proibido que "os índios conduzissem esses gados, dos sertões para a Bahia ou seu Recôncavo ou [para] Pernambuco, nunca os poderiam enviar, faltando aos povos aquele provimento tão essencial". O trabalho de guias e tangedores realizado pelos índios era, do seu ponto de vista, muito útil para os próprios porque com as pagas ganham "com que se vestir e as suas mulheres". Os missionários forneciam os índios aldeados pelo salário que fosse considerado justo, recebendo o pagamento e por vezes o repartindo "com grande prejuízo deles". Lencastro, em um papel sobre as missões, sugeria que o pagamento deveria ser fiscalizado pelos procuradores dos índios e escriturado na presença de um índio "mais ladino". Sugeria, também, o estabelecimento dos salários que os índios deveriam vencer: do rio São Francisco à Bahia, 4\$000 réis, do Ceará, 6\$000 réis, do Piauí, 8\$000 réis e do Paramirim para cima, 8\$000 réis também.⁶⁵

Resistência indígena e extermínio

Desde o século XVI, o movimento de ocupação do sertão norte do Brasil confrontou o colonizador com os povos indígenas que habitavam estas regiões que se destinavam à criação do gado. Após a expulsão dos

Mott. "O padrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado no Piauí colonial". In: Idem. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 100.

⁶⁵ Papel com que o senhor dom João de Lencastro responde aos 16 pontos sobre as missões, 26/7/1702. In: Virgínia Rau (ed.). *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval em Portugal ao Brasil*. Coimbra, 1956, vol. 2, p. 49-52.

holandeses (1654) e a acentuação do movimento de expansão da pecuária, conflitos antes limitados tornaram-se cada vez mais frequentes, de modo que em breve uma situação de conflagração geral surgiria às vistas das autoridades coloniais, sendo denominada à época "Guerra dos Bárbaros". Os ataques constantes dos tapuias do sertão às fazendas, plantações e povoados do Recôncavo Baiano resultariam em uma série de expedições punitivas que moldariam a dinâmica futura da guerra no sertão. Nesse sentido, entre os anos de 1651 e 1679, as guerras contra os tapuias que "assolavam" o Recôncavo Baiano serviram de campo de provas para novas estratégias que determinariam a forma do extermínio que seria praticado nos séculos vindouros. A partir de 1687, os levantes dos tapuias ganharam radicalidade, em particular no sertão norte do então Estado do Brasil, isto é, Pernambuco e capitanias anexas, principalmente no Rio Grande e Ceará. As chamadas "guerras do Açu", apesar de serem normalmente tomadas como a Guerra dos Bárbaros como um todo pela bibliografia, são na verdade o caso específico dos conflitos desta região — do vale do rio Açu ou Piranhas —, no atual Rio Grande do Norte. Não obstante, a sinonímia se explica pela sua maior importância e significado. Posto que as diversas guerras movidas aos índios bravos se estenderam por todo o sertão pernambucano ou baiano, os episódios do Açu acabaram por cristalizar de maneira mais dramática o resultado de décadas de tirania e aniquilamento, mobilizando diversas nações em conflitos continuados. Estes punham em xeque o controle das regiões de fronteira do sertão de fora, na terminologia de Capistrano de Abreu, ameaçando, segundo a interpretação coeva dos agentes coloniais, a integridade do Estado do Brasil. Reforçando isso, parte da historiografia tem dado como verídica uma grande confederação articulada por diversos povos indígenas para barrar a invasão dos colonizadores e a expansão da economia do gado. Noção que será discutida mais adiante.

Neste novo contexto, o confronto peculiar ou geral que se armara no sertão fazia-se, especificamente, entre a fronteira da economia pecuária e os índios de grupos não-típicos, isto é, tapuias, historicamente irreductíveis. A forma específica da atividade econômica que embasara a ocupação, a pecuária extensiva de bovinos, implicou um acréscimo das possibilidades de conflitos por duas razões. De um lado, a extrema avidez de espaço resultante do modo específico de criação dos rebanhos no contexto ecológico de carência, tal como o do sertão semi-árido, implicava o levantamento dos indígenas, moradores seculares, que não podiam tolerar a intrusão e a conseqüente destruição de suas fontes de subsistência. Nesse sentido, Pereira d'Alencastre, autor de uma

memória oitocentista sobre o Piauí, entendia que "as freqüentes hostilidades dos selvagens contra os primeiros povoadores" eram compreensíveis, dado que para com estes intrusos os índios "não podiam ter senão má vontade, visto que os olhavam como usurpadores de suas terras". Eram, contudo, tidos pelo autor como "um embaraço todo dia, um grande mal que demandava pronto remédio para garantia da propriedade nascente e o que é mais, das vidas dos arrendatários e colonos que afluíam em grande número".⁶⁶ Por outro lado, a facilidade de captura do gado, dada a sua forma mais ou menos lassa de pastoreio, e, portanto, o interesse que despertou nos povos autóctones, que viam nos animais soltos a possibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares, faziam com que os povos indígenas fossem tidos pelos colonos como grave transtorno à economia local.

Para os criadores de gado daqueles tempos, os povos autóctones eram apenas mais um empecilho. Com isto, devemos nos afastar das concepções integracionistas do processo colonizador que resultaram nas teorias de Darci Ribeiro, para quem os impulsos de expansão ativados pelas sociedades mais "evoluídas" tecnologicamente revertiam, quase que necessariamente, num "movimento de incorporação histórica" que poria estes povos contatados "sob o domínio de um centro reitor fazendo-os transitar a outra etapa evolutiva, mas com perda de sua autonomia e mediante a sua conversão em proletariado externo de outros povos".⁶⁷ Isto talvez seja válido para os grupos típicos do litoral que de uma forma ou de outra, foram recrutados para o trabalho nos engenhos de açúcar, ou ainda, no caso da sociedade sertaneja paulista, para o trabalho nas fazendas de trigo.⁶⁸ No sertão setentrional, muito ao contrário, as guerras aos índios neste momento, por razões estruturais da forma da evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao ma-

⁶⁶ "Memória cronológica, histórica e coreográfica da província do Piauí (1855)". *RHGB*, 20:18-9, 1857.

⁶⁷ Darci Ribeiro. *Os brasileiros. 1. Teoria do Brasil*. Petrópolis, 1978, p. 43. Em outro livro, cuja primeira edição é de 1970, o antropólogo considerava, em breve passagem, o caso específico da conquista do Nordeste: "Os índios dos sertões do Nordeste opuseram toda resistência possível à invasão do seu território [...]. Os grupos que mais se opuseram à invasão foram trucidados, sendo os sobreviventes apresados como escravos para os canaviais da costa ou para reforçar a população das missões religiosas". *Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. São Paulo, 1996, p. 65.

⁶⁸ Sobre as fazendas paulistas, veja o livro de John Manuel Monteiro. *Os negros da terra*. São Paulo, 1993.

nejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínio, de "limpeza do território".⁶⁹ Se houve expedições orientadas para a captura e escravização dos habitantes dos sertões, de maneira geral, o escopo era sempre a matança, seja para refrear a "insolência" de grupos resistentes, seja para abrir simplesmente espaço para as criações. Neste caso particular, os impulsos de expansão resultaram em situações extremamente nocivas e não-integradoras. Fato cheio de conseqüências para a história das políticas indigenistas do império na América, bem como (e principalmente) para o destino destes povos, primitivos habitantes do Brasil. A guerra de extermínio somou-se o contexto deletério da aculturação e miscigenação a que se submeteram alguns grupos indígenas que, feitas as contas, preferiram alinhar-se aos colonizadores. Os poucos que conseguiam acomodar-se em aldeamentos e missões eram utilizados em serviços diversos e cuidados para que tivessem sua alma "salva", na maior parte das vezes de sua própria vida e cultura. Dos que se passavam ao lado dos colonizadores, os guerreiros hábeis eram normalmente integrados às tropas enviadas para combater os irredentos. Para se ter idéia do resultado do aniquilamento a que foram submetidas as sociedades autóctones, hoje, a população indígena do Nordeste como um todo conta em cerca de 36.000 indivíduos, ou seja 5,5% da estimativa histórica à época do Descobrimento: pelo menos 652.000 pessoas, de acordo com John Hemming.⁷⁰ Quanto à diversidade destas sociedades,

⁶⁹ O mesmo ocorrendo nos sertões meridionais e na Amazônia. Contrariando a visão dominante na historiografia, John Monteiro demonstrou que "as expedições de apresamento oriundas de São Paulo, pouco tinham a ver com a expansão territorial. Muito pelo contrário: ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas — bem como as tropas de resgate da região amazônica e dos «descimentos» dos missionários em ambas as regiões — correram antes para a devastação de inúmeros povos nativos. Parafraseando Capistrano de Abreu, a ação destes «colonizadores» foi, na realidade, tragicamente despovoadora". John Manuel Monteiro. *Os negros da terra*. São Paulo, 1993, p. 7-8.

⁷⁰ *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, Appendix, p. 487-501. Para o debate sobre o tamanho das populações indígenas pré-colombianas, veja Willian Denevan (org.). *The Native Populations of the Americas in 1492*. Madison, 1978. John Manuel Monteiro critica a perspectiva unidimensional dos cálculos de Hemming que, partindo de uma demografia "estagnada" no marco zero de 1500, supõe a história destes povos como "a crônica de sua extinção"; como de fato o faz. Veja "As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência". *Brasil — nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa, 1992, p. 124-5. O censo de 1991, pela primeira vez, incluiu os índios como variável. Para o Nordeste, o resultado é próximo à contagem do CEDI (35.570 indivíduos), ou seja, 40.175 indivíduos, assim distribuídos: Piauí (314), Ceará (2.694), Rio Grande do Norte (394), Paraíba (3.778), Pernambuco (10.576), Alagoas (5.690), Sergipe (760), Bahia (16.023). Estes dados

das centenas de grupos indígenas existentes na época, apenas 26 habitam atualmente na região, estabelecidos em 43 áreas. E, em termos culturais, hoje somente os fulniôs se expressam em língua própria, ao passo que todos os demais conhecem apenas o português.⁷¹

foram publicados em Marta M. Azevedo & Gislaire Fonseca. "Os índios e o censo demográfico de 1991". *Boletim da ABA*, Campinas, 29:15-30, 1998.

⁷¹ Para uma etnografia dos fulniôs, veja Estevão Pinto. *Etnologia brasileira (Fulniô — os últimos tapuias)*. São Paulo, 1956. Uma leitura crítica desse texto e das referências aos cariris, encontra-se em Dirceu Lindoso. "Na aldeia de Ia-ti-lhá (etnografia dos índios tapuias do Nordeste)". *ABN*, 11:21-45, 1991. Sobre as identidades emergentes, veja os artigos de João Pacheco de Oliveira, "Povos indígenas no Nordeste: fronteiras étnicas e identidades emergentes" *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, 270:31-4, julho/agosto de 1993; e de Carlos Alberto Ricardo. "Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil". In: Aracy L. da Silva & L. D. B. Grupioni. *A temática indígena na escola*. Brasília, 1995, p. 29-56.

O PAÍS DOS TAPUIAS

DESDE o início da colonização, os indígenas, para além de sua utilidade como força de trabalho, apareciam como aquele substrato mínimo de povoadores necessário para a manutenção do domínio, ante as tentativas de conquista ou de invasão de outras potências européias, ou mesmo de resistência de grupos nativos hostis.¹ Os grupos indígenas aliados ou pacificados permitiam uma margem de segurança à empresa colonial perante as ameaças externas, isto é, de outras potências européias, ou das ameaças internas presentes em um sistema baseado na compulsão extrema do trabalho.² A percepção desta funcionalidade específica dos povos indígenas no processo colonizador já havia sido pensada por Caio Prado Jr., para quem é certo que os portugueses procuraram, no início, aproveitar-se do indígena “não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento *participante* da colonização”.³ Tratava-se de usar os índios para prover uma base populacional, pois era

¹ Florestan Fernandes. “A sociedade escravista no Brasil”. In: *Circuito fechado*. São Paulo, 1976, p. 18.

² É o que Luiz Felipe de Alencastro chamou de “dupla frente militar portuguesa”:

“Desde logo, as autoridades coloniais procuram fixar alianças com certas tribos do litoral para barrar a ofensiva dos índios hostis, por um lado, e defender os portos dos corsários europeus, por outro lado”. O autor aponta ainda como fatores restritivos ao emprego de escravos índios a “sua vulnerabilidade ao choque microbiano e virótico” e o relativo “ilhamento” dos enclaves produtivos da colônia, o que impedia o desenvolvimento do intercâmbio entre as capitanias e, portanto, de um sistema regular de tráfico de escravos indígenas. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas, 1994, p. 52-60.

³ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1943, p. 85.

fundamental compor o suporte mínimo de ocupação e defesa.⁴ Certo que sempre se procurou atrair colonos com cabedais capazes de realizar o enriquecimento da terra e o seu próprio, mas o papel destinado ao indígena, na ordenação do mundo colonial, também o previa como um povoador apto a atender o seu caráter militar e de defesa, daí buscar mantê-lo em sua "natural liberdade". Padre Antônio Vieira já tinha completa percepção disto, como podemos ver na carta que escreveu a d. João IV, em que recomendava remédios para a situação de escravização dos indígenas, pois, uma vez resolvida esta situação, "terá também a república muitos índios que a sirvam e que defendam, como eles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la [aos holandeses]".⁵

O papel de povoador, destinado ao indígena, desempenhava uma função estratégica na construção do domínio colonial. Os autóctones eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as tropas com os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e tribos que se manifestavam hostis, e entre colonizadores de diversas nações. O cronista Fernão Guerreiro, no começo dos Seiscentos, reconhecia que os índios, além de necessários para os diversos trabalhos, eram-no para a defesa da terra, pois "quando algum inimigo ou corsário vem a ela, e pretendem dar, ou desembarcar em alguma parte, que os índios à sombra dos padres são os que lhe defendem a desembarcação e os desbaratam com suas flechas, mais que os portugueses com os seus pelouros [balas de metal]".⁶ Internamente, os indígenas aliados poderiam ser usados para conter as tensões do sistema escravista, notadamente onde se baseava na mão-de-obra africana, quer dizer, no seu núcleo mais dinâmico. Um jesuíta, que viveu no Brasil um pouco antes da invasão holandesa, explicava que os negros temiam aos índios, "porque pelos montes lhes vão a buscar, prender e castigar".⁷

De tal forma se faziam indispensáveis em determinadas situações, que, além da legislação protetora e da ação dos missionários, se impunha uma política cautelosa dos mandatários na Colônia. Exemplo disto foi a atitude do governador-geral do Brasil, d. Diogo de Meneses, que escreveu ao rei, no ano de 1612, explicando como deveriam proceder

⁴ Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo, 1988, p. 15-6.

⁵ Antônio Vieira. "Carta ao rei d. João IV, 20/5/1653. In: Idem. *Cartas*. Rio de Janeiro, 1949, p. 89-90.

⁶ *Relação annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné, nos anos de 1602-1603*. Lisboa, 1605, p. 114.

⁷ Apud: Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, 1975, p. 176.

os mercenários coloniais na conquista do Maranhão, então sob o controle dos franceses. Para ele, a conquista não se devia fazer com grandes custos nem com um grande exército, mas, pelo contrário, com "engenho e manha", porque os índios não eram gente de se conquistar pela força. Recomendava, com pragmático cinismo: "Quanto menos puder ver o gentio em nós, e nos que o vão conquistar, tanto mais se fiarão no que lhes dissermos, e assim se reduzirão facilissimamente porque não é gente que se defenda por força, senão por fugir de nós". Se os índios abandonassem a expedição, isto é, se não aceitassem fazer-se aliados dos portugueses, estes estariam em maus lençóis pela dependência que lhes deviam. Nas palavras do governador, os portugueses não se sustentariam "na falta das coisas". A conquista da costa dependia desta política de alianças: "sem eles", continuava a carta, "mal se poderá remediar nem povoar tão larga costa assim para o remédio de a defender aos estrangeiros como de a cultivarem".⁸ Dessa maneira, como já procurei mostrar em outro trabalho, o processo de substituição do indígena pelo africano nas fábricas e plantações do Nordeste brasileiro, no primeiro quartel do século XVII, deve ter suas razões buscadas não apenas na dinâmica do capital mercantil ou populacional, mas também na política de povoamento e de alianças militares levada a termo pela Metrópole.⁹

A indecisão sobre a legalidade da escravidão do indígena durou apenas até o ano de 1570, quando a Coroa resolveu garantir o seu direito à liberdade, reproduzindo noção defendida pela bula de Paulo III, *Sublimis Deus sic dilexit*, de 1537.¹⁰ Não obstante, a lei de 20 de março de 1570

⁸ Carta de d. Diogo de Meneses a el-rei sobre negócios do Maranhão, 1.º/3/1612. In: Barão de Studart (ed.). *Documentos para a história de Martin Soares Moreno*. Fortaleza, 1905, p. 2. Sobre o "fundador" do Ceará, veja a monografia de Afrânio Peixoto. *Martin Soares Moreno*. Lisboa, 1940.

⁹ Um resumo da questão se encontra em *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo, (1992) 1999, capítulo 1. Veja também Fernando Novais. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo, 1978, p. 92-106. Para uma discussão historiográfica, veja o texto de Barbara L. Solow. "Slavery and Colonization". In: Idem. (org.). *Slavery and the Rise of Atlantic System*. Nova York, 1991, p. 32-47; Luiz Felipe de Alencastro. "O aprendizado da colonização". *Economia e Sociedade*, 1:161, agosto de 1992; e Stuart Schwartz & Russel R. Mennard. "Why African Slavery? Labor Force Transitions in Brazil, Mexico and the South Carolina Lowcountry". In: Wolfgang Binder (ed.). *Slavery in the Americas*. Erlangen-Nürnberg, 1990, p. 89-114.

¹⁰ A lei de 1570 atendia aos desejos dos jesuítas Luís da Grã e José de Anchieta, que haviam participado de uma junta em 1566 para definir a política indigenista. A guerra indígena já havia sido invocada, pela primeira vez, pelo governador Mem de Sá, quando

esclarecia os casos em que seria lícito "fazer cativos os ditos gentios": aqueles tomados em "guerra justa", isto é, autorizadas pelo rei ou pelo governador do Brasil, e no caso dos indígenas que praticassem a antropofagia. Um pouco à margem do debate espanhol com suas sofisticadas teológicas, em Portugal o conceito de guerra justa fora definido de forma pragmática ainda no século XIV pelo franciscano Álvaro Pais, cuja doutrina acentuava o direito da Igreja ou do Estado de declarar guerra contra os infiéis, donde a destruição e escravização dos inimigos se faziam segundo a lei, isto é, em termos públicos e não privados. A guerra declarada por particulares deveria ser efetivamente condenada, e os cativos tornavam-se escravos, no sentido pleno da instituição, se capturados sob a autorização, portanto, do Estado ou da Igreja.¹¹ Já no período filipino, a lei de 24 de fevereiro de 1587 regulamentou o uso dos índios

promoveu a guerra vindicativa contra os caetés, que haviam comido o bispo Sardinha. Cf. John Manuel Monteiro. *Os negros da terra*. São Paulo, 1993, p. 42.

- ¹¹ Beatriz Perrone-Moisés. "A guerra justa em Portugal no século XVI". *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 5:5-10, 1990. Sobre a noção de "guerra justa", veja também o estudo de João Adolfo Hansen. "A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro". In: Adauto Novaes (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, 1998, p. 347-73. Como se sabe, as discussões em torno da guerra justa na América portuguesa destoam da sofisticação do debate quinhentista espanhol. Não poucas vezes, o leitor pode sentir nos textos pertinentes de um intelectual da altura de Antônio Vieira, um enorme desconforto com o gabarito de seus interlocutores. De toda maneira, é claro que a discussão teológica corrente nos séculos XVI e XVII informava o debate nestas plagas. Como veremos, o pouco interesse do homem português em descrever a natureza do homem tido por "bárbaro" provavelmente está associado à forte influência das idéias de Francisco de Vitória. Como se sabe, a interpretação tomista de Aristóteles feita por Francisco de Vitória no século XVI estabelecia que a desigualdade entre os homens derivava não da sua natureza (como pretendia a leitura de Juan Ginés de Sepúlveda), mas das faculdades políticas que justificavam a submissão dos povos tidos por inferiores ou imperfeitos. A violação dessa "lei natural" era justa causa para a guerra contra os bárbaros. Nesse sentido, tal como Bartolomeu de Las Casas, Vitória não negava a liberdade natural dos indígenas, mas considerava que a ausência de uma vida civil (a antropofagia, afeição a costumes "monstruosos", etc.) poderia justificar a guerra e a escravidão. Henrique de Gandia. *Francisco de Vitória y el Nuevo Mundo*. Buenos Aires, 1952, p. 174-97. Jean-François Courtine problematiza essa leitura tomista da doutrina de Vitória no artigo "Direito natural e direito das gentes: a refundação moderna, de Vitória a Suárez". In: Adauto Novaes (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, 1998, p. 293-333. Sobre o assunto, veja o estudo de Joseph Höffner. *Colonização e Evangelho: ética da colonização espanhola no Século de Ouro*. Rio de Janeiro, 1977, p. 216-43 e 317-35. Para a teoria da escravidão natural, o melhor estudo é o de Anthony Pagden. *La caída del hombre natural. El indio americano y los orígenes de la etnología paratífica*. Madrid, 1988, p. 51-87; veja também Joan Bestard & Jesús Contreras. *Bárbaros, paganos, salvajes y primitivos*. Barcelona, 1987, p. 116-26. Para um comentário

trazidos do sertão. As entradas de captura só poderiam ser feitas com a licença do governador-geral. A lei de 11 de novembro de 1595, porém, estabelecia que as guerras justas se fariam somente por ordem expressa do rei. Dez anos passados, a provisão de 5 de junho de 1605, assim como o alvará de 30 de julho de 1606, revogavam definitivamente os termos da lei de 1570, não considerando a legalidade do cativo indígena em caso algum, fossem eles batizados ou ainda gentios. No entanto, foi a divulgação da nova lei de 30 de julho de 1609 que causaria maiores transtornos. Coincidindo com a chegada da nova Relação na Bahia, essa lei declarava todos os índios definitivamente livres, fossem eles cristãos ou pagãos. Aqueles que tivessem sido ilegalmente capturados deveriam ser postos em liberdade e todos os recibos e contratos relativos a sua venda, anulados. A lei implicava a Relação no seu cumprimento o que lhe dava vigor sem precedentes. A reação dos moradores e autoridades da Colônia, assim como os conflitos com os missionários resultantes da resistência à aplicação da lei, fizeram o rei ceder, promulgando, em 10 de setembro de 1611, uma nova lei que recolocava a legalidade do cativo em caso de guerra justa ou de resgates. A partir de então, a guerra justa poderia ser declarada por uma junta composta pelo governador-geral, o bispo, os membros da Relação da Bahia, assim como representantes dos missionários, ao rei cabendo o direito de avaliar a decisão. Como mostrou Georg Thomas, "as disposições da lei de 1611 contribuíram para a fundação de novos estabelecimentos indígenas, que deveriam servir especialmente para a defesa das costas brasileiras", assim como dos inimigos internos, índios bravos e negros fugidos.¹²

Em perfeita sintonia com a política traçada pelo regimento do governo-geral de 1548, esta lei de 1611, consolidava o "regime das missões" tal como elaborado pelos jesuítas (Manuel da Nóbrega, principal-

obra de Bartolomeu de Las Casas, veja Marianne Mahn-Lot. *Bartolomé de Las Casas et le droit des indiens*. Paris, 1982. Para a guerra justa no México, Peru, Chile e Filipinas, veja o capítulo IX do livro de Lewis Hanke. *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*. Boston, 1965, p. 133-46. Sobre as bulas papais e a expansão portuguesa no ultramar, veja Charles Martial de Witte. "Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XVème siècle" (extrait de la *Revue d'Histoire Éclesiastique*), Louvain, 1985; e Idem. "Les lettres papales concernant l'expansion portugaise au XVIème siècle". *Nouvelle Revue de Science Missionnaire*. Immeuse, 1986.

Georg Thomas. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. São Paulo, 1982, p. 48 e 13. Os textos das leis citadas estão no apêndice II, p. 220-33. Veja também Agostinho Marques Perdigão Malheiro. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social* (1866-1867). São Paulo, 1944, vol. 2, p. 145-249; Rodrigo Otávio. *Os selvagens americanos perante o direito*. São Paulo, 1946; e Stuart Schwartz. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes, 1609-1751*. São Paulo, 1979, p. 99-112.

54 O PAÍS DOS TAPUIAS

mente) na metade do século passado. As missões entre os índios, "volantes", num primeiro momento, evoluíram para um projeto de fixação dos catecúmenos em aldeias adaptadas aos princípios pedagógicos em curso. Nestes povoados, os índios deveriam ser isolados da sociedade colonial, para então poder voltar a integrá-la de forma controlada. De maneira geral, índios das mais diferentes nações eram reunidos num único povoado para serem submetidos a diversas formas de ressocialização e de aculturação. Como mostrou Baeta Neves, o *aldeamento* era "um grande projeto pedagógico total".¹³ Além dos aldeamentos submetidos ao poder temporal das ordens religiosas, havia também as chamadas "aldeias d'el-rei" (sujeitas ao governo-geral) e mesmo alguns aldeamentos particulares (sujeitos às câmaras ou a alguns colonos, como era o caso em São Paulo). Para encher esses povoados, em associação com o governo geral, os jesuítas — num primeiro momento, e depois as outras ordens religiosas engajadas na missão — procediam aos *descimentos* de tribos indígenas. Missões volantes ou expedições militares "convenciam" índios afastados a "descerem" para perto dos povoados coloniais, onde viveriam em aldeamentos. Este sistema, segundo Luiz Felipe de Alencastro, atendia a três objetivos: "Tratava-se, em primeiro lugar, de criar aldeamentos de índios ditos «mansos», destinados a proteger os moradores dos índios «bravos». Em segundo lugar, os aldeamentos circunscreviam as áreas coloniais, impedindo a fuga para a floresta tropical dos escravos negros das fazendas e dos engenhos. Enfim, as autoridades e os moradores estimulavam os descimentos de indígenas a fim de manter contingentes de mão-de-obra nas proximidades das vilas e dos portos".¹⁴

A política de alianças e aproximação relativamente pacífica com alguns povos indígenas será seguida à risca pelos holandeses, quando de posse do Nordeste brasileiro, entre os anos 1630 e 1654. Os comerciantes batavos aprenderam gradualmente as regras da colonização,¹⁵ entre

as quais estava a urgência de encontrar aliados, em número e força, para a manutenção do domínio.¹⁶ Assim, os holandeses, tão logo conquistaram o Brasil, perceberam que a dimensão política da manutenção do controle das áreas produtoras coloniais pela metrópole resolvia-se numa necessidade de povoar as novas terras com súditos fiéis, o que, de forma mais aguda — neste momento de conflitos generalizados —, impunha um papel preciso aos grupos indígenas, que não o de escravos. De modo que havia maior pressão para a manutenção de uma relativa "liberdade" destes grupos e para a sua organização em aldeias reduzidas, isto é ressocializadas, o que os excluía, peremptoriamente, das reservas de mão-de-obra escravizáveis. Por outro lado, na situação generalizada de caos social criada depois da revolta dos luso-brasileiros de 1645, principalmente, fazia-se necessário impedir o incremento das tropas inimigas (portuguesas) com índios descontentes com as políticas da Companhia das Índias Ocidentais. Havia uma trava à preação dos indígenas que orientava a demanda de escravos para fora. Os pernambucanos não atribuíam a derrota da resistência, mais do que à traição de Calabar, aos índios que apoiaram os batavos? Esta era a opinião de frei Manuel Calado, autor de uma crônica da guerra luso-holandesa (*O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, 1648), que dizia serem os índios potiguaras e tapuias "a causa e o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a capitania de Pernambuco e de a conservarem tanto tempo".¹⁷

Apesar de os holandeses terem estabelecido, tal como a coroa ibérica, o preceito da liberdade dos índios, tendo-lhes, antes mesmo da invasão de Pernambuco, assegurado este direito,¹⁸ isto não significou que

¹³ Cf. Luís Felipe Baeta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro, 1978, p. 109-41. O termo *aldeamento* é correntemente utilizado pela historiografia para "para distinguir tais aglomerados «criados», daqueles outros, tipicamente «espontâneos»", chamados, então, simplesmente de *aldeias*. Em Portugal, ainda hoje, o termo *aldeia* significa apenas uma pequena povoação, inferior à vila. Cf. Aroldo de Azevedo. "Aldeias e aldeamentos de índios". *Boletim Paulista de Geografia*, 33:26, 1959; e Pasquale Petrone. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo, 1995.

¹⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas, 1994, p. 81.

¹⁵ Nos termos de Luiz Felipe de Alencastro. "O aprendizado da colonização". *Economia e Sociedade*, Campinas, 1:135-62, 1992.

¹⁶ Para uma visão geral da história das relações indígenas com os holandeses no Brasil, veja o capítulo quatorze ("The Dutch Wars") do livro de John Hemming. *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, p. 282-311 e o texto de Allen W. Trelease. "Dutch Treatment of the American Indian, with Particular Reference to New Netherland". In: Howard Peckham & Charles Gibson (org.). *Attitudes of Colonial Powers Toward the American Indians*. Salt Lake City, 1969, p. 47-59.

¹⁷ Frei Manuel Calado. *O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade* (1648). Belo Horizonte/São Paulo, 1987.

¹⁸ Conforme consta no *Regimento* de 1629, a liberdade do indígena devia ser respeitada "nas praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais". "Regimento do Governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais de 1629". *RIAGP*, Recife, 31:289-310, 1886. Preceito revigorado em 1636, pelas *Instruções* de que fala José Higinio no seu "Relatório...". José Higinio Duarte Pereira. "Relatório sobre as pesquisas realizadas em Holanda". *RIAGP*, 30:70-110, 1886. Apud: Mário Neme. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo, 1971, p. 179-80.

não fizessem vistas grossas às práticas estabelecidas nas regiões mais distantes do controle dos predicantes da Religião Reformada, os principais fiscais do cumprimento destas disposições.¹⁹ No entanto, ciente das necessidades conjunturais, o próprio conde de Nassau reconhecia a importância de manter tais aliados e alertava, em um relatório de 1644, que da amizade dos índios dependia em parte "o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isso em vista deve-se-lhes permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei da Espanha caíram ou por qualquer meio foram constrangidos à escravidão, como eu próprio fiz, libertando alguns". Para além disso, ordens foram dadas "para que não sejam ultrajados pelos seus *commandeurs* ou alugados a dinheiro ou obrigados contra a sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário, deve permitir-se a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação".²⁰ O que estava em jogo era a preocupação, das mais constantes da política dos holandeses no Brasil, de manter as alianças com as tribos indígenas do país, fosse para fins militares ou apenas de conservação do domínio, fosse mesmo para o serviço da empresa colonial.²¹

¹⁹ Para os signatários do *Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas* (escrito no ano de 1638, em Recife), os moradores em geral dividiam-se em livres ou escravos. Os escravos podiam ser de três categorias: da costa da África, do Maranhão ou naturais do Brasil Holandês. As duas últimas formas de escravidão, ainda segundo o relatório, eram a permanência de práticas dos portugueses, que comerciavam indígenas no Maranhão "como eles traficam em Angola", e, a se fiar nas informações, os brasileiros escravizados vinham de ser soltos pelas autoridades holandesas. "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil, escrito por J. M. de Nassau, Adriaen van der Dussen e M. van Ceullen (1638)". In: J. A. Gonsalves de Mello (ed.), *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Recife, 1981, vol. 1, p. 108. É bom lembrar que o Maranhão era tido como uma colônia autônoma do Brasil. Havia sido conquistado pelos holandeses em novembro de 1641, que se aproveitaram da ingenuidade do governador Bento Maciel Parente desprevenido porque confiante no acordo de paz entre as metrópoles.

²⁰ Relatório do Conde de Nassau aos *Heeren XIX*, apresentado em 27/9/1644, citado por J. A. Gonsalves de Mello Neto. *Tempo dos flamengos*. Recife, 1947, p. 200. Até uma assembleia da índios aliados foi organizada em 1645, onde reivindicavam, entre outras coisas, a formação de uma câmara de escabinos. "Uma assembleia de índios em Pernambuco em 1645: documento inédito". Edição e trad. port. Pedro Souto Maior, *RIAP*, 15:61-77, 1912.

²¹ Em um relatório, os membros do Conselho Supremo do Recife explicavam estes procedimentos que abonavam a paz: "Quanto aos índios emprega-mo-los o mais possível em proveito da Companhia [das Índias Ocidentais] e não poupamos esforços nem despesas para atrair o maior número deles, tratando-os com toda a consideração e premiando os seus serviços muito mais generosamente do que os nossos inimigos

O estudo do período holandês, e das políticas indigenistas da Companhia das Índias Ocidentais, permite-nos melhor perceber que o problema do estabelecimento de relações amigáveis com as tribos indígenas, visando a sua participação no processo de colonização, relacionava-se diretamente com a demanda permanente de colonos para o povoamento e, sobretudo, para o reforço das tropas. Os mais conhecidos auxiliares dos holandeses eram os potiguares da Paraíba, que marchavam sob o comando de Pedro Poti (parente próximo de Filipe Camarão, governador das tropas indígenas do lado português) e de Antônio Paraupaba.²² Para além disso, Nassau tratou de atrair tribos tapuias para uma aliança. Os janduis, habitantes do Rio Grande, foram os principais aliados dos batavos e já há tempos defendiam as conquistas do extremo Nordeste das invasões de portugueses.²³ Os cariris e goianases foram cortejados objetivando-se estabelecer dificuldades na fronteira do rio São Francisco, apesar de alguns grupos dos primeiros serem aliados dos portugueses. A mando de Nassau, o holandês Roulox Baro empreendeu uma viagem ao "país dos tapuias", visitando as tribos dos janduis situadas a oeste da colônia.²⁴ O resultado destas alianças holandesas far-se-ia refletir no futuro dos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses, quando da expulsão da Companhia holandesa do Brasil. Como veremos, as guerras dos bárbaros foram em grande medida o resultado imediato da desestabilização das alianças militares firmadas

de modo a não terem motivo de queixa, nem até hoje manifestaram nenhuma. / Procuramos por todos os meios prendê-los a nós, empregando as diligências necessárias, prometendo a liberdade a toda a sua nação, conforme a tempos fizemos por toda a parte publicar em editais, começando com registrar todos os índios das diferentes tribos, livres e escravos, residentes com os portugueses, no desígnio de libertar e mandar para as suas aldeias os desta região e aqueles cujos senhores não apresentem título legítimo de propriedade". *Brieven en Papieren uit Brasilië*, anno 1638, n.º 20, p. 44v. citado por Alfredo de Carvalho. "Um intérprete dos tapuios". In: *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro, 1929, p. 165.

²² A correspondência entre eles, por sua raridade, é documentação importantíssima para a etno-história dos povos indígenas. "Dois índios notáveis e parentes próximos (cartas de Poti e Camarão)". Edição e trad. port. Pedro Souto Maior, *RIAP*, 26:61-72, 1912; e "Cartas tupis dos Camarões". Trad. port. Alfredo de Carvalho, *RIAP*, 68:281-305, 1906. ²³ Joan Nieuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil, (1682)*. Trad. port., Belo Horizonte/São Paulo, 1981.

²⁴ A expressão "País dos Tapuias" é de Roulox Baro, que viajou ao Rio Grande do Norte para entender-se com tribos de índios janduis (tarairu). Para ele, no entanto, o "País dos Tapuias" quer significar a específica região onde "reina" o chefe Janduf. Roulox Baro. *Relação da viagem ao país dos tapuias (1647)*. Trad. port., Belo Horizonte/São Paulo, 1979; veja ainda J. A. Gonsalves de Mello Neto. *Tempo dos flamengos*, p. 202.

no período mais agudo do conflito Portugal-Holanda e do realinhamento conseqüente destes mesmo grupos.

Afirmar que havia uma preocupação de engajar os indígenas numa empreitada colonizadora, como povos aliados e integrados — convém repetir —, não significa, mesmo entre os holandeses, dizer que os indígenas foram poupados da escravização e do genocídio. Como se sabe, ao conquistarem o Maranhão em fins de 1641, alegando a ausência de escravos negros, os flamengos se viram na “contingência de usar o índio, constringendo-o ao trabalho”.²⁵ E a “guerra pelo mercado de escravos”, ao desestruturar o tráfico negreiro para o Brasil português, fez recrudescer o tráfico de indígenas, particularmente nas capitânicas do Sul. Nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, “o mercado de trabalho compulsório montado pelos paulistas no Sul aparecia, literalmente, como a salvação da lavoura baiana”.²⁶ Por outro lado, a leitura dos documentos relativos às diversas batalhas e escaramuças ocorridas nas ditas “guerras holandesas” nos tem mostrado que os índios estavam sempre presentes compondo a maioria das tropas e exércitos. Por exemplo, a própria tropa de negros de Henrique Dias era, em 1646, formada por 500 negros, 200 minas e 700 tapuias.²⁷ Nas escaramuças e batalhas das “guerras do Brasil”, eram sempre os índios os primeiros a serem passados no fio da espada e os últimos a serem considerados nos acordos de guerra. Lusos e batavos disputavam a aliança com os índios que, nos seus matos, se tornavam soberanos. Para penetrar e fazer a guerra neste difícil ambiente — onde “tudo são índios, e tudo é dos índios”, como dizia o padre Antônio Vieira —, que, ao contrário do mar Oceano, gran-

²⁵ Mário Neme. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*, p. 189.

²⁶ “Historiadores paulistas sempre afirmaram que a maioria destes índios fora vendida em zona açucareira do Norte. Rebatendo estas teses, John Monteiro demonstra que o grosso dos cativos oriundos do Sul e Sudoeste foi usado nos trigais, roças e transporte de São Paulo. Somente um número indeterminado, mas necessariamente menor, de índios teria sido puxado pelos engenhos fluminenses e nordestinos para tapar os buracos do trato transatlântico [...]. Ainda assim, existe uma relação de causalidade entre as bandeiras ao Guairá-Tapes e o desacerto temporário do fluxo negreiro”. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas, 1994, p. 86 e 88. Veja também John Manuel Monteiro. *Os negros da terra*. São Paulo, 1993, p. 76-9.

²⁷ A distinção entre “negros”, “minas” e “tapuias”, pode indicar que os “negros” eram “da terra”, isto é, índios brasileiros tupis e não tapuias, considerados povos insubmissos. Daí termos no batalhão “negro” de Henrique Dias, neste episódio, 1.200 indígenas lutando ao lado de 200 negros africanos. “Carta de Vieira a alguns comerciantes do Brasil (12/9/1646)”. Compilada em Joan Nieuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil, (1682)*. Trad. port., Belo Horizonte/São Paulo, 1981, p. 299.

des obstáculos colocava aos caminhos do colonizador, fazia-se necessário conseguir a colaboração dos índios, com ou sem o seu assentimento. Certamente, nunca em seu proveito.

Desde João Francisco Lisboa,²⁸ tem-se insistido na idéia de uma legislação indigenista oscilante e ambígua, que encobria uma política que ora atendia aos interesses dos colonos, ora aos dos missionários. Aqueles procurando o puro lucro mercantil e, portanto, a escravização dos indígenas, e estes, a sua conversão e catequese, e, então, defendendo sua “liberdade”. Caio Prado Jr., por exemplo, partilhava desta crença. Acreditava que a Igreja (a Companhia de Jesus, particularmente), ao isolar os indígenas e tentar monopolizar o direito de contato, acabava por entrar em choques constantes com os colonos. A Metrópole teria assumido nestes conflitos entre a Companhia e os colonos uma posição ambígua e oscilante, em razão de sua incapacidade em impor o próprio projeto — o índio como colonizador.²⁹ Mais recentemente, José Oscar Beozzo via um “movimento pendular” na legislação, alternando-se leis de escravidão, articuladas com os interesses mercantis, e leis de liberdade dos índios, associadas à vontade de dilatação da fé. Assim, os jesuítas, quase sempre, lutariam por uma lei restritiva do cativo, contra a sanha dos colonos “capitalistas”.³⁰ Contudo, podemos perceber que a dualidade da política indigenista da Coroa portuguesa não configurava propriamente uma oscilação. Com exceção da lei de 1609, logo abortada, esta política procurava regulamentar e legitimar a escravidão de povos situados na âmbito do Império e inscrever-se numa tradição legislativa que se embasara, antes de mais nada, em uma percepção disjuntiva do universo indígena. À proteção e ao privilégio da atuação dos missionários somava-se a iniciativa de conquista e extermínio de grupos indígenas considerados “bravios” ou irredutíveis. São ambigüidades aparentes de uma legislação que se forjava no bojo de um projeto colonial conduzido por uma política imperial. Fazendo as contas, é importante notar que o debate sobre a guerra justa não pode ser tomado

²⁸ Para quem a política indigenista da Coroa foi “uma série nunca interrompida de hesitações e contradições até o ministério do marquês de Pombal”, em que “promulgava-se, revogava-se, transigia-se, ao sabor das paixões e interesses em voga, e quando enfim se supunham as idéias assentadas por uma vez, recomaçava-se com um novo ardor a teia interrompida”. *Jornal de Timon*. Lisboa, 1858, v. 3, cap. 9, p. 85. Apud: Heloisa Liberalli Belloto. “Política indigenista no Brasil Colonial, 1570-1750”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 29:50, 1988; veja também Georg Thomas. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. São Paulo, 1982, passim.

²⁹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1943, p. 85.

³⁰ *Leis e regimentos das Missões — política indigenista no Brasil*. São Paulo, 1983, p. 11-7.

como “uma luta pela justiça”, em que se opunham defensores dos índios contra os cruéis escravistas, mas antes de mais nada como “uma busca de legitimação (no sentido weberiano do termo)”, nas palavras de Pagden.³¹ Apenas à primeira vista contraditória e oscilante, a legislação indigenista portuguesa, que por vezes autorizava a escravização dos povos indígenas (em caso de “guerra justa” ou “resgate”) e por vezes a coíbia, era na verdade o resultado da percepção das possibilidades de utilização da diversidade sociocultural dos povos autóctones e das possibilidades históricas do contato para a consecução dos objetivos concretos da empresa colonial. Beozzo, ele mesmo, mostra como Nóbrega “passa de uma a outra visão”, sem perceber, no entanto, que se tratava da mesma. Assim, o primeiro dos jesuítas no Brasil pedia a intervenção do monarca para que estimulasse a sujeição dos índios, para o auxílio da missão evangelizadora: “Se os quer [os índios] todos convertidos, mande-os sujeitar e deve fazer estender aos cristãos pela terra adentro e repartir-lhes os serviços dos índios àqueles que ajudarem”, aconselhava.³² Uma representação do final do século XVII, criticava justamente a missionação, que vinha sendo feita com intenções nada “católicas”. De acordo com seu autor, os verdadeiros missionários foram os apóstolos, que não tinham terras, nem rendas, nem propriedades, “e não aqueles que, com título de serviço de Deus e bem das almas, andam procurando terras e mais terras, com o pretexto de que são para os índios. O título é santo: o intuito é diabólico; porque com Seu nome se procuram as terras e os índios, para se servirem deles como seus escravos, para todas as suas lavouras, comércio, negócios e granjeios”.³³

Como sugeriu Beatriz Perrone-Moisés, a idéia de uma legislação “torçuda e crivada de contradições” deve ser substituída por uma percepção das diferenças com que eram tratados os grupos indígenas considerados aliados, isto é, compreendidos como participantes das estratégias da consolidação do domínio, e aqueles considerados inimigos, ou seja, que se recusavam àquela estratégia ou, simplesmente, foram destinados ao trabalho forçado. Assim, como diz a antropóloga, “a diferença irreduzível entre «índios amigos» e «gentio bravo» correspondeu um corte na legislação e política indigenistas”.³⁴ Nádia Farage, estudando

a política indigenista portuguesa no século XVIII, mostrou a correlação que existia entre a definição da área de domínio português e o estreitamento dos laços de vassalagem com os povos nativos. É o “peso político-estratégico” atribuído aos índios que definiria a “oscilação” da legislação portuguesa.³⁵ A bipolaridade tupi-tapuia, marca fundamental da percepção da diversidade dos povos indígenas pelos colonizadores, estava no cerne desta problemática, representando o corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, como nos contextos concretos.

O “muro do demônio”

Essa classificação originara-se das crônicas e documentos resultantes dos primeiros contatos, nos quais se repetiam os preconceitos e vagas hipóteses que iriam produzir uma percepção bipolar da humanidade indígena na América portuguesa. Podemos identificar esta distinção nas primeiras considerações acerca dos nativos encontrados pelos aventureiros que chegaram às costas da futura colônia do Brasil, no início dos Quinhentos. Como se tem conhecimento, eles depararam com povos indígenas que falavam, praticamente, a mesma língua: o tupi. Gândavo escreveu em sua *História da Província de Santa Cruz*, publicada em 1576, que “a língua que usam por toda a costa é uma”,³⁶ mas notou ainda que estes indígenas estavam divididos por ódios inconciliáveis em vários grupos que ocupavam intermitentemente a enorme extensão do litoral. Os colonizadores, de forma astuta, serviam-se destas divisões para coordenar uma política de dominação do território e das populações autóctones — estratégia levada a cabo pelos portugueses, franceses e holandeses. No entanto, sua relativa homogeneidade linguística e cultural logo permitiu aos colonizadores organizar sua percepção em categorias que por muito tempo iriam persistir. Assim, desde os primeiros contatos entre os europeus e os povos indígenas que habitavam o território da nova colônia, desenhou-se uma classificação das suas diversas “castas” que repousava, de maneira quase que exclusiva, na identidade linguística.

Ao que consta, o termo *tapuia* foi utilizado primeiramente pelo mesmo cronista Gândavo, que assim denominou uma tribo específica de índios que habitavam perto do “rio Maranhão da banda do oriente”, e

³¹ Anthony Pagden. *La caída del hombre natural*. Madrid, 1988, p. 18.

³² Ibidem, p. 15.

³³ RHGB, XXV:459-64.

³⁴ Beatriz Perrone-Moisés. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, 1992, p. 117.

³⁵ *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, 1991, p. 41-2.

³⁶ Pero de Magalhães Gandavo. *História da província de Santa Cruz* (1576). Belo Horizonte (São Paulo), 1980, p. 122.

que seriam da mesma nação dos aimorés, "ou pelo menos irmãos em armas".³⁷ Entretanto, mais tarde, "tapuia" passou a designar um conjunto de tribos que, apesar de heterogêneo, era percebido, pelo esquema classificatório, como portador de traços de identidade. A grande distinção originava-se da observação de que os povos que habitavam ao longo da costa "têm uma mesma língua que é de grandíssimo bem para a sua conversão", nas palavras do Anchieta.³⁸ Seriam assim povos cuja identidade estaria associada à *língua geral*, como os jesuítas chamavam o "tupi universal" que inventaram. Por outro lado, observou Anchieta, "pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios [os carijós, tupis] chamam tapuias".³⁹ Apesar de alguns dos primeiros jesuítas já apontarem para outras características, como, por exemplo, o fato de alguns destes tapuias não comerem carne humana, a distinção lingüística foi a mais importante, e fundamentava-se na estratégia de catequização por eles definida. Ao lado da inegável semelhança de todos os dialetos tupis, o agrupamento das diversas "castas" resolveu-se na necessidade homogeneizadora que os primeiros missionários viam para lidar com os grupos nativos. Tratava-se de entender para transformar, compreender as culturas indígenas para substituí-las pelo Evangelho.

Os jesuítas, desde cedo, determinaram que a catequese, ou a conquista das almas, seria mais facilmente realizada se usassem da língua dos naturais. Assim, a *Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, escrita por Anchieta e já utilizada em manuscrito no Colégio da Bahia no ano de 1556, acabou sendo impressa em 1595. Segundo a licença de Agostinho Ribeiro, o livro "serviria muito para melhor instrução dos catecúmenos e aumento da nossa cristandade daquelas partes e para com mais facilidade e suavidade se plantar e dilatar nelas nossa Santa Fé".⁴⁰ O tupi, ou *língua geral*, que os missionários aprenderam e sistematizaram, era justamente uma *língua franca*.⁴¹ Dessa forma, entendi-

³⁷ Ibidem, p. 140.

³⁸ José de Anchieta, "Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)". In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte/São Paulo, 1988, p. 310.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ José de Anchieta, *Arte da grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, 1595.

⁴¹ "E afastemos de pronto a idéia de que a «língua geral» era uma demonstração de profundo respeito cultural às tradições indígenas; a «língua geral», ao que se sabe, era um amálgama de línguas indígenas, somadas ao português do século XVI e ao latim — não há «língua geral» real entre as tradições diferentes que encontraram os religio-

do como um meio para a comunicação e a propaganda da fé, o tupi foi estudado com interesse pragmático. Se os jesuítas tinham em vista, antes de mais nada, um propósito utilitário, a sistematização objetivava garantir a comunicação, "daí a tendência para deixar de lado tudo aquilo que atrapalha muito e não prejudica, por sua falta, essencialmente a comunicação", escreveu Mattoso Camara.⁴² Todavia, como mostrou Christian Duverger, a decisão estratégica de recorrer às línguas indígenas não deve ser entendida como uma simples escolha pragmática ditada pelas necessidades de comunicação. Estudando a iniciativa missionária dos franciscanos na Nova Espanha (México) colonial, o antropólogo mostra que a escolha de utilizar a língua nativa passava pela idéia de constituir o grupo missionário com uma espécie de "marca de distinção". Assim, os missionários tomavam uma certa distância da hispanidade, no caso, e não apareciam aos indígenas como "agentes da potência colonizadora, mas como uma religião autônoma".⁴³ Salvo engano, poderíamos bem utilizar estas soluções para o caso brasileiro. Aqui, no entanto, a própria administração colonial estava orientada a estimular a vulgarização do conhecimento da "língua geral" e outras ordens religiosas deveriam seguir tal resolução. Os capítulos 21 e 22 do regimento do governador-geral Roque da Costa Barreto, de 1677, recomendavam e até ordenavam que se imprimissem vocabulários.⁴⁴ Em carta de janeiro de 1698, el-rei autorizava aos padres carmelitas descalços que catequizessem na língua dos índios para que "primeiro entendam os mistérios da fé na sua, e que depois se doutrinem na nossa, para que no meio do tempo de a saberem não peream o fruto".⁴⁵

Não obstante, esta estratégia dos jesuítas de valorização da "língua geral" encontrava opositores no seio da Igreja mesmo. O bispo D. Pedro

...sos". Luís Felipe Bacta Neves, *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro, 1978, p. 146-7.

O autor indica, também, que os missionários estavam sob influência dos estudos lingüísticos de seu tempo. Na época, entendia-se que era desejável uma identidade estrutural das línguas do mundo, que resultaria em uma gramática geral. Assim, utilizaram-se da estrutura da língua latina (que aproximavam deste ideal) e dessa maneira disciplinaram o tupi, pensando em oferecer aos índios uma "língua melhor" e certamente mais apta à comunicação dos bons costumes. J. Mattoso Camara Jr. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro, 1965, p. 101-2.

⁴² *La conversion des indiens de Nouvelle Espagne*. Paris, 1987, p. 169.

⁴³ Regimento de Roque da Costa Barreto, 23/1/1677, publicado em João Alfredo Libânio Quedes, *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962, vol. IV, p. 188 e também nos DH, 6:353.

⁴⁴ "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:385, 1906.

Fernandes Sardinha, que seria morto e comido pelos caetés, repreendeu até certo ponto os jesuítas porque não acreditava ser correto usar a língua dos naturais. Nóbrega e o missionários utilizavam-se, na verdade, além da língua, de ritos, nomes, referências e mitos próprios dos indígenas para alcançar seus objetivos. Mas o bispo reclamava que, se não convertidos totalmente à civilização cristã, os índios não poderiam ser salvos. Aprender o português era, assim, condição necessária, "porque enquanto o não falarem, não deixam de ser gentios nos costumes".⁴⁶ Mas os jesuítas não abririam mão da sua intenção. Nóbrega havia escrito já no primeiro ano de sua chegada, em 1549: "Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua e ir-los doutrinando pouco a pouco".⁴⁷ "Em meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas", não havia dito o próprio Cristo, que mandara os apóstolos pregar?

Da atitude dos inácianos nasceu uma postura importante para a definição daquela polaridade que nos interessa aqui. Mattoso Camara, lucidamente, percebe que à medida que aprofundavam o conhecimento do tupi e aproximavam-se do entendimento dos costumes e da cosmologia destes povos — cujo interesse estava, repito, na propagação da fé —, os jesuítas passaram a desprezar as outras línguas, tal como o faziam os portugueses e os próprios tupis. Desconsideradas como objeto (instrumento) da catequese ou da colonização, as línguas outras foram entendidas num todo genérico e indefinido a que se imprimiu — como o faziam os tupis — o nome de "tapuia", isto é, "aqueles que falam a língua travada": a barbaria.⁴⁸ A imensa heterogeneidade dos povos ha-

bitantes das terras interiores da região Nordeste era compreendida, então, como um mundo da alteridade em relação ao universo tupi. Anchieta acreditava que o nome "tapuia" queria dizer "escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra";⁴⁹ desse modo, a polaridade tupi/tapuia já queria, também, mostrar o destino que a colonização e a catequese haviam estabelecido para os grupos indígenas: ou tornarem-se escravos, ou cristãos aldeados pelos jesuítas. Simão de Vasconcelos, em sua *Crônica da Companhia de Jesus*, publicada em 1663, diz que aquelas gentes, que "se afirma terem perto de cem línguas diferentes", "são inimigos conhecidos de todas as mais nações de índios: com estas, e ainda com algumas das suas, trazem guerras contínuas. É desta tão conhecida inimizade lhe veio o nome de tapuia, que vale o mesmo que de contrários, ou inimigos".⁵⁰

A partir da segunda metade do século XVII, outro elemento importante para a caracterização dos bárbaros como infiéis, e não mais como gentios, era a percepção de que as alianças dos grupos janduis com os holandeses e a conversão de alguns deles à fé reformada era um fenômeno de amplas proporções. Presumia-se ainda que grande parte das nações tapuias, retirada para o íntimo dos sertões na ocasião da derrota dos holandeses (1654), mantinha contatos com os estrangeiros e poderia, com eles, cavilar uma recuperação do Brasil. Esta era, sem dúvida, uma das maiores preocupações da Coroa e dos governantes coloniais. Com efeito, uma das causas indicadas para o levante dos índios na ribeira do Açu era a comunicação entre estes índios rebelados e os estrangeiros, notadamente os holandeses.⁵¹ Um memorial que a câmara de Natal endereçou ao rei em 2 de julho de 1689 explicava que a navegabilidade do Açu permitia que grandes navios de "piratas do nor-

⁴⁶ Citado por Américo Jacobina Lacombe. "A Igreja no Brasil Colonial". In: S. B. de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, 1968, vol. 2, p. 59.

⁴⁷ "Carta ao padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, 1549". In: Manuel da Nobrega. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, 1988. Em 1773, o pe. Manuel da Penha do Rosário, escreveria suas *Questões Apologéticas* para "mostrar que em nada peca o pároco que na língua vulgar dos índios os instrui espiritualmente, não sabendo eles nem entendendo a portuguesa". Documento transcrito e publicado por José Pereira da Silva. "Língua vulgar versus língua portuguesa". *ABN*, 113:7-62, 1993.

⁴⁸ Vale reproduzir a nota do tupinólogo Batista Caetano para o *Tratado* de Cardim: "Tapuya. É o nome genérico com que no Brasil os índios aliados aos europeus designavam as hordas adversas e principalmente as que não falavam a língua geral. Anchieta escreveu *Tapuia*, Figueira, *Tapuyia* (o bárbaro), diferente de *tapuia* (a choupana), G. de Sousa, *tapuia*, S. de Vasconcelos, *Tapuya* e *Tapuyia*, dr. França, *Tapuyia*, G. S. de Sousa, *tapuia*, S. de Vasconcelos, *Tapuya*, Porto Seguro, *Tapuy* etc. Nos Anais da Biblioteca Nacional, consideramos composto de *tapy-eyi*, dos comprados, dos aprisionados, dos cativos e récua ou chuma, mas vê-se que pode ser também *tabu-eyi*, a récua, a plebe do povo, notando-se ainda que há o termo *tapyi*, choça, cabana que pode ser alterado de *to-g-pii* ou *to-pil*, etc.

pequena, ou talvez de *tob*, folha, com algum outro sufixo, notando-se que neste caso não deixa de ter conexão com *tapuol*, folha (ú chileno soa como y guarani) em chilingu. Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil* (1590). São Paulo/Belo Horizonte, 1980.

⁴⁹ José de Anchieta. "Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)". In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, p. 310.

⁵⁰ Simão de Vasconcelos. *Crônica da Companhia de Jesus* (1663). Petrópolis, 1977, vol. 1, p. 109.

⁵¹ Somava-se à presença real de uma ou outra nau de piratas, a provável repercussão da ida de Antônio Paraupaba à Holanda para pedir auxílio contra os portugueses. Com efeito, o governador dos potiguares fiéis aos batavos apresentou aos Estados Gerais dois memoriais, um em 1654 e outro em 1656, onde resumia um histórico dos serviços prestados por sua gente e pedia auxílio. Foram traduzidos e publicados por Pedro Souto Maior. "Fastos pernambucanos". *RIHGB*, 75:428-32, 1912.

te" ali pousassem para comerciar. Supunha-se que estes se comunicavam com os tapuias, "fomentando-os para os levantamentos".⁵² Apesar de haver vários indícios e testemunhos de que aqueles continuavam zanzando pelas costas, procurando portos seguros para fazer aguadas e comerciar com os nativos, esta teoria recorrente de uma conspiração batava era mais uma tentativa de justificar o cativeiro dos índios, por meio da declaração de uma guerra justa. Segundo o autor anônimo de um papel "sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias" (1691), esta nação de índios "tem dado palavra e feito pacto com o holandês, de que tornando a terra se meter com ele logo em oposição dos portugueses". Como uma nau grande e um patacho holandeses tivessem entrado no Açu, dizia que estes "saltaram em terra e renovaram a paz, trato e união que no tempo da guerra" tinham com os tapuias. Desse modo, os tapuias levantados diziam para seus aliados que "logo o holandês havia de vir a tomar a terra", e desde então começaram "a tratar mal aos brancos e pretos que os portugueses tinham postos em seus currais, e a passar palavra a todos os de sua nação para em um mesmo tempo, em ocasião de enchente dos rios, darem de repente, cada um em sua própria instância sobre os pastores e gado, como fizeram".⁵³

Finalmente, um terceiro elemento importante na abstração da diversidade social dos povos não tupis era a sua situação geográfica. Jaboatão, na metade do século XVIII, tinha por tapuias todas as nações numerosas que se dividiam em "perto de um cento de línguas diferentes, e por conseguinte outras tantas espécies deles", e que eram "mais afeixoadas às entranhas das brenhas e centro dos sertões".⁵⁴ Na mesma época, na "Informação Geral da Capitania de Pernambuco", definiam-se os tapuias justamente pelo seu plurilinguismo e pelo contexto territorial. Eram "os naturais da terra que vivem no sertão e não falam uma língua geral, senão cada nação a sua particular". Em oposição, estavam os "cabocollos" (caboclos), que eram os "que moram na costa e falam língua geral".⁵⁵ Esta oposição entre os povos do interior e os do litoral estava, por sua vez, baseada em uma notícia da dinâmica das migrações indígenas, difundida desde o século XVI. A mais antiga informação sobre estas migrações é devida ao tratado de Gabriel Soares de Sousa,

⁵² Memorial da câmara de Natal ao rei, 2/7/1689, IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 129.

⁵³ Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162.

⁵⁴ Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. *Orbe serafico novo brasilico*. Lisboa, 1761, digressão II, estância I, p. 7. O grifo é meu.

⁵⁵ "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:483, 1906.

publicado no ano de 1587. Neste texto, o cronista estabeleceu, "segundo informações que se tem tomado dos índios muito antigos", que os primeiros habitantes da Bahia foram os tapuias, "casta de gentio muito antigo". Estes teriam sido lançados fora da terra por outro gentio, seu contrário, "que desceu o sertão, à fama da fartura da terra e do mar desta província, que se chama tupinaes". Alguns anos depois, "chegando à notícia dos tupinambás a grossura e a fertilidade desta terra, se ajuntaram e vieram d'além do rio São Francisco descendo sobre a terra da Bahia", da qual se tornaram senhores. Segundo Gabriel Soares de Sousa, este relato foi tomado dos tupinambás e tupinás, "em cuja memória andam estas histórias de geração em geração".⁵⁶ Mais de um século depois, em 1716, podemos verificar na notícia de José Freire de Monterroyo Mascarenhas a reprodução desta tese.⁵⁷ Já no século XIX, em sua *Corografia Brasílica*, Aires do Casal endossa a informação do cronista dos Quinhentos inserindo uns desconhecidos antecessores, os "antigos *quinimuras*, primeiros povoadores memoráveis do contorno da enseada de Todos os Santos".⁵⁸

Então considerada informação certa e segura, a notícia desta migração pré-cabralina repetiu-se por lugares incontáveis. Mais recentemente, a idéia de que os tapuias eram habitantes ancestrais somou-se aos preconceitos cientificistas do século XIX e XX que queriam ver uma ascendência cultural e histórica dos povos tupis: Antônio Borges dos Reis, em conferência lida em maio de 1900 no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, dava à informação validade de "última verdade científica", apesar de trair-se em um momento, ao afirmar que era conhecida "de longa tradição". Para ele, a notícia da ancestralidade dos tapuias, como primitivos habitantes do Recôncavo, permitia concluir que eram estes os descendentes dos antigos homens originários da La-

⁵⁶ Gabriel Soares de Sousa. "Tratado discriptivo do Brasil, em 1587". *RHGB*, XIV:277-8, 1851.

⁵⁷ "Foram os tapuyas os primitivos habitantes deste grande país. A fertilidade dele o fez inundar de outras nações bárbaras; primeiro dos tupinaes; depois dos tupinambás; sendo uns e outros do centro do Sertão; a despojá-los das terras que dominavam; ocupando os últimos as vizinhanças da marinha, pouco a pouco foram mantendo pela terra adentro os primeiros". *Os orizes conquistados*. Lisboa, 1716, p. 3.

⁵⁸ A eles teriam sucedido "os *tapuias* pouco depois expulsos pelos *tupinás* vindos do sertão, para onde se retiraram os segundos, que jamais cessaram de inquietar aos seus vencedores. Os *tupinambás*, senhores de ambas as adjacências do rio S. Francisco, fazendo guerra aos *tupinás* convizinhos, os dispersaram; e marchando adiante, foram expulsar os conquistadores do Recôncavo, obrigando-os a procurar também o sertão". Manuel Ayres do Casal. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817), São Paulo, 1943, vol. 2, p. 84.

goa Santa e, portanto, confirmar a tese poligenista da autoctonia do *homo americanus*.⁵⁹ Tese aliás defendida por Aníbal Machado, em seu *A raça da Lagoa Santa* ainda no ano de 1941, e pelo próprio Rondon, no prefácio ao livro de Lima Figueiredo!⁶⁰ Alfred Métraux, bem distante dessas posturas científicas e racialistas, não deixou de reproduzir e aceitar como verídica a tese de Gabriel Soares de Sousa. Para o etnólogo, a primeira migração tupi de que temos notícia deu-se, provavelmente, ao longo do século XV, e foi levada a termo pelos tupinás (identificados como tupis, sinônimo, de tobojara, tabura, tapiguac), que invadiram as terras dos tapuias na região costeira da Bahia etc. Como se vê, repete-se, então, a primeira informação, mas fundamentada, agora, numa análise comparada da mínima diferenciação lingüística dos complexos tupi e guarani somada à análise da cultura material, indicando uma separação relativamente recente — fato que, de certa maneira, acaba dando crédito à hipótese do cronista.⁶¹ Em verdade, a existência desta migração pré-colombiana específica encaixa-se na lógica religiosa do messianismo tupi-guarani, tão bem estudado pela antropóloga Hélène Clastres, o que, sem dúvida, pode dar valor ao testemunho de Gabriel Soares de Sousa.⁶²

Do que foi visto, nos primeiros séculos da colonização o nome *tapuia* designava apenas um universo de diversidade que se definia, fosse por contraste com a própria identidade que os grupos tupis apresentavam (ao menos no nível da relativa homogeneidade lingüística), fosse na prescrição de uma divisão geográfica estanque entre duas humanidades, a costa e o sertão. O termo “*tapuia*”, portanto, não poderia ser compreendido como um etnônimo, mas sim como noção historicamente construída. Seu significado básico está associado a uma noção de barbárie dupla-

⁵⁹ A. A. Borges dos Reis. *Os indígenas da Bahia*. Salvador, 1916, p. 1-10.

⁶⁰ *A raça da Lagoa Santa*. São Paulo, 1941; e “Prefácio”. In: Lima Figueiredo. *Índios do Brasil*. São Paulo, 1939.

⁶¹ Alfred Métraux. *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*. Paris, 1928, p. 290-1; e o estudo anterior “Les migrations historiques des Tupis-guarani”. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 19, 1927. As migrações tupi-guaranis no período pré-colombiano e, portanto, a ocupação da costa brasileira por estes grupos, têm sido recentemente discutidas em bases mais concretas, tal como a alternativa baseada na interpretação de dados arqueológicos feita por J. J. Proenza Brochado (*An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*, Urbana, 1984). Este acredita numa origem comum, “um nicho originário amazônico”, de onde os protoguaranis teriam rumado para o sul, através dos rios Madeira e Paraguai e os prototupinambás para a foz do Amazonas, seguindo então a costa em direção ao leste e, depois, ao sul.

⁶² *Terra sem mal, o profetismo tupi-guarani*. São Paulo, 1978.

mente construída. São bárbaros aqueles assim considerados pelos “outros” que podem ser integrados mais imediatamente à cristandade: os tupis. Em outras palavras, se Montaigne dizia que “cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”, devemos considerar ainda que a divisão entre tupi e tapuia compreendia uma noção de “dupla barbárie”, se assim podemos dizê-lo: a integração, ou aceitação abstrata dos tupis co-mo a humanidade a ser incorporada (e, portanto, como elemento legítimo do Império cristão), implicava a inscrição do tapuia na barbaria. Mas à noção de alteridade somava-se o seu contrário, que é a descoberta de uma nova humanidade no Novo Mundo. O processo de construção da alteridade, e de identificação do espaço da barbárie, caminhava *pari passu* ao de integração dos novos membros. Afinal, não se dominam povos porque são “diferentes”, mas, antes, tornam-se estes “diferentes” para dominá-los; esta tem sido um constante na história dos povos.⁶³ A construção da diferença e a integração por meio do domínio são, portanto, as duas faces de um mesmo processo. Em um sentido heraclítico, a catequese, que é um esforço para conquistar homens iguais para o seio da humanidade-cristandade, faz-se no mesmo movimento de identificação das diferenças (a serem apagadas) e das semelhanças (a serem afirmadas). Como mostrou Manuela Carneiro da Cunha, o projeto evangelizador da Igreja romana pretendia inserir esta nova humanidade “na economia divina, o que implica inseri-la na genealogia dos povos. Para isso, não há solução senão a da continuidade, senão abrir-lhe um espaço na genealogia dos povos”.⁶⁴ De fato, segundo Bacta Neves, a “descoberta da América” não significava o “achamento de uma Alteridade Total”, mas era entendida (pelos europeus) como um reencontro com regiões que haviam se afastado física e espiritualmente em dado momento; afinal, todos eram filhos de Deus: “A «descoberta» é, antes, um conhecimento das partes até então dobradas,

⁶³ Carlos Rodrigues Brandão. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência pessoal*. São Paulo, 1986, p. 8.

⁶⁴ “Imagens de índios do Brasil: o século XVI”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, 10:102, 1990. Lévi-Strauss mostrou recentemente que a “abertura para o outro” que caracterizava, de maneira geral, a cosmologia e a sociologia dos povos ameríndios, era parte de explicação do mundo por um “modelo de dualismo em perpétuo desequilíbrio”. Viveiros de Castro, em artigo sem dúvida alguma brilhante, analisou o “problema da descrença” entre os tupinambás para mostrar como “foram talvez os ameríndios, e não os europeus, que tiveram a «visão do paraíso» no desencanto americano”. Claude Lévi-Strauss. *História de lince*. São Paulo, 1993 e Eduardo Viveiros de Castro. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 35:21-74, 1992.

ocultas, de *um* mesmo mapa já há muito desenhado por uma só Mão".⁶⁵

Porém, não podemos perder de vista que a esta perspectiva integracionista e universal do projeto da catequese católica (*compelle eos intrare*) sobrepunha-se a continuidade do corte típico da situação de contato nos marcos do etnocentrismo europeu. Na segunda metade do século XVII, no quadro das insurreições indígenas na fronteira sertaneja do Brasil, o bárbaro seria, em suma, colocado mais além. O bárbaro era o tapuia. Nesse sentido, a polaridade preponderante correspondia a uma forma sutil do corte "cristandade e gentilidade". Sutil, porque se entendia que, nos marcos do ecumenismo católico, a gentilidade se punha de maneira privilegiada no espaço da propagação da fé, de modo que sua brandura ontológica era, na verdade, contrastada pela dureza imaginada no universo da barbárie. É que, desde os primeiros momentos dos descobrimentos, a expansão da fé caminhara de braços com o Império. Assim, como um outro componente — com certeza, de maior determinação —, estava a idéia de império, entendido não apenas como a construção da preponderância portuguesa, no caso, mas como a expansão providencial, no sentido forte do termo, do espaço cristão em face da barbárie ímpia. Concepção que reatualizava as noções clássicas de *limes* do período romano, mas as adequava ao processo de "demonização" da periferia do Império e, particularmente, dos povos ali habitantes.⁶⁶ Como resumia, em 1691, o autor anônimo de um papel em defesa da "guerra justa", estes povos deveriam ser conquistados e es-

⁶⁵ Luís Felipe Baeta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro, 1978, p. 32. Anthony Pagden, estudando a origem da etnologia comparativa, mostrou como, no início da colonização, o encontro com a diversidade americana impressionou os europeus. Os primeiros naturalistas tiveram um certo problema em identificar e classificar a flora e a fauna do Novo Mundo, cujas qualidades lhes pareciam por vezes completamente inesperadas. Contudo, quando se tratava de entender a diversidade humana, as coisas eram ainda mais complicadas, pois "classificar homens não era como classificar plantas. Porque, ao considerar a sua própria espécie, o observador não só tem de decidir o que está vendo, como também encontrar um lugar para ele em seu próprio mundo. Esta tarefa é mais urgente e mais difícil se o observador está convencido, como estavam os europeus do século XVI, da uniformidade da natureza humana, uma crença que requeria que cada raça se ajustasse, dentro de umas margens amplas, às mesmas pautas «naturais» de conduta". Anthony Pagden. *La caída del hombre natural*, Madri, 1988, p. 33.

⁶⁶ Sobre a "demonização" da América portuguesa, veja Laura de Mello e Souza. *O inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo, 1993, p. 21-46. Sobre o conceito do "bárbaro" e suas articulações com a teoria de escravidão natural resultante da leitura tomista de Aristóteles, veja o excelente trabalho de Anthony Pagden. *La caída del hombre natural*, Madri, 1988, p. 35-87. Joan Bestard & Jesús Contreras procuram mostrar, em seu eclético estudo, como as atitudes e instituições

cravizados "porque esta nação dos tapuias é como um muro com que o demônio impede a entrada dos pregadores evangélicos no interior do sertão, em que os mais gentios da América, quietos, vivem aldeados em seus territórios, de suas sementes e lavouras, [com] própria disposição para a recepção do Evangelho e [para] serem instruídos na doutrina da fé".⁶⁷

A missionação entre os tapuias

O período posterior à insurreição dos luso-brasileiros e à definitiva expulsão dos holandeses foi um momento de reestruturação da economia devastada, de reordenação, portanto, da própria açúcarocracia e da sociedade colonial.⁶⁸ Analogamente, as políticas de aliança com os grupos indígenas e a própria situação destes também passaram por momentos de reordenação, que resultaram num incentivo à missionação no sertão interior, cujo crescimento acompanhava de perto a expansão da pecuária. As guerras dos bárbaros, ou seja, os episódios relativos ao Recôncavo Baiano ou à Guerra do Açu, fazem parte deste contexto. Dois fatores foram fundamentais para sustentar as mudanças em curso. Em primeiro lugar, os novos termos para a conservação militar do domínio — uma vez que, se havia uma relativa garantia diante dos inimigos externos, recentemente expulsos, a dinâmica mais evoluída da socieda-

europeias trazidas pelos colonizadores era resultantes do relacionamento com populações existentes em suas próprias fronteiras, acentuando assim os característicos medievais destas noções. *Bárbaros, paganos, salvajes y primitivos*. Barcelona, 1987. Nesse mesmo sentido, veja o artigo clássico de W. R. Jones. "The Image of the Barbarian in Medieval Europe". *Comparative Studies in Society and History*, 13:376-407, 1971.

⁶⁷ "Praticamente esta nação dos tapuias, em todos os tempos e idades, como consta da tradição do mesmo gentio, foi sempre o inimigo comum e adversário de todas as outras nações da América, qual lobo entre as ovelhas, e com a mesma sede insaciável de estragar e beber-lhe o sangue. E como inimigo comum, e horrível monstro da natureza humana, como o descreve o pe. Vasconcellos no Livro 2, §8 (*hic verbis*), um tapuia, corpo nu, couros e cabelos tostados de injúrias do tempo, habitador das brechas, companheiro das feras, tragador de gente humana, armador de ciladas, um selvagem, enfim, cruel, desumano, e comedor de seus próprios filhos, sem Deus, sem Lei, sem Rei, sem pátria, sem república, e sem razão. Isto posto quem dirá não está privado dos privilégios da lei, e que não está incurso em todas as posturas que condenam um homem injusto a perpétuo cativo?". Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162. Veja o capítulo VIII ("A querela dos engenhos") do livro de Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*, p. 249-94 e o capítulo 4 ("A metamorfose da açúcarocracia") do *Rubro veio*, Rio de Janeiro, 1986, p. 151-93.

de colonial tornava ainda maior o perigo dos "inimigos internos", isto é, os índios rebeldes ou os escravos fugidos. O autor anônimo do já citado papel de 1691 prevenia "que os moradores de Pernambuco se acham ladeados, e quase cercados de dois grandes inimigos pela parte do sul com os negros dos Palmares e pela do norte com os tapuias".⁶⁹ Já em 1675, apoiando a missão e o povoamento do sertão por meio de aldeias de tapuias, Salvador Correia de Sá apontava para as utilidades de poder enfrentar "os mocambos dos negros e mulatos fugidos que se prometem nessas terras despovoadas", assim como aos assaltos que os próprios tapuias fazem aos moradores. Em um longo voto feito em separado para uma decisão do Conselho Ultramarino, o antigo governador do Rio de Janeiro defendia a generalização do modelo dos "padres capuchos" para a evangelização dos povos do sertão. Envolvidos com a missão no São Francisco, os barbadinhos defendiam e fundação de missões nos sertões entre "o gentio que não quiser voluntário vir para o mar". Argumentavam que seria de muita utilidade "se estender a nossa comunicação e vassalagem para as notícias dos muitos haveres que se entende há pela terra adentro, donde estes índios se conservam com o seu natural". O exemplo do acerto desta estratégia eram as "Índias de Castela" e "o exemplo contrário, se [via] em toda a costa do Brasil que está despovoada de índios e com tão poucas notícias da terra adentro que quase não há algumas". Segundo Salvador de Sá, "este modo de povoar" poderia não apenas resolver o perigo eminente destes inimigos internos, como expandir o domínio português até as colônias de Castela, "ficando só a raia [fronteira] no meio para o comércio, como experimentamos nestes reinos, por ser todo aquele território unido com o nosso de Portugal e Castela [o são]".⁷⁰ Alguns anos passados, ele repetiria este seu mesmo parecer, lembrando como seria importante mandar jesuítas para fundar aldeias na fronteira, pois "a terra do Brasil não se pode povoar com a gente que há de ir da Europa, e despovoado com a guerra também não serve de nada".⁷¹ A ocidentalização da atividade missionária andava junto com o incentivo para a expansão da pecuária pelos sertões, com a doação de novas sesmarias ou a redistribuição das

⁶⁹ Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162.

⁷⁰ Voto de Salvador Correia de Sá sobre a missão e o povoamento do sertão, Consulta do Conselho Ultramarino, c. 1675, AHU, Bahia, caixa 2, 105.

⁷¹ Consulta do Conselho Ultramarino, 2/12/1679, AHU, cod. 252, fls. 56v-8; ou DH 88, 168-71.

consideradas improdutivas, e também com o patrocínio de uma série de expedições exploratórias, em busca de metais e pedras preciosas.⁷²

Em segundo lugar, a maior diversidade das ordens religiosas envolvidas como os novos grupos indígenas contatados implicava a necessidade de se criarem mecanismos de controle e de internalização do processo decisório na burocracia imperial. Nesse sentido, a constituição de uma Junta das Missões de Pernambuco em março de 1681, seguindo o exemplo da que fora criada para o Estado do Maranhão em 1655, deve ser compreendida como uma resposta do poder imperial às novas conjunturas, ou melhor, a complexificação da atividade missionária.⁷³ Subordinada à de Lisboa, a Junta era uma espécie de tribunal especial consultivo dedicado a essa matéria, como eram os da Fazenda e Ultramar, formada pelo governador, que a convocava, o bispo (ou, na falta, o vigário-geral), o ouvidor-geral, o provedor da Fazenda e os prefeitos das ordens religiosas da capitania que possuísem aldeamentos e missões entre os índios. O seu objetivo, segundo a carta régia que a criara, era dotar o governo local de um mecanismo descentralizado do poder imperial capaz de interceder na resolução de conflitos e propor *in loco* medidas e políticas para as atividades missionárias e para o processo de ocupação do sertão.⁷⁴ Na Bahia, onde a lei de 1611 havia criado o em-

⁷² Hoornaert falava de um "ciclo missionário" no São Francisco, iniciado na primeira metade do século XVII e terminado por volta de 1700. Como o leitor pode perceber, estamos pensando em uma outra coisa. Eduardo Hoornaert. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, tomo 2, 1971, p. 62-75.

⁷³ A Junta das Missões do Maranhão foi instituída por provisão de 9 de abril de 1655, que alterava a de 17 de outubro de 1653. Segundo o biógrafo de Vieira, foi este que, indignado com as medidas que esta última impunha para a legitimação do cativo dos índios, por motivos diversos, e colocava na alçada do desembargador sindicante, e dos ouvidores a deliberação da liberdade ou não dos cativos, por iniciativa dos oficiais das câmaras do Maranhão e do Pará, conseguiu em Lisboa a retificação do rei. Nessa ocasião, além de garantir o governo dos religiosos nas aldeias e missões do sertão, decretava o rei que houvesse uma Junta das Missões que deveria determinar a justiça do cativo dos índios com base nos seguintes critérios: guerra justa, impedimento da expansão da fé, quando resgatados da "corda", quando vendidos por outros índios. Tal como foram substanciados pela lei de 1.º de abril de 1680, válida para o Estado do Maranhão. Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 228-35. Há um artigo recente de Paul Wojtaliewicz comparando a atividade das juntas das missões do Maranhão e a de Araucária, no império espanhol. Cf. "The Junta de Missões/Junta de Misiones: A Comparative Study of Peripheries and Imperial Administration in Eighteenth-century Iberian Empires". *Colonial Latin American Review*, 8:225-40, 1999.

⁷⁴ Carta ao governador de Pernambuco sobre se erigir a Junta das Missões, 7/3/1681, "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28, 1906, p. 379-80. Sobre a

brião deste organismo, apesar de uma decisão positiva do Conselho Ultramarino em 1686, uma Junta das Missões seria formada apenas em 1702.⁷⁵

De acordo com a carta régia de 17 de janeiro de 1698, a Junta das Missões de Pernambuco tinha ainda a obrigação de declarar e conferir a nomeação dos missionários ou párocos que iam assistir nas aldeias dos índios. Isso porque, para além da nomeação normal como faziam de costume os bispos, autorizados pelo padroado, havia de conferir quais eram os "mistérios das missões", isto é, as faculdades específicas que poderiam possuir os missionários.⁷⁶ Em janeiro de 1701, estabelece-se a obrigatoriedade de assentar todos os negócios tratados na Junta, que se reunia todos os meses do ano, "assinando todos e declarando cada um o seu voto como lhe parecer, de que haverá um livro numerado e rubricado por vós". Na ocasião, o rei exigia que fosse feita a devida averiguação na compra e venda dos índios que não fossem negociados em praça pública, isto é, os vendidos nos sertões, "onde não há justiças mais que os juízes", e que a compra se faça na sua presença, "mostrando o título porque lhe pertence, chamando o escravo diante de si, que diga a dúvida que tem à escravidão, e que ninguém o possa comprar sem essa averiguação".⁷⁷

Junta do Maranhão veja Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 232-3. Em janeiro de 1698, em carta ao governador de Pernambuco, el-rei, preocupado com as notícias do desleixo, ordena que se cumpra a necessidade de que a Junta "se estabeleça e continue em dois dias de cada semana". Mas, ouvindo o arrazoado da própria junta, el-rei resolveu se conformar com a mensalidade destas reuniões. Carta régia, 27/1/1699. "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:385-6 e 388, 1906. Veja também F. A. Pereira da Costa. *Anais pernambucanos*, Recife, 1952, vol. 4, p. 198-9.

⁷⁵ Em 1686, em razão de uma carta sobre o abuso dos administradores das aldeias dos índios escrita pelo Marquês das Minas, o Conselho Ultramarino pediu vista ao procurador da Fazenda da consulta sobre a necessidade de uma Junta das Missões na Bahia, ao que esse respondeu positivamente, assim como o procurador da Coroa, para o melhor controle do serviço desses mesmos administradores. Consulta do Conselho Ultramarino, 1/3/1686, com aprovação real em 18 de março, DH 89, 54. Para a criação da junta, veja a carta régia, 12/4/1702. In: Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 150. Em São Paulo, foi criada uma Junta das Missões apenas em 1746, pela provisão de 8 de maio. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. São Paulo, 1975, tomo 4, p. 88.

⁷⁶ Carta régia, 17/1/1698, "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:387, 1906.

⁷⁷ Carta régia, janeiro 1701, "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:380, 1906.

Uma avaliação da bibliografia e da documentação permitiu organizar uma tabela dos aldeamentos (veja o Anexo 3) e missões no sertão nordeste (excluindo, portanto, as aldeias da costa), particularmente nas capitanias da Bahia, Pernambuco e anexas, para o período (aproximado) do final do século XVI à segunda década do XVIII. Grosso modo, os 61 aldeamentos listados distribuíam-se geograficamente da seguinte maneira: 26 no sertão de fora (Pernambuco, 12; Rio Grande, 9; Ceará, 3; e Paraíba, 2) e 35 no sertão de dentro (Bahia). Com raras exceções, quatro ordens religiosas dominavam completamente a missionação no sertão: os capuchinhos franceses, os franciscanos observantes, os jesuítas e os religiosos da Congregação do Oratório de Pernambuco. Os capuchinhos eram os únicos, tirante um ou outro oratoriano, que tinham prerrogativas de missionários apostólicos, isto é, faculdades especiais pelo fato de que estavam diretamente subordinados à Santa Sé, ou melhor, à Congregação da Propagação da Fé (criada em 1622). Embora atuando na região sujeita ao padroado régio, poderiam agir livres dos laços das dioceses e em todo o território da Colônia.⁷⁸ Preponderavam nas missões no sertão de dentro, pelo menos até sua "expulsão" em 1702, ao passo que os religiosos da Congregação do Oratório de Pernambuco dominavam as missões do sertão de fora. De maneira geral, os jesuítas davam preferência a missionar entre os povos tupis, bem como os tabajaras, nas serras do Ibiapaba (Maranhão). Contudo, possuíam várias aldeias de índios tapuias, em sua grande maioria "herdadas" de outras ordens que tiveram de as abandonar, como a dos capuchinhos. Além disso, mantinham, nas proximidades dos núcleos urbanos, aldeias mistas, onde se supunha a dissolução da especificidade tapuia no contexto cultural típico. A primeira missão jesuítica estabelecida nestes sertões interiores foi, certamente, a de Nossa Senhora da Trindade de Massacará, em 1639, na Bahia. As missões entre os índios cariris, como a de Santa Teresa de Canabrava, Nossa Senhora da Conceição de Natuba, Ascensão do Saco dos Morcegos e Nossa Senhora do Socorro de Jeru, foram estabelecidas provavelmente na segunda metade do século XVII.⁷⁹

As primeiras missões capuchinhas devem seu início aos episódios das guerras coloniais com a Holanda. Tendo conquistado Angola (São Paulo de Luanda) em 1641, os holandeses da Companhia das Índias

⁷⁸ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador/Porto Alegre, 1988, vol. 1, p. 283-95.

⁷⁹ B. G. Dantas et alii. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro, um esboço histórico". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, 1992, p. 441.

Ocidentais acabaram capturando alguns missionários capuchinhos que de longa data vinham trabalhando na conversão daqueles povos africanos, especialmente os "súditos" do rei do Congo, que havia se convertido ao catolicismo. Capturados os capuchinhos, foram trazidos alguns deles, em 1642, para o Recife. Aí acabaram por colaborar com a rebelião de 1645 e a restauração de Pernambuco, em razão do que, após a expulsão definitiva dos holandeses, ou mesmo um pouco antes disso, lhes foi permitido se estabelecer no Brasil para o trabalho de conversão do gentio à fé católica. Em 1653, com a anuência do governo, fixaram-se no Rio de Janeiro, e a partir do ano de 1670 expandiram suas missões pelo interior do Nordeste, especialmente entre os índios da nação cariri.⁸⁰ Em razão do rompimento das relações diplomáticas entre as coroas de Portugal e da França, os capuchinhos bretões foram paulatinamente impedidos de renovar o quadro de missionários do Brasil, até resolverem retirar-se definitivamente em 1702. Suas missões passariam então para o controle dos religiosos de Santa Teresa, do Oratório de Pernambuco, ou dos carmelitas descalços e, mais tarde, dos capuchinhos italianos.

A Congregação do Oratório de Pernambuco fora criada em 1662 por iniciativa do padre João Duarte do Sacramento, que juntamente com seu companheiro João Rodrigues Vitória esteve no sertão do São Francisco e do Rio Grande por volta de 1659-61. Dedicaram-se principalmente à catequese dos tapuias do Norte, os tarairiús, que haviam sido aliados dos holandeses e ocupavam grande parte daquele sertão, cujos currais e fazendas haviam sido abandonados nas guerras de restauração. Em 1683, já eram 26 os missionários do Oratório de Pernambuco que se encontravam "repartidos por aqueles imensos sertões", "tendo as aldeias entre elas distantes mais de 150 léguas ao sertão de Pernambuco, com os tapuias sucurus e janduí os mais ferozes de todo aquele gentio".⁸¹ Neste mesmo ano, o padre Sacramento, prepósito da congregação, dizia ao Conselho Ultramarino que eram suas missões e as

⁸⁰ Fidelis M. de Primerio. *Capuchinhos em terras de Santa Cruz nos séculos XVI, XVII e XVIII*, São Paulo, 1940, p. 217. Em dois volumes, a obra de Pietro Vittorino Regni. Os capuchinhos na Bahia, permanece a mais completa e erudita sobre o assunto.

⁸¹ Consulta do Conselho Ultramarino, 4/3/1683, AHU, cód. 256, fl. 47v-8 (igual ao AHU, Ceará, caixa 1, 33). Maria do Céu Medeiros. *Igreja e dominação no Brasil escravista. O caso dos oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa, 1993, p. 49-51. Para a história dos oratorianos de Pernambuco, veja também F. A. Pereira da Costa. *Anais pernambucanos*, Recife, 1952, vol. 4, p. 45-8; Ébion de Lima. *A congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis, 1980; e o capítulo 3 do livro de Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 96-122. A crônica de meados do XVIII,

dos capuchinhos franceses, abrangendo mais de 150 léguas, que franqueavam todos aqueles sertões para os gados, com o que crescia a Fazenda real nos dízimos e os moradores na opulência.⁸² Com efeito, bom número dos currais pertencia à ordem, que era das mais ricas da Colônia. Os oratorianos tiveram papel importante nas guerras do Açu, pois estavam missionando justamente no sertão entre este rio e o Jaguaribe. Como se verá no Capítulo 6, as aldeias "nova" e "velha" na ribeira do Jaguaribe, missionadas pelo padre João da Costa, estarão no centro dos conflitos entre os oratorianos e os paulistas designados para a guerra no Rio Grande.

Confederação dos cariris?

Sem dúvida alguma, a compreensão dos povos ditos tapuias como uma unidade histórica e cultural, em oposição não só ao mundo cristão europeu, mas aos povos tupis, habitantes do litoral, foi um dos elementos mais importantes na caracterização coeva da unicidade dos conflitos ocorridos no Nordeste ao longo das décadas finais dos Seiscentos e iniciais dos Setecentos, no contexto específico do processo de expansão da pecuária e, portanto, da fronteira.

De fato, a extensa documentação colonial refere-se ao conjunto de confrontos e sublevações dos grupos tapuias do sertão nordestino como uma "Guerra dos Bárbaros", unificando, dessa maneira, situações e contextos peculiares. Por isso, tal como no episódio da chamada Confederação dos Tamoios, inventada pela intuição de Gonçalves de Magalhães,⁸³ a Guerra dos Bárbaros foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador. Já Gonçalves Dias, companheiro de indianismo de Magalhães, havia tratado das revoltas no Rio Grande nas páginas da *Revista do Instituto Histórico*.⁸⁴ Mais explicitamente, Francisco Borges de Barros, Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Horácio Almeida, entre outros, falavam de uma "confe-

provavelmente de autoria do padre Inácio Silva, é também referência importante: "Notícia que dão os padres da Congregação de Pernambuco acerca da sua Congregação desde a sua ereção". Edição e introdução por José Antônio Gonsalves de Mello. *RIAP*, 52:41-3, 1984.

⁸² Consulta do Conselho Ultramarino, 23/4/1683, AHU, cód. 49, fl. 19-20.

⁸³ Pedro Puntoni. "A Confederação dos Tamoios: a poética da história e a historiografia do império". *Novos Estudos Cebrap*, 45:119-30, julho de 1996.

⁸⁴ A. Gonçalves Dias. "Catálogo dos capitão-mor e governadores da capitania do RGN". *RIHGB*, XVII:30, 1854.

deração dos cariris".⁸⁵ Termo adotado por vários de nossos manuais escolares, deve-se não apenas a referência *obligé* a Gonçalves de Magalhães, mas também à percepção de que todos os tapuias do semi-árido se resumiam em um só grupo étnico, o dos cariris. Paradoxalmente, a confusão é reputada a Carl Friederich Philipp von Martius, que primeiramente havia reagido, nas palavras de Artur Ramos, "contra o que se chamou de tupimania, uma tendência que na realidade exprimia o desconhecimento dos autores sobre as tribos brasileiras do imenso interior".⁸⁶ Com efeito, em seu *Glossaria Linguarum Brasiliensium* de 1867, Martius determinava que os cariris ocupavam todo o sertão do São Francisco até o rio Acaracu no Ceará, antes da serra do Ibiapaba.⁸⁷ Como notou Olavo de Medeiros Filho, Irineu Joffily é que divulgaria tal idéia de que todos os tapuias habitantes do sertão pertenciam à nação cariri, inclusive os jandúis e paiacus, opinião partilhada pelo próprio Capistrano

⁸⁵ Pedro Calmon dizia que "por esse tempo, nas bandas do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte retumbava os ecos da «confederação dos cariris»". *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, 1939, p. 84. Francisco Borges de Barros, em referência ao poema do nosso romântico, concluiu que "ao jeito dos tamoiós que se confederaram no sul, no meado do século XVI, os indígenas do norte formaram no século XVII — 1670 em diante — uma confederação" dos cariris. E as guerras do Recôncavo ele chamava de *Confederação dos Gueréns*: "depois da pacificação dos aimorés, os gueréns retiraram-se para o sertão. Reapareceram durante a invasão holandesa, fazendo investidas pelas matas e vilas de Ilhéus". *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Salvador, 1919, p. 124. Segundo Gustavo Barroso, entre os anos de 1693 a 1713, "várias nações cariris se confederaram contra o invasor", quase destruindo "em seus fundamentos a colonização portuguesa". *À margem da história do Ceará*. Fortaleza, 1962, p. 56-7. Horácio Almeida hesita ao titular seu artigo: "Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros". *RIHGB*, 316:407-33, 1977.

⁸⁶ Arthur Ramos. *Introdução à antropologia brasileira* (vol. 1, As culturas não-européias). Rio de Janeiro, 1943, p. 60. Martius, na sua conferência "O Estado de direito entre os autóctones do Brasil" de 1832, dizia serem mais de 250 o número dos grupos indígenas no Brasil, e que os descobridores do Brasil teriam, "pasmados com a rudeza selvagem", reproduzido idéias errôneas, "entre outras, a opinião corrente durante muito tempo que admitia a independência de certos povos que apenas eram tribos da extensa nação dos tupis e que havia um povo poderoso e bravo que denominavam *tapuias*, quando é certo que a palavra *tapuia* na língua tupi, primitivamente, era a designação coletiva para todos os povos ou tribos que não pertenciam aos tupis". *O Estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, 1982, p. 16. *Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern Brasiliens* foi inicialmente publicado em 1832 (Munique, Fleischer), a partir de uma conferência realizada na Real Academia de Ciências da Baviera no dia 28/3/1832.

⁸⁷ *Glossaria linguarum brasiliensium* ("Glossário das diversas línguas e dialetos que falam os índios no Império do Brasil") nos *Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Erlagen, Druck von Junge & Sohn, 1867, volume 2 (zur Sprachkunde).

de Abreu.⁸⁸ Apesar de não se enganar com a natureza dos tapuias, Taunay, o historiador das bandeiras paulistas, entendia também que a Guerra dos Bárbaros, no caso específico do Rio Grande, era uma "uma grande ofensiva generalizada, de verdadeira confederação de índios contra brancos". Segundo ele, "depois do terrível exemplo da repressão branca nos sertões baianos, deu-se a coligação geral das tribos exasperadas pela larga e progressiva espoliação do seu território ancestral, diuturnamente realizada pelos civilizados".⁸⁹ Câmara Cascudo, que conhecia bem a documentação colonial do Rio Grande, criticou em sua *História* aqueles que, "lembrando a dos tamoiós", chamavam a Guerra dos Bárbaros, "romanticamente", de *confederação dos cariris*: "Não houve plano comum, nem unidade de chefia. As tribos combateram aliadas ou isoladas. Outras regiões estavam quietas, acordando para a morte quando o fogo se apagava onde começara". Preferia chamá-la de "Guerra dos Índios".⁹⁰

É preciso deixar claro que a noção de uma "guerra geral" dos índios "bárbaros" contra o império, quer dizer, de uma luta deste contra nações com interesses e objetivos militares definidos segundo uma estratégia consciente, era produto do olhar europeu e aparece, portanto, no bojo da documentação colonial. Como se sabe, para a história colonial dos povos indígenas no caso do Brasil — diferentemente da Meso-América — possuímos apenas documentos produzidos pelos colonizadores. Como corretamente concluiu o brasilianista John Hemming, se o processo de resistência nativa à expansão da economia pecuária foi um dos mais importantes estágios da conquista dos índios, "foi também o menos documentado. E como sempre, não há nada do lado indígena. Os nativos não deixaram nenhuma informação escrita e nenhum deles registrou sua versão da luta".⁹¹ Daí as dificuldades teóricas e metodológicas com que se depara o estudioso. Não podemos, então, escrever com sucesso uma "história ao inverso", recuperar uma visão dos vencidos, uma vez que nos faltam fontes autenticamente indígenas.⁹² A leitura crítica e cuidadosa da documentação administrativa nos fornecerá, apenas, uma reconstrução dos acontecimentos do ponto de vista do conquistador.

⁸⁸ Olavo de Medeiros Filho. "Os tarairiús, extintos tapuias do Nordeste". *RIHGB*, 358:57-72, 1988; Irineu Joffily. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro, 1892, p. 141 ss., e veja também o prefácio de Capistrano de Abreu, p. 77-84.

⁸⁹ Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 308. Luís da Câmara Cascudo. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, 1955, pp. 96-100.

⁹⁰ *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, p. 346-7.

⁹¹ Como o fez Nathan Wächter para o Peru, em estudo clássico: *La vision des vaincus. Les Indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris, 1971.

Justamente, a própria idéia de um conflito uno e organizado, associado à noção não menos freqüente na documentação, da existência de "confederações" indígenas, tem de ser, ela mesma, objeto de reflexão.⁹³ Se estas existiram, foram mais na noção mais fraca do termo, simples alianças entre nações e tribos para fazer face ao inimigo comum; jamais uma grande aliança orquestrada contra o Império português. Analisando a resistência dos tupis ao invasor português, no episódio da dita "confederação" dos tamoiros, Florestan Fernandes conclui que "as fontes de funcionamento eficiente da sociedade tribal impediam a formação de um sistema de solidariedade supratribal". Como parte constitutiva da sociedade tupi, "os laços de parentesco que promoviam a unidade das tribos, engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em situações de emergência".⁹⁴ Mudando o que deve ser mudado, o mesmo era válido para os grupos tapuias, ainda mais fracionados, de modo que as guerras dos bárbaros se faziam seguindo o padrão dispersivo, que permitia aos luso-brasileiros fragmentar a luta e "jogar índios contra índios".

A denominação dos grupos indígenas como tribos ou unidades políticas autônomas (reinos, por exemplo) e até mesmo a identidade de alguns destes grupos, ou ainda a constante presunção de sua anomia, também devem ser postas em questão.⁹⁵ Para se ter uma idéia da dificuldade em determinar a identidade destes povos, basta olhar o documento que o padre Miguel de Carvalho, que era cura da freguesia de

⁹³ Sobre a idéia da confederação indígena na literatura e historiografia oitocentistas brasileira, confira o meu artigo "A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império". *Novos Estudos Cebrap*, 45:119-30, julho de 1996.

⁹⁴ Florestan Fernandes. "Organização social das tribos tupis". In: S. B. de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, 1968, vol. 1, p. 85. Veja também, do mesmo autor, "Os Tupi e a reação tribal à conquista". In: *A investigação etnológica e outros ensaios*. Petrópolis, 1975; e o estudo clássico sobre *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, 1970.

⁹⁵ Não bastasse isso, há dificuldades na própria grafia dos etnônimos. Afora nos obrigar a uma constante "arqueologia" das denominações nos textos historiográficos ou etnográficos, este é um problema cuja solução às vezes encontra-se na descoberta de uma referência absolutamente desprovida de veracidade, mas cujo desenvolvimento produziu erros consideráveis. Nimuendaju, que em seu *Mapa etno-histórico do Brasil* aparentemente utiliza-se de diversos critérios, segue, no entanto, uma proposta de ordenação, como foi mostrado por Charlotte Emmerich e Yonne Leite. Preocupado em manter as informações das fontes e garantir a riqueza do seu *Mapa*, Nimuendaju constituiu uma norma não explicitada que prevê, entre outras coisas, o registro dos grupos históricos e extintos na grafia portuguesa e dos grupos existentes em termos fonéticos. Apesar de algumas pequenas imprecisões notadas, sem dúvida alguma é esta proposta do antropólogo que deve guiar, ao meu ver, a investigação etno-históri-

Nossa Senhora da Conceição do Rodela⁹⁶, remeteu em 1697 para o bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima. Na sua "Descrição do sertão do Piauí", o padre listou 37 nomes de grupos de "tapuias braves" em guerra com os moradores somente na freguesia de Nossa Senhora do Sertão do Piauí: aroaquizes, carapotangas, aroquanguiras, nongazes, precatís, acuruás, bocoreimas, cupequacas, cupicheres, gutamês, goias, anicuás, aranhês, goarás, corerás, aititeteus, abetiras, beirtês, macamasus, tramambês, anassus, alongás, aruás, ubates, meatãs, janduís, icós, arius, corsias, araiês, acumês, coaratizes, jaicós e cupinharós; alguns deles sendo chamados simplesmente de "rodeleiros", "beçudos" ou "lanceiros".⁹⁷

Por isso, na falta de um estudo mais minucioso dessas denominações e mesmo dessas etnias, basta notar aqui, para o bom entendimento dos capítulos seguintes, que, *grosso modo*, o sertão encontrava-se habitado por dezenas de grupos étnicos distintos, entre os quais se destacavam os cariris e os tarairiús. Além desses, no sertão baiano, os paiaíases e anaios se viram envolvidos nas guerras do Aporá e Orobó, e nada sabemos sobre sua cultura ou modo de ser. Os cariris ocupavam notadamente o sertão de dentro e as margens do rio São Francisco. Já os tarairiús, naturais do sertão de fora, principalmente nas capitanias do Rio Grande e Ceará, estavam divididos em diversas nações, em disputa entre si, que levavam o nome de seus chefes (ou "reis"), como os janduís, canindês,

ca, neste particular. A "Convenção para a grafia dos nomes tribais", estabelecida, em 1954, pela maioria dos membros da 1.^a *Reunião Brasileira de Antropologia*, fixou regras técnicas para a transcrição em termos fonéticos que, acredito, também devem ser observadas para o uso da etno-história. Convém notar que a "Convenção" estabelece que os nomes tribais de origem indígena, ao contrário dos nomes tribais de origem portuguesa ou "amorficamente aportuguesados" (item 21), não devem ter "flexão portuguesa de número ou gênero" (item 22). Como neste trabalho lidamos com documentação exclusivamente de origem portuguesa, consideramos todos os nomes indígenas como "amorficamente aportuguesados". Veja o *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, 1981, e o artigo de Emmerich e Leite. "A ortografia dos nomes tribais no Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju", p. 29-35. A "Convenção de 1954" foi publicada na *Revista de Antropologia*. São Paulo, II:2:150-2, 1954. Veja também meu artigo "Tupi ou não tupi?". In: Antônio Risério (org.). *Invenção do Brasil*. Salvador, 1997, p. 49-55.

⁹⁶ Af, tornara-se "tutor" de Francisco Dias Mataorá, "capitão-mor de todos os índios da nação porcaz moradores dos sertões de Rodelas". Esse queria vir ao reino para pedir alguma recompensa dos seus serviços nas guerras dos tapuias braves, no descobrimento do caminho do Maranhão e nas entradas do salitre. CCU 28/11/1698, AHU, Pernambuco, caixa 13; AHU, Pernambuco, caixa 11.

⁹⁷ Miguel de Carvalho. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmo. e Rvmo. frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, 1697". In: Ernesto Ennes. *As guerras dos Palmares*. São Paulo, 1938, p. 370-89.

paiaçus, jenipapoaçus, icós, caborés, capelas etc. Ambas as etnias, cariris e tarairiús, são das que dispomos de maiores e melhores informações em relação ao seu modo de vida, costumes, cultura material e religião.⁹⁸

Os cariris foram inicialmente cortejados pelos holandeses, que pretendiam defender com sua ajuda a fronteira do rio São Francisco.⁹⁹ A primeira referência aos índios cariris é provavelmente a da *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, escrita pelo holandês Elias Herckman em 1634. Segundo esse relato, eram os cariris uma nação do interior do Nordeste brasileiro, fazendo parte do conjunto de populações genericamente nominadas "tapuias", isto é, não-tupis, e habitando "transversalmente (*dwers van*) a Pernambuco".¹⁰⁰ Posteriormente, como vimos, foram missionados pelos religiosos católicos. Os cariris se diferenciavam por quatro dialetos — camaru, sapuia, dzubucua e quipea —, dos quais apenas três estão documentados. Uma *Arte da Gramática da Língua Brasileira na Nação Cariri*, do padre Mamiani, de 1699, e os catecismos em dzubucua e em quipea, de 1698 e 1709, constituem, junto com os do tupi antigo, os únicos registros de línguas indígenas desapareci-

⁹⁸ Lowie, Robert H. "The Cariri" e "The Tarairiu". *Handbook of South American Indians*, Washington, 1:557-9 e 543-56, 1946. Para um possível entendimento da diversidade dos povos indígenas no sertão do Brasil colônia, veja o *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro, 1981; F. A. Pereira da Costa. *Anais pernambucanos*. Recife, 1953, vol. 5, p. 160-72; Carlos Studart Filho. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza, 1966; Thomas Pompeu Sobrinho, "Contribuição para o estudo das afinidades do Kariri". *RIHGC*, 53:221-35, 1939, "Línguas tapuias desconhecidas do Nordeste, alguns vocábulos inéditos". *Boletim de Antropologia*, Fortaleza, ano 2, v. 1, 1958, "Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman". *RIHGC*, 48:7-28, 1934, e "As origens dos índios cariris". *RIHGC*, LXIV:314-99, 1950; Estevão Pinto. *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo, 1935; Carlos F. Ott. *Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia*. Salvador, 1945; Aryon Dall'Igna Rodrigues. "Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Kiriri". *RMP*, 2:193-205, 1948; Olavo de Medeiros Filho. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília, 1984; Robert E. Meader. *Índios do Nordeste, levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro*. Brasília, 1978; Cestimir Loukotka. "Les langues non-tupi du Brésil du Nord-est". *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955; W. D. Hohenthal. "Little Known Groups of Indians Reported in 1696 on the rio São Francisco, in Northeastern Brazil". *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 41, 1:31-41, 1952 e "As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco". *RMP*, 12, 1960; Donald Pierson. *O homem do São Francisco*. Rio de Janeiro, 1972, tomo 1, p. 226-34.; Afonso A. de Freitas. "Distribuição geográfica das tribos na época do descobrimento". *RIHGB*, Tomo especial 2. Rio de Janeiro, 1915, p. 491-510; Luís Mott. "Etno-história dos índios do Piauí colonial". In: Idem. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 109-24.

⁹⁹ J. A. Gonsalves de Mello Neto. *Tempo dos flamengos*, p. 202.

¹⁰⁰ "Descrição geral da capitania da Paraíba, por Elias Herckman" (1634). *RIAGP*, 31:239, 1886.

das do período colonial.¹⁰¹ Na verdade, já nas vésperas da independência, o sapuia foi registrado por Martius a partir das observações feitas em 1818, quando se encontrou em Pedra Branca com cerca de seiscientos cariris "semicivilizados". O vocabulário "cayriri-latim" que Martius publicou a partir do material que ali recolhera, no entender de Adam, deve ser tomado como um dialeto separado, dada a distância com relação aos dialetos quipea e dzubucua. Consta que os cariris de Pedra Branca, ainda no início do século XIX, haviam conservado mais ou menos intacto seu dialeto particular. Todavia, quando Ehrenreich aí esteve, em 1891, pôde constatar que estes cariris haviam "desaparecido".¹⁰²

As missões capuchinhas são as de maior interesse do ponto de vista etno-histórico, em razão da diligência com que os freis retrataram os costumes, a cultura, a língua e o modo de vida dos índios sob seu amparo (ou controle). Como sabemos, já haviam estado no Brasil missionários da ordem dos capuchinhos no início do século XVII, tendo nos legado importantes relações, documentos valiosos para o estudo dos povos tupinambás.¹⁰³ Da mesma forma, estes freis capuchinhos contribuíram para o estudo dos cariris. Suas missões na segunda metade dos Seiscentos entre estes índios produziram importante documentação, entre as quais nos são de extremo valor as relações do frei capu-

¹⁰¹ Bernardo de Nantes. *Catecismo indico da língua Kariri*. Lisboa, 1707; e Luiz Vicenzo Mamiani. *Catecismo da doutrina cristã na língua brasileira da nação kiriri*. Lisboa, 1698. Mamiani escreveu também uma *Arte de gramática da língua brasileira da nação kiriri*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1699. Sobre as línguas indígenas desaparecidas, veja o estudo de Aryon Dall'Igna Rodrigues. *Línguas brasileiras — para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, 1986, p. 17-39.

¹⁰² Lucien Adam. *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille Kariri*, Paris, 1897.

¹⁰³ Meio século após terem sido expulsos da região da atual cidade do Rio de Janeiro, em 1575, os franceses tentaram novamente estabelecer-se no território brasileiro. Entre 1612 a 1615, esforçaram-se por construir e manter a posse de uma colônia no então chamado Maranhão, ou, atualmente, na ilha de São Luís. Com apoio da regente de França, Maria de Médicis, e envolvimento dos capuchinhos, tentaram erguer no norte do país uma "França Equinocial", a exemplo daquela "Antártica" dos tempos de Villegaignon. Entre os quatro primeiros religiosos capuchinhos que vieram com a primeira expedição de Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, e François de Rasilly, senhor de Aumelles, para a colonização do Maranhão, estavam Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux. Ambos escreveram a crônica desta missão. Estes textos têm mais interesse para o conhecimento das coisas do Brasil e dos costumes dos índios do que para a história da "França Equinocial" propriamente. Claude d'Abbeville. *Histoire de la Mission des pères capucins en l'île de Maragnon et terres circonvoisines*, Paris, 1614 e Yves d'Evreux. *Suite de l'histoire des choses les plus mémorables advenues à Maragnon*, Paris, 1615.

Assim como para os cariris, no decorrer dos cem anos seguintes em que estiveram em guerras com as diversas nações tarairiús, ou as missiões, até a seu quase completo extermínio, os portugueses deixaram raríssimas descrições.¹¹¹ Todas elas feitas de maneira muito mais argumentativa do que expositiva, no contexto de "demonização" de um tapuia genérico e objetivando reabilitar a guerra justa. No "Memorial de Certas Notícias e Lembranças" de 1703, Pedro Carrilho de Andrade descreve genericamente os tapuias "janduí, ariús, paiacus, caretiús e icós e outros anexos nas partes do Brasil, capitânias de Pernambuco, Rio Grande, Ribeiras do Açu e Jaguaribe". Também o fez o autor anônimo do papel de 1691, para quem se tratava de uma "gente bárbara, de corso e tragadora de carne humana, amiga de guerras e traições".¹¹² Com efeito, como haviam sido aliados incondicionais dos

¹¹¹ "Quase completo extermínio", porque vemos hoje ressurgirem os descendentes dos tarairiús. Os quase seis mil xucurus que vivem hoje no município de Pesqueira, estado de Pernambuco, a 220 quilômetros de Recife, foram reconhecidos como legítimos herdeiros das terras pelo presidente Itamar Franco em março de 1992. Estes índios têm como seu ancestral João Fernandes Canindé, "Rei dos Xucuru", que teria organizado a resistência indígena contra os colonizadores portugueses no Nordeste no século XVII. *A Igreja no Brasil aberta ao mundo*, 236:22, janeiro de 1996. Com efeito, os xucurus (ou jucurus), eram tarairiús que haviam sido aldeados, pelos oratorianos, principalmente na aldeia de Ararobá, que levava o nome do principal desses índios. Primeiro dos xucurus a se batizar, este Ararobá de fato passou a chamar-se João Fernandes Vieira, em homenagem ao restaurador de Pernambuco que lhe havia dado algumas ferramentas. Canindé, por sua vez, como se verá no Capítulo 4, era o principal dos chamados janduí, que haviam sido governados no tempo dos holandeses pelo "rei Janduí" e havia realmente feito guerra contra os portugueses por longos anos. Em 1692, porém, Canindé acabaria por se render e firmar um tratado de paz, indo morrer com os seus em um aldeamento jesuíta, Guarafas, futura vila de Arez. Estes janduí eram por isso chamados por vezes de canindés. Contudo, não acredito que os modernos xucurus estão de todo enganados em reverenciá-lo como grande líder. Da mesma maneira, deveriam fazê-lo os jenipapo-canindés e os paicus do Ceará, outros grupos emergentes, que se reivindicam descendentes dos tarairiús. Até onde sei, a melhor etnografia dos xucurus ainda é a de W. D. Hohenthal. "Notes on the Shucurú Indians of Serra de Ararobá, Pernambuco, Brazil". *RMP*, 8:93-164, 1954. Sobre as identidades emergentes no Nordeste, veja o artigo de João Pacheco de Oliveira. "Fronteiras étnicas e identidades emergentes". *Tempo e Presença*. São Paulo, 270:31-4, 1993.

¹¹² Memorial de certas notícias e lembranças, Pedro Carrilho de Andrade, Olinda, c. 1703, AHU, Pernambuco, caixa 16; Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691). Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162. Uma síntese etno-histórica dos tarairiús foi feita por Olavo de Medeiros Filho. "Os tarairiús, extintos tapuias do Nordeste". *RIHGB*, 358:57-72, 1988.

holandeses, os tarairiús se viram como que desamparados após a expulsão daqueles em 1654. É verdade que o termo de capitulação incorporava uma cláusula de anistia para os índios que tivessem ficado do lado holandês; contudo, a fama de irredentos e a relativa autonomia que conseguiram manter, muito em razão da capacidade com que incorporaram a tecnologia militar do invasor (armas de fogo ou mesmo estratégias), transformariam os tarairiús nos protagonistas principais das guerras dos bárbaros.

3 GUERRAS NO RECÔNCAVO

DESDE que foi criado em 1548, para coordenar os esforços de colonização portuguesa na América, o governo-geral aliou sua força política ao seu poder militar estratégico.¹ O regimento passado a Tomé de Sousa, em 17 de dezembro de 1548, previa a construção de uma cidade para a sede deste novo pólo político-administrativo. A Bahia de Todos os Santos, donataria do falecido Francisco Pereira Coutinho, fora comprada de seus herdeiros para este fim. Neste primeiro momento, a criação de um governo do Brasil não pretendia, como normalmente se imagina, a reunião dos esforços dispersos em razão da criação do sistema de capitanias hereditárias (as donatárias), tendo em vista a sua reunião sob uma mesma orientação. Ambos os sistemas coexistiram até o século XVIII, quando a última capitania foi revertida para o patrimônio régio e a administração dos espaços imperiais passaria por uma série de alterações. Seu papel fundamental foi o de instituir e coordenar um "pequeno comércio político-administrativo" com as vilas recentemente criadas. Na verdade, o governo-geral, vinha "sujeitar vilas e seus termos a uma única orientação".²

¹ O governo-geral do Estado do Brasil foi criado pelo regimento passado a Tomé de Sousa, em 17 de dezembro de 1548. Na ocasião foram nomeados também um ouvidor-geral, Pêro Borges, um provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros e um alcaide-mor, Diogo Moniz Barreto.

² Segundo Edmundo Zenha, "é com estas vilas que se estabelece o pequeno comércio político-administrativo que a situação permitia. Circulação fraca, prejudicada por inúmeras dificuldades, tendo como pontos de referência as vilas em si e não as capitanias que, praticamente, tiveram existência mais ou menos teórica. Essas vilas municipais formam o todo brasileiro colonial e por elas gira a força estatal que a metrópole desviava para cá". *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo, 1948, p. 26-7.

A construção de uma cidade na entrada da baía e a ocupação e povoamento do seu recôncavo, deram-se não sem conflitos com os primitivos habitantes. No final do ano de 1555, uma rebelião dos tupinambás da ribeira do Paraguaçu foi prontamente reprimida por d. Álvaro da Costa, filho do governador-geral. A região, situada ao noroeste do grande lagamar que é a baía de Todos os Santos, era de terras férteis e traçada por uma rede de outros rios e lagamares o que facilitava vivamente o transporte para o porto do mar, isto é, Salvador. O rio Paraguaçu, antes da cachoeira, era um território particularmente cobiçado. Seus habitantes originais, contudo, obstinar-se-iam em resistir aos avanços da colonização, atacando novamente os moradores e suas fazendas nos anos de 1558 e 1559. O então governador da Bahia, Mem de Sá, resolveu enviar uma grande expedição punitiva, composta de 300 portugueses e cerca de 4.000 índios aliados, retirados dos aldeamentos jesuíticos do litoral. Em setembro, os tupinambás do Paraguaçu foram derrotados e, no local, foi criada uma vila, sob invocação de Nossa Senhora da Vitória, também chamada de "Cachoeira". Esta vila será importante entreposto comercial do Recôncavo Baiano ao mesmo tempo que servirá, até o século XX, como principal "porta" daqueles sertões. A navegação, que era possível até o povoado situado nos pés de uma importante queda-d'água, dava lugar aos caminhos terrestres. O viajante poderia, então, acompanhar o curso do Jacuípe, mais ao norte, ou o próprio Paraguaçu, para depois seguir as veredas pelo sertão de dentro.³

Se as terras mais próximas do lagamar eram ocupadas preferencialmente pelas plantações de cana e pelos engenhos de açúcar, o interior imediato do Recôncavo servirá sobretudo à criação de gado. Desde as primeiras décadas do século XVII, os "índios bravos" do sertão (isto é, tapuias) resistiam ao avanço da fronteira pastoril, causando problemas aos moradores das freguesias do Recôncavo Baiano, atacando vilas, engenhos, fazendas e criações. No ano de 1612, os "índios bravos" invadiram o engenho e o distrito de Capanema, na freguesia de Paraguaçu. Em 1621, mataram alguns "moradores e guardadores do gado" nos campos de Aporá, na margem sul do Paraguaçu, a dezoito léguas da cidade, "não deixando coisa viva", o que fez aqueles sertões ficarem "por muitos anos despovoados". E não tendo já aí em que executar a sua "fero-

cidade", passaram a dar saltos em outra parte do norte do Recôncavo e campos vizinhos das serras que chamavam de Itapororocas. Em face dos ataques e matanças, os moradores locais, por não poderem mais lhes resistir, abandonaram as fazendas, que assim ficaram muitos anos despovoadas. Em 1627, a situação era de tal gravidade que se reuniram em junta o governador-geral, Antônio Teles da Silva, e as principais autoridades do Estado do Brasil para tirar uma solução para o levantamento dos indígenas nos limites da cidade, em Jaguaripe e Paraguaçu. Coadunados com alguns negros, os índios haviam atacado alguns engenhos nestas freguesias e os currais de gado dos campos do Aporá, causando grande dano aos moradores e às fazendas. Despovoava-se, assim, a região, o que afetava os planos de colonização e a produção de mantimentos para a cidade e para as tropas. A junta, que se reunia seguindo a resolução da lei de 1611, resolveu declarar guerra aos tapuias, considerando-a justa. No entanto, de acordo com Taunay, os resultados da reunião foram pouco práticos e por muitos anos aos moradores continuou cabendo o ônus de viver na fronteira. De fato, nos anos seguintes, as guerras holandesas ocupariam toda a iniciativa do governo-geral. Segundo Alexandre de Sousa Freire — que foi governador entre 1667-1671 e historiou esses acontecimentos — naquele momento nada podia ser feito, "pela diversão das guerras de Pernambuco e mais capitanias do Norte, cujos moradores tomaram as armas contra os holandeses". Pela mesma razão, não as moveu contra o gentio bárbaro o conde Vilapouca de Aguiar, que sucedeu Teles da Silva.⁴

Jornadas do sertão, 1651-1656

Em maio de 1651, os ataques dos tapuias que desciam de suas aldeias, provavelmente situadas ao longo do rio de Mauraú (Contas), "oprimiam" os moradores das freguesias do sul do Recôncavo e de Ilhéus. Nesse momento, a situação da guerra em Pernambuco permitia que o governador-geral, o conde de Castelo Melhor, tomasse providências no sentido de organizar uma expedição punitiva. O sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa foi nomeado cabo de uma "jornada do sertão" que deveria partir em agosto, "por respeito das águas", isto é, aproveitando

Veja também Raymundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, 1976 (1958), p. 144-5.

³ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*. São Paulo, 1975, tomo 1, p. 299-313; e Jorge Couto. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa, 1998, p. 262-8.

⁴ Proposta de Alexandre de Sousa Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. *DII*, 3: 205-16; ou in: Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 30-3. Veja também Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 316-8; e "Documento do códice Livro Segundo do Governo do Brasil do Museu Paulista". *AAMP*, 3:128.

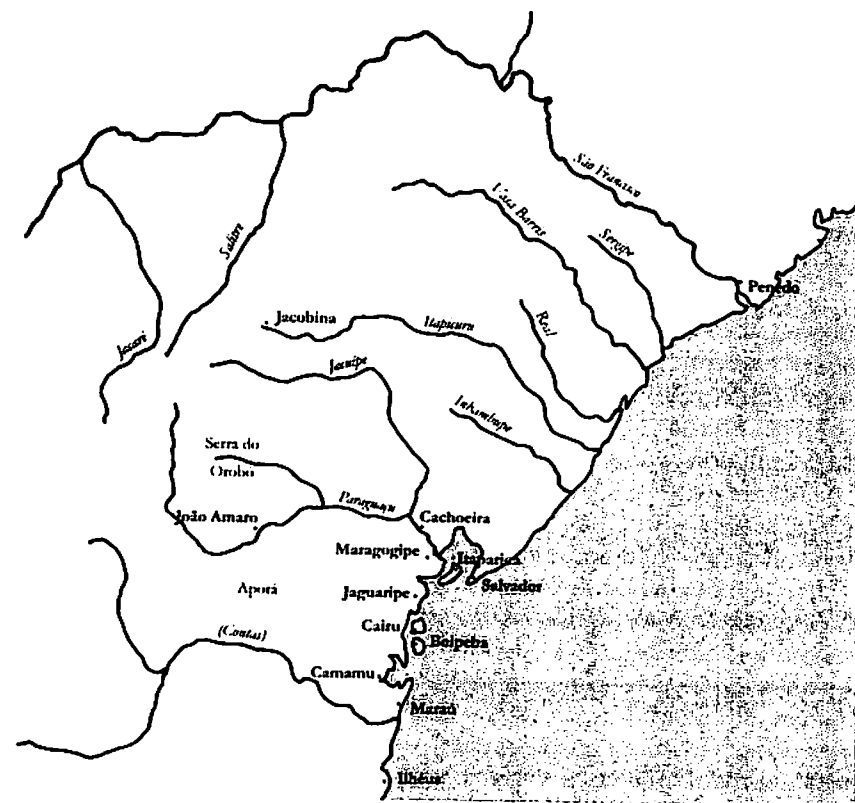
a estação boa de chuvas. Mas, uma vez que as guerras no Norte contra os holandeses ocupavam sobremaneira as forças regulares do Estado — vale dizer, os dois terços de Salvador — uma série de medidas foi tomada visando aumentar o contingente desta jornada. Serpa recebeu ordem de incorporar à bandeira um certo Luís da Silva, que seria de “muito préstimo para este intento com os índios do Tapocurúmiry” (Itapecurumirim). O governador sugeria ainda que o sargento-mor procurasse por Garcia d’Ávila, pois passando pela sua Torre este poderia lhe “dar gente” mediante a apresentação de uma carta. Da mesma maneira, pediram-se por meio de um bando todos os desertores da praça da Bahia e do exército de Pernambuco, para engrossar a gente de guerra. De acordo com o plano traçado, a jornada deveria partir em direção a Camamu, onde Serpa falaria com os principais das aldeias dos aimorés, que estavam em guerra contra os tapuias. Em Boipeba, deveria recrutar um sertanista, Francisco Fernandes Preto, que já havia estado em São Paulo muitas vezes e era “um grande língua”.⁵ Não temos mais notícias dos sucessos desta entrada.

Em setembro de 1651, o governador-geral resolveu nomear Gaspar Rodrigues Adorno como “capitão-mor de toda a gente que ora mando ao sertão”. Seu irmão, Agostinho Pereira, deveria ir junto como cabo e portava a primeira via de sucessão, isto é, deveria substituí-lo em qualquer circunstância. Além disso, iam também o ajudante Manuel da Costa e uma “marcha de 40 estrangeiros”, dividida em duas tropas sob o comando dos cabos João Pedri e João Jorge.⁶ Um ano depois, a situação continuava grave, sendo que os próprios moradores de Jaguaripe tiveram de enfrentar “a tulha do gentio”; alguns deles, com medo dos índios, “já dizem que querem largar a terra”. Adorno não se prontificava ainda a pôr em efeito a jornada, o que causava embaraços ao governador.⁷

⁵ Carta do conde de Castel Melhor para Diogo de Oliveira Serpa, 22/5/1651. *DH*, 3: 107-8. Há uma carta de recomendação ao senhor de engenho Filipe de Moura de Albuquerque, 22/5/1651. *DH*, 3:110. Em carta de 12 de junho ao governador da capitania de Ilhéus, Antônio de Couros Carneiro, o conde esclarecia que desejava o sustento dos moradores pois não era “pequeno o que lhe fazem em mandar farinhas”. Conta que ordenou ao capitão Francisco da Rocha Fragozo que para lá se dirigisse com a sua companhia, para a qual Carneiro deveria garantir o sustento com farinha e peixe, por parte dos moradores ofendidos pelo gentio. Carta do conde para o capitão-mor de Ilhéus, 12/6/1651. *DH*, 3:112-3.

⁶ Carta patente do cargo de capitão-mor de toda a gente que vai à jornada do sertão, na pessoa de Gaspar Rodrigues Adorno, 4/9/1654, e carta patente de Manuel Soares Robles, 15/9/1651. *DH*, 31:96-101 e 105-6.

⁷ Carta do conde de Castel Melhor para a câmara da Bahia, 2/9/1652. *DH*, 3:185.



Mapa 2. O Recôncavo Baiano e o sertão de dentro, século XVII.

aldeias do rio Itapecuru (Itapecurumirim), com quem tinha “particular comunicação”, no sentido de convencê-los a acompanhar a gente que enviava em uma entrada contra os tapuias. Deveriam então fazer bastante frecharia e dirigir-se a Salvador, onde lhes mandaria “contentar de maneira que voltem com a melhor vontade” para a guerra. Na mesma ocasião, alertou aos capitães das aldeias de Jaguaripe e Maragojipe que tivessem prontos, “para a jornada que mando fazer brevemente ao sertão”, todos os índios que nessas aldeias fossem capazes de marchar.¹⁴

Em novembro de 1654, o governador-geral ordenou o retorno imediato do sargento-mor a Salvador. Certamente por conta das notícias da paz dos holandeses com os ingleses fazia-se necessária uma série de medidas preventivas, em razão de um ataque que se podia esperar dos inimigos recentemente expulsos de Pernambuco.¹⁵ Isso atrasaria os preparativos da jornada, mas não por muito tempo. Em 6 de dezembro, tendo os tapuias atacado novamente as fazendas e engenhos de Jaguaripe, o conde pedia ao capitão Gaspar Rodrigues Adorno que viesse rapidamente à cidade para ultimar a reunião da gente da infantaria e da ordenança.¹⁶ Formaram-se cinco companhias para a nova jornada, e seu irmão, Agostinho Pereira, ia agora como sargento-mor.¹⁷ Segundo o regimento da jornada, deveriam todos partir da Cachoeira (no Paraguaçu), onde se reuniriam, e avançar pelo sertão em busca das aldeias dos tapuias rebeldes, fazendo as pazes com os que concordassem em se submeter e arrasando aos inimigos renitentes.¹⁸

Infelizmente, acabam aqui as notícias desta jornada. Tal como a de 1651, não sabemos suas conseqüências e resultados. Não obstante, ao

17 Carta do conde de Atouguia para o capitão da aldeia de Jaguaripe, 1.º/10/1654. *DH*, 3:217-8.

Carta a Pedro Gomes, 18/11/1654. *DH*, 3:237; carta do conde de Atouguia para António de Couros Carneiro, 18/11/1654. *DH*, 3:242-3; e *DH*, 4:36-7.

Carta a Gaspar Rodrigues Adorno, 6/12/1654. *DH*, 3:246-8. O capitão esteve, na véspera do Natal, perante os oficiais da câmara da Bahia, quando o tesoureiro, Pedro Mainho Lobo, lhe entregou "os gêneros de resgate para dar ao gentio levantado quando para paz segura reduzir a nossa amizade que são 200 machados, 200 foices, 300 facas, 5 milheiros de anzóis, 6 caixas de pentes, 6 maços de velório, 200 varas de piano de linho, 20 facões, 200 vestidos que tudo monta conforme seu custo de 214\$920 réis". Rodrigues se comprometeu, então, a em havendo guerra devolver os gêneros e na falta o seu valor. *ACS*, 3:279-80.

Carta patente de Agostinho Pereira, 23/12/1654. *DH*, 31:153-4. Segundo a "sucessão que levou o capitão-mor Gaspar Roiz Adorno na jornada do Sertão", as companhias eram chefiadas pelo capitão Francisco, "seu cunhado", capitão Manuel Roiz Soares, capitão Alexandre Dias e capitão Bartolomeu Gato. Carta régia 24/12/1654. *DH*, 4:42-3.

Regimento que levou o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno na jornada do sertão, 24/12/1654. *DH*, 4:37-42.

¹⁰ Ibidem. Account para Pedro Gomes, 1654. *DH*, 3:225-7.

¹¹ Carta do conde de Atouguia para Pedro Gomes, 1654. *DH*, 3:228.

12 Carta do conde de Atouguia para Garcia d'Ávila, 19/10/1654. *DH*, 3:228.

13 Carta do conde de Atouguia para o superior da aldeia de Camamor, 1727, 3:228-9.

final de dois anos, outra expedição, organizada segundo os mesmos moldes, foi aprestada para fazer face aos tapuias rebelados do Recôncavo. Desta vez o comando estava nas mãos do capitão-mor Tomé Dias Lassos, que fora capitão da ordenança no Recôncavo nos tempos das guerras com os holandeses. O regimento de sua jornada era idêntico ao de seu antecessor, e com ele deveriam ir quatro companhias de infantaria, numa delas Agostinho Pereira.¹⁹ Em 18 de outubro de 1656, el-rei determinou que Pedro Gomes se encarregasse de tudo que tocasse a infantaria e mais gente que fosse na jornada do sertão, dando ao capitão-mor Lassos todos os carros e cavalgaduras necessários para a condução dos mantimentos, que foram conseguidos junto à câmara da cidade.²⁰ Apesar de tantos preparativos, Lassos conseguiu apenas fazer as pazes “com quatro aldeias”, cujos principais prometeram que brevemente desceriam para mais perto das povoações dos moradores.²¹

Segundo a avaliação do governador Alexandre de Sousa Freire, a todas estas expedições “uma e outra coisa faltaram; porque nem desceram [os índios], nem deixaram de repetir todos os anos, uma e muitas vezes, os seus assaltos e latrocínios”.²² Apesar de seu fracasso, estas três jornadas — a de Diogo de Oliveira Serpa (1651), as tentativas do capitão Adorno (1651-54) e a expedição de Tomé Dias Lassos (1656) — devem ser compreendidas como parte de um esforço do governo-geral de formalização dos mecanismos de repressão e controle das nações tapuias, que entravam em contato com a fronteira da economia colonial e atalhavam seu desenvolvimento. O malogro, naquele momento, não significava que estes “capitães da gente enviada ao sertão” não tenham continuado em atividade no sertão. Ao contrário, como veremos, participaram ativamente dos sucessos das guerras dos bárbaros nos anos que se seguiram. Do ponto de vista da administração colonial, novas perspectivas, contudo, urgiam para que os colonos pudessem fazer face a um movimento de resistência que se tornava, pouco a pouco, uma in-

¹⁹ Patente de Tomé Dias Lassos, 8/10/1656. *DH*, 31:191-2 e 193. Regimento que levou o capitão-mor na jornada do sertão, 9/10/1656. *DII*, 5:245-50. Seu regimento é igual ao do Gaspar Adorno, mas sem as referências a Luís da Silva. A “sucessão que levou o capitão-mor Tomé Dias Lassos na jornada que vai ao sertão” ordenava que em caso falecesse o capitão-mor não houvesse precedência alguma, e sim que todos juntos tomassem as decisões, 18/10/1656. *DII*, 5:250-1.

²⁰ *DII*, 5:252.

²¹ Como fiança desta paz, trouxe consigo uma “uma rapariga, que lhe deram, por filha de um principal”. Representação dos moradores das freguesias, 10/5/1657. *ACS*, 3:346-7.

²² Proposta de Alexandre de Sousa Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. *DH*, 3:205-16.

surreição incontrolável. A evolução das formas de enfrentamento destes inimigos passaria, então, por uma avaliação dos erros estratégicos em que incorreram as tropas e, dado que se tratava basicamente de soldados da ordenança e de infantaria dos terços de Salvador, pela percepção da necessidade de uma mudança na sua natureza. Como vimos no capítulo anterior, esta viria acompanhada de uma guinada da política relativa aos tapuias, tidos como bárbaros. Nada suavemente, o destino das civilizações indígenas do interior da América, cada vez mais portuguesa, escapava de suas próprias mãos.

A Guerra do Orobó, 1657-1659

Mestre-de-campo-general nomeado para a guerra contra os holandeses, Francisco Barreto de Meneses havia tido papel decisivo no comando das forças dos restauradores, sendo, portanto, um experiente militar. Como já foi dito, o termo de capitulação do holandeses, firmado em 1654, incorporava uma cláusula de anistia para os índios que “tivessem sido rebeldes à Coroa de Portugal”, isto é, ficado do lado holandês. Os “tapuias de que é regedor João Duim” (Janduí) haviam sido perdoados pelo mestre-de-campo em 4 de maio de 1654, perdão esse ratificado em 9 de setembro. Contudo, os conflitos entre esses índios e os moradores do Rio Grande continuaram, de maneira que Barreto, feito governador de Pernambuco logo após a expulsão dos holandeses, os havia mandado castigar. O sargento-mor Antônio Dias Cardoso foi instruído a marchar com a infantaria para atacar os “rebelados”, “degolando a todos que forem de oito anos para cima, aprisionando as mulheres e crias”.²³ Em 1657, Barreto foi nomeado governador-geral do Brasil e logo teve de enfrentar o problema dos ataques dos tapuias ao Recôncavo, que continuavam a ocorrer, notadamente, nas freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Cachoeira. Com efeito, poucos dias depois da sua chegada à Bahia, foram atacados e mortos trinta moradores naquelas freguesias.²⁴ Segundo sua opinião, todas as tentativas de seus antecessores de fazer “diferentes entradas no sertão com bastante golpe de infantaria e índios domésticos e confederados para castigar a insolência com que os bárbaros costumam descer ao Recôncavo, nunca até hoje puderam ter

²³ J. A. Gonsalves de Mello. “Brito Freyre, sua história e Pernambuco”. In: Francisco de Brito Freyre. *Nova Lusitânia: História da guerra brasileira escrita por...* (1675). Recife, 1977, s.p.; carta do conde de Atouguia para o mestre-de-campo-general Francisco Barreto, 20/3/1655. *DII*, 3:265.

²⁴ Carta de Francisco Barreto ao rei, 1658. *DH*, 4:356-7.

feito; porque foi sempre neles a sua maior resistência a ligeireza, e nos nossos o maior impedimento a ignorância da campanha, e o pouco uso daquela guerra".²⁵ Sua prática nas guerras do sertão lhe permitia julgar os motivos do sucesso deste "novo modo de guerra do gentio":

"Todas as vezes que fez entrada ao sertão se não logrou por não achar a infantaria mantimentos, chegar cansada, não saber a campanha, não ter fortificação em que se fazer para sua segurança e descansar do caminho para melhor pelejam ter permanência na hostilidade que ia a fazer e que [com] este defeito apenas chegavam as nossas tropas à vista do inimigo, quando ou por falta de mantimentos ou receoso com a distância da retirada, ou realmente por cansados e faltas de governo se voltavam logo dando novo ânimo aos bárbaros".²⁶

Como o abastecimento das expedições ao sertão do Recôncavo era tido como o ponto fraco dos esforços de guerra, a estratégia de Barreto foi enviar a infantaria para abrir um caminho, onde seriam construídas casas-fortes e estabelecida uma "muralla" de aldeias amigas. Mais do que isso, porém, tencionava oferecer assim uma infra-estrutura para que tropas "contratadas" de sertanistas experimentados se aprofundassem no território e destruíssem toda resistência indígena, matando e cativando os rebeldes. As tribos de tapuias habitantes da serra do Orobó foram então identificadas como os agressores das fazendas e moradores das partes do rio Paraguaçu, dos chamados Campos da Cachoeira, do rio Jacuípe, Campo Grande e Inhambupe, além dos que ficavam na parte sul do Paraguaçu, isto é, as freguesias de Maragojipe e Jaguaripe.²⁷ Objetivando chegar com as tropas até estes tapuias, em setembro de 1657, Barreto mandou que fossem feitas "casas-fortes nas paragens mais convenientes do sertão [do Paraguaçu], com infantaria bastante [para] conservar as aldeias amigas, reduzir ou desbaratar as contrárias e segurar aquela campanha". Para tanto, convinha que parte das despesas fos-

²⁵ Carta ao capitão-mor de São Vicente, Manuel de Sousa da Silva, 21/9/1657. *DH*, 3:395.
²⁶ Carta de Francisco Barreto para a câmara da Bahia, 13/9/1657. *DH*, 86:139-42.
²⁷ Orobó (*Cola acuminata*) é o nome de uma pequena árvore de flores amarelas e fruto em forma de estrela, cujas sementes contêm cafeína. Provavelmente abundante, designava a região de serras situadas entre os rios Paraguaçu e Jacuípe. Apesar de existir atualmente uma serra do Orobó, situada perto do município de Rui Barbosa, o mais correto é entendermos que, no século XVII, a chamada "serra do Orobó" compreendesse de fato a região de serras que incluíam as serras de Santa Brígida (no município de Itaberaba), do Camisão (Ipuá) e de São Francisco (serra Preta), entre outras que compõem o planalto leste anterior à depressão do rio São Francisco.

se assumida pelo povo da cidade, já que se tratava também do seu sossego.²⁸ Prometia aos moradores enviar a infantaria aos sertões, para o que havia encarregado Pedro Gomes, promovido a sargento-mor do mestre-de-campo-general,²⁹ juntamente com o capitão Gaspar Rodrigues Adorno. Ambos deveriam abrir uma estrada de carros, ao longo da qual estariam as casas-fortes com plantações de mantimentos. Estimava-se a necessidade de cerca de 30 ou 40 carros, para conduzir pelo menos 800 rações aos 300 infantes e 200 índios da expedição. Desse modo, inicialmente deveriam marchar 80 infantes para garantir a segurança dos que fossem erguer as casas-fortes e abrir os caminhos.³⁰ A estrada deveria partir da Cachoeira e seguir até a "borda da mata da serra do Orobó", onde seria erguida a primeira casa-forte. O regimento passado para a expedição é claro em recomendar que a estrada fosse feita segundo "os caminhos dos gentios", isto é, em "partes donde se achem águas, e pastos para os bois: mas nem no caso que ache uma tão estéril que os não tenha, deixe por isso de continuar a estrada, e a vá abrindo até a mata do Orobó, na forma que o terreno permitir". Além de definir o caminho para futuras expedições, Adorno e Gomes deveriam cuidar de deixar assinalada a estrada, pondo "balizas em distância, que se enxerguem de umas as outras: advertindo que a qualidade do pau seja a mais incomedível que se achar, para que tenha duração".³¹

Segundo uma representação dos mesmos moradores, as aldeias que Lasso havia conseguido trazer para o sul continuavam rebeldes, o que poderia prejudicar os avanços para o sertão.³² A solução proposta por Barreto foi ordenar, por um regimento de 21 de dezembro de 1657, que

²⁸ Carta de Francisco Barreto acerca das casas fortes que se hão de fazer no sertão, 10/9/1657. *DH*, 86:138.

²⁹ Carta de Francisco Barreto para a câmara da Bahia, 15/9/1657. *DH*, 86:143; Pedro Gomes havia chegado no Brasil em 1635. Participou ativamente das guerras contra os holandeses, e fora sargento-mor do terço do mestre-de-campo João de Araújo (o terço velho) e da gente da ordenança da capitania da Bahia, sendo provido, em fevereiro de 1657, sargento-mor do mestre-de-campo-general. Foi nessa condição que recebeu esta missão. Carta do conde de Atouguia ao rei, 3/2/1675. *DH*, 4:302. Mais tarde, em dezembro de 1671, Pedro Gomes será feito mestre-de-campo do Terço Novo. Luís Monteiro da Costa. *Na Bahia Colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador, 1958, p. 101.

³⁰ Carta de Francisco Barreto, 13/9/1657. *DH*, 86:139-42.

³¹ Regimento que levou o sargento-mor Pedro Gomes para abrir a estrada desde a Cachoeira até o Orobó, 3/10/1657. *DH*, 4:52.

³² 10/5/1657. *ACS*, 3:346-47; e "Registro das razões que dão os moradores que ficam da parte donde o gentio costuma fazer entradas", provavelmente na mesma data, 10/5/1657. *ACS*, 3:347-50.

o ajudante Luís Álvares fosse com os 25 soldados até Jacobina, no alto Itapecuru, para passar todas as aldeias de paiaias amigos, que eram quinze, para a serra do Orobó, onde poderiam melhor se conservar e "fazerem fronteira naquela parte aos bárbaros, que podem descer ao Recôncavo". Junto com Luís Álvares deveriam ir os principais dos paiaias e o crioulo Antônio, escravo do padre Antônio Pereira (outro grande proprietário de terras e gado), como língua e prático naquele sertão. Pedro Gomes, "com muita infantaria", estaria aguardando-os no Orobó para "destruir os tapuias seus inimigos".³³ Como se percebe, o governador imaginava reforçar as tropas estacionadas na porta daqueles sertões e firmar, com a presença desses tapuias aliados, uma "muralha" entre o Recôncavo e os bárbaros do alto sertão.

Contudo, estas expedições pareciam não surtir efeito algum. Segundo João Lopes Serra, Pedro Gomes conseguiu capturar apenas um índio, e toda a iniciativa servira apenas para deixar mais doentes e mortos entre as tropas.³⁴ Para tornar as coisas mais difíceis, não havia mais traços de Luís Álvares e dos paiaias. Assim, no final de janeiro de 1658, o governador achou melhor mandar reforços. Nomeou o capitão Bartolomeu Aires como cabo das quatro companhias de infantaria que apresen- tou para desbaratar completamente o "gentio bravo". A guerra fora declarada "total", pois a expedição deveria perseguir os índios não só no Orobó, mas também no Utinga ou qualquer outra serra onde se tivessem retirado, e fazer-lhes guerra "desbaratando-os e degolando-os por todos os meios e indústrias que no ardil militar forem possíveis". Francisco Barreto se fiava no "valor e experiência" do capitão Aires, a quem recomendava que fizesse "exceção deste rigor" apenas às "[mulheres] tapuias e meninos, [a] que dará a vida e [os] cativará". E como os tapuias tivessem o costume de esconder as mulheres e filhos longe do campo das operações de guerra, o regimento detalhava que era necessário aprisionar um tapuia e torturá-lo (dando-lhe "tratos de clavina") até que o local onde houvessem escondido o "mulherio" fosse revelado. Segundo o seu regimento, Aires deveria marchar até Cachoeira, onde se juntaria com os setenta tapuias aliados, que estavam sob as ordens de um certo Francisco Mulato. Com mantimentos suficientes para três meses, deveriam ir até a casa-forte na ribeira do Paraguaçu, comprando

³³ Regimento de Luís Álvares, 21/12/1657. *DH*, 4:58-9.
³⁴ João Lopes Serra. "Vida o panegírico funebre al señor Affonso Furtado Castro do Rio Mendonça, Bahia, 1676", publicado por Stuart Schwartz. *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, 1979, p. 44.

as reses necessárias dos moradores. Na Cachoeira ficaria o capitão Bento Fernandes Casado, encarregado de remeter mais farinha para a casa-forte e agenciar vaqueiros para conduzir o gado que conseguisse comprar. Como se vê, era necessário ir lastreando a jornada com suprimentos, sem o que a manutenção da tropa estaria completamente comprometida e a empreitada ficaria "tão infrutuosa como haviam sido as outras". O regimento ordenava que o capitão Aires inventariasse as farinhas, ferramentas e munições que houvesse na casa-forte e, recolhido o gado em um curral, abatesse o necessário para os soldados levarem de moquém, completando-lhes a ração com "três quartas de farinha". No comando da casa-forte, Aires deveria substituir o capitão Filipe Coelho pelo capitão Francisco de Brá, para que este concluísse a construção de uma aldeia nova que reuniria os índios das aldeias reais de Maragojipe e Jaguaripe e da aldeia de D. Clara. O objetivo era ter mão-de-obra suficiente para o plantio de uma grande roça de mandioca e legumes capazes de sustentar a gente de guerra durante o inverno, quando as condições dos caminhos impediam o envio dos mantimentos da cidade.³⁵

Gaspar Rodrigues Adorno estava aguardando a chegada do capitão Aires para juntos partirem ao sertão, no rastro dos homens do sargento-mor Pedro Gomes. Como Luís Álvares e seus índios estavam sumidos, deveriam fazer de tudo para localizá-los, como acender fogueiras e deixar sinais de sua passagem. O regimento de Aires sugeria que se fixasse uma estaca no caminho, na qual se deixaria uma carta para o ajudante e os paiaias. Se estes fossem encontrados, o capitão deveria esforçar-se para convencê-los a não ficar na serra, dada a dificuldade de se enviar mantimentos para lá. O ideal seria se aldearem em torno da casa-forte, que seria fortificada com uma paliçada regular e um alojamento para 25 soldados. O cabo que ficasse na casa-forte tinha ordem para se portar com os índios paiaias "com todo o bom modo e prudência que pede a comunicação de uns homens bárbaros para os ter conformes e inclinados" a pelejar "com qualquer nação que lhes fizerem guerra".³⁶ Ao que parece, segundo informe de Barreto, um ano depois dessas ordens, "o mais árduo do caminho" tinha sido vencido e estava aberta uma "estrada de carro até a primeira casa-forte que fica feita, e dista da cachoeira 40 léguas pelo sertão, e com quatro companhias de infantaria e alguns índios se vai penetrando o mais interior para a parte das aldeias inimigas".³⁷

A estratégia pensada pelo governador-geral previa, no entanto, um

³⁵ Regimento do capitão Bartolomeu Aires, 31/1/1658. *DH*, 4:64-75 e 77-9.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Carta de Francisco Barreto para o capitão-mor de São Vicente, 27/2/1658. *DH*, 3:406.

outro elemento. Em setembro de 1657, alguns meses depois de ter tomado as medidas necessárias para garantir a permanência das tropas no sertão e de erguer uma "muralla de aldeias" na serra do Orobó, Francisco Barreto escrevia ao capitão-mor de São Vicente para acertar um contrato com os paulistas. Julgando do "pouco uso que a infantaria aqui tem de pelejar" a sua incapacidade para evitar as hostilidades dos bárbaros e conservar as aldeias amigas, Barreto entendia que "só a experiência dos sertanistas desta capitania [os paulistas] poderá vencer as dificuldades que os desta acham a se destruírem totalmente aquelas aldeias, que é o em que ultimamente consiste a confirmação das pacíficas e o sossego do Recôncavo". Considerando que na ocasião a briga entre as fações dos Pires e dos Camargos incendiava em guerra civil a vila de São Paulo ("as armas desses moradores andam tão ocupadas em recíproca ofensa de uns e outros"), não seria interessante "convertê-las contra esses inimigos"?³⁸ Para tanto, pedia que a câmara de São Paulo nomeasse um cabo, dois capitães e até vinte pessoas, "das que no sertão te-

³⁸ Barreto, afinal, fora quem pacificara esta "guerra civil" paulista. No final de 1655, inícios de 1656, estiveram na Bahia dois procuradores dessas famílias para resolver a punição dos culpados das várias mortes sucedidas e sobre as eleições da câmara. Conspetada a Relação, esta decidiu pelo perdão dos culpados e conciliação nas eleições. Como alguns haviam sido condenados à pena capital, ficava difícil a situação já que eram dos principais da terra, particularmente os Pires. Como dizia o conde de Atouguia em carta ao rei, "não era justo que pela porfia de uma só mulher que era a parente mais obstinada se perdesse uma capitania". Assim, apesar da "natural inconstância e brio daqueles homens", o conde esperava conciliar as partes. Carta ao rei, 24/1/1656. *DH*, 4:277-9. As coisas todavia não parece terem-se resolvido. Como em São Paulo havia um declarado novo conflito entre os Camargos e os Pires, os dois principais partidos da região, fazia-se antes necessário apaziguá-los para conseguir organizar a bandeira. Carta do conde de Atouguia para a câmara de São Paulo, 5/10/1654, e 7/12/1655. *DH*, 3:221-2 e 299-301. Assim, no mesmo 21 de setembro de 1657, respondendo à carta de 12 de julho, Francisco Barreto fora mais claro no tocante à forma de conciliar as partes em disputa. Julgava melhor deixá-lo por conta do capitão-mor Manuel de Sousa da Silva que os convencesse a deixar "o castigo ou absolvição do vigário ao recurso ordinário do administrador dessas capitanias. E tomem exemplo dos da de Sergipe del-Rei (cuja influência foi a mesma) que também pela expulsão do seu vigário estão aqui presos, e com a maior parte de suas fazendas perdidas. O que suposto trabalho vosmecê reduzi-los para que não se passe da suavidade com que os desejo favorecer à violência com que será preciso castigá-los". *DH*, 3:399. Na carta de mesma data aos oficiais da câmara de São Paulo, cujo "tribunal é cabeça do povo, e a seus acertos, ou desacertos se atribuem os do mesmo povo sempre inconsistente", Francisco Barreto prometia "usar antes com eles da benevolência com que naturalmente amo a todos os que procedem bem do que o rigor com que procedo contra os que não fazem o que devem". Isto é, a paz e o engajamento na entrada, que se fazia urgente pois "havendo-se mandado nos Governos passados três vezes ao

nam provado mais vantajadamente, e haja melhor opinião da sua experiência e valor, com até duzentos índios bons soldados naquele gênero de guerra". Com a promessa de garantir a legalidade do cativo de todos os índios capturados na guerra, considerada justa pela junta, como já foi dito, o governador-geral esperava atrair os paulistas que se viam em dificuldades depois das derrotas sofridas no Sul.³⁹ Como numa concorrência, todas as condições, sobretudo da possibilidade de apresar o gentio, foram lidas em público e, "em lugares acostumados desta vila, mandaram fixar para que todos os moradores" tomassem conhecimento. No dia 17 de março de 1658, juntaram-se, na casa onde funcionava a câmara de São Paulo, os oficiais, o capitão-mor Hiero Pantoja Leitam e os "homens bons" "para acordarem sobre quem havia de seguir a jornada da Bahia", tendo decidido por Domingos Barbosa Calheiros e Bernardo Sanches Aguiar, "cada um com gente que pudesse tirar e adquirir assim brancos como índios".⁴⁰ Calheiros era um dos mais importantes chefes dos Camargos, e levava consigo o mais desordeiro deles, o capitão Fernando de Camargo, conhecido pela alcunha de "Tigre".⁴¹

sertão bastante poder de infantaria e índios nenhuma se logrou o intento de os castigar por falta de pessoas inteligentes". *DH*, 3:401-2. Em 13 de outubro de 1658, Francisco Barreto passou outro alvará que pedia se cumprisse "inviolavelmente" a provisão passada pelo conde de Atouguia para a pacificação das disputas entre os Pires e Camargos. *DH*, 5:329-30. Veja também A. E. Taunay. *História seiscentista da Vila de São Paulo*. São Paulo, 1927, particularmente o vol. 2, p. 55 ss.

³⁹ Carta do governador-geral para Manuel de Sousa da Silva, 21/9/1657. *DH*, 3:393-8. Passou-se alvará para dar cumprimento em 13/10/1657. *DH*, 4:54-5. Barreto resolveu pôr em execução o assento que se fez no tempo do governador Antônio Teles da Silva, que resolvera por decisão de uma junta com o bispo e uns "teólogos" que os índios pudessem ser cativados "para que por meio de interesse houvesse quem voluntariamente se dispusesse a conquistá-los. E como os moradores de São Paulo são homens que levados dele se expõem a perder as vidas no sertão, donde continuamente andam; ordenei ao capitão-mor daquela capitania e à câmara de São Paulo os enviasse debaixo da palavra que lhe dei de que todos os bárbaros que aprisionassem na guerra (por no-la fazerem estes anos injusta) seriam escravos, e se serviriam deles levando-os a sua capitania donde os teriam debaixo daquele título até Vossa Majestade resolver se convém se guarde o referido assento". Carta de Francisco Barreto ao rei, 1658. *DH*, 4:356-7. Sobre o sertanismo paulista e a atividade apresadora das bandeiras no século XVII, veja John Manuel Monteiro. *Negros da terra*. São Paulo, 1994, p. 57-98. *ACSP*, 6 (anexo):81-2; Calheiros era o capitão-mor e a sucessão era do capitão Bernardo Sanches de Aguiar, conforme carta de Francisco Barreto, 10/9/1658. *DH*, 5:321-2. A 12 de maio, em reunião dos oficiais com o capitão-mor, após se fazer resenha dos índios aldeados, decidiu-se que não poderia tirar mais que sessenta deles para a dita expedição. *ACSP*, 6 (anexo):90-1.

⁴¹ Basílio de Magalhães. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. Rio, 1935, p. 143-4; A. de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 322-5.

A expedição saiu de Santos no final de maio de 1658, tendo chegado à Bahia em 14 de outubro. De acordo com o regimento passado a Calheiros, o objetivo principal da jornada era “fazer guerra às sete aldeias do gentio bárbaro [. . .], fazendo o mesmo a todas as demais aldeias que com estas se uniram a fazer guerra; para o que lhe destruirá todas as aldeias, matará os que lhe resistirem e aprisionará todos os que, havendo peleja, vencerem”. Estes maracassus e topins haviam sido identificados como os que “desumanamente vêm todos os anos matar os moradores de Jaguaripe e Maragojipe”. O regimento ordenava, ainda, que as tropas dos paulistas partissem para Cachoeira acompanhados de sua gente paga, dos homens da ordenança alistados e mais índios. Neste povoado, agregariam os índios das aldeias do Jaguaripe e os voluntários, além dos carros que lhes seriam entregues pelo sargento-mor Pedro Gomes.

Partiriam então pelo caminho dos Tócos, onde deveriam tomar emprestado quarenta escravos e quarenta cavalos em troca dos carros, que voltariam para Cachoeira. Desse pouso as tropas marchariam para as Jacobinas, de onde despachariam de volta os negros e cavalos que eram apenas emprestados. Deveriam ajuntar os índios das aldeias que aí houvesse e pedir ao feitor do padre Antônio Pereira que lhes entregasse “um crioulo muito prático nos caminhos e que servirá de guia até as aldeias dos paiaiaes”, que era o mesmo Antônio Crioulo que servira a Luís Álvares. A missão imediata de Calheiros era encontrar os paiaiaes e convencer seus chefes de se aliarem aos portugueses. O ódio entre os tapuias era estimulado, uma vez que se explicava ao paulista que tivessem particular cuidado com um tal Juquerique, uma vez que, por ocasião da entrada de Luís Álvares, havia perdido vários de seus parentes, mortos pelos inimigos. Novamente, estes paiaiaes serviriam de guia juntamente com o crioulo Antônio.⁴²

Apesar de todas essas recomendações e preparativos, a primeira expedição de paulistas contra os índios bárbaros fracassou completamente. Porque, na verdade, como revelou alguns anos mais tarde Sousa Freire, os paiaiaes estavam há muitos anos enganando os portugueses, arrogantes ao presumir a ingenuidade de seus inimigos. Na verdade, estando do lado dos rebeldes, estes tapuias teriam preparado uma armadilha contra os paulistas, como provavelmente fizeram com Luís Álvares. Acumpliciados com o “crioulo do padre Antônio Pereira”, eles haviam prometido guiar as tropas para as aldeias dos inimigos, assegu-

⁴² Regimento que levou o capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na Jornada do Sertão, 5/9/1658. *DH*, 5:321-7.

rando que “em cinco dias as veriam”. Ao invés disso, os levaram “ao redor, por serras ínvias, e montanhas ásperas, sem jamais nunca poderem chegar às ditas aldeias que buscavam”. Perdidas no sertão, as tropas paulistas viram seus mantimentos se esgotarem rapidamente, de um lado porque iam acompanhados de sessenta paiaiaes “esganados”, e de outro porque eles usavam “da indústria de aconselharem os nossos que não atraíssem caça para matar, nem cortarem pau para tirar mel, por não serem sentidos dos tapuias que nos faziam o mal”.

O fato é que os topins nunca foram achados. Segundo Sousa Freire, “nem se podia achar, por não haver outra nação, mais que a dos paiaiaes”. Por esse artifício, “barateando, cansando e matando à fome a nossa gente”, acabaram fugindo para os matos e atacaram o que restou da tropa, “depois de consumida a acabada com as doenças, misérias e trabalhos da jornada”, matando vários que estavam guardando as munições na aldeia de Tapurice e o mesmo fizeram a outros na aldeia da serra do Camisão.⁴³

Francisco Barreto, irritado com o desastre de sua estratégia, tão minuciosamente articulada, resolveu enviar mais tropas em uma nova entrada ao sertão, sob o comando de Tomé Dias Lasso.⁴⁴ Apesar de não haver indícios de que esta entrada tenha ocorrido, vale registrar o tom do regimento que o governador prescreveu a Lasso, em 14 de fevereiro de 1662. Constatada a traição dos paiaiaes, todos os índios agora deveriam ser olhados como inimigos e passíveis do mais cruel castigo e extermínio. Chegando às aldeias, Lasso tinha ordem de queimá-las, degolar todos os homens e cativar as mulheres e filhos, sem hesitação e não se deixando enganar, pois, quando a sagacidade dos paiaiaes

“... os obrigar a dissimular quererem paz conosco, neste caso, conhecendo-se pela informação que tirar secretamente de serem eles

⁴³ Proposta de Alexandre de Sousa Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. *DH*, 3:205-6. Este Antônio Crioulo, também conhecido por “Pateiro” por alcunha, além de ser “grande língua e mui obedecido dos gentios” era jagunço do padre Antônio Pereira e teve sua prisão decretada por uma portaria de 7 de dezembro de 1668. Não pela traição das tropas paulistas em conluio com os paiaiaes, mas porque ameaçava com outros criados de Garcia d’Ávila e do padre Antônio Pereira, o sargento-mor Antônio Guedes de Brito que havia recebido sesmarias justamente na região dos conflitos, entre os rios Itapicuru e Jacuípe, onde tinha oito currais com “muitos gados e escravos”. Ordem de Alexandre de Sousa Freire, 6/12/1668. *DH*, 7:380-2.

⁴⁴ O capitão Francisco Dias ia por governador dos índios e tapuias mansos que forem na jornada, segundo as ordens do capitão-mor Tomé Dias Lasso. Ordem de Francisco Barreto, 13/2/1662. *DH*, 7:77.

os que descem ao Recôncavo (de que fará juridicamente um assento pelo escrivão que leva, em que se firmem todos os capitães e oficiais, e mais pessoas que tiveram notícia dos ditos bárbaros) os segurará com toda a cautela e benevolência e, se puder matar-lhe os principais e aprisionar todos com mulheres e filhos, o fará. E não podendo, degolará a todos, exceto os meninos e mulheres, que aprisionará e trará a esta praça. O mesmo executará com os de quaisquer outras aldeias que com nome de amigas, entender ter notícias, ou evidências prováveis que são os que descem a fazer hostilidades".⁴⁵

Em 1663, Gaspar Rodrigues Adorno havia trazido à cidade de Salvador onze principais das aldeias da Jacobina, os únicos paiaíases que mostraram "alguma fidelidade", sendo presenteados com vestidos. Em 23 de setembro, o sucessor de Barreto, Vasco Mascarenhas, o conde de Óbidos, ordenava que Adorno transferisse todas as aldeias da Jacobina que estivessem nas cabeceiras dos rios Iguape, Cachoeira, Maragojipe e Jaguaripe. Este parecia ser este o único remédio contra o "gentio bárbaro que costuma descer fazendo roubos, mortes e violências".⁴⁶ Acompanhado de quarenta soldados brancos e cem índios, o capitão deveria convencer estes tapuias a mudar-se para mais perto das povoações. Os renitentes deveriam ser forçados a fazê-lo pelas armas, ou ainda destruídos.⁴⁷ Estes índios, provavelmente, eram os mesmos que, em janeiro de 1665, foram assistir nas cabeceiras do Paraguaçu e Maragojipe, para a defesa dos moradores.⁴⁸ Um ano depois, temos notícias de que os ataques dos índios cessaram parcialmente no Recôncavo. O conde de Óbidos diz ter mandado descer os índios do sertão para a serra do Guairaru, "para a segurança dos moradores", e que os colonos dos distritos de Maragojipe, Cachoeira e Aporá queriam atraí-los para mais perto de si, com promessas de gados e cavalgadas. Encarregou, então, Adorno de, junto com o capitão Manuel da Costa, o vigário e quatro pessoas principais, novamente cobrar a contribuição prometida e intermediar a transação com estes índios.⁴⁹ Ao fim e ao cabo, o conde de Óbidos não fez muito para sossegar os moradores do Recôncavo contra os ataques

⁴⁵ Regimento de Tomé Dias Lasso, 14/2/1662. *DH*, 5:338-41.

⁴⁶ Portaria, 8/11/1663. *DH*, 7:128.

⁴⁷ Ordem que se passou ao capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno do que há de obrar na ornada que vai ao sertão, 23/9/1664. *DH*, 4:172-4.

⁴⁸ Portaria para se darem vestidos e ferramentas para os índios que desceram do sertão, 3/1/1665. *DH*, 7:208.

⁴⁹ Ordem que levou o capitão Manuel da Costa, 2/6/1665. *DH*, 4:140-1.

dos "índios bravos". Talvez estivesse mais ocupado com os danos causados pela epidemia de bexigas que grassou em 1666, a princípio em Pernambuco, depois passando para a Bahia e para o Rio de Janeiro.⁵⁰ Mas, de fato, as coisas pareciam estar "calmas" e os tapuias não atacavam mais com tanta frequência o Recôncavo.

A Guerra do Aporá, 1669-1673

A paz relativa durou muito pouco, e logo novas expedições foram enviadas contra os índios rebeldes do Recôncavo. Efetivando uma resolução de d. Pedro II (que em uma carta régia de 20 de fevereiro de 1668 pedia que fosse achada uma solução conveniente), no dia 4 de março de 1669, o então governador-geral, Alexandre de Sousa Freire, apresentou uma "proposta sobre os tapuias" em uma "mesa grande"⁵¹ na Relação da Bahia e em presença do chanceler, doutor Agostinho de Azevedo Monteiro, e demais desembargadores. A proposta foi aceita e firmada em um assento. Segundo este documento que, como vimos acima, historiava todos os conflitos do Recôncavo, já não bastavam duas companhias de infantaria, a de Lasso e de Pedro Gomes, para reprimir o gentio cada vez mais agressivo. Tendo invadido em 23 de outubro de 1668 o distrito de Juquiriçá, o dito gentio "executou as mesmas crueldades e roubos, matando 21 pessoas, entre brancos e negros, homens, mulheres e crianças de tenra idade". Poucos meses depois, atacaram os currais de João Peixoto Viegas, sítios nas Itapororocas (na Jacobina), "donde queimaram quatro, mataram e feriram alguma gente. E, ultimamente, voltaram com grande poder às estâncias da vila do Cairu, as quais investiram, e em uma delas matara o alferes, cinco soldados e alguns moradores que com eles se puseram em defesa".⁵² Um pouco depois, os bárbaros atacaram novamente a vila de Cairu, fato que causou comoção na Bahia. De um lado, porque o assalto se fez num dia de festa de São Matias, 24 de fevereiro de 1670, e de outro, porque os moradores não imaginavam que os índios chegassem a invadir uma vila. Segundo

⁵⁰ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 6, 22, p. 170.

⁵¹ A "mesa grande" era uma sessão plenária do tribunal da Relação da Bahia, presidida pelo governador-geral, para funcionar como conselheira no caso de assuntos de importância.

⁵² Proposta de Alexandre de Sousa Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. *DH*, 3:205-16; em janeiro de 1669, os bárbaros haviam atacado as freguesias de Jaguaripe e Juquiriçá, fazendo mortes e roubos. Portaria, 29/1/1669. *DH*, 7:389.

Jaboatão, os tapuias deram no povoado "tocando suas cornetas e outros rústicos instrumentos de guerra, como anunciando a todos uma última e total assolação". Neste entrevero morreram cerca de quinze moradores. Para Rocha Pita haviam sido mortos apenas o capitão Manuel Barbosa de Mesquita e dois de seus soldados.⁵³

Segundo Sousa Freire, a "insolência" destes índios tornara-se "tão pública que, costumando eles a fugirem para as brenhas e matos, se deixaram estar à vista", e passaram a atacar e roubar "várias casas, cercando e pondo fogo às que lhes resistiam". De maneira que os moradores, "com o temor das crueldades presentes tinham desamparado as suas casas e lavouras", das quais "*depende o total sustento desta praça e conservação dos engenhos pelas lenhas e farinhas*". Sousa Freire arrazoava que, em face da "natural perfídia e inconstância" destes índios, a solução de procurar firmar pazes era totalmente inócua e punha em risco a sobrevivência da presença dos portugueses no Recôncavo. Concordando com Barreto, acreditava que somente "mandando degolar todos os que resistissem, declarando por cativos todos os que se aprisionassem, e assolando todas as aldeias inimigas" poderiam "ficar livres os moradores e sossegadas as hostilidades do gentio".

Depois de ter consultado todos os capitães e soldados que haviam estado naqueles sertões, Sousa Freire resolveu que o melhor a fazer era preparar outra expedição de paulistas. Mais uma vez, analisaram-se todas as leis e assentos tomados sobre as guerras anteriores e concluiu-se que a guerra era justa e os índios aprisionados deveriam ser escravizados. A novidade era que se prometia que as terras conquistadas seriam repartidas pelas pessoas que mais o merecessem na nova jornada, que Sousa Freire dizia estar preparando "com todo o calor".⁵⁴ O governador

⁵³ Segundo o historiador baiano, os moradores, assistindo à solenidade do dia dentro da igreja matriz, com mulheres e crianças, se viram acossados e fecharam as portas. Manuel Barbosa de Mesquita e sete soldados arremeteram contra o inimigo. Aquele "disparando duas pistolas, e depois avançando com uma espada e rodela", matou vários índios até tombar frechado. Temerosos de tanta coragem, os bárbaros teria desistido, o que salvou os moradores. Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 6, 64-70, p. 178-9; Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 361. Como a versão de Rocha é mais romancada, comoveu deveras Pedro Calmon, que, em confusão com o assento de 1669, anotou que haviam sido mortas 21 pessoas neste dia festivo. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959, vol. 3, p. 740-1. Segundo o governador-geral, um capitão de infantaria e mais cinco soldados e alguns moradores vinham de ser mortos por tapuias. Carta ao capitão-mor de São Vicente, 19/9/1670. *DH*, 6:148-9. Serra informa a morte de Manuel Barbosa. João Lopes Serra. "Vida o panegírico fúnebre. . . 1676", p. 43.

⁵⁴ Proposta de Alexandre de Sousa Freire tomada em assento no dia 4/3/1669. *DH*, 3:

escreveu, então, à câmara de São Paulo, que, no final de maio de 1669, solenemente afirmou que corresponderia ao apelo baiano. Inicialmente, o governador convidou Vasgaaçu — como era conhecido em São Paulo o irmão de Fernão Pais de Barros, Pedro Vaz de Barros — para chefiar a expedição. Sendo um dos homens mais ricos da capitania, ele recusou o convite, alegando provavelmente a idade.⁵⁵ Na ocasião, outros dois sertanistas se ofereceram para a missão: Estêvão Ribeiro Baião Parente e Brás Rodrigues Arzão.⁵⁶ O primeiro seria provido capitão-mor da entrada e o segundo seu sargento-mor.⁵⁷ Como prometido, os termos do "contrato" previam a repartição das terras conquistadas aos índios, assim como dos cativos. Além disso, foi concedida a dispensa do pagamento dos quintos em favor dos cabos, oficiais e soldados para que "todos os que vão a esta jornada tenham não só a glória dos os vencer mas as utilidades que delas se lhes podem seguir".⁵⁸ João Lopes Serra refere-se a outras condições: os soldados receberiam soldos, seriam socorridos pelo governo, receberiam barcos e mantimentos para levar os prisioneiros a São Paulo e seus papéis seriam encaminhados à Coroa para a consideração das mercês.⁵⁹

Enquanto os paulistas demoravam a aprestar sua gente, o governador enviou uma entrada com quatro companhias para enfrentar os índios. Em julho de 1669, passou carta patente de "capitão-mor da entrada que ora se manda fazer ao sertão a castigar ao gentio bárbaro" a Agostinho Pereira, entregando a ele um regimento. Iam como oficiais Feliciano Pereira, sargento-mor, Manuel Garro da Câmara, Francisco Dias e o coronel Guilherme Barbalho Bezerra, como capitães de companhia.⁶⁰ A expedição acabou localizando, no interior dos campos do Aporá, na mar-

205-16. Assinaram este assento: Alexandre de Sousa Freire, Agostinho de Azevedo Monteiro, Cristóvão de Burgos, Afonso Soares de Afonseca, Bernardo Damacedo Velho, João de Góis Araújo, Pedro Cordeiro de Espinosa.

⁵⁵ Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 5, p. 4 e 58. Carta de Sousa Freire ao capitão Pedro Vaz de Barros, 15/11/1669. *DH*, 6:135-7.

⁵⁶ Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 364-5.

⁵⁷ Como se pode notar, mais uma vez a escolha recaía sobre a gente da facção dos Camargos: Baião Parente, que havia sido juiz da câmara de São Paulo em 1661-62, era cunhado de Calheiros (casado com sua irmã, Maria Maciel). *Ibidem*. vol. 4, p. 322-5; *ACSP* 6 (anexo):250.

⁵⁸ Ordem que levou o governador da conquista dos bárbaros Estêvão Ribeiro Baião Parente, 12/8/1671. *DH*, 4:208-9.

⁵⁹ João Lopes Serra. "Vida o panegírico fúnebre. . . 1676", p. 47-8.

⁶⁰ Cartas patentes, julho e agosto de 1669. *DH*, 12:41-8. Como nenhum religioso se

gem sul do Paraguaçu, o lugar das aldeias dos índios topins, identificados como os que promoviam essas descidas e assaltos no Recôncavo.⁶¹ Para lá deveriam ser enviadas as tropas dos paulistas. É importante notar que estes índios eram falantes do tupi e, portanto, não se caracterizavam como tapuias. Apesar disso, eram tido por bárbaros e inimigos a serem combatidos.

Apenas no governo de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, o visconde de Barbacena, os paulistas entrariam em ação. As tropas vinham por mar em duas embarcações que haviam sido enviadas a Santos para transportá-las.⁶² O capitão-mor e o sargento-mor viajaram em embarcações diferentes. Por alguma dificuldade, em 20 de junho de 1671, chegaram à Bahia apenas Brás Rodrigues Arzão e sua gente. Como até agosto de 1671 não houvesse notícias da embarcação do capitão-mor,⁶³ e fosse necessário aproveitar a oportunidade da boa estação de águas, o governador-geral resolveu nomear Arzão como o capitão-mor da Conquista dos Bárbaros, despachando-lhe o regimento de Baião Parente.⁶⁴ Em julho de 1671, ordens de recrutamento foram dadas visando ao aumento da tropa: os índios das aldeias de Itapororocas, nas terras de João Peixoto Viegas, todos paiaiases, deveriam contribuir com pelo menos

aventurou, foi nomeado um licenciado como capelão da jornada, um certo Manuel Rodrigues Mendes. Provisão do governador-geral, 22/8/1669. *DH*, 23:317-9; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 126-7.

⁶¹ Como escreveu Sousa Freire ao pedir para o capitão-mor de São Vicente novo recrutamento para uma jornada específica contra estes topins: "são demasiadas as privações que este Recôncavo da Bahia e vilas dela, Cairu e Camamu padecem: com o gentio bárbaro que depois de várias entradas que se lhe têm feito (em que também entram os moradores desta capitania) todas com mau sucesso, mandei ultimamente fazer uma que teve o mesmo: mas na mesma desgraça se logrou a felicidade de topar com as aldeias dos topins que são os que descem, nunca até hoje descobertos, e estando tão perto que havendo-se gasto 21 dias na jornada os capitães-mores que foram, se acharam em sete nos campos do Aporá desde que partiram". Carta de Alexandre Sousa Freire ao capitão-mor de São Vicente, 15/11/1669. *DH*, 6:131-5 e 141-3.

⁶² Carta de Alexandre de Sousa Freire escreve ao capitão-mor de São Vicente, 19/9/1670. *DH*, 6:148-9.

⁶³ Segundo Taunay, o governador e Arzão acreditavam que ele havia naufragado, pois ambos haviam saído juntos de Santos. Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 5, p. 17-8.

⁶⁴ Ordem que levou o governador da conquista Estêvão Ribeiro Baião Parente, 7/8/1671. *DH*, 4:207-8; Registro da patente, 27/7/1671. *DH*, 24:265-7. Partia no comando dos paulistas e de toda a gente auxiliar, com dois ajudantes, Antônio de Vidal e Antônio Fernandes de Sousa, um sargento-mor, Antônio Soares Ferreira, e duas companhias, cada qual com seu capitão, Gaspar Velho Cabral, na vanguarda, e Vasco da Mota, na retaguarda. Registros das patentes, 27/7/1671. *DH*, 24:263-75.

quarenta soldados, e das aldeias de Gaspar Rodrigues Adorno, trinta homens e o seu principal, Duarte Lopes. Caso não cumprissem essas ordens, o governador ameaçava colocar os paulistas no seu encalço e de "suas mulheres e filhos, para os castigar como traidores e ficarão escravos dos capitães". Do Espírito Santo e de Camamu vinham alguns índios e seu capitão, Inácio Teixeira, e da Vila de Conceição, Leonardo da Silva e treze índios.⁶⁵ Arzão tomou um guia de João Peixoto Viegas e seguiu para a "aldeia dos capitães dos paiaiases", de onde, depois de distribuir os presentes, marcharam todos para os campos do Aporá.⁶⁶ Nesse entremeio chegou Baião Parente, que, para não se ver com um posto diminuído, foi provido com uma patente mais alta, de "governador da conquista dos bárbaros", assumindo o comando geral das tropas.⁶⁷

Uma vez reunida toda a gente, em 27 de agosto de 1671, partiram dos campos do Aporá, com quatrocentos homens, entre brancos e índios.⁶⁸ Foram para as Piranhas pelo caminho de Pedro Gomes, que já estava bem gasto depois de anos de abandono. Depois de marchar ao norte, em direção ao Orobó, acharam completamente desertas a aldeia de Tabacu e outras duas. Avistaram então um batedor dos topins, que logo fugiu alertando seu povo.⁶⁹ De fato, em 7 de outubro, o visconde de Barbacena dizia ter notícias de que os paulistas já haviam topado com aldeias dos bárbaros e que estes haviam fugido, provavelmente para Cairu, onde os índios estavam acometendo.⁷⁰

Apesar de terem recebido farinha em novembro, os paulistas, famintos e exaustos, tiveram de retornar, trazendo apenas sete cativos, o que causou muita consternação ao visconde.⁷¹ Uma vez que a Fazenda real não mais tinha condições de financiar a expedição, resolveu-se convo-

⁶⁵ Ordem que levou o sargento que foi com quatro soldados, 20/7/1671. *DH*, 4:161-2; Carta patente, 9/7/1671. *DH*, 12:150 e 155.

⁶⁶ Ordem que levou o sargento para levar os índios aos campos do Aporá, 21/2/1672. *DH*, 4:211-2.

⁶⁷ Ordem, 7/8/1671. *DH*, 4:207-8; *DH*, 6:188-9; e registro da patente, 27/7/1671. *DH*, 24:265-7.

⁶⁸ Carta de Afonso Furtado ao governador de Pernambuco, 5/9/1671. *DH*, 9:434. Segundo João Lopes Serra, a expedição, com 314 soldados e índios, partia então sob o seguinte comando: Parente como chefe supremo; Brás Rodrigues Arzão, capitão-mor; Antônio Soares Ferreira, sargento-mor; Gaspar Luba, capelão-mor; e Gaspar Velho, Francisco Mendes, Feliciano Cardoso, Manuel Gonçalves Freitas, João Viegas Xortes, João Amaro Maciel Parente, Vasco da Mota, Manuel de Hinojosa, como capitães de companhias. João Lopes Serra, "Vida o panegírico funebre. . . 1676", p. 47-8.

⁶⁹ João Lopes Serra. "Vida o panegírico funebre. . . 1676", p. 57-8.

⁷⁰ Carta do governador-geral ao capitão-mor de São Vicente, 7/10/1671. *DH*, 6:191-3.

⁷¹ Francisco Ramos, que fora destacado para as conduzir, deveria tentar prender alguns

car uma junta. Assustados com os gastos já efetuados (20.000 ducados, ou algo como 17:200\$000 réis),⁷² os moradores ponderaram que já haviam contribuído suficientemente com impostos e, em particular, para o sustento da infantaria. O governador argumentou que esta não era “uma guerra de largas e planejadas batalhas, mas de imprevisíveis e destemperados assaltos”, de modo que apenas os paulistas poderiam enfrentar tal inimigo. Assentou-se então uma nova contribuição para as tropas (cerca de 7:250\$000 réis), com alguns reforços.⁷³

No início de maio de 1672, os paulistas partiram novamente para o Orobó, de onde perseguiram os índios em direção ao sul, em uma região extremamente seca. Em 2 de julho, avistaram dois batedores inimigos que foram seguidos por três dias até chegar em uma aldeia chamada Utinga, da nação topim.⁷⁴ Apesar de a maioria dos índios já haver partido, alguns guerreiros ainda esperavam os paulistas com flechas. Na manhã seguinte, às 9 horas, um grupo de bárbaros se aproximou e o capitão Manuel de Lemos lhes falou, em sua língua (o tupi), que os paulistas “não eram brasileiros [isto é, portugueses], mas um povo diferente, seus parentes, e que poderiam comer juntos, casar seus filhos com filhas deles e as filhas deles com seus filhos”. Os topins ficaram desconfiados do engodo e partiram. No dia seguinte, depois de um recontro, os paulistas capturaram três inimigos, entre os quais seu principal, um certo Sacambuaçu, que na língua da tribo quer dizer “peixe grande”. A perseguição se alongou por mais de trinta léguas através do árido sertão, até alcançar o rio São Francisco. Ao final, depois de algumas “negociações”, as três aldeias dos topins se renderam: Utinga, Jacuasuí e Joiaicá Capitua.⁷⁵

Dado o seu grande número, houve dificuldades em alimentá-los e trazê-los todos para a cidade. Para piorar a situação, uma doença atacou os índios, que morriam aos magotes. O visconde pedia, em uma carta

índios que desertaram e causavam problemas, assaltando nos caminhos. Portaria para Francisco Ramos, 6/11/1671. *DH*, 8:69. Em dezembro, o ajudante Francisco de Negreiros tinha ordem de prender outros desertores: os índios Domingos “Potim.p.ba.”, João Dias, Gabriel, Baltasar e Mateus, que eram da aldeia de Maragojipe. Portaria, 6/11/1671. *DH*, 8:73. E o capitão Francisco Barbosa Leal deveria prender a alguns índios da aldeia da cachoeira. Portaria, 10/12/1671. *DH*, 8:74.

⁷² Ducados são moedas de prata espanholas. Segundo Stuart Schwartz, em 1676, mil réis valiam 435 maravedis, e 375 maravedis valiam 1 ducado de prata. *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, 1979, apêndice D, p. 83.

⁷³ João Lopes Serra. “Vida o panegírico fúnebre... 1676”, p. 69-71.

⁷⁴ Atual cidade de Utinga, às margens do rio do mesmo nome.

⁷⁵ João Lopes Serra. “Vida o panegírico fúnebre... 1676”, p. 69-71.

ao governador da conquista, que não reunisse os prisioneiros na casa-forte porque era difícil o seu sustento no sertão (no Ibituruçu) e que os fizesse descer logo, onde estariam guardados “até que os paulistas pudessem fazer a repartição segundo o seu costume”.⁷⁶ Mas não foi essa a intenção dos paulistas, que partiram à conquista das quatorze aldeias dos “maracás” (maracassus). Depois de guardarem seus prisioneiros no arraial que haviam feito nas Piranhas, levaram alguns índios consigo, já que estes não tinham espírito para fugir, pois as mulheres ficavam detidas como reféns.⁷⁷

Em uma carta de 23 de novembro de 1672 ao governador do Rio de Janeiro, João da Silva de Sousa, o visconde comentava o sucesso dos paulistas no sertão, que livrara a Bahia “desta opressão de trinta anos”. A estratégia traçada quinze anos atrás por Francisco Barreto mostrava, por fim, sua eficácia: aqueles sertanejos haviam desbaratado completamente as aldeias dos bárbaros, fazendo 1.500 prisioneiros. Para o visconde, pareciam suficientes as vitórias dos paulistas, e em janeiro de 1673, “como a seca [era] grande, [...] e pela fome que toda a gente padece”, ordenou bruscamente que, “em 24 horas”, Baião Parente descesse para o porto (Cachoeira) com todos os prisioneiros e gente de guerra.⁷⁸ Os engenhos cederiam as embarcações para transportar os prisioneiros da Cachoeira para Salvador, e daí iriam para São Vicente.⁷⁹ Quando os paulistas chegaram vitoriosos à cidade, no dia 1.º de fevereiro de 1673, dos 1.500 índios que haviam capturado restavam apenas 750, já que metade havia morrido no caminho vítima de uma “quase peste”. Segundo Rocha Pita, tal era o estado dos prisioneiros que “os de melhor feição não passavam de vinte cruzados”. Depois de uma entrada solene e uma calorosa recepção no palácio do governador, acertou-se, então, que partiriam no 1.º de abril, “infalivelmente”.⁸⁰

O sargento-mor, Antônio Soares Ferreira, e alguns dos capitães, de-

⁷⁶ Carta do visconde a Parente, 4/11/1672. *DH*, 8:307-8; carta do visconde a Arzão, 11/11/1672. *DH*, 8:312-3.

⁷⁷ Carta do governador-geral a Brás Arzão, 30/11/1672. *DH*, 8:327-8.

⁷⁸ Carta a Manuel da Costa Morcira, 5/1/1673. *DH*, 8:333-4. Já era grande a fome nas três vilas e maior seria com a chegada dos prisioneiros, de modo que o governador ordenou que se desfizessem todas as roças que estiverem capazes disso, 23/1/1673. *DH*, 8:342.

⁷⁹ Carta do governador-geral ao coronel Afonso Barbosa da França sobre mandar barcas para virem os paulistas, 14/1/1673. *DH*, 8:339.

⁸⁰ Ao que pedia, o governador, ao capitão de Sergipe, João de Munhos, que acudisse com farinha, milho e feijão. Carta, 9/2/1673. *DH*, 8:343-4. Serra que descreve a entrada dos paulistas com seiscientos cativos, a situou nos últimos dias de agosto de 1673, tendo se equivocado como pode se depreender da própria narração das outras expe-

pois de venderem algumas peças, "para atenderem às suas despesas particulares", partiram para São Vicente com os prisioneiros,⁸¹ enquanto o restante dos paulistas continuaria na campanha. Uma terceira expedição, novamente contra os maracassus, foi arquitetada na sequência. O padre Jacobo Coeleo deveria ir até Cachoeira encontrar-se com os paulistas, acompanhado pelos índios da missão do Canabrava, no São Francisco, onde assistia, assim como por trinta índios ou mais das aldeias do Camamu, todas jesuíticas.⁸² Em arroubos de zelo, o governador garantia que estaria em pessoa em Cachoeira até o dia 15 de abril para "despachar os paulistas", coisa que não cumpriu.⁸³ Em julho, Baião Parente tinha conquistado três aldeias em Maracás, ao sul do Recôncavo, com mais de 1.200 almas. Não fosse o surgimento de um outro (misterioso) grupo de paulistas, que veio por terra, teria também aprisionado os xocós (ou cochós).

Segundo João Lopes Serra, desta vez, exatos 1.074 cativos foram conduzidos até a cidade, onde entraram em finais de setembro de 1673. Foram acomodados em acampamentos, esperando navios que os enviassem a São Paulo.⁸⁴ Na ocasião desta terceira expedição, Brás de Arzão disse ter descoberto "os fumos das aldeias dos bárbaros que destruíram os primeiros paulistas que cá vieram", provavelmente a aldeia do Camisão. Nessa altura, depois desses sucessos, o governador-geral desejava pôr fim às atividades. Dado que vários engenhos começariam a moer nessa época, estava preocupado com que as tropas deixassem logo o Recôncavo para não onerá-lo mais com a necessidade de prover mantimentos e não estorvar a produção de açúcar.⁸⁵

dições. João Lopes Serra, "Vida o panegírico funebre. . . 1676", p. 72; Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 6, 83, p. 181.

⁸¹ Portaria, 23/2/1672. *DH*, 8:82 e 173.

⁸² Carta do governador-geral para o pe. Jacobo Coeleo, 28/2/1673, 18/3/1673. *DH*, 8:352 e 357. Esse padre francês (Jacques Coeleo), tido por cartógrafo, é o mesmo que enviou cartas ao Conselho Ultramarino sobre um novo caminho do Brasil, desenhando também uma um estudo e descrição de todas as capitânicas do Brasil, desenhando também uma carta. Consulta do Conselho Ultramarino 23/1/1698. *DH*, 15:30-1; carta régia a D. Rodrigo da Costa, 26/1/1704. *DH*, 34:256; carta de D. Rodrigo da Costa ao rei, 29/1/1704. *DH*, 34:257. Veja também Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 8:160-2.

⁸³ Carta do governador-geral para Francisco Barbosa, 28/3/1673. *DH*, 8:360-1 e 363.

⁸⁴ Carta do governador-geral para Ribeiro Parente, 14/7/1673. *DH*, 8:373-4. João Lopes Serra diz que uma quarta expedição, comandada por Manuel Hinojosa, teria capturado quatrocentos cochós e descoberto um rio navegável, o Quitose. João Lopes Serra, "Vida o panegírico funebre. . . 1676", p. 76-79.

⁸⁵ Cartas do governador-geral a Parente e a Arzão, 28/7/1673. *DH*, 8:382-5.

O fato era que, segundo uma carta sua ao capitão-mór de São Vicente, o Recôncavo havia ficado "limpo de gentio".⁸⁶

Como recompensa, várias mercês foram concedidas em Lisboa aos chefes paulistas.⁸⁷ Além disso, como os campos e as terras conquistadas eram "excelentes", o governador-geral já havia concordado com o pedido dos cabos dos paulistas de se criarem duas povoações. Nesse sentido, pediu que viessem de São Vicente alguns colonos.⁸⁸ Uma portaria de setembro de 1673 ordenava que fossem fundadas duas povoações, que "servissem de pão", com oito léguas de média ordinária desta capitania para cada banda, e somente então dar-se-iam terras em sesmarias ao seu redor.⁸⁹ Porém, apenas Baião Parente ficou na Bahia e fundou uma vila, que levaria o nome de Santo Antônio da Conquista.⁹⁰ O local

⁸⁶ Carta do visconde de Barbacena ao capitão-mor, 10/7/1673. *DH*, 6:247-9.

⁸⁷ Em 6 de outubro de 1673, o Conselho Ultramarino considerou as dificuldades para reunir e mandar os papéis dos serviços dos cabos e capitães da conquista do gentio bárbaro por estes terem sido solicitados por ordem direta do governador, serem de São Paulo e não estarem prevenidos. Por isso, resolveu, *ad referendum*, que era justo conceder as seguintes mercês: ao governador da conquista, Estêvão Ribeiro Baião (que conseguira mesmo assim mandar seus papéis), o hábito da Ordem de Cristo e com a promessa de comenda de 200\$000 réis. "Como quer fundar uma vila", que se lhe desse 50\$000 até que o fizesse, e 100\$000 quando se empossasse capitão-mor da dita vila. Ao capitão-mor Brás Rodrigues Arzão, o hábito de Cristo e 70\$000 de tença, sendo efetiva a metade. Ao sargento-mor Antônio Soares Ferreira, o hábito de Cristo e 60\$000 de tença, sendo efetiva a metade. Desde que apresentassem os papéis, aos capitães Francisco Mendes Boim, Vasco da Mota e Manuel Gonçalves de Freitas, um hábito qualquer e uma tença de 20\$000 e um alvará de lembrança para um ofício de justiça ou fazenda. Aos capitães João Amaro Parente, Feliciano Cardoso e Antônio Afonso Vidal, a promessa de um hábito qualquer, 20\$000 de tença e o alvará de lembrança. Ao capitão Manuel Lemos de Siqueira, que morreu na guerra, por ser cunhado de Baião Parente, um hábito de Santiago ao filho mais velho com 60\$000 de tença, sendo a metade efetiva, e para a viúva 40\$000 efetivos e mais um alvará de lembrança para a pessoa com quem ela se casar. Consulta do Conselho Ultramarino 6/10/1673, AHU, cod. 252, fls. 11-2v; veja também AHU, Códice 245, fl. 10v. Em carta ao governador-geral, Afonso Furtado de Mendonça, o rei ordenava que se fizessem as mercês que coubessem aos cabos e capitães que serviram na "guerra do gentio bárbaro". Carta régia, 20/10/1673, AHU, cod. 245, fl. 4v.

⁸⁸ Carta do visconde de Barbacena ao capitão-mor, 10/7/1673. *DH*, 6:247-9. De fato, esta era uma idéia antiga. Já em 1671, o governador havia pedido ao capitão-mor Ângelo Pereira da Silva que descobrisse e informasse sobre o sítio da lagoa dos Patos que lhe parecia conveniente para fazer povoações "para a conservação dos seus habitadores como para servirem de fronteira ao mesmo gentio", 20/11/1671. *DH*, 8:71.

⁸⁹ Portaria, 22/9/1673. *DH*, 8:176-7.

⁹⁰ Portaria, 3/10/1673. *DH*, 8:176; Outra portaria, ordenava que os índios que vieram de São Paulo ficassem com Baião para começar o povoamento, até segunda ordem. 22/9/1673. *DH*, 8:170. Em novembro de 1674, uma portaria pedia para que se providen-

escolhido para a povoação foi o da aldeia dos xocós, que havia sido conquistada. Em outubro de 1673, o capitão Manuel de Hinojosa foi promovido a "capitão de toda a gente branca" da vila e, em novembro, a capitão-mor.⁹¹ Outrora ajudante da infantaria, Hinojosa havia servido em Pernambuco e Angola e fora promovido a capitão dos paiaíases e tapuias, no papel de cabo dos principais desses ditos índios da administração de Gaspar Rodrigues Adorno na Cachoeira, para que fossem governados durante a guerra aos bárbaros.⁹² Em maio de 1675, Hinojosa obteve autorização para mudar a povoação para um lugar mais conveniente, onde houvesse pescarias e caça.⁹³ O senhorio da vila coube ao filho do governador da conquista, João Amaro Maciel Parente, que lutara como capitão de uma companhia. Mais tarde, quando João Amaro quis voltar a São Paulo, vendeu-a com todas as terras ao coronel Manuel de Araújo Aragão.⁹⁴ Porém, ainda hoje nome do local continua invocando seu primeiro senhor. A atual cidade de João Amaro fica exatamente à beira do Paraguaçu, na entrada da serra do Orobó.

As guerras no São Francisco, 1674-1679

No início de 1674, os tapuias anaios das sete aldeias dos "guarguaes", que habitavam, com outros seus vizinhos, nas terras dos currais de João

ciasse uma sumaca que levasse o capitão-mor Brás Roiz de Arzão e mais 43 soldados de volta a São Vicente. Ao que consta ele ia em missão, recebendo ainda o soldo que lhe cabia pela conquista do gentio. *DH*, 8:202-5. Em 1677, encontramos Brás Rodrigues de Arzão como procurador da Câmara de São Paulo encabeçando o movimento que se fez quando se espalhou a falsa notícia de que Matias da Cunha, então governador do Rio de Janeiro, estaria libertando todos os índios que chegassem a Angra. Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 4, p. 259-61. Em 1679 era nomeado capitão-mor das gentes que iam ao sertão para o descobrimento das minas. *RGCSP*, 17:203-4.

⁹¹ Carta patente, 2/10/1673. *DH*, 12:294-5 e 298; Convinha então dar todo o necessário para a fundação da vila e como "para que esta aumente é necessário que haja oficiais de arte mecânica", doou o governador dois sítios de terra para currais a Manuel Pessoa, oficial de barbeiro, que deveria, lá chegado, escolher dois ou três índios e lhes ensinar o ofício. 15/11/1673. *DH*, 8:186-185. Em janeiro de 1675, partiu o alferes Manuel de Siqueira, com soldados e índios, para plantar roça e legumes na povoação. Portaria, 26/1/1675. *DH*, 8:209. Em maio, o serralheiro Hieronymo Luís, que fora soldado da conquista, aceitava ir a povoação por 40\$000 anuais. *DH*, 8:2.

⁹² Carta patente, 28/5/1672. *DH*, 12:225-6.

⁹³ Portaria, 18/5/1675. *DH*, 8:218.

⁹⁴ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 6, 85, p. 181. João Amaro era tido por Accioli como o cabo dos paulistas. Erro repetido, aqui e acolá, em algum manual de escola. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 132-4.

Peixoto da Silva, nas margens do rio São Francisco na altura da barra do Salitre, haviam rompido antigas amizades e se rebelado. Temendo pelas fazendas, os donos dos currais mandaram despovoar aqueles sertões, e Francisco Dias d'Ávila, senhor da casa da Torre, ofereceu-se ao governador-geral, visconde de Barbacena, para, com "cem homens brancos armados e os índios bastantes a sua custa, fazer guerra ou obrar o que eu lhe mandasse para se seguraram aquelas povoações". Esta entrada teve um caráter mais privado, e desta vez os paulistas não foram chamados. Em julho, o governador escreveu ao senhor da casa da Torre agradecendo sua iniciativa e alertando que mandara à capitania de São Vicente ordens "para que não venham os paulistas a perturbar as aldeias mansas".⁹⁵ D'Ávila conseguiu, então, patente de capitão-mor da entrada, que lhe punha à disposição os capitães de infantaria da ordenança e as respectivas companhias que houvesse desde o rio Real até o São Francisco.⁹⁶ A expedição, na verdade, foi composta por duas companhias de infantaria, subordinadas então a d'Ávila. A primeira, tendo por capitão Domingos Rodrigues Carvalho e a segunda, Domingos Afonso Sertão. Em outubro de 1674, o governador passou patente de sargento-mor a Domingos Rodrigues de Carvalho, para que ombreasse com o capitão-mor na expedição. Este sertanejo, capitão de uma das companhias daqueles distritos do coronel Baltasar dos Reis Barenho, potentado local, era experiente nas guerras contra os bárbaros.⁹⁷ Embora Francisco Dias d'Ávila tivesse a patente de capitão-mor, provavelmente preferia assumir outros riscos, de modo que foi seu comparsa, Domingos Rodrigues de Carvalho, quem levou a termo esta expedição.

Em 10 de agosto de 1674, Carvalho derrotou, junto ao São Francisco, os anaios, valendo-se de uma pequena tropa de 55 homens de armas e cem índios. O inimigo, segundo os cálculos do vencedor, dispunha de 400 arcos e 40 armas de fogo, além de 60 canoas.⁹⁸ Em janeiro de 1675, reprimiu com sucesso as investidas dos índios do Sul, chamados galachos,⁹⁹ que "sujeitaram mais de 40 currais com morte de alguns

⁹⁵ Carta do governador-geral para Francisco Dias d'Ávila, 8/7/1675. *DH*, 8:416.

⁹⁶ Carta patente, 5/7/1674. *DH*, 12:313-5; *DH*, 8:398.

⁹⁷ Carta patente de Domingos Rodrigues de Carvalho, 6/10/1674. *DH*, 12:336-8. Veja também, Pedro Calmon. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, 1939, p. 81-2.

⁹⁸ Carta patente de Domingos Rodrigues de Carvalho, 20/10/1677. *DH*, 13:17-21.

⁹⁹ Referindo-se aos índios do Itatim, Sérgio Buarque de Holanda lembrava que, em uma ánuia de 1633, o padre Diogo Ferrer, considerava que "sob o nome de gualachos compreendem-se todas as nações que não têm como própria a língua guarani". Donde o nome de gualacho no Paraguai, corresponderia ao de tapuia no Brasil. O mesmo se aplicaria a estes galachos no Recôncavo? *O Extremo Oeste*. São Paulo, 1986, p. 68.

Em junho de 1676, d'Ávila se via na barra do rio Salitre novamente em conflito com os tapuias anaios levantados, e precisando de socorro.¹⁰³ Ordenou-se, então, o envio de pólvora e balas.¹⁰⁴ Segundo o capuchinho Martin de Nantes, estes índios "havia senhorcado todas as fazendas que chamavam *curralo*, dos dois lados do rio [São Francisco], numa extensão de cerca de trinta léguas, depois de haver matado os donos e seus negros [...] em número de oitenta e cinco, fazendo todos os dias uma grande matança de gado". Ele havia sido convocado pelo governador-geral a fornecer frecheiros cariris das quatro aldeias sob o controle de sua missão. Como os índios só concordavam em partir em sua companhia, Martin de Nantes acabou testemunhando a ferocidade dos combates. Iam com eles, sob comando de Francisco Dias d'Ávila e seu sargento-mor Domingos Rodrigues de Carvalho, 120 portugueses da região, "todos a cavalo", um capelão e dois outros franciscanos. Depois de vários dias de marcha, em que tinham de ir matando o gado que encontravam para alimentar a tropa, foram avisados da posição dos anaios por seis batedores. Pouco tempo depois, avistaram alguns tapuias que atravessavam o rio em uma canoa. No dia seguinte, logo de madrugada, encontraram cinco espiões, dois a cavalo e três a pé. Este últimos

¹⁰⁰ Consulta do Conselho Ultramarino, 18/6/1675, AHU, cod. 252, fls. 19v-20; ou *DH*, 88:33-4.

101 Carta de Bernardo Vieira Ravasco, 7/11/1675. *DH*, 8:429-30.

102 Carta patente, 24/12/1675. *DH*, 12:379-80.

103 Carta a Antônio Gonçalves do Couto, 18/6/1676. *DH*, 9:17.

104 Portaria, 18/7/1676. *DH*, 8:247.

Não havíamos ainda marchado três quartos de légua, quando encontramos o inimigo. Fez-se uma longa carga contra eles sem muito resultado, uma vez que os índios, batendo-se a flechadas, ficam em movimento contínuo e movem-se com tanta rapidez, que não é possível fazer pontaria com o fuzil; olham sempre para a arma apontada e mudam rapidamente de posição. Defenderam-se durante légua e meia, batendo sempre em retirada, em boa ordem, até que chegassem a um riacho largo no caminho, que se chama o rio do Salitre. Atravessaram-no rapidamente a nado, protegidos por um grupo de índios que sustentava o campo e que vieram manter-se nas margens desse riozinho coberto de mato, donde atiravam com fuzis, e chegaram a pensar haver matado o coronel Francisco Dias d'Ávila. Quem estava a seu lado foi alcançado por duas balas, que lhe atravessaram a coxa. Nossa gente não ousou atravessar o rio, pois que ficaria exposta aos golpes do inimigo, que estava protegido. Este, porém, não se julgou seguro. Recendo serem dominados, os índios decidiram se atirar no rio de São Francisco, que resguardava o seu flanco, para o passarem a nado e, como o fizeram precipitadamente, as flechas, que traziam nas costas, lhes escaparam; de modo que eu tinha a impressão de que mais de dez mil flechas foram levadas pela correnteza. Vários tiros foram disparados contra eles, mas como estavam afastados, mergulhado a todo instante, poucos os atingiram. Chegaram afinal a uma praia, a oitocentos passos de nós; atiraram ainda contra eles e, como estavam nus, vimos que alguns foram atingidos. Nesse choque, segundo confissão que nos fizeram, perderam cerca de cinquenta homens. Dessa praia, atravessaram diante de nós o resto do rio e, temendo que nós os seguissemos, se continuassem pela margem do rio, enveredaram pelos matos, para alcançarem um certo laguinho, a seis ou sete jornadas do rio".¹⁰⁵

Depois desse primeiro combate, as tropas procuraram algum gado para se alimentar e passaram a noite as margens do rio Salitre. No dia seguinte, atravessaram o rio e, encontrando grande quantidade de bois

¹⁰⁵ Martin de Nantes. *Relation succincte et sincere de la mission*. Quimper, 1706, p. 113-7.

e cabras mortos, mas já apodrecidos, resolveram marchar adiante. Três léguas dali, havia uma fazenda queimada e saqueada, onde encontraram os cadáveres do dono e de um negro. Martin de Nantes relata:

"Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida."¹⁰⁶

Passados alguns meses, em um local chamado Canabrava, a setenta léguas da aldeia de Uracupá (situada em uma ilha na altura do atual município de Cabrobó, Pernambuco), os cariris, apesar de aliados dos portugueses, foram atacados por alguns moradores interessados em escravos. Segundo o capuchinho, haviam-nos provocado e ardilosamente convencido o governador e lhes declarar guerra. Mais bem armados, os moradores acabaram por render os índios e, a sangue frio, mataram "em número de 180 homens de guerra, e tomaram suas mulheres e filhos, em número de cerca de 500, que tornaram cativos". Levaram estes para a Bahia, onde pretendiam "distribuí-los". Entre eles estavam doze índios da aldeia do padre Anastácio de Audierne, outro capuchinho que missionava entre os índios aramarus, numa aldeia situada a 20 léguas da foz do São Francisco. Como já havia ele obtido, do falecido visconde de Barbacena, um salvo-conduto para estes índios, Martin de Nantes tratou de defendê-los, conseguindo sua libertação por ordem da Relação da Bahia.¹⁰⁷

A guerra deixara de ameaçar o sistema produtivo do Recôncavo e passara a mover-se pelo interesse consolidado na captura, comércio e utilização da mão-de-obra indígena. Desde meados de 1676, os moradores de Maragóipe, Jaguaripe, Cachoeira e Campos alegavam temer os bárbaros maracás e tupinhuães que andavam pelas cabeceiras da serra do Guaiararu, de onde já haviam atacado alguns currais. Para não se despovoar a região, o único remédio era chamar de volta Estêvão Ribeiro Baião Parente. Este paulista reclamava que havia cinco meses não

¹⁰⁶ Ibidem, p. 118-9.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 121-3; ordem, 23/10/1672. *DH*, 8:116-7. Para a morte do governador, veja João Lopes Serra. "Vida o panegírico fúnebre. . . 1676", p. 95 ss.

lhe pagavam o soldo, que havia um ano e meio não lhe fardavam e a seus soldados (não sendo mais que catorze brancos e dezesseis índios), nem se lhe dava socorro, de maneira que seus homens andavam espalhados, "buscando a vida", estando incapazes da missão que se fazia necessária.¹⁰⁸ Como os jesuítas disseram que poderiam evitar a guerra enviando missionários, a questão parece não ter tido desdobramentos.¹⁰⁹

Em janeiro de 1677, a junta trina, que substituíra o falecido governador, dava notícia de que todos os anaíes da região da serra da Jacobina, no alto Salitre, estavam levantados, mandando que o capitão-mor Agostinho Pereira fosse punir os agitadores.¹¹⁰ Em carta de 20 de fevereiro, pedia aos oficiais da câmara de São Paulo que ajudassem na entrada que se organizava contra os índios anaíes no sertão do São Francisco, reunindo uma frota poderosa de gente branca e índios.¹¹¹ Numa carta na mesma ocasião dirigida aos capitães Jerônimo Bueno (o "Pé de Pau"), Francisco Bueno (sobrinho e irmão de Amador Bueno), Fernando de Camargo (companheiro de Calheiros no desastre de 1658), José de Camargo, Baltasar da Veiga, Antônio de Siqueira, Bartolomeu Bueno e ao padre Mateus Nunes de Siqueira, rogava "para o mesmo que em outro tempo se lhe proibira, que é passar ao rio de São Francisco" para conquistar os índios anaíes, que têm feito notável dano as nossas armas e aos moradores. Alegando que tais índios eram os mesmos que haviam desbaratado as tropas de Calheiros, "havendo eles degolado e desbaratado já tão várias bandeiras de paulistas", não se imaginava que estes sertanistas enjeitariam a ocasião. Mas, de fato, foi o que ocorreu.¹¹² No entremcio, o capitão Agostinho Pereira foi morto por alguns índios. Uma vez que os paulistas haviam desistido da missão, a junta trina encarregou, em fins de outubro

¹⁰⁸ Ao que ordenava a portaria de 14 de julho de 1676 que se pagassem os atrasos para o bem do negócio. Quer dizer: 25 sírios de farinha, 200 de previsão e 25 (ou 200?) mochilas de alqueire; além de 30 espingardas, pólvora, munições e foices. *DH*, 8:254-5. Só em julho de 1675, temos notícia do empenho em entregar a matlotagem, fardas e ferramentas. Portaria, 1/7/1677. *DH*, 8:276-7.

¹⁰⁹ Os jesuítas pediam armas e munições para armar os índios. Portaria, 16/9/1676. *DH*, 8:265. Ao provincial José de Seixas, da Companhia de Jesus, oito espingardas e munição, para a missão que manda aos maracás e tupinhuães que fazem as hostilidades na serra do Guaiararu. Portaria, 8/8/1676. *DH*, 8:257.

¹¹⁰ Carta ao capitão-mor Agostinho Pereira, 4/1/1677. *DH*, 9:34-5.

¹¹¹ "E se em outro tempo mandou SA várias provisões que impedia a esses moradores (os paulistas) irem ao sertão: agora pela resolução que foi servido tomar o podem eles fazer sem escrúpulo que declarou por cativos todos os que se tomassem em guerra que os bárbaros provocassem. . .". Deveriam comprar, por conta do donativo do dote [da rainha de Inglaterra] e paz [de Holanda], toda a pólvora e bala que pudessem para ajudar a jornada. *DH*, 11:73-4.

¹¹² Carta, 20/2/1677. *DH*, 11:75-6; e Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 5, p. 49-51.

de 1677, Domingos Rodrigues de Carvalho que tomasse as providências contra o levante destes bárbaros.¹¹³ Não obstante, logo Carvalho constatou que o alarme era falso. Assim, “apenas” castigou os responsáveis pela morte do capitão Agostinho Pereira, o que resultou na captura de 500 (ou 660) índios, entre homens, mulheres e crianças. Nesse sentido, em uma carta de 23 de janeiro de 1678 pedia embarcações na Cachoeira para que os cativos fossem enviados a cidade e só aí repartidos.¹¹⁴

O novo governador-geral, Roque da Costa Barreto, assumiu em março de 1678, trazendo ordens de Lisboa para dar seguimento à decisão de fazer guerra ao gentio bárbaro da fronteira, na freguesia Maragojipe, até que fosse de todo extinto. Essa política era resultado das petições dos moradores, que repetiam as artimanhas denunciadas por Martin de Nantes. Depois que tomou conhecimento do que realmente ocorria, Roque Barreto informava Lisboa, em carta de 23 de janeiro de 1679, que os índios não faziam mais guerra, senão “a defensiva, quando aqueles moradores os queriam cativar e servir-se deles como escravos, e neste caso em sua natural e necessária defesa das vidas e das liberdades não havia dúvida que cometeriam algumas mortes, roubando depois disso algumas fazendas”. Ainda segundo o governador, era justamente Estêvão Ribeiro Baião Parente, capitão-mor dos paulistas, que aí vivia e que fora nomeado “governador de todo o gentio até o fim das hostilidades”,¹¹⁵ que impunha tal idêia, interessado que estava em sustentar-se “a si e aos seus soldados com o preço daqueles miseráveis gentios”. Não obstante, ao Conselho Ultramarino parecia que, por ser a matéria de grande consequência, dever-se-ia evitar os escrúpulos de Roque Barreto, “pois a sua [do gentio] quietação é só fingimento, e ser aquele bárbaro de todo o Brasil de sua natureza inconstante, e não se obrigar do meio da paz”. Por todas essas razões, o rei deveria ordenar ao mestre-de-campo-general que continuasse a “guerra naqueles sertões para que de todo se extingam as invasões daqueles inimigos e possam viver os moradores daquela conquista com mais sossego”.¹¹⁶

¹¹³ Carta a Francisco Barbosa Leal, 17/11/1677. *DH*, 9:53; A patente de Carvalho, promovendo-o a capitão-mor da jornada, esclarecia que era um homem de valor comprovado nas refregas que tivera com os índios anaios na região do rio Salitre, por duas vezes, em 1664 e em 1676, e na ocasião das guerras aos guasguas no sertão do Piauí, em 1675. Patente de Domingos Rodrigues de Carvalho, 20/10/1677. *DH*, 13:18.

¹¹⁴ Inclusa na carta a Manuel de Sousa de Azevedo e Antônio de Matos Carvalho, 3/2/1678. *DH*, 9:59-60.

¹¹⁵ 16/4/1678, AHU, cód. 245, 40.

¹¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino, 2/12/1679, AHU, cód. 252, fls. 56v-8; ou *DH*, 88:168-71.

4

A GUERRA DO AÇÚ

NO FINAL do século XVI, a Coroa empenhou-se na conquista definitiva do Rio Grande aos franceses que andavam comerciando com os indígenas. A expedição comandada pelos capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, Manuel de Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, partiu de Olinda no final do ano de 1597 e, em 6 de janeiro do ano seguinte, deu-se início à construção do forte dos Reis Magos. Depois de uma série de escaramuças, com a intervenção diplomática de Jerônimo de Albuquerque, a quem fora entregue a responsabilidade da construção do forte, firmaram-se as pazes com os índios potiguares.¹ Mas o Rio Grande, cuja evolução dava-se na órbita de Pernambuco, restaria como um território quase inexplorado por muitos anos ainda. Até 1618, segundo o Brandônio, dos *Diálogos das Grandezas*, não havia na capitania do Rio Grande mais do que um engenho de açúcar, o de Cunhaú, fundado por Jerônimo de Albuquerque. Como dizia o especialista nas coisas do Brasil ao seu colega Alviano, isto se dava assim por ser a “terra mais disposta para pastos de gado”.² Com efeito, logo após a invasão holandesa, os engenhos — que chegavam a 106 em Pernambuco, 20 em Itamaracá e entre 19 e 20 na Paraíba — não passavam de apenas três no Rio Grande.³ A criação de gado conheceria grande crescimento após a expulsão dos holandeses. Na época do restabelecimento do se-

¹ Cf. Sérgio Buatque de Holanda. “Conquista da costa leste-oeste”. In: Idem (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, vol. 1, 1966, p. 190-203.

² Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). Recife, 1966, p. 19.

³ Cf. “Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriano Verdonk, em 20 de maio de 1630”. *RIAP*, 55:215-27, 1901.

nado da câmara na cidade do Natal, em 1659, foram publicados avisos conclamando os antigos moradores a retomar suas terras na capitania, sob pena de perdê-las. O capitão-mor, Antônio Vaz Gondim (1654-1663), seria responsável pela vinda de 150 novos moradores e três companhias de infantaria para efetivar a recolonização do território devastado. Em 1676, encabeçados por um certo Domingos Fernandes Araújo, sete requerentes pediam sesmarias de cinco léguas por seis de largura na ribeira do Açu, ao norte da capitania.⁴

A região do Açu era reputada pela grandeza dos campos e de sua frescura, nos quais muito gado podia ser criado. Segundo o autor do "Breve compêndio" (1690), Gregório Varela de Berredo Pereira, tratava-se de um lugar de muito difícil acesso, "por estar de distância de trezentas léguas pelo sertão adentro, em partes com morros de areais e em outras de penedia mui agreste". Sua colonização mais intensa começou no final da década de 1670 e início de 1680. Povoador por tapuias, "com diversas nações todas bárbaras e agrestes", este sertão foi descoberto inicialmente por alguns vaqueiros que aí fabricaram currais e viviam em paz com os primitivos habitantes, "pelo interesse que tinham em lhes darem ferramentas de machados e foices, que é o que eles necessitam para cortarem as árvores e tirarem o mel de pau, seu cotidiano sustento".⁵ Contudo, essa paz duraria muito pouco e este sertão seria palco das mais sangrentas batalhas e atrocidades cometidas ao longo das guerras dos bárbaros. Os tapuias nativos, na grande maioria pertencentes à nação dos janduí, reagiram à presença e aos abusos dos moradores desde os primeiros anos da década de 1670. Alguns levantes isolados de grupos indígenas precederam o movimento que tomaria maiores dimensões e seria denominado, à época, de "levante geral dos tapuias" ou de a "Guerra do Açu".

Apesar da dificuldade que tem o historiador em fixar exatamente o início desse conjunto de conflitos, a maior parte da documentação insiste em notar que a partir dos primeiros meses de 1687 assistia-se à retomada dessas revoltas e levantes que conduziriam, em movimento ascensional, a um estado de conflagração generalizada.⁶ Os motivos da revolta remontavam aos abusos de João Fernandes Vieira, capitão-mor

⁴ Fátima Martins Lopes. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Recife, 1999, p. 102-5.

⁵ "Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o sr. governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho etc.". *RIAP*, 51:264-65, 1979.

⁶ Para Taunay, estava "fora de dúvida" que se devia fixar em 1683 o início da guerra do Açu, a qual tomava, por sinédoque, como a "Guerra dos Bárbaros". O único indício

da vizinha Paraíba (1655-1657), quando prendera os dois filhos do principal Canindé, tido por "rei dos janduí", e os remetera com mais dois tapuias ao rei, quando este manifestou o desejo de ver alguns espécimes de seus vassalos índios.⁷ Já em Lisboa, um dos janduí, um certo Antônio Mendes, fez um pedido ao rei para poder retornar ao Rio Grande e ajudar na redução dos seus conterrâneos, na serra do Capaoba. O Conselho Ultramarino estava de acordo, considerando que deveria ser enviado um padre para levar o "perdão que das culpas que estes índios tiverem cometido em se lançar com os holandeses no tempo [em] que ocupavam aquelas capitanias".⁸

Francisco Barreto, em uma carta ao novo capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão (1661-1663), alertava para as notícias de que haviam fugido muitos índios das aldeias que ele ali "mandara pôr" e que "a maior parte deles est[ava] por trás da Paraíba e de Pernambuco".⁹ No mesmo ano de 1661, em razão da crescente hostilidade dos tapuias desta nação, Matias de Albuquerque Maranhão escreveu para a regente d. Luísa de Gusmão, avisando que "os índios bárbaros janduí residentes no distrito e sertão da capitania estavam rebelados e declarados inimigos". Havia "causado tanto receio que os brancos tratam de fazer suas casas-fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos". Logo em janeiro de 1662, a regente ordenou que, em virtude da gravidade da situação, "conviria fazer-lhe [aos janduí] guerra com que se extingam de uma vez" antes que acreditem no seu valor, "por terem muita quantidade de cavalos em que se exercitam com a doutrina que lhes deixaram os holandeses".¹⁰ Assim, Matias de Albuquerque deveria fazer a guerra, com pouca despesa e com auxílio de seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, conseguindo "a obe-

disso, todavia, é uma carta do frei Manuel da Ressurreição, então governador, ao capitão Manuel de Abreu Soares, datada de 6 de dezembro de 1688, em que diz: "cinco anos há que esta guerra se começou, e um que é tão áspera, e viva como vosmecê vê". Afonso de E. Taunay. "A Guerra dos Bárbaros". *RAM*, 22:31, 1936; carta do arcebispo para Manuel de Abreu Soares, 6/12/1688. *DH*, 10:343-6.

⁷ Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 349-50.

⁸ A consulta traz o destino destes quatro índios: "é falecido um nessa cidade, outro está na ilha Terceira, outro fugindo a nado do navio que vinha, se tornou para a Paraíba, e o quarto é o que faz esse requerimento". . . Consulta do Conselho Ultramarino, 28/11/1659. Apud: Fátima Martins Lopes. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Recife, 1999, p. 118.

⁹ Carta de Francisco Barreto para o capitão-mor da Paraíba, 20/7/1661. APEB, cód. 147, fl. 141v-2.

¹⁰ Carta régia 9/1/1662. AHU, cód. 275, fl. 315v.

diência das outras nações dos bárbaros contra os janduís que lhes dessem pelas espaldas, não poderão escapar nem ter retirada”.¹¹ Mas, de fato, nesse momento, pelas palavras de Taunay, “nada ou quase nada se fez”.¹²

Os conflitos com os tapuias se espalhavam por todo o sertão de fora. Do Ceará, o capitão-mor Bento de Macedo de Faria havia escrito ao rei dando conta da opressão que sofriam os moradores com o gentio bárbaro.¹³ No Piauí, os tapuias da nação “payoquis” (paiacus) causavam problemas à expansão da pecuária. Consta que, em 1671, estes “tapuias de corso” tentavam destruir as aldeias avassaladas, quase punham a perigo a fortaleza e faziam muitos “insultos” pelas estradas, “matando os correios que iam para Pernambuco”. Já no tempo do capitão-mor João Tavares (1666-1670), esses tapuias aprisionaram “os filhos da nação dos jagoribaras, nossos amigos e compadres, que vivem mestiços com os índios avassalados”. Quando soube do sucedido, o dito capitão-mor saiu com alguns soldados em sua perseguição, “para lhes tirar a presa, e, chegando a eles, os ditos tapuias lhe apresentaram guerra com trombetas e tambores donde pelejando se mataram muitos e aprisionaram alguns”. Seu sucessor, Jorge Correia da Silva, em junta com o vigário da companhia e outros, decidiu que era conveniente “destruir-se aquela nação para sossego daquela capitania”. Por volta de 1672, com a concordância do governador de Pernambuco, Fernando de Sousa Coutinho, o capitão-mor mandou destruí-los, “matando mais de 200 e prisionando a muitos, com [o] que ficaram nossas aldeias sossegadas”.¹⁴

Alguns acordos pontuais foram tentados com os índios. No ano de 1681, os oficiais da câmara de Natal solicitaram que o capitão-mor enviasse um intérprete ao sertão para tentar estabelecer a “paz e união” com os tapuias.¹⁵ Não obstante, os conflitos persistiam na região do Açu. Em seu governo, entre 1682 e 1684, Antônio de Sousa de Meneses, o Braço de Prata, passou uma patente de capitão das entradas daquele sertão a um certo Manuel Nogueira Ferreira. Este diploma, transcrito sem data por Borges de Barros, dava notícias da situação tensa no sertão do Rio Grande e Paraíba. Ferreira, ao que consta, pacificara diver-

¹¹ Carta régia para Matias de Albuquerque Maranhão, 9/1/1662. AHU, cód. 275, fl. 316.

¹² Afonso de E. Taunay. “A Guerra dos Bárbaros”. RAM, 22:20, 1936.

¹³ Carta régia 25/1/1685. AHU, cód. 256, fl. 54v.

¹⁴ Provisão de 1676 e certidões anexas. AHU, Ceará, caixa 1, 30. Veja também, carta régia para João Tavares de Almeida, 2/10/1673. DH, 4:182.

¹⁵ Requerimento dos oficiais da câmara de Natal ao capitão-mor, 23/8/1681. Apud: Fátima Martins Lopes. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Recife, 1999, p. 120.

sas nações tapuias, mas dava por certo que havia ainda uma ou duas nações “que faziam grande dano aos moradores que lá assistiam, matando-lhes e comendo-lhes o gado, fechando e matando alguns negros; e que no ano passado houvera considerável perda em todos aqueles currais”.¹⁶

Em 1687, as hostilidades foram desencadeadas por um pequeno desentendimento entre os tapuias e os moradores que resultou na morte do filho de um principal. Para Berredo Pereira, o então capitão-mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, que era um “velho tonto e de pouco respeito”, teria demorado a atalhar a contenda, de modo que o conflito degenerou rapidamente.¹⁷ Eximindo-se da culpa, o capitão-mor dizia que, “depois da expulsão dos holandeses”, estes bárbaros com quem foram sempre “confederados” haviam-se recolhido “aos sertões donde viveram sempre com natural ódio aos portugueses”. No exato dia 15 de fevereiro de 1687, os tapuias haviam-se levantado, matando “quarenta e seis homens vaqueiros que assistiam no sertão daquela capitania, com gados, distantes 60 léguas daquela praça, fazendo grandes hostilidades nas fazendas dos moradores, e o mesmo dano fizeram nas capitanias da Paraíba e do Ceará”. Vendo o perigo, Carvalho diz ter tomado a iniciativa de mandar marchar algumas tropas em seu alcance, “as quais pelejando com eles por duas vezes os romperam e mataram a muitos e com este bom sucesso ficavam já aqueles moradores mais aliviados das ameaças daqueles bárbaros”. Quando tomou conhecimento do sucesso, o Conselho Ultramarino recomendou “que se aja com todo o cuidado e vigilância com estes índios”.¹⁸ Oito dias mais tarde, em uma carta de 23 de fevereiro de 1687, os edis da vila de Natal pediam ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, “socorro pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos índios tapuios que, no sertão de Açu, já têm morto perto de cem pessoas, escarmentando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são eles senhores daquelas paragens”. A rebelião se alastrava e ganhava proporções preocupantes. Pediam igualmente ajuda ao capitão-mor da Paraíba e informavam que o capitão Manuel de Abreu Soares já tinha ido ao Açu para causar todo o dano possível ao inimigo.¹⁹ Em março, ao

¹⁶ Citado por Afonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 306-7.

¹⁷ “Breve compêndio. . .”. RIAP, 51:264-5, 1979.

¹⁸ Carta de Pascoal Gonçalves de Carvalho ao rei, 19/7/1687. AHU, Rio Grande, caixa 1, 24; consulta do Conselho Ultramarino, 10/12/1687. AHU, cód. 252, fl. 117v; e DH, 89:87-8.

¹⁹ Cartas da câmara de Natal em que suplicam socorro, 23/2/1687. HIGRN, caixa 65,

que consta, o gentio bárbaro havia matado “mais de 60 pessoas entre brancos e negros e ia continuando o mesmo estrago”. Apenas em junho, o governador-geral escrevia ao de Pernambuco mandando “socorrer com a brevidade possível à dita capitania com toda a gente, e munções que puder ser; para que aqueles moradores não padeçam a sua última ruína, na assolação com que os bárbaros a vão continuando”.²⁰ O capitão-mor do Rio Grande nomeou um certo Manuel de Prado Leão como “capitão dos homens que servem na região do Açu”, para defender os moradores dos assaltos dos tapuias, o que parece não ter surtido efeito algum.²¹ No final de 1687, o capitão-mor dava conta das novas hostilidades que fazia agora o gentio tapajá. O doutor Sebastião Cardoso de Sampaio, que servia de procurador da Fazenda, foi ouvido no Conselho Ultramarino e disse que soubera que tais incidentes haviam sido causados “porque os soldados daquela praça lhe mataram um índio, seu parente”, de modo que convinha procurar sossegar o gentio. O rei deveria mandar examinar o procedimento do capitão-mor para saber se não “houvera com omissão culpável”. De todo jeito, decidia-se que seria mais conveniente nomear para o governo da capitania uma “pessoa de capacidade e disposição”, bem como se fizesse “praticar [missionar] aqueles bárbaros, pelos padres da companhia”. Em fevereiro de 1688, estava-se à procura deste novo capitão-mor, com a certeza de que o novo ouvidor, recém-nomeado para a Paraíba, devassaria o procedimento do anterior.²²

No final de 1687, a rebelião dos índios janduis ganhava maior envergadura. Pedro Carrilho de Andrade, que participou da repressão ao levante, explicou que os janduis "se levantaram nas ribeiras do Açu, Moçoró e Apodi, nos anos de 1687 para 88, matando a toda coisa viva e depois queimando e abrasando tudo, não deixando pau nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem ruínas". Segundo ainda o seu relato, milhares de cabeças de gado foram perdidas na ocasião. Além disso, prenunciava-se uma provável aliança entre outras nações, o que tornava a guerra ainda mais preocupante. Segundo Carrilho, "nesta oca-

livro 2, fl. 96v-7; Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 65.

²⁰ Carta de Matias da Cunha para o governador de Pernambuco, 17/6/1687. DH, 10:245.

22 *DH*, 89:93-95. Consulta do Conselho Ultramarino, 6/2/1688. AIU, cód. 252, fls.119v-
120r.

22 *DH*, 89:93-95. Consulta do Conselho Ultramarino, 6/2/1688. AHU, cod. 232, 1687-1688, fl. 20. O desembargador Sebastião Cardoso Sampaio havia sido enviado em 1676 para verificar a a titulação e as condições das sesmarias que haviam sido concedidas na Bahia. Cf. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 56-7.

sião se ajuntaram diversas nações de alarves e fizeram grandes fúrias, e juntas [em] grande multidão vieram até os arrabaldes do Rio Grande matando a toda coisa viva que encontravam e fizeram grandes danos em todas aquelas ditas paragens”.²³ Em março de 1688, o governador Matias da Cunha contabilizava os danos, dizendo que os bárbaros haviam matado “o ano passado mais de 100 pessoas entre brancos e escravos, destruindo mais de 30.000 cabeças de gado”.²⁴

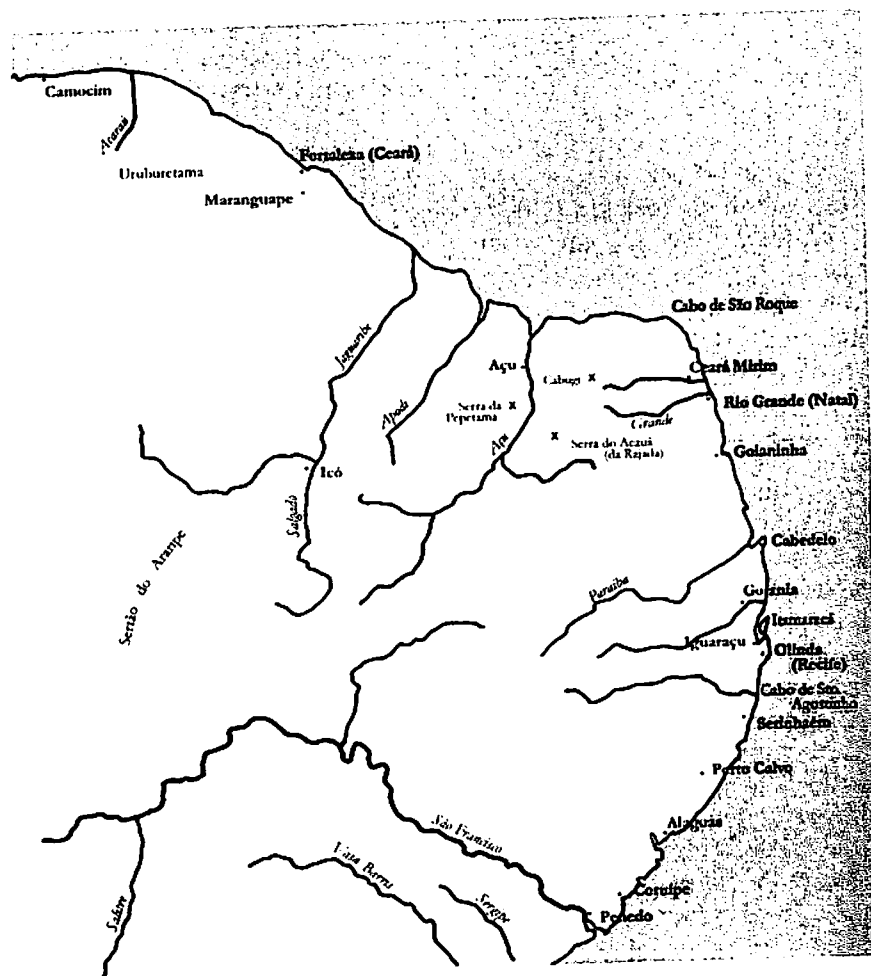
É muito difícil imaginar os motivos que levaram à conflagração das tapuias naquele momento. De toda maneira, é importante notar que, em seguida à expulsão dos holandeses (1654), vários dos grupos indígenas que se haviam postado no lado perdedor, notadamente os tarariús (entre os quais os chamados janduí, o principal grupo deles, que tinha este nome em razão do seu rei, Janduí), perceberam mais imediatamente a nova situação e vários deles recuaram para o mais íntimo do sertão. Essa retirada parece ter sido considerável. Vieira, em uma carta ao provincial dos jesuítas, datada de junho de 1658, informava que na serra do Ibiapaba os padres da Companhia tinham dificuldades com “as grandes raízes de heresias dos holandeses, que entre eles deixaram plantados” e com a desconfiança que era alimentada principalmente pela “companhia dos retirados de Pernambuco”, que se lembravam dos bons ganhos das alianças com os holandeses.²⁵ Segundo o relato de Matias Beck, mais de quatro mil índios fugiram de Pernambuco, por terra, através de Itaparica, Paraíba e Rio Grande, para se refugiar no Ceará.²⁶ Conta que estes índios “diziam abertamente que todo o Brasil havia sido vergonhosamente perdido e entregue, por assim dizer, sem resistência aos portugueses”. Exasperados com o que consideravam traição de seus aliados, “a quem eles tão fielmente serviram e ajudaram durante tantos anos”, temiam enormemente “cair nas mãos dos portugueses para sofrer uma perpétua escravidão”. Nesse sentido haviam mesmo expulsado os holandeses que restavam no Ceará, pois, “uma vez únicos senhores do Ceará, eles não permitiriam nem aos portugueses nem aos alemães de ali se estabelecer e eles propunham fazer do Ceará o seu

²⁸ Memorial de Pedro Carrilho de Andrade, 1703. AHU, Pernambuco, caixa 16.

²⁴ Carta de Matias da Cunha à câmara de São Paulo, 19/3/1688. *DII*, 11:139-40.

⁸ *Cartas*. Rio de Janeiro, 1949, p. 199-205.

A serra do Ibiapaba ficava exatamente entre na fronteira do Estado do Brasil com o do Maranhão, em face de Camocim, no litoral. Desse modo, por vezes aparece como pertencendo ao Ceará, por vezes ao Maranhão. Para os fins deste estudo, situado na segunda metade do século, consideramos a serra como parte da jurisdição do Maranhão, como de fato o era; de modo que, como pode perceber o leitor, o aldeamento dos jesuítas não consta do quadro das aldeias do Anexo 3.



Mapa 3. Pernambuco e as capitanias anexas, século XVII.

lugar de estabelecimento e de encontro”.²⁷ Pouco depois, Viçira localizava seu principal abrigo na serra do Ibiapaba, que era na época um “refúgio reconhecido e valhaçouto seguro dos malfiteiros”. Os primitivos habitantes daquelas regiões, os tabajaras, eram tupis e por isso mesmo interessavam sobremaneira aos jesuítas, cujas missões entre eles ficaram conhecidas em razão da célebre “Relação” de Antônio Vieira. O jesuíta se lamentava, então, que, “com a chegada desses novos hóspedes, ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brasil, porque muitos dos índios pernambucanos foram nascidos e criados entre os holandeses, sem outro exemplo ou conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavam debaixo de suas bandeiras com a disciplina de seus regimentos, que pela maior parte são formados da gente mais perdida e corrupta de todas as nações da Europa”.²⁸ Um dos objetivos principais destas missões era atalhar a possível “contaminação” das tribos tupis pela heresia calvinista trazida pelos tapuias. Quando Jorge Correia de Silva servia como capitão-mor do Ceará, na década de 1660, testemunhou que de fato os jesuítas e seu missionário-geral, Antônio Vieira, haviam retirado daquelas serras cerca de 300 “índios pernambucanos”, isto é, tapuias, e “os índios tabajaras ficaram sossegados”.²⁹ Estes “índios pernambucanos” eram chamados de acoansus (ou anassus, segundo o padre Miguel de Carvalho). Em 1708, não passavam de 200 indivíduos nas serras, ao passo que os tabajaras somavam mais de 2.000.³⁰ Em uma petição de 1720, estes tapuias diziam ser parentes de outros habitantes das serras do sertão do Araripe, a quem pre-

⁷ Matias Beck esteve no Brasil durante dezenove anos, em 1649 foi ao Ceará, a pedido do alto governo do Brasil, para procurar e encontrar uma mina de prata. Durante cinco anos viveu entre populações selvagens, "brasilianos e tapuias" e relata, nesta carta, a situação em que se viu uma vez entregue o Brasil aos portugueses. Como os índios queriam atacá-los, acabaram por ceder o presídio aos portugueses e partiram para a Martinica. "De toda maneira, eu acredito que os ditos brasileiros não tardarão de se colocar de novo de nosso lado, tão logo seja enviada uma força a qual eles possam confiar" (p. 197). "Carta de Beck que trata do Ceará, Barbados, 8/10/1654". *RIHGC*, 82:195-6, 1964.

2. "Relação da missão da serra de Ibiapaba". In: *Vozes saudosas da eloquência, do espírito do zelo e eminente sabedoria do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, Voz histórica*. Lisboa, 1688, p. 19.

²⁰ Provisão do capitão-mor do Ceará de Jorge Correia de Silva, 1676. AHU, Ceará, caixa 1, 30.

Carta de Cristóvão Soares Reimão ao rei, 13/2/1708. AHU, Ceará, caixa 1, 70; Miguel de Carvalho, "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmo. e Rvmo. frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, 1697". In: Ernesto Ennes, *As guerras dos Palmares*. São Paulo, 1938, p. 370-89.

tendiam visitar. Contavam “que quando seus avós se retiraram antigamente da Bahia vieram em companhia deles outros dois principais com numerosas famílias, os quais passando o rio São Francisco se separaram deles e se embrenharam nas dilatadas serras do Araripe, onde há mais de cem anos vivem escondidos, e poderão passar de quatro mil almas”.³¹

Para além desse ódio tradicionais, é certo que a reação dos tapuias deveu-se muito mais à pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mão-de-obra, fatores que implicavam arrocho sobre as populações da fronteira. As milhares de cabeças de gado citadas acima indicam a dimensão do crescimento da pecuária. A situação pestífera da Bahia e demais províncias do Norte também punha em xeque o abastecimento de mão-de-obra nativa e certamente pressionava os moradores a promover razias e expedições de conquista nos sertões. O jesuíta Valentim Estancel, matemático e astrólogo, havia observado de Pernambuco um estranho eclipse da Lua em dezembro de 1685, prognosticando que grandes males assolariam o Brasil.³² Com efeito, em 1686, uma doença, que trazia “um fervor de sangue e se se lhe não acudia imediatamente se corrompia e matava em breves dias”, assolou a capital do Brasil, atingindo “mais de 25 mil pessoas”, segundo o marquês das Minas. O número de mortos chegaria a novecentos.³³ Em Pernambuco, a peste teria matado mais de três mil pessoas somente no primeiro semestre de 1687. Era imputada, segundo o autor de carta anônima, ao pontilhão que ligava a cidade à terra firme feito por ordem da câmara de Olinda, no ano de 1683.³⁴ O médico João Ferreira

³¹ Petição dos acoansus, 12/10/1720. AHU, Ceará, caixa 1, 90. Em outra consulta, com carta do missionário padre João Guedes, temos mais notícia do empenho com que intentavam essa descoberta dos parentes. Consulta do Conselho Ultramarino, 11/2/1721. AHU, Ceará, caixa 1, 94.

³² Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 138. Sobre Valentim Estancel, veja Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, vol. 8, p. 208-12.

³³ Por conta dessa peste (na verdade, febre amarela), os oficiais da câmara de Salvador, em 20 de julho, pediam permissão de erigir Francisco Xavier padroiro, com procissão todo os anos no dia 10 de maio. Carta do marquês das Minas, 7/7/1686. *DH*, 89:54-7. Veja também Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 239-44.

³⁴ Apesar de um engenheiro haver esclarecido que era necessária uma ponte de arcos, para que pudessem passar as águas do rio Beberibe e mesmo das marés, e que permitisse o trânsito das canoas, resolveu-se pôr uma “muralla com alguns canos para a vazão do rio, e como aqueles não bastassem para este fim, alagou o rio todas as campinas e várzeas da terra firme”. A águas, nestes pântanos, ficaram corruptas e desde logo que a doença se manifestou foi apontada como a causa pelos médicos locais.

da Rosa, em seu *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* (Lisboa, 1694), acreditava que a mais provável causa da epidemia eram algumas barricas de carne putrificada que restavam da torna-viagem de um navio vindo de São Tomé. Consta que um tanocero do Recife, quando abriu uma delas, morreu imediatamente, e logo em seguida algumas pessoas da família, “estendendo-se o mal com tamanha rapidez que em poucos dias pereceram mais de duas mil pessoas”. Chamada de “bicha” em razão de uma autópsia realizada por um entendido em cirurgia, Antônio Brebon, que identificara em um cadáver algumas lombrias ou “bichas” e sugerira que fossem a causa dos males, na verdade tratava-se do primeiro surto de febre amarela, originada da Ásia e provavelmente transportada das Antilhas, onde eclodira em 1648-49.³⁵

A campanha de Antônio de Albuquerque Câmara, Domingos Jorge Velho e Manuel Abreu Soares, 1687-1688

Em pouco tempo, os tapuias fizeram-se senhores de todo o sertão, assaltando os colonos na ribeira do Ceará-Mirim, a cinco léguas da capital. Diversas casas-fortes foram construídas, nas quais os moradores se refugiaram: Tamandatuba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Guaraíras, Potengi, Utinga e aldeia de São Miguel, assistindo em cada delas apenas cinco ou seis homens.³⁶ Dada a situação de extremo perigo em que se viam os moradores de Natal, um dos oficiais da câmara do Rio Grande, Manuel Duarte de Azevedo, foi à Bahia para representar a necessidade de um socorro.³⁷ A solução encontrada pelo governador-geral, em setembro, foi providenciar o envio de duas companhias dos terços do Camarão e dos Henriques que deveriam partir sob o comando do coronel Antônio de Albuquerque Câmara, que fora nomeado cabo da fac-

Carta anônima, 3/6/1687. AHU, Pernambuco, caixa 10. Uma representação desse pontilhão pode ser vista em um ex-voto de 1729, na pinacoteca do Convento de Santo Antônio de Igarapé.

³⁵ Lyeurgo de Castro Santos Filho. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, 1991, vol. 1, p. 171; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 138. Sobre as doenças e a mortalidade na colônia, veja Luiz Felipe de Alencastro. “Peste e mortandades na formação do mercado de trabalho brasileiro”. In: Antônio Risério (org.). *Invenção do Brasil*. Salvador, 1997, p. 33-8; e Francisco Guerra. “Medicine in Dutch Brazil, 1624-1654”. In: E. van den Boogart (ed.). *A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague, 1979, p. 472-93.

³⁶ Carta da câmara de Natal ao governador-geral, janeiro de 1688. IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 107v.

³⁷ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande, 17/9/1687. *DH*, 10: 250-4.

ção contra os bárbaros.³⁸ Para tanto, pediu ajuda às autoridades de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande.³⁹ Essa expedição, de que temos poucas informações, redundou em enorme fracasso. Em janeiro de 1688, Câmara e seus trezentos homens, depois de lutarem "todo o dia com mais de três mil arcos [...] até não poder mais resistir", recuaram deixando a campanha para o inimigo. O saldo: trinta soldados feridos. Consta que os índios se haviam apoderado das armas de alguns soldados. 'Tamanha foi a derrota, que os moradores ficaram abalados a ponto de ameaçarem "despejar a capitania".⁴⁰ De fato, a magnitude das hostilidades estava produzindo um movimento de fuga geral do moradores, que tudo abandonavam, procurando por sua segurança e de seus pertences. No dia 11 de janeiro de 1688, o capitão-mor do Rio Grande baixou um edital para impedir este êxodo, alertando para o despovoamento e considerando "traidor" todo aquele "de qualquer classe ou condição" que tentasse sair da jurisdição, sob pena de ser preso e ter os seus bens confiscados.⁴¹

O governo do Brasil resolveu improvisar uma solução para o caso. Sabedor da jornada que preparava o paulista Domingos Jorge Velho contra os negros dos Palmares, Matias da Cunha escreveu pedindo-lhe que a suspendesse e marchasse de Pernambuco "com todas as forças que tiver, sobre aquele bárbaro, e fazer-lhe todo o dano que puder". Dessa feita, havia um incentivo a mais à bravura paulista. Como dizia o governador na carta: "Espero que não só terão todas as glórias de degolarem os bárbaros, mas a utilidade dos que aprisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem cativos todos os bárbaros que nela se aprisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611".⁴² Essa junta fora chamada na

ocasião pelo governador, e nela votaram todos os teólogos, ministros e oficiais maiores e mais sujeitos de grau, tendo-se assentado que a guerra era "justa, devia ser ofensiva, e os prisioneiros cativos".⁴³

Preocupado com o desenrolar dos acontecimentos e com a fúria que demonstravam os índios, Matias da Cunha procurou montar uma força maior, mais coordenada e que fosse capaz de desbaratar de uma vez os bárbaros.⁴⁴ No início de 1688, o governador despachou uma série de ordens que procuravam articular expedições de pontos diversos e que entrassem no sertão simultaneamente para esmagar o inimigo. De um lado, as tropas que partiriam de Pernambuco, reorganizadas em torno do núcleo inicial de Albuquerque Câmara e de Manuel de Abreu Soares, e de outro, vindo do Sul, as tropas dos paulistas que marchavam para os Palmares, reforçadas pela bandeira de Matias Cardoso, outro paulista que se achava, na ocasião, entretido no sertão do rio São Francisco.⁴⁵ Deveriam todos eles manter, na medida do possível, comunicação para se entenderem sobre o melhor modo de fazer a guerra, e agir subordinados apenas ao governo da Bahia, sem nenhum comando centralizado. A razão da estratégia de fracionar os contingentes achava-se na percepção de que a guerra contra estes índios não podia prescindir de uma mimese do inimigo. Como veremos no próximo capítulo, estas forças irregulares da Colônia deveriam ser "talhadas à feição do inimigo", na expressão de Oliveira Viana.⁴⁶ Em outubro de 1688, o arcebispo d. frei Manuel da Ressurreição afirmava: "Como a guerra dos bárbaros é desordenada, e as suas invasões são repentinas, e ao mesmo tempo em diversas partes, sendo estas distantes, e impossível que um só sujeito possa acudir a todas, é preciso que em cada uma governe separadamente o cabo a que tocar resistir-lhe, ou cometê-lo".⁴⁷ Noutra oca-

³⁸ Carta ao governador de Pernambuco, 15/9/1687. *DH*, 10:248. Antônio de Albuquerque Câmara era auxiliar, juntamente com José Peixoto Viegas e o sargento-mor Manuel Vieira de Lima, da companhia do capitão Estêvão Velho de Moura que tinha, desde 1682, o comando da fronteira do Açu, desde as cabeceiras do Paraíba até o Xoró no Ceará, compreendendo o vale do Jaguaribe. Patente passada pelo capitão-mor do Rio Grande, Antônio da Silva Barbosa, 2/1/1682, citada por Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 306.

³⁹ Cartas de Matias da Cunha, 17/9/1687. *DH*, 10:250-4.

⁴⁰ Carta de Matias da Cunha para a câmara de São Paulo, 10/3/1688. *DH*, 11:139-40; carta de Matias da Cunha para Domingos Jorge Velho, 8/3/1688. *DH*, 10:262; e carta da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 27/1/1688. IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 108.

⁴¹ Edital do capitão-mor do Rio Grande, 11/1/1688, repetido pelo bando do governador geral, 12/2/1688. IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 107v. e 109-109v., respectivamente.

⁴² Carta de Matias da Cunha para Domingos Jorge Velho, 8/3/1688. *DH*, 10:262. O

contrato de Domingos Jorge Velho com Souto Maior, para a campanha dos Palmares, datado de 3 de março de 1687, está na *RIHGB*, I:19, 1885.

⁴³ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor da Paraíba, Amaro Velho Siqueira, 14/3/1688. *DH*, 10:269.

⁴⁴ "E porque são várias as nações bárbaras que se uniram para invadir aquela capitania e é tão considerável o poder com que juntas se acham". Carta do governador a Antônio de Albuquerque Câmara, 14/3/1688. *DH*, 10:280.

⁴⁵ Matias Cardoso de Almeida e seu primo, Manuel Francisco de Toledo, teriam assassinado um ouvidor e, fugindo de São Paulo, foram com família e escravos viver em uma ilha no rio São Francisco, que hoje fica em frente à cidade de São Romão. Seguiram depois para o Norte, indo fixar-se na margem do São Francisco, onde hoje é a cidade de Morrinhos. Donald Pierson. *O homem do São Francisco*. Rio de Janeiro, 1972, tomo 1, p. 278.

⁴⁶ Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, 1938, p. 83.

⁴⁷ Carta do arcebispo para o governador de Pernambuco, 4/12/1688. *DH*, 10:336-8.

sião, em carta ao capitão paulista e a Albuquerque Câmara, o arcebispo reconhecia que a estratégia de Matias da Cunha podia parecer estranha: "um corpo com muitas cabeças fica sendo monstruoso". Contudo, pedia aos paulistas atentassem para o fato de que "a guerra destes bárbaros é irregular e diversa das mais nações porque não formam exércitos, nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em uma ora em outra parte, já juntos, já divididos; com o que irregular também deve ser o método de os rebater".⁴⁸

Manuel de Abreu Soares partia no comando de 150 infantes do presídio de Pernambuco, com quatro capitães, 25 soldados de Itamaracá e igual número da Paraíba. Ele havia recebido uma patente de capitão-mor da entrada para garantir sua independência em face do capitão-mor do Rio Grande. Além desses, iam o governador do terço dos henriques, com cem soldados pretos, e o capitão-mor da tropa dos camarões, com quatrocentos. Soares tinha ordem para "tirar todos os arcos que quiser" das aldeias da Paraíba, isto é, recrutar todos os guerreiros que desejasse, para o que, segundo ordenou Matias da Cunha, o capitão-mor daquela capitania, Amaro Siqueira, deveria reunir todos os índios da aldeia da Preguiça (que haviam fugido das de Mipibu, Cunhaú e Guaraíras), estabelecendo um perdão aos que se juntassem à tropa de Antônio de Albuquerque, para onde deveriam ser enviados.⁴⁹ O coronel Antônio de Albuquerque, que havia sido derrotado, seria abastecido com armas e munições e agregaria à sua gente uma companhia "de gente parda, e todos os degradados e criminosos", que fora formada por um bando do governador, para assistir na mesma guerra, independentemente da jurisdição de Soares. Além disso, pretendia o governador que, do rio São Francisco, o paulista Matias Cardoso marchasse pelo sertão com trezentos soldados brancos e índios armados, abastecidos igualmente com armas e munições. Domingos Jorge Velho e André Pinto suspenderiam a entrada aos Palmares para que "cada um pela sua parte façam pelos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará ao mesmo tempo entradas com que entenderem podem afligir mais viva e danosamente aos bárbaros". Estavam no comando de mais de seiscentos homens. Pernambuco deveria enviar, ainda, oitenta infantes à fortaleza dos Reis Magos (dos quais cinquenta seriam entregues, com um cabo, a Antônio de Albuquerque) e trinta à do Ceará.⁵⁰

Em carta a Manuel de Abreu Soares, de 14 de março de 1688, o go-

vernador pedia que a entrada fosse dirigida "como entender que possa ser mais ofensiva, degolando-os, e seguindo-os até extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que conferadas com eles não temiam as armas de Sua Majestade". E explicava, com minúcia de funcionário, que, como havia declarado em Junta Geral (das Missões), os prisioneiros seriam feitos escravos para "o estímulo e gosto dos soldados", mas que devia ser "muito importante o reparo que vosmecê [Manuel Soares] deve fazer em não consentir que deixem de degolar os bárbaros grandes só por os cativarem, o que principalmente farão aos pequenos e às mulheres de quem não podem haver perigo que ou fujam, ou se levantem".⁵¹ Ao coronel Antônio de Albuquerque Câmara mandou a mesma ordem sobre este particular: "E vá vosmecê com a advertência de não consentir que nos conflitos se dê quartel a bárbaro algum grande, não ocasione a cobiça de serem os prisioneiros, cativos, como tenho declarado, deixados vivos, e poder acontecer a desgraça de fugirem, ou tornarem a tomar as armas, que para despojos bastam os pequenos e as mulheres".⁵²

Segundo o autor da crônica dos frades menores da província de Santo Antônio do Brasil, que transcreveu no século XVIII grossa papelada relativa às atividades dos franciscanos, Manuel de Abreu Soares já andava pelo sertão desde o início de 1687, por ordem do capitão-mor do Rio Grande. Sua provisão na Bahia em março de 1688, com expressa alforria da jurisdição local, visava, sem dúvida, reforçar a autoridade da iniciativa central do esforço de guerra. Fato não sem conseqüências no desenrolar dos acontecimentos, como veremos. Abreu Soares, em uma certidão de junho de 1687, conta como fora enviado a fazer guerra aos índios da Ribeira do Açú, com 120 homens e os índios do Camarão, acompanhado de um certo frei Manuel da Santa Rosa, franciscano. Ergueu um arraial, com paliçada feita das madeiras dos matos locais, e em seguida franqueou a ribeira, "ajuntando a ossada daqueles corpos que o gentio infiel tinha morto atraçoadamente". Quando se achou uma trilha de índios para os lados do rio Salgado, Soares partiu em seu encalço com oitenta homens: "Pondo-me na trilha, a seguimos de dia e de noite por ásperas serras, e dentro de três dias me opus junto aos seus

bando do capitão-mor do Rio Grande perdendo os criminosos que se engajassem na defesa da capitania, 24/2/1688. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 316.

⁵¹ Carta de Matias da Cunha para Manuel de Abreu Soares, 14/3/1688, *DH*, 10:275-6.

⁵² Carta de Matias da Cunha para Antônio de Albuquerque Câmara, 14/3/1688. *DH*, 10:277.

⁴⁸ Carta do arcebispo para os mestres-de-campo, 30/11/1688. *DH*, 10:347-51.

⁴⁹ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor da Paraíba, 14/3/1688. *DH*, 10:269.

⁵⁰ Todas estas providências foram tomadas no dia 14 de março de 1688. *DH*, 10:263-80.

ranchos, sem ser sentido, onde habitavam com o seu mulhério; ao romper da manhã lhes dei um repentino assalto, fazendo neles grandes matanças, queimando-lhes os ranchos e mais despojos". Temeroso de sua pouca força, recuou umas duas léguas para se recompor, aguardando o contra-ataque do gentio, o que de fato ocorreu. Da peleja tiveram os índios grande quantidade de mortos e feridos, a gente luso-brasileira apenas três feridos, e dois logo morreram. "Vendo-se o gentio derrotado, se retirou para o seu valhacouto no carrasco", e a tropa retornou ao arraial onde assistiu por mais quatro meses, até que lhe mandou mudar o capitão-mor do Rio Grande.⁵³ Pedro Carrilho de Andrade, em seu memorial, nos dá um relato mais pessimista das iniciativas deste capitão. Segundo ele, Soares chegou com seu troço na ribeira do Açú e "logo os gentios bárbaros a sua vista lhe mataram dez ou doze homens e os despojaram das armas".⁵⁴ De toda maneira, temos notícias de que no final de 1687, ou início de 1688, Manuel de Abreu Soares marchou para o sertão das Piranhas para encontrar o governador paulista, Domingos Jorge Velho, e o coronel Antônio de Albuquerque, "e todos incorporados seguimos as trilhas do gentio bárbaro com 25 dias de viagem, por ásperas serras e travessias, faltando-nos os mantimentos, nos sustentamos com várias raízes e frutas agrestes".⁵⁵

Abusando de sua jurisdição, o capitão-mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, ordenou ao sargento-mor, Pedro de Albuquerque Câmara, irmão de Antônio, juntar-se com sua gente a Manuel de Abreu Soares. Foi por isso repreendido pelo governo da Bahia, pois o sargento-mor deveria antes atender ao irmão que pedia socorro.⁵⁶ Como se vê, a interferência de Carvalho era incômoda à estratégia traçada na Bahia, pois era certo que o governo-geral queria que as duas colunas operassem em zonas diversas.⁵⁷ Por outro lado, as providências para o

⁵³ Certidão assinada por Manuel de Abreu Soares, 13/6/1687. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. *Orbe serafico novo brasilico*. Lisboa, 1761, livro anteprimeiro, capítulo XVI, p. 66-7.

⁵⁴ Memorial de Pedro Carrilho de Andrade, 1703, AHU, Pernambuco, caixa 16.

⁵⁵ Certidão assinada por Manuel de Abreu Soares, 9/2/1688. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. *Orbe serafico novo brasilico*. Lisboa, 1761, livro anteprimeiro, capítulo XVI, p. 66-7. De fato, uma carta de Francisco Berenger de Andrade datada de 5 de junho de 1688, respondida apenas em 4 de setembro, informava que os paulistas haviam chegado ao rio das Piranhas e se unido ao regimento de Albuquerque. *DH*, 10:300.

⁵⁶ "É este um caso por que vosmecê merece ser não só repreendido, mas severamente castigado e por isso lho estranho muito". Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande, 28/8/1688. *DH*, 10:295.

⁵⁷ Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 327.

reforço das tropas não pareciam seguir bom curso. Em maio de 1688, os camaristas de Natal reclamaram do governador de Pernambuco a ajuda que ele não enviava, tendo-a prometido há mais de seis meses.⁵⁸ Nesta mesma altura, Matias da Cunha reclamava da pasmaceira do governador de Pernambuco.⁵⁹ De toda maneira, a situação da Fazenda não era muito confortável. O procurador, Rego Barros, escreveu em 3 de outubro dizendo que não havia disponibilidade de recursos para as despesas solicitadas. O governador-geral, com a Junta dos Ministros da Fazenda, resolveu propor um novo regimento.⁶⁰ Ao que parece, este foi logo implementado, e no seu capítulo 30 permitia o uso dos dízimos, consignações e empréstimos no caso de guerra. Mandou, de todo jeito, que a câmara do Rio Grande entregasse os 200\$000 réis que prometera ao capitão Bartolomeu Nabo Correia.⁶¹ Em junho, apesar de serem poucos os infantes dos terços, os paulistas e mais gente de Pernambuco e da Paraíba foram em marcha, engrossar o efetivo dos que já se achavam no sertão.⁶² E, em setembro, Matias da Cunha confirmou a patente de Agostinho César de Andrade, novo capitão-mor do Rio Grande, e destinou mais mil cruzados (400\$000 réis) para a farinha, "para a destruição dos bárbaros e sossego dos moradores".⁶³

As tropas de Pernambuco não pareciam conseguir os resultados esperados, contrastando vivamente com o bom sucesso das forças dos paulistas. Em carta ao bispo de 29 de setembro de 1688, Matias da Cunha dizia ter recebido correio do falecido governador de Pernambuco, Fernão Cabral,⁶⁴ datada de quarenta dias, dando conta do "mau suces-

⁵⁸ Os protestos foram enviados pelo procurador Gaspar Rebouças Malheiros e pelo capitão-mor Francisco Berenger de Andrade. Carta, 29/5/1688. Apud: Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 68.

⁵⁹ Carta de Matias da Cunha a Souto Maior, 30/5/1688. *DH*, 10:281.

⁶⁰ Carta de Matias da Cunha para o provedor da Fazenda de Pernambuco, 12/10/1688. *DH*, 10:309.

⁶¹ Carta de Matias da Cunha, 13/10/1688. *DH*, 10:309-11.

⁶² Carta de Matias da Cunha, 2/6/1688. *DH*, 10:290.

⁶³ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande, 4/9/1688. *DH*, 10:298. Rego Barros deveria providenciar a farinha e enviá-la ao capitão-mor. *DH*, 10:300. Em compensação, os provedores da Fazenda da Paraíba, Rio Grande e Itamaracá deveriam entregar os dízimos e as propinas do governador ao dito Rego Barros. Carta de Matias da Cunha para os provedores, 5/9/1688. *DH*, 10:301.

⁶⁴ Fernão Cabral, senhor de Zurara, era alcaide-mor de Belmonte e descendente de Pedro Álvares Cabral. Assumiu em julho de 1688, mas não durou muito à frente do governo de Pernambuco. No dia 9 de setembro, logo após a morte do filho, Fernão Cabral faleceu. Quatro dias depois, o bispo d. Matias de Figueiredo e Melo assumiu o governo, "sem adjuntos", conforme uma patente da Bahia. Houve uma disputa so-

so que tiveram as armas de Sua Majestade na campanha do Rio Grande”, notícia que fora confirmada por Agostinho César de Andrade. Em meio ao desânimo geral, poucas horas depois de lida essa mensagem chegaram dois índios, com 29 dias de caminho, portando uma carta de Sebastião Pimentel, que estava entre os paulistas de Domingos Jorge Velho. Ele informava da vitória que conseguiram em uma peleja de quatro dias com os índios e de uma perseguição que fizeram no interior, o que custara “uma notável presa de gados”, mas que, por falta de pólvora e balas, tiveram de interromper. Escrevia então ao novo encarregado do governo de Pernambuco contando que esta notícia não lhe regado do governo de Pernambuco contando que esta notícia não lhe diminuía a percepção do “sentimento de fraqueza que os pernambucanos tinham mostrado antes, tanto contra a opinião de seu antigo valente; fugindo tão declaradamente dos bárbaros, que entrando naquela campanha quase novecentos homens, se não acharam seus cabos com duzentos; sendo motivo para o medo, não tanto o superior poder das várias nações, que se uniram para os estragos daquela capitania, como a divisão da nossa gente, e a desobediência de um capitão de infantaria chamado Antônio Pinto”, que se amotinara com alguns soldados.⁶⁵ Em carta de outubro de 1688, para Agostinho César de Meneses, vociferava que se nada fora feito até agora era por desrespeito das ordens.⁶⁶ O mestre-de-campo de Pernambuco, Zenóbio Axioli de Vasconcelos, que era encarregado dos terços de infantaria, informou que o terço de Soa- era reduzira-se de seiscentos para duzentos soldados e que Albuquerque estava só, com um capelão e um trombeta, fato que merecia o seu comentário nostálgico: “Ação verdadeiramente incrível do antigo valor pernambucano, mas é certo que são já poucos aqueles que então lhe deram a fama”. Recomendava, então, o envio dos dois terços de Pernambuco e a mobilização das ordenanças.⁶⁷ Quanto às gentes enviadas da Paraíba pelo capitão-mor Amaro Velho Cerqueira, haviam desamparado e voltado todos, pelo que mereciam castigo.⁶⁸

Em outubro, a situação da guerra era crítica. Os índios aproveitavam a desorganização das tropas de Pernambuco e realizavam novos assal-

bre a forma dessa sucessão, dado que o senado da câmara quis arrogar-se o poder, nomeando, sem podê-lo, o bispo. Tudo “nulidades”, segundo Matias da Cunha, que tinha as prerrogativas. Carta ao bispo, 27/9/1688. *DH*, 10:302-5. Veja também, Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 54-5.

⁶⁵ Carta ao bispo, 29/9/1688. *DH*, 10:307-8. Veja também carta de Matias da Cunha ao governador de Pernambuco, 28/8/1688. *DH*, 10:294-5.

⁶⁶ Carta de Matias da Cunha, 13/10/1688. *DH*, 10:319-20.

⁶⁷ Carta de Matias da Cunha para o mestre-de-campo, 14/10/1688. *DH*, 10:321.

⁶⁸ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor da Paraíba, 14/10/1688. *DH*, 10:321.

tos. Os moradores do Cunhaú haviam sido atacados,⁶⁹ os “arraiais estavam sitiados, e os bárbaros tão insolentes, que escassamente lhes podem escapar os correios que por novas veredas trazem os seus avisos ao Rio Grande”. Segundo Matias da Cunha, as tropas não poderiam resistir “sem pólvora, sem armas e sem mantimentos”, e o provedor de Pernambuco deveria “socorrê-los de qualquer fazenda que haja”, quer dizer, usando do dinheiro dos defuntos e ausentes, ou do cofre dos órfãos.⁷⁰ Na mesma ocasião, o governador-geral proibia aos moradores do Rio Grande de descer com os gados, porque poderiam despovoar o interior e “se não poderem sustentar as nossas fronteiras se não os tiverem”.⁷¹ Não obstante, para os paulistas as coisas pareciam melhores. Em 14 outubro de 1688, Matias da Cunha recebeu uma carta de Domingos Jorge Velho noticiando o bom sucesso de suas expedições. Demonstrando seu contentamento, o governador assentiu ao pedido de patentes feito pelo chefe dos paulistas. Diferentemente das que haviam sido passadas para a expedição aos Palmares, que não lhes garantiam o direito aos soldos, prometeu-lhe a patente de governador de um regimento a ser criado com a reunião de sua gente, com proeminências de mestre-de-campo, ao que enviava assinada a carta patente, além de uma de sargento-mor, quatro de capitães e dois de ajudantes, todas em branco para que ele as preenchesse. “Espero que vosmecê me repita novas de outros maiores sucessos, até finalmente me vir a última, e mais gloriosa de se ter acabado a guerra e ficarem totalmente extintos os bárbaros”.⁷²

Não obstante essas vitórias paulistas, as notícias do Rio Grande preocupavam o governo pelo “aperto em que ficavam as nossas fronteiras pelo grande poder e atrevimento dos bárbaros”. Corriam informações de que Domingos Jorge Velho e Antônio de Albuquerque Câmara se achavam sem gente, armas, munições e mantimentos. Para reforçar o socorro que imaginava já ter sido enviado, o governador-geral mandou uma sumaca para o Recife com 40 arrobas de pólvora fina e 120 de chumbo, para daí ir em outra embarcação à Paraíba e seguir por terra até o “quartel nas Piranhas”, onde seria dividida entre o paulista e Albuquerque Câmara. Por terra, enviava também mais dois troços de gente. Um, de 150 homens brancos e até 300 índios (reconduzidos das aldeias e de uma e outra banda do rio São Francisco pela parte do sertão), para reforçar a tropa do mestre-de-campo dos paulistas. Outro, das al-

⁶⁹ Carta de Matias da Cunha para o governador de Pernambuco, 14/10/1688. *DH*, 10:322.

⁷⁰ Carta do governador-geral para o provedor João do Rego Barros, 18/10/1688. *DH*, 10:328-30.

⁷¹ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande, 18/10/1688. *DH*, 10:330-1.

⁷² Carta de Matias da Cunha para Domingos Jorge Velho, 13/10/1688. *DH*, 10:313-5.

deias e ribeiras do São Francisco com mais de 200 brancos e 300 índios das vizinhanças (rodela e demais nações), reunidos na vila do Penedo para o reforço da tropa de Albuquerque Câmara, que passava agora, a exemplo do paulista, a ser "governador de toda a gente que tiver à sua ordem", com as mesmas proeminências e soldo de mestre-de-campo. Segundo as ordens de Matias da Cunha, que escreveu a ambos para reforçar sua estratégia, eles deveriam ter jurisdições independentes, ambas subordinadas porém ao capitão-mor Agostinho César. Além disso, remeteu-lhes cem espingardas.⁷³

As expedições da gente pernambucana, como vimos, não se mostravam eficientes na contenção dos bárbaros, e apenas os paulistas pareciam oferecer algum tipo de solução no curto prazo. A estratégia traçada pelo governador na Bahia poderia não surtir muito efeito, uma vez que coordenar de maneira eficiente tropas que agiam tão distantes no sertão era de fato algo quase impensável. Nesse contexto, algumas propostas mais articuladas surgiam, como a de José Lopes Ulhoa. Este filho da casa de Sua Majestade fora soldado na Bahia de 1663 a 1665, capitão de infantaria e provedor-mor da Fazenda Real (como seu pai, Antônio Lopes Ulhoa). Em março de 1688, servia como soldado na Junta do Comércio e pleiteava o posto de capitão-mor do Rio Grande, para o que enviara a Lisboa um papel em que apontava soluções para o levantamento dos índios.⁷⁴ Segundo ele, "nas rebeliões ou se usa dos meios da indústria para a quietação ou das armas para o castigo". Nesta se deveria usar de ambos, "trabalhando porém mais no da indústria pela natureza de vida e trato desta nação e porque também pelo outro será mais dificultoso o castigo". Para ele, estes tapuias ("a que chamam jandoins") eram muito diferentes dos outros "porque não têm aldeias nem parte certa em que vivam e sempre andam volantes, sustentando-se algumas vezes dos frutos da terra e caça que matam e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros ou eles roubam". Com relação às entradas feitas na Bahia quarenta anos antes, tratava-se de reconhecer que estas guerras seriam muito mais difíceis, pois na ocasião eram "diferentes as nações porque tinham aldeias certas". Assim, querer castigar estes homens pela força das armas parecia-lhe "quase impossível e muito inconveniente". Quase impossível porque logo que tivessem notícia das expedições fugiriam e, por mais cuidadosos e diligentes que fossem seus perseguidores, "não os poderão alcançar pela ligeirza com que este gentio marcha e pouco peso das armas que levam sem lhes ser

necessário carregar mantimentos com que se hão de sustentar". O inconveniente estaria em que, mesmo que fossem alcançados, "o maior despojo desta vitória serão entre vinte e trinta tapuios mortos e outros tantos feridos". Dessa forma, seria sempre necessário andar atrás deles para evitar as extorsões e danos que haveriam de fazer os que sobrevivessem, "e o pior será, como é certo, que não só essa nação, senão muitas que hoje estão quietas se hão de levantar, induzidas facilmente dos outros, e teremos novas rebeliões que castigar; e eterna aquela guerra e impossível a quietação dos moradores daquela capitania". Além disso, a guerra traria grande despesa à Fazenda Real. Ulhoa calculava que as entradas que Afonso Furtado mandara fazer no sertão da Bahia haviam custado algo em torno de 30.000 cruzados ("o que sei porque servia naquele tempo o meu pai Antônio Lopes Ulhoa de provedor-mor da Bahia"). Sua proposta de "um caminho mais suave para a quietação" dos índios era que o capitão-mor do Rio Grande, que estava para ser nomeado (isto é, ele, de preferência), entrasse no exercício de suas funções "publicando uma sanguinolenta guerra contra estes tapuios, fazendo algumas preparações para ela, convocando ainda que supostamente o terço do Camarão a que todos esses tapuias tiveram sempre grande temor". Enquanto fizesse as diligências para essa suposta guerra total, o capitão-mor deveria buscar,

"... com todo o segredo, alguns vaqueiros moradores naquele sertão com os quais esses tapuios comem e bebem e a quem chamam compadres, e aos que entender são de maior confiança e fidelidade os obrigará com dádivas que hão de custar muito pouco e com promessas que é melhor buril para semelhantes corações, e os mandará a que vão buscar estes tapuios e lhes digam, vendendo-lhe por fineza o aviso tudo o que o capitão-mor intenta contra eles e que sem dúvida ficarão destruídos e que só terão por remédio de vir pedir-lhes paz e dar toda segurança a ela".⁷⁵

Ulhoa não tinha "dúvida de que este gentio intimidado nessa forma, e pelos que eles presumem ser seus amigos e confidentes, há de vir pedir paz, a qual o capitão-mor concederá repreendendo-os e amansando-os muito asperamente pelas suas línguas". Para garantia da paz, deveria, então, tomar "cinco ou seis filhos dos maiores como reféns os quais terá em sua companhia na fortaleza".

A prática de tomar reféns dos povos que concordassem em subme-

⁷³ Carta de Matias da Cunha para o governador de Pernambuco, 4/12/1688. *DH*, 10:336-8.

⁷⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, 30/3/1688, *AHU*, Rio Grande, caixa 1.

⁷⁵ Consulta do Conselho Ultramarino, 30/3/1688. *AHU*, Rio Grande, caixa 1.

ter-se ao comando do governo português era, como sabemos, difundida no mundo colonial. É um mecanismo importante de controle, que demonstra cabalmente a superioridade relativa dos luso-brasileiros nas guerras contra os tapuias. A empresa colonial era, ao fim e ao cabo, orientada por um aparelho estatal, cujas redes de poder garantiam, em escala desconhecida pelos índios, operações de vingança e repressão que os capturavam numa nova espacialidade do terror. Os índios viam-se submersos em uma guerra totalmente diversa dos confrontos controlados e estanques da dinâmica guerreira tradicional. Os inimigos não só eram mais numerosos, mas mais organizados e persistentes. A “memória burocrática” do poder estatal permitia um processo amplificado de dominação, cuja racionalidade particular se aperfeiçoava. Tal estratégia de manter a obediência dos aliados por meio dos reféns, segundo Lopes Ulhoa, havia sido posta em prática por um seu parente em semelhante alteração na Bahia e demonstrara resultados.⁷⁶ Por que não repeti-la? Devemos notar, contudo, que nem sempre tal solução foi a mais eficaz. Havia sempre o risco de, com tamanha tirania, exasperar ainda mais os índios. Em uma carta para o capitão-mor do Rio Grande, o governador-geral, João de Lencastro, considerava as dificuldades dessa prática e indicava outras soluções: “bem creio quão difícil é confirmar-se paz com os bárbaros sem reféns, e que os [meios] mais seguros são os resgates de que vosmecê necessita para os mover”.⁷⁷

Apesar de haver falhado em sua eleição e de que a sua proposta jamais seria implementada, esse papel de Ulhoa revela importantes dimensões envolvidas no contexto dessa guerra. Primeiramente, a percepção de que a resistência desses povos, por sua específica maneira de interagir com a ecologia local e por suas técnicas militares fragmentadas, produzia uma situação endêmica de insegurança e conflitos impossível de ser controlada a não ser por uma estratégia de aproximação e intimidação. Nesse sentido, sua proposta ficava a meio caminho dos termos do dilema que dominou o debate sobre a natureza dessa guerra: de um lado, a proposição do extermínio completo dos índios e, de outro, sua integração subordinada à ordem colonial. Em segundo lugar, que esta estratégia traria resultados à medida que se reconhecessem e se pusessem ao seu serviço as relações existentes entre os povos indígenas e a população de moradores daqueles sertões. Aqueles “vaqueiros moradores naque-

⁷⁶ Além disso, recomendava o envio de dois religiosos da Companhia para os catequizar. Papel de José Lopes Ulhoa visto pelo Conselho Ultramarino, 23/3/1688. AHU, Rio Grande, caixa 1, 26.

⁷⁷ Carta do governador-geral ao capitão-mor do Rio Grande, 2/9/1694. *DH*, 38:325-8.

le sertão com os quais esses tapuios comem e bebem” eram mais do que sertanejos conhecedores do modo de vida indígena ou cúmplices de seus costumes; segundo Ulhoa, os índios os tinham por “compadres”, donde podemos perceber que as relações de parentesco eram estreitas e implicavam um universo social específico, cujas exatas dimensões, infelizmente, não podemos aferir.

A campanha de Matias Cardoso de Almeida, 1690-1695

O recurso aos paulistas, que restabelecia a solução encontrada na Bahia há quarenta anos, impunha-se como a única alternativa possível. Além da tropa de Domingos Jorge Velho, já destinada aos Palmares, fazia-se necessário um reforço. Com efeito, no início de 1688, Matias da Cunha já havia escrito aos edis São Paulo, alertando que o Rio Grande se achava “oprimido” pelos bárbaros. Contava ainda que a decisão da junta era por declarar cativos os bárbaros prisioneiros, de acordo com a provisão de 1611; assim, pedia que convencessem os paulistas a virem pelo sertão, não só pelo interesse do serviço do rei, mas pelos escravos. O governo daria as munições necessárias “donde avisarem que as que-rem, que é só a despesa que a Fazenda Real pode fazer pelo presente”.⁷⁸ Como vimos, os planos de Matias da Cunha já previam a incorporação do paulista Matias Cardoso às forças portuguesas, ordenando que se deslocasse do sertão do São Francisco para o teatro da guerra.

Após a morte de Matias da Cunha, em 24 de outubro de 1688, vítima da *bicha*, o governo foi assumido por uma Junta Provisória composta do chanceler da Relação, Manuel Carneiro de Sá, e do arcebispo, dom frei Manuel da Ressurreição. Este último, que restou com o poder de fato, escreveu a todos envolvidos nos conflitos pedindo que se guardassem inteiramente as ordens do falecido no tocante às guerras dos bárbaros.⁷⁹ De fato, em uma carta, de 30 de novembro de 1688, aos oficiais da câmara de São Paulo, o arcebispo explicava que, assim que morreu Matias da Cunha, o secretário do Estado, Bernardo Vieira Ravasco, mostrara-lhe a carta que havia enviado em março. Vendo que ainda não havia chegado resposta, reiterava o pedido, pois, segundo ele, eram “então mui cruéis as hostilidades que aqueles moradores padeciam; é ain-

⁷⁸ Carta, 10/3/1688. *DH*, 11:139-40. “E por não faltar a diligência alguma, escrevi à câmara de São Paulo para que daquela capitania venha outro socorro de paulistas pelo sertão, e não tenho pequena confiança de que venha fazer este grande serviço a El-Rei meu Senhor. . .”, 4/10/1688. *DH*, 10:336-8.

⁷⁹ Cartas do arcebispo, 29/10/1688. *DH*, 10:332-5.

da maior o aperto em que hoje se vêem os nossos arraiais, por ser incomparavelmente maior o poder os bárbaros que o das nossas armas". Das fronteiras, chegavam avisos de que as tropas não se atreviam a investir contra os índios nas suas aldeias, e que eles chegaram "a vir cercar os nossos quartéis", onde estavam Domingos Jorge Velho e Antônio Albuquerque Câmara, "os quais, pelejando quatro dias com os bárbaros, por falta de munições se retiraram aos quartéis de que saíram".⁸⁰ Não havia nenhuma notícia do reforço do sargento-mor do Ceará, que estaria em marcha para o Rio Grande com quatrocentos tapuias.⁸¹ Outra informação dava conta de que a fortaleza do Rio Grande não tinha mais do que "sete soldados estropiados", e de que Domingos Jorge Velho e Albuquerque Câmara estavam "retirados por falta de munições aos quartéis das Piranhas".⁸² Por outro lado, os moradores continuavam a deixar o país, fosse pelo assédio dos índios, fosse pela destruição causada pelas próprias tropas, que consumiam os recursos locais. Em dezembro, o arcebispo pedia a Manuel de Abreu Soares que pusesse cuidado e parcimônia nas rações, pois sua gente vinha fazendo grande estrago nos gados, com "grande prejuízo de seus donos, os quais por essa causa se vão retirando: e é lastima que não tenham contra si os bárbaros, mas os mesmos que os deviam defender, para a sua ruína". Segundo a carta, Abreu reconhecia que "o sucesso do Açú foi causa da fuga da maior parte da gente". Havia ficado com poucos milicianos, infantes, henriques e índios dos camarões, e resolvera desamparar a posição do Açú, para escândalo da Bahia, que via nessa atitude a entrega da capitania ao inimigo.⁸³ Pedro Carrilho de Andrade conta que Soares, que já tinha oitenta anos, e sua gente assistiram apenas cinco ou seis meses naqueles sertões e por falta de mantimentos se retiraram, deixando o inimigo senhor da campanha.⁸⁴

Segundo informações do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, em fevereiro de 1689 os bárbaros haviam-se fracionado. Alguns janduí, chamados panatis, resolveram continuar as hostilidades,

⁸⁰ Carta de Matias da Cunha para a câmara de São Paulo, 30/11/1688. *DH*, 11:142-5.

⁸¹ Na carta ao governador de Pernambuco, 4/12/1688. *DH*, 10:336-8.

⁸² Carta do arcebispo ao provedor da Fazenda de Pernambuco, 4/12/1688. *DH*, 10:339-43.

⁸³ Carta do arcebispo para Manuel de Abreu Soares, 6/12/1688. *DH*, 10:343-6.

⁸⁴ Memorial de Pedro Carrilho de Andrade, 1703. AHU, Pernambuco, caixa 16. Segundo Matias da Cunha, quando Manuel de Abreu Soares se retirou, ele tinha oitenta anos e estava em apuros ainda por conta da traição. Carta de Matias da Cunha, 14/10/1688. *DH*, 10:315. Recebera, por serviços prestados, uma ajuda de custo de 200 cruzados e outras duas de 100 cruzados para cada filho. Carta de Matias da Cunha ao governador de Pernambuco, 12/10/1688. *DH*, 10:325-6.

permanecendo "obstinados", mas outros, que desceram ao rio Potengi, bem perto da cidade, pediram pazes e o capitão-mor lhes concedeu sob certas condições.⁸⁵ Os moradores, entretanto, reagiam com pavor a essa iniciativa do capitão-mor. Têmiam que os tapuias tivessem pedido a paz para dela se aproveitar, tomando conhecimento da cidade e seu entorno e preparando, assim, uma ofensiva final.⁸⁶ Em rota de colisão com o paulista Domingos Jorge Velho, Agostinho César de Andrade tramava também sua retirada da capitania, onde estorvava seus interesses pessoais no comércio de escravos índios. Os edis enviaram um requerimento ao paulista solicitando sua permanência, atropelando claramente as prerrogativas do capitão-mor. Aquele, com prazer, disse que ficaria e cumpria sua tarefa, que era a de destruir completamente os tapuias.⁸⁷

Em dezembro de 1688, o paulista Matias Cardoso zanzava pelo sertão do Rio São Francisco em busca de farinha. O falecido governador o

⁸⁵ Carta ao capitão-mor Agostinho César de Andrade, 14/5/1689. *DH*, 10:356-8.

⁸⁶ Carta da câmara de Natal ao governador-geral, 22/1/1689. IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 117-8v.

⁸⁷ Requerimento da câmara de Natal a Domingos Jorge Velho, 23/3/1689, carta de Domingos Jorge Velho à câmara de Natal, 23/3/1689, IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 119-119v e fl. 120, respectivamente. A história das relações entre os "intrusos" de São Paulo e os poderes locais no Rio Grande sempre foi marcada por desavenças e situações conflituosas (com vermos no Capítulo 6). Em agosto de 1689, em várias cartas, o arcebispo dá conta da contenda que houvera entre Domingos Jorge Velho e o capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade. Segundo o informe dos oficiais da câmara "o capitão-mor para estorvar o intento bom que tinha o paulista", cativou as mulheres e filhos dos tapuias. Esta "bagagem" fora deixada pelo mestre-de-campo na aldeia dos jesuítas como "refém" para a "segurança dos pais e maridos que consigo levou para o serviço de Sua Majestade e línguas das suas marchas". Agostinho César repartiu os cativos com três ou quatro do seu séquito. Na ocasião, chegando o novo governador de Pernambuco, Matias Vidal, "vendo o mal que capitão-mor obrara nesta ação, a injustiça e a ruína que seguiria de fazerem este dano às famílias que andavam em serviço del-rei, o persuadira a mandar repor na mesma aldeia os mesmos que tinha cativado". Nada obstante, os oficiais da câmara de Natal, que haviam denunciado os excessos, mudaram repentinamente de opinião e repetiram o desmando: "confederados brevemente com o capitão-mor concordaram em se lhe dar na aldeia tumultuosamente um assalto em 7 de junho, e levaram perto de duzentas almas que ali assistiam sujeitas, e as repartiram entre si para o seu serviço". Donde se conclui que se estavam mal com o capitão-mor era por ele, na primeira vez, não haver repartido os cativos. O arcebispo e governador-geral ordenava, então, a reparação imediata do acontecido, pois "desta sorte cessará de imediato a justa queixa dos pais e maridos e se darão por obrigados a servir com mais fidelidade nas guerras em que andam". *DH*, 10:365-7; veja ainda a carta do arcebispo ao capitão-mor do Rio Grande, 27/8/1689. *DH*, 10:369-71; e a carta de Domingos Jorge Velho ao arcebispo, 27/8/1689. *DH*, 10:371-3.

havia recomendado ao arcebispo, por informações do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito e do provedor-mor Francisco Lamberto, para os quais o paulista era homem de grande valor. De fato, Cardoso tinha grande experiência no sertão. Já havia sido voluntário nas expedições de Fernão Dias Pais e fora nomeado, em 1681, pelo administrador-geral das Minas da repartição do Sul, D. Rodrigo Castel Branco, como tenente-general da leva de Sabarabuçu, que partira em busca das minas de prata.⁸⁸ Frei Manuel da Ressurreição não duvidava de que a câmara de São Paulo e o capitão-mor de São Vicente o elegeriam por já se achar assim tão próximo do teatro da guerra. Em seu pedido aos edis de São Paulo, em novembro, o arcebispo concluía que haveria interesse dos paulistas, “tão costumados a penetrar os sertões para cativar índios contra as provisões de sua majestade”, em fazê-lo agora “em serviço do seu rei como leais vassallos seus”.⁸⁹ A oferta a Matias Cardoso era nomeá-lo “governador” do regimento que se formasse, com as mesmas “preeminências de mestre-de-campo, e como tal vencer o soldo desde o dia em que partiu”.⁹⁰ Na mesma ocasião, pedia que o vigário de São Paulo, Domingos Gomes Albernaz, animasse os paulistas a vir em socorro do Norte, reiterando a oferta de cativos.⁹¹

Na verdade, dois paulistas haviam-se oferecido para o serviço: Manuel Camargo e Matias Cardoso. Em fevereiro de 1689, a câmara de São Paulo concordava em dar todos os poderes a Matias Cardoso, que havia sido encarregado de fazer gente para a conquista do sertão do Rio Grande.⁹² Segundo Pedro Taques, este estava com sua gente no rio São Francisco, aguardando João Amaro Maciel Parente, que permanecera em São Paulo juntando mais homens. Em 18 de junho de 1689, Parente saiu de São Paulo e foi dar com seu chefe, que esperava agora as ordens da Bahia.⁹³ Em agosto de 1689, o arcebispo estranhava a falta de vontade para o serviço de Sua Majestade e o despropósito das exigên-

⁸⁸ Provisão 28/1/1681. Apud: Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Informação sobre as minas de São Paulo (1772)*. São Paulo, p. 142-3; e *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo, 1980, vol. 2, p. 44-58 e 198-201.

⁸⁹ Carta de Matias da Cunha para a câmara de São Paulo, 30/11/1688. *DH*, 11:142-5.

⁹⁰ Carta, 9/12/1688. *DH*, 11:147-9.

⁹¹ “... não só com o estímulo do crédito a que os empenha o seu nome e as honras que devem esperar del-rei meu Senhor, mas com a conveniência própria da multidão de bárbaros que tem para vencer e aprisionar, pois estão declarados cativos”. Carta de Matias da Cunha, 9/12/1688. *DH*, 11:149.

⁹² 19/2/1689. *ACSP*, 7:374.

⁹³ Pedro Taques. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo, 1980, vol. 2, p.56. Quando se deslocou para o São Francisco, Matias Cardoso havia trazido a sua e

cias feitas pelos paulistas.⁹⁴ Manuel Camargo havia proposto capítulos com condições desmedidas em um papel enviado ao secretário do Estado. Matias Cardoso não fizera pedidos menos excessivos: uma “multidão de postos maiores, capitães e soldados brancos, mas ainda para os índios, que como infantes deveriam ser pagos e fardados”. Segundo o julgamento do arcebispo, ambos não haviam tratado do serviço do rei, “senão que considerando-se uns e outros o único e total remédio da defesa daqueles povos, só puseram os olhos na sua conveniência”. Ainda que fossem mais “moderadas” as exigências de Matias Cardoso, tudo o que possuía a Fazenda Real seria insuficiente para o pagamento de tantos postos. O fato era que os paulistas que tinham vindo antes haviam proposto condições bem diferentes. Fora “nesta suposição e experiência” que o arcebispo os convocara. Estes haviam recebido as honras dos postos de comando; os capitães, os privilégios de infantaria paga e no geral “os prisioneiros e as terras conquistadas que nunca tiveram dono”. Como vimos, o governador havia concedido a Matias Cardoso as mesmas prerrogativas de Domingos Jorge Velho. Nesse sentido, em carta ao capitão-mor de São Vicente, o arcebispo esclarecia que não convinha que viesse o Camargo. Quanto ao Cardoso, apesar desses desacordos, que fosse à Bahia para ajustar sobre como se lançaria na campanha.⁹⁵ Este, no entanto, demoraria ainda alguns meses para realizar a viagem.

Ofertas de auxílio eram feitas por outros grupos interessados em participar do esforço de guerra, objetivando auferir, assim, algum ganho. Nenhuma delas, não obstante, conseguiu se concretizar. O socorro que vinha do rio São Francisco, a cargo do coronel André Pinto Correia, se desvaneceu porque “tendo a gente junta, fora tal a seca, que impossibilitava os caminhos”, de maneira que ele mandara todos retornar para as suas casas.⁹⁶ Em julho de 1689, o futuro matador de Zumbi, André Furtado de Mendonça, se oferecia para livrar a capitania de Ilhéus das hostilidades dos bárbaros pelo preço de 5 mil cruzados em dinheiro de contado, além das condições contraídas com os outros paulistas. A negativa do arcebispo foi bem direta: “Toda a capitania dos Ilhéus não vale vendida, o que vosmecê quer se pague [com] a sua vinda.”⁹⁷ Em

muitas outras famílias com o intuito de fundar uma vila, para o que tinha a anuência da Bahia. Carta, 9/3/1690. *DH*, 10:388-93.

⁹⁴ Carta do arcebispo aos oficiais da câmara de São Paulo, 31/8/1689. *DH*, 11:154.

⁹⁵ Carta do arcebispo ao capitão-mor de São Vicente, 1/9/1689. *DH*, 11:155-8.

⁹⁶ Carta ao capitão-mor Agostinho César de Andrade, 14/5/1689. *DH*, 10:356-8.

⁹⁷ Inclusa na resposta do arcebispo para André Furtado, 31/8/1689. *DH*, 11:151-2. André Furtado de Mendonça era das primeiras famílias de São Paulo e havia sido capitão-de-infantaria e sargento-mor do terço de Domingos Jorge Velho, segundo sua folha de

Penedo, aprestava-se outra ajuda ao esforço de guerra no Rio Grande, por iniciativa do capitão-mor da vila de Penedo, Pedro Aranha Pacheco, dos capitães Gregório Bezerra, Antônio Martins Pereira e Domingos Antunes Viana e do sargento-mor José Ferreira Ferro. Em fevereiro, o arcebispo prometia o envio de carne e farinha para os índios: "Pouco menos de trinta catanas, que nem nos armazéns, nem na praça as havia, e escassamente se puderam achar nos navios".⁹⁸ Em março, 26 catanas haviam sido enviadas, mas Aranha Pacheco escreveu que não podia pôr adiante a expedição porque não havia conseguido reunir a gente necessária, pois ainda faltavam seiscentas mochilas de farinha. No entanto, o que mais dificultava a reunião da gente era que os principais não queriam aceitar as patentes expedidas na Bahia por não serem da infantaria paga, isto é, por não lhes renderem soldos. Segundo o arcebispo, Aranha mentira sobre o ânimo e os preparativos visando fraudar a Fazenda Real, pois nada justificava a sua desistência, uma vez que aquela região mais vizinha ao mar não experimentava a seca que havia nove meses se padecia no sertão. Desse modo, os ditos capitães não passavam de "sujeitos mimosos", e "se eles já o haviam sido [capitães], seriam só dos currais em que estavam próprios, ou alheios, em que não tinham o merecimento, nem a honra que pelas minhas patentes lhes dava".⁹⁹ De fato, de acordo com o regimento do governador-geral de 1677, os postos de infantaria pagos só eram permitidos aos soldados com mais de dez anos de serviço. Os paulistas haviam sido uma exceção.¹⁰⁰

Parte do reforço de Matias Cardoso chegou à Bahia no mês de agosto de 1689. O paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro, sargento-mor, veio de São Paulo por mar com 23 soldados, índios e brancos, os quais o arcebispo logo enviara ao São Francisco para juntar-se a Cardoso. Navarro partiu com cartas, mas desprovido, pois nos armazéns só havia esmerilhões, um tipo de espingarda tão grande que era de difícil manuseio.

Em razão disso, o sargento-mor ia com ordens para recuperar as cinquenta espingardas e as munições que estavam com o desistente André

serviços, 23/7/1715. AHU, Pernambuco, caixa 11. Pedro Taques o põe como capitão-de-infantaria da Leva de Sabarabuçu, em que ia Matias Cardoso como tenente-geral, no ano de 1681. *Informação sobre as minas de São Paulo (1772)*. São Paulo, p. 42.

⁹⁸ Carta do arcebispo ao capitão-mor da vila de Penedo, 9/2/1689. *DH*, 10:353-4.

⁹⁹ Carta do arcebispo ao capitão-mor da vila de Penedo, 28/3/1689. *DH*, 10:356.

¹⁰⁰ Cf. o capítulo 41 do Regimento de Roque da Costa Barreto, 23/1/1677, publicado em João Alfredo Libânio Guedes. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962, vol. IV, p. 188 e também nos *DH*, 6; veja também a carta (inclusa) do capitão-mor Pedro Aranha Pacheco, 21/3/1689. *DH*, 10:359-62.

Pinto Correia, no sertão do São Francisco.¹⁰¹ Havia notícia de que a gente de Cardoso degolara recentemente cerca de 260 tapuias, o que, nas palavras do arcebispo, servia para "desenganar aos pernambucanos do gênio dos paulistas".¹⁰² Naquele momento, a Fazenda não tinha condições de concorrer com a despesa de mais tropas, de modo que o arcebispo confiava que a participação dos paulistas abreviaria a guerra. Ele desejava, uma vez confirmada a chegada destas tropas, fazer outra junta-geral para acertar os termos do arranque final.

A percepção de que os paulistas eram mais aptos e menos dispendiosos comandava as mudanças propostas nos rumos da guerra. Com efeito, nesse momento a situação era muito difícil, o que exigia medidas que reduzissem os gastos. Segundo um memorial que a câmara de Natal endereçou ao rei em 2 de julho de 1689, o levantamento do gentio havia provocado até então a morte de cerca de duzentos homens e a perda de 30.000 cabeças de gado grosso e de mais de mil cavalgadas, além da ruína dos mantimentos e lavouras. Os edis pediam que a Fazenda se comprometesse a pagar os gados e fazendas confiscados para sustento das tropas regulares. No Rio Grande, a Fazenda estava tão extenuada que o contrato dos dízimos fora rematado em 340\$000 réis, em 1689, e chegara a 900\$000 antes do início das guerras. Pediam que o rei ordenasse que apenas os paulistas, os henriques e os camarões ficassem no campo até "se destruir e arruinar todo o gentio, ficando esses sertões livres para se colonizarem". Isso porque esta "casta de gente" era mais apta ao tipo de guerra em curso, "por ser mais ligeira e continuada, acelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazer menos despesas à Fazenda Real".¹⁰³

Uma vez que os paulistas eram "costumados a penetrar sertões e a se sustentarem sem mais concurso de mantimentos que o que acham nos seus arcos e nas suas espingardas", a melhor maneira de dar seguimento ao esforço de guerra e poupar a Fazenda Real seria desmobilizar as tropas regulares e das ordenanças que se encontravam no sertão e, aproveitando a presença de Matias Cardoso, encarregá-lo de toda a iniciativa. A opinião dos moradores do Rio Grande era que não convinha fazer a paz com os índios e que a normalização das atividades no sertão só seria obtida com a sua total destruição. O citado memorial da câmara de Natal pedia a consideração do rei para que fosse posta em execução a ordem do governador-geral, isto é, a destruição dos tapuias, "guer-

¹⁰¹ Carta, 28/8/1689. *DH*, 10:375-6.

¹⁰² Carta do arcebispo ao Matias Cardoso, 27/8/1689. *DH*, 10:371-73.

¹⁰³ Memorial da câmara de Natal ao rei, 2/7/1689. IHGRN, caixa 65, livro 2, fl. 129.

reando-se com ele até de todo se acabar".¹⁰⁴ No entanto, a guerra total supunha a convocação de mais tropas de sertanejos paulistas. Esse era o parecer do governador na Bahia. Segundo um alvará seu, datado de 4 de março de 1690, a idéia de que a guerra, por parecer a princípio tão irregular, implicava uma estratégia de divisão das tropas (encarregando-se três cabos independentes uns dos outros) que se mostrara completamente errada. Isso porque não se tinha conseguido naqueles dois anos a extinção dos bárbaros, "que era o último progresso e principal fim do sossego daqueles povos". A guerra, até então defensiva, deveria transformar-se. Segundo o documento, as tropas "não devem esperar defensivamente nos arraiais, em que se acham as mesmas armas, senão seguindo-os até lhes queimarem e destruírem as aldeias, e eles ficarem totalmente debelados e resultar sua extinção". Como para este gênero de guerra nem a infantaria paga nem a da ordenança se haviam mostrado eficazes, ainda segundo o exemplo da Bahia de quarenta anos atrás, o melhor a fazer era entregá-la a cargo dos paulistas e, no caso, "a um só sujeito, a cujo arbítrio ficasse livre à disposição da guerra": Matias Cardoso de Almeida.¹⁰⁵ De fato, em março de 1690, o arcebispo resolveu reformar Antônio de Albuquerque Câmara e Manuel de Abreu Soares, mandando que retirassem de seus presídios toda a infantaria paga, miliciania e preta do terço de Henrique Dias, à exceção dos índios do Camarão e de outros índios das aldeias, que deveriam ficar para acompanhar o paulista. Apenas o regimento de Domingos Jorge Velho deveria ficar em pé, o qual poderia "emprender como isento da jurisdição de Matias Cardoso".¹⁰⁶

A reforma de março de 1690 fora extensa e visava a uma completa reorganização do esforço de guerra. Matias Cardoso fora nomeado "mestre-de-campo e governador desta guerra que há de fazer por *novo estilo* a esses bárbaros". Manuel Álvares de Moraes Navarro continuava como sargento-mor do regimento. Seu ajudante era Manuel da Mata Coutinho e o alferes de infantaria, Antônio Fernandes da Silva.¹⁰⁷ Foram criadas

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Alvará, 4/3/1690. *DH*, 10:384-8.

¹⁰⁶ Carta do arcebispo ao capitão-mor do Rio Grande, 10/3/1690. *DH*, 10:382-4; e carta patente de Matias Cardoso, 4/4/1690. *DH*, 30:7-12; e carta do arcebispo ao rei, 6/4/1690. In: Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 288-9. As cartas do governador de Pernambuco, o marquês de Montebelo, ao capitão-mor do Rio Grande e para Manuel de Abreu Soares, Domingos Jorge Velho e Antônio de Albuquerque Maranhão, datadas de 1.º/12/1690, dão conta dessa decisão. BNL, Coleção pombalina, códice 239, fls. 295-7.

¹⁰⁷ Cartas patentes, 28/7/1699. *DH*, 30:110-2.

sete companhias, cada uma sob o comando de um capitão, a saber, Miguel de Godói Vasconcelos, João Pires de Brito, João de Godói Moreira, Luís Soares Ferreira (substituído em julho por Mateus Martins de Prado),¹⁰⁸ Amaro Homem de Almeida, Diogo Rodrigues da Silva e João Freire Farto.¹⁰⁹ João Amaro Maciel Parente, que era filho de Baião Parente, ficou como capitão-mor das companhias de tropas, isto é, subordinado a Matias Cardoso, mas com proeminência sobre elas.¹¹⁰ Tantas companhias visavam, antes de mais nada, garantir a maior mobilidade das armas "nos vários acidentes que na campanha se oferecem com o gentio irregular". Para que se procedesse com toda a clareza na receita e despesa da dita guerra aos bárbaros, o arcebispo nomeou também um almoxarife com o seu escrivão, assim como um armeiro, um tal de Domingos João, oficial que deveria erguer uma tenda para consertar as armas.¹¹¹ Além disso, reforços de cerca de 450 até 500 índios da região, além dos que podia levar das capitanias do Norte, foram-lhe concedidos com a intenção de "abreviar a guerra em que se podem gastar dois anos em um só".¹¹²

Os paulistas deveriam guarnecer o posto do Açú, que havia sido abandonado por Manuel Abreu Soares, porque a região era muito importante e "passagem para o Ceará". Apesar de, em junho de 1690, "não serem tão contínuos os assaltos do gentio pela oposição que se lhes fazia com os índios domésticos e moradores", convinha manter lá alguns paulistas.¹¹³ Embora a Fazenda Real estivesse "exausta", como alertou o governador de Pernambuco, marquês de Montebelo, o rei achava, em carta de dezembro de 1691, que o presídio do Açú era "mui conveniente para impedir o dano que nos fazem os índios", de modo que, agora sob o comando de Matias Cardoso, deveria continuar recebendo uma ajuda de 150\$000 réis por ano em farinhas, legumes e sementes das rendas da infantaria da capitania de Pernambuco.¹¹⁴ Inicialmente, um arraial fora estabelecido no Jaguaribe, de onde pretendiam acabar de

¹⁰⁸ Cartas patentes, abril de 1690. *DH*, 30:15-29. Em julho de 1690, o governador, sabendo da grave doença que dera na gente branca e índios que ia com Matias Cardoso no rio São Francisco, aceitou substituir Luís Ferreira. *DH*, 30:96-8.

¹⁰⁹ Cartas patentes, julho de 1690. *DH*, 30:99-109.

¹¹⁰ Carta patente de Matias Cardoso, 4/4/1690. *DH*, 30:12-4.

¹¹¹ Recebendo este um salário de 60\$000 réis ao ano, enquanto durasse a guerra. *DH*, 30:30-4.

¹¹² Carta patente de Matias Cardoso, 4/4/1690. *DH*, 30:12-4.

¹¹³ Carta, 29/6/1690. AHU, Rio Grande, caixa 1, 29 (ou *RIHGRN*, 10:123-4) vista na consulta do Conselho Ultramarino, 10/11/1690. AHU, cód. 265, fls. 62-62v.

¹¹⁴ *RIHGRN*, 10:125.

extinguir “as relíquias dos janduís, paiacus e icós”.¹¹⁵ Aí, no entanto, os paulistas padeciam muitas dificuldades. Em maio de 1691, Matias Cardoso escreveu ao marquês de Montebelo pedindo que lhe remetesse os socorros prometidos, ao que foi respondido, em julho, que haviam dificuldades burocráticas: a provedoria tinha ordens de conter os gastos da Fazenda Real.¹¹⁶ No final do ano, uma epidemia de sarampo “havia dado” entre os soldados e prejudicava a moral.¹¹⁷ Em janeiro de 1692, Cardoso alertava o governador de Pernambuco que suas tropas haviam se retirado do Ceará para a capitania do Rio Grande, “donde ficava fazendo fronteira aos bárbaros”, isto é, do Jaguaribe para o Açu.¹¹⁸ Segundo Studart Filho, Matias Cardoso deixara João Amaro Maciel Parente no Ceará, comandando o arraial. Contudo, sete meses após a sua partida, esta tropa estava praticamente aniquilada. Sem socorros e abastecimentos, passou sérias aperturas, de modo que, com o consentimento de Cardoso, resolveu também recuar para o Rio Grande, o que fez dando uma volta enorme de 150 léguas.¹¹⁹

Domingos Jorge Velho, apesar de privado do soldo, continuou na peleja com os índios pelo menos até o final de 1689.¹²⁰ Com efeito, em outubro, seu sargento-mor, Cristóvão de Mendonça Arrais, obtivera uma importante vitória sobre os bárbaros, que resultara na captura do principal dos janduís, Canindé. Juntamente com este, Arrais havia capturado um “pirata” (cuja nacionalidade nos é desconhecida), o que ajudava a

¹¹⁵ Carta ao capitão-mor Agostinho César de Andrade, 2/4/1691. *DH*, 10:408-10.

¹¹⁶ Carta do governador de Pernambuco para Matias Cardoso, 16/7/1691. BNL, Coleção pombalina, códice 239, fls. 343-4.

¹¹⁷ Carta, 11/12/1691. *DH*, 10:414-6.

¹¹⁸ Carta, 29/1/1692. *DH*, 10:419-21 e 421-3.

¹¹⁹ Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 101-2.

¹²⁰ Em abril de 1691, o governador-geral resolveu dar-lhe baixa da guerra dos bárbaros (“vosmecê vá descansar do trabalho dos bárbaros, no da conquista dos negros”), seguindo o conselho do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César, para quem não parecia necessário manter-se dois arraiais de paulistas na zona conflagrada. Carta do governador-geral a Domingos Jorge Velho, 10/3/1690. *DH*, 10:398. Exonerado dos títulos da guerra dos bárbaros, mas mantendo o de mestre-de-campo para a guerra nos Palmares, este para lá seguiu com sua gente. Junto iam alguns índios rendidos do “rei dos janduís”, “em razão do ódio que naturalmente todo o gênero de índios tem aos negros”. Carta do governador-geral para o capitão-mor do Rio Grande, 2/4/1691. *DH*, 10:408-10; Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 94-5 e 98-9. Vale notar que, segundo a vontade da Bahia, quando Matias Cardoso cumprisse o seu dever, também se voltaria para a guerra dos negros. E nesse particular, Domingos Jorge Velho estava obrigado a ter sempre presente que aquele era-lhe “superior em algumas circunstâncias”. Carta, 9/3/1690. *DH*, 10:388-93. Mais tarde,

reforçar a presunção dos luso-brasileiros de que estas nações tapuias mantinham contatos com os estrangeiros e tramavam contra o império.¹²¹ Tido como “rei dos janduís”, a principal etnia em guerra contra os luso-brasileiros, consta que Canindé tinha sujeita toda esta nação, dividida em 22 aldeias, sitas no sertão que cobre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, nas quais havia “treze para quatorze mil almas, e cinco mil homens de arco, destros nas armas de fogo”.¹²² Como vimos acima, Taunay lhe imputava o início das hostilidades no Rio Grande, ainda no governo de João Fernandes Vieira.¹²³

Ao que parece, nesta ocasião, grande quantidade de escravos foi trazida à cidade. No entanto, mais uma vez polemizava-se sobre a legalidade desse cativo. Como remate da controvérsia, uma carta régia de 17 janeiro de 1691 revogou a guerra justa que, como visto, fora declarada nos termos de uma junta feita pelo falecido Matias da Cunha. O novo governador-geral, Câmara Coutinho, quando ainda estava no comando de Pernambuco, reunira a Junta da Missões, na qual se discutiram a pertinência e a legalidade desta guerra. A verdade é que, protegido pelo seu “escrúpulo”, Câmara Coutinho havia açambarcado a oferta de escravos, comprando todos os tapuias aos paulistas. Seu argumento era de que os soldados não poderiam perder “sua presa”. Assim, muito falsamente, dizia que de início pretendia entregar os cativos aos padres da Companhia de Jesus para que fossem catequizados. Mas como estes fugiriam aos matos novamente, revendera-os aos moradores. Explicava ao rei que fizera uma lista dos escravos, com os preços anotados, para que fossem posteriormente resgatados. O rei mandava, por isso, que se os passassem para as aldeias no Rio de Janeiro, de onde não poderiam fugir.¹²⁴

Esta decisão causou grande consternação aos paulistas que se viam

ficamos sabendo que ele pedira um bando com perdão aos criminosos, no que fora atendido não sem certo escrúpulo e que pedia para, acabada a guerra dos bárbaros, ir ao mocambo dos Palmares. Ao que o governador assentia, mas com dedos pois a missão era de Domingos Jorge Velho, mas como esse não tinha forças suficientes, Matias certamente ia acabar a guerra dos bárbaros antes de que aquele desse cabo nos negros, de modo que, como ambos eram paulistas, e deveriam se entender, achava que era natural que Matias acabasse se unindo a Domingos. Carta do arcebispo a Matias Cardoso, 28/7/1690. *DH*, 10:399-400.

¹²¹ Carta do governador-geral para o capitão-mor do Rio Grande, 2/4/1691. *DH*, 10:408-10.

¹²² Assento das pazes com os janduís, 10/4/1692. AIU, Pernambuco, caixa 11.

¹²³ Curiosamente, consta que depois de converso Canindé adotou justamente o nome do herói da restauração pernambucana. Carta, 2/4/1691. *DH*, 10:408-10; e carta do capitão-mor do Rio Grande à câmara de Natal, 12/2/1695. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 54-5v.

¹²⁴ Carta régia para o governador-geral, 17/1/1691. *DH*, 33:343-6.

envolvidos na guerra dos bárbaros. Nesse sentido, Matias Cardoso havia incumbido seu sargento-mor, Manuel Álvares de Moraes Navarro, de esclarecer se os prisioneiros bárbaros podiam ser declarados escravos ou não.¹²⁵ Disso dependia, afinal, seu interesse em meter-se na guerra. Circunstanciando a posição dos paulistas, a decisão do rei fora contestada de forma veemente em dois papéis cujos autores nos são desconhecidos. Um deles sofismava que as capitânicas do Rio Grande e Ceará não podiam se “conservar sem a total ruína do gentio, e que esta se não pode obrar senão pelo meio dos paulistas, e estes a não hão de executar sem o interesse dos prisioneiros”. Para o autor desse papel, apesar de a situação estar controlada, os tapuias, recolhidos nas brenhas dos matos, impediam a tranquilidade dos moradores, de modo que era notório que se devia conceder o cativoiro dos índios, “porque este é o fim principal com que os paulistas fazem a guerra”. A recusa de permitir-lhes cativar os índios traria ainda maiores danos a estes, uma vez que seria difícil imaginar que “farão prisioneiro algum com o detrimento de o segurar, sustentar e conduzir, sendo mais fácil matá-los a todos de qualquer sexo e idade”.¹²⁶ O outro documento alegava que o que estava em jogo era “a conservação da posse e domínio de El-Rei Nosso Senhor no Estado de Pernambuco, para a disseminação do evangelho ao gentio morador no interior do sertão e território de Portugal”. Depois de arrazoar a barbaridade desses homens e sua afinidade com os holandeses, pedia por seu cativoiro, se não “perpétuo”, ao menos “por vinte anos”, ou ainda que fossem resgatados pela Fazenda Real “aos paulistas, por taxado e racional preço”, e mandados, então, “à beira-mar com sacerdotes que os catequizem”.¹²⁷ Domingos Jorge Velho, por sua vez, usava de eufemismos e procurava dissimular a escravidão: em uma carta ao rei de 1694, explicava cinicamente que não se tratava, na verdade, de “cativar os tapuias (como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a Vossa Majestade)”, mas de

“... adquirir o tapuia gentio bravo e comedor da carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade à associação e racional trato, para por esse meio chegarem a ter

¹²⁵ Carta, 9/3/1690. *DII*, 10:388-93.

¹²⁶ Sobre o gentio que se rebelou nas capitânicas do Ceará, Rio Grande e Paraíba (c. 1690?), Ajuda, 54 XII 4 52.

¹²⁷ Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162.

aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica que lhes basta para sua salvação. Porque em vão trabalha quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens. E desses assim adquiridos e reduzidos, engrossamos nossas tropas e com eles guerreamos a obstinados e renitentes a se reduzirem: e se, ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras, nenhuma injustiça lhes fazemos, pois tanto é para os sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos. E isto bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável serviço em os ensinar a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar para seu sustento. Coisa que antes que os brancos lhes ensinem, eles não sabem fazer. Isto entendido, senhor?”¹²⁸

Somente em 1695, como se verá mais à frente, o Conselho Ultramarino irá reconsiderar a legalidade do cativoiro. O que desanimará, deveras, Matias Cardoso.

A rendição dos janduí, 1692

Canindé fora posto em liberdade por Domingos Jorge Velho em troca da promessa de mostrar-lhe as minas de prata e de esmeraldas, supostamente situadas em uma serra baixa junto do rio Jacu, a 30 léguas de Natal, assim como uma outra de esmeraldas no rio dos Camarões, pouco distante — minas que os flamengos haviam descoberto “dois anos antes de sua expulsão”.¹²⁹ Trato que, se verdadeiro, acabou resultando em nada. Apesar disso, no início de 1692, Canindé enviou ao novo governador-geral, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, um pedido formal de paz. No dia 5 de abril de 1692, trazidos por um certo capitão João Pais Florião (um português casado com a filha de Nhangujé, maior da aldeia jacaju, e cunhado recíproco do rei dos janduí),¹³⁰ haviam chegado à Bahia dois chefes tapuias: José de Abreu Vidal, tio de Canindé, e Miguel Pereira Guajiru Pequeno, maior de “três aldeias também sujeitas ao mesmo Canindé”. Acompanhados de mais quinze

¹²⁸ Carta de Domingos Jorge Velho ao rei, 15/7/1694. In: Ernesto Ennes. *As guerras dos Palmares (subsídios para a sua história)*. São Paulo, 1938, p. 204.

¹²⁹ Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162.

¹³⁰ João Pais Florião era neto de outro de mesmo nome, que fora acusado de inconfidência pelo desembargador Luís Salema de Carvalho, na Bahia. Cf. nota (iv) de Rodolfo Garcia na *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (São Paulo, 1975), tomo 3, p. 278.

outros índios e índias, foram à presença do governador-geral, a quem falou José de Abreu Vidal, "em língua portuguesa não bem falada", explicando que vinham de 380 léguas para pedir, em nome do rei Canindé, uma "paz perpétua". Depois de cinco dias de reflexão e debates, ofereceram, então, as proposições de paz vocalmente em sua língua, que foi explicada em português por um intérprete. Os termos destas proposições, redigidos no assento de pazes de 10 de abril (veja o Anexo 4), eram os seguintes: (1) que o Canindé e os três maiores reconheciam o rei de Portugal como "senhor de todo o Brasil e das terras que as ditas 22 aldeias ocupavam" e lhe prometiam obediência; (2) que o rei e seus sucessores "sejam obrigados a guardar-lhe e fazer-lhe guardar por seus governadores e capitães-gerais a liberdade natural em que nasceram e em que pelo direito das gentes devem ser mantidos, como os mais vassallos portugueses"; (3) que os índios "desejam ser batizados e seguir a lei cristã dos portugueses; sendo para esse fim tratados como gente livre, e não oprimidos contra sua vontade"; (4) que se os portugueses fossem atacados na Bahia, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba ou Rio Grande eles se comprometiam a pôr em sua defesa "cinco mil homens de armas"; (5) assim como se comprometiam a lutar contra as nações indígenas que se declarassem inimigas; (6) se nas serras das terras que possuíam aparecessem "alguma mina ou minas de ouro, prata, ferro, preciosas, ou de outra qualquer outra espécie, ou notícia de as haver", dariam logo conta disso ao governador; (7) não incomodariam os currais de gados no Rio Grande, permitindo que os antigos sesmeiros repovoassem o sertão, em troca, além de poderem "livremente" pescar nos rios e praias, ficariam "reservadas, para o sustento e conservação de cada aldeia dos janduí, por serem muito populosas e as terras muito largas, dez léguas de terra de cada banda, ainda que nelas entrem as ditas sesmarias concedidas até o presente";¹³¹ (8) que os moradores não os tomariam como cativos para o trabalho; (9) que ajudariam na reedificação da fortaleza do Rio Grande; (10) "e sobretudo que nenhum capitão ou cabos dos paulistas os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e deles seja livre e isenta geralmente toda a nação dos janduí". O que

¹³¹ "... e as que daqui por diante se concederem, levarão a cláusula e condição para não prejudicarem a dita terra reservada a cada aldeia; para que sem terem dúvidas se conservem pacificamente as aldeias e tenham em que plantar seus mantimentos para o sustento de suas famílias". Passados oito anos, tal prática de "demarcar as terras indígenas", sempre incluídas em sesmarias, foi transformada na "doação" de uma légua em quadra para as aldeamentos. Veja o alvará sobre a medição da légua de terra para as aldeias, 23/11/1700, nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, Salvador, 29:73-5, 1943.

foi aceito pelo governador, pois, como havia dito a rainha regente em 1662, eram este os "mais atrozes" daquelas capitanias, donde convinha muito firmar as pazes e garantir assim para o apoio dos cerca de 5.000 arcos contra qualquer ameaça ultramarina ou mesmo brasílica "a invadir pelo mar as praças das capitanias do Norte, ou seus habitantes pelo sertão". Caso contrário, "poderiam desgostados unir-se às mais nações bárbaras e continuar-se a guerra".¹³²

John Hemming, com certo exagero, acreditava que "a proeza militar dos janduí, assim como sua destreza política", haviam lhes dado "algo único na história do Brasil: reconhecimento como um reino autônomo e um tratado de paz com Portugal".¹³³ Se é verdade que os portugueses consideravam Canindé como "rei dos janduí", isto se refere muito mais ao legado da forma como os holandeses se relacionavam com estes povos do que a uma verdadeira compreensão da autonomia política de seus inimigos. Com efeito, os holandeses tomavam os diversos grupos tarairiús como nações autônomas, governadas por reis. Nesse sentido, Janduí representaria um corpo político independente, e Canindé seria seu herdeiro. A documentação portuguesa, vez ou outra, se refere aos principais ou chefes indígenas dos grupos tarairiús como "reis", contudo em nenhuma condição os considera como de fato autoridades políticas autônomas. Por isso, este "tratado de paz" deve ser entendido mais como uma capitulação de obediência, do que como um contrato. A fórmula protocolar não deve esconder a verdadeira natureza do documento. Logo após a assinatura deste assento, o precavido governador pediu ao capitão-mor Constantino de Oliveira que examinasse as reais causas que haviam levado a este pedido de paz.¹³⁴ Apesar da desconfiança, em julho de 1692, o governador diz ter aceito as "capitulações de obediência" e confirmou os termos do tratado.¹³⁵ Como avaliava a Coroa, o motivo do pedido de paz, apesar da "natural inconstância e ódio que esta nação tem à portuguesa, desde que seguiu as partes da flamenga", pa-

¹³² Assento das pazes com os janduí, 10/4/1692. AIU, Pernambuco, caixa 11, 43. Este assento está transcrito no Anexo 4. Veja ainda a consulta do Conselho Ultramarino, 8/1/1693 (com parecer do rei de 18 de fevereiro). AIU, Pernambuco, caixa 11; ou DH, 89:229-32.

¹³³ John Hemming, *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, p. 361.

¹³⁴ Carta, 17/4/1692. DH, 10:426-7.

¹³⁵ Carta de Câmara Coutinho ao rei, 18/7/1692. DH, 34:42; e carta de Câmara Coutinho para o capitão-mor do Rio Grande, 3/10/1692. DH, 38:293. Um dos principais cabeças que se aprisionaram na guerra do Rio Grande e que estava preso na cadeia do Recife era um tal de João Pregador, que era muito estimado dos bárbaros e "tinha grande

recia ser o medo das armas lusas ou, até, "porque esta guerra contínua enfada até os mesmos bárbaros".¹³⁶ As dúvidas que se levantaram sobre a palavra dos bárbaros foram consideradas inconvenientes pelo Conselho Ultramarino, que era do parecer que se confirmasse a dita paz.¹³⁷

A paz andava ao lado da desmobilização, e esta era estimulada pela negligência com que se viam tratadas as tropas de Matias Cardoso. Em julho de 1692, Sebastião Pimentel, capitão-mor do Rio Grande, dava conta do estado desesperado dos soldados paulistas. Em razão de certos desentendimentos com o marquês de Montebelo, Matias Cardoso eviu-se sem apoio nem armas suficientes para continuar no sertão e escreveu ao governador do Brasil pedindo licença para se recolher. Nada obstante, Câmara Coutinho resolveu animá-lo, alegando estar providenciando armas e fardamento, assim como o retorno dos paulistas que haviam fugido com o capitão-mor João Amaro Maciel Parente e se viam envoltos nas guerras dos Palmares ou zanzando pelo Ceará.¹³⁸ Uma representação da câmara de Natal, de julho 1693, considerava que "depois de oito anos" de guerra a situação era muito grave, de modo que os moradores se sentiam completamente esbulhados por não poderem mais cuidar das culturas nem das criações. O problema estava em que as tropas destacadas para protegê-los e fazer face à resistência indígena acabavam se enfatiando "pelo intratável e asperezas" da região. Assim, tão logo gastavam os mantimentos, os soldados retiravam-se às suas pátrias, "uns fugidos e outros de licença fazendo nesta [capitania] matalotagem de alguma vaca e lavoura dos pobres moradores, [e] a gente de São Paulo de quem esperavam grande efeito o fazem da mesma forma, dando desculpa de o serem mal socorridos".¹³⁹

O atraso no pagamento dos soldos quase inviabilizou o esforço de guerra, ainda mais quando o cativo era considerado injusto. No final de janeiro de 1692, por meio de seu procurador, o ajudante Manuel da

séquito". Como custava ao erário mantê-lo na cadeia, o marquês de Montebelo perguntou ao rei se não seria melhor deportá-lo para Angola, ao que o rei respondeu que se lhe enviasse para Angola onde se lhe daria uma praça de soldado "com que esse sustente, porque em qualquer outra parte que fique no Brasil, se pode dar ocasião do mesmo temor, de passar aos seus naturais e inquietar aquela conquista". Carta ao rei 5/9/1692, consulta do Conselho Ultramarino, 9/12/1692. AHU, Pernambuco, caixa 11; carta régia 18/12/1692. AHU, cód. 256, fl. 147.

¹³⁶ Carta ao capitão-mor do Rio Grande, 17/4/1692. DH, 10:425-6.

¹³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, 8/1/1693 (com parecer do rei de 18 de fevereiro). AHU, Pernambuco, caixa 11; ou DH, 89:229-32.

¹³⁸ Carta de Câmara Coutinho para Matias Cardoso, 3/10/1692. DH, 38:294-96.

¹³⁹ Representação da câmara de Natal, 29/7/1693. AHU, Rio Grande, caixa 1, 32.

Mata Coutinho, Matias Cardoso e seus capitães reivindicavam do governo-geral na Bahia o pagamento dos soldos atrasados, que não eram quitados por conta de uma proibição da Coroa que contestava os termos das patentes passadas pelo arcebispo frei Manuel da Ressurreição. Como havia ordem de que "fora os filhos da folha [isto é, os regularmente assentados] se não fizesse despesa nenhuma mais", os pagamentos extraordinários se achavam suspensos. Dada a impaciência dos seus soldados, Cardoso ameaçava ir-se para Pernambuco, onde buscaria "pessoalmente a resolução a esta praça". O marquês de Montebelo tentou pôr panos quentes, dizendo já haver enviado cartas pela frota passada, pedindo uma solução para o problema. Preocupava-se, no entanto, com o moral dos soldados; rogava a Matias Cardoso que os animasse "nos desmaios da sua desesperação".¹⁴⁰ Em julho de 1692, escreveu novamente ao rei perguntando como faria para honrar as promessas feitas por frei Manuel da Ressurreição ao "bom paulista", dado que a fazenda não tinha mais recursos.¹⁴¹ Era muito certo que antecedentes, como a "Revolta da Cachaça" (1660-61) ou a do Terço Velho de Salvador (1688), indicavam a solução negociada.¹⁴² Apenas em janeiro de 1693 o Conselho Ultramarino iria tratar desses atrasos dos pagamentos. Decidiu-se que, se a guerra fosse defensiva e seu rompimento não permitisse a consulta ao rei, pela urgência das providências cabíveis, far-se-ia

¹⁴⁰ Carta a Matias Cardoso, 29/1/1692. DH, 10:419-21 e 421-3.

¹⁴¹ Carta de Câmara Coutinho para o rei, 18/7/1692. DH, 34:41-4.

¹⁴² As dificuldades com os soldos podiam pôr em risco a disciplina militar e tornavam a concentração de soldados na cidade sempre uma situação delicada. No Rio de Janeiro, em 1660, a chamada Revolta da Cachaça, insurreição contra a fiscalidade e o governo de Salvador Correia de Sá, contou com intensa participação dos soldados em razão do atraso do pagamento dos soldos. Luciano R. de Almeida Figueiredo, *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo, 1997, p. 32. No mês de outubro de 1688, uma alteração, ou motim, ocorreu na cidade da Bahia. Cerca de trezentos soldados "se encontram na casa da pólvora, dizendo que lhe pagassem o que lhe deviam que logo tornariam para as suas bandeiras". O cabeça da alteração era um certo João da Silveira de Magalhães, que havia sido mouro e estava na Bahia servindo como soldado. Não sabemos como a crise evoluiu, mas a situação só foi contornada de fato dois anos depois quando o novo governador, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, chegou. Ele mandou prender o cabeça e o enviou para Angola com alguns dos principais da alteração. Quanto aos soldados, já tinham escapado para o sertão, tão logo souberam da chegada de Coutinho. Carta ao Rei, 16/6/1691. DH, 33:335-7; e a carta régia (inclusa), 1602/1692. DH, 33:442; Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa* (1730). São Paulo, 1976, livro 7, 58-60, p. 201. A descrição mais documentada da revolta do Terço Velho é a de Luís Monteiro da Costa, *Na Bahia Colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador, 1958, p. 111-36.

uma junta das principais pessoas do governo para ajustar "a despesa que poderia fazer e de que efeitos se havia de tirar".¹⁴³ De fato, os paulistas estavam desamparados. Em junho de 1693, os socorros prometidos a Matias Cardoso ainda não haviam sido enviados, porque não se arrumara uma sumaca capaz de levar a seco a pólvora e os ferros da Bahia.¹⁴⁴ Em uma carta do ouvidor-geral, Antônio Pereira de Berredo, consta que os paulistas que estavam a sete léguas de Natal ameaçavam largar tudo e partir para o rio São Francisco, pois não recebiam soldos, patentes, nem socorro. Matias Cardoso dizia, na visita que lhe foi feita pelo ouvidor-geral, o capitão-mor e os oficiais da Câmara, que tinha recebido apenas os 150\$000 réis da Bahia há quatro anos, nada mais.¹⁴⁵ Sebastião Pimentel acreditava que havia, então, o risco de que os paulistas, "mortos de fome", não conseguissem mais controlar a situação e de que a guerra se espalhasse para o resto do Estado do Brasil, já que estas campanhas eram abertas.¹⁴⁶

Contudo, ainda em combate, Matias Cardoso fez uma nova entrada aos índios do Ceará no 1.º de novembro de 1693. Nessa refrega, além de lhe matarem um filho, foi gravemente ferido. Nessas condições, nada de lhe matarem um filho, foi gravemente ferido. Nessas condições, nada mais aconselhava sua permanência nos sertões. Como escreveu Studart Filho, "fugindo às agruras de uma campanha que ameaçava eternizar-se, um a um o foram desamparando seus melhores auxiliares, até que, julgando-se demasiado enfraquecido para prosseguir na luta, já sem pólvora, nem balas, retirou-se o mestre-de-campo para as suas fazendas".¹⁴⁷ Para este historiador, a campanha dos paulistas, iniciada em 1690, durou até 25 abril de 1694. Sua afirmação baseia-se no genealogista Pedro Taques, que por sua vez constatou esta data em uma carta patente de um capitão que lutou junto com Matias Cardoso, Antônio Alves Figueira.¹⁴⁸ Todavia, a precisão dessa data pode ser discutida, pois em

¹⁴³ Consulta do Conselho Ultramarino, 8/1/1693. AHU, Pernambuco, caixa 11; ou DH, 89:230-2. A carta régia, nestes termos, foi expedida dia 21/2/1693, AHU, cod. 245, fls. 228-228v. Não obstante a tentativa do governador-geral, João de Lencastro, de lançar uma finta sobre os moradores, ou mesmo nos gados do sertão, ainda em 1696 o pagamento não havia sido feito. Carta de João de Lencastro ao rei, 13/7/1693. DH, 34:95-8; e carta de João de Lencastro a Matias Cardoso, 12/11/1696. DH, 38:414.

¹⁴⁴ Carta de Câmara Continho ao capitão-mor do Rio Grande, 12/6/1693. DH, 38:297.

¹⁴⁵ Carta, 3/11/1692. AHU, Rio Grande, caixa 1, 32. O que foi considerado pelo Conselho Ultramarino, consulta do Conselho Ultramarino, 23/11/1693. AHU, Rio Grande, caixa 1, 35.

¹⁴⁶ Carta de Sebastião Pimentel, 4/8/1693. AHU, Rio Grande, caixa 1, 35.

¹⁴⁷ Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 102-03.

¹⁴⁸ Trata-se da carta patente passada a Figueira com data de Santos, 5/3/1729. Pedro Taques. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo, 1980, vol. 2, p. 57.

junho de 1694 o mestre-de-campo paulista parecia ainda estar em atividade. Na ocasião, seguindo as determinações de uma carta régia de 27 de dezembro de 1693, o novo governador, João de Lencastro, ordenava a Matias Cardoso que procurasse de uma vez uma solução, fosse ela pacífica ou a guerra "com todos os meios que se possa sustentar".¹⁴⁹ É certo, no entanto, que no ano de 1695 a gente de Matias Cardoso já havia abandonado a luta no Rio Grande, deixando a capitania aos cuidados de seus moradores. Bernardo Vieira Ravasco, em carta para o conde de Alvor datada de 1695, comentava que o mestre-de-campo estava "muito velho, enfermo e incapaz" e que, como ele e seus cabos nunca receberam soldos nem as presas prometidas, acabou por desamparar a capitania.¹⁵⁰ Rumou para o São Francisco, onde estabeleceu rendosas fazendas de gados vacum e cavaleares, com as quais legou abundante patrimônio a seus herdeiros.¹⁵¹

Guerra ofensiva x guerra defensiva

Em maio de 1694, João de Lencastro tomou posse no governo-geral na Bahia. Com ordens para investigar as riquezas minerais do sertão, parecia estar interessado em encontrar uma definitiva solução para a guerra dos bárbaros e garantir assim as bases para a recuperação das capitanias ao norte de Pernambuco. Em uma carta de julho de 1694 ao capitão-mor do Rio Grande, dizia que era necessário o fim das guerras, para o que sugeria que fosse procurada a paz acima de tudo: "Porque mais serviço lhe [ao rei] fará vosmecê em contrair e perpetuar a paz com o gentio do que na extinção de todos com grandes vitórias".¹⁵² Como vimos acima, igual recomendação havia sido dada a Matias Cardoso um mês antes. Ao que parece, a postura inicial desse governador refletia a determinação da Coroa de encaminhar uma solução que contemplasse os esforços de paz intentados pelo antigo capitão-mor do Rio Grande, recentemente reeleito ao posto. De fato, quando morreu Sebastião Pimentel, Agostinho César de Andrade, de maneira extraordinária, foi novamente nomeado capitão-mor pelo governador-geral, entre outros motivos porque se imaginava que, sendo conhecido dos janduis, com quem firmara as pazes, quando soubessem de sua posse, "o tornarão a buscar para as renovarem".¹⁵³

¹⁴⁹ Carta de João de Lencastro para Matias Cardoso, 4/7/1694. DH, 38:303-5.

¹⁵⁰ DH, 84:123-7.

¹⁵¹ Pedro Taques. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo, 1980, vol. 2, p. 201.

¹⁵² Carta de João de Lencastro para o capitão-mor do Rio Grande, 24/7/1694. DH, 38:322.

¹⁵³ 6/3/1694. AHU, cód. 245, fls. 247-247v.; ou DH, 38:303-5.

Os membros do Conselho Ultramarino, tendo lido várias informações de João de Lencastro e de Caetano de Melo Castro, pensavam que realmente era importante adotar uma “definitiva solução” para o caso. Para tanto, convocaram a opinião de pessoas práticas e inteligentes na matéria para assentar o mais conveniente para que “se dê fim a essa guerra”. Uma importante decisão era que as despesas deveriam sobretudo ser feitas pela Fazenda do Estado do Brasil, donde a solução seria iniciativa exclusiva do governo-geral.¹⁵⁴ O interesse de Lencastro pelas questões militares nas capitanias do Norte estava, contudo, muito mais ligado às suas veleidades como governador-geral e às disputas de jurisdição com o governador de Pernambuco. Podemos imaginar que ambos pretendiam controlar a evolução dos acontecimentos para garantir a proeminência resultante do controle da guerra no sertão, resultado do vácuo deixado com a dissolução das tropas de Matias Cardoso. No dia 31 de junho de 1694, Lencastro havia escrito ao seu colega de Pernambuco sobre o que parecia mais conveniente para o Rio Grande, tendo sido respondido, em 2 de julho, de uma maneira um tanto ofensiva. Caetano de Melo e Castro lhe remeteu a cópia de uma carta do rei datada do dia 6 de março passado, na qual lhe “entregava os particulares do Rio Grande”. Lencastro estranhou a confusão de jurisdições. Lembrava que o título de capitão-geral que levava Caetano de Melo e Castro era apenas “*ad honorem*”, ficando com a mesma subordinação ao governo-geral que sempre tiveram os governadores daquela capitania”. Ironicamente, imaginava que poderia ter havido um “descuido” do oficial que escrevera tal carta, mas não deixaria de avisar do fato ao Conselho Ultramarino. Pois, se fosse válida tal ordem, ficaria sua autoridade completamente “liquidada” no Norte, como já estava no Sul com o governo de Antônio Pais de Sande. Com efeito, a matéria foi analisada pelo Conselho Ultramarino na consulta de 7 de dezembro de 1694, sendo que pareceu melhor aos seus membros representar ao rei “que a ordem que se passou a Caetano de Melo [Castro] não foi por se privar ao governador da Bahia da sua jurisdição, senão por se adiantar o remédio à guerra do Rio Grande, que como de mais perto poderia acudir com aquelas disposições e meios”. Com o acordo do rei, reafirmou-se, então, por meio de cartas e o mais necessário, que Lencastro era superior de Melo e Castro no tocante aos negócios militares.¹⁵⁵ De fato, com

¹⁵⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, 15/11/1694. AHU, cód. 252, fls. 178-178v.; ou *DH*, 89:263-5.

¹⁵⁵ O “está bem” do rei é de 17/12/1694, consulta do Conselho Ultramarino, 7/12/1694. AHU, cód. 252, fls. 179-179v.; ou *DH*, 89:266-8.

alguma confusão nessas datas (pois o acordo do rei está assinado em 12 de dezembro), as cartas nesse sentido, ordenando que se seguissem as disposições de Lencastro, já haviam partido para o governador de Pernambuco, o capitão-mor do Rio Grande e a Câmara do Rio Grande no dia 3 de dezembro.¹⁵⁶

Nesse contexto de arrefecimento da rebelião dos tapuias, ganhava força a idéia de que era necessário um esforço de repovoamento e de estabelecimento de uma ocupação mais perene nas regiões de fronteira. E a idéia vinha de longe. Em carta de outubro de 1692, Câmara Coutinho punha-se de acordo com o plano de Matias Cardoso de se povoar o Açu e propunha que houvesse aldeias ou estâncias de índios em forma de arraiais, principalmente “para a oposição aos bárbaros e dos tapuias silvas que se rebelaram”. Para este efeito, ordenou ao marquês de Montebelo, governador de Pernambuco, que mandasse vir do Ceará o capitão Francisco Pinheiro, com a obrigação de trazer seus parentes e outros índios para aquela fronteira. Além disso, todos os índios que houvesse com o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho deveriam ser restituídos para as capitanias de Pernambuco e Paraíba.¹⁵⁷ Confirmando essa determinação, em março de 1694, uma carta régia ordenava que no Açu, Jaguaribe e Piranhas fossem postas seis aldeias de índios, duas em cada um destes sertões, com cem casais cada e com vinte soldados pagos e seu cabo.¹⁵⁸ Para formar as seis novas aldeias, deveriam concorrer as câmaras e capitães-mores de Pernambuco, pois a Fazenda Real não podia gastar mais nada de seu rendimento. A importância dessas aldeias era destacada em um arrazoado de Lencastro ao

¹⁵⁶ AHU, cód. 256, fl. 186v-187. Por outros motivos, mas de modo revelador dos ânimos, em novembro de 1696, Lencastro repreendera duramente Caetano de Melo de Castro dizendo que o Rio Grande devia obediência diretamente à Bahia, e estava fora da sua jurisdição, conforme queria o rei na carta régia. A resposta agastada do governador de Pernambuco explicava que então ele não tinha nada que ver com o Rio Grande e que, portanto, nada faria em seu proveito. Lencastro teve de censurá-lo duramente chamado-o, em longa carta, ao cumprimento de sua subordinação à Bahia. Cartas de 26/11/1695 e 18/2/1696. *DH*, 38:377 e 387-91.

¹⁵⁷ Carta de João de Lencastro para o capitão-mor do Rio Grande, 3/10/1692. *DH*, 38:292. Em novembro de 1692, o conselho tomou conhecimento do “miserável estado em que se encontram as praças e capitanias do Brasil” assim com das extorsões e ruínas decorrentes dos assaltos repetidos dos bárbaros. Sebastião Pimentel havia representado que se achava sem munições e a artilharia da fortaleza sem poder de fogo e desmontada, ao que se determinava que deveria se lhe enviar socorro por meio dos governadores das capitanias. Consulta do Conselho Ultramarino, 23/11/1693. AHU, cód. 252, fls. 170v-1; ou *DH*, 89:242-4.

¹⁵⁸ AHU, cód. 245, fls. 247-247v.; ou *DH*, 38:303-5.

governador de Pernambuco. De um lado, havia uma "razão militar": uma linha de aldeias amigas seria importante para a defesa das fronteiras do norte das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. De outro, o sistema econômico das grandes lavouras dependia, em certo sentido, do fluxo de animais dos sertões pernambucanos. Segundo João de Lencastro, "dos gados do Rio Grande se sustentam geralmente os povos desta capitania e das duas outras; que de sua carne resulta o imposto que se paga para a infantaria; e de seu serviço a permanência de todos os engenhos e canaviais em Pernambuco; e que dos açúcares que neles se lavram dependem a carga das frotas e o comércio mercantil, sem o que não se pode conservar esta praça".¹⁵⁹ Além desse "cordão defensivo", imaginou-se que o povoamento poderia reconstruir a economia local e garantir a segurança. Em fevereiro de 1694, o rei determinou que fossem doadas as terras fronteiras dos índios às pessoas interessadas em povoá-las e cultivá-las "para que também com estas povoações se ajude a defender da invasão dos contrários".¹⁶⁰

Os moradores do Rio Grande haviam formulado de maneira extensa essa nova estratégia para a guerra dos bárbaros em uma petição ao rei, escrita no ano de 1694, que foi analisada no Conselho Ultramarino apenas em fevereiro do ano seguinte. Nela, os moradores reunidos louvavam as qualidades da capitania, uma das "melhores que Vossa Majestade tem nas partes da América", porque ela é enorme, tem "sal criado por natureza" e "produz tão grande abundância de gados e tão fertilíssimos pastos tão largos que podem dar carnes para todo o Brasil e todas as matalotagens dos navios do comércio deles e coiramas para este reino, e ainda achando-se certo terem-se destruído com este levante do gentio tapuia mais de 900 mil [sic] cabeças de gado está suprimindo as capitanias de Pernambuco e Paraíba com carnes e boiadas para manejo dos engenhos e carros dos lavradores". Falavam também do pescado, na costa e nas lagoas, das plantações de farinhas e legumes, dos sustentos agrestes e da possibilidade de se fazerem engenhos de açúcar. Isso não fosse o gentio rebelado, cujos assaltos eram impossíveis de resistir, pois ele

"... é de corso sem ter casas nem assento e só donde anoitece dormem no campo como animais que são e como tais é o seu sustento,

¹⁵⁹ Carta de João de Lencastro para o governador de Pernambuco, 5/6/1694. *DH*, 38: 311-2.

¹⁶⁰ Consulta do Conselho Ultramarino. *DH*, 89:248-9.

toda imundice de cobras e mais bichos peçonhentos e raízes de paus e ainda que com poder de armas se queira conquistar é coisa impossível por esta causa e andarem dessa sorte sempre de levante, além de serem muitos, em quantidade de diversas nações e os conquistadores com armas, mochilas de mantimento e água às costas, desta sorte atrás deles pelos sertões, lhes não podem fazer dano nenhum. E eles com os assaltos muito grandes como têm feito e fazem e largando-se por esta causa a dita capitania, como é fronteira as [de] mais, encorpar-se-á o dito gentio e não poderá moer engenho nenhum da Paraíba nem dos sertões de Pernambuco."

A única alternativa para poupar o dispêndio da Coroa, do ponto de vista dos moradores, era impedir o gentio, "indo o Camarão [a tropa de índios de Pernambuco], que está comendo soldo [isto é, encostada na folha de pagamentos], aposentar-se no Açú com a sua gente e mulheres e fazerem na dita paragem um arraial". Poderiam plantar mantimentos no Ceará, onde estavam mais de mil arcos de guerra, ou seja, mais de mil índios guerreiros. Duzentos ou cem casais poderiam ser enviados para o "Geguaribe" (Jaguaribe) fazer outro arraial, "na mesma forma das aldeias mansas que tem a capitania da Paraíba", e outros duzentos ou cem casais para as Piranhas. Além disso, imaginavam que era possível recrutar cem ou duzentos índios com cem moradores no Rio Grande para formar duas bandeiras, cada uma com seu cabo e mais oficiais que lhes fossem necessários, os quais, cortando o sertão por cima andariam incorporados fazendo saídas de um arraial para outro. Desta sorte, tais arraiais poderiam prover-se de mantimentos e assim se bloquearia o trânsito dos índios de maneira que "não possam dos sertões de cima virem valer-se dos sertões de baixo, na beira-mar, nem virem a aproveitar as frutas e mantimentos dos tempos em que em cima lhes faltam".¹⁶¹ Com se percebe, os moradores circunstanciavam a proposta das "seis aldeias" e não mencionavam sequer a necessidade dos paulistas.

Contudo, essa estratégia, que parecia do agrado do Conselho Ultramarino, tinha opositores. Entre eles, o irmão do padre Antônio Vieira e secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, que também era proprietário de terras e currais no Itapicuru, no São Francisco, e no Rio Grande, entre o rio Perogi e o Corotão.¹⁶² Em uma carta para o con-

¹⁶¹ Petição dos moradores da capitania do Rio Grande, vista no Conselho Ultramarino em 28/2/1695. *DH*, 84:120-2.

¹⁶² O padre Antônio Vieira e Bernardo Vieira Ravasco eram filhos de Cristóvão Vieira, que veio do reino para Salvador como escrivão dos agravos e apelações, na ocasião da

de de Alvor,¹⁶³ presidente do Conselho Ultramarino, datada de 5 de agosto de 1694, Ravasco arrolava argumentos contra esta tese do “cordão de aldeias” para proteger as capitânicas do Norte. Deduzia que as aldeias seriam inviáveis, pois ninguém havia calculado que “uma aldeia de duzentos casais contém, com a família, seiscentas bocas” e que, dada “a inconstância e impaciência natural dos índios, no mesmo ponto que lhes faltar o comer hão de desamparar as aldeias”. Dessa maneira, segundo sua opinião, não haveria Fazenda Real que sustentasse essas aldeias, e mesmo que houvesse farinha suficiente seria muito difícil entregá-la, seja pela distância, seja pelo fato de que os índios sempre andavam com as mulheres e crianças para não as deixarem expostas aos bárbaros. Por fim, como era conhecido de todos, “em nenhum desses sertões podem estas aldeias plantar provimentos porque tudo são campos improdúzeis de mandioca e só excelentes para gado”. Argumentava, também, com as atividades dos bárbaros, que, apesar da paz com o Canindé, não haviam cessado. Como as aldeias distariam da cidade do Rio Grande (Natal) entre 35 e 50 léguas, nada de fato impediria aos bárbaros livremente circular e vir assaltar a cidade. Ravasco sentenciava: era notório que “a cultura da terra não impede os bárbaros”. Todos aqueles que haviam pedido terras em sesmaria tinham interesse em tratar das pazes com os índios só pelo pretexto de ficar com elas. Para o secretário, seria mesmo impossível que os bárbaros aceitassem as pazes, pois se lhes oferecia algo que já possuíam, os seja, as “terras fronteiras de que eles são senhores assim pelas suas setas como pela natureza”.¹⁶⁴

Por trás desta arenga, estava, sem dúvida, a idéia de que a solução seria chamar novamente os paulistas. Não havia o sargento-mor do terço de Matias Cardoso, Manuel Álvares de Moraes Navarro, escrito neste mesmo ano um “Discurso sobre os inconvenientes que tem a infor-

primeira criação da Relação da Bahia, em 1609. Ravasco, além de possuir o cargo de secretário do Estado e Guerra do Brasil, era também fidalgo da casa de Sua Majestade e alcaide-mor da capitania de Cabo Frio. Como secretário do Estado do Brasil — desde 63, pelo menos, até a sua morte em 1697 — Ravasco tinha enormes poderes, pois controlava não somente a memória das decisões tomadas, e suas implicações na gestão presente, mas também todos os procedimentos peculiares da administração. Quando morreu, dois dias depois de seu irmão, deixou o ofício para seu filho, Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque.

¹⁶³ Francisco de Távora, primeiro conde de Alvor, havia sido governador em Angola (1677-1680) e governador do Estado da Índia (1681-1686). Experiente em assuntos do ultramar, desde 1693 exercia a função de presidente do Conselho Ultramarino.

¹⁶⁴ Carta de Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor, 5/8/1694. *DH*, 84:123-7.

mação que se deu a Sua Majestade para mandar pôr nas Piranhas e Açú seis aldeias”? De maneira orquestrada, este bandeirante queria amedrontar o rei alegando que, assim que fossem acertadas as pazes com os tapuias, estes as negaceariam “com qualquer navio estrangeiro que vier àquela costa, pois tanto suspiram pelos holandeses, e é certo [que] se qualquer inimigo lhes desse armas de fogo, só eles bastavam para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas”. Sua sugestão era “trazerem naquela campanha ao menos 400 homens de armas paulistas e o *cabo prático daquela campanha*”, isto é, ele mesmo. Com uma infantaria bem provida, esta tropa assistiria na campanha “efetivamente dando-lhes [aos tapuias] guerra a fogo vivo derrotando-os com as armas, a fome e a sede, para que vendo-se impossibilitados e conhecendo a sua total ruína se provoquem a pedir paz e concederem-se-lhe com condição de os postar fora da terra”.¹⁶⁵ Como veremos, sua candidatura era promissora.

Em suma, duas possibilidades se apresentavam para uma “definitiva solução” da guerra no Rio Grande: ou a paz com os índios, que seria garantida pelo povoamento do sertão — fosse com este “cordão de aldeias”, fosse pelo incentivo a novos moradores —, ou a guerra continuada, estruturada em novas e mais poderosas bases militares. A primeira estratégia, como estávamos vendo, fora considerada no Conselho Ultramarino e resultara em uma série de ordens régias. Ravasco denunciava a impossibilidade material de sua execução e revelava que o interesse que a motivava era a posse da terra. Com efeito, os moradores que defendiam tal estratégia almejavam tomar para si as terras dos sertões e preocupavam-se com a interferência do governo-geral ou, por outro lado, como atuais proprietários de sesmarias ainda não ocupadas, temiam a possibilidade de que um novo terço de paulistas fosse contratado sob a promessa das terras a serem conquistadas, como o fora o de Domingos Jorge Velho. Para tanto, estavam dispostos a “patrocinar” a ocupação e pacificação do sertão, financiando a construção de um presidio. Por outro lado, a arenga do secretário do Estado do Brasil, como se percebe, embasava um outro partido, disposto a patrocinar a guerra e controlar os dispositivos militares a serem mobilizados. Este partido “baiano” (e pró-paulista) pretendia influir, dessa maneira, na política fechada das capitânicas anexas à de Pernambuco, dominadas pela no-

¹⁶⁵ Discurso sobre os inconvenientes. . . etc., c.1694. APEB, Livro 4.º de ordens régias, 1694-95, fl. 76-9. Apud: Afonso de E. Taunay. “A Guerra dos Bárbaros”. *RAM*, 22:143-51, 1936.

breza da terra.¹⁶⁶ Ainda na citada carta ao conde de Alvor, Ravasco pregava que a guerra do Rio Grande não deveria “ser defensiva com as três aldeias”, pois “a guerra defensiva não consiste nela, senão na ofensiva que se há de fazer os bárbaros e nesta é que há de haver a permanência até os desbaratar e extinguir de todo”. Bom exemplo era a Bahia, onde, depois de Cairu e o Recôncavo haverem padecido “40 anos de guerra defensiva”, os tapuias foram derrotados somente com a vinda dos paulistas, “indo a conquistá-los mais de 100 léguas dentro de suas aldeias”. Acreditava que

“... para se fazer a guerra é o único meio andar perpetuamente na campanha um corpo de 600 homens de armas, dos quais sejam 100 brancos e 500 índios expeditos, dos quais hão de ser 70 paulistas e 40 mulatos e mamelucos, que se podem tirar ao presidio de Pernambuco, com um mestre-de-campo, um capitão-mor, um sargento-mor e oito capitães. E que este mestre-de-campo tenha jurisdição sobre as aldeias do Ceará, Paraíba, Pernambuco e rio São Francisco para de todas tirar, revezadamente, os índios bem armados e de maior valor que lhes parecer e escolhidos os mais fáceis de achar, [do] que casais com família que fazem número de mil e oitocentas almas [isto é, na proposta da formação das aldeias], e que de São Paulo se mande vir por mar um capitão-mor com 100 índios e 20 brancos com dois capitães”.¹⁶⁷

Para o sucesso deste empreendimento era necessário pagar os soldos dos paulistas, além de fardas e pano de algodão, assim como “resgates para índios de armas, sejam cativos os prisioneiros que tomarem”. Quanto às terras, que fossem dadas a eles apenas as que conquistassem, e não para outros que “só com a sua informação as pretendem”. O cativo dos índios deveria ser autorizado, pois essa era uma condição para

¹⁶⁶ Sobre a “nobreza da terra”, principalmente no período *post bellum*, veja o capítulo 5, “A metamorfose da açucarocracia”, de Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio*. Rio de Janeiro, 1986, p. 151-93.

¹⁶⁷ Carta de Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor de 5/8/1694. *DH*, 84:123-7. Taunay confundiu as histórias. Para o historiador das bandeiras, o secretário teria sido autor da sugestão de se trazerem os paulistas feita ao arcebispo em 1688. Para tanto, se baseava em uma certidão que dizia haver na coleção Lamego do IEB. Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950, vol. 6, p. 343. Na verdade, como estamos vendo, Ravasco teve importante papel na definição da estratégia ofensiva baseada nos paulistas, mas apenas neste momento posterior ao fracasso da expedição de Matias Cardoso.

atraí-los ao Rio Grande. Ravasco, com certa insolência, lembrava o presidente do Conselho Ultramarino que a lei de 1611 mandava expressamente cativar os gentios que fizessem guerra aos portugueses e esta determinação continuava válida, apesar de o próprio d. Pedro II achar que não. Não havia ele estudado todas as cópias de cartas que havia na secretaria do governo e constatado que em “nenhuma consta que derogou a tal lei por mais que a Sua Majestade se tenha informado o contrário”?¹⁶⁸ O caso exemplifica a certa arrogância típica da burocracia letrada, cujo ponto de vista “técnico” (ou os seus próprios pontos de vista políticos) conferia-lhe mesmo um sentimento de certa autonomia em relação à vontade do soberano.¹⁶⁹

A carta enviada ao presidente do Conselho Ultramarino surtiu o efeito desejado. Reunidos em 2 de março de 1695, seus membros definiram com mais apuro a estratégia a ser seguida. Ponderaram que “seria muito conveniente fiar Sua Majestade esta empresa deles [paulistas] por ser [gente de] grande valor, e muito prática na que se faz nos sertões e mui sofredora do trabalho e costumada a vencer esses inimigos com que guerreiam sempre”, e que se ordenasse ao governador da Bahia que fosse aplicada a lei de 1611, ou seja, que fossem feitos cativos os ditos bárbaros, “por ser menos mal que eles percam a liberdade do que os expor a que os paulistas passem os rendidos ao fio da espada como costumam obrar quando se não podem aprisionar deles para o seu serviço e conveniência, e por este modo se lhes pode atalhar esta violência”. O que se devia fazer com brevidade, porque se entendia que os ditos rebelados, perseguidos pelas armas portuguesas, poderiam se refugiar na serra de “Goapaba” (Ibiapaba), no Maranhão. O rei concordou no mesmo dia, dizendo que se devia mandar vir os ditos paulistas, “sem que se divirtam [atrapalhe] os que estão nos Palmares”.¹⁷⁰ Uma carta régia, assinada em 10 de março de 1695, ordenava que o governador-geral levantasse um terço de paulistas, com soldos pagos e postos regulares de infantaria, para a guerra aos bárbaros do Rio Grande.¹⁷¹

Convertido às opiniões de seu secretário e ciente dessas novas decisões de Lisboa, era provavelmente com certo prazer que Lencastro escrevia ao governador Melo de Castro no dia 20 maio de 1695, para lhe contar que recebera ordens de que o intento do rei era “dar-se fim a esta

¹⁶⁸ Carta de Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor, 5/8/1694. *DH*, 84:123-7.

¹⁶⁹ Cf. António Manoel Hespanha. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal séculos XVI-XVIII*. Lisboa, 1986, p. 292.

¹⁷⁰ Consulta do Conselho Ultramarino, 1.º/3/1695. AHU, cód. 252, fls. 182v-3v.

¹⁷¹ Carta régia ao governador-geral, 10/3/1695. *DH*, 11:252-4.

guerra, e deixar à minha disposição a forma que parecer mais regular de se conseguir". Segundo ele, tudo dependia da "gente que há de fazer, e do cabedal com que se há de conservar". Mudando de posição, como vimos, conta que estava decido a "emprender a guerra ofensiva, que é o único remédio que tem a segurança da capitania do Rio Grande". No entanto, via-se em dificuldades para obter os recursos necessários a uma nova expedição de paulistas. Enquanto tardasse uma solução, ordenou ao capitão-mor do Ceará, Fernão Carrilho, que se metesse com os índios de sua capitania na fronteira do Jaguaribe, alternando-os com de outras aldeias porque não levavam família. Para o Açú, enviou os cem homens que sobravam do terço do Henrique Dias. Quanto às Piranhas, o experiente capitão-mor, algoz que fora dos Palmares, informava que, como lá não havia bárbaros, não se fazia necessária nenhuma providência.¹⁷² Não obstante, o governador havia recebido petições de curraleiros do Pinhancó que davam conta de hostilidades de tapuias que haviam matado mais de doze moradores e roubado gados. Assim, deveria prover os postos do principal da aldeia das Piranhas, que chamavam Manganguape, com um cabo e vinte homens de confiança de Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mor das Piranhas, Cariris e Pinhancó. Não só para a segurança daquelas capitanias, mas "pela do novo caminho que se abriu do Estado do Maranhão até esta praça, como Sua Majestade mandou: pois se não se desimpedir dos bárbaros, não se poderá frequentar por ele a comunicação entre os dois Estados".¹⁷³

Contudo, os moradores do Rio Grande, associados à açucaroocracia pernambucana, não desistiam de sua estratégia. Em meados do ano de 1695, os partidários de uma solução pacífica ganharam um importante aliado, quando um integrante da "nobreza da terra", Bernardo Vieira de Melo, assumiu, junto com o posto de capitão-mor do Rio Grande, a liderança dos interesses da elite local. O futuro campeão da "Guerra dos Mascates", que oporia mazombos e reinóis no Recife em 1711, era então herói da Guerra dos Palmares, havendo comandado a expedição final que aniquilara o quilombo, ganhando como prêmio este seu novo posto.¹⁷⁴ Vinha substituir Agostinho César de Andrade, que com já foi dito acima, fora indicado como capitão-mor por medida extraordinária de João de

¹⁷² Carta do governador-geral ao governador de Pernambuco, 20/5/1695. *DH*, 38:331-4.

¹⁷³ Carta de João de Lencastro para o capitão-mor da Paraíba, 21/5/1695. *DH*, 38:337-8. Em carta ao Teodósio de Oliveira Ledo, de 31 de maio de 1695, ficamos sabendo que ele tinha trinta ou quarenta espingardas para armar a dita aldeia, cuja nação era da sua confiança. *DH*, 38:341.

¹⁷⁴ Natural de Ipojuca, capitania de Pernambuco, era filho de Bernardo Vieira de Melo e

Lencastro. Caso raro na prática concelhia, sua nomeação contrariava completamente a vontade dos membros do Conselho Ultramarino. Na sessão do dia 11 de dezembro de 1694, os doutores José de Freitas Serrão e João de Sepúlveda Matos, assim como Bernardim Freire de Andrade e Tristão Guedes preferiram confirmar a decisão do governador-geral, indicando Agostinho César de Andrade como primeiro voto, e deixando a candidatura de Bernardo Vieira de Melo em último lugar; já o conde de Alvor preferia Valentim Tavares Cabral, mas igualmente tinha Melo como última opção. E, contudo, o despacho real de 20/12/1694, nomeou o capitão de Igarau para enfrentar a crise no Rio Grande.¹⁷⁵

Não são comuns os processos de escolha dos capitães-mores que não resultassem de decisões consensuais. Prerrogativa do Conselho Ultramarino, a indicação dos lugares-tenentes para as capitanias que eram propriedade da coroa passava pela análise das folhas de serviço (comprovadas por declarações anexas) dos candidatos que se apresentassem e pela proposição, em uma consulta ao rei, da uma lista classificada. O preferido, geralmente, era sempre o escolhido. A decisão de d. Pedro talvez tenha sido motivada justamente pela discussão no Conselho e pela falta de consenso. Poderia haver também um desejo de favorecer aos pernambucanos, reivindicando antiga, e ao mesmo tempo fortalecer um grupo que pudesse mitigar o poder do governador-geral: *divide et impera*. Nem vinte dias de sua posse, Bernardo Vieira de Melo começaria a implementar uma política para a guerra do Açú contrária a que vinha sendo proposta pelo Conselho Ultramarino e implementada pelo

neto de Antônio Vieira de Melo. Em 1675, fora nomeado capitão de infantaria da ordenança da gente solteira do rio Capibaribe (carta patente 12/1/1675). Filho de pais e avós "de conhecida nobreza e limpos de sangue", lutou nos Palmares (certidão 29/11/1686). Em 1686, era capitão-mor da companhia de cavalos da freguesia da Vargem (carta patente 19/12/1686). Em 1689, tenente-coronel da infantaria da ordenança de Pernambuco (carta patente 9/8/1689), quando lutou contra os guergues levantados, indo ao "Limite do Sapato", perto do Ararobá, onde tinham terras e gado os padres da Congregação do Oratório. Em 1690, era juiz ordinário da vila de Igarau (certidão 8/5/1690) e, em 1691, capitão-mor da vila de Igarau (carta 5/7/1691). Em razão de seus serviços no combate aos negros dos Palmares, foi premiado com o posto de capitão-mor do Rio Grande (29/7/1695-15/8/1701). Papéis de Bernardo Vieira de Melo apresentados em 1728. AHU, Rio Grande, caixa 1, 66. Veja também o, um pouco elogioso, artigo de Tarcísio Medeiros, "Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos bárbaros". *RIHGRN*, 59-61:25-51, 1967-69; e Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 285-6.

¹⁷⁵ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande, com votos declarados, 11/12/1694. In: Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares*. São Paulo, 1938, p. 222-32.

governo-geral. Com efeito, à revelia das decisões do Conselho Ultramarino, o novo capitão-mor do Rio Grande convocou, no dia 16 de julho de 1695, a câmara e todos os moradores “de mais suposição” para decidir o que era mais conveniente para a segurança e aumento das povoações tão duramente atingidas pelo levante dos índios. Na ocasião, leu as cartas que o rei enviara, particularmente a de 3 de dezembro do ano passado, em que se concluía pela necessidade de uma solução definitiva. Interpretando um tanto livremente essa resolução, insistiu com os presentes que era vontade expressa do rei que se buscasse uma solução pacífica, com o que concordava e muito, pois, como disse na ocasião, “tinha mostrado a experiência os impossíveis que havia para extinguir os bárbaros [e] só por meio da paz podia haver quietação”. Para favorecer sua interpretação da ordem régia, noticiou, então, a paz que o capitão-mor do Ceará acabara de fazer com os índios paiacus e a “destruição que estes [agora aliados] fizeram aos icós lá no interior do sertão”, de modo que o gado podia fluir sossegado do Ceará para o Rio Grande. Os paiacus de fato haviam feito um acordo de paz, donde se imaginava a necessidade de aldeá-los para a defesa do caminho do Ceará. Ocupando as margens da lagoa de Apodi (perto do atual município de Apodi), ao sul da chapada, esses tapuias controlavam uma região essencial para a condução dos gados do Ceará para Pernambuco ou Bahia. Concordando em fazer as pazes, os moradores, reunidos em 1695, temiam ainda a instabilidade dos tapuias, tendo decidido que o melhor era fazer na ribeira do Açu um presídio, “com gente que pudesse reprimir qualquer impulso dos bárbaros”, o qual se comprometiam a sustentar com farinhas por seis meses.¹⁷⁶

Entre fevereiro e março de 1696, ousando a empresa, Bernardo Vieira de Melo e seu comparsa, Afonso de Albuquerque Maranhão, que havia sido feito “capitão-mor das entradas do sertão”, se meteram nos matos com 36 soldados dos henriques, enviados pelo governador de Pernambuco, e vinte criminosos voluntários, em razão do perdão que se publicara.¹⁷⁷ Foram ter com o Canindé, rei dos janduís, que se encontrava junto com os seus aldeado num lugar chamado das Guaraíras — antiga aldeia potiguar localizada na beira da lagoa do mesmo nome —, assisti-

¹⁷⁶ Termo, 16/7/1695, e carta de Bernardo Vieira de Melo ao rei, 25/4/1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 40. Veja também, Fátima Martins Lopes. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Recife, 1999, p. 151-2.

¹⁷⁷ Este posto fora ocupado anteriormente pelo falecido Manuel de Abreu Soares. Carta Patente passada por Bernardo Vieira de Melo ao capitão-mor das Entradas do Sertão, 30/12/1695. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 65v; bando de Bernardo Vieira de Melo e do

do pelo jesuíta Sebastião Figueiredo. Segundo o relato de Vieira, como haviam sido postos ali pelos missionários junto com alguns tupis, haviam ficado muito insatisfeitos, porque estes tapuias tinham aversão aos caboclos. De tal maneira, que dois deles haviam levantado sítio e fugido “para as brenhas onde habitavam”. Vieira conta que conversou com os índios, dizendo que podiam escolher o sítio que quisessem. Eles ficaram “tão satisfeitos”, que o Canindé mandou prender os desertores e, “chegando a sua presença, mandou de improviso matar ao que achou mais culpado, mandando-me logo dar parte que assim o fizera para exemplo dos mais, sendo esta ação entre eles tão desusada que se não viu ainda neste bárbaros coisa semelhante”.¹⁷⁸ Acompanhado do Canindé e de alguns desses tapuias, a tropa do capitão-mor se pôs em marcha para chegar quatro meses passados ao lugar do futuro presídio, na ribeira do Açu. Segundo o seu relato,

“... um campo tão plano que o regam três rios, que pelas margens dele correm tão copiosos que o que no verão é delicioso e agradável à vista se reduz no inverno a um mar que nove dias contínuos andei em balsas vadiando-os sempre acautelado, por reconhecer nos bárbaros grande indícios de me quererem acometer, e dando as águas uma pequena suspensão cheguei ao lugar que se elegeu mais conveniente para se formar o presídio a que dei princípio no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja invocação lhe ficou. Mas, cresceram tão copiosamente os rios, que me suspenderam poder continuar a obra e estive em sítio passante de 40 dias em os quais nos sustentamos de frutas agrestes por se nos acabar a farinha e não poder chegar um barco em que mandei conduzir e a que havia de ficar no presídio, e por essa falta padeci e toda a tropa grandes doenças,¹⁷⁹ sendo eu o que estive com mais evidente risco. E disposto tudo na melhor forma que pude, deixando o gentio todo sossegado, os moradores satisfeitos já com passante de 40 cabeças de gado-situadas que as desceram da capitania do Ceará. Donde estavam reclusas, pelo impedimento que lhe fazia, a rebelião dos bárbaros, me recolhi para esta cidade”.¹⁸⁰

ouvidor da comarca, Cristóvão Soares Reimão, 6/1/1696. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 67-67v.

¹⁷⁸ Papel de Bernardo Vieira de Melo, 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 40, ponto 5.

¹⁷⁹ Doenças “que causavam um geral catarro e cursos de sangue”; explicação na certidão assinada pelo moradores do Açu, 25/4/1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 66.

¹⁸⁰ O capitão Teodósio da Rocha ficou no governo do presídio. Papel de Bernardo Vieira de Melo, 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 40, pontos 1 e 2; veja também a carta dos

Na imagem do capitão-mor, a rebelião dos bárbaros — tal como as águas do Açu que transbordaram, tudo alagando e trazendo embaraços à presença dos conquistadores — encontrava-se agora reclusa. Nesse sentido, desejoso de afastar as iniciativas do governador-geral, Bernardo Vieira de Melo lhe havia escrito, antes mesmo desta sua expedição, em junho de 1695, para dizer que “esses sertões” estavam “limpos de tapuios”, donde se fazia desnecessária sua intervenção.¹⁸¹ Sua iniciativa era, claramente, contrária à articulada na Bahia e indicava, desde já, a rota que o levaria a uma colisão com o terço de paulistas que Lencastro tratava de criar, como veremos no próximo capítulo. Incansável em tentar dissuadir o rei de levantar um terço de paulistas em seu quintal, o capitão-mor enfileirava argumentos. No final de abril de 1697, certamente visando reverter a opinião do Conselho Ultramarino, um papel de sua lavra sobre a situação da capitania relatava suas atividades e ponderava, detalhadamente, várias providências que julgava necessárias para um melhor governo. Para ele, os bárbaros eram de “uma imensidade tão grande que se tiverem o ânimo e disposição, conforme as forças e quantidade, será impossível conquistarem-se”. No entanto, uma vez que seu modo de “acometer não é mais que o de rapina”, “qualquer tropa nos sendo bem ordenada basta para intimidá-los”. Reeditando a proposta dos cordões de aldeias, mas desta vez considerando a conservação dos presídios, o capitão-mor dizia que todos os gastos da Fazenda Real e todas as “intoleráveis importunações e demasias” sofridas pelos moradores para a conservação da paz com os bárbaros poderiam ser evitadas se os presídios do Açu, Piranhas e Jaguaribe fossem devidamente conservados.¹⁸²

Juntamente com esse papel, o capitão-mor do Rio Grande encaminhou cópias de *dois tratados de paz* feitos com tapuias de sua capitania,

oficiais da câmara de Natal ao rei, 24/4/1696. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 74-74v. O rei agradeceu esses trabalhos da jornada ao Açu em uma carta de 15/1/1698. AHU, cód. 246, fl. 60v.

¹⁸¹ Carta de João de Lencastro para o governador da Paraíba, 2/9/1695. DH, 38:372. Em maio de 1697, o governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, confirmava a notícia do capitão-mor, contando que o “levantamento do gentio se achava sossegado”, tanto no presídio do Ceará como no Açu, e que se haviam “passado para os seus distritos muitos moradores e acrescentado novos currais e que neles se necessitava de sacerdotes”. Carta régia ao governador de Pernambuco, novembro de 1697. RHGRN, 10:126-8. A decisão do rei baseou-se no parecer do Conselho Ultramarino. Consulta do Conselho Ultramarino, 21/8/1697 (carta inclusa do governador de Pernambuco, 14/5/1697). AHU, cód. 265, fls. 117-117v.

¹⁸² Papel de Bernardo Vieira de Melo, c. abril de 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 42, ponto 18.

documentos que comprovariam o acerto de sua estratégia e, dessa maneira, desautorizariam as iniciativas de erguer um novo terço de paulistas. Em razão desse contexto, o historiador não pode deixar de considerar que tais diplomas tenham sido feitos *ad hoc*, talvez mesmo na própria “casa de morada do capitão-mor”, como ambos iniciam. Com efeito, tanto a “retificação da paz feita com os tapuias janduis da ribeira do Açu”, datada de 20 de setembro de 1695, como o “tratado de paz feito com os tapuias ariús pequenos”, datado de 20 de março de 1697, apresentam redação idêntica (ver Anexo 4).¹⁸³ Como se sabe, não restaram muitos desses tratados na documentação do período. Com exceção da referência feita à paz de 1692 com os janduis e do “protesto de fidelidade” de 1702 (de que tratarei mais à frente), não tenho conhecimento de nenhum outro documento parecido. Dessa maneira, é difícil estabelecer se havia algum procedimento protocolar na sua redação que justificasse a cópia exata dos termos nesses diplomas. De toda maneira, isso é incerto. Bem mais simples será supor, não uma fraude aberta, mas um *exagero*. Não é impossível imaginar que o capitão-mor de fato firmou paz com os ariús pequenos e retificou a paz com os janduis da ribeira do Açu, representados na figura do principal Taya Açu. Contudo, afogado na própria aversão que lhe causava a chegada iminente dos intrusos paulistas, quis conferir certa solenidade a um acordo mezinho e rotineiro, cuja imponência lhe interessava. Afinal, diferentemente do tratado feito com o Canindé, que com efeito representava um conjunto de várias tribos, estes papéis traduziam os arreglos resultantes da rendição de grupos quase que isolados de tapuias. Nesse sentido, ao que consta, foram vistos com desdém pela Coroa, que já pusera em marcha, desta vez em versão ampliada, a máquina de guerra paulista.

O terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro

Para comandar o “novo terço” do Açu, foi escolhido o sargento-mor do terço de Matias Cardoso, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Feito mestre-de-campo, segundo a carta patente de 25 de maio de 1696, era certamente a pessoa mais indicada para o posto, pois tinha já grande

¹⁸³ O fato de o mesmo escrivão, Manuel Eusébio da Costa, haver transladado ambos os assentos no livro de registros da secretaria do governo do Rio Grande não explica a semelhança. Cópia do tratado de paz feita com os tapuias ariús pequenos, 20/3/1697, e cópia da retificação da paz feita com os tapuias janduis da Ribeira do Açu, 20/9/1695. AHU, Rio Grande, caixa 1, 40.

experiência na Guerra do Açu.¹⁸⁴ Não obstante, Navarro parecia postergar sua entrada em ação. Antes de partir para o Rio Grande, ele tinha conseguido uma licença para ir a Portugal, onde rogou e recebeu certas mercês reais. Enquanto não voltava da Corte, seu irmão, José de Moraes Navarro, que era capitão-mor de uma das companhias, ficara em São Paulo ajudando a levantar o terço.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Carta patente, 25/5/1696. AHU, Rio Grande, caixa 1, 60. Natural de São Paulo, filho de Manuel Álvares Murzelo, Navarro havia servido por cinco anos como alferes da fortaleza de Vera Cruz de Itapema, passando a capitão de infantaria da ordenança antes de ser nomeado, em 8 de abril de 1688, sargento-mor do terço de Matias Cardoso de Almeida. Nessa ocasião, fez diligências de juntar alguns paulistas e os levar por mar até a costa do Rio Grande, mas, devido a problemas com a embarcação, parou na Bahia, de onde partiu por terra, cerca de 220 léguas, levando ordens e munições necessárias ao terço dos paulistas no sertão do São Francisco. Depois disso, voltou à Bahia para tomar novas ordens com o governador-geral, frei Manuel da Ressurreição, tendo retornado ao sertão passando pela Jacobina, "caminho muito mais dilatado", levando consigo 200 índios armados de diversas nações para os entregar a Matias Cardoso. Ao total, andou 400 léguas nas guerras. Certa volta, quase se afogou no Rio Pajaú, quando uma canoa afundou. Ainda como sargento-mor, partiu com 300 homens de armas e uma tropa de 27 cavalos, formada a sua custa, lutou contra os bárbaros por "11 dias efetivos a fogo vivo até os derrotar". Continuou sua jornada padecendo muita sede e necessidade, até que se juntou com Matias Cardoso e fizeram um arraial. Passados catorze dias, foi buscar os bárbaros em seu alojamento, atacando-os. Tendo notícia que vinham atacar o arraial, se pôs com vinte homens a caminhar a noite inteira até dar de madrugada no seu alojamento e pelejar até as 9 da manhã, quando o inimigo se colocou em retirada deixando 60 prisioneiros. Navarro foi ferido por uma flecha na coxa direita. Como havia uma peste de sarampo no arraial, resolveram se retirar para 30 léguas distante do Ceará com 450 homens de armas para garantir os enfermos, onde ficaram sob a tutela de Navarro por quatro meses. Chefiou, então, vários comboios que traziam mantimentos de Pernambuco, não sem encontros com os bárbaros. Atacaram, divididos em dois troços, os bárbaros que assediavam a cidade do Rio Grande a menos de três léguas, e "degolaram todos". Sendo mandado de volta ao arraial do Açu com 200 homens, deu com eles numa "gorras emboscada" e depois os seguiu por cinco dias e noites, até lhes matar a aprisionar muitos e que decidissem fazer as pazes. Domingos Jorge Velho, que estava então no Palmares, pediu ajuda porque os soldados não paulistas haviam fugido, e Cardoso mandou Navarro com duas companhias que marcharam 130 léguas até acharem o Velho com apenas cinco soldados. Ai, Navarro enfrentou alguns negros que atacaram o arraial. Depois foi ajudar a construir a estrada de 40 léguas até as povoações do Orobá, para de lá trazerem mantimentos. Folha de serviços de Manuel Álvares de Moraes Navarro, 15/12/1696. AHU, cód. 86, fls. 246-8.

¹⁸⁵ Certidão, 1/8/1698. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43. De fato, o paulista apresentou sua folha de serviços no Conselho Ultramarino e conseguiu, em 15 de dezembro de 1696, em razão de sua dedicação ao serviço do rei quando sargento-mor de Matias Cardoso, a mercê de ser feito fidalgo com hábito de Cristo, recebendo tença de 150\$000 réis. Seu filho mais velho recebeu outro hábito e tença de 12\$000 réis. Essa graça deveria

Depois que o mestre-de-campo retornou ao Rio de Janeiro, seu exato paradeiro não se sabe, e tampouco o sabia o governador-geral, que, com certa aflição, escreveu uma carta, datada de 19 de outubro de 1697, para as câmaras das vilas de São Paulo e todas as circunvizinhas (Santos, São Vicente, Ilha de São Sebastião, Taubaté, Ilha Grande, Santa Ana de Moji, Parnaíba, Itu de Nossa Senhora da Candelária e Jundiá de Nossa Senhora do Desterro), procurando fazer chegar ao paulista a ordem para que se comunicasse com o governo geral e confirmasse a patente de cabo deste novo terço: "Para que o levante com toda a brevidade possível e eu [Lencastro] possa com a mesma socorrer aquela capitania que espero ver com todo o sossego, por meio das armas dos paulistas, sempre vitoriosas dos bárbaros do Brasil". Além disso, enviara a Navarro uma cópia da carta do rei e patentes em branco para que nomeasse alguns capitães e oficiais para o terço. O provedor da Fazenda do Rio de Janeiro deveria adiantar alguns meses de soldo e assistir com o mantimento necessário, porque dali iriam embarcar para a Bahia. Prometia o Lencastro, por ordem do rei, que daria aos paulistas, de sesmarias, "todas as terras que no Rio Grande conquistarem".¹⁸⁶ Como se vê, não havia problemas quanto ao pagamento dos soldos, já que os postos eram preenchidos por ordem expressa da Coroa como de "infantaria paga", isto é, como tropas regulares.¹⁸⁷ Em agosto de 1698, o governador do Brasil mandava cartas aos capitães-mores da Paraíba e do Rio Grande para que em tudo facilitassem a entrada do Navarro, que desembarcaria na Paraíba (pois ia por mar para evitar o desgaste da gente e dos currais que cruzaria no caminho caso fosse por terra) e adentraria o sertão para fazer um arraial no lugar que parecesse mais conveniente para dar combate aos bárbaros. Pedia que fornecessem carnes e mantimentos necessários à tropa, pagos diretamente com o dinheiro que o provedor-mor haveria de enviar anualmente da Bahia.¹⁸⁸

O mestre-de-campo retornou de Portugal ao Rio de Janeiro, daí passou a Santos até chegar em São Paulo. Encontrou seu irmão, tomou conhecimento dos preparativos e, de volta ao Rio, zarpou com parte de

servir de "exemplo para que os mais paulistas se animem". AHU, cód. 86, fls. 246-8. Sobre os pedidos de mercês por serviços prestados, veja o estudo de Cleonir Xavier de Albuquerque. *A remuneração de serviços de guerra holandesa*. Recife, 1968.

¹⁸⁶ Carta de João de Lencastro, 19/10/1697. *DII*, 11:252-4.

¹⁸⁷ Para pagar os mantimentos sacados no Rio, o governador, em razão do risco que há "de mar e piratas", ordenava ao provedor do Rio que sacasse uma letra sobre o provedor-mor, usando antes algum soldo que a ela pertença. Carta de João de Lencastro para o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, 19/10/1697. *DII*, 11:259-60.

¹⁸⁸ Carta de João de Lencastro para o capitão-mor da Paraíba, 30/8/1698. *DII*, 38:444-8.

sua gente para a Bahia.¹⁸⁹ Foram na fragata Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, do capitão Antônio Veloso Machado, fretada por recomendação do governador do Rio, Artur de Sá e Meneses.¹⁹⁰ Este mesmo navio, que chegou à Bahia em 1.º de agosto de 1698, levaria o terço para a Paraíba logo no mês seguinte. Embarcados em direção ao porto da Paraíba, os 193 oficiais e soldados do terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro enfrentariam fortes tempestades, em uma viagem que duraria até o dia de Natal.¹⁹¹ Passados oito meses, no dia 10 de maio de 1699, Manuel da Mata Coutinho e Manuel de Siqueira Rondon, os dois capitães que faltavam de São Paulo, chegaram à Bahia acompanhados de setenta soldados, assim brancos como índios de armas. Foram enviados por terra a toda pressa para completar o terço do Navarro.¹⁹²

¹⁸⁹ Certidão, 1/8/1698, AHU, Rio Grande, caixa 3, 43.

¹⁹⁰ Relação do dinheiro que se tem despendido com o Terço dos Paulistas de que é mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, assinado por Antônio Lopes Ulhoa, 19/8/1702. IEB, códice 4 A 25; carta de Lencastro ao governador do Rio, Artur de Sá e Meneses, 26/8/1698. *DH*, 11:265-7.

¹⁹¹ Lista dos soldados do terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro que vai para a Paraíba do Norte que saiu do porto da Bahia em primeiro de setembro de 1698. IHGRN, caixa 89.

¹⁹² Carta de João de Lencastro para o capitão-mor do Rio Grande, 3/5/1699. *DH*, 39:59 e Olavo de Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal, 1997, p. 130-2.

5 O TERÇO DOS PAULISTAS

NA AMÉRICA PORTUGUESA, a organização das forças militares envolvidas na conquista e controle dos domínios da Coroa foi estabelecida desde o regimento do governador-geral Tomé de Sousa, em 1548, que dispunha as diretrizes da empresa colonial. O governador deveria, no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava com armada, gente, artilharia, armas e munições e tudo o mais que fosse necessário. Cumprida, antes de mais nada, fortificar as barras e os portos de acesso às praças de comércio.¹ Contudo, para além do enquadramento das tropas regulares, que garantiam basicamente a resposta às outras forças organizadas no contexto de disputa interimperial que se esboçava no Atlântico sul, o governador deveria castigar as tribos rebeladas ou arredias, assim como impedir os distúrbios imanentes à violenta sociedade escravista em gestação. Porém, no início da colonização, os poderes públicos não tinham condições de realizar de maneira eficiente o controle e defesa do território diante dos inimigos "internos". Para tanto, dever-se-ia utilizar os guerreiros obtidos junto às tribos amigas assim como os soldados das linhas auxiliares. O regimento de 1548 fixava formas de recrutamento e de organização desta linha auxiliar, cujos encargos eram dos moradores. Nesse sentido, para além das linhas regulares, a força privada garantia a homeostase do sistema. A Coroa tinha para si que poderia armar toda a população das colônias por imposições legais. Desse

¹ Regimento do governador-geral Tomé de Sousa, 1548. In: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 46-7.

modo, o "alvará das armas" de 1569 tornava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas.²

É claro que a presença desses armamentos e dessas posições de força disseminados pela sociedade contaminava o seu cotidiano com violência. Todavia, devemos ter em conta que este arsenal estruturava-se no nível superior das linhas auxiliares, postas, na maior parte dos casos, ao serviço dos arranjos dos poderes locais e da construção das hierarquias sociais. Isso porque o serviço das ordenanças organizava a população segundo o corte social existente. As forças auxiliares da Colônia foram regulamentadas, por assim dizer, com o disposto no "regimento-geral das ordenanças" de 1570.³ Este regimento instituiu os corpos de ordenança formados pelo engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre dezoito e sessenta anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos. Idealmente, tanto as tropas regulares como as ordenanças eram constituídas em terços — mas, à diferença das tropas regulares, as milícias das ordenanças não recebiam soldo. Tratava-se de uma organização derivada da Espanha, onde o *tercio* era originalmente um regimento de infantaria paga e profissional.⁴

Em teoria, o terço deveria ser formado por 2.500 soldados, repartidos em dez companhias, compostas, cada uma, de 250 homens, todos subordinados ao capitão-mor (ou mestre-de-campo). Estas companhias, sob o comando de um capitão, por sua vez, deviam dividir-se em dez esquadras de 25 homens. O capitão de companhia tinha ao seu serviço um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão, dez cabos de es-

² Alvará das armas, 1569. In: *Ibidem*, vol. 1, p. 145-51.

³ Regimento-geral das ordenanças, 1570. In: *Ibidem*, vol. 1, p. 157-78.

⁴ Stuart Schwartz. "A Note on Portuguese and Brazilian Military Organization". In: *The Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by Juan Lopes Sierra*. Minneapolis, 1979, p. 173-7. A introdução dos *tercios* na Espanha deve-se à iniciativa do capitão Gonçalo de Córdova que, desenvolvendo os princípios da arte da guerra suíça — cuja infantaria era formada por falanges de 6.000 a 8.000 homens, erigidas em piques, e oferecia uma resistência importante à cavalaria — e os associando a utilização ampliada das armas de fogo, "concebeu uma organização cuja unidade principal era a *coronelia*, *esquadrão* ou *terço* de 6.000 homens, comandada por um *coronel* e dividida em 12 *companhias* ou *batalhões* de 500 homens cada, comandadas por um *capitão* ou *alferes abandeirado*; a cada 100 homens destas companhias competia um *cabo de batalhão*; e a cada 10 homens um *cabo de esquadra*. Em cada *terço* ou *coronelia*, 10 companhias constavam de 200 piqueiros, 200 rodeleiros e 100 arcabuzeiros cada; e as duas restantes eram exclusivamente de piqueiros". Carlos Selvagem. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa, 1991, p. 332-4.

quadra e um tambor. O capitão-mor possuía ele mesmo uma das companhias, que era servida também por um sargento-mor, seu substituto natural, e por quatro ajudantes. No caso das ordenanças, os senhores ou os donos das terras de um termo deveriam, a princípio, ser automaticamente providos no comando das tropas como capitães. No caso da Colônia, na ausência desses "donos", cabia ao capitão-mor e às câmaras nomear os capitães de companhia e os seus ajudantes imediatos. Como as câmaras eram a expressão dos estratos superiores da sociedade local — ao contrário do grosso da tropa, constituída de gente simples — a hierarquia superior das milícias era formada pelos senhores locais, proprietários ou "homens bons", donde a reprodução da ordem social garantir a funcionalidade esperada da organização militar. A provisão de 15 de maio de 1574 complementou esse regimento, esclarecendo que, onde houvesse uma só companhia, o comando seria exercido pelo capitão e não mais pelo capitão-mor. Em verdade, à medida que as capitânicas hereditárias passavam ao controle da Coroa, isto é, tornavam-se capitânicas reais e portanto território sob a administração direta da Monarquia, o posto administrativo superior nos limites de sua jurisdição confundia-se nominalmente com o de capitão-mor e era provido pelo rei. Ora, esse capitão-mor exercia também as funções relativas ao corpo das ordenanças, controlando sobremaneira a nomeação dos capitães de companhia. O regimento de 1570 era claro: cabia ao capitão-mor "repartir os habitantes da cidade, vila ou conselhos em esquadras de 25 homens e para cada esquadra escolher um capitão de companhia que será seu cabo".⁵ Todos estavam, por sua vez, subordinados ao governador-geral, que exercia o supremo comando das forças militares, como capitão-general.

Tantos meandros podem parecer confusos ao leitor e, de fato, por vezes confundiam os próprios contemporâneos, gerando discussões sobre prerrogativas e jurisdições, por vezes intermináveis e com muitas conseqüências. Já vimos no capítulo anterior como abusos e intervenções causavam disputas entre as autoridades, cuja distância, por si só, podia causar sérias barafundas. Das mais conhecidas foi a que opôs o governador de Pernambuco ao da Bahia, na metade do século XVII. Como se sabe, durante a guerra holandesa, foi criado para d. Fernando Mascarenhas, o conde da Torre, o posto de mestre-de-campo-general para organizar o esforço militar contra os invasores. A questão ficou confusa depois da Restauração, quando Francisco Barreto, que era então o

⁵ Apud: Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, 1985, p. 100-2 e 164.

mestre-de-campo-general, foi nomeado governador de Pernambuco. Já em outubro de 1655, o governador-geral, conde de Atouguia, preocupava-se com o problema do provimento dos cargos militares do exército de Pernambuco. Segundo seu entendimento, o mestre-de-campo-general o era apenas de Pernambuco e, portanto, naturalmente subordinado ao capitão-general, ele mesmo. Todavia, Francisco Barreto insistia em prover os cargos e postos que vagavam em Pernambuco sem o conhecimento do governo na Bahia, por conta de uma antiga prática, corrente nos tempos das guerras com os holandeses. Atouguia escreveu uma carta ao rei pedindo que desse uma solução às indefinições jurisdicionais, e restituísse o prestígio do governo na Bahia.⁶ A solução veio de outra maneira, pois em 1657 Francisco Barreto tornou-se governador do Brasil, mantendo o posto de mestre-de-campo-general. Quase três anos depois da reclamação do conde de Atouguia, o novo governador, Francisco Barreto, ainda que não concordando com os argumentos de seu antigo opositor, reunia em si a antiga querela de jurisdições: era ao mesmo tempo mestre-de-campo e capitão-general.

No entanto, André Vidal de Negreiros, que sucedera Barreto no governo de Pernambuco, resolveu prover, sem dar conta ao governo-geral, os postos de capitão-mor da ilha de Itamaracá e de secretário do exército, além de criar, nomeando-lhe com soldo, o de governador da praça do Recife. Quando Francisco Barreto tomou posse, recolheu todas as provisões de Negreiros e se recusou a cumpri-las, "pretendendo introduzir por este meio nova separação e independência deste governo". Ao que ordenava o provedor de Pernambuco fazer cumprir suas provisões, não pagando ou aceitando as do Negreiros.⁷ Barreto passou então um alvará para que Negreiros "conhecesse que era súdito deste governo", ao que este retaliou mandando prender o escrivão e dois capitães que haviam ido a Olinda para fazer cumprir as patentes passadas da Bahia. Segundo uma carta de Barreto, como Negreiros trazia "tão atemorizados os vassalos de Vossa Majestade daquela capitania, e tão atropelada a justiça, [...] não houve pessoa alguma secular nem eclesiástica que se atrevesse a intimar-lhe o agravo".⁸ Em 8 de janeiro de 1658, Francisco Barreto contava que havia proposto aos ministros da Relação que fosse punido André Vidal, o qual insistia em usurpar a jurisdição que o rei concedia ao capitão-general.⁹ De fato, em um assento

⁶ Carta ao rei, 16/10/1655. *DH*, 4:263-6.

⁷ Carta, 20/9/1657. *DH*, 19:253-5.

⁸ Carta, 21/8/1658. *DH*, 4:329-2.

⁹ Carta ao rei, 8/1/1658. *DH*, 4:358-60.

de 22 de outubro de 1658, a Relação concordou em punir o governador de Pernambuco.¹⁰ Segundo Rocha Pita, Barreto resolveu depor Negreiros, ordenando que o mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco marchasse da Bahia com o seu terço e assumisse o posto. O desembargador Cristóvão de Burgos de Contreiras deveria ir junto para prendê-lo. No entanto, este, "amainando na tempestade por escusar o perigo", recuou e arrependeu-se de suas ordens.¹¹ Em Lisboa, o rei não gostou desses excessos de Barretos e, em uma carta 5 de abril do ano seguinte, censurou o envio dos ministros a Pernambuco. Em agosto, o governador se defendia e estranhava a repreensão, pois afinal estava apenas defendendo suas prerrogativas; preferia que o rei tirasse logo "o posto que ocupo, porque não me atrevo a servi-lo entre desobediências aplaudidas e supostas culpas castigadas".¹²

Confundindo o seu governo de uma só capitania com o de todo o Estado do Brasil, Negreiros apenas exercia um tipo de arrogância frequente nos governadores de Pernambuco do pós-guerra. A Monarquia não hesitava, mas se aproveitava de tais situações para intermediar os conflitos e oferecer um ponto de fuga ao jogo político em curso num território tão distante. Em 1661, o rei passou uma patente ao novo governador de Pernambuco, Francisco Brito Freire, que esclarecia que todos os oficiais de guerra, justiça e fazenda das capitanias de Pernambuco e anexas lhe deveriam obedecer. Como o rei não havia especificado quais eram as capitanias anexas, criara-se uma nova celeuma, pois em junho de 1661 o governador de Pernambuco deu ordens para as três companhias da Paraíba, o que causou consternação da população, que se recusava à subordinação ao governo de Pernambuco. De fato, desde os tempos da guerra dos holandeses, a gente da Paraíba relutava em tomar-se como anexa, defendendo sua isenção. Segundo Francisco Barreto, que saiu em defesa dos moradores, no âmbito da de Pernambuco se incluíam apenas "as vilas do rio São Francisco, Alagoas, Porto Calvo, Serinhaém, Santo Antônio e Igaraçu, e outras muitas freguesias, que por dilatadas têm capitães-mores e se reputam como capitanias". Estas eram as anexas, e "não as da Paraíba e Rio Grande, que são cida-

¹⁰ O texto do assento de 22/10/1658 está publicado na nota (v.) de Rodolfo Garcia na *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (São Paulo, 1975), tomo 3, p. 220-1.

¹¹ Rocha Pita, livro 6, 11-2, p. 167-8.

¹² Carta ao rei, 22/8/1659. *DH*, 4:369-71. Para a questão dos conflitos de jurisdição, veja a tese de Vera Lúcia Costa Acioli. "Jurisdição e conflitos: a força política do senhor de engenho". *Cadernos de História*, Recife, 7, 1989; e para o caso de Negreiros e Barreto, particularmente, veja p. 74-111.

des, e Itamaracá, que por ordem de Vossa Majestade se uniu à Coroa". Não obstante, Barreto aceitava as pretensões de Brito Freire, dado que este tinha reconhecido que Pernambuco era "imediatamente subordinado" ao seu governo.¹³

A "guerra do Brasil"

Somente com a Restauração em 1640, e a subsequente guerra com a Espanha, Portugal constituiria um exército permanente em termos modernos.¹⁴ O primeiro terço de tropas regulares, o da Armada Real, foi criado no Reino apenas em 1618. No Brasil, logo depois da expulsão dos holandeses da Bahia, em 1626, foi formado o primeiro terço de infantaria paga. Em 1631, criou-se o Terço Novo, em oposição ao Terço Velho; ambos, compostos por oitocentos homens cada. Como resultado das guerras holandesas (1630-1654), foram também criados outros terços "especiais" como o dos negros de Henrique Dias e dos índios de Filipe Camarão.¹⁵ A ocupação de Pernambuco e demais capitânias do Norte pelos holandeses e a consequente guerra de reconquista, não só introduziram enorme contingente de soldados europeus nas vilas e cidades do Estado do Brasil, como resultaram no rearranjo da equação entre milícias regulares e linhas auxiliares. Este rearranjo deu-se notadamente pela afirmação da superioridade obtida na evolução do *modus faciendi* das linhas auxiliares, processo gestado no contexto da primeira fase da guerra holandesa.

Com o fracasso da expedição das tropas regulares européias, enviadas na armada espanhola de Oquendo, em 1631, a resistência local à invasão batava limitou-se a uma estratégia de "guerra lenta", que buscava a manutenção do impasse inicial, quer dizer, procurava deixar aos holandeses o controle das praças-fortes, mantendo o da zona produtora de açúcar, à espera de uma intervenção da armada, quando isso fosse exequível. Nesse contexto, ganhou espaço a estratégia traçada por Matias de Albuquerque, irmão do capitão-donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, e comandante da resistência. Chamada à época de "guerra brasileira" ou "guerra do Brasil", essa estratégia militar resultava da impossibilidade de oferecer resistência aos holandeses na cidade ou no

campo aberto.¹⁶ Segundo Evaldo Cabral de Mello, o sistema de defesa que Matias de Albuquerque aplicou contra os holandeses, de 1630 a 1636, era "um sistema misto", no qual as forças convencionais concentravam-se

"... numa praça-forte, o Arraial, guarnecida pela artilharia e pelas tropas regulares e situada à retaguarda de uma linha de postos avançados, as estâncias, ocupadas por tropas irregulares de índios, negros e soldados da terra. Entre uma e outra estância, vagam as esquadras volantes que continuamente emboscam e assaltam os invasores. Enquanto o Arraial preenche uma função estratégica, as estâncias e as esquadras volantes têm um objetivo puramente tático".¹⁷

As estâncias eram controladas pelos "capitães-de-emboscada", cargos de liderança criados por Matias de Albuquerque, logo no início da resistência. Estes "capitães" estavam no comando de um punhado de homens que eram destacados para controlar uma determinada região. Com uns trinta ou quarenta homens (vários deles índios "frecheiros", isto é, hábeis com as flechas), estas guerrilhas deviam, também, atormentar o inimigo e desbaratar-lhe os postos e comunicações. Por outro lado, não se tratava apenas de fazer a guerra, mas também de sustentar quem a fazia. As guerrilhas, ao zelarem pela várzea, impedindo a entrada dos holandeses, cuidavam da produção dos alimentos e do açúcar, o combustível da guerra. Os portugueses, segundo o memorial de João Cardoso, tornavam-se invisíveis nos matos, onde eram imbatíveis. E os holandeses não se poderiam sustentar, pois, "fechado o mato, tudo teria de vir da Holanda, o que era para eles caro, incerto e insustentável".¹⁸ Contudo, a "guerra lenta", uma vez impossibilitado o apoio esperado pelo mar, não poderia manter o domínio do interior por muito tempo diante do enorme contingente do inimigo. Segundo Cabral de

¹³ Como escreveu Duarte de Albuquerque: "sua utilidade [das emboscadas] cada dia se fazia mais notória pelo grande temor que o inimigo foi delas conhecendo. Não ousava sair nem mesmo às hortas da vila que ocupava. Com a presença destes capitães de emboscada, não só se lograva o presente efeito, como de futuro servia ela de muito, vedando-lhes, com este receio, o comerciar com os moradores, e obstando-lhes, por seis anos, de apoderarem-se da campanha". Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el MDGXXX*, (1654). Recife, 1944, p. 57.

¹⁴ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, 1975, p. 24, e 231.

¹⁵ *Memorial de João Cardoso*. . . Apud: Serafim Leite. "Os jesuítas — contra a invasão holandesa". *RIHGB*, 183:198, 1944.

¹³ Carta ao rei, 9/6/1661. *DH*, 4:405-8.

¹⁴ Graça Salgado (coord.). *Fiscais e meirinhos*. . . p. 97.

¹⁵ Stuart Schwartz. "A Note on Portuguese and Brazilian Military Organization", p. 173-7; confira ainda Luís Monteiro da Costa. *Na Bahia Colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador, 1958.

Mello, este esquema estratégico luso-brasileiro havia sido desmontado com a queda do forte dos Afogados em 1633, pois agora as tropas holandesas tinham acesso a Várzea, o que tornara “insustentável a linha de estâncias em torno do Recife, a qual já pode ser flanqueada facilmente pelo Sul”.¹⁹

A guerra brasileira diferia das técnicas científicas de guerra tão em voga na Europa moderna. O uso dos índios, e de sua arte militar, era essencial. De maneira geral, as companhias organizadas com base em milícias voltadas a expedições específicas (ao sertão, por exemplo) deveriam contar com o reforço dos índios domésticos ou mansos, prontamente requisitados a seus senhores ou missionários.²⁰ A presença do indígena era constante e acabava, pela sua adequação ao meio e às técnicas necessárias, conferindo o caráter das atividades militares. Na verdade, os índios aldeados, num arremedo do serviço das ordenanças, organizavam-se também em “companhias” chefiadas pelo capitão-de-aldeia ou capitão-da-nação. Criado pela lei de 1611, este posto deveria ser provido pelo governador-geral entre pessoas de “boa geração e abastados de bens, e que nenhum modo sejam de nação” (isto é, cristãos-novos).²¹ No entanto, o posto de capitão-de-aldeia seria frequentemente concedido aos “principais” (ou chefes) das tribos aliadas. As patentes destes capitães-de-aldeia fixavam o dever que tinham de, “com toda a gente da dita sua nação (tribo), ir para a parte que se lhe tem determinado”, e de manter com os portugueses “fiel amizade e comunicação”.²² Caio Prado lembrava que, particularmente no contexto do Diretório pombalino (1757) essas “ordenanças indígenas” foram importantes auxiliares da administração colonial na tarefa de governar essas populações “mal assimiladas”.²³

Já no início do século XVII, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque “Maranhão”, no cimo de seus sessenta anos de vida, muitos em batalhas e em tratos com os índios, explicava a seu camarada Diogo do Campos Moreno, em alusão à sua experiência européia, que esta guerra que faziam aqui no Brasil não era “guerra de Flandres”, isto é, à moda européia. Na Jornada do Maranhão (1614), Moreno se assustara com a confiança que Albuquerque havia depositado na aliança com os naturais,

¹⁹ Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada*. . . , p. 233-4.

²⁰ Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, 1965, p. 29-32.

²¹ Lei sobre a liberdade dos índios, 1611. In: Georg Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. São Paulo, 1982, p. 231.

²² Patentes em branco de 1672, *DH*, 12:211-4.

²³ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1953, p. 326.

ao que este lhe dizia: “vosmecê me deixe com os índios por me fazer mercê, que eu sei como me haver com eles, que sei que me vêm buscar de paz”. A guerra brasileira de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos. Seu “mortal inimigo”, o general La Ravardière, em uma carta de novembro de 1614, acusava o capitão-mor de nada praticar daquilo “que toca à nossa arte”: “porque tu quebras todas as leis praticadas em todas as guerras assim cristãs, como turquescas, ou seja em crueldades, ou seja na liberdade das seguridades”.²⁴ Segundo Cabral de Mello, esta seria a primeira indicação da consciência de uma “guerra brasileira”, que se definia como a percepção de uma arte ou estilo militar peculiar do Brasil e melhor adaptado às condições ecológicas e sociais.²⁵ De fato, na Europa do século XVII a guerra fazia-se com grandes movimentos de tropas, meditados e disciplinados, batalhas campais, exércitos mercenários e muitas regras. A arte da guerra era, então, essencialmente a arte de se fazer sítios, ou de rompê-los. Mas nem sempre fora assim. Segundo Geoffrey Parker, a “pequena guerra” (*der kleine Kriege*) ou a “guerrilha” havia sido uma etapa importante na condução da guerra na Europa do século XVI. Ao lado dos confrontos espetaculares e das grandes batalhas, toda a história militar européia está cheia de pequenas guerras que causaram grandes estragos ao inimigo. Não obstante, este tipo de guerra desapareceria com a demolição da rede de fortalezas que a sustentava, no final do século XVI e início do XVII.²⁶ Apesar de Portugal não estar atualizado às novidades da arte da guerra européia — muito em razão de ter sido poupado, pelo menos até a guerra de Restauração (1640-1668) com a Espanha, de conflitos em escala no continente —, vários dos comandantes e oficiais, bem como soldados das tropas regulares que combateram nesta “Guerra do Brasil”, eram gente mobilizada dos campos da Europa, onde haviam lutado em condições totalmente diferentes. D. Luis de Rojas y Borja, veterano das guerras de Flandres, quando veio ao Brasil, teria exclamado, indignado com o tipo de luta que travavam na terra, que “não era macaco para andar pelo mato”.²⁷ Desse modo, podemos compreender a novidade

²⁴ Diogo do Campos Moreno, *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Rio de Janeiro, 1984, p. 38 e carta de La Ravardière a Jerônimo de Albuquerque, 21/11/1614, p. 56.

²⁵ Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada*. . . , p. 230.

²⁶ Geoffrey Parker, *La révolution militaire, la guerre et l'essor de l'Occident, 1500-1800*. Paris, 1993, p. 65.

²⁷ Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada*. . . , p. 236.

que significavam as “companhias de emboscada” criadas por Matias de Albuquerque. Em relação à subversão total da arte da guerra praticada pela gente de Jerônimo de Albuquerque, tratava-se então de um *aggiornamento*, adequando as técnicas militares locais a uma equação entre o uso das linhas regulares e as linhas auxiliares, isto é, as ordenanças, reforçadas, por sua vez, pelo elemento indígena.

Esse processo peculiar fazia-se no quadro mais amplo das transformações da arte da guerra na Europa. Com efeito, no bojo da formação dos Estados nacionais, enormes mudanças tecnológicas, organizacionais e estratégicas no campo militar acabaram produzindo uma verdadeira *revolução*, capaz de explicar, em parte, a primazia da civilização ocidental e a constituição dos impérios coloniais. Os traços mais importantes dessa revolução foram: a utilização crescente das armas de fogo, as transformações subseqüentes no sistema de defesa, com as fortalezas de traço italiano (com bastiões) substituindo a rede secular de fortificações medievais, o declínio da cavalaria em favor da infantaria, o aumento expressivo do contingente dos exércitos e sua profissionalização.²⁸

No mundo colonial, onde grande parte dessas novidades não se faziam sentir de imediato, a superioridade obtida pelas forças européias fora garantida pela capacidade de assimilação e de acomodação de técnicas e estratégias nativas, adaptando-as aos contextos ecológicos e sociais mais diversos. Thornton notou que, de fato, a inabilidade dos europeus em reproduzir na África o tipo de conquista em larga escala, tal como sucedido na América Central os teria convencido a levar a sério as armas, as técnicas e a organização locais: “como resultado deste reconhecimento, uma nova arte da guerra se desenvolveu combinando armas e estratégias européias e africanas”.²⁹ Nesse sentido, a “guerra bra-

²⁸ Sobre a “Revolução Militar”, o livro fundamental é o de Geoffrey Parker. *La révolution militaire* (Paris, 1993). A edição original, em inglês, é de 1988, mas a edição francesa, além de estar mais atualizada, responde às objeções dos críticos, particularmente as de Jeremy Black (*A Military Revolution? Military Change and European Society, 1550-1800*. Atlantic Highlands, 1991). Em 1995, David Eltis contribuiu para o debate com seu livro sobre o século XVI: *The Military Revolution in Sixteenth Century Europe* (Nova York, 1995). Recentemente, os textos mais importantes para o debate foram reunidos e publicados por Clifford J. Rogers (*The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder, 1995), entre os quais o pioneiro artigo de Michael Roberts. “The Military Revolution, 1560-1660”, aparecido em 1957. Para as guerras e as técnicas militares no ultramar e no mundo colonial, veja ainda o livro de Carlo M. Cipolla. *Guns and Sail in the Early Phase of European Expansion, 1400-1700*. Londres, 1965.

²⁹ John K. Thornton. “The Art of War in Angola 1575-1680”. *Comparative Studies in Society and History*, 30(2):361, 1988.

silica” era o resultado não só da acomodação da arte militar européia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra. Mais ainda, na forma mista que assumira a guerra volante no Brasil, nas palavras de Cabral de Mello, o uso das guerrilhas não se originava “em considerações de ordem tecnicamente militar”, uma vez que estaria associado “nestes inícios de guerra [1630-1636] ao fato de que a guerrilha oferecia a única maneira de utilização militar da camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local, mestiços e ociosos, malfetores, foragidos da justiça d’el-rei, inábeis para a disciplina das guarnições como antes já se tinham revelado refratários à rotina dos engenhos”.³⁰ Mas, como foi dito, à utilização destas camadas marginais, de criminosos freqüentemente aliciados por bandos e editais que lhes ofereciam o perdão em troca do alistamento, somava-se o uso do indígena. Como se percebe, fazia-se mister o comando da guerra estar nas mãos de indivíduos conhecedores das “manhas e engenhos” da terra. Resumindo a questão, o padre Antônio Vieira dizia que, para a guerra no Brasil, bastava um sargento-mor, “e esse dos da terra e não de Elvas ou de Flandres”. Mais ainda, o Brasil, que tinha “tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos”, não haveria de se defender, “nem pode, com fortalezas nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente, com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal”.³¹

A longa guerra de restauração de Pernambuco (1645-1654) teve seu sucesso garantido, entre outras coisas, exatamente pela utilização desta forma adaptada de fazer a guerra no contexto colonial. Como mostrou Cabral de Mello, existia uma homogeneidade brasileira da experiência militar dos chefes da restauração. De fato, ambos os lados, holandeses ou luso-brasileiros, utilizaram-se de linhas auxiliares transformadas: grupos de combate aclimatados aos matos e compostos, em sua grande maioria, por indígenas ou sertanejos e matutos. Segundo o historiador, após a expulsão dos holandeses em 1654, a guerra volante conhece um rápido processo de “arcaização”. Em outras palavras, a “guerra brasílica” decaía para uma arte militar adequada apenas às “áreas arcaicas, afastadas da marinha e das praças fortes, técnicas quase que só para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados dos sertões do Nordeste”. No início do século XVIII, uma especialização de funções

³⁰ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. . . , p. 217-48.

³¹ Carta de Antônio Vieira ao rei d. João IV, 4/4/1654. *Cartas* [seleção de Novais Teixeira]. Rio de Janeiro, 1949, p. 166.

se imporia: para as guerras dos sertões, contra os bárbaros levantados ou os negros aquilombados, a "guerra do mato"; para fazer face aos estrangeiros na marinha, as "regras militares científicas".³²

A Guerra dos Bárbaros e as jornadas do sertão

Depois da expulsão dos holandeses, as soluções inicialmente propostas e encetadas pelos governadores para os conflitos passavam pela utilização das tropas regulares estacionadas nas fortalezas, ou ainda pela mobilização das milícias das ordenanças em esquadras volantes. Estas improvisações, que levavam em conta a experiência dos cabos e soldados na guerra "ao modo" do Brasil, sempre pareceram o meio de reprimir os levantes dos índios bárbaros. Não obstante, tal situação evoluiu para a consolidação de um novo tipo de força militar nativa: as expedições organizadas expressamente para um evento no sertão. As "jornadas do sertão", também chamadas de "entradas" ou "bandeiras", eram na verdade empresas patrocinadas pela autoridade competente, fosse o governador ou o capitão-mor, que provia com um título de caráter exclusivamente honorífico um capitão ou um cabo de uma esquadra e lhe passava um regimento definindo sua tarefa e, sobretudo, sua jurisdição especial. No caso das entradas destinadas à punição de grupos indígenas ou à captura de escravos, este título, na verdade, significava a garantia da legalidade da expedição, nos termos da lei de 24 de fevereiro de 1587.³³

A remuneração dos serviços prestados poderia vir *a posteriori*, com mercês e favores da Monarquia ou mesmo com a garantia do butim obtido, fosse em escravos, fosse em mantimentos. Geralmente, o governador, ao prover um capitão para uma jornada ao sertão, poderia fornecer armamentos e matalotagem suficientes para abastecer a expedição. O pagamento dos soldos não era de praxe. Com o desenrolar da Guerra dos Bárbaros, desde os episódios no Recôncavo baiano, algumas exceções foram praticadas pelos governadores gerais, mas sua validação no âmbito da administração metropolitana sempre resultava em confusões administrativas. Em 1671, o visconde de Barbacena concordou em pagar soldos aos oficiais e soldados da tropa de Estêvão Ribeiro Baião Parente.³⁴ Frei Manuel da Ressurreição, que ocupava

³² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. . . , p. 242 e 245-7.

³³ Lei sobre os índios que não podem ser cativos e os que podem ser, 24/2/1587. In: Georg Thomas. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. . . , apêndice II, p. 222-4.

³⁴ "Condições pelas quais os paulistas vão conquistar os bárbaros", incluídas em João

interinamente o posto de governador-geral, ofereceu a Domingos Jorge Velho a patente de governador de um regimento a ser criado com a reunião de sua gente, com proeminências de mestre-de-campo, além de uma de sargento-mor, quatro de capitães e dois de ajudantes, todas em branco para que ele as preenchesse. E todas essas patentes valendo soldos, à diferença das atribuídas para fazer guerra aos negros dos Palmares.³⁵ Matias da Cunha, por sua vez, ofereceu a Matias Cardoso nomeá-lo governador de um regimento com as mesmas "proeminências de mestre-de-campo, e como tal vencer o soldo desde o dia em que partiu".³⁶ O que se oferecia eram postos de oficiais das tropas regulares, isto é, da infantaria, cujo provimento, segundo o "regimento das fronteiras" de 1645, só podia ser concedido se comprovado o serviço como soldado por seis anos, no caso do mestre-de-campo, e quatro anos, no caso de sargento e alferes.³⁷ No entanto, o pagamento desse soldo não foi reconhecido imediatamente pela Coroa e causou postergações embaraçosas.

O interesse e a premência de utilizar estas tropas especializadas no tipo de esforço militar exigido esbarravam nas dificuldades originadas do processo em curso de formalização da atividade militar. Como vimos, somente com a Restauração, Portugal constituiria um exército permanente em termos modernos. De fato, o chamado "regimento das fronteiras", de 25 de agosto de 1645, que criou o posto de vedor-geral do exército, objetivava estabelecer as bases da regulamentação das tropas portuguesas deslocadas para as guerras com a Espanha. Ao vedor cabia, como diz o próprio nome, "ver" as tropas de infantaria e montadas e fazer-lhes auditoria, assim como justificar e acompanhar os gastos e o pagamento dos soldos.³⁸ Esse regimento, apesar de circunscrito ao episódio da guerra de Restauração, tinha sua validade expandida, como era normal, para todos os contextos posteriores no Império português, servindo de regulamento para várias questões relativas aos postos de infantaria situados no Brasil. A hierarquia das tropas regulares, normalmente, previa que o encarregado geral de uma jurisdição fosse também o governador das armas. Segundo o gênero da companhia, e estamos

Lopes Serra. "Vida o panegírico fúnebre al senhor Affonso Furtado Castro do Rio Mendonça, Bahia, 1676", publicado por Stuart Schwartz. *A Governor and His Image in Baroque Brazil*. . . , p. 47-8.

³⁵ Carta, 14/10/1688. *DH*, 10:313-5.

³⁶ Carta, 9/12/1688. *DH*, 11:147-9.

³⁷ Veja os capítulos 14 a 16 do Regimento das fronteiras de 1645. In: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. . . , vol. 2, p. 631-56.

³⁸ *Ibidem*.

falando apenas das ocupadas dos eventos terrestres, variavam as denominações. Na infantaria, havia o mestre-de-campo, o alferes, o sargento (oficiais), os cabos e soldados (praças). Na cavalaria, o general de cavalaria, o tenente-general de cavalaria, o capitão de cavalos (oficiais) e os soldados (praças). Além disso, havia a artilharia, onde existiam o capitão de clavinas e os clavineiros (os alferes eram proibidos) e as outras companhias específicas. No Brasil, estacionadas no território havia notadamente tropas de infantaria. Os postos de oficiais, cuja renda dos provimentos (os soldos) era de grande interesse para os seus proprietários, podiam representar, em parte, apenas uma tença honorária. Donde o regimento, neste particular, preocupar os proprietários dos postos, uma vez que o vedor-geral e seus auditores estavam interessados principalmente em deslindar fraudes e suspender os rendimentos dos ausentes e desocupados.

Passados vinte anos, os abusos eram ainda motivo de preocupação. Em 1664, o rei havia pedido ao governador-geral, o conde de Óbidos, que averiguasse o excessivo número de mestres-de-campo, tenentes e oficiais maiores do exército de Pernambuco. Com efeito, o conde achava que a "disciplina militar" excusava tais excessos. As ordenanças podiam muito bem substituir as tropas regulares na defesa da terra e, deste modo, desonerar a Fazenda e, em última instância, os próprios moradores: "... em cada freguesia basta um capitão de ordenança para a gente de pé e [para a gente] de cavalo, dois coronéis; que, se se oferecer ocasião, o valor dos moradores, e não o número desses cabos [oficiais das tropas regulares], os há de levar a obrigação de sua fidelidade, e não será justo que, quando devem descansar em paz para reedificar suas casas e aumentar suas lavouras, padeçam o inconveniente de obedecer a tantos oficiais maiores como se ainda estivessem em guerra viva".³⁹ No pós-guerra, as ordenanças haviam sido reestruturadas segundo o regimento de 25 de setembro 1654, passado ao então governador-geral, conde de Atouguia. Procurava-se, através de um controle mais estrito, garantir a disponibilidade das tropas, sempre bem armadas e treinadas. O regimento determinava que cada soldado das ordenanças deveria possuir uma arma, arcabuz ou espingarda, um arrátel de pólvora, 24 balas e o morrão necessário. Quem não tivesse este equipamento deveria pagar multa de cinco tostões e, em caso de reincidência, 6\$000 réis. As companhias eram divididas em "companhias de cavalo" e "companhias de pé", dependendo da forma como o soldado se apresentava.

³⁹ Carta do conde de Óbidos ao rei, 18/3/1665. APLB, cód. 135-1, fl. 179v-80.

No interior dos domínios senhoriais, cada engenho deveria ter seus "oficiais de engenho", que tinham a obrigação de "passar mostra" (verificar a presença) nos dias santos ou domingos (para não atrapalhar os trabalhos), e a falta nisso implicava multa de 1\$000 réis para os pobres e 4\$000 réis para os ricos; no caso dos soldados das companhias de cavalo, a multa era ainda maior: 20\$000 réis. Além disso, em cada freguesia o capitão era o responsável para que fossem mantidas as roças plantadas em conformidade com as necessidades de sustento das tropas. Ao sargento-mor cabia "passar mostra" em todas as companhias de ordenanças da capitania.⁴⁰

Nesse contexto, poderíamos imaginar que as tentativas de frei Manuel da Ressurreição e de Marias da Cunha esbulhavam a regulamentação tão preciosa dos reformadores portugueses. Daí a resistência que encontraram na Metrópole. Na verdade, tal como em Portugal, buscava-se um enquadramento da informalidade das linhas auxiliares (ordenanças) em regras mais estritas de um exército regular, apto ao escopo centralista do governo-geral da Bahia. Em outras palavras, adequar uma realidade preexistente à normalização militar imaginada pela administração colonial. E, no caso das tropas paulistas, a novidade era ainda maior, uma vez que essa "linhas auxiliares" vinham de um contexto em que as ordenanças tinham evoluído de uma maneira totalmente peculiar, especializadas que eram na "guerra brasileira". A força especificamente paulista de organização destas expedições sertanejas sobrepor-se-ia no Nordeste aos arranjos militares tradicionais, implicando um desdobramento, ou evolução, de suas disposições originais em face das novas funções em jogo.

O recurso aos paulistas significaria a adoção decisiva da arte da guerra colonial, apta enfrentar o modo de guerra dos bárbaros. A sua institucionalização na ordem militar do Império seria, pouco a pouco, condição para o recrutamento.

⁴⁰ Regimento de 25/9/1654, conde de Atouguia. *DH*, 4:174-7. O regimento de Roque da Costa Barreto, de 1677, que vinha substituir o de Tomé de Sousa, esclarecia que as companhias de Ordenanças da Bahia deveriam exercitar-se em suas freguesias todo o mês e fazer "alardos gerais três cada ano". Os postos na Bahia passariam a ser providos pelo governador-geral. A partir de 1704, os postos das ordenanças em todo o Estado do Brasil passaram a ser providos pelo governador-geral e não mais pelos capitães-mores. Cf. os capítulos 15 e 16 do Regimento de Roque da Costa Barreto, 23/1/1677, publicado em João Alfredo Libânio Guedes, *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962, vol. IV, p. 173-96; e Rodolfo Garcia, *História política e administração do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro, 1956, p. 112.

Paulistas e os "ares do sertão"

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. Na opinião do padre Antônio Vieira, eram os paulistas "os mais valentes soldados de todo o Brasil".⁴¹ Essas "bandeiras" paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas. Como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, "a arte de guerrear torna-se, em suas mãos, um prolongamento, quase um derivativo, da atividade venatória, e é praticada, muitas vezes, com os mesmos meios".⁴² A mobilidade característica dos paulistas estava condicionada à insuficiência do meio: "distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, eles deverão contentar-se com o braço indígena — os «negros» da terra; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados". Segundo o historiador, com mais "liberdade e abandono do que em outras capitanias", a colonização em São Paulo realizou-se "por um processo de contínua adaptação a condições físicas do ambiente americano". Nesse processo, o indígena, seus costumes e técnicas tornaram-se seus aliados preciosos.⁴³

A historiografia, de maneira geral, tem apontado a bandeira como uma forma característica da organização militar que estruturou a sociedade paulista. Designando como coisas distintas as entradas e as bandeiras, pretendia-se robustecer a idéia de uma especificidade regional. As primeiras seriam as expedições organizadas pelos colonos, por conta própria, objetivando a caça do gentio. Já as bandeiras seriam expedições de caráter misto, meio civil, meio militar, que, além do cativo dos índios, se interessavam nas descobertas de metais preciosos.⁴⁴ Em São Paulo, as bandeiras teriam moldado um modo de vida: o "bandeirismo" ou o "bandeirantismo". Alfredo Ellis Júnior foi, sem dúvida, o paladino desta interpretação que alimentou numerosos outros estudos

⁴¹ Carta ao marquês de Niza, 20/1/1648. In: *Cartas* [seleção de Novais Teixeira]. Rio de Janeiro, 1949, p. 63.

⁴² Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, 1957, p. 146.

⁴³ Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo, 1990, p. 16.

⁴⁴ Aliatir Loreto. *Capítulos de história militar do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946, p. 131-40.

e polêmicas intermináveis.⁴⁵ Outra vertente, derivada de Capistrano de Abreu, interpretava a bandeira como qualquer expedição destinada ao sertão. Segundo seu "esquema", existiam bandeiras paulistas, pernambucanas, baianas, maranhenses e amazônicas.⁴⁶ Hélio Viana, seguindo essa orientação, organizou uma tipologia do "bandeirantismo" na qual diferenciava "ciclos": o de apresamento de indígenas, o de ouro de lavagem, o de sertanismo de contrato, o do ouro e o de povoamento.⁴⁷ Tais soluções ecoam, ainda hoje, nos manuais escolares, mas servem mais à simplificação do que à compreensão da história. Nada disso deve nos interessar aqui.

Quanto à distinção entre bandeiras e entradas, Jaime Cortesão já nos mostrou que os documentos não estão de acordo. De fato, bandeiras, entradas, jornadas, expedições e conquistas tinham significados intercambiáveis e variavam conforme o contexto. De maneira geral, estes são termos igualmente comuns em todas as capitanias e regiões do Brasil. "Bandeira", especificamente, era a forma como se designavam também as companhias das ordenanças, isso por um motivo bem simples: segundo o capítulo 17 do regimento de 1570, "cada um dos capitães das companhias" deveria ter a sua *bandeira de ordenança*, que era carregada pelo tambor ou pelo alferes.⁴⁸ Donde toda a documentação, tal como demonstrou Cortesão, falar indiferentemente de bandeiras e companhias. "Entrada" e "Jornada", como parece evidente, são denominações de expedições ao interior do país, que podiam ser levadas a termo por um terço completo, ou por algumas companhias, ou bandeiras, destacadas para tal. Daí as denominações serem feitas por analogias. Não obstante, seria errado não perceber que a bandeira sertanista, na sua

⁴⁵ *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo, 1936; o capítulo 4 de seu *Resumo da História de São Paulo*. São Paulo, 1942, p. 153-222; o capítulo "Bandeiras e entradas" de seu livro *O ouro e a paulistânia*. São Paulo, 1948, p. 28-34. Em arroubos patrioteiros, Ricardo Román Blanco tinha as bandeiras na conta da "mas genial y extraordinaria organización bélico-militar, que la Historia de la Humanidad conoce". Sua redundante tese de doutorado, entre outras coisas, procura mostrar as relações entre as expedições dos sertanistas paulistas e a legião romana ou as falanges macedônicas (sic). *Las Bandeiras, instituciones bélicas americanas*. Brasília, 1966.

⁴⁶ "Esquema das bandeiras". In: J. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília, 1963, p. 338.

⁴⁷ Hélio Viana. *História do Brasil*. São Paulo, 1965, vol. 1, p. 192-202. Para um balanço crítico da historiografia paulista, veja o excelente capítulo primeiro da tese de doutoramento de Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1681-1721*. São Paulo, 1995, p. 25-68.

⁴⁸ Regimento das ordenanças de 1570. In: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. . . , vol. 1, p. 162.

feição paulista, resultou de uma evolução específica da instituição miliciana portuguesa, que, generalizada na sociedade do Planalto, conformou “um gênero de vida típico, próprio, específico da gente de São Paulo”.⁴⁹

Segundo um papel anônimo, de 1690, a experiência havia demonstrado, até então, que nem a infantaria, “nem ainda as ordenanças” haviam sido “capazes para debelar estes inimigos nas incultas brenhas e inacessíveis rochedos e montes do sertão”; “só a gente de São Paulo é capaz de debelar este gentio, por ser o comum exercício penetrarem os sertões”.⁵⁰ A razão disso era a forma como os tapuias faziam guerra nos matos, o que exigia uma tática e uma tecnologia especiais. Gregório Varela de Berredo Pereira, o autor de um “breve compêndio” sobre o governo pernambucano de Câmara Coutinho (1689-1690), tinha para si “que se este inimigo [os bárbaros] fizera forma de batalha, depressa [seria] desbaratado”. Mas, como explicava, tal não era o caso, porque se tratava de nações “fora de todo o uso militar”, isto é, da forma européia moderna de guerra, “porque as suas avançadas são de súbito, dando urros que fazem tremer a terra para meterem terror e espanto e logo se espalham e [se] metem detrás das árvores, fazendo momos como bugios, que sucede às vezes meterem-lhe duas e três armas e rara vez se acerta o tiro pelo jeito que fazem com o corpo”.⁵¹

Outro papel anônimo, de 1691, também argüía que as “grandes expedições de infantaria paga, e da ordenança, com grandes despesas da Fazenda Real e contribuições dos moradores” vinham resultando sem efeito “não por falta de disposição dos cabos, nem de valor nos soldados, mas porque, repare-se nesta circunstância, *pela eleição do meio só*”. Isso porque, segundo o autor desse papel, seria “necessário para a conquista destes gentios” adaptar-se ao seu “modo de peleja”, que era “fora do da arte militar”, pois

“... eles [vão] nus, e descalços, ligeiros como o vento, só com arco e flechas, entre matos, e arvoredos fechados, os nossos soldados embaraçados com espadas, carregados com mosquetes, e espingardas e mochilas com seu sustento, ainda que assistem o inimigo não o podem seguir, nem prosseguir a guerra: eles a cometem de noite por

⁴⁹ Jaime Cortesão. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa, 1975, p. 50-69; c. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, s.d., p. 51-81.

⁵⁰ Sobre o gentio que se rebelou nas capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba, c. 1690, Ajuda, 54 XII 4 52.

⁵¹ “Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Sr. governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho etc.”. *RHIGB*, 51:267, 1979.

assaltos nossas povoações, casas, igrejas, lançando fogo aos ingovernos, matando gente e roubando os bens móveis que podem carregar, e conduzindo os gados, e criações e quando acudimos o dano está feito. E eles [andam] escondidos entre os matos onde os nossos soldados não podem seguir com a mesma segurança, instância e diuturnidade por [estarem] carregados de ferro e mochilas, em que carregam o seu sustento que não pode ser mais que para quatro ou seis dias e [ao passo que] os bárbaros [têm seu sustento] nas mesmas frutas agrestes das árvores, como pássaros, nas raízes que conhecem e nas mesmas imundices de cactos, cobras, e caças de quaisquer animais e aves”.⁵²

Ora, segundo ainda este autor, teria sido exatamente por isso que a “Divina Providência” criou na província de São Paulo “os homens com um ânimo intrépido, que se inclinou a dominar este miserável gentio”. Semelhantes aos inimigos silvícolas, pois viviam “sempre em seu seguimento”, acabaram por “ter por regalo a comida de caças, mel silvestre, frutas, e raízes de ervas, e de algumas árvores salutíferas e gostosas de que toda a América abunda”. É nos “ares do sertão” que suas vidas se fazem “gostosas”, sendo que “muitos deles nascem, e envelhecem”, nos matos: “Estes são os que pois servem para a conquista e castigo destes bárbaros, com quem se sustenta, e vivem quase das mesmas coisas, e a quem o gentio só teme e respeita”.⁵³ Era exatamente o que explicava, dez anos antes, o autor de um outro papel que sugeria o uso dos paulistas para a defesa da colônia do Sacramento: “Porque são homens capazes para penetrar todos os sertões por onde andam continuamente, sem mais sustento que coisas do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos [a fio] pelo hábito que têm feito àquela vida”.⁵⁴

Ao modo de guerra dos tapuias — “de ciladas e assaltos [que] é como um raio que passa”, na expressão de Pedro Carrilho de Andrade⁵⁵ — deveria corresponder uma tática peculiar. A forma específica das “regras paulistas” para o ataque aos índios, chamada de “albarrada”, era

⁵² Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ Informação anônima do Brasil, década de 1680. BNP, códice 30, fl. 209. Para um retrato desses “bandeirantes” em ação, veja também John Hemming. *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, p. 238-53.

⁵⁵ Memorial de Pedro Carrilho de Andrade, 1703. AHU, Pernambuco, caixa 16.

assim estabelecida em um regimento de 1727: a aproximação se fazia com cautelas indígenas, seguindo os rastros, "sem tosse nem espirros", até chegar bem próximo do inimigo e então, com um grito medonho para apavorá-los, fazer o assalto.⁵⁶ Os paulistas imitavam, assim, o modo de guerrear dos índios. Frei Vicente do Salvador explicava que os índios costumavam aproximar-se sorrateiramente da aldeia de seus contrários, "de maneira que possam entrar de madrugada e tomá-los des-cuidados e despercebidos, e depois entram com grande urro de vozes e estrondo de buzinas e tambores que é espanto".⁵⁷ Mas a tática dos paulistas previa também algumas negações. Em 1676, o capitão sampaulista Manuel de Lemos quis enganar os topins que estavam levantados na região do Recôncavo baiano, falando-lhes que os paulistas "não eram brasileiros, mas um povo diferente, seus parentes e que [feitas as pazes] poderiam comer juntos, casar seus filhos com filhas deles, e as filhas deles com seus filhos".⁵⁸ Outro costume era o de amedrontar com fortes ameaças aos inimigos, como o fez Domingos Jorge Velho com os cracuis rebeldes do rio São Francisco.⁵⁹ Segundo João Lopes Serra, que descrevia o modo genérico das táticas paulistas,

"... tão logo as bandeiras encontram os bárbaros, eles [os paulistas] fingem que o capitão-mor está próximo com mais tropas e que sua rendição é necessária, caso contrário seriam todos mortos pelas armas de fogo — e o fazem entender o que isso significa atirando em alguns animais, que eles matam, coisa que assusta grandemente aos bárbaros. Se eles se rebelarem, os paulistas fazem-nos entender que os perseguirão mesmo que se espalhem pelo sertão".⁶⁰

Como vimos no Capítulo 3, com a intensificação dos "ataques" dos bárbaros às fazendas e vilas no Nordeste e o completo fracasso das investidas das tropas regulares ou das jornadas organizadas com as or-

⁵⁶ Regimento que se deu a Pedro Leolino Mariz, 1727, citado por Pedro Calmon. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959, vol. III, p. 721-2.

⁵⁷ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627* (1627). São Paulo/Belo Horizonte, 1982, p. 85.

⁵⁸ João Lopes Serra. "Vida o panegirico funebre. . . 1676", p. 69-71.

⁵⁹ F. Bernard de Nantes. *Relation de la mission des indiens Kariris du Bresil situés sur le grand fleuve de S. François du côté du Sud a 7 degrés de la ligne Equinoxiale*. 12/9/1702, manuscrito de coleção particular, fl. 22 e ss.

⁶⁰ João Lopes Serra. "Vida o panegirico funebre. . . 1676", p. 71-2. Como veremos no capítulo 6, o mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro ficou marcado pelo ardil com que agiu no massacre dos paiacus da ribeira do Jaguaribe.

denanças locais, a utilização dos sertanejos paulistas parecia solução necessária. Avaliando o mal desempenho das jornadas dos capitães Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-54), Tomé Dias Lasso (1656) e Bartolomeu Dias Aires (1657), o novo governador-geral do Brasil, Francisco Barreto, resolveu pela "contratação" de uma companhia de paulistas experientes. Como já foi dito, o mestre-de-campo-general nomeado para a guerra contra os holandeses conhecia bem as vantagens do uso da arte da guerra brasileira. Feito governador de Pernambuco logo após a expulsão dos holandeses, havia mandado castigar os tapuias do Rio Grande e "tirar a ocasião dos [destruir os] mocambos" dos negros dos Palmares.⁶¹ Quando escreveu ao capitão-mor de São Vicente para acertar um contrato com os paulistas, julgava que apenas estes "sertanistas" poderiam enfrentar com sucesso os índios bárbaros. Dessa maneira, foi a expedição capitaneada por Domingos Barbosa Calheiros contra os topins no Recôncavo baiano (1658), que inaugurou a presença dos paulistas nas guerras do sertão nordestino.

Inicialmente "contratados" sob promessas de cativos, terras e, de maneira incerta, soldos, a participação dessas tropas treinadas para o combate nos matos evoluía para maior formalização nos quadros da estrutura militar do Estado do Brasil. Com efeito, é justamente o que se passa no governo de João de Lencastro (1694-1702), quando as estratégias para o enfrentamento dos tapuias rebeldes na Guerra do Açu se esgotavam e a própria presença do Império na região estava em perigo. Perigo imposto muito mais pela longa duração da guerra, que degenerara o povoamento do sertão pernambucano, do que pela ferocidade dos combates. Para Lencastro, "só esses homens" eram "capazes de fazer guerra ao gentio", como já o haviam demonstrado na Bahia, "deixando em poucos anos essa capitania livre de quantas nações bárbaras a oprimiam, extinguindo-as de maneira que de então até hoje, se não sabe haja nos sertões que conquistaram gentio algum que o habite".⁶² Nesse sentido, como vimos no capítulo anterior, seguindo os conselhos do secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, o rei ordenou em uma carta de 10 de março de 1695 que o governador-geral levantasse um terço de paulistas para a guerra aos bárbaros do Rio Grande, na vila de São Paulo e nas mais circunvizinhas.⁶³ Domingos Jorge Velho, em

⁶¹ Carta do conde de Atouguia para o mestre-de-campo general Francisco Barretto, 20/3/1655. *DH*, 3:265.

⁶² Carta de João de Lencastro ao governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas, 11/11/1699. *DH*, 39:86-92.

⁶³ Carta régia ao governador-geral, 10/3/1695. *DH*, 11:252-4.

1694, havia opinado sobre o caráter um pouco lasso das tropas de São Paulo até então. Segundo seu parecer, as tropas com que iam “à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão não [eram] de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade, nem obrigada por soldo, nem por pão de munição”; antes, eram “umas *agregações* que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos famos”.⁶⁴ Diferentemente do que se praticara, a novidade era que se tratava agora de erigir um terço de infantaria, isto é, de tropas regulares, cujos postos deveriam ser devidamente assentados e pagos. Na capitania de Pernambuco, existiam então apenas os terços da guarnição da vila do Recife, da cidade de Olinda, de Itamaracá e o terço dos Palmares, recém-criado.⁶⁵ O terço dos Palmares e o da Guerra dos Bárbaros eram representativos do processo de formalização da “guerra brasileira” que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do Império português e ganhava uma identidade particular, com uma legislação própria. Essas guerras previam contratos para a remuneração dos serviços que ultrapassavam o simples pagamento dos soldos, com promessas de cativos e terras, e uma legislação especial que garantia a utilização de crueldade máxima para com os inimigos. Isso porque, para além da natureza das técnicas militares em uso nos matos e sertões, típicos do modo “brasílico” da arte da guerra, estas tropas tinham autorização expressa de assim tratar os inimigos contra os quais elas haviam sido mobilizadas: sejam eles bárbaros ou quilombolas, ambos tidos por infiéis e inimigos do Império português e, portanto, do orbe cristão.

Cabos e soldados

Como foi dito no final do capítulo anterior, para comandar o “novo terço” do Açu, foi escolhido o sargento-mor do terço de Matias Cardoso, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Segundo a “lista dos soldados do terço do mestre-de-campo” e a “lista dos assentados na companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho”, ambas de 1698, quando o terço foi formado e se reuniu na Bahia, possuía dez companhias, como era de regra, incluindo a do mestre-de-campo.⁶⁶ No entanto, é claro que não havia 2.500 homens inscritos, muito pelo contrário. O contingente total

⁶⁴ Carta de Domingos Jorge Velho ao rei, 15/7/1694. Apud: Ernesto Ennes. *As guerras dos Palmares (subsídios para a sua história)*. São Paulo, 1938, p. 205. O grifo é meu.
⁶⁵ Relação dos oficiais de milícia pagos que servem na capitania de Pernambuco, por Sebastião de Castro e Caldas, 20/6/1710. AHU, Pernambuco, caixa 17.
⁶⁶ IHGRN, caixa 89 e caixa 65. A segunda foi publicada por Olavo de Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal, 1997, p. 122-9.

do terço totalizava apenas 227 homens em armas. Para aumentar o número, Lencastro havia ordenado, em janeiro de 1699, que Bernardo Vieira de Melo mandasse em auxílio do paulista quantos arcos pudesse retirar das aldeias de Alagoas do Guaperu (Guajiru) e das Guaraíras.⁶⁷ Além disso, lançou-se um bando que concedia perdão aos criminosos que fizessem parte da conquista dos bárbaros no Rio Grande. O mestre-de-campo, apoiado nesta decisão, fez ele mesmo um edital convocando os criminosos “metidos no sertão” a se apresentarem, sob pena de serem presos e remetidos ao capitão-mor.⁶⁸ Lencastro ordenou ao capitão-mor do Ceará que fossem dados os índios que Navarro pedisse das aldeias de Paranaimirim, Paupina, Purangana, Guanacis e “três lotes da nação jaguaribara”.⁶⁹ Como veremos, estes guerreiros índios de fato se agregaram ao terço mais tarde. Em sua configuração original, o terço possuía 44 oficiais (19%), ou “praças de primeira plana”, e 183 soldados (81%), entre os quais onze cabos de esquadra e dez tambores. Os oficiais, além dos dez capitães de companhia (o mestre-de-campo acumulava o posto de capitão de sua própria companhia), eram quatro ajudantes (dois do número e dois supras, todos na assistência do mestre-de-campo), dez alferes, um sargento-mor e dezenove sargentos. O capelão, frei Antônio de Jesus, era irmão do mestre-de-campo e estava com ele assentado. Como foi dito acima, durante a viagem os paulistas haviam perdido vários soldados por conta de uma bexiga. Entre eles o sargento-mor Antônio Ribeiro Garcia, o capitão Antônio Raposo Barreto, dois sujeitos de “maior suposição”, o sargento Clemente de Cardoso e o alferes Domingos do Prado.⁷⁰ Para substituir Antônio Ribeiro Garcia foi nomeado no posto o capitão-mor de uma das companhias, José de Moraes Navarro.⁷¹ Como não é provável que ele tenha acumulado os postos, por ser proibido pelo regimento das fronteiras, sua companhia deve ter sido integrada à outra. Não obstante esse detalhe, temos re-

⁶⁷ Carta de João de Lencastro para o capitão-mor do Rio Grande, 21/1/1699. *DH*, 39:20.

⁶⁸ Bando do governador-geral para a capitania do Rio Grande, 1698. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 88v; e edital que o mestre-de-campo mandou lavrar, 18/2/1699. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 90v.

⁶⁹ Carta de João de Lencastro para o capitão-mor do Ceará, 21/1/1699. *DH*, 39:21.

⁷⁰ Carta de João de Lencastro para o governador de Pernambuco, 10/12/1698. *DH*, 38:455-6 e Carta de João de Lencastro para o Moraes Navarro, 21/1/1699. *DH*, 39:6-11.

⁷¹ Carta patente 7/1/1700. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43. José de Moraes Navarro era “de ordinária estatura, alvarinho, cara comprida, olhos e cabelos negros de idade de 24 anos; sentou praça de capitão de infantaria de uma companhia do terço pago da campanha do Açu” em 13/8/1698, com 7\$640 réis de soldo por mês. No dia 11/7/1700 passou a sargento-mor do terço, com 13\$000 réis de soldo por mês. Certidão de fé de ofícios, 4/10/1705, AHU, Rio Grande, caixa 1, 61.

ferências às dez companhias, seja na lista elaborada pelo escrivão Francisco Pinto, na mostra que diz ter passado o terço, seja na lista dos assentados na companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho, que chegaram mais tarde. Além da companhia do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, as outras nove eram chefiadas pelos seguintes capitães: Bento Nunes de Siqueira, José Porrate de Moraes Castro, José de Moraes Navarro, Manuel da Mata Coutinho, Antônio Raposo Barreto, Salvador de Amorim e Oliveira, Francisco Lemos Matoso, Antônio Gago de Oliveira e Manuel de Siqueira Rondon.⁷²

Uma das novidades instituídas pelo regimento das fronteiras era a obrigatoriedade de se manter um livro dos assentamentos de cada terço, para que fosse possível o controle dos pagamentos dos soldos e do serviço dos oficiais e soldados. De acordo com o capítulo terceiro do regimento, nestes livros de protocolo se declarava "o dia em que começaram a servir e as praças de primeira plana se porão cada uma em sua lauda, e as de soldados da mesma maneira, declarando-se em cada assento a terra donde cada um é natural, e o nome do pai, e os sinais do rosto, e estatura do corpo, e os anos de idade em que assentou praça".⁷³ O "livro do escrivão do terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro", isto é, o livro de assentamento deste terço, encontra-se hoje, ainda que desfolhado e disperso, nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.⁷⁴ Além disso, várias das laudas estão prejudicadas e, por vezes, ilegíveis. Não obstante, é depositário de valiosas informações, uma vez que cumpria à risca o estabelecido no regimento das fronteiras e, pelo conjunto obtido de registros, permite-nos fazer ilações estatisticamente significantes. Dos 243 registros que conseguimos recuperar, 19 de oficiais (8%) e 224

⁷² As patentes dos oficiais estão registradas, entre agosto e outubro de 1698. *DH*, 58:167-204. Lista dos soldados do terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro (1698). IHGRN, caixa 89; e a lista dos assentados na companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho (1698). IHGRN, caixa 65. O quadro completo do terço dos paulistas, no início de suas atividades, pode ser visto no Anexo 5.

⁷³ Veja os capítulos 14 a 16 do Regimento das Fronteiras de 1645, in: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, 632.

⁷⁴ IHGRN, caixa 34. Quando o terço foi dissolvido em 1716, sendo incorporado ao da fortaleza dos Reis Magos em Natal, sua documentação aí repousou até que, nas primeiras décadas deste século, foi transferida para o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Desejo aqui agradecer a Olavo de Medeiros Filho, esse grande estudioso da história potiguar, pela ajuda inestimável durante minhas pesquisas neste Instituto. Devo a ele e a Fátima Martins Lopes o auxílio na transcrição de alguns documentos, que se encontram extremamente prejudicados.

de soldados (92%), podemos obter um quadro étnico e etário, além de informações sobre sua origem e fisiologia.

A etnia era descrita em referência a um grupo (negro da guiné, cariri, paiaçu, por exemplo), ou a um aspecto fisiológico da cor (alvo, trigueirinho, pardo etc.). Dessa forma, consideramos mais adequado agrupar na Tabela 1 as descrições em termos mais genéricos, como "brancos", "índios", "negros" e "mestiços", ao mesmo tempo em que mantivemos a descrição original. Cerca de trinta registros (12,3% do total) têm este item incompleto ou não declarado, de modo que as porcentagens são feitas sobre o total incluso. O dado que mais sobressai é que a maioria absoluta (54%) do contingente é formada por índios, o que confirma as assertivas que fazíamos acima, demonstrando que mesmo os indígenas eram formalizados nas tropas regulares, sendo providos nos postos de soldados. Havia queixas de que sua presença apenas inflacionava o montante dos pagamentos devidos ao terço, de maneira que se desconfiava de fraudes mediante a inscrição de "índios brancos", cuja identificação era por vezes difícil aos encarregados da fiscalização. Com efeito, as descrições dos indígenas são sempre sumárias e se limitam, na maior parte das vezes, ao prenome. Assim, Gaspar, Miguel, Silvestre e Dom Pedro, por exemplo, eram "índios da terra", isto é, da terra dos paulistas, e tinham sido assentados em 1698. Apresentar outro Gaspar, Miguel, Silvestre e Dom Pedro, no lugar daqueles, em uma mostra cinco anos depois, não era coisa difícil de se fazer. Os 27 cariris da Paraíba, que foram assentados no dia 22 de outubro de 1699 e recebiam de soldos 1\$866 réis cada, poderiam render no conjunto uma quantia não desprezível de 50\$382 réis. Pior ainda, em alguns casos, alguns tapuias que recebiam soldos residiam alhures. Este foi o caso dos "tapuios paiaçunenses" do sargento-mor José de Moraes Navarro, a quem pedia a manutenção do pagamento, mesmo estando eles assistindo em uma missão jesuíta.⁷⁵ Por vezes, até a legalidade das guerras podia ser contestada por conta do pagamento dos soldos. Em 1712, os oficiais da câmara de Natal denunciavam o mesmo sargento-mor por interceder a favor dos panacuaçu, índios jurados de guerra, porque temia que as "praças e meias-praças de soldados que lhe mandou pagar a Fazenda

⁷⁵ Com efeito, o sargento-mor do terço dos Açú, José de Moraes Navarro, escreveu ao rei em 23 de janeiro de 1714, dizendo que, como havia estabelecido o governador Sebastião de Castro e Caldas, os paiaçus, ou "tapuios paiaçunenses", que estavam assentados nas companhias do terço recebiam meio soldo de paga, tal como "o gentio de Palmares", por serem muito fiéis tendo lutado até contra seus próprios parentes. Por ocasião de umas perturbações, em 1713, quando os caborés deram guerra aos mo-

Tabela 1. Distribuição das etnias no terço do mestre-de-campo Morais Navarro

grupos	%	descrição	número	%
brancos	23,5%	alvos	50	23,5%
índios	54,0%	índio (genérico)	37	17,4%
		canindé	8	3,8%
		cariri	27	12,7%
		do silva	4	1,9%
		paiaçu	15	7,0%
		tapuia	24	11,3%
mestiços	13,6%	amulatado	1	0,5%
		moreno	7	3,3%
		trigueiro	7	3,3%
		pardo	11	5,2%
		cariboca	3	1,4%
negros	8,9%	preto	19	8,9%
Total	100,0%		213	100,0%

Fonte: Livro do escrívão do terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro, IHGRN, caixa 34.

Real pelos tapuias de seu terço", isto é, os soldos e meios-soldos, não lhe fossem honrados.⁷⁶

Não obstante, o grosso da presença indígena nas expedições militares era resultante da agregação informal de guerreiros "aliados", segundo a conveniência momentânea, fosse pelo pagamento de presentes e ferramentas, fosse pela promessa de derrotar inimigos centenários, fosse pela simples coação, instigando temor de castigo ou outras violências. Como se percebe, geralmente o recrutamento dos índios nas aldeias "aliadas" era também momento de grande violência e, por vezes, motivo de novos levantes. No segundo semestre de 1677, por exemplo, o governo-geral ordenara o capitão-mor Agostinho Pereira Bacelar a "reconduzir" (quer dizer, recrutar) os índios necessários para a jornada ao sertão de Baião Parente nas aldeias do Itapecurumirim, Massacará e Natuba. Havendo recolhido nas duas primeiras alguns índios, o principal da última, um certo Cristóvão (que tinha patente de capitão), não

radores, como o sargento estivesse em Pernambuco, os paiaçus se retiraram para uma aldeia administrada pelos jesuítas. Como o padre responsável havia recomendado ao governador que desse baixa nos assentos desses índios no período que não estavam na companhia, o sargento-mor pedia que o rei considerasse que o pagamento fosse continuado, pois "não é possível sustentarem-se sem o soldo porque sem ele só podem fazer andando a montaria pelas serras e muito remontadas do arraial e sendo assim não podem estar prontos para o serviço". *RIHGRN*, 10:159-62.

⁷⁶ Carta dos oficiais da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 2/12/1712. *IHGRN*, caixa 75, livro 5, fl. 101-2v.

quis aceitar a ordem e seus índios acabaram matando o capitão "às frechadas atrozmente". Em consulta geral, o governo decidiu que deveriam ser capturados e punidos apenas os culpados e que, se os outros insistissem em se manter levantados, todos deveriam ser punidos, matando-se os resistentes, segundo a "provisão extravagante" de 1611, isto é, em guerra justa.⁷⁷

Prática comum, instituída pelos paulistas no sertão de Pernambuco, era manter a "bagagem" (como eram chamadas as crianças e mulheres dos tapuias que acompanhavam as marchas) como refém em um aldeamento "seguro", enquanto os guerreiros cumpriam um recrutamento forçado em alguma expedição de guerra. Em 1689, a contenda entre Domingos Jorge Velho e o capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, resultara de que o segundo roubara a "bagagem" que o mestre-de-campo havia deixado na aldeia dos jesuítas como "refém" para a "segurança dos pais e maridos que consigo levou para o serviço de Sua Majestade e línguas das suas marchas". O paulista estava muito preocupado com a reação dos tapuias, caso soubessem da espargela.⁷⁸ Por outro lado, quando os tapuias levavam consigo suas mulheres e filhos, também podiam ter problemas. Consta que, em 1712, alguns tapuias abandonaram o terço por causa das opressões que sofriam de outros soldados e "das dezenas de atrocidades [cometidas contra] tapuias casadas e solteiras".⁷⁹

Por outro lado, os paulistas também encontravam resistência ao recrutamento de índios da parte dos moradores, constantemente interessados na mão-de-obra. Em 1704, uma carta régia esclarecia que não se deveria tirar os índios das aldeias para "se encher o terço dos paulistas que assistem no Açu, [...] pela aversão que os tais índios têm aos paulistas, e que só das aldeias da Paraíba se pode tirar algum, por terem já servido com os mesmos paulistas". E se alguns índios fossem recrutados, deveriam sê-lo voluntariamente ou granjeados pelos paulistas "pela sua diligência e indústria", e jamais contra a sua vontade, "porque desta vexação se poderá seguir que muitos desamparem as aldeias em que estão em grande dano do meu serviço e dos moradores desta capita-

⁷⁷ Patente, 20/10/1677. *DII*, 13:17-8. A patente do capitão dos índios garantia "que nenhum dos cabos das froas de São Paulo, nem outras quaisquer pessoas delas, que por aquelas partes forem, entendam com o dito capitão, nem perturbem a gente da sua aldeia". Patente, 9/4/1678. *DII*, 13:31-2.

⁷⁸ Carta do arcebispo ao capitão-mor do Rio Grande, 27/8/1689. *DII*, 10:369-71; e a carta de Domingos Jorge Velho ao arcebispo, 27/8/1689. *DII*, 10:371-3.

⁷⁹ Carta dos oficiais da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 2/12/1712. *IHGRN*, caixa 75, livro 5, fl. 101-102v.

nia, privando-se do benefício que recebem dos mesmos índios".⁸⁰ Os oficiais da câmara de Natal haviam se queixado da falta de índios para o seu serviço em razão de se achar a maior parte deles alistada no terço dos paulistas, "o que se deveria remediar tirando-os do dito terço e metendo nele muitos vadios e índios do Ceará grande donde há quantidade e menos ocupação".⁸¹ Em 1706, consta que tamanhas eram as tiranias praticadas pelos paulistas, que Francisco de Castro Morais, governador de Pernambuco, disse que "lhe parecia ser mais fácil unirem-se lobos com ovelhas que os índios aos paulistas". Em razão do que ordenava que fosse suspenso o envio de índios do Ceará para o Açu, pois lhe parecia que o melhor era que os paulistas os recrutassem entre os bravos e não entre os aldeados, a não ser em casos precisos.⁸²

No terço de Navarro, apenas 9% dos soldados eram "pretos", do genito da Guiné, do reino de Angola ou de Pernambuco. Só um é descrito claramente como forro: Lino Barbosa, soldado preto que era "crioulo forro de Pernambuco, do terço de Henrique Dias" e tinha trinta anos quando tomou assentamento em 1700, o que não o impediu de fugir oito anos depois. A maioria dos tambores, espécie de ajudante que ia junto com o alferes e acompanhava a bandeira da companhia, também era de negros. Apesar da proibição cabal do Regimento das Fronteiras de se alistar um criado como soldado, os tambores eram exceção, pois não recebiam soldos.

O capítulo 17 do Regimento das Ordenanças de 1570 estabelecia que o capitão da companhia "fará servir um criado seu [como tambor], que para isso mandará ensinar, pelo honrado cargo que se lhe dá" — o que podemos generalizar para as tropas regulares.⁸³ Os mestiços eram muito poucos, ainda mais se considerarmos que as denominações "pardo", "moreno" e "trigueiro" não necessariamente se referiam a mestiços *stricto sensu*. O garoto de quinze anos José da Costa Pinheiro (filho do sargento do número, Antônio Pinheiro) era "espigado do corpo, cara comprida, da cor morena, cabelo estirado, olhos pretos". Francisco Mendes de Sousa, natural de Igarapé, 27 anos, tinha "olhos grandes, cara

⁸⁰ Carta da infanta de Portugal ao governador de Pernambuco, 18/7/1704. AHU, cód. 257, fl. 138v-9.

⁸¹ Carta da infanta ao capitão-mor do Rio Grande, 13/8/1704. AHU, cód. 257, fl. 154v. A carta da câmara de Natal é de 5 de fevereiro.

⁸² Carta do governador de Pernambuco ao capitão-mor do Ceará, 19/8/1706. AHU, cód. 257, fl. 177v-8. Repete a mesma ordem, na mesma data, ao capitão-mor do Ceará. AHU, cód. 257, fl. 178.

⁸³ Regimento das ordenanças de 1570. In: M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 162.

grande, cor pálida, cabelo grisalho, estatura mediana e refeito de corpo". Já Brás Rodrigues Gato, natural do Espírito Santo, 32 anos, era "espigado de corpo, nariz acachapado, ventas grande, cara comprida, e com muitos dentes menos assim debaixo como de cima".

A idade média dos inscritos no terço era de 29 anos, a distribuição era surpreendentemente homogênea.⁸⁴ O soldado mais jovem era Antônio Leitão Arroz, que assentou como cabo de esquadra com apenas doze anos. E o ancião, Antônio Carvalho Maciel, filho de Diogo Carvalho, com 54 anos, "cabelo espesso e com [mechas] brancas, rosto comprido, olhos pequenos e uma verruga ao pé do nariz da parte direita". Ambos eram de Pernambuco e assentados em 1699.

Outra informação de grande interesse refere-se aos motivos das baixas. Como se pode observar na Tabela 2, entre as razões das baixas nos 129 assentamentos de que temos notícia, a esmagadora maioria era a deserção, isto é, o soldado sumiu ou fugiu (63,5%). Por outro lado, pouquíssimos deram baixa por morte (11%) ou por doença (4%). Havia motivos mais prosaicos, como o caso do soldado Francisco Mendes de Sousa, que, em 21 de janeiro de 1715, depois de servir por dezesseis anos, conseguiu sua baixa porque "deu outro por si". João Malheiros já havia feito o mesmo em 1705, pondo "um homem no seu lugar". As fugas podiam ser combinadas: os negros Marcos Ruiz, Dionísio Pereira e Francisco Álvares, todos assentados no dia 28 de junho de 1704, foram dados por fugidos na mostra de 27 de outubro do ano seguinte, ao passo que Antônio Velho, Cosmo da Silva, Francisco Gonçalves e Manuel da Costa estavam fugidos na mostra de 27 de setembro de 1706.

Tabela 2. Motivo das baixas no terço do mestre-de-campo Morais Navarro

motivo	número	%
sumiu	82	63,5
"normal"	20	15,5
morreu	14	10,8
doeceu	5	3,9
transferido	5	3,9
outros	3	2,4
Total	129	100,0

Fonte: Livro do escrivão do terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro, HGRN, caixa 34.

⁸⁴ Dos 227 membros do terço dos paulistas, há informações sobre a idade de apenas oitenta e nove.

Dinheiro e farinha

Como vimos acima, o regimento das fronteiras criou o posto de vedor-geral para regulamentar, antes de mais nada, a fiscalização do pagamento do soldo das tropas. Nesse momento, as mostras, como que um recadastramento, passaram a ser periódicas e com fiscalização rigorosa, tornando-se a ocasião do pagamento dos soldos. Só receberiam os presentes e toda tentativa de burlar a fiscalização seria punida com multas, prisão ou degredo. Como não havia vedores no Brasil, a função era desempenhada pelos provedores. De fato, desde 1638, de acordo com o regimento de dom Fernando Mascarenhas, conde da Torre, na Colônia as mostras era feitas sob olhar do mestre-de-campo, que deveria conferir os nomes no livro de assentamento, juntamente com o provedor-mor.⁸⁵ O pagamento dos soldados da infantaria era feito no "dia da mostra", e era comum haver queixas sobre o acerto das contas, pois a cobrança das dívidas dos soldados era feita simultaneamente, tal como era "estilo praticar-se em toda parte". Esta parecia a única maneira de evitar as queixas e, de toda maneira, não seria "tão grande a dilação que há em que passe o dinheiro da mão do soldado a quem se dá, à do sargento que está com ele na ocasião da paga".⁸⁶ Em 1690, preocupado com o descalabro da situação dos dois terços em Pernambuco, o governador "tucano" Câmara Coutinho⁸⁷ chegou ao cúmulo do zelo: ordenou que a mostra fosse feita "na sala do palácio, mandando lançar bando um dia antes ao som das caixas". O dinheiro era dado "na mão", e "ali se examina o soldado que assiste e serve e o que não aparece não tem nada". Berredo Pereira revela que havia muitas fraudes, como pessoas que só apareciam no dia da mostra, ou ainda meninos alistados, "filhos daqueles que serviam na câmara".⁸⁸ Passados alguns anos, com respeito ao

⁸⁵ Regimento de dom Fernando Mascarenhas, 13/8/1638. *DH*, 79:187-209.

⁸⁶ *DH*, 39:194-5.

⁸⁷ Este seu apelido fora dado por Gregório de Matos, por possuir um grande nariz "que entra na escada duas horas primeiro que seu dono". Além disso, o poeta o satirizava com seu preconceito: falava de seu "sangue mameluco", acusando-o de ser "filho do Espírito Santo e bisneto de um caboclo". *Obras completas*. Bahia, 1968, vol. 1, p. 201-23. Apud: nota de José Antônio Gonsalves de Mello. In: Gregório Varela de Berredo Pereira. "Breve compêndio. . .". *RIAP*, 51:292, 1979.

⁸⁸ Mandava, ainda, que fossem feitos vinte dois livros de assento: "vinte para os dois terços e um para a primeira plana [isto é os oficiais] e outro para os artilheiros, para por eles se continuarem as mostras, fazendo novo assento neles". Gregório Varela de Berredo Pereira. "Breve compêndio. . .". *RIAP*, 51:273-4, 1979.

terço dos paulistas, o rei, preocupado com o possível absentismo destes, ordenou em carta régia de 3 de novembro de 1698 que se lhes pagasse na mostra, mas no Rio Grande.⁸⁹ De nada adiantou, pois em 1708, quando o provedor da Fazenda do Rio Grande foi pagar os soldos, percebeu que estava remunerando soldados que ou haviam fugido ou falecido, fraude que resultou em uma ordem régia para que o mestre-de-campo restituísse o dinheiro.⁹⁰

Os soldos, como é natural, variavam de acordo com a posição do indivíduo. Ainda compulsando a documentação relativa ao terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro, podemos apresentar um quadro destes valores e calcular o seu custo total em salários. Na verdade, o soldo era pago sem muita regularidade, donde as várias reclamações e pedidos de liberação dos dinheiros, e seu resultado final era uma conta de chegada em que eram descontados todos os gastos e adiantamentos feitos pelo soldado. Além disso, havia uma outra dimensão importante na arregimentação dos soldados. Estes, apesar de valerem individualmente pelo recebimento dos soldos que lhes correspondiam, acabavam, por vezes, servindo como uma "reserva de renda" do mestre-de-campo ou do capitão da companhia, verdadeiros "senhores da guerra". Contentes com poder se alimentar e vestir de sua atividade, ou mesmo infelizes pelo recrutamento compulsório, é certo que os soldados deveriam, no final das contas, deixar grande parte do seu pagamento nas mãos de seus "senhores", isto é, oficiais, ou mesmo faziam-se apenas constar, para que um capitão recolhesse para si os soldos. Era o que denunciava, em 1700, o capitão-mor do Rio Grande, para quem o mestre-de-campo paulista estava "comendo as praças de tapuias, que andam pelos seus ranchos e de soldados, alguns que nem na mostra apareceram".⁹¹ Era um típico caso em que o roto ria-se do esfarrapado. Bernardo Vieira de Melo havia sugerido, três anos antes, que os vinte soldados da fortaleza de Natal "fossem escolhidos [. . .] entre os naturais e aqui pagos".⁹² Em janeiro de 1698, sem perceber a patifaria, que ia travestida de zelo público e um certo nativismo, o rei resolveu que ele tinha razão de dar preferência aos naturais para servirem de soldados nos presídios porque os de fora logo que chegavam tratavam de

⁸⁹ Carta régia a João de Lencastro, 3/11/1698. AHU, cód. 246, fl. 76v.

⁹⁰ Carta régia 28/5/1709. AHU, cód. 257, fl. 235v.

⁹¹ Carta de Bernardo Vieira de Melo ao rei, 6/6/1700. AHU, Rio Grande, caixa 1, 49.

⁹² Papel de Bernardo Vieira de Melo, c. abril de 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 42, ponto 6.

fugir, e os naturais eram "mais empenhados na conservação da terra onde nasceram".⁹³ Contudo, em junho de 1698, o governador-geral alertava que essa história de Bernardo Vieira de Melo criaria um caminho para desvios fiscais, pois "os capitães-mores do Rio Grande hão de meter no número dos vinte soldados seus filhos, criados e escravos pela conveniência da praça e dar-lhes baixa em findando o seu posto".⁹⁴ Dando o braço a torcer, o rei respondeu que, "suposto que o que representais [era] mais convincente, se continu[asse] com a forma do que até agora se usava". O provedor da Fazenda do Rio Grande é que devia ficar encarregado de passar a lista do assentamento e fazer a mostra, conforme o regimento das fronteiras.⁹⁵ Tais práticas, como se percebe, desmoralizavam a hierarquia e o serviço militar, dando lugar à corrupção e outras vilanias. Nesse sentido, descrente do potencial do exército luso diante do inimigo holandês, o padre Antônio Vieira, no sermão da visitação de Nossa Senhora (Bahia, 1640), havia se queixado: "Como havia de se restaurar o Brasil, se o capitão de infantaria, por comer as praças aos soldados, os absolvía das guardas e das outras obrigações militares. . . ?".⁹⁶

Na rotina da vida militar em tempos de campanhas, o exército vivia dos mantimentos e recursos enviados pela administração colonial, assim como do controle e da repartição dos recursos locais. Na Europa, este uso dos recursos locais, típico na dinâmica da guerra dos tempos modernos, era conhecido pelo nome de *Brandschatzung* (dinheiro de incêndio), isto é, o exército ameaçava incendiar ou saquear uma região se não lhe fosse concedido um tributo em espécie ou em mantimentos, como "taxa de proteção".⁹⁷ Mudando o que devia ser mudado, as coisas funcionavam da mesma maneira nos sertões ocupados pelas forças militares encarregadas de defender os moradores de uma ameaça "externa". As vilas, as fazendas e os currais entregavam gados e farinha aos seus "protetores", acreditando que estes custos seriam menores do que as perdas no caso de um ataque dos índios. Em algumas ocasiões, o

⁹³ Carta do governador de Pernambuco. *RIHGRN*, 10:129-30 e 134; Carta régia 16/12/1698, AHU, cod. 256, fl. 278; seguindo a resolução da consulta do Conselho Ultramarino, 23/12/1697. AHU, cód. 252, fls. 213-4.

⁹⁴ *RIHGRN*, 10:135.

⁹⁵ Carta régia ao governador de Pernambuco 17/9/1698. AHU, cód. 256, fls. 282v-3.

⁹⁶ "Sermão da Visitação de Nossa Senhora, no Hospital da Misericórdia da Bahia" (1640). In: *Sermões do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa, 1690, sexta parte, p. 408.

⁹⁷ Geoffrey Parker. *La révolution militaire, la guerre et l'essor de l'Occident, 1500-1800*. Paris, 1993, p. 95.

governo-geral assumia a restituição das perdas dos moradores. Quando governador-geral, Francisco Barreto ordenou que os mantimentos necessários para a vinda da gente paulista ao sertão da Bahia se fizessem por conta da Fazenda Real.⁹⁸ A portaria de 16 de outubro de 1658 autorizava a tomada das reses que fossem necessárias ao sustento da gente do sertão, para "que se suprisse a falta de baleia e bacalhau" que eram enviados da Bahia. O tenente-general da artilharia, Pedro Gomes, deveria, ainda segundo esta portaria, passar recibo aos donos dos currais discriminando também a qualidade das reses tomadas porque a satisfação dessa dívida ficaria por conta da câmara da Bahia.⁹⁹ Mas, como o leitor pode imaginar, a regra era que o prejuízo fosse dos criadores. Segundo o padre João da Costa, quando Navarro e uma tropa de quatrocentos homens chegaram à ribeira do Jaguaribe, no final de julho de 1699, todos os moradores "fugiram dele e se retiraram, seja pela injustiça com que lhe quer tomar as suas terras, ou por se não verem obrigados a vender-lhe gados fiados, para nunca verem o dinheiro deles". João da Costa, missionário do Oratório de Pernambuco, conta que as tropas do terço não comiam há dois dias e que o mestre-de-campo "estava determinado a dar licença [aos seus homens] para tomarem os gados da ribeira que quisessem". Vendo tal disposição, temeroso de que "se arruinasse toda a ribeira e houvesse muitas mortes", ele mesmo diz ter pago o gado: "Fiz tanto por acudir ao exército de Sua Majestade, como por evitar os danos que se temiam".¹⁰⁰ No ano seguinte, quando os famintos soldados do terço chegaram à barra do Ceará-Mirim, os moradores, assustados, explicaram que não tinham mantimentos suficientes. O mestre-de-campo estava autorizado apenas a fazer "negócios particulares" para o sustento das tropas, desde que o povo não fosse prejudicado.¹⁰¹

Por vezes, impostos extraordinários (fintas) podiam ser criados para fazer face aos custos das expedições contra os tapuias. A fórmula era assim explicada por Francisco Barreto ao governador do Maranhão, Pedro de Melo: "O estilo que nesta praça se observa nas ocasiões que se manda fazer guerra ao gentio bárbaro é dar à câmara tudo o que se há mister para a jornada, e pagá-lo o povo, pois em benefício dos morado-

⁹⁸ Alvará, 13/10/1657. *DH*, 4:55-6.

⁹⁹ Portaria que se passou a Pedro Gomes para tomar o gado necessário para o sustento da gente do sertão, 16/10/1657. *DH*, 4:56-7.

¹⁰⁰ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açu, 26/8/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

¹⁰¹ Carta dos oficiais da câmara de Natal ao mestre-de-campo, 22/11/1700. *IHGRN*, caixa 65, livro 3, fl. 97.

res, e por livrá-los das hostilidades que os tapuias lhe causam se faz tal despesa".¹⁰² De fato, em 1654, para realizar a jornada contra os índios que assolavam o Recôncavo Baiano, uma junta reunida na câmara de Salvador estimulou que seria necessário providenciar a compra de bens para serem dados aos índios que pretendiam recrutar e para o sustento da infantaria. Para os primeiros, "300 machados, 200 foices, 500 facas, 10 maços de velório, 10 caixas de pentes, 500 tesouras, 4.000 anzóis, 1.000 varas de pano de linho, 20 vestidos para os principais e 100 machados"; para a infantaria, "20 facões, 500 mochilas, 500 alqueires de farinha que se não pagarão mais de doze vinténs, 40 quintais de peixe, pão, 200\$000 réis para uma ajuda de custo para a infantaria, e outros 200\$000 para o cabo e seus capitães".¹⁰³ Os custos destas partidas foram calculados e seu encargo seria lançado por finta a todos os moradores de Salvador e do Recôncavo.¹⁰⁴ No dia 24, constatando que o rol dos gêneros necessários para a jornada orçava em cerca de 1:600\$000 réis, a câmara repartiu os encargos pelas freguesias, e os capitães das ordenanças deveriam se responsabilizar pela cobrança dos valores de seus subordinados (veja Tabela 3). A maior parcela recaiu sobre as freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Sergipe do Conde, que haviam feito uma petição para a guerra.

Quatro anos passados, a finta ainda esperava para ser lançada, pois a expedição não havia emplacado. Em 13 de fevereiro de 1658, uma junta na câmara de Salvador resolveu que os moradores concordavam em ser lançados, desde que com justiça. Além de que, de agora em diante, não assumiriam mais gastos sem serem consultados nem aceitariam ser a eles obrigados, pois tinham medo de que tal pagamento se tornasse "uma finta perpétua".¹⁰⁵ Algumas pessoas estavam excluídas naturalmente do pagamento de tais taxas, como os pobres e os oficiais "que trabalhem por seu braço".¹⁰⁶ De maneira geral, os familiares do Santo Ofício conseguiam escapar da tributação destinada ao sustento da infantaria e às demais despesas de guerra. Como podemos ver na recla-

¹⁰² 18/1/1663. *DH*, 5:188.

¹⁰³ 14/10/1654. *ACS*, 3:271-3.

¹⁰⁴ *ACS*, 3:271-3.

¹⁰⁵ *ACS*, 3:368-9. Ainda no dia 23 de novembro de 1661, os oficiais da câmara de Salvador mandaram vir perante si os cidadãos para que fosse aprovada uma resolução de se fazer guerra ao gentio bárbaro que se rebelara e causava estragos e fazia hostilidades nas freguesias de Jaguaribe, Cachoeira, Boipeba e Cairu, guerra "para que se extinguisse todos". E "para se fazer a dita guerra queriam e eram contentes que se lançasse finta por todos os moradores dela. . .". *ACS*, 4:91-3.

¹⁰⁶ *ACS*, 3:271-3.

Tabela 3. Valor das contribuições previstas na finta de 1654 para a jornada do sertão, segundo as companhias de ordenanças

Companhias de ordenança . . .	valor (réis)
do capitão Manuel Garzo, no Paraguaçu	130\$000
do capitão Sebastião Brandão, no Paraguaçu	170\$000
do capitão Belchior de Araújo da Saubara, no Paraguaçu	24\$000
do capitão Antônio de Magalhães, no Sergipe do Conde	160\$000
do capitão Felipe Barbosa, no Sergipe do Conde	140\$000
de Pernanmerin	80\$000
de Nossa Senhora do Socorro	80\$000
de Pácc	60\$000
de Matoim	80\$000
de Cutigipe	60\$000
de Paripe	60\$000
de Piraia	40\$000
de Taparica	30\$000
de Santo Amaro de Jaguaripe	30\$000
de Jaguaripe	100\$000
de Vitória e Eugia	16\$000
de Santo Amaro da Pitanga	60\$000
do capitão Francisco de Melo, na cidade "de porta a porta"	70\$000
do capitão Filipe Cardoso, na cidade "de porta a porta"	60\$000
do capitão Nicolau Botelho, na cidade "de porta a porta"	60\$000
do capitão Antônio de Souza da Praia, na cidade "de porta a porta"	60\$000
do capitão Antônio Pereira, "que é a dos bairros de porta a fora"	20\$000
Total	1:590\$000

Fonte: *ACS*, 3:273-4.

mação registrada no livro de atas da câmara de Salvador, o comissário da Inquisição, o jesuíta Simão de Soto Maior, ameaçava com excomunhão se o governador-geral insistisse em cobrar o imposto dos familiares, o que parecia um abuso aos olhos dos oficiais da câmara.¹⁰⁷ Alguns anos depois, em 1656, foi passada uma lei, reafirmada pela carta régia de 9 de dezembro de 1662, em que o rei estabelecia que "daí em diante não se isentasse privilegiado algum morador do Brasil por razão de hábito, qualidade ou ofício a pagar os donativos e contribuições para o sustento da infantaria dos presídios".¹⁰⁸ Por vezes, a resistência ao pagamento dessas contribuições irritava as autoridades. Em 1673, o governador-geral Afonso Furtado se exasperava com os criadores do Aporá: "Quando o gentio lhe tirava as vidas, roubava a fazenda e lhe comia os gados, e davam por perdidos os seus cabedais, sofriam todos estes males, e agora que se vêm livres de todos, uns se queixam de quatro vacas

¹⁰⁷ Carta, 9/5/1651. *CSS*, 1:35-6.

¹⁰⁸ Carta régia, 9/12/1662. In: Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 125-6.

que ferem ou matam, e outros negam até o mantimento para aqueles que os foram livrar".¹⁰⁹ Alguns anos depois, essa mesma destruição foi causada pelos próprios soldados, que consumiam os recursos locais — este, um dos motivos alegados pelo governador-geral para reformar as tropas de Antônio de Albuquerque Câmara e Manuel de Abreu Soares em 1690.

É certo que um grande atrativo para as tropas dos paulistas era a promessa de que lhes seriam cedidas as terras conquistadas aos índios. Seguindo o padrão do convite feito a Domingos Jorge Velho, o regimento do terço de Manuel Álvares Morais Navarro garantia aos paulistas a posse de todas as terras que conquistassem.¹¹⁰ Como veremos, esse tipo de disposição resultava em conflitos com os moradores e proprietários, em razão das incertezas quanto aos limites e dos abusos dos mestres-de-campo, que nunca hesitaram em misturar currais e fazendas com terras "devolutas". Não obstante, o valor dos soldos não era desprezível. No caso do terço dos paulistas, o mestre-de-campo recebia 24\$000 réis por mês.¹¹¹ Além disso, Navarro acumulava, por ser fidalgo com hábito de Cristo, 150\$000 de tença por ano, e mais outro soldo como capitão de companhia, que equivalia a 7\$640 réis por mês. Em um ano, recebia da Fazenda Real 529\$680 réis. Os outros soldos seguiam os valores da Tabela 4. Alguns deles poderiam variar, como o soldo do sargentos, que chegava a 2\$283 réis, ou o dos soldados índios, que normalmente eram pagos em meios-soldos, isto é, a metade do valor grafado no livro de assentamentos; isto porque a outra metade era, na maior parte das vezes, devida ao capitão do aldeamento ou aos missionários por eles responsáveis, como qualquer outra atividade remunerada de índios sob administração.¹¹² O custo total do terço, tal como se apresentou em 1698, era de 544\$982 réis por mês, o que implicava a considerável soma de 6:539\$784 réis ao ano.¹¹³

¹⁰⁹ Carta a Gaspar Dias, 19/7/1673. *DH*, 8:378.

¹¹⁰ Carta de João de Lencastro para Morais Navarro, 4/2/1699. *DH*, 39:41-5.

¹¹¹ AHU, Rio Grande, caixa 1, 60.

¹¹² Tal situação persistiu até a dissolução do terço, em 1712. Uma portaria do governador de Pernambuco, anexa ao "livro do escrivão", ordenava que o provedor do Rio Grande desse baixa definitiva aos "meios soldos" que os tapuias inscritos venciam. Livro do escrivão do Terço dos Paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro, nota de 31/5/1712. IHGRN, caixa 34, fl. 138.

¹¹³ Cinco anos passados, apesar da diminuição do contingente do terço, o valor total dos soldos continuava praticamente o mesmo. Em 1703, foram pagos 12:570\$800 réis relativos aos dois anos anteriores, ou seja, 6:285\$400 réis ao ano. Carta do governador-geral ao provedor da Fazenda de Pernambuco, 17/9/1703. *DH*, 39:193-4.

Tabela 4. Valor dos soldos no terço do mestre-de-campo Morais Navarro e estimativa de custos totais

Posto	réis / mês	quantidade	total
Mestre-de-campo	24\$000	1	24\$000
Sargento-mor	13\$000	1	13\$000
Capitão de companhia	7\$640	10	76\$400
Alferes	2\$666	10	26\$660
Ajudante	1\$866	4	7\$464
Sargento	1\$866	19	35\$454
Cabo de esquadra	1\$866	11	20\$526
Soldado	1\$866	183	341\$478
Total		239	544\$982

Fonte: Livro do escrivão do terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro, IHGRN, caixa 34; Certidão de fé de ofícios, 4/10/1705, AHU, Rio Grande, caixa 1, 61; Certidão, 25/5/1696, AHU, Rio Grande, caixa 1, 60.

Como o leitor pode avaliar, o dinheiro gasto pelo terço era alto, considerando que no ano de 1689 o contrato dos dízimos de toda a produção do Rio Grande fora rematado em 340\$000 réis, e chegara a 900\$000 antes do início das guerras. Uma "relação do dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas", assinada pelo provedor-mor Antônio Lopes Ulhoa, descrevia todos os gastos realizados desde a formação do terço em São Paulo até 1702.¹¹⁴ A Tabela 5 resume as informações deste documento e as agrupa por tipos de gastos. Havia, principalmente, custos relativos ao pagamento dos soldos, aos mantimentos enviados e, no caso desse terço, que fora formado em São Vicente, ao frete, isto é, ao transporte de toda a gente. No frete foram despendidos 2:082\$620 réis, e Antônio Veloso Machado levou quase a metade disso (1:020\$480) pelos seus serviços. O capitão do navio Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos faturou bem e ainda recebeu do governador-geral uma patente de capitão-de-mar-e-guerra. É que se tratava de um "recomendado" do governador do Rio, Artur de Sá e Meneses, a quem João de Lencastro queria agradar. Em uma carta de agosto de 1698, torna-se explícito esse caso de favoritismo. Além desse obséquio, dizia o governador, "[deixe] o afilhado de vosmecê [Machado] provido ao posto de ajudante do terço; e não me descuidarei dos seus acrescentamentos, para que vosmecê conheça quão poderosas são para comigo as suas recomendações".¹¹⁵ Os "socorros", isto é, o dinheiro enviado para o pagamento dos soldos, totalizavam 25:290\$184 réis — valor bem de acordo com a projeção que fizemos acima, pois os 544\$982 réis por mês

¹¹⁴ 19/8/1702. IEB, cód. 4 A 25.

¹¹⁵ Carta ao governador do Rio, 26/8/1698. *DH*, 11:265-7.

estimados resultariam, para o período de quatro anos (1698-1702), em 26:159\$136 réis. É interessante notar que o pagamento se fazia em parcelas descontínuas, e a maior delas só foi liberada em 1702, por conta de um assento do conselho da Fazenda, quando o tesoureiro-geral mandou enviar-se ao tesoureiro de Pernambuco a quantia de 12:000\$000. Isto porque, apesar de a carta régia de 11 de janeiro de 1701 estabelecer que a capitania do Rio Grande e o Açu passavam à jurisdição de Pernambuco, os postos militares com soldo continuavam a ser providos por ele, governador-geral, e, portanto, pagos pela Fazenda Real.¹¹⁶ Os mantimentos, que incluem gastos com matalotagem, medicamentos e ferramentas, importavam em 1:363\$039 réis.

Não estão computados, como é natural, os dispêndios com a alimentação das tropas ao longo desses anos todos. Em tempos normais, as tropas regulares, acolhidas nos presídios, costumavam receber farinha de mandioca da administração para o seu sustento; e, em especial, em de mandioca da administração para o seu sustento; e, em especial, em sua versão mais perene: a uí-antã, ou farinha de munição, ou ainda farinha de guerra, como era chamada.¹¹⁷ Na Bahia se estruturou, na metade do século XVII, uma divisão regional que fixou as zonas produtoras de mantimentos, liberando o Recôncavo para a produção de açúcar. A câmara de Salvador estabeleceu um contrato com as vilas de Boipeba, Cairu e Camamu para o fornecimento de farinha, principalmente para as tropas mobilizadas por conta das guerras holandesas e das guerras contra os bárbaros. Este contrato, chamado de "conchavo da farinha", estipulava uma quantidade mínima de farinha a ser entregue e tabelava o seu preço. Depois de lançada a primeira jornada do sertão, em 1651, uma das maiores preocupações do governo geral, envolvido na fase mais crítica da guerra contra os holandeses, era garantir o fornecimento de farinha de mandioca para as tropas, impedindo o seu descaminho. Das vilas de Camamu, Cairu e Boipeba provinha a maior parte deste alimento, agora procurado por atravessadores que especulavam com o seu preço. O conchavo que fizera o governador, constrangendo a venda de 2.400 sírios de farinha no ano de 1649, comissionado por Diogo de Oliveira Serpa, desagradou sobremaneira aos moradores, que, em termo datado de fevereiro de 1652 e registrado no livro das atas da câmara de

¹¹⁶ Carta régia de 11/1/1701. *RIHGRN*, 10:137, carta de d. Rodrigo da Costa, 2/12/1703. *DH*, 39:205-06. Reafirmado em 11/1/1704. *AHU*, cód. 246, 123v. A partir de 1704, o terço dos paulistas deveria ser pago justamente pelos dízimos da capitania do Rio Grande, sendo que o que faltasse seria coberto pela fazenda real da Bahia. *RIHGRN*, 10:145-6 e 153.

¹¹⁷ Sobre a farinha da mandioca, veja o estudo de Carlos Borges Schmidt. "O pão da terra". *RAM*, CLXV:127-348.

Tabela 5. Dinheiro despendido com o terço do mestre-de-campo Moraes Navarro, 1698-1702

Categoria	Evento	Data	Valor (réis)
Frete	Antônio Veloso Machado, capitão do Navio Santa Catarina de Sena e Três Reis Magos, cujo navio fora fretado do rio para trazer os paulistas	1698	700\$000
	Antônio Veloso, por levar os paulistas da Bahia até a Paraíba	1698	400\$000
	Conserto da aguada que fez o tanoeiro	1698	27\$700
	Pelo frete de 35 pessoas que a sumaca de Manuel Ferreira Raimundo levou de Santos para o Rio de Janeiro	1698	106\$000
	Pelo frete de levar Navarro com oito pessoas da Bahia até Santos quando ele foi levantar o terço	1696	54\$000
	Para Antônio Veloso Machado, uma arbitragem pelo frete		300\$000
	Para Antônio Veloso Machado pelo frete de 29 pipas e doze barris que trouxe do Rio Grande para a Bahia		20\$480
	A Manuel Roiz Paiva, despenseiro desta fragata		5\$850
	A João Roiz Buarcos, mestre da sumaca Nossa Senhora do Bom Sucesso, pelo frete de 32 soldados de Santos a Ilha Grande		64\$000
	Antônio Soares, mestre da sumaca NS da Encarnação, por trazer vários capitães e soldados da Paraíba do Sul à Bahia		150\$000
	Fretes e carretos de várias coisas		36\$210
	Frete e comboio do socorro que se remeteu da Bahia		68\$380
	Para José Porrate de Moraes Castro, pelo gasto que havia de fazer com o alferes, sargento e mais gente que foram em sua companhia para comboiarem os 4 contos de réis		150\$000
	Subtotal		2:082\$620
Mantimento	Gastos de matalotagem e outros aprestos no Rio de Janeiro	1698	785\$385
	Ferramenta que José Carvalho Pinto fez para os paulistas	1698	475\$840
	79 arrobas e 28 libras de carne fresca para a matalotagem	1698	19\$184
	Para Pantaleão de Sousa Porto, pelos medicamentos que se lhe deviam		66\$580
	4 alqueires de sal para salgar a carne		5\$600
	Quatro tachos de cobre		10\$450
Soldo	Subtotal		1:363\$039
	Socorro ao terço	12/1699	197\$0184
	Socorro aos oficiais e soldados		6:000\$000
	Soldos do mestre-de-campo		120\$000
	Socorro	23/09/1701	4:000\$000
	Consignação dos dízimos remetidos com socorro	1702	1:200\$000
Total geral	Socorro ao terço dos paulistas	18/08/1702	12:000\$000
	Subtotal		25:290\$184
Total geral			28:735\$843

Fonte: Relação do dinheiro que se tem despendido com o terço dos paulistas de que é mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, por Antônio Lopes Ulhoa, Bahia, 19/8/1702. IEB, cód. 4 A 25.

Salvador, expunham a tirania de tal procedimento, "que vinha ser quase um tácito estanque".¹¹⁸

Esta venda obrigada, "um tácito estanque", disfarçava o crescente fiscalismo que implicava o aumento das tropas e do esforço de guerra. Os povos, sentindo-se vexados por esse "conchavo da farinha", adotavam soluções heterodoxas para escapar à opressão fiscal. Com efeito, o conde de Castelo Melhor havia tomado uma série de medidas para conter o desvio da farinha por embarcações, entre as quais o envio do tenente-general da artilharia, Pedro Gomes, com sua gente.¹¹⁹ A câmara de Camamu, a mais rebelde, se recusou a contribuir com 250 alqueires de farinha para a jornada do sertão.¹²⁰ Enviado entre junho e agosto de 1651, Pedro Gomes deveria, então, fazer cumprir esta ordem e exigir explicações da câmara.¹²¹ Em 9 de outubro, todavia, o conde mandava este recolher-se a Salvador, responsabilizando o governador de Ilhéus pelo recolhimento da farinha do "conchavo", já que era sua a culpa pelo descaminho em razão das vistas grossas que fizera às lanchas que por lá passavam. Recomendava certa prudência na ação de modo a não cometer muita violência que desestimulasse a produção, já que a fazenda não dava conta de pagar tudo do que precisavam as tropas.¹²² Não obstante, em carta de 12 de dezembro, ao tenente de mestre-de-campo Gaspar de Sousa Uchoa, o conde recomendava-lhe que fizesse entender ao povo das vilas que antecipassem a remessa da farinha, "antes

¹¹⁸ ACS, 3:132. Sobre a produção de alimentos na economia colonial, veja o capítulo com este título da tese de Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Morfologia da escassez: crise de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói, 1990, p. 122-77.

¹¹⁹ Carta do governador-geral para os edis da vila de Cairu, 27/6/1651. *DH*, 3:116.

¹²⁰ Feitas, as farinhas deveriam ser enviadas a Camamu, de onde seriam em parte remetidas para a Cachoeira onde se juntavam os índios aliados sob o comando do capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno. A carta ordena que sejam enviadas cento e cinquenta sírios da dita farinha, o que nos permite imaginar o número dos índios. A pressa da ordem justificava-se pela certeza de que estes índios eram "gente que não atura sem comer". Carta ao Pedro Gomes, 7/8/1651. *DH*, 3:122. Outra fonte de financiamento da jornada foi a finta lançada em 1650 pela câmara nas freguesias de "Peraçu" (Paraguaçu), 400\$000 réis, e a de Jaguaripe, 120\$000 réis, e, em 1651, pelo governador nas freguesias de Sergipe, 200\$000 réis, sendo responsáveis os capitães Filipe Barbosa, Antônio de Magalhães e Baltasar de Araújo, e de Pernanmerim, 50\$000 réis, sob a responsabilidade do capitão Miguel Teles. Os fintadores, cobrado o dinheiro dos moradores, deveria entregá-lo ao tesoureiro eleito pelo governador de modo que o cabo da jornada, Gaspar Rodrigues, pudesse pedir, por meio de um rol, o que fosse necessário. Isto de acordo com o termo de 12/7/1651. *ACS*, 3:167-9.

¹²¹ Carta do governador-geral para Pedro Gomes, 31/8/1651. *DH*, 3:126-7.

¹²² Carta do governador-geral para Antônio de Couros Carneiro, 16/10/1651. *DH*, 3:7-138.

que seja necessário mandá-las vosmecê buscar violentamente como fará".¹²³ Em fevereiro de 1652, respondendo ao apelo das câmaras, o conde reitera que o conchavo deveria ser mantido "sem se inovar coisa alguma", de maneira que a farinha deveria ser entregue sem reclamações e em boa qualidade, pois estava vindo pouco cozida e grossa.¹²⁴ No final do ano, o conde ameaçava de prisão os oficiais da câmara de Cairu e Boipeba se não cumprissem imediatamente o acertado.¹²⁵ No início de 1654, o novo governador-geral, o conde de Atouguia, resolveu amenizar a contribuição que as três vilas deviam em farinha.¹²⁶ Depois de uma série de ajustes no "conchavo da farinha" ao longo dos anos seguintes, em 1673 uma ordem do governador-geral consolidava a vocação da região para a produção de mantimentos: proibía a construção de engenhos e a plantação de cana nas três vilas "por serem o sustento desta praça, e podendo eles [os engenhos] ser a ruína dos da Bahia".¹²⁷ O mesmo foi reafirmado em abril do ano seguinte, estipulando uma pena "de perdimento" e um castigo de prisão.¹²⁸

O transporte da farinha para os arraiais e as tropas estacionadas no sertão longínquo era motivo de preocupação e exigia esforços redobrados. A carência de mantimentos implicava a necessidade de abreviar o tempo de permanência no sertão. Em 1675, preocupado com que considerava "o principal problema das entradas", o governador-geral, Afonso Furtado, mandou Pedro Gomes fabricar uma casa-forte no lugar que parecesse mais conveniente para armazém dos mantimentos, a 34 léguas da Cachoeira, com um cabo e guarnição suficiente. Comerciantes interessados deveriam ser contratados para colocar em carros e em comboio "certo número de alqueires de farinha todos os meses na mesma casa-forte"; daí a mandaria "buscar o governador da conquista, pelos índios com a escolta que era necessária por amor [por temor] aos bárbaros". No porto da Cachoeira havia outro armazém com um "almoxarife de todas as farinhas que das freguesias do Recôncavo concorriam a se

¹²³ Carta, 12/12/1651. *DH*, 3:143-44.

¹²⁴ Carta do governador-geral para as três vilas, 14/2/1652. *DH*, 3:149-50.

¹²⁵ Carta 5/12/1652. *DH*, 3:189-90.

¹²⁶ Cartas, 25/4/1654. *DH*, 3:204-8. As farinhas deveriam continuar, então, a ser enviadas das três vilas (8.000 sírios deveriam ser recolhidos) e o capitão Antônio de Couros Carneiro providenciaria para que fosse aberto um caminho por terra de Mapendipe ao rio de Jaguaripe, "para que no caso que se impedia a condução das farinhas dessas vilas por mar se facilite por terra", 18/11/1654. *DH*, 3:242-3; *DH*, 4:36-7. Este respondera que era impossível fazê-lo por muitos inconvenientes, de modo que se ordenou que então reparasse o caminho antigo, 17/12/1654. *DH*, 3:249-50.

¹²⁷ Carta do governador-geral aos edis da vila de Cairu, 27/2/1673. *DH*, 8:349.

¹²⁸ Carta do governador-geral aos edis das três vilas, 4/4/1674. *DH*, 8:387-8.

lhe entregar". Este oficial deveria dar recibos para a satisfação dos capitães das mesmas freguesias das quantias que entregavam. E deste armazém se remetia a farinha até a casa-forte, onde um outro recebedor passaria um recibo para a conta do primeiro almoxarife. Este recebedor da casa-forte, por sua vez, ia remetendo farinha para as tropas no sertão, conforme solicitação. Foi esse sistema, afirmava o governador-geral, que "facilitou a dificuldade dos mantimentos e pôde perpetuar-se a conquista de todas as aldeias das várias nações que se desbarataram e vieram prisioneiras a essa praça, ficando totalmente livre".¹²⁹

Em tempos de guerra, como havíamos dito, estes gastos geralmente recaíam sobre os moradores das regiões conflagradas e implicavam fornecimento de alimentos para os soldados mobilizados, fossem eles das tropas regulares, fossem das ordenanças. Não obstante, no caso das guerras contra índios no interior, dada a carência de mantimentos no sertão semi-árido, o envio regular de farinha era imprescindível para o prosseguimento das atividades militares. Apesar de aqui e acolá ser possível às tropas, notadamente destes sertanejos mais acostumados, ir satisfazendo suas necessidades com os achados nos matos, matando gados ou se alimentando de cobras e lagartos, a presença duradoura de grandes contingentes, por vezes resistindo a prolongados sítios, exigia fornecimento contínuo de alimentos. Nestas condições, a tropa deveria receber uma ração mínima que consistia, segundo o regimento do almoxarife e o escrivão que acompanhavam as tropas de Estêvão Baião Parente em 1672 para conquista do sertão, em "um alqueire de farinha cada mês, uma libra e meia de carne de vaca fresca, cada dia, e havendo peixe ou outro algum mantimento fora dos nomeados se dará o que se ordenar o dito governador" da expedição.¹³⁰ No caso da Guerra do Açu, quando o governador Matias da Cunha resolvera organizar uma ação mais coordenada contra os bárbaros, no início de 1688, estipulava que a Fazenda Real arcaria apenas com os custos de armas, munições e fardas para os índios e pretos, no limite de 600\$000 réis. As câmaras de Olinda, Itamaracá e Paraíba, com o envio de infantas das suas guarnições, teriam de arcar com a farinha para o seu sustento. Como alguns moradores de Olinda eram "também interessados nas terras e currais" do Rio Grande, a câmara desta cidade deveria contribuir com 300\$000 réis e as duas outras, com 75\$000 réis. Da contribuição de Olinda, 100\$000 réis eram para Matias Cardoso e o resto em farinhas administradas por Albu-

¹²⁹ Carta do governador-geral para d. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, 6 fevereiro de 1675. *DH*, 10:107-8.

¹³⁰ Regimento passado por Antônio Lopes Ulhoa, 22/4/1672. *DH*, 79:144-8.

querque, que passaria recibo. Já os negros e índios seriam sustentados pelos povos das capitanias, à exceção dos do Rio Grande, onde quase nada sobrara das plantações ou dos gados.¹³¹

Na realidade, a situação era bem difícil. Manuel Álvares de Moraes Navarro, quando fora sargento-mor da bandeira de Matias Cardoso, arrazoara longamente sobre as dificuldades do abastecimento das tropas estacionadas nos sertões do Rio Grande e Ceará: "principalmente por serem estas paragens das Piranhas, Açu, Jaguaribe incapazes de planta, é de necessidade lhe mandar mantimentos de fora, e de bem longe". Segundo ele, do Ceará podia ir mantimento para o arraial de Jaguaribe, distante de 30 léguas, mas de nada adiantava, pois "esta capitania é tão miserável que de Pernambuco lhe vai todos os anos farinha para o presidio que nela tem". Igual problema tinha o arraial do Açu, que era distante de Natal pouco menos de 30 léguas, mas como esta cidade nada podia fornecer, dependia também de Pernambuco. Para o arraial das Piranhas iam farinhas do rio São Francisco, distante mais de 80 léguas. Além disso, havia o custo do frete, uma vez que para a proteção de cada comboio seriam necessários ao menos 150 homens de armas, para vencer tão dilatadas distâncias, "por terras do inimigo", carregando grandes quantidades de farinha.¹³² Como vimos, estes argumentos serviam, na ocasião, para dissuadir o Conselho Ultramarino da idéia de estabelecer as seis aldeias no sertão, estratégia formulada, segundo seu opositores, de maneira inconsequente pelos moradores do Rio Grande, em uma petição ao rei.¹³³ O fato é que, no contexto do sertão semi-árido, sem farinha não seria possível manter as tropas. Bernardo Vieira de Melo bem sabia que da quantidade de farinhas dependia a manutenção do presidio do Açu, pois, como ele lembrava ao governador-geral, também os bárbaros supunham que a fortaleza resistiria enquanto "tiver com que se sustentar", e que, uma vez "acabada a farinha, ficarão eles outra vez senhores das suas terras em que vivem mais confiados que na paz".¹³⁴

¹³¹ Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor da Paraíba, 14/3/1688. *DH*, 10:269.

¹³² Discurso de Moraes Navarro, no Arquivo do Estado da Bahia, livro 4.º de ordens régias, 1694-95, fl. 76-9. Apud: Afonso de E. Taunay. "A Guerra dos Bárbaros". *RAM*, 22:143-51, 1936.

¹³³ Petição dos moradores da capitania do Rio Grande, inclusa na Consulta do Conselho Ultramarino, 28/2/1695. *DH*, 84:120-2. Segundo Bernardo Vieira Ravasco, era de conhecimento geral que "em nenhum desses sertões podem estas aldeias plantar proventos porque tudo são campos improdúzeis de mandioca e só excelentes para gado". Carta de Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor, 5/8/1694. *DH*, 84:123-7.

¹³⁴ Carta (inclusa) ao governador-geral, 10/9/1696. *DH*, 38:415-6.



No livro de Thévet (1575), as guerras entre os índios no Brasil são representadas como combates sem regras, caóticos. Para o olhar europeu, os indígenas, desprovidos de uma "arte da guerra", não passavam de guerreiros violentos e impetuosos. "Combate dos Selvagens (entre os maragajás e os tabajaras)", estampa no livro de André Thévet, *La Cosmographie Universelle*, Paris, 1575.



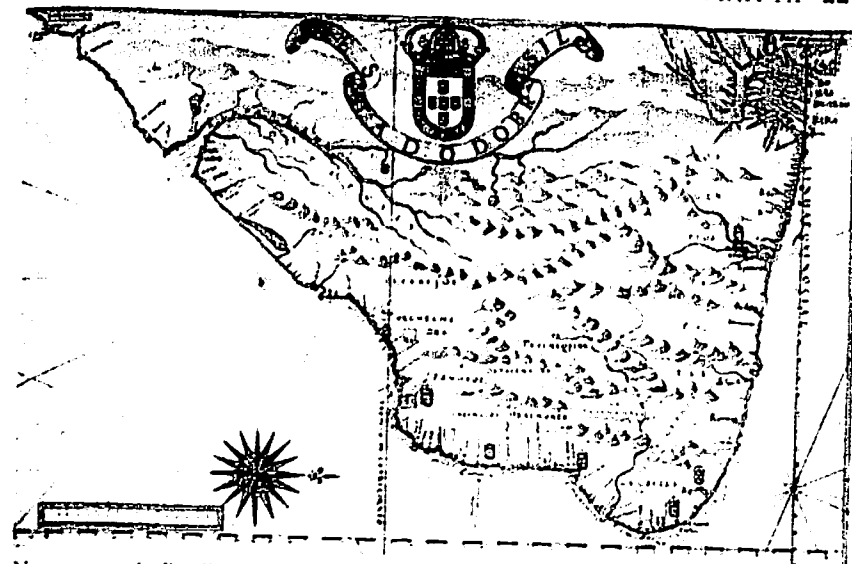
Os europeus desenvolviam uma arte da guerra racionalizada, na qual até os movimentos necessários para a operação de um mosquete eram estudados e disciplinados. A estampa nos mostra alguns dos movimentos previstos em um livro de exercícios militares inglês de 1642.



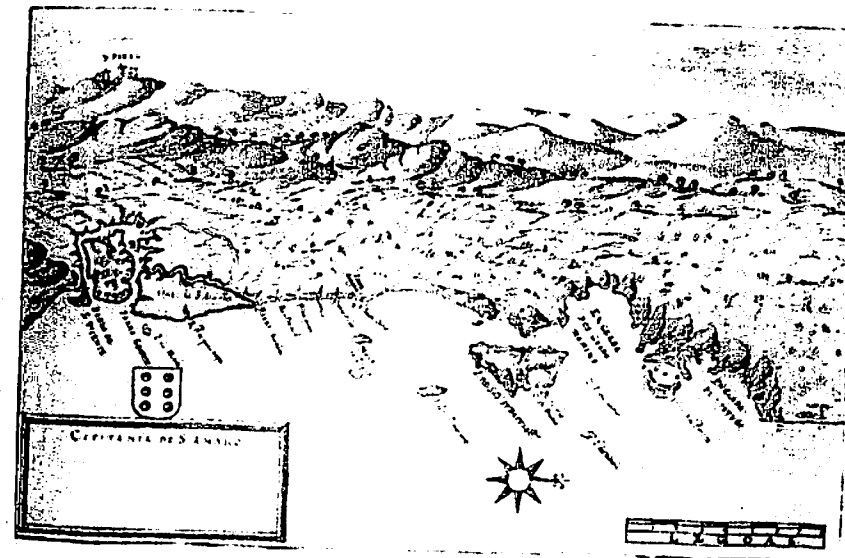
Mestiços lutam ao lado dos tupiniquins, usando armas de fogo ou mesmo arcos: uma representação da aliança com os povos indígenas, da incorporação de sua tecnologia militar. Detalhe da estampa "Combate com os Tupiniquins" de Théodore de Bry. Estampa feita para a edição de *Viagem ao Brasil* de Hans Staden (1578) em *Le Théâtre du Nouveau Monde*, 1592.



Nas "guerras holandesas", os índios estavam sempre presentes compondo a maioria das tropas e exércitos. "Cena de Combate Entre Holandeses e Portugueses", óleo de Gillis Peeters (1640)/Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo, São Paulo.



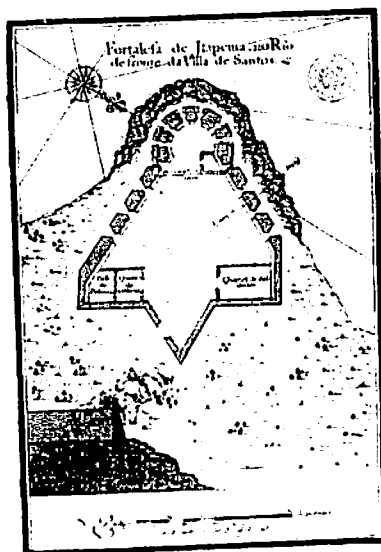
Neste mapa do Brasil, as "nações" indígenas são grosseiramente localizadas. Note que os "tapuias" ocupam todo o interior, das margens do Prata ao Amazonas. Mapa de João Teixeira Albernaz, o velho (1631).



Demonstração da Barra de Santos segundo João Teixeira Albernaz, o moço (c. 1650). Vemos, ao alto, a vila de São Paulo.



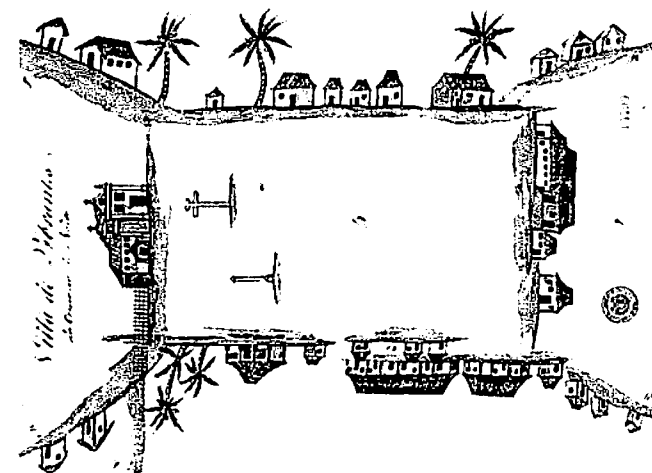
São Vicente retratada no *Livro de Viagem ao Reino do Brasil*, de 1624. Nicolas van Geelkercken, no *Reys-boeck van het Rijke Brasilien* (1624)/Koninklijke Bibliotheek, Haia/Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 2000, p. 75.



A fortaleza de Vera Cruz de Itapema, diante da vila de Santos, onde Manuel Álvares de Moraes Navarro havia servido por cinco anos como alferes, passando a capitão de infantaria da ordenança antes de ser nomeado, em 8 de abril de 1688, sargento-mor do terço de Matias Cardoso de Almeida. Desenho no AHU, Lisboa.



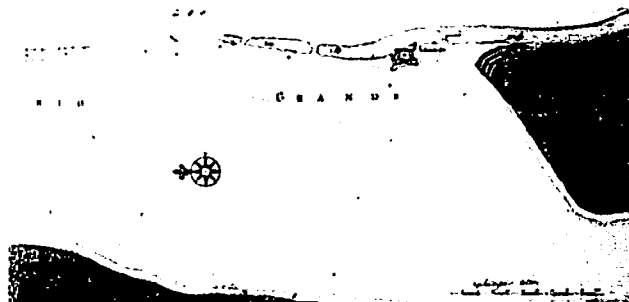
Imagens como esta difundiam a idéia do martírio dos missionários na Europa. O sacrifício do padre Francisco Pinto, segundo a estampa de Abraham van Diepenbeeck (1661)/Biblioteca Nacional, Lisboa/*Brasil-Bras: Coisas Notáveis e Espantosas (A Construção do Brasil, 1500-1825)*. Lisboa, 2000, p. 135.



Aspecto de uma aldeia jesuítica quando de sua elevação a vila no final do século XVIII. "Vila de Abrantes da comarca do Norte", Bahia (c. 1794)/AHU, Lisboa/Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 2000, p. 63.



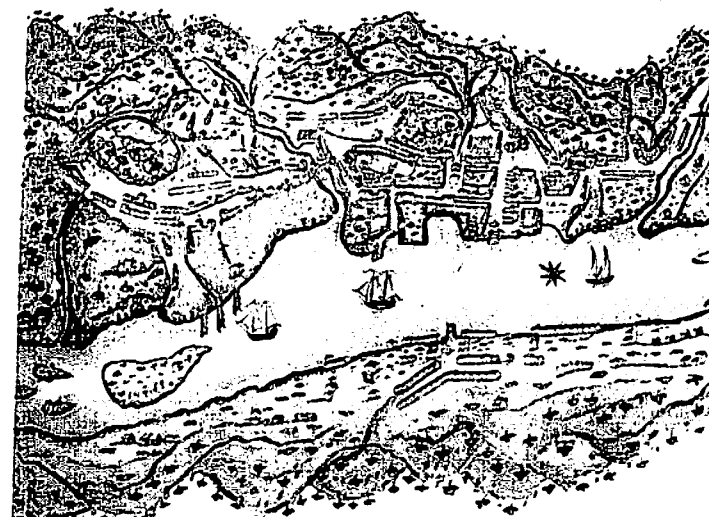
A capitania de Ilhéus no desenho de João Teixeira Albernaz, o velho (1602-1666). À direita, podemos ver as três vilas de Cairu, Camamu e de Boipeba, produtoras de farinha de mandioca para o abastecimento do Recôncavo, da cidade e das tropas de infantaria aí estacionadas (c. 1631)/Ms. da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro/Isa Adonias e Bruno Furrer. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 196.



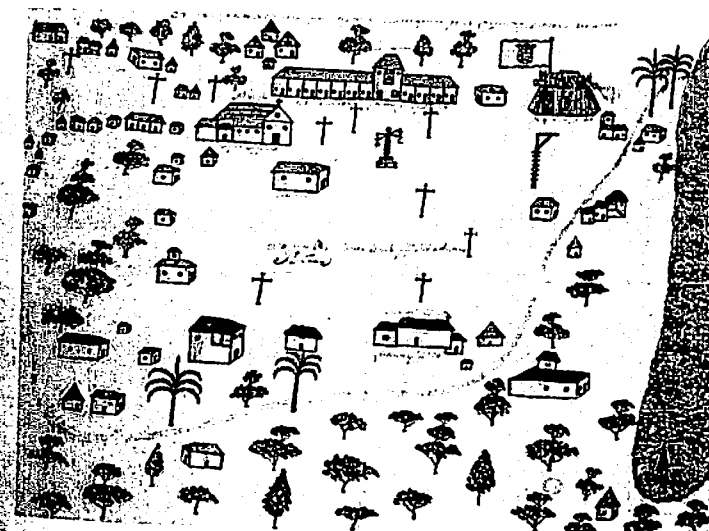
"Rio Grande", desenho de J. Vingboons/IAHGP, Recife/Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 2000, p. 125.



"Perspectiva da Fortaleza da Barra do Rio Grande" (c. 1609). Ilustração do códice "Relação das Praças Fortes do Brasil" de Diogo de Campos Moreno, existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa/Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 2000, p. 125.



Depois de derrotar os índios do Paraguaçu, os portugueses criaram a vila de Nossa Senhora da Vitória, também chamada de "Cachoeira". Esta vila, situada nas margens do rio Paraguaçu, será importante entreposto comercial do Recôncavo baiano ao mesmo tempo que servirá, até o século XX, como principal "porta" daqueles sertões. "Villa de Cachoeira" (c. 1792), ilustração do ms. de Joaquim de Amorim Castro. "Memória Sobre as Espécies de Tabaco..." New York Public Library, Nova York.



Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção do Ceará (c. 1730)/AHU, Lisboa. *Brasil-Brasil: Causas Notáveis e Espantosas (A Construção do Brasil, 1500-1825)*. Lisboa, CNCDP, 2000, p. 210.



A "guerrilha", guerra de emboscadas ou a "guerra nos matos" era a forma de combater utilizada pelos índios e logo assimilada pelos colonizadores. Nesta estampa, do início do século XIX, Rugendas retrata os indígenas resistindo a uma tropa de mulatos. M. Rugendas. *Voyage Pittoresque dans le Brésil*. Paris, 1835.



Uma fábrica de farinha de mandioca. Detalhe da estampa "Pernambuco" do *Livro de Viagem ao Reino do Brasil*, de 1624. Nicolas van Geelkercken, no *Reys-boeck van het Rijke Brasilia* (1624)/Koninklijke Bibliotheek, Haia/Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial*. São Paulo, 2000, p. 75.



Um mulato com suas armas: uma rapieira sem bainha (protegida com um sabugo de milho), o arcabuz de um cano (do tipo usado para caça, portanto não regular para as tropas) com fecho de pederneira, sistema de traça (acompanhado de um saquitol de balas) e uma adaga, da qual podemos ver apenas o pomo. Óleo de Albert Eckhout, 1641.



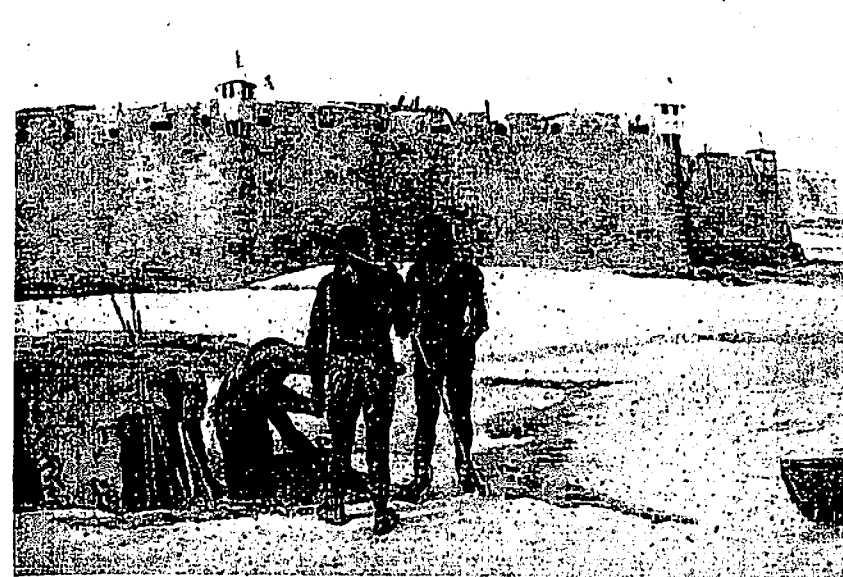
Ao pé do ex-voto, podemos ler: "Um dos especiais favores que tem recebido essa freguesia de Igaráu de seus padroeiros S. Cosme e S. Damião, foi o defenderem-na da peste, a que chamaram [os] males que infestaram a todo Pernambuco, e duraram muitos anos, começando no de 1685, e ainda que passaram a Goiana e a outras freguesias adiante, só a toda esta de Igaráu deixaram intacta, por que sabem [que] 2 ou 3 pessoas os trouxeram do Reino, nelas se findaram sem passar a outra, o que tudo é notório. E para a memória se pôs este quadro no ano de 1729 e o deu de esmola. Manuel Ferreira de Carvalho". Ex-voto pertencente à igreja de São Cosme e Damião (1729)/Museu de Igaráu, Igaráu.



O pintor holandês Eckhout representou um guerreiro tarairiú com seus armamentos. Com uma mão, ele segura quatro dardos e um propulsor, e com outra, um tacape decorado com incrustações de anéis (feitos de concha) e um enfeite plumário. O cobre-nuca que desce pelas costas do índio é de penas de ema. Nhanduí ou janduí (que em tupi queria dizer "ema pequena") era o nome que se dava ao "rei" do tapuias, e a todos de seu grupo. Barléus nos relata que esse enfeite era empregado nas cerimônias realizadas por ocasião das sementeiras. Na verdade, além dos jandúis, os tarairiús — que protagonizaram as guerras dos Bárbaros na sua segunda fase (Guerra do Açu, 1687-1704) — compreendiam também os canindés e paiaçus. Óleo de Albert Eckhout, 1641.



Tacapes tarairiús/Museu Nacional da Dinamarca (Copenhague)/Nelson Aguilar (org.). *Mostra do Redescobrimto: artes indígenas*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000, p. 162.



Esta tela é uma das poucas remanescentes das que foram pintadas por Post no Brasil. Vemos os índios tarairiús desembarcando na proximidade do forte. "O Antigo Forte dos Três Reis Magos no Rio Grande", Frans Post (1638)/Museu do Louvre, Paris. Nelson Aguilar (org.). *Mostra do Redescobrimto: o olhar distante*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000, p. 82.



Em outra versão desta paisagem, Post dispõe os tarairiús conversando com holandeses. Estampa baseada em desenho de Frans Post, na *História...* de Gaspar Barléus (1647).



O conde Maurício de Nassau criou brasões para as quatro capitânicas conquistadas. O emblema do Rio Grande é uma ema, ave característica da região e associada ao nome do principal dos tapuias tarairiús. O Conselho do Brasil Holandês entendia o Janduí como uma espécie de rei soberano, como o qual estabeleceu diversos contatos e alianças militares. Estampa baseada em desenho de Frans Post, na *História...* de Gaspar Barléus (1647).



Índios do Rio Grande caçando emas, moqueando carne (página anterior), festejando uma vitória e caçando o gado. A facilidade de captura do gado, dada a sua forma mais ou menos lassa de pastoreio, despertou o interesse nos povos autóctones, que viam nos animais soltos a possibilidade de suprir suas necessidades alimentares. Estampas baseadas em desenho de Frans Post, na *História...* de Gaspar Barléus (1647).



O desenho desta mulher tarairitü sentada foi certamente um dos esboços que serviram ao óleo de Albert Eckhout (à direita). Nesta imagem alegórica, contudo, a índia tapuia é representada como canibal. Para alguns cronistas, os tarairitüs, diferentemente dos povos tupis, praticavam apenas o endocanibalismo. De todo modo, para o olhar europeu, essa era a imagem da barbárie: "o tapuia gentio bravo e comedor de carne humana". Staatliche Museen zu Berlin/Ana Maria de Moraes Belluzzo. *O Brasil dos Viajantes*. S. Paulo: Objetiva, 1999, p. 99.



Tropa de soldados e índios sai em marcha no Rio Grande (do Norte), seguida de sua *bagagem* - como eram chamadas as mulheres e crianças que a acompanham com mantimentos. Estampa de Frans Post, meados do século XVII/Vinheta (detalhe) do mapa 4 (capitania do Rio Grande) entre as páginas 24 e 25 na *História...* de Gaspar Barléus (1647).



Dança dos índios tarairitüs. Podemos ver que os índios seguram tapapes decorados com enfeites de plumas e também dardos com propulsores. Óleo de Albert Eckhout, 1654.

estarem doentes de bexigas. O capitão-mor, Bernardo Vieira de Melo, e todos os moradores, nitidamente insatisfeitos com a chegada desta tropa, se haviam metido nos matos para não dar socorro aos doentes, abandonando-os à própria sorte. Navarro conta que ele mesmo teve de erguer barracas para os doentes. Tendo morrido mais de "sessenta e tantos homens de seu terço" e, terminada a farinha, ele resolveu ir pessoalmente à Paraíba solicitar o socorro do capitão-mor, Manuel Soares de Albergaria. No caminho, longe de 40 léguas, foi acometido de uma esquinência (amigdalite), "que lhe foi necessário ir se sangrando" (isto é, fazer sangrias). Fracassando em seu intento, acabou voltando sozinho, "dormindo algumas noites por partes desertas". Quando chegou, teve informação de que os tapuias, animados com a notícia das desgraças por que passava o terço dos paulistas, estavam todos levantados com impulso de matar os moradores, os quais se haviam recolhido a uma casa-forte. Mesmo assim, Navarro marchou com o seu terço para a campanha "a esperar a fúria e arrojo do tapuia", fretando uma sumaca para conduzir os incapazes de marchar por terra e levar as munições necessárias. Marcharam cerca de 60 léguas e, não encontrando os tapuias, chegaram à ribeira do Açu, onde fizeram um arraial.²

A tarefa do terço dos paulistas não tinha nada de específico, a não ser policiar a capitania do Rio Grande e adjacentes, contendo os índios bravos e matando todos os que fossem "irredimíveis". Era assim resumida pelo governador-geral, em carta ao mestre-de-campo: "Advirto vosmecê que se algum gentio estiver de paz e se rebelar, como costumam, faça pelas vias que lhe parecer toda a diligência possível para se tornarem à antiga paz; e se de todo o não quiserem, ou se conhecer o façam por alguma velhacaria, lhe fará vosmecê guerra como lhe ordeno no seu regimento".³ Nesse sentido, o Conselho Ultramarino considerou novamente "justa" a guerra contra os bárbaros para que os paulistas pudessem cativá-los e assim "ficar animados".⁴ Navarro tinha total in-

² Informação para Sua Majestade do sargento-mor, capitães, ajudantes, alferes e mais oficiais do terço de que é mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, arraial do Açu, 3/7/1701. AHU, Rio Grande, caixa 1, 60. Certidão de Manuel Álvares de Moraes Navarro, Rio Grande, 20/11/1698. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43.

³ Carta do governador-geral ao mestre-de-campo, 11/12/1698. *DH*, 38:459-61.

⁴ Com o cuidado de que fossem cativados apenas os ditos bárbaros e que se fizessem arraiais de índios mansos, que funcionassem de anteparo aos ataques, porque "se pode melhor adiantar assim os progressos da guerra, com também a segurança dos lugares em que assistem". Consulta do Conselho Ultramarino, 24/10/1698. AHU, cód. 252, fls. 228v-9; e carta régia ao governador-geral, 2/12/1698. AHU, cód. 246, fl. 82v.

dependência do capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo.⁵ Como o paulista escolhera o Açu para seu arraial, o capitão-mor sentia sua jurisdição ser maculada e, juntamente com os sesmeiros e moradores, temia por seus interesses.⁶ Todo o esforço para a construção de um presídio no sertão estaria agora eclipsado pela presença de um forte contingente de forasteiros. Contudo, logo em agosto de 1699, um episódio envolvendo os paulistas e os tapuias paiacus missionados por um padre do Oratório de Pernambuco iria desencadear uma batalha jurídica e eclesiástica que marcou a história do terço e a evolução dos acontecimentos da Guerra do Açu.

O massacre no Jaguaribe, 1699

No final de julho de 1699, o mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, acompanhado dos capitães Teodósio da Rocha e Pedro Carrilho de Andrade, partiu de seu arraial no Açu com 130 infantes e cerca de 250 tapuias aliados da nação dos jandúis, marchando em direção à ribeira do Jaguaribe. No dia 30, chegou às proximidades da aldeia dos paiacus do principal Matias Peca, chamada também da Madre de Deus e missionada desde 1697 pelo padre João da Costa, oratoriano da Congregação de Pernambuco. Esta expedição partira em busca dos caratiús (ou ariús), índios da nação dos tarairiús que habitavam mais além no Ceará.⁷ O padre João da Costa acabara de chegar de uma visita à outra aldeia de paiacus, do principal Jenipapoaçu, sita 25 léguas acima no Jaguaribe, onde havia, segundo uma sua informação, dado início a uma igreja pequena na qual celebrou a primeira missa na festa de Nossa Senhora, donde lhe ficou o título de Nossa Senhora da Escada. O paulista e suas tropas foram recebidos pelo missionário e pelos paiacus, a quem solicitaram ajuda para a guerra justa que se faria contra os caratiús. Alguns dias depois, marcharam ao encontro dos índios de Jenipapoaçu, que os esperavam para engrossar a tropa. Supondo o mesmo dos tapuias, partiam cheios de segundas intenções.

Por volta das dez horas da manhã do dia 4 de agosto de 1699, o paulista e sua gente chegaram ao acampamento desses paiacus, que, aparentemente, os receberam com grande festa e contentamento. Em frente

⁵ Carta de João de Lencastro para Moraes de Navarro, 4/2/1699. *DH*, 39:41-5.

⁶ Carta de Lencastro ao capitão-mor do Rio Grande, 2/8/1699. *DH*, 39:67-9.

⁷ Seguindo os passos de Estêvão Pinto, Carlos Studart Filho se enganou em considerá-los, juntamente com os caratiús, como cariris. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza, 1966, p. 71.

aos infantes, alinhados para a mostra e tocando-lhes a caixa (o tambor), os tapuias dançavam. O mestre-de-campo, acompanhado de alguns de seus tapuias, ficou ao lado do Jenipapoaçu observando os festejos. Um clima de mútua desconfiança desagradava a ambos os lados e a tensão chegou ao seu maior ponto quando um grupo, liderado pelo irmão do principal, se aproximou do mestre-de-campo. Repentinamente, e sem pestanejar, Navarro mandou parar a caixa e atirou com uma carabina, matando o tapuia. Esta era a senha para que os soldados abrissem fogo contra os paiacus. Navarro, alguns dias mais tarde, contava em uma carta como havia preparado com cuidado a cilada: ao seu comando, a infantaria havia dado carga, "reservando 25 armas, fazendo frente para a parte onde tinha arrumado os nossos tapuias por me querer segurar, se não valessem da ocasião". Em outras palavras, temeroso, com verem, da traição dos seus próprios aliados janduí, dispusera que a fileira de infantes disparasse contra os paiacus, guardando o fogo os 25 soldados em frente do grupo de aliados que o mestre-de-campo tinha perto de si para se garantir de um ataque inesperado. Mas, "como tivessem mudado de intento, [estes janduí] avançaram com todo o valor e seguiram aos que deram costas, matando quase a todos [os paiacus]", entre eles Jenipapoaçu, que teve a cabeça quebrada. Os paiacus mataram apenas dois homens do paulista e "feriram muitos com armas de fogo e setas", ao passo que foram mortos às centenas. Para ser mais exato, segundo vários testemunhos, que discordam pouco entre si, morreram cerca de 400 nesta emboscada e outros 300 foram aprisionados. Navarro parecia mais modesto: "Fizemos cômputo dos seus mortos, achamos passarem de 250, fora os muitos de que tivemos notícia em Jaguaribe foram morrer ao longe". Segundo o testemunho de um ferido, estavam quase todos mortos, e "como tivessem a bagagem [mulheres e crianças que acompanhavam as tropas indígenas] metida no carasco [espécie de mata pequena e mais áspera que a caatinga], esta teve tempo de se pôr em fuga durante a peleja, que quando acudimos a ela era tarde, e das que se apanharam coube a parte da infantaria 230 e tantas cabeças, fora as com que se ficaram os tapuias [janduí]". No entanto, tão logo o padre João da Costa foi ter com ele no arraial do Açu, vinte dias mais tarde, disse que os poucos que escaparam haviam contado os mortos "nomeando pessoa por pessoa serem passante de quatrocentos mortos, fora os que esqueceram pelo número ser grande".⁸

⁸ Carta do mestre-de-campo ao governador-geral, 25/8/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47. Há uma cópia desta carta no IEB, códice 4 A 25.

Tamanho massacre seria apenas mais um das guerras dos bárbaros, no qual o ardil comandou a estratégia adotada do recontro — dos inúmeros travados pelas tropas luso-brasileiras —, não fosse mais um episódio que prefigurava o conflito entre a "nobreza" pernambucana e o poder do governo-geral, no caso personificado no seu preposto, o mestre-de-campo do terço subordinado à Bahia. Informados pelo missionário João da Costa dos horrores praticados pelos paulistas contra índios aliados e batizados, isto é, da injustiça da guerra nos termos da lei de 1611, o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, seus aliados, moradores e fazendeiros, assim como o próprio bispo de Pernambuco, moverão montanhas para punir e afastar os forasteiros das terras do sertão que, imaginavam, lhes pertenciam por direito. Embora esses conflitos expressem, nas palavras de Maria Idalina da Cruz Pires, "uma luta pela posse da terra e da mão-de-obra" (e esta era a opinião do Barão de Studart), devem ser inteiramente compreendidos, em sua dimensão política, no contexto mais amplo da "Fronça dos Mazombos", tal como estudada por Evaldo Cabral de Mello.⁹

Uma guerra injusta

Diante de tal sucesso, o padre João da Costa, em uma carta de 26 de agosto de 1699, conta que logo começou a reunir os índios sobreviventes, que reclamavam da traição praticada pelos paulistas, mostrando "um maço de cartas de paz que o mesmo mestre-de-campo lhes deu e antes dele o capitão-mor do Ceará". Persuadindo-os de que ele particularmente não tinha culpa nenhuma, conseguiu a promessa de que voltariam para a aldeia se ele libertasse alguns dos cativos. Alugou, então, três cavalos e, com dois acompanhantes, foi ao Açu em viagem de nove dias. Ao encontrar o mestre-de-campo, arrazoou pedindo-lhe que libertasse alguns dos paiacus, mas Navarro foi irredutível e seus oficiais chegaram mesmo a ameaçar o missionário. Segundo o testemunho deste, "não [achariam] dificuldades em tirar-me a vida os que tão inconscientemente a tiraram a tantos, mas eu tenho assentado de não desistir da empresa e de conseguir a liberdade dos inocentes, ainda que me custe

⁹ O barão de Studart dizia sobre os acontecimentos posteriores ao massacre no Jaguaribe em 1699: "no fundo estavam o ciúme do mando e o interesse pecuniário em jogo". Veja a "introdução" dos "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RIHGC*, 30:359, 1916. Veja ainda, Maria Idalina da Cruz Pires, *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife, 1990, p. 102; e Evaldo Cabral de Mello, *A fronteira dos mazombos*. São Paulo, 1996.

a vida".¹⁰ Navarro, em uma carta ao rei de maio de 1700, contava uma história diferente (e um tanto esdrúxula): João da Costa, homem que cuidava mais do "seu particular e da conveniência de alguns parentes", fora até o Açú porque ambicionava conseguir alguns cativos para um sobrinho seu. Diante da negativa do mestre-de-campo, tendo em vista que a presa era da infantaria e não sua, ele "se enfureceu" e deu, juntamente com seus aliados, "sinistras e falsas informações" ao bispo de Pernambuco.¹¹

Com efeito, em razão desse seu fracasso, o missionário do Oratório de Pernambuco resolveu apelar ao seus superiores e ao bispo, pedindo providências no âmbito da Junta das Missões. A versão do missionário acusava Moraes Navarro de vilania, impiedade e, acima de tudo, brutalidade descompensada, capaz de pôr em risco a missão evangelizadora das ordens religiosas no sertão, bem como a segurança dos moradores, que era, afinal, sua principal tarefa. João da Costa missionava já há alguns anos na aldeia da Madre de Deus. Como dizíamos acima, quando voltava de uma aldeia nova de paiaçus, no dia 30 de julho de 1699, encontrou o mestre-de-campo do terço dos paulistas e sua gente "com ânimo, ao que me disseram, de matar os tapuias de minha aldeia e cativarem-lhes os filhos". Segundo seu testemunho, em uma conversa que teve com o mestre-de-campo, este se mostrou "muito escrupuloso (para me enganar melhor)" acerca da guerra que vinha fazer. João da Costa lhe explicou que a guerra que pretendia fazer aos da nação paiaçu era injusta, "por cessarem neste gentio as razões que fazem a guerra lícita". Ao que ele lhe respondeu "que estivesse de todo sossegado", porque aos paiaçus "não havia de fazer mal algum, por ser expresso contra o seu regimento e que aquela tropa ia dar guerra a outra nação a que chamam caratiús, e chamando o principal da aldeia lhe fez uma prática assegurando-lhe muitas vezes que não vinha dar guerra aos da sua nação". Quando o mestre-de-campo se afastou, o capitão Teodósio da Rocha, "homem de boa consciência e grande entendimento", demorou-se para prostrar-se com o missionário.¹² Segundo João da Costa, nesta

¹⁰ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açú, 26/8/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

¹¹ Carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei 6/5/1700. AHU, Rio Grande, caixa 1, 51.

¹² Este capitão, apesar de integrar o terço dos paulistas, era natural de Pernambuco, morador do Rio Grande, e havia governado o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres, fundado por Bernardo Vieira de Melo, na ribeira do Açú. Papel de Bernardo Vieira de Melo, c. abril de 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 42; e carta do rei a Bernardo Vieira de Melo, 15/1/1698. AHU, cod. 246, fl. 60v.

conversa ele lhe "significou os intentos danados do mestre-de-campo, mas por termos tão escusos" que não pode percebê-los.

"E como ele se não podia explicar para que lhe não levantassem algum testemunho que o desacreditasse ou o obrigassem a fazer alguma ação da qual depois lhe redundassem algum dano, deu em outra traça [ardil] para ver se podia atalhar as injustas mortes e cativados que se intentavam, e me pediu fosse falar com o mestre-de-campo e lhe pedisse se concordasse com o capitão-mor do Ceará para que este ajudasse ao mestre-de-campo no que pudesse e se desse nos tapuias que o merecessem e se conservassem os mais que estivessem de paz. O que tudo entendi se dirigia a que o capitão-mor impedisse as mortes dos meus tapuias. Obedeci, fiz a diligência, mas mal sortiu o efeito em nada, porque o mestre-de-campo me respondeu que de nenhum modo se podia contar com o capitão-mor por ter esse dito queixas contra ele".¹³

Conformado e ignorante das verdadeiras intenções do paulista, João da Costa até providenciou gado para saciar a fome de seu exército (como vimos no capítulo anterior). Ainda segundo este relato, o paulista foi com sua tropa a 11 léguas acima da aldeia velha e 15 léguas abaixo da nova, e, mandando chamar alguns tapuias desta (que ele, missionário, havia levado consigo "para aprenderem os caminhos"), pediu que juntassem todos os paiaçus de ambas as aldeias, com seus filhos e mulheres:

"Obedecendo os tapuias a este engano, vieram todos os que estavam ali mais perto, uns trabalhando nas fazendas, e outros em casas de seus compadres, trazendo os meninos e mulheres, e no outro dia pelas nove do dia chegaram os tapuias da aldeia de cima, cujo principal era Jenipapoaçu, e juntos todos os deixam a receber os tapuias do mestre-de-campo com uma dança; eles também vieram dançando, uns com armas, outros sem elas".

Quando vieram beijar a mão do mestre-de-campo, esse deu um sinal, disparando no que tinha diante de si "um bacamarte e atrás dele dispararam todos os mais soldados que me mataram mais de 400 tapuias"; outros fugiram, muitos ficaram feridos e foram feitos 260 cati-

¹³ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açú, 26/8/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

vos entre as mulheres e crianças. Segundo João da Costa, a idéia de tal investida dos paulistas — “este diabólico conselho” — fora dada por um missionário paulista, o padre João Leite de Aguiar. Este missionário do Hábito de São Pedro era velho conhecido de Navarro, pois fora capelão de Matias Cardoso. Depois da dissolução do terço em 1695, assistiu em aldeias no Ceará, onde foi acusado de “abraçar algumas conveniências mais temporais”, isto é, um curral de gado.¹⁴ Com brios separatistas, em 1696, havia proposto ao Conselho Ultramarino a criação de uma câmara no povoado pegado à fortaleza do Ceará, justamente para atalhar os abusos e o desgoverno em que se achava a capitania, entregue às vontades dos capitães-mores.¹⁵ O “plano” de Navarro, segundo o oratoriapo, era primeiro matar os paiacus para depois conseguir a assinatura de todos os moradores de Jaguaribe em “uma certidão de guerra contra eles, para dar satisfação a Sua Majestade”. Contudo, não lhe parecia que “os moradores tenham assinado ao mestre-de-campo a certidão”, porque lhe conheciam “o intento que é tomar-lhes as terras e esta só é a verdade que hão de levar as certidões”.¹⁶ No que em parte se enganava, pois, no dia 24 de outubro, dezenove moradores da

¹⁴ Pe. João Leite de Aguiar, clérigo do hábito de S. Pedro, natural da vila de São Paulo, foi nomeado em 1689, pelo bispo do Rio de Janeiro, capelão-mor do terço de paulistas de Matias Cardoso que mandara levantar o arcebispo da Bahia, quando governador. Aguiar diz ter andado “pelo vastíssimo sertão do Brasil” mais de 900 léguas, por quatro anos a sua “custa” “até que os paulistas se retiraram porque lhes faltou o necessário principalmente pólvora e bala, marcharam os paulistas para outras várias conquistas, uns para o Maranhão, outros para os Palmares e eu para Pernambuco, de onde o reverendo bispo d. Matias de Figueira e Melo, me mandou que voltasse para a capitania do Rio Grande a redução de uns tapuias chamados jaguaribes”, provavelmente paiacus. Conta que, depois de dois anos, teve bom sucesso os reduzindo e aldeando a cinco léguas da fortaleza do Ceará. Diz ainda que esteve com os tapuias janduls no tempo do governador Caetano de Melo e Castro (1693-99), e que nada conseguiu porque eram “rebelde e absolutos” e responderam “que não queriam missão por que os sacerdotes traziam consigo caruguaras, que no idioma brasílico que dizer doenças, ou mal contagioso. . .” (em tupi, *ka'ruara* — corrimento — quer dizer “mal ou enfermidade causada por feitiço; quebranto, mau-olhado”). Carta do Pe. João Leite de Aguiar ao rei, 5/5/1696. AHU, Ceará, caixa 1, 46. Em 1694, João Leite de Aguiar assistia ao tapuias jaguaribaras, aldeados sete léguas ao sul da fortaleza do Ceará. O padre Aguiar havia sido enviado por saber a língua geral, mas os tapuias não a sabiam, “sendo melhor fazê-lo (ensiná-los) pela portuguesa”. Havia reclamação de Fernão Carrilho contra este padre que parecia ter desleixado de suas obrigações para “abraçar algumas conveniências mais temporais”, isto é, um curral de gado. Consulta do Conselho Ultramarino, 22/8/1696. AHU, cód. 265, fls. 110-1.

¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino, 4/9/1696. AHU, cód. 265, fls. 111-2.

¹⁶ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açu, 26/8/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

ribeira do Açu assinavam uma certidão, com dezesseis capítulos, que confirmava a justiça da guerra movida contra os paiacus.¹⁷ Aumentada em 31 assinaturas, uma outra certidão sustentava ainda a história do paulista e atestava que estes paiacus não mereciam nenhuma confiança, pois eram “os que se aliavam com os flamengos”.¹⁸

A reação não demorou muito. No dia 23 de setembro do mesmo ano, tendo ouvido as queixas de João da Costa, o bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima, expediu uma pastoral declaratória que excomungava o mestre-de-campo e todos os que insistissem em manter cativos os tapuias de sua missão.¹⁹ Os paiacus de Jaguaribe, segundo o missionário, receberam a notícia com grande júbilo, a ponto de que, “quando chegam à porta da igreja onde está pregada a carta de excomunhão que mandou o reverendo bispo, a beijam como reliquia sagrada”. Além disso, levavam as cartas de paz, passadas pelos capitães-mores, penduradas no pescoço como talismãs.²⁰ Já os paulistas e o governo da Bahia, obviamente, receberam a notícia com grande apreensão. Os capitães Bento Nunes de Siqueira e Pedro Carrilho, que foram à Bahia como procuradores do mestre-de-campo, fizeram registrar no arcebispado vários papéis em defesa dos paulistas, entre os quais recursos à pastoral do bispo.²¹ Para o prepósito da Congregação do Oratório de Pernambuco, Tomás Consolino, o mestre-de-campo poderia inventar diversas razões “para se desculpar desse horrendo crime, todas elas encaminhadas a culpar os tapuias e seu missionário, mas bem consideradas são todas ou falsas ou frívolas e incapazes para corarem sua maldade neste caso, o qual a todos deu que sentir e chorar”.²² De fato, ainda segundo João da

¹⁷ Certidão dos moradores precedida de 16 capítulos, 24/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). “Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro”. *RIHGC*, 31:186-90, 1917.

¹⁸ Certidão dos moradores da ribeira do Açu, 23/4/1700. AHU, Rio Grande, caixa 1, 50.

¹⁹ “[...] mandamos com pena de excomunhão maior *ex de facto* ao mestre-de-campo dos paulistas Manuel Álvares de Moraes Navarro e aos capitães, cabos ou pessoas em cujo poder estiverem os índios ou índias e seus filhos pertencentes à missão do padre João da Costa, assim da aldeia velha como da aldeia nova do distrito do Jaguaribe os quais estavam aldeados sobre a proteção do dito missionário”. Pastoral de frei Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, 23/9/1699. In: Barão de Studart (ed.). “Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro”. *RIHGC*, 31:178-80, 1917.

²⁰ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açu, 6/11/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

²¹ Carta de Bento Nunes de Siqueira ao vigário do Ceará, 19/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). “Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro”. *RIHGC*, 31:176-7, 1917. Esse dossiê acabou na coleção particular do barão de Studart que o transcreveu e publicou nas páginas da *RIHGC*, 31:161-223.

²² Carta de Tomás Consolino, prepósito da Congregação do Oratório de Pernambuco, ao rei 29/6/1700. AHU, Pernambuco, caixa 14.

Costa, a possível alegação que o mestre-de-campo poderia fazer, de que os tapuias lhe preparavam uma armadilha, só poderia ser falsa "porque não haveriam de ter na aldeias mulheres e meninos".²³ Para evitar a reação dos inimigos, uma verdadeira conspiração convenceu o bispo que o melhor era fazer uma devassa que informaria o rei e o Conselho Ultramarino de modo a garantir a consecução do intento que agora perseguiram: a dissolução do terço.²⁴

Segundo Pedro Lelou, que havia sido capitão-mor do Ceará por dez meses (1694) e era agora sargento-mor de Pernambuco, o cabeça do conluio era Bernardo Vieira de Melo. Este, assim que soube do massacre, teria espalhado por todas as partes avisos e cartas, acusando a "cruel tirania e traição que tinha feito o paulista". Havia, igualmente, obrigado alguns moradores de sua facção e os oficiais da câmara "a confirmar sua malícia". Por meio da intervenção de "um dos homens mais notáveis da terra", Francisco Berenguer de Andrade, que era seu tio e cunhado de João Fernandes Vieira, o capitão-mor representou junto "ao senhor bispo de tal maneira que [ele] foi causa de tirar devassa do caso ou mandar tirar, como fez por um clérigo, e excomungar o paulista". A versão de Lelou e do partido dos paulistas era de que o capitão-mor do Rio Grande, junto com alguns seus comparsas, sabendo que o mestre-de-campo, pessoa da consideração do governo-geral, desejava substituí-lo, "induziu o gentio bárbaro janduí para que se unisse com a nação paiaçu [e] se fossem oferecer ao paulista para irem com ele dar guerra aos ariús". Bernardo Vieira de Melo teria dito aos jandúis que "apanhando os paulistas em campanha os degolassem, afirmando-lhes que se não faziam assim [...] o paulista os havia de matar e cativar a todos e senhorear suas terras".²⁵ Com efeito, os Vieiras de Melo tinham desde o princípio um bom relacionamento com os nêris. Em 1671, o pai de Bernardo Vieira havia recebido terras no Ararobá. Juntamente com seu irmão Antônio, Bernardo Vieira lutou contra os xucurus (tarairiús) na-

²³ Carta do padre João da Costa, ribeira do Açu, 26/8/1699. AHU, Pernambuco, caixa 14.

²⁴ Os oficiais da Fazenda que estavam no arraial do Açu para fazer o pagamento do terço confirmavam que a guerra era justa e que "todos os que querem contradizer essa verdade" estavam, na verdade, "buscando todos os meios para que o terço de desesperado se recolha". Certidão de Manuel da Silva Teixeira, provedor da Fazenda Real, Manuel Fernandes de Melo, almoxarife, e Manuel Gonçalves Branco, escrivão da Fazenda Real, 22/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RHGG*, 31:185-6, 1917.

²⁵ Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 116-7; carta de Pedro Lelou a d. João de Lencastro, 17/12/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47. Sobre Francisco Berenguer de Andrade, veja também F. A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*, Recife, 4:341-3, 1952.

queles sertões, estando, muito provavelmente, presentes na fundação daquela aldeia dos oratorianos.²⁶

Na longa carta que escreveu ao governador-geral, vinte dias passados do massacre, o mestre-de-campo explicava que tinha conhecimento das cavilações de Bernardo Vieira de Melo desde que partira do seu arraial. Segundo Navarro, os jandúis que iam com ele haviam sido ardilosamente mal informados por dois aliados de seu adversário, os capitães Antônio da Rocha e Baltasar Gonçalves Ferreira, que os "fizeram acreditar que eu [o mestre-de-campo] os levava debaixo de engano para os mandar matar" para poder ficar com a sua "bagagem". Conversando com os capitães dos jandúis, Navarro os convenceu de sua lealdade e os desarmou de praticarem qualquer traição. Resolvida essa indisposição, ao chegar no Jaguaribe, fingiu nada saber das intenções dos paiaçus de Jenipapoçu e os enredou na armadilha do dia 4 de agosto.²⁷

O conflito desflagrado com o massacre dos paiaçus no Jaguaribe, entre paulistas e oratorianos, apoiados pelos "filhos da terra", cruzava com os sucessos relativos ao conflito interno do Oratório de Pernambuco, "espécie de pré-guerra dos mascates por nêris interpostos", nas palavras de Evaldo Cabral de Mello.²⁸ De fato, nessa ocasião, o sargento-mor procurava mostrar o esdrúxulo da posição de d. Francisco de Lima, que confiava na representação de Francisco Berenguer de Andrade, um dos mais exaltados artífices da guerra clerical que sacudia Olinda e Recife naqueles exatos dias. Segundo Lelou, Berenguer teria sido quem fomentara "frei Benedito a fazer o excesso que fez junto com um letra-

²⁶ Papéis de Bernardo Vieira de Melo apresentados em 1728, AHU, Rio Grande, caixa 1, 66; veja também Maria do Céu Medeiros. *Igreja e dominação no Brasil escravista. O caso dos oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa, 1993, p. 62; e F. A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*, Recife, 4:58-60, 1952.

²⁷ "Tanto que chegamos a Jaguaribe, soube logo o inimigo ser limitado o meu poder, animando-se como saberem ter me faltado o socorro que pedi ao Ceará, que o mandaram saber, pôs-se à minha espera. E como estes bárbaros não fazem dano senão debaixo de traição para melhor lhes facilitar, mandei dizer-lhes os paiaçus buscarem debaixo de toda a amizade e juntamente pedir-lhes socorro para dar nas outras nações por ser limitado o meu poder. / Com este aviso se animaram muito, segundo depois [nos] contaram os prisioneiros, para melhor executarem seu mau intento, veio logo o principal buscar-me oferecendo-me toda a sua gente para me acompanhar, e como o correio me dissesse os achara sem a sua família, lhes disse a mandassem recolher, que de outra sorte era darmos motivo de desconfiança, assim o prometeu, e com a certeza de que os tinha recolhido marchei de madrugada. . . etc. etc.". Carta do mestre-de-campo ao governador-geral, 25/8/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

²⁸ Os membros da Congregação do Oratório eram também chamados de nêris (em razão do seu fundador, São Filipe Néri), ou de lóios, recoletos ou manigrepe. Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 96-7.

do Davi de Albuquerque [Saraiva]".²⁹ Nesse sentido, o sargento-mor prevenia o bispo de que, com sua atitude, dava milho ao bode, ajudando aos que faziam de tudo para desmoralizá-lo.

A Congregação do Oratório, originada da iniciativa de padre João Duarte do Sacramento em 1662, era no final do século a comunidade eclesiástica mais numerosa da Pernambuco. Seu objetivo principal sempre fora a atividade missionária, e João da Costa fazia parte de uma longa tradição de dedicados catequistas enviados ao sertão para converter o gentio, que se temia inseminado pela heresia dos holandeses. Juntamente com a Congregação de Portugal, a casa pernambucana foi reconhecida pela Santa Sé em 1671, quando lhe foram outorgadas as regras de Valicella, a principal casa dos nêris italianos. Os oratorianos mantinham um hospício em Santo Amaro que servia, sobretudo, ao repouso dos missionários. Desde 1672, quando o padre Sacramento resolveu adotar as novas regras de Lisboa, conseguidas pela intervenção do padre Bartolomeu de Quental, seu mentor, as disputas sobre o entendimento da sua adoção dividiam os congregados. Como mostrou Evaldo Cabral de Mello, de quem nos servimos para tratar desse assunto, quando padre Sacramento e outros religiosos resolveram transferir-se para o Recife, a discórdia ganhou dimensão secular. Resumindo o argumento, a instalação no Recife visava intensificar a pastoral em área de grande densidade demográfica, assegurando "o crescimento do Oratório em Pernambuco mediante sua inserção no meio urbano". Não obstante, o núcleo primitivo, ligado ao recolhimento de Santo Amaro e mais interessado na missão, opunha resistência a esta estratégia identificada com os mascates recifenses. Não era à toa que o novo convento da Madre de Deus fora construído em terreno doado por Antônio Fernandes de Matos. Com a morte do padre Sacramento (1686), que seria em breve empossado como novo bispo de Pernambuco, o padre Luís Ribeiro ascendeu à prepositura. A partir daí, uma série de conflitos relativos às regras e à política interna da congregação degenerou em uma situação de confronto aberto entre dois partidos, que se alinhavam de acordo com a disputa que dividia os "filhos da terra" e os "filhos do reino". Sem querer entediar o leitor com um resumo do que pode aprender com minúcia no exato texto do historiador da "Fronça dos Mazombos", o que nos interessa é entender que o conflito acabara por separar os oratorianos das missões e os da Madre de Deus. Simplificando, depois de várias brigas e defecções, a querela foi bater no papa e depois na Relação eclesiástica de Lisboa, que julgou favoravelmente pelo parti-

²⁹ Carta de Pedro Lelou a d. João de Lencastro, 17/12/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

do dos nêris de Santo Amaro, que haviam sido expulsos. Para executar a ordem de sua readmissão, fora indicado justamente um certo frei Benedito de São Bernardo, da ordem de São Bento. É aqui que nossas histórias se cruzam. Este beneditino acabou se deparando, na sua missão, com a simpatia que o bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima, tinha pelos nêris da Madre de Deus. À sua revelia, no dia 30 de setembro de 1699, frei Benedito foi à Madre de Deus cobrar a readmissão dos expulsos e foi recebido de forma hostil. Após algumas situações, frei Benedito excomungou os nêris e, em resposta, o bispo acabou excomungando o beneditino. Segundo Cabral de Mello, "as excomunhões trocadas entre o bispo e o frade paralisaram a vida religiosa da capitania, agredindo um cotidiano dominado pelo sagrado, às vésperas do período de festas religiosas de fim de ano". Dessa forma, o conflito degenerou pela gente da capitania e pelos religiosos de outras ordens, que ora tomavam o partido do bispo, ora do beneditino. Entre os mais exaltados no lado deste último estavam os capuchinhos e os terésios, que, juntamente com o advogado dos dissidentes, Davi de Albuquerque Saraiva, espalhavam o motim em discursos e comícios na cidade.³⁰

Como mostrava Lelou, por trás do rábula e de frei Benedito, e talvez de toda a exaltação mazomba, estava o tio de Bernardo Vieira, Francisco Berenguer, descrito como um "mau homem e diabólico em fazer manifestos falsos, sem temor de Deus, homem que traz 62 demandas empatando a todas sem pagar nem restituir d'alheio, um verdadeiro perturbador da república, semeando nela mil cizânias".³¹ Exatos sete dias antes do início destes tumultos, o bispo não havia excomungado o mestre-de-campo do terço dos paulistas, a pedidos do partido que, agora, buscava desmoralizá-lo? Via-se então uma aliança circunstancial, na qual tanto os "filhos da terra" como os "filhos do reino" uniam forças

³⁰ Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 96-117. Segundo Pedro Lelou, Davi de Albuquerque Saraiva era "natural da Covilhã, descendente daqueles que seguiam os exacerados ritos da lei velha, que fora mercê de Deus tirar a semelhantes da praça para o sossego de seus povos". Sobre esses conflitos, veja a coletânea impressa para uso da Mesa de Consciência e Ordens: "Sumário das controvérsias movidas em a Congregação do Oratório de Pernambuco, às quais se impõem última decisão, assim pelos decretos da Sagrada Congregação de Propaganda Fide como pelo incluso Moto próprio do SS. Papa Clemente XI, com total extinção de todas e perpétuo silêncio, 1702". BNP, ms. portugueses, cód. 28, fls. 361-8. Para a história dos oratorianos de Pernambuco, veja também o livro de Maria do Céu Medeiros. *Igreja e dominação no Brasil escravista. O caso dos oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa, 1993; e Ébion de Lima. *A congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis, 1980.

³¹ Carta de Pedro Lelou a d. João de Lencastro, 17/12/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

para escangalhar os paulistas. João da Costa — que, apesar de missionário interessado nos negócios do sertão, não parecia nada simpático aos dissidentes de Santo Amaro — contava com grande prestígio no *establishment* eclesiástico pernambucano, a ponto de, em meio a tamanhos dissensos, conseguir espaço para que sua queixa fosse apreciada pela Junta das Missões, em reunião aliás boicotada pelos religiosos contrários ao bispo, que, afinal, o tinham por excomungado.³²

Podemos aqui aventar outras possíveis conexões que revelam o caráter político dos conflitos deflagrados com o massacre do Jaguaribe. Para Odilon Nogueira de Matos, a demanda enviada ao rei pela câmara de São Paulo, em 7 de abril de 1700, era o prenúncio da grande rivalidade que oporia paulistas e emboabas na região mineira e que desembocaria nos embates de 1708-1709. Nesta carta, os paulistas pediam exclusividade na doação das datas de terras nas minas, pois haviam sido “os descobridores e conquistadores das ditas minas, à custa das suas vidas e gasto da sua Fazenda, sem dispêndio da Fazenda Real”.³³ Quase simultaneamente (mas invertendo os papéis), no Rio Grande, os emboabas eram os paulistas. Como se sabe, havia diversas linhas de clivagem, naqueles tempos, entre grupos de colonos, fossem eles pau-

³² Segundo Evaldo Cabral de Mello, “os guardiães dos conventos franciscanos do Recife e Olinda mostravam-se os mais exaltados de todos, negando-se mesmo, com o prior de Santa Teresa, a comparecer a uma reunião da Junta das Missões, marcada para discutir a liberdade dos índios do Jaguaribe (Ceará), com a explicação de estarem canonicamente proibidos de falar com o bispo e com os oratorianos”. Passados dez anos, feito prepósito da Congregação, João da Costa seria tido por um dos mentores do levante dos mascates em 18 junho de 1711, que culminara no atentado a Bernardo Vieira de Melo e sua prisão. O oratoriano se fazia, então, inimigo fidalgo do partido dos mazombos. Com efeito, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, “o papel desempenhado pelos oratorianos ultrapassou de muito o de meros coadjuvantes do movimento recifense, tornando-se seu verdadeiro cérebro”. A câmara de Olinda tinha como certo o conluio entre João da Costa, “o congregado-mor dos levantados”, e o capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, que reunia mais de três mil homens, incluídos muitos tapuias, para o socorro dos mascates. Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 115, 343 e 367. Veja a carta da câmara de Olinda ao capitão-mor da Paraíba, em que o acusam da cavilação revelada pela prisão de um negro, correio das cartas para os capitães-mores das freguesias e para João da Costa, 26/6/1711. In: José Bernardo Fernandes Gama. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife, 1847, tomo IV, p. 77-85.

³³ Odilon Nogueira de Mattos. “A guerra dos emboabas”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, vol. 1, p. 297, 1968. A melhor crônica dos acontecimentos é a de Charles Ralph Boxer, em seu livro *The Golden Age of Brazil. Growing Pains of a Colonial Society, 1695-1750* (1962). Lisboa, 1995 (capítulo III, “Paulistas and Emboabas”), p. 61-83. Veja também o clássico estudo de J. Soares de Mello. *Emboabas, chronica de uma revolução nativista*. São Paulo, 1929.

listas, pernambucanos, baianos ou “filhos do reino”. Como queria Capistrano de Abreu, vivia-se um momento de construção de identidades locais, inspiradoras do nativismo que alimentou diversas revoltas no século que se iniciava. Não é muito improvável imaginar que, de volta a casa, onde as mulheres blasonavam a covardia de seus maridos diante dos estrangeiros, os rancores destes sertanejos “sãopaulistas”, cheios de experiências conflituosas com os pernambucanos, tenham insuflado o nativismo de seus compatriotas que, como alguns deles, haviam se metido no novo negócio da colônia. Valorizando as reais conexões entre as diversas regiões da América portuguesa no final do século, podemos imaginar que se assistia no Rio Grande, não apenas a mais um capítulo da “Fronda dos Mazombos”, tão minuciosamente estudada por Evaldo Cabral de Mello, mas também ao primeiro episódio da chamada “guerra dos emboabas” — em que, inversamente, os estrangeiros seriam os paulistas e os peticionários, os pernambucanos.

A devassa de João de Matos Serra

Voltemos ao imbróglio no Rio Grande. João da Costa e seus prováveis aliados mazombos haviam conseguido comprometer o bispo na alta indagação do caso, de modo que o prelado resolveu fazer uma devassa para circunstanciar as suas decisões e as da Junta das Missões. O vigário do Ceará, João de Matos Serra, acompanhado de um escrivo, partiu com a missão de anotar os testemunhos que confirmassem a versão de João da Costa. Foram inquiridos, segundo os autos, vários moradores da ribeira do Jaguaribe, do Açu e da cidade do Natal, entre os dias 30 de outubro e 30 de novembro de 1699. Com efeito, todos os testemunhos colhidos confirmavam, na letra, a versão do missionário. Repetindo-se de forma maçante, com pequenas variações nos parágrafos, os autos da devassa revelam uma operação calculada para fornecer elementos que incriminassem o mestre-de-campo e convencessem o Conselho Ultramarino do desregramento das atividades de seu terço.³⁴ Encaminha-

³⁴ Veja, por exemplo, parte do depoimento que Cristóvão Soares de Carvalho, capitão de uma companhia de ordenança da ribeira do Jaguaribe, solteiro, 45 anos, contou na igreja da madre de Deus da missão de Jaguaribe: “Aos trinta dias do mês de julho entrou nessa ribeira o mestre-de-campo do terço dos paulistas, Manuel Alves de Moraes Navarro, com grande parte da gente do seu terço e muitos tapuias do Açu da nação janduí, chegou a esta aldeia da Madre de Deus donde foi recebido assim pelo padre missionário como pelos tapuias com muita cortesia e urbanidade tratando-se os tapuias que acompanhavam o dito mestre-de-campo com amor e amizade, [...] e já indo o mestre-de-campo por essa ribeira acima publicando ia a fazer guerra no gentio cha-

da esta papelada no final de junho de 1700 para Lisboa, o bispo pedia que os conselheiros julgassem o acerto de suas atitudes em face de "uma ação tão ímpia e tão contrária às leis".³⁵ Como o leitor pode concordar, a acusação de parcialidade dessa devassa não é de toda extravagante, uma

mado caratiús, chegando defronte do presídio que está nesta ribeira por sua maior defesa, daí mandou chamar a um capitão por nome gianpapusú [*sic*], que era um dos que tinham primeiro dado a nova Aldeia dessa mesma nação dos paiaçus, escrevendo-lhe amistosamente e tendo-lhe muita amizade com consta de uma carta que lhe escreveu e ele testemunha viu dizendo-lhe que fora com toda a sua gente para os ajudar a dar guerra aos caratiús, e obedecendo prontamente o dito tapuia capitão com os seus mais aliados, e chegando a presença do dito mestre-de-campo com seus soldados melhores e filhos e tudo, lhes os deixou o dito mestre-de-campo levar-se por quem os queria ver e dar algumas dívidas indo os ditos tapuias humildemente prostrando-se aos seus pés rendendo-lhe [vassalagem], [...] o dito mestre-de-campo, sem alguma piedade, matou ao dito capitão com uma carabina quando se lhe pôs [aos...] seus pés, sendo essa a senha para os seus soldados degolassem os mais tapuias paiaçus, como antes lhes tinham dado por ordem segundo se publicou e mostrou o sucesso em cujo conflito se diz mataram mais de quatrocentos e cativaram outros tantos entre pequenos e grandes, velhos e mulheres, entrando nestes muitos batizados e os mais catecúmenos, tirania esta que escandalizou ao todos os cristãos e deixou essa ribeira em notável perigo, pois retirando-se logo para o Açú, [poderiam] os tapuias com facilidade e estimulados desta traição matar a todos os moradores desta ribeira... etc.". Além dessa testemunha, foram ouvidas, no dia 30 de outubro de 1699 na igreja da madre de Deus da missão de Jaguaribe: Domingos Pereira Ramos, solteiro, 47 anos; Pedro de Sousa, capitão de uma companhia de cavalos de ordenança da ribeira do Jaguaribe, solteiro, 50 anos; Antônio Velho de Brito, solteiro, 25 anos; Miguel Pereira de Abreu, solteiro, 60 anos; José Coelho, solteiro, 35 anos; Belchior Pinto, capitão do presídio da ribeira do Jaguaribe, 48 anos; Matias Cardoso, casado, 40 anos; Manuel Rabelo, solteiro, 25 anos; Manuel da Costa Romeiro, casado; Antônio de Faria, solteiro, 25 anos; Gabriel Barbosa Mendes, casado, 48 anos; João de Sousa de Vasconcelos, tenente de uma companhia de cavalos de ordenança da ribeira do Jaguaribe, solteiro e 66 anos; Filipe de Sousa, solteiro, 36 anos; Manuel Ferreira da Fonseca, solteiro, 26 anos. Testemunhas ouvidas no dia 30 de novembro de 1699 na ribeira do Açú: Francisco de Brito Correia, casado, 50 anos; José Pereira, casado, 26 anos; Gabriel do Vale, solteiro, 22 anos; Jerônimo Freire de Carvalho, solteiro, 25 anos; Pedro de Albuquerque, casado, 27 anos. Testemunhas ouvidas no dia 27 de outubro de 1699 na cidade do Natal: Gaspar Freire de Carvalho, capitão de uma companhia de ordenança do Rio Grande, casado e morador da cidade, 50 anos; Bento Teixeira Ribeiro, sargento-mor das ordenanças da capitania do Rio Grande, casado, 40 anos; Domingos Carvalho, casado, 40 anos; Manuel Trigueiro Soares, alferes, casado, 35 anos; Bento Pimentel, casado, 30 anos; Antônio da Costa, alferes da companhia da ordenança do Rio Grande, casado, 40 anos; Diogo [Pereira] Malheiros, capitão de uma companhia da ordenança do Rio Grande, solteiro, 40 anos; Manuel Gomes de Araújo, solteiro, 45 anos; João Dias de [Melo], casado; Teodósio [Graxismão], capitão de uma companhia da ordenança do Rio Grande, casado. "Autos da devassa que mandou fazer o contra Manuel Álvares de Moraes Navarro, outubro/novembro de 1700". AHU, Pernambuco, caixa 14.

³⁵ Carta do bispo de Pernambuco ao rei, 29/6/1700. AHU, Pernambuco, caixa 14.

vez que os testemunhos registrados, sem exceção, limitaram-se a repetir a versão do missionário. De acordo com Navarro, a devassa fora feita sob constante ameaça de reprimendas e por testemunhos de "homens ineptos e miseráveis", tendo sido concluída em Natal nos próprios aposentos do capitão-mor. Além disso, na opinião do mestre-de-campo, o escrivão que acompanhou o vigário do Ceará, um certo Baltasar Antunes, era "homem maligno e revoltoso que está satisfazendo o degredo que se lhe deu para o Ceará, por um crime que cometeu, homem que dizem está julgado neste reino por banido, de furto de uma moça, que há anos se furtou em Guimarães".³⁶

Pedro Lelou, em sua defesa das ações do terço dos paulistas, perguntava se era crime passível de excomunhão matar o inimigo infiel, junto aos quais estavam "alguns batizados, que se foram meter com eles com o mesmo designio de degolar o paulista"; pois se assim fosse, então deveriam estar excomungados "todos os príncipes e cabos da Europa", "onde atualmente se degolam uns aos outros, sendo batizados". Além disso, o argumento de que as terras eram originalmente dos índios e que os paulistas queriam tomá-las não se sustentava na lógica da política do Estado moderno. Como poderiam dizer, na Junta das Missões, que "a terra é sua [dos índios] e não podemos tomá-la, como tomou el-rei de Castela a Portugal, que possuiu tantos anos? É o reino de Nápoles, Sicília, Milão, em Espanha, Valença, Aragão e Navarra e outras mais dominações que tinham legítimos herdeiros? E sua santidade, o Ducado de Urbino, sendo príncipes católicos?". E Lelou prosseguia seu arrazoado:

"Pareceu-me que mais aceito será a Deus extinguir esta vil canailha e povoar as terras com criaturas que o louvam e levantam templos para neles sacrificar os sacrifícios e holocaustos que lhe devemos. E vejam como Cristóvão Colon [Colombo] e o da fama, Fernão Cortês, obraram no descobrimento desta América, e o formoso império novo que tem el-rei de Castela adquirido com as armas sem embargo haverem tido suas controvérsias sobre a matança do gentio no ano de 1492, reinando el-rei d. Fernando, e hoje está com cidades imperiais com o México e em seu com tanta grandeza e magnificência e poder que pode competir com as mais formosas da Espanha e de França...".³⁷

³⁶ Carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei 6/5/1700. AHU, Rio Grande, caixa 1, 51.

³⁷ Carta de Pedro Lelou a d. João de Lencastro, 17/12/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

Não obstante, o mestre-de-campo e os paulistas eram acusados, nos 28 depoimentos transcritos nos autos, de procurar tomar as terras não aos índios, mas aos moradores, forjando para tanto uma guerra justa que lhes permitiria proclamá-las conquistadas e, portanto, suas, uma vez que, como já foi dito, o regimento do terço garantia aos paulistas a posse de todas as terras que conquistassem.³⁸ Um dos moradores da ribeira do Jaguaribe, por exemplo, testemunhou que largamente se dizia que desta vez o mestre-de-campo viera fazer guerra ao gentio, "porém não na outra [i.é, na próxima]", pois "logo havia de vir fazer guerra aos moradores, queimando-lhe as casas e os currais pois os não queriam despojar-se sendo dele as terras por lhas haver dado Sua Majestade". Navarro, segundo este depoimento, chegara mesmo a colocar um edital na porta da igreja da Madre de Deus, no qual ordenava que "nenhuma pessoa povoasse terras nesta ribeira por serem suas", "pondo para isto graves penas assim de gados perdidos como de outros castigos corporais".³⁹ Em outra ocasião, os moradores do Rio Grande se queixavam que ele com seu terço "se alojavam junto às suas terras e usavam delas, dizendo que lhe pertenciam na forma do seu contrato".⁴⁰ De acordo com a opinião de João de Lencastro, em carta escrita ao rei em janeiro de 1700, o motivo da conspiração que se fez para destruir o terço não era outro do que o de "Vossa Majestade haver concedido aos paulistas as terras que eles conquistassem aos bárbaros daquela capitania".⁴¹

Nesse particular, vários eram os abusos e vexações praticados por Manuel Navarro, conforme denúncias substanciadas em uma carta régia de dezembro de 1700. Como no caso do edital que o Bernardo Vieira de Melo pôs nos sítios do Açú, por ser sua jurisdição, para que ninguém levasse gado sem o registrar, "por haver queixa dos moradores, dos descaminhos e furtos que nisto havia". Segundo denúncia do capitão-mor, Navarro "mandara tirar o dito edital e o rompera dizendo que naquele sítio só ele governava, e todos lhe haviam de obedecer". Outro abuso ocorreu quando Vieira de Melo mandou o capitão da ribeira do Açú, Baltasar Gonçalves, passar à mostra a gente da sua companhia. O mestre-de-campo não só se recusou a entregar os soldados que estavam integrados em seu terço, como prendeu o dito capitão, mantendo-o "na

³⁸ Carta de João de Lencastro para Morais Navarro, 4/2/1699. *DH*, 39:41-5.

³⁹ "Testemunho de Domingos Pereira Ramos", Autos da devassa que mandou fazer contra Manuel Alves de Morais Navarro. AHU, Pernambuco, caixa 14.

⁴⁰ Carta de Lencastro para o mestre-de-campo, 6/4/1700. *DH*, 39:114-6.

⁴¹ Carta de Lencastro ao rei, 7/1/1700. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RHGG*, 31:204-7, 1917.

sua loja com uma corrente no pescoço e grilhões nos pés". Como sabemos, este Baltasar Gonçalves era dos que haviam, segundo Navarro, açulado os janduís à traição. Consta, ainda, que passando pelo sítio chamado Piancó, onde uma Maria da Costa tinha um curral de gado, o mestre-de-campo o mandara queimar e prendera o vaqueiro, tomando-lhe tudo o que tinha. Dizia, segundo a denúncia, "que quem naquele sítio quisesse ter gado ou currais lhos havia de aforar, ou alugar, porque aquelas terras eram suas, e eu [rei] lhas tinha dado. E com a mesma petulância impedira ao mesmo capitão de cavalos daquela campanha, Antônio Álvares Correia, que não fosse povoar outras terras suas onde já havia tido o seu gado".⁴²

Estas brigas eram comuns na Colônia, notadamente neste momento de rápida expansão territorial e lenta consolidação dos poderes locais. Em julho de 1689, a câmara de Natal havia encaminhado ao rei um memorial que denunciava a violência imperante no sertão do Rio Grande por conta das disputas por terras. Segundo o documento, a desigualdade na distribuição das sesmarias e a confusão dos limites entre elas eram a causa da maior parte dos conflitos. Nesta capitania, dizia o documento, havia "sujeito que possui 20 e 30 léguas sem ter cabedal para as povoar, [ao passo que] alguns moradores desta capitania estão sem ter nenhuma, e demais disso [havia] uma grande confusão nas demarcações e domínios, de que resultam dúvidas nestes sertões, donde por estar distante o governo e justiça se averiguam as pelouradas [tiroteios]; e têm por esta causa procedido muitas mortes". Nesse sentido, os edis pedia que o rei enviasse o ouvidor-geral para que tomasse "conhecimento desta matéria, vendo as terras que há e as repartindo respectivamente pelas pessoas desta capitania que tem servido a Sua Majestade com tanto desvelo à sua custa em toda essa guerra do gentio bárbaro e está atualmente suprimindo com suas fazendas".⁴³ Pedia-se, com efeito, que fosse colocado em prática o estabelecido no alvará de 10 de fevereiro de 1645. Considerando haver muitas terras devolutas no Brasil, esta lei ordenava que as que não fossem beneficiadas em cinco anos deveriam ser redistribuídas para quem melhor parecesse ao governador, para o que se deveriam publicar editais. Isto já havia sido feito no tempo do visconde de Barbacena, que, tendo notícia de que várias terras da capitania do Rio Grande estavam devolutas, mandou publicar

Carta régia 15/12/1700. AHU, códice 257, fl. 72v-3v.

Memorial que a câmara de Natal endereçou ao rei, 2/7/1689, no 2.º livro de registro de cartas e provisões do senado da Câmara de natal, de 1673 a 1690, citado por Carlos Studart Filho. *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 129.

novos editais para redistribuir as terras.⁴⁴ Já em 1676, a Coroa havia enviado o desembargador Sebastião Cardoso Sampaio para verificar a titulação e as condições das sesmarias que haviam sido concedidas no sertão da Bahia.⁴⁵ O regimento de Roque Barreto, de 1677, encomendava que o governador ficasse atento ao povoamento e produtividade das sesmarias, caso fosse constatado o não-aproveitamento das terras dadas em sesmarias, deveria tirar as terras de seus donos e dá-las "a quem as cultive e povoe na forma do regimento das sesmarias".⁴⁶

Em 1697, Bernardo Vieira de Melo relatava a situação do Rio Grande, onde eram "tão grandes as confusões que há nesta capitania sobre terras e datas delas que tem sido *uma guerra civil* entre muitos com mortes e demandas sendo coisa muito ilícita estarem muitos moradores da Bahia e Rio de São Francisco senhores de todos estes sertões". Esta guerra civil, com as muitas mortes que praticavam os baianos, teria sido, do seu ponto de vista, "a causa do levante do gentio". Como se percebe, o capitão-mor destilava aqui todo o seu ódio e a força de seu nativismo. Para ele, esses baianos eram "gente tão revoltosa que, em se vendo naqueles sertões, vivem como réculos".⁴⁷ Objetivando atalhar esta situação conflituosa entre os moradores e, mais importante, visando abrir oportunidades para os recém-chegados, João de Lencastro promovia, em 1699, mais uma publicação de editais oferecendo sesmarias aos interessados. Uma carta régia de 12 de janeiro de 1701 determinava a redistribuição especificamente para o Rio Grande.⁴⁸ Dois anos depois, o rei mandou pôr editais em todas as capitanias do Brasil para que os sesmeiros ou donatários que tivessem datas de terras apresentassem as

⁴⁴ Alvará que ordena ao provedor da fazenda do Rio Grande mande pôr editais sobre as terras que se têm dado de sesmaria, 13/9/1675. *DH*, 25:456-7.

⁴⁵ Cf. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 56-7.

⁴⁶ Cf. capítulo 24 do Regimento de Roque da Costa Barreto (1677). Cf. M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 779; e João Alfredo Libânio Guedes. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962, vol. IV, p. 181 ou também nos *DH*, 6.

⁴⁷ O capitão-mor sugeria que o rei enviasse "um sesmeiro com ordem que tomando bem conhecimento de tudo repartisse essas terras como é razão e pelos que tenham posses para as povoar, e o sesmeiro tome conhecimento de todas as datas, termos e demarcações delas e se façam as demarcações como terras de Vossa Majestade de 3.000 braças e não de 2.500 braças como se medem as de donatário". Papel de Bernardo Vieira de Melo, c. abril de 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 42, pontos 2 e 12.

⁴⁸ Carta de João de Lencastro para Bernardo Vieira de Melo, 22/3/1699. *DH*, 39:55-7; carta régia a João de Lencastro, 10/10/1698. AHU, cód. 246, fl. 71; e carta régia de 12/1/1701. AHU, cód. 246, fl. 127v.

confirmações e cartas dentro de seis meses. No caso de Pernambuco, foi comissionado nessa diligência um desembargador da Relação da Bahia, João de Puga e Vasconcelos, que tombou as terras da capitania, identificando os atuais proprietários e garantindo, assim, seus direitos patrimoniais.⁴⁹

Na Bahia, a reação à devassa de João de Matos Serra veio em seguida. João de Lencastro acusava esse conluio dos sesmeiros de pretender desestabilizar a presença do terço no sertão. Em uma carta ao seu primo e colega de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, o governador-geral dizia que "o terço dos paulistas tem hoje contra si todas as pessoas que na dita capitania do Rio Grande têm terras de sesmaria conquistadas aos bárbaros". João da Costa, por sua vez, insinuava que seus interesses eram outros: "Os que vêm a reduzir almas não devem estabelecer currais".⁵⁰ Com efeito, os oratorianos eram conhecidos por terem grande riqueza em terras no sertão e currais de gados, doados em grande parte por fiéis ou mesmo comprados com o dinheiro das esmolos. Maria do Céu Medeiros sugere que, com tantas sesmarias, os oratorianos provavelmente não as podiam conservar todas, de modo que também estariam sujeitos às redistribuições.⁵¹ Fazia sentido, portanto, seu alinhamento com os moradores e o partido dos mazombos. Com relação à decisão da Junta das Missões que declarava a guerra injusta e fundamentara a pastoral do bispo, Lencastro dizia, com certa exaltação, que "nenhuma junta ou tribunal poderia derrogar uma lei viva". Segundo ele, era certo que Bernardo Vieira de Melo praticava ações escandalosas no exercício de seu posto, como haver nomeado seu filho de dezessete anos, que já era juiz ordinário (isto é, oficial da câmara de Natal), como alferes da fortaleza. Mais grave ainda, havia dado armas e avisos ao gentio "para que destruíssem o dito terço". Se tivesse provas, mandaria buscar-lhe "preso em ferros. . ."⁵² Em

⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino, 6/6/1703. AHU, Pernambuco, caixa 16; e Autos da diligência de João de Puga e Vasconcelos 12/1/1706 inclusa na consulta do Conselho Ultramarino, 30/8/1706, AHU, Pernambuco, caixa 16. João de Puga e Vasconcelos havia sido ouvidor-geral em Angola antes de ser nomeado para a Relação da Bahia. Sobre o "sistema semarial" no Brasil, veja o livro de Costa Porto (Recife, 1965), em particular o capítulo 31, p. 93-113.

⁵⁰ Carta de Lencastro ao governador de Pernambuco, 11/11/1699. *DH*, 39:86-9.

⁵¹ Maria do Céu Medeiros. *Igreja e dominação no Brasil escravista. O caso dos oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa, 1993, p. 63-4.

⁵² Carta de Lencastro ao governador de Pernambuco, 11/11/1699. *DH*, 39:86-92. Segundo o sargento-mor de Pernambuco, Pedro Lelou, o capitão-mor do Rio Grande tinha feito "seu filho juiz, sendo rapaz sem ter idade, e juntamente o fez vossa senhoria alferes". Para escândalo geral, "quando [o garoto] anda de juiz leva vara, e quando

uma carta ao próprio Bernardo Vieira de Melo, Lencastro o ameaçou: "Se vosmecê continuar no ódio e má vontade que mostra ao mestre-de-campo e seu terço. . . há de experimentar em mim o mais rigoroso castigo. . ."⁵³ Lencastro escreveu também ao bispo de Pernambuco, duvidando da veracidade da versão de João da Costa, pois tinha em mãos uma carta escrita de seu próprio punho para Teodósio da Rocha, "em que não só aprova, mas persuade a que se faça guerra aos tais índios".⁵⁴ Anexada aos documentos encaminhados pelos procuradores ao arcebispo, esta carta era datada de 31 de julho de 1699, isto é, quatro dias antes do sucesso em Jaguaribe e um dia depois da conversa relatada acima. Sua leitura atenta é muito importante:

"Peço a vosmecê [Teodósio da Rocha] veja como se obra na matéria do escrúpulo em que ontem me tocou, *que eu não tenho escrúpulo de que se obre, mas de que se obre pouco*, por estarem com o temor mui divididos, e como fugiram muitos, vendo-se picados podem dar sobre as fazendas e fazerem alguma destruição, e ficam levantados, veja-se o que se obra, que a mim me parece que só achando-se muitos juntos se pode fazer neles alguma coisa, e ainda assim é necessário logo logo outro golpe que corte o resto, e se não ponha-se esta ribeira em grande perigo".⁵⁵

Segundo a leitura do governador-geral, o missionário estava preocupado em debelar os paiacus insubmissos, para o que havia mesmo pedido a ajuda dos paulistas. Teodósio da Rocha corrobora a história, dizendo que, na frente dele e de várias pessoas, João da Costa havia dito ao mestre-de-campo que "só desejaria [que] se lhe não entendesse com os tapuias que naquela aldeia tinha capazes de os doutrinar e instruir na fé e que [se] ainda desses se achassem alguns com os do Jenipapoçu, *ardesse a lenha verde com a seca*, porque ele os não mandava lá ir". Perguntando, no dia seguinte, se tinha certeza de que fazer guerra "a todo gentio que se achasse fora da aldeia lhe seria de prejuízo ou era coisa injusta, presente o padre Pedro Fernandes, me respondeu [João da

se quer mostrar militar anda com bastão". . . Carta a d. João de Lencastro, 17/12/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

⁵³ Carta de Lencastro a Bernardo Vieira de Melo, 9/1/1700. *DH*, 39:103.

⁵⁴ Carta de Lencastro ao bispo de Pernambuco, 11/11/1699. *DH*, 39:92-4.

⁵⁵ Carta de João da Costa a Teodósio da Rocha, Aldeia do Jaguaribe, 31/7/1699. Lencastro autenticava o documento, "de sua letra", em carta ao rei, 7/1/1700. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RIHGC*, 31:181-2, 1917.

Costa] que que era muito bem feito castigá-los".⁵⁶ Este Pedro Fernandes, sacerdote do Hábito de São Pedro que ia como capelão do terço, testemunhara que naqueles dias, quando o mestre-de-campo conversava com o padre João da Costa sobre a "resolução que havíamos de tomar" (isto é, o que fazer para prosseguir no combate aos caratiús), o dito padre "lhe facilitou todos os meios e disposições da guerra dizendo-lhe que muita mercê lhe faria não ir bulir naqueles que ali tinha na aldeia e, ainda [que] os da aldeia se os achasse lá por fora misturados com os outros, tudo ardesse porque ele missionário os não podia sujeitar".⁵⁷ De maneira que, nesta versão, João da Costa como que "inventara" o interesse catequético dos paiacus da "aldeia nova" e não somente teria apoiado o ataque de 4 de agosto, como pedira que os paulistas castigassem os da sua própria missão, "pois se mostravam mui inobedientes e rebeldes, contentando-se que lhe deixasse ficar só os pequenos".⁵⁸ Como queria um dos capítulos dos moradores simpáticos ao mestre-de-campo, a missão do Jaguaribe era lugar selvático: "Na paragem onde assiste o dito clérigo", chamada erradamente de "missão velha", assistem "bem poucos tapuias que, na verdade, não têm obediência à Igreja nem a Sua Majestade".⁵⁹

Vários missionários confirmaram a versão do mestre-de-campo; grande parte deles, sintomaticamente, jesuítas e ligados à Bahia.⁶⁰ Assenso Gago, que era missionário na serra do Ibiapaba, quando a caminho de Pernambuco passou pelo arraial do Açu e certificou-se de que o mestre-de-

⁵⁶ Certidão de Teodósio da Rocha, 21/10/1699; veja também a certidão de Pedro Carrilho. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RIHGC*, 31:182-4, 1917.

⁵⁷ Certidão de Pedro Fernandes, 21/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RIHGC*, 31:181-2, 1917.

⁵⁸ Carta de Manuel Álvares de Morais Navarro ao rei, 6/5/1700 (outra). AHU, Pernambuco, caixa 14.

⁵⁹ Capítulos dos moradores do Açu, 24/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RIHGC*, 31:185-90, 1917.

⁶⁰ Como vimos acima, o apoio dos jesuítas da Bahia estava em sintonia com a posição por eles adotada na ocasião da lei de 1.º de abril de 1680. Acostumado que está à política luso-brasileira, não creio que o leitor sinta algum embaraço ao julgar o pragmatismo dos soldados de Cristo, há tão pouco tempo em confronto aberto com esses "bandeirantes" de São Paulo. É grande a bibliografia sobre o assunto, mas um excelente resumo do conflito entre "bandeirantes" e jesuítas, no sul da Colônia, está em John Hemming, *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, 1978, p. 254-82. Veja também os capítulos 3 e 4 do livro de Affonso de E. Taunay, *História do bandeirante da villa de São Paulo*. São Paulo, 1926; e a introdução de Alice P. Canabrava, "João Antônio Andreoni e sua obra". In: J. A. Andreoni, *Cultura e opulência do Brasil, 1711*. São Paulo, 1967, p. 9-112.

campo fazia apenas a guerra justa, confirmando toda a história da perseguição do capitão-mor do Rio Grande. Segundo este jesuíta, Navarro havia favorecido os padres da companhia, pondo os paiacus (que sobram) em duas aldeias, nas lagoas do Apodi (São João Batista) e do Jabuti (Nossa Senhora da Anunciação, no Jaguaribe).⁶¹ Outro jesuíta, João Guinzel (ou Guedes), que chegou ao arraial em 12 de outubro de 1699, vendo a situação de penúria e de falta de farinha por que passava a gente de Navarro ("havia meses não tinha aparecido um só grão"), acabou por adiar viagem e se deixou ficar por ali. Tão logo a farinha chegasse, o paulista se comprometera a conduzi-los aos paiacus, entre os quais missionaria: "logo me verei entre meus queridos e por tantos caminhos buscados paiacus". Em uma carta em que pedia pela conservação do terço naqueles sertões, Guinzel relata, com certa impudência, sua posição:

"E se bem nessa última guerra que fez o mestre-de-campo se diminuiu notavelmente o número deles, nem por isso duvido que se acharão ainda bastantes para eu empregar neles o meu limitado zelo; e o fruto que se tirará da dita diminuição será viverem os mais sujeitos e serem mais capazes de receber a doutrina cristã. Eu confesso que quando tive novas do estrago que se tem feito nesta gente fiquei notavelmente desconsolado; porém, como depois ouvi as razões que tinham obrigado o mestre-de-campo a dar-lhes guerra, não tive outro remédio que conformar-me com a vontade de Deus, pois ele foi servido permitir que eles mesmos dessem causa a esta sua ruína".⁶²

Segundo Navarro, todo o rancor de João de Matos Serra era devido ao fato de haver pedido missionários jesuítas na Bahia, de modo que "não fizera dele [Serra] caso".⁶³ Como se percebe, tratava-se de uma espécie de transposição eclesiástica do mal-estar das questões de jurisdição entre Bahia e Pernambuco, pois, como aquela capitania era su-

⁶¹ Certidão de Assenso Gago, serra do Ibiapaba, 5/3/1702. AHU, Rio Grande, caixa 1, 60.

⁶² Carta de João Guinzel, jesuíta e missionário nas aldeias do Rio Grande, a João de Lencastro, Arraial do Açú, 29/10/1699. IEB, códice 4 A 25. Vinte anos depois, quando já era reitor no colégio da Bahia, o missionário relatou seu encontro com este "triste grupo" de cativos a caminho de Pernambuco, onde seriam vendidos. Suas palavras são agora duras para com Navarro. Parecer do padre João Guedes, c. 1720. In: Virgínia Rau (ed.), *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956, vol. 2, p. 398.

⁶³ Carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei 6/5/1700 (outra). AHU, Pernambuco, caixa 14.

bordinada ao governo-geral, não seria dali que deveriam vir os missionários? O que piorava essa indisposição era o fato de que, desde 1693, uma carta régia decidira que os missionários enviados ao Rio Grande receberiam suas cõngruas dos dízimos desta mesma capitania, cujos moradores eram quase todos provenientes de Pernambuco.⁶⁴ Bernardo Vieira de Melo, em seu já citado papel de 1697, pedia diretamente ao rei "missionários plenos", aproveitando para alfinetar os padres da Companhia de Jesus, que erradamente, segundo sua opinião, insistiam em ensinar os tapuias na "língua dos mesmos índios".⁶⁵

No caso da aldeia de Guaraíras, que vimos no capítulo anterior, ficara clara a sua indisposição para com os jesuítas. Várias vezes queixou-se da atividade desses missionários, responsabilizando-os, no fundo, pela morte do rei Canindé, em 1699. Depois de marchar com sua gente pelos sertões do Açú, acompanhando a expedição de Bernardo Vieira de Melo (como vimos acima), Canindé tinha voltado para a aldeia de Guaraíras, sob o controle dos jesuítas. Além de queixar-se do convívio forçado com índios de outras nações, os janduis tinham o lugar por "insalubre" — segundo Vieira de Melo, "pelo sítio ser menos conveniente ou pela sua natureza não acomodar fora do clima do sertão". Talvez por esse motivo, no ano de 1698, o aldeamento foi vitimado por um "achaque de maleitas, do qual morreram sete ou oito crianças e juntamente o seu principal chamado Canindé". Este foi o triste fim do "rei dos janduis".⁶⁶ Em uma carta de maio de 1699, o capitão-mor denunciava que o clérigo Manuel Serrão de Oliveira, que o bispo enviara, havia se recusado a batizar os índios, o que fez com que, "desgostosos tanto do achaque que experimentaram como da morte do seu principal, vendo a pouca assistência que o padre lhes fazia, [fossem] buscando o seu centro, que é o sertão". Avisado do sucedido, o capitão-mor foi pessoalmente convencê-los a ficar e se estabelecer em outro sítio, mas parecia que todos já haviam ido embora por receio dos paulistas. O que não impediu que oito deles, como já foi mostrado acima, preferissem engajar-se nas tropas de Navarro, tendo sido corretamente assentados e incorporados no terço.⁶⁷

⁶⁴ Na verdade, metade da cõgrua era normalmente assentada nos dízimos e a outra metade saía da renda dos mesmos dízimos ou de outra qualquer renda do Estado. Carta régia a Câmara Coutinho, 23/3/1693. DH, 83:132-3.

⁶⁵ Papel de Bernardo Vieira de Melo, 1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 40, pontos 9 e 10. Carta régia, 15/1/1698. AHU, cód. 246, fl. 60v. Carta de Bernardo Vieira de Melo ao rei, 20/5/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 46.

⁶⁶ Carta de Bernardo Vieira de Melo ao rei, 20/5/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 46. O Conselho Ultramarino recomendava que fossem enviadas cartas zelosas ao capitão-

Desde cedo alguns conflitos pela repartição dos índios surgiram na capitania, opondo moradores a estes missionários. Sobre tudo tendo em vista que os jesuítas, por privilégio real, tinham controle dos aldeamentos próximos aos povoados, como Mipibu e Guarafas, onde residiam sobretudo tupis mais adaptados ao modo de vida da Colônia e, portanto, mais aptos à faina das fazendas e currais. Em 1680, os jesuítas passaram a controlar a repartição desses índios, o que motivou reclamação dos edis de Natal, que argumentavam que até então tal repartição se fazia, segundo o estilo local, pelos capitães-mores e não pelos religiosos da Companhia. Pediam ao rei que reservasse aos jesuítas apenas o governo espiritual dos índios das aldeias pois, "melhor seria se fossem catequizar no sertão".⁶⁸ Como podemos perceber, estes alinhamentos e a disputa entre as várias ordens religiosas pelo controle dos aldeamentos orientavam a leitura que faziam os missionários do sucesso de 4 de agosto.

Armas de fogo

A acusação mais forte feita contra os mazombos, tendo em vista a pena capital em que incorria o culpado, era a de fornecer armas de fogo aos tapuias bárbaros. O sargento-mor de Pernambuco, Pedro Lelou, escreveu, na carta em que defendia as iniciativas de Morais Navarro, que, ao preparar a armadilha, Bernardo Vieira de Melo deu "algumas dez ou doze armas com munições" para induzir os janduís a atraí-los os paulistas.⁶⁹ O mestre-de-campo, por sua vez, recomendava que Lencastro desse ordens para que, "com penas rigorosas", se proibisse "na capitania do Rio Grande que pessoa alguma possa dar armas aos tapuias que conosco estão de paz porque neles não tem estabilidade não havendo

mor e aos paulistas e que a junta das missões julgasse as atitudes do dito padre. Consulta do Conselho Ultramarino, 29/8/1699. AHU, cód. 252, fls. 226v-7v. Ainda em 14 de dezembro de 1701 (data da carta ao rei), o então capitão-mor do Rio Grande, Antônio de Carvalho e Almeida, se via embrulhado com a recusa dos canindés de se fixarem no local assinalado pela Junta das Missões, e sua solicitação ao rei foi respondida com um encaminhamento à mesma Junta. Consulta do Conselho Ultramarino, 9/5/1703. AHU, cód. 265, fl. 168. Em 1704, sugere-se a incorporação à aldeia de dezesseis casais de caboclos, porque assistem nela "poucos índios". Carta régia, 9/8/1704. AHU, cód. 257, fl. 151v.

⁶⁸ Carta do oficiais da câmara do Rio Grande ao rei, 4/8/1680, inclusa na consulta do Conselho Ultramarino, 31/10/1681. AHU, Rio Grande, caixa 1, 14 e carta régia, 16/3/1682. AHU, cód. 245, fls. 78-78v. Em 1680, el-rei concedeu aos jesuítas a administração espiritual e temporal dos indígenas, o que causaria reação de vários moradores em outras partes da Colônia. Carta régia ao governador-geral, 26/8/1680. *DH*, 68:8-9.

⁶⁹ Carta de Pedro Lelou a d. João de Lencastro, 17/12/1699, AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

temor, e sendo esta matéria de muita consideração se faz nestas partes pouco caso, pelo interesse de seus tratos". Na mesma ocasião, informava ter dado parte ao governador de Pernambuco de que em Jaguaribe não se conservava "a proibição de se dar armas aos tapuias", pois havia achado uma escopeta que um soldado daquele presídio havia vendido a um dos tapuias do seu terço: "Mandando o restituísse, estranhei muito ao cabo não fazer disso comemoração, explicando-lhe eu os encargos em que incorreram os que davam armas aos infieis".⁷⁰ Em resposta, em janeiro de 1700, o governador-geral pedia que o mestre-de-campo Morais Navarro se informasse "das pessoas que venderam e vendem armas aos janduís e outro gentio", autorizando-o a prender qualquer suspeito.⁷¹ Navarro alertou ao governo-geral, em uma carta de maio de 1700, que os janduís planejavam "matar todos os moradores deste sertão a fim de lhes tomarem as armas, para com mais poder e melhor guarnecidos delas darem no meu arraial". Em que pese certo exagero, era fato que os índios conseguiam também armas de fogo roubando os moradores. Na mesma ocasião, o paulista afirmava que alguns tapuias contrários haviam aparecido oferecendo cativos em troca de armas de fogo, comércio que deveria ser impedido.⁷²

A provisão sobre as ordenanças de 1574 estabelecia regras para o fornecimento de armas de fogo, de Flandres, Alemanha ou Biscaia, que deveriam ser oferecidas a bons preços. No Brasil, os mercadores, merceiros, tendeiros, entre outros, deveriam ter "pólvora, chumbo e munições para venderem às pessoas".⁷³ O comércio de armas de fogo para o Brasil sempre foi uma atividade lucrativa e importante para a manutenção do domínio português. Em várias ocasiões, a Coroa preocupou-se em garantir a produção de armas para a sua colônia americana. Em 1675, por exemplo, o Conselho Ultramarino mandou ver se o mestre espingardeiro Simão Fernandes, morador de Porto Alegre (no Reino), que havia feito cem espingardas para Angola, não tinha interesse em uma encomenda para o socorro do Brasil. Foi firmado um contrato para

⁷⁰ Carta do mestre-de-campo ao governador-geral, 25/8/1699. AHU, Rio Grande, caixa 1, 47.

⁷¹ Carta, 8/1/1700. *DH*, 39:96.

⁷² Carta, 10/5/1700. AHU, Pernambuco, caixa 14.

⁷³ Provisão das ordenanças, 1574. O "alvará das armas" de 1569, nos dá idéia dos tipos de armamento que podiam equipar as pessoas em meados do século XVI. As armas de fogo eram o arcabuz e a espingarda; as defensivas, a celada ou capacete e a rodela, a adarga ou escudo; as armas brancas, que podiam ser qualquer espada de marca; e as armas de arremesso, o piquete, a lança, o dardo e a besta. Veja em M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 172 e 145-51.

a entrega, todo agosto de cada ano, de 600 espingardas ou mais, a serem levadas pela frota. Ao custo de 3\$600 réis cada, as armas eram um pouco rudimentares; de cinco palmos e meio de comprido, de bala de arcabuz e com canos reforçados, "em cor, por não eriaem ferrugem, provadas e postas na cidade a sua custa". A fazenda adiantaria, na assinatura do contrato, 500\$000 réis. Como no Brasil os moradores tinham grande falta de armas e o seu preço alcançava aqui entre 7 e 8\$000 réis, o negócio parecia lucrativo acima de tudo.⁷⁴ As armas deveriam ser enviadas, inicialmente, para a Paraíba, onde João Fernandes Vieira era capitão-mor e se esforçava por equipar as companhias das ordenanças.⁷⁵ Temos ainda notícias de que foram enviadas com espingardas, da fábrica de Simão Fernandes, para o governador de Pernambuco, que as distribuiu entre os moradores. Como não quis cobrar por elas, d. Pedro II lhe enviou uma carta exigindo a quitação dessas dívidas.⁷⁶

As balas ou pelouros poderiam facilmente ser fundidos *in loco*. Da mesma maneira, o murrão (como era chamado o pavio) podia ser fabricado no Brasil. Em 1693, o governador Câmara Coutinho enviou para o Reino algumas arrobas de amostra de uma "estopa de embira" — extraída da casca de uma árvore e muito usada no Brasil para a calafetagem dos navios — e que dava um "bom murrão". A idéia era exportar para o Reino. A estopa custava doze vinténs a arroba, que depois de limpa resultava em meia arroba de murrão, que custaria então 480 réis. O problema é que não havia aí quem a "obrasse" em escala.⁷⁷ Já a pólvora vinha quase toda do Reino. Como já vimos no primeiro capítulo, um dos vetores da penetração dos sertões baianos na segunda metade do século XVII foi a busca das minas de salitre, elemento básico no fabrico da pólvora negra. Embora várias tentativas de produzi-la em quantidade tenham fracassado, tratava-se de uma tecnologia facilmente

⁷⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, 3/8/1675. DH, 88:44-5. Carta régia, 21/8/1675. AHU, cód. 245, fls. 23v-4.

⁷⁵ Carta régia 7/11/1675. AHU, cód. 256, fl. 13v.

⁷⁶ Carta régia 8/11/1678. AHU, cód. 256, fl. 27 e carta régia 12/11/1679. AHU, cód. 256, fl. 32.

⁷⁷ "[...] o murrão se fazia de uma estopa que se tirava de uma casca de árvore chamada embira, e que o murrão que se obrava dela fazia muito bom cravo, e que durava bastantemente o fogo nele, e que desta estopa havia toda a quantidade que quisessem que é com que se calafetam os navios". Carta de 23 de julho de 1693. DH, 34:122-3. Segundo o *Aurélio*, a embira é "a designação comum a várias espécies arbustivas da família das timeleáceas e do gênero *Daphnopsis*, de flores inconspícuas, e que se caracterizam por produzir boa fibra na entrecasca". Ainda hoje, nos estaleiros ainda tradicionais da Bahia, como em Valença ou em Cajaíba (Camamu), a estopa de embira é utilizada para calafetar os barcos e saveiros.

exportável, o que não ocorria, como podemos perceber, com a própria produção das armas. Estas necessitavam de fornos especiais para a fundição do ferro, e exigiam grande investimento em tecnologia.

A venda de armas aos índios sempre foi proibida. O regimento de Tomé de Sousa de 1548 já deixava claro que ninguém, "de qualquer qualidade ou condição que seja", tinha permissão para dar aos índios do Brasil "artilharia, arcabuzes, espingardas, pólvora, nem munições para elas, bestas, lanças e espadas, e punhais, nem manchis, nem foices de cabos de pau, nem facas da Alemanha, nem outras semelhantes, nem algumas outras armas de qualquer feição, que forem ofensivas e defensivas". A punição para os infratores era severa: "morra por isso morte natural, e perca todos os seus bens".⁷⁸ Não obstante, isso não impediu que, com o avançar das relações entre luso-brasileiros e indígenas e a consolidação de algumas das alianças militares, fosse comum o armamento das tropas de silvícolas agregadas nas expedições de guerra e entradas no sertão. Dessa maneira, o regimento dos governadores da capitania de Pernambuco, de agosto de 1670, circunstanciava esta proibição limitando-a aos inimigos. Mandava que o governador tivesse cuidado "de mandar proceder contra aquelas pessoas de qualquer qualidade ou condição que sejam, que derem ou venderem artilharia, armas de qualquer sorte, pólvora e munição ao *gentio que estiver de guerra com os meus vassalos*".⁷⁹

Uma das características mais importantes da Guerra do Açu, que a diferenciou de todos os outros conflitos anteriores, era que várias das nações tarairiúns, os janduíns, icós, paiaçus etc. tinham grande parte dos seus guerreiros adestrada para as técnicas ocidentais de guerra, e, notadamente, possuíam armas de fogo e habilidade para utilizá-las. Gregório Varela de Berredo Pereira, acreditava que esses índios, que antes não sabiam atirar com espingardas, "hoje o fazem melhor do que nós".⁸⁰ Depois de pacificados, os tapuias eram imediatamente desarmados. O bando que garantia o perdão a todos os paicus e icós, de 1701, proibiu explicitamente que usassem armas de fogo, pólvora e chumbo, sob pena

⁷⁸ Tal ofensa estava prevista no capítulo 31 do regimento de Tomé de Sousa (1548) e encontra-se repetida no capítulo 23 do regimento de Roque da Costa Barreto (1677). Cf. M. C. de Mendonça (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972, vol. 1, p. 46 e vol. 2, p. 778; e João Alfredo Libânio Guedes. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962, vol. IV, p. 181 ou também nos *DII*, 6. O capítulo 14 do regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho, mas válido ainda até 1740, "Informação geral da capitania de Pernambuco", *ABN*, 28:123, 1906.

⁷⁹ "Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o sr. governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho etc.". *RHGB*, 51:266, 1979.

de serem submetidos a "três tratos de polé a braço".⁸¹ Frei Manuel da Ressurreição acreditava que a guerra era tão áspera e viva, por "trazerem os bárbaros armas de fogo, e não lhe faltar pólvora, quando eles a não fabricam". Pedia, em 1688, que Manuel de Abreu Soares, "com todo o silêncio", examinasse "donde lhe vem, ou quem lhe dá e com o mesmo segredo e clareza que esta matéria pede me avise".⁸² O mesmo fazia aos outros capitães envolvidos na guerra, Domingos Jorge Velho e Antônio de Albuquerque Câmara, aos quais pedia que investigassem por que "até agora não lhes faltou pólvora nem bala para nos ofenderem". Pois "o donde que possa vir é que não percebo; porque sendo certo que eles a não fazem, ou lhe vai da nossa parte, ou lhe vem de outra de fora".⁸³ O governador aventava três hipóteses para explicar a origem dessas armas: os índios as poderiam "ter tomado aos moradores do Rio Grande quando os matavam e devastavam aquela capitania"; existiam boatos de que o capitão-mor da fortaleza do Ceará estava comerciando com os índios e "lhes dera pólvora e munições que ainda lhes duram"; e, por fim, os jandúis poderiam as ter comprado dos navios de piratas que por vezes entravam no rio Açu (que era navegável por embarcações maiores por distância de oito léguas). Era o que defendia Bernardo Vieira Ravasco, para quem "esses bárbaros ficaram tão amantes dos holandeses" que "só por eles suspiram", sendo capazes de se unir com "qualquer outra nação que não for a portuguesa, dando-se-lhes armas de fogo de que são muito destros contra ela".⁸⁴ A tese de uma ajuda externa repercutia as explicações dadas para a insolência dos índios e o início da rebelião, mas parecia inverossímil, pois, segundo o governador, "esta não pode ser tanta que suprisse por tão longo tempo".⁸⁵ Desse modo, pedia ao governador de Pernambuco que mandasse "averiguar com certíssima diligência esta matéria".⁸⁶ Contudo, parecia que as autoridades faziam mesmo era vista grossa a esse tráfico. Em 1689, os oficiais da câmara de Natal recriminavam o capitão-mor, Agostinho César de Andrade, por passar um salvo-conduto aos tapuias da nação panati, porque era certo que estes índios eram falsos amigos e que estavam trocando suas drogas por "frecharia", pólvora, chumbo e fei-

⁸¹ Bando do governador de Pernambuco sobre o perdão aos tapuias, 30/5/1701. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 115v-6v.

⁸² Arcebispo a Manuel de Abreu Soares, 6/12/1688. *DH*, 10:343-6.

⁸³ Carta, 30/11/1688. *DH*, 10:347-51.

⁸⁴ Carta de Bernardo Vieira Ravasco ao conde de Alvor, 5/8/1694. *DH*, 84:123-7.

⁸⁵ Carta, 30/11/1688. *DH*, 10:347-51.

⁸⁶ Carta, 12/10/1688. *DH*, 10:325-6.

mentas.⁸⁷ O fato é que muitos dos índios possuíam espingardas e arcabuzes e dever-se-ia tomar cuidado de não lhes deixar cair em mãos as munições destinadas às tropas no sertão. Nesse sentido, o arcebispo pedia ao capitão-mor Amaro Serqueira que tomasse todos os cuidados com o comboio que deveria arranjar para o envio da pólvora e chumbo para Jorge Velho e Albuquerque Câmara, "por ficarem os bárbaros tão acostumados às armas de fogo com os nossos".⁸⁸

Em 1703, passado o momento mais tenso do conflito com os mazombos, d. Pedro II ordenou que o mestre-de-campo ficasse atento com relação às notícias de que se vendiam armas aos índios inimigos, porque acreditava, da leitura de uma representação feita pelo procurador da Paraíba deveria ir em diligência todo ano fiscalizar tal atividade era insuficiente para atalhar tamanho dano.⁸⁹ Três anos depois, o governador-geral mandou o desembargador Cristóvão Soares Reinão "devassar de algumas pessoas que moram no sertão, que vendem armas, pólvora e bala aos tapuias nossos inimigos". Além disso, Filipe Bourel, missionário jesuíta, havia se queixado "de que os moradores de Cunhaú e Goianinha compravam tapuias, a troca de espingardas, e outros que os havia cativado em guerra". Para devassar esse caso foi indicado o ouvidor Manuel Velho de Miranda.⁹⁰

Da prisão do mestre-de-campo à dissolução do terço

Na Junta das Missões, em Pernambuco, havia sido discutido o erro da criação do terço dos paulistas para o sucesso da conversão do gentio, pois era considerado que o uso da força, "pelo grande medo e temor que têm [os tapuias] concebido desta gente", não só iria impedir que os índios descessem do sertão, mas o despovoaria.⁹¹ Com efeito, em razão dos acontecimentos no Jaguaribe, a frota trouxe uma carta régia

⁸⁷ Carta dos oficiais da câmara de Natal ao capitão-mor, 31/3/1689. IHGRN, caixa 2, livro 2, fl. 125v-6v.

⁸⁸ Carta, 6/12/1688. *DH*, 10:351.

⁸⁹ Carta régia 3/8/1703. AHU, cód. 257, fl. 135v-6.

⁹⁰ Carta régia 15/10/1706, carta inclusa do governador-geral ao governador de Pernambuco, 20/2/1706. AHU, cód. 257, fl. 198v-9 (a carta de Francisco de Castro Morais foi analisada na consulta do Conselho Ultramarino, 11/10/1706. AHU, cód. 265, fl. 198).

⁹¹ Consulta do Conselho Ultramarino, 12/2/1700. AHU, cód. 252, fls. 234v-5. Com o que discordava abertamente o governador-geral. Em outubro de 1701, o governador de Pernambuco dava notícias do excelente trabalho do missionário pe. Miguel de Carvalho na redução dos jandúis, o que suscitou o comentário agastado de Lencastro

de 13 de janeiro de 1700 que mandava o mestre-de-campo e seu terço se retirarem do Rio Grande.⁹² Lencastro, desconsolado, dizia ao seu protegido, em carta de 6 de abril, que mandasse rapidamente os documentos que justificassem a utilidade de seu serviço, bem como as certidões dos missionários (de que tratamos acima) para que pudesse enviar um dossiê logo no retorno da frota. Enquanto isso, em desrespeito completo às decisões de d. Pedro II, pedia-lhe para continuar suas atividades no sertão, pois contaria com o apoio da Bahia.⁹³ Recebendo admoestações de seu primo, o governador de Pernambuco, Lencastro respondeu em maio que havia sim recebido a ordem de retirar os paulistas do sertão, mas que o Conselho da Fazenda resolvera consultar antes o rei, anexando as novas informações do mestre-de-campo.⁹⁴ O objetivo, como é claro, era protelar estas decisões tão difíceis.

No entanto, no final de 1700, padre Miguel de Carvalho — um religioso entendido do sertão e, aparentemente, alheio às disputas locais — foi chamado para dar um parecer sobre o imbróglio que envolvia os paulistas e os mazombos. Cura da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rodela, em 1697 — quando escrevera uma “descrição do sertão do Piauí” —, em meados de 1700 estava missionando entre os janduis.⁹⁵ Este padre era irmão de Antônio de Carvalho e Almeida, sucessor de Bernardo Vieira de Melo como capitão-mor do Rio Grande entre 1700 e 1703, a quem o rei tinha em ótima conta. Talvez por isso seu parecer tenha tido grande influência na decisão do Conselho Ultramarino.⁹⁶ Para Miguel de Carvalho, era muito improvável que os paiacus estivessem com intenções de se levantar contra os moradores, pois, se

em 6 de dezembro: “mais bom fora que a espada estivesse sobre a cabeça desses bárbaros até que de todo se sujeitassem; porque cuidar-se que só com a brandura se hão de amansar é, foi, e será engano sempre, e sem essas experiências ficam, e irão os erros de monte em monte, e principalmente quando são envolvidos com paixões particulares”. Carta de Lencastro ao governador de Pernambuco, 6/12/1701. *DH*, 39:155-6.

⁹² Carta régia 13/1/1700. AIU, cód. 246, 108.

⁹³ Carta de Lencastro para o mestre-de-campo, 6/4/1700. *DH*, 39:114-6. Nesta carta Lencastro recomendava que o mestre-de-campo escrevesse ele mesmo uma carta ao rei dando conta de sua obra. Com vimos, Navarro escreveu não uma, mas várias cartas. Em 24 de julho, a frota ainda não tinha partido, mas os papéis do paulista já haviam chegado. Carta de João de Lencastro para o mestre-de-campo, 24/7/1700. *DH*, 39:130.

⁹⁴ Carta de João de Lencastro para o governador de Pernambuco, 7/5/1700. *DH*, 39:126.

⁹⁵ Ernesto Ennes. *As guerras dos Palmares*. São Paulo, 1938, p. 370-89; Carta de Lencastro ao governador de Pernambuco, 6/12/1701. *DH*, 39:155-6; e AIU, Pernambuco, caixa 11.

⁹⁶ *RIHGRN*, 10:138-9. De fato, esse mesmo Miguel de Carvalho (espécie de informante da Monarquia) escrevera em outubro do mesmo ano, uma informação sobre a situação do Oratório em Pernambuco a Roque Monteiro Paim, secretário de Estado do rei.

quando eram “bárbaros” não haviam rompido jamais as pazês, quanto mais agora que estavam aldeados e em obediência a João da Costa. O fato é que “de nenhuma maneira se podiam levantar sem que o dito missionário o soubesse”, visto que era uma “verdade tão sabida e experimentada nos sertões” que nenhum morador “se vigia nem teme de índios que têm missionários”, porque estes os avisariam com antecedência. Na opinião do parecerista era muito duvidoso que o mestre-de-campo, acostumado a viver da “mechavelhice” (intriga), levasse a sério as desinformações de pessoas interessadas na destruição dos tapuias. Em segundo lugar, a desculpa apresentada de que “o padre João da Costa o persuadiu de que fizesse a guerra” era ainda mais descabida. Não se podia presumir de “um sujeito de tantas letras e prudência como ele” que obrasse contra sua própria missão. Como o leitor se lembra, o fundamento desta acusação era a carta para Teodósio da Rocha, escrita no dia 31 de julho. Apesar de haver assinado uma certidão em 1699, confirmando a interpretação do conteúdo desta carta como uma clara confissão da culpa do oratoriano, em uma acareação na frente do bispo de Pernambuco e do próprio Miguel de Carvalho, o capitão Teodósio da Rocha confessou que “o conselho que nela dava o padre [João da Costa] se entendia para as nações dos caratiús e icós”. Declaração que acusava definitivamente Navarro, ou ainda, nas palavras de Carvalho, “no mesmo termo que se livra da culpa o padre, se condena a toda o mestre-de-campo”. A partir desta investigação, suas recomendações foram claríssimas. Além de aconselhar que o ouvidor da Paraíba, fazendo correção na capitania do Rio Grande, passasse para o Ceará a fim de melhor averiguar esta matéria, parecia-lhe incontestável que o mestre-de-campo “parece digno de exemplar castigo não só pela gravidade do delito, mas pelas gravíssimas e perniciosíssimas conseqüências dele, que bem ponderadas são as mais odiosas e as mais opostas à promulgação do Evangelho que o demônio poderia inventar e as mais contrárias à piedade e justiça”.⁹⁷

Deste parecer, considerou o rei que este caso era “digno de toda a averiguação e merecedor de um exemplar castigo”. De pronto, a carta

Neste documento, segundo Evaldo Cabral de Mello, ele “não poupava ninguém pelas desordens”, adotando um ponto de vista equidistante. Seria essa informação sobre os paulistas endereçada ao mesmo secretário? Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 121.

Informação do padre Miguel de Carvalho, 9/11/1700; certidão de Teodósio da Rocha, 21/10/1699. In: Barão de Studart (ed.). “Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro”. *RIHGC*, 31:192-5 e 182-4, 1917.

régia de 15 de dezembro de 1700 ordenava ao ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, vulgo "Cotia", que largasse seus afazeres e fosse ao arraial do Açú para prender o mestre-de-campo e remetê-lo ou para a cadeia de Pernambuco ou para a Paraíba, "onde entenderdes que pode estar mais seguro com o risco de fugir, e com o escrivão que vos parecer tireis devassa do dito caso, e dareis livramento aos culpados nela com apelação para a casa de suplicação desta Corte".⁹⁸ Considerando ser injusta a guerra movida contra os "tapuias da nação paiaçus", outra carta régia mandava que o ouvidor pusesse imediatamente em liberdade os cativos.⁹⁹ Na mesma data, o rei cobrava de João de Lencastro a execução de suas ordens de extinguir o terço dos paulistas "e fazer restituir aos moradores do Rio Grande as terras que o dito mestre-de-campo lhes tivesse tomado".¹⁰⁰ Lencastro perdia, ainda, a jurisdição da capitania do Rio Grande e da região do Açú, agora sujeitas ao governo de Pernambuco, "atendendo a que pela grande distância que ficam da Bahia não é fácil que daquela parte se acudam as desordem que ali podem acontecer".¹⁰¹ Já sem a jurisdição do terço, que lhe escapava ao comando, Lencastro, certamente consternado, escreveu ao ouvidor da Paraíba, em abril de 1701, ordenando que prendesse Navarro e o remetesse à cadeia de Pernambuco ou à da Paraíba, com muita diligência para que não houvesse a menor inquietação no terço. Mandava, assim, que entregasse na ocasião uma carta ao mestre-de-campo em que pedia tranquilidade ao amigo e dizia que a prisão era a oportunidade para que demonstrasse seu leal procedimento no caso.¹⁰² Apenas em 8 de julho, o ouvidor da Paraíba dava notícia de ter ido até o Açú e providenciado a soltura dos paiaçus que se encontrassem cativos dos paulistas, quando então prendeu o paulista.¹⁰³ Apesar disso, em setembro, em vez

⁹⁸ Para tanto, poderia levar consigo seis homens de vara, e os seus oficiais, e "aquele infantaria que entenderdes vos necessária para vos acompanhar, a qual pedireis ao governador de Pernambuco e ao capitão-mor desta capitania da Paraíba". Por essa missão, ganhariam o ouvidor 2\$000 réis por dia, o escrivão, dois cruzados, fora a sua escrita, o meirinho dez tostões, e os homens de vara 250 réis, desde o dia que saírem da Paraíba até a volta a ela, "pago tudo a custa dos culpados, e não tendo estes bens a custa da Fazenda Real". Carta régia 15/12/1700. AHU, cód. 257, fl. 72v-3v.

⁹⁹ Carta régia para o ouvidor da Paraíba, 15/12/1700. AHU, cód. 257, fl. 74; e AHU Paraíba, caixa 4. A cópia desta mesma carta régia, enviada para o governador de Pernambuco, está impressa em *RIHGRN*, 10:136-7.

¹⁰⁰ Carta régia ao governador-geral, 15/12/1700. *DH*, 84:118-9.

¹⁰¹ Carta régia ao governador de Pernambuco, 11/1/1701. *RIHGRN*, 10:137.

¹⁰² Carta de Lencastro ao ouvidor da Paraíba, 8/4/1701. *DH*, 39:138-41.

¹⁰³ Carta do ouvidor da Paraíba ao rei (inclusa), 8/7/1701, consulta do Conselho Ultramarino, 8/11/1701. AHU, Paraíba caixa 4.

de estar na cadeia da cidade de Olinda, o mestre-de-campo andava solto. Nesse sentido, o rei cobrou do governador-geral que o mantivesse de fato preso e o informasse melhor da situação, pois o crime de Navarro era tal que ele "pode merecer sentença de morte natural". O processo contra ele demorava, pois Soares Reimão não conseguira sensibilizar, até então, o ouvidor-geral de Pernambuco para que fossem interpeladas as testemunhas do caso.¹⁰⁴ Muito provavelmente em razão das repercussões deste caso, o ouvidor de Pernambuco fora, no ano anterior, nomeado como "juiz privativo de todas as causas dos índios e tapuias do distrito dessa capitania", com expressas ordens de deferir "breve e sumariamente" os assuntos — daí sua responsabilidade de ocupar-se do julgamento do paulista.¹⁰⁵

A despeito de toda esta mixórdia, as hostilidades dos tapuias levantados prosseguiram. Dessa forma, as tropas deveriam permanecer unidas sob o comando temporário do sargento-mor, José de Moraes Navarro, e partir para o sertão entre o Ceará e o rio Paraíba, onde assentariam um arraial e fariam guerra aos "tapuias parambeses", a fim de evitar que "impedissem a comunicação deste estado para o dito Maranhão".¹⁰⁶ Passados alguns meses, o governador de Pernambuco acreditava ser impossível deslocar os paulistas por conta das alterações do gentio bárbaro do Rio Grande. Ao consultar a Bahia, recebeu uma resposta sardônica de Lencastro, na qual ele lavava as mãos, pois o rei tinha passado a jurisdição do Rio Grande para Pernambuco e não mais lhe cabia tomar decisões.¹⁰⁷ Como a extinção do terço ainda não se havia realizado, a tarefa passava agora para Pernambuco. Em 1702, o governador de Pernambuco havia enviado, talvez por solicitação de seu primo, uma carta ao rei em que dizia não ter recebido da Bahia ordem alguma sobre a deposição do terço de Navarro, ao que lhe eram exigidas explicações.¹⁰⁸ No ano seguinte, o novo governador

¹⁰⁴ Carta régia 14/12/1701. AHU, cód. 257, fls. 80-80v. O carcereiro, por sua vez, foi multado em 20\$000 réis e condenado a dois anos de degredo para fora da vila e seu termo. Era muito comum o relaxamento das prisões dos poderosos em conclusão com os carcereiros. Várias leis foram promulgadas visando coibir esses abusos: a lei de 30/6/1678 previa penas severas, mas, em razão da sua inaplicabilidade, foi reeditada em 2/5/1681 e, finalmente, apresentada de novo, com penas ainda mais duras (como prisão e degredo), em 20/7/1686.

¹⁰⁵ Na Bahia, o rei nomeou para o mesmo posto o corregedor da cidade e, no Rio de Janeiro, o ouvidor-geral da capitania. Carta régia ao governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, 5/11/1700. AHU, cód. 257, fl. 56.

¹⁰⁶ Carta de Lencastro ao ouvidor da Paraíba, 8/4/1701. *DH*, 39:138-41.

¹⁰⁷ Carta de Lencastro ao governador de Pernambuco, 16/9/1701. *DH*, 39:151-2.

¹⁰⁸ Carta régia ao governador de Pernambuco, 4/1/1702. AHU, cód. 257, fl. 93v.

de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, que alimentava uma "desconfiança pela causa" dos paulistas, apostava na sua dissolução. Afinal, para que tantos gastos numa situação de aparente calma? Em uma carta de dezembro de 1703, o governador-geral, d. Rodrigo da Costa, tentava convencê-lo a aceitar a manutenção dos paulistas no sertão, pois "o valor dos pernambucanos é muito para ser estimado, mas sempre é boa a desconfiança".¹⁰⁹ Rodrigo da Costa, que tomou posse em julho de 1702, manifestou sua simpatia pelo mestre-de-campo e diligenciou por pagar os soldos atrasados e manter a unidade da tropa.¹¹⁰

Com a saída de Bernardo Vieira de Melo, aos poucos os paulistas voltavam a coser suas alianças com os agentes locais da Coroa. Alguns sucessos, como a prisão de uma liderança dos janduí, o "régulo Loyo", em agosto de 1702, eram festejados pelo novo capitão-mor do Rio Grande, Antônio Carvalho de Almeida.¹¹¹ Mais importante, sem dúvida, foi o "protesto de fidelidade" assinado por todos os "governadores e grandes da nação janduí" das três novas aldeias: Nossa Senhora de Aparecida

¹⁰⁹ Carta de d. Rodrigo da Costa ao governador de Pernambuco, 2/12/1703. *DH*, 39: 200-1.

¹¹⁰ Em agosto de 1702, quando já era governador d. Rodrigo da Costa, este mandou 33 mil cruzados ao terço, comandado pelo sargento-mor e, em carta ao Navarro, lamentava muito o seu impedimento. A ordem para pagar os atrasados dos soldos vinha de Portugal e fora passada para Pernambuco, cujo governador a comunicou em junho a Bahia. Carta de d. Rodrigo da Costa ao mestre-de-campo do terço dos paulistas, 18/8/1702. *DH*, 39:162-4.

¹¹¹ Carta régia aos oficiais da câmara de Natal, 9/5/1703. AHU, cód. 257, fl. 121v. Bernardo Vieira de Melo foi capitão-mor do Rio Grande até 14/8/1701, quando foi substituído por Antônio de Carvalho e Almeida. Cumpriu dois triênios, por pedido dos moradores e anuência da Coroa. Em 1707, candidatou-se ao posto de capitão de infantaria dos terços de Pernambuco, sem sucesso, e, um ano depois, ao posto de sargento-mor do terço dos Palmares, sendo nomeado pelo rei em 14 de maio de 1709 (carta patente 25/9/1709). Depois de canalizar seu nativismo e sua felonía contra o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, na "guerra dos mascates" (1710-11), onde se imaginou que clamara por um república *ad instar* dos venezianos, acabou sendo preso junto com seu filho André, em 1712. Enviados para Lisboa, na prisão do Límocero, morreram em uma noite fria, sufocados pela fumaça de um fogareiro de carvão, antes de receber sentença ou "aproveitarem os favores da anistia". Consulta do Conselho Ultramarino, 7/8/1697. AHU, Rio Grande, caixa 1, 42; a provisão o reconduzindo ao governo do Rio Grande é de 7/1/1700. AHU, Rio Grande, caixa 1, 66. Consulta do Conselho Ultramarino, 15/7/1701 e Consulta do Conselho Ultramarino, 18/1/1708. AHU, Pernambuco, caixa 17; papéis de Bernardo Vieira de Melo apresentados em 1728. AHU, Rio Grande, caixa 1, 66; Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*. São Paulo, 1996, p. 285; e Târeisio Medeiros. "Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos bárbaros". *RIHGRN*, 59-61:34-6, 1967-1969.

(na ribeira do Ceará-Mirim), São Paulo (na ribeira do Potengi) e São João Batista (na ribeira do Cunhaú).¹¹² No início de 1703, o sargento-mor havia pedido autorização para mudar o arraial do lugar onde estavam há três anos, para o sítio em que estivera Matias Cardoso.¹¹³ A iniciativa era motivada pelas dificuldades do clima e a falta d'água. Alguns meses depois, em setembro, o sargento-mor iria pedir licença para se retirar em razão dos "achques que padece".¹¹⁴ O governador-geral achava pouco conveniente abandonar o arraial, ainda mais porque seria necessário convencer a Junta das Missões. Em junho de 1703, quando ainda estava "preso", Navarro recebera carta branca de d. Rodrigo da Costa para que, nos casos relativos às guerras do gentio "que necessitem de remédio pronto", resolvesse com seu parecer e de alguns cabos mais inteligentes "o que for mais conveniente à segurança e quietação dos moradores do Rio Grande e das mais circunvizinhas".¹¹⁵ Navarro ficaria preso por pouco mais de dois anos.¹¹⁶ A documentação não nos permite saber qual o destino do processo, que se encontrava engavetado na Relação da Bahia.¹¹⁷ O mais provável é que, passados os momentos de maior animosidade, e muito em razão da maneira como o terço se acomodou na estrutura de poder da Colônia, tudo dar-se-ia por esquecido. Em setembro de 1703, Rodrigo e Costa parabenizava Navarro pela notícia "de estar solto e livre".¹¹⁸

¹¹² Protesto de fidelidade ao rei d. Pedro II, de todos os governadores e grandes da nação janduí, Natal, c. 1702. IHGRN, caixa 65, livro 3, fl. 127-127v.

¹¹³ Carta de d. Rodrigo da Costa ao governador de Pernambuco, 14/7/1703. *DH*, 39:172-4.

¹¹⁴ Carta de d. Rodrigo da Costa a José de Morais Navarro, 17/9/1703. *DH*, 39:189.

¹¹⁵ Carta de D. Rodrigo da Costa ao mestre-de-campo do terço dos paulistas, 15/6/1703. *DH*, 39:175.

¹¹⁶ Na certidão que passou para o sargento-mor, Navarro conta que "em tempo de mais de dois anos que estive preso", aquele o havia substituído com zelo. Certidão, arraial do Açú, 8/1/1704. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43.

¹¹⁷ No final de 1700, o rei pedia que o chanceler da relação da Bahia lhe mantivesse informado da sentença sobre o dito agravo. Carta régia para o chanceler da Relação da Bahia, 15/12/1700. AHU, cód. 246, 140v.

¹¹⁸ Carta de d. Rodrigo da Costa ao mestre-de-campo do terço dos paulistas, 17/9/1703. *DH*, 39:187. Quanto às terras que reclamavam os paulistas como paga por seus serviços, uma carta régia de julho do mesmo ano, resolvera que as sesmarias que estavam dadas e povoadas antes do levante seriam restituídas aos seus antigos donos que as haviam abandonado, e que aquelas terras livres seriam distribuídas entre os oficiais e soldados do terço para que eles as povoem, "como se fez ao terço de Domingos Jorge Velho nos Palmares". Carta régia 4/7/1703. AHU, cód. 257, fl. 136. Luiz Felipe de Alencastro, ao tratar da demanda por terras de Domingos Jorge Velho, discute as razões da sedentarização dos paulistas. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas, 1994, p. 127-31.

Quando Francisco de Castro Morais tomou posse como governador de Pernambuco (3/11/1703), teve notícia de que os icós (tarairiús) haviam matado dezoito moradores da ribeira do Jaguaribe, ao que encarregou o terço dos paulistas de fazer-lhes guerra. O governador alegava que tinha respaldo da Junta da Missões, mas foi duramente cobrado pela Coroa a "enviar os votos", isto é, a comprovação desta decisão, coisa que não parece ter feito.¹¹⁹ O governador da Bahia demonstrou sua preocupação; afinal, até então a Junta das Missões vinha sistematicamente impedindo as operações do terço dos paulistas no Jaguaribe.¹²⁰ De toda maneira, segundo uma certidão do padre Filipe Bourel, no dia 11 de novembro de 1704 o terço saiu em campanha para fazer guerra aos ditos tapuias, que diziam estar confederados com os cariris e paiacus. Depois de longa marcha, deram no alojamento dos índios, matando-os e aprisionando todos, não tendo escapado mais que dois ou três. O mestre-de-campo ficou ali, cuidando dos feridos e dos prisioneiros, enquanto José de Morais Navarro corria com sua gente atrás do restante dos tapuias. Cinco dias depois encontrou os "confederados", que se haviam juntado aos guergues. Na batalha que se seguiu, morreram 150 tapuias, entre os quais o principal dos icós. Ao que parece, esta teria sido a última grande expedição "pacificadora" do terço de Navarro. Nas palavras de Bourel, "com a notícia dessas vitórias, temidos os mais gentios habitantes dos sertões daquelas partes, vieram buscar o dito mestre-de-campo dando obediência e prometendo inteira fidelidade a Sua Majestade".¹²¹ Sinal mais importante do fim das hostilidades foi a recomendação de Francisco de Castro de Morais, governador de Pernambuco, que em carta ao rei de 20 de dezembro de 1705 propunha extinção do forte real de São Francisco Xavier na ribeira do Jaguaribe.¹²² Quan-

¹¹⁹ A infanta de Portugal escreveu-lhe, em 18 de julho de 1704, pedindo explicações sobre a guerra que mandara fazer "aos tapuias do corso, gentio bravo, e índios levantados", ordenando enviasse os votos de todos os membros da Junta das Missões. Pouco mais tarde, o rei dizia que, apesar de o governador haver insinuado, em carta de 27 de setembro de 1705, que enviara os votos, estes, contudo, não haviam chegado, de modo que deveria novamente remetê-los, desta vez ao Conselho Ultramarino. Carta da infanta de Portugal para o governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, 18/4/1704. AHU, cód. 257, fl. 139. Carta régia ao governador de Pernambuco, 28/9/1706. AHU, cód. 257, fl. 139; certidão do governador de Pernambuco explicando a situação da guerra aos icós, 27/12/1705. AHU, Rio Grande, caixa 1, 60.

¹²⁰ Carta de d. Rodrigo da Costa ao governador de Pernambuco, 16/9/1704. DH, 39:221-3.

¹²¹ Certidão de 1/11/1705. AHU, Rio Grande, caixa 1, 60.

¹²² Este presídio, fundado em 1696 com vinte soldados, comandados por João da Mota, já contara com mais de trinta soldados negros para garantir a segurança da população.

do aos paiacus, as dificuldades em manter missionários em um sertão tão afastado, levou os jesuítas a transferirem os índios pacificados para aldeamentos mais próximos do litoral. Os do Jaguaribe foram levados pelos missionários João Guinzel e Vicente Vieira para o aldeamento de Urutagui, na Paraíba. Já os paiacus do Apodi, foram levados por Filipe Bourel e Manuel Dinis para uma nova missão de Nossa Senhora da Encarnação, no lugar da antiga aldeia potiguar de Igramació no litoral sul do Rio Grande (atual município de Vila Flor).¹²³

Com o abrandamento dos conflitos com os tapuias, os paulistas se viam cada vez mais embaraçados pelos interesses e razões particulares dos moradores daquelas capitanias. Em 1707, quando Sebastião de Castro e Caldas assumiu o governo de Pernambuco, o governador-geral, Luís César de Meneses, pediu que averiguasse o terço dos paulistas, preocupado que estava com o descaminho dos pagamentos. Segundo ele, "até o presente não tem vindo nenhuma clareza nas pedidas, nem o número de praças [em] que o dito terço se acha, e me consta que dele só existem alguns capitães e oficiais e que há muito e grande descaminho nas pagas que se fazem".¹²⁴ Como em 1704 o mestre-de-campo pedira licença "por tempo de um ano a São Paulo", "por lhe morrer sua mulher", passados dois anos, o rei, insatisfeito com tantas queixas dos moradores do Rio Grande, que lhe pagavam os soldos mesmo em sua ausência, havia mandado verificar se o paulista "reside no seu arraial"; caso contrário, ordenava a sua baixa imediata.¹²⁵ Não obstante, em novembro de 1709 o pagamento continuava sendo enviado, apesar dos repetidos protestos do governador-geral, que dizia ter notícia de que o

Situado 14 léguas acima da barra do rio Jaguaribe, foi necessário para fazer fronteira dos sertões e respeito aos tapuias, "porém hoje não servia aquele presídio para coisa alguma, por se achar já a dita ribeira povoada com muitos moradores, mais de 80 a 100 léguas para o sertão e porque o dito presídio não pode defender a barra por ficar a 14 léguas. . .". De fato, o fortim foi abandonado em 1707. Cf. Carlos Studart Filho, *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza, 1966, p. 202-5. Sobre a fundação do presídio, veja consulta do Conselho Ultramarino, 13/8/1696. AHU, Pernambuco, caixa 12.

¹²³ A missão do Apodi foi retomada em 1706 e novamente abandonada em 1712. Somente em 1725, os capuchinhos italianos recuperariam a missionação naqueles sertões. Cf. Fátima Martins Lopes, *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Recife, 1999, p. 153-4.

¹²⁴ Carta do governador-geral a Sebastião de Castro e Caldas, 12/9/1707. DH, 39:237.

¹²⁵ Carta régia, 4/11/1704. In: Barão de Studart (ed.), "Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro". *RHIGC*, 31:219-20, 1917; carta régia 18/9/1706. AHU, cód. 257, fl. 121, baseada na consulta do Conselho Ultramarino, 4/9/1706. AHU, Rio Grande, caixa 1, 63.

terço "está muito diminuto de gente e que o seu mestre-de-campo fora para as minas do ouro a tratar de suas conveniências".¹²⁶ Em 1710, o rei ordenou ao ouvidor da Paraíba, o "Cotia", que se informasse dos delitos do mestre-de-campo e, constatada a verdade das denúncias, mandasse prendê-lo nova e imediatamente. Na carta resposta de 3 de maio de 1710, o ouvidor dizia que "o mestre-de-campo havia dois anos que se fora com negócio para as minas do ouro", de modo que ordenava ao governador de Pernambuco que se ele não se apresentasse no seu terço que se guardasse o que dispõe o regimento das fronteiras, isto é, sua baixa imediata e desonrosa.¹²⁷

Passados três anos, o rei, ainda constrangido com o absenteísmo do mestre-de-campo, ordenava que ele se recolhesse ao seu terço com urgência, o que foi publicado nas capitanias da Bahia, Rio Grande, São Paulo e Rio de Janeiro.¹²⁸

Em 1715, o Conselho Ultramarino chegou a recomendar novamente a sua prisão e a do sargento-mor.¹²⁹ O que, porém, não ocorreu. Em 1732, em uma petição, Manuel Álvares de Moraes Navarro pedia a desobriga da exigência da devolução das armas de fogo que lhe haviam sido passadas durante a atividade do terço. Pouco a pouco o paulista se integrara, paradoxalmente, na "nobreza da terra", tendo até mesmo se casado com Teresa de Jesus Lins, descendente dos Wanderleys e dos Lins, famílias dos pró-homens de Pernambuco.¹³⁰

¹²⁶ Carta de Luís César de Meneses ao governador de Pernambuco, 4/11/1709. *DH*, 39:242. Com efeito, desde a proibição de 1701, havia uma preocupação de observar as ordens do rei "para que não haja comunicação alguma dessas capitanias de Pernambuco e Bahia com as minas de ouro de São Paulo, nem de uma e outra se poderem introduzir nelas gados, escravos ou outros quaisquer gêneros", 20/7/1703. *DH*, 39:185. A carta régia de 7 de fevereiro de 1701 ao governador de Pernambuco resolvia que "esta capitania não devia se comunicar pelos sertões com as minas de São Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar gados ou outros mantimentos a esta sobredita capitania de Pernambuco, nem também dela trazerem-se as minas". "Informação geral da capitania de Pernambuco". *ABN*, 28:200, 1906.

¹²⁷ Carta régia 12/12/1710. *AHU*, cód. 257, fl. 290v. Apesar disso (o que demonstra as dificuldades da burocracia do Império), segundo o barão de Studart, Navarro teria sido nomeado, em 1711, para governar o distrito do Serro do Frio, no contexto das atividades apaziguadoras do novo governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Provisão do governador do Rio de Janeiro, 6/2/1711. In: Barão de Studart (ed.). "Documentos relativos ao mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro". *RHGG*, 31:220-1, 1917.

¹²⁸ Carta régia, 20/3/1714. *AHU*, cód. 246, fl. 359v.

¹²⁹ Consulta do Conselho Ultramarino, 8/4/1715. *DH*, 98:250.

¹³⁰ Cf. Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca. "Nobiliarchia pernambucana" (1748). *ABN*, 47:365-6, parte 1, 1925.

Com o que acumulara nestes anos de guerras, e o mais que obtivera nas Minas, tornou-se então senhor de engenho e respeitável morador. Tendo sido provedor da Santa Casa e juiz da câmara de Olinda, ele ainda vivia, em 1745, em seu engenho de Paratiba, nas vizinhanças daquela cidade (hoje município de Paulista).¹³¹ Seu filho, Domingos de Moraes Navarro, será capitão-mor do Rio Grande de 1728 a 1731.

Desde os acontecimentos de 1701, o terço teve seu contingente reduzido, permanecendo assim até a sua extinção em 1716, quando seria incorporado, como um regimento, à guarnição da fortaleza dos Reis Magos, na cidade do Natal. Em 1701, as dez companhias estavam reduzidas a sete: a do mestre-de-campo, as dos capitães Bento Nunes de Siqueira, Francisco Lemos Matoso, Antônio Gago de Oliveira, Salvador de Amorim e Oliveira, que se encontravam no arraial do Açu, e as de José Porrate de Moraes Castro e Luís Lobo de Albertim, que residiam em Olinda.¹³² Passados dez anos, o rei pedia providências para reorganizar o terço, porque lhe constava que estava impossibilitado de se "reencher" de soldados pela precariedade das condições no arraial. Sugeriu-se, então, que este fosse mudado de local e que o terço, tal como o dos Palmares, fosse reduzido e mais profissionalizado, ficando sempre a postos para uma eventualidade.¹³³ Com efeito, em 1712, uma portaria do governador de Pernambuco, anexa ao "livro do escrivão do terço dos paulistas", informa que este ficara reduzido a duas companhias.¹³⁴

No ano seguinte, os oficiais da câmara de Natal, incomodados com a "insolência e deslealdade" dos tapuias incorporados ao terço, pediram ao ouvidor de Pernambuco que mandasse retirá-los da capitania. Consultada a Junta das Missões, a resposta veio em forma de bando, em que se ordenava a que todos os moradores, que tivessem consigo tapuias, índiús, caborés ou capelas, que os remetessem para Pernambuco, de onde seguiriam para o Rio de Janeiro. Não era para tanto. Os oficiais pediram então que o bando fosse cancelado, pois tal medida resultaria em prejuízo para os moradores que "não consentem na ida e venda de seus escravos, porque os tinham conforme a ordem de Sua Majestade, além do que, quase todos são fêmeas e, mesmo que fujam, não farão guerra alguma, ao contrário, servem nas residências como chamariz aos

¹³¹ Afonso de E. Taunay. "A Guerra dos Bárbaros". *RAM*, 22:283-5, 1936.

¹³² Lins dos que assinaram a certidão de 3/7/1701. *AHU*, Rio Grande, caixa 1, 60.

¹³³ Carta régia ao governador-geral, 24/4/1711. *AHU*, cód. 246, fl. 292.

¹³⁴ Livro do escrivão do terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, nota de 31/5/1712. *IHGRN* caixa 34, fl. 138.

tapuias que ainda estão nos matos e porque algumas delas estão casadas com negros da Guiné".¹³⁵ Em junho de 1716, o terço foi definitivamente extinto, sendo substituído por um regimento, composto pelas duas companhias.¹³⁶

¹³⁵ Carta dos oficiais da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 19/3/1713; banco do governador de Pernambuco, 24/5/1713; e carta dos oficiais da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 29/7/1713. IHGRN, caixa 75, livro 5, fl. 130-130v, fl. 135-135v, e fl. 136-137.

¹³⁶ No início da década de 20, estas companhias achavam-se aquarteladas no sítio doengenho. Olavo da Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal, 1997, p. 135; certidão de 11/7/1723. AIU, Rio Grande, caixa 3, 43; e carta da câmara de Natal ao governador de Pernambuco, 16/2/1720. IHGRN, caixa 99, livro 6, fl. 137-8.

EPÍLOGO

REFREADA em 1704, a Guerra do Açu sobreviria nos anos vindouros. Contudo, para além de uma pretensa guerra total proclamada pelo jovem rei, d. João V, em 1708, ou a guerra justa movida contra os janduíis (chamados de caborés e capelas), em 1712-13, não eclodiria nenhum outro grande combate em escala nos sertões do norte do Estado do Brasil.¹ Nesse sentido, podemos dar por encerrado o grande ciclo das revoltas indígenas da segunda metade do século XVII. Segundo a avaliação de um missionário do sertão, o padre Antônio de Sousa Leal, clérigo do hábito de São Pedro, estes recontros entre luso-brasileiros e tapuias estavam longe da guerra "justa" movida contra os bárbaros que obstavam a expansão da fé e a propagação dos gados pelos sertões; haviam degenerado na pura satisfação das ambições dos moradores e de seus capitães-mores, "porque todos são interessados nos cativeiros dos pobres dos índios". Escrevendo em 1720 para o Conselho Ultramarino, referia-se a "muitos casos de guerras não só injustas mas aleivosas e muitas mortes e cativeiros feitos debaixo de paz e amizade, sendo chamados os índios de propósito e convidados com enganos para esta aleivosia e mortos a sangue frio aqueles que são capazes se tomar as armas para a seu salvo lhe cativarem as mulheres e filhos".²

Em dezembro de 1715, o governador-geral, marquês de Angeja, alegara o cumprimento da ordem de d. João V para autorizar a um certo

Carta régia ao governador de Pernambuco, 20/4/1708. AHU, cód. 257, fls. 214v-5; carta ao governador-geral, 20/4/1708. AHU, cód. 246, fl. 240v; e carta resposta, 28/7/1708. *DH*, 34:298-9. Sobre a guerra aos caborés e capelas, veja carta régia 3/4/1712. AHU, cód. 257, fl. 341; consulta do Conselho Ultramarino, 18/7/1713. *DH*, 98:206-07; e as atas da Junta das Missões de 5/9/1712, 3/4/1713, 13/4/1713 e 11/2/1714. BNL, Coleção Pombalina, códice 115, fl. 36v., fl. 37-9, fl. 42-43v e fl. 50v., respectivamente. Consulta do Conselho Ultramarino, 29/10/1720. AIU, Ceará, caixa 1, 93.

Manuel Alves de Sousa, capitão-mor da freguesia da Barra do Rio Grande, que fizesse "toda a guerra ofensiva que puder, cativando a todos [os bárbaros] que nela aprisionar, os quais serão rematados em praça pública para se tirarem os quintos de el-rei".³ Para remédio destes e outros abusos, o padre Sousa Leal sugeria que fosse criada uma ouvidoria no Ceará e que o rei proibisse a guerra aos tapuias que não fosse defensiva, "e que esta defesa seja somente dentro dos limites da tutela inculpável". O parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, que ecoa os argumentos do padre Sousa Leal, entendia que "a liberdade de guerrear os tapuias se desenfreada de tal maneira que os capitães e particulares o faziam indistintamente, mesmo contra os mais pacíficos meritos nos sertões, só para os cativar". O missionário clamava por um freio à barbárie dos portugueses, que praticavam uma guerra sem leis. Nas suas palavras, se a Junta das Missões autorizasse a guerra ofensiva, que fosse feita "*como homens a outros homens e não como homens a feras*", que é o que às vezes praticamos nas guerras que fazemos aos índios".⁴ O relato feito pelo padre Sousa Leal do que se tinha passado no Piauí, no Ceará e no Rio Grande, entre 1700 e 1720, servia como base de sua petição por mais justiça. Este documento impressiona pela narrativa miúda de uma série de violências e abusos praticados contra os índios que se tinham, à princípio, como aliados e pacíficos. No Piauí, Sousa Leal ficara sabendo de episódios hediondos. No Ceará, piores: "não cabiam neste papel os muitos males que nela tinham sofrido assim o índio aldeado da língua geral como a tapuia de várias nações da língua travada, dos capitães-mores, soldados e moradores". O fato é que "não era o gentio senhor de sua liberdade, nem dos seus bens, nem de suas mulheres e filhas, nem sequer de suas vidas, pois era opinião geral na aquele sertão que era lícito matá-lo, porque não era cristão nem servia a Deus". Em certa ocasião, segundo conta o padre, um certo capitão José Nunes chamou a sua estância os tapuias amigos, chamados de "Vidaís e Anexis", e, depois de os receber, fez vir os índios aldeados de Ibiapaba para matá-los, dizendo que aqueles tapuias estavam na sua porta com intenção de vingança. Depois de matarem muitos tapuias, José Nunes os abrigou "a matar também as mulheres presas para que não fugissem e viessem a se multiplicar".⁵ Outros exemplos de violências foram relatados pelo agora reitor do colégio dos jesuítas de Olinda, o padre João

³ Carta do marquês de Angeja a Manuel Alves de Sousa, 9/12/1715. *DH*, 54:163.

⁴ Consulta do Conselho Ultramarino, 29/10/1720. AHU, Ceará, caixa 1, 93. O grifo é meu.

⁵ Exposição do padre Antônio de Souza Leal, c. 1720. In: Virgínia Rau (ed.). *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956, vol. 2, p. 79.

Guinzel (ou Guedes) — que, com vimos, havia missionado entre os paiaçus. Quando era missionário no Maranhão, entre outras, testemunhara um "bárbaro folguedo" promovido pelo mestre-de-campo Antônio da Cunha de Souto Maior. Reunindo os amigos — e, entre eles, o ouvidor do Maranhão, Luís Pinheiro — Souto Maior organizou uma "diversão": mandou seus homens soltarem uns tapuias anapuruçus "que [ele] tinha preso, obrigando-os a correr"; depois, ele e seus amigos, "cavalgando atrás deles, cortavam-lhes a cabeça". Um de seus comparsas, o capitão Tomás do Vale Portugal, que se tinha por grande corredor, preferia perseguir os tapuias a pé. Tal violência levou a uma grande revolta dos tapuias, prontamente reprimida com reforços vindos de Pernambuco.⁶

A justiça d'el-rei só se faria sentir em 1733, quando, considerando a distância daqueles sertões e o desatino do ouvidor do Maranhão, foram enviadas explicações para que o ouvidor-geral da capitania do Ceará julgasse sumariamente os casos de cativo injusto e não esperasse a posição da Junta das Missões.⁷ A situação era de completa *débâcle* dos tapuias. No mesmo ano, o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibau, podia informar que "ultimamente estamos senhores das suas terras, que sendo todas povoadas deles quando as descobrimos, hoje nos achamos senhores delas e eles extintos, porque há apenas 41 aldeias em 400 léguas de terra da costa do mar, fora os sertões por ele adentro".⁸ Com efeito, quando a "paz" voltou ao sertão do Rio Grande e Ceará, os povos indígenas, derrotados e reduzidos, não mais representavam uma ameaça geral.

O sertão mais próximo ficava assim devassado e... despovoado. Afora os que preferiram refugiar-se no interior da mata amazônica, a maior parte dos poucos sobreviventes foi aldeada. Com o processo de ocidentalização da empresa colonial, fosse por meio da formação das vilas e minas na região das minas, fosse pela circulação das mercadorias pelos caminhos do sertão, a violência para com os grupos indígenas tornou-se endêmica, implicando uma dinâmica de atrito permanente. Ao fim e ao cabo, tanto os negros dos Palmares como os tapuias irredentos foram incapazes de se opor às forças luso-brasileiras, muito mais poderosas, não apenas tecnológica e estrategicamente, mas porque tinham atrás de si um sistema social cuja complexidade e integração tornava inexe-

⁶ Parecer do padre João Guedes, c. 1720. In: Virgínia Rau (ed.). *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956, vol. 2, p. 394-400.

⁷ Camarégia, 13/3/1733. AHU, Ceará, caixa 2, 79.

⁸ Carta do governador de Pernambuco, 9/10/1733. *DH*, 100:87. O grifo é meu.

quível a resistência, fosse ela interna ou externa, em razão de sua fragmentação ou dissociação. Os tapuias que sobreviveram ao extermínio, submetiam-se a uma dominação deletéria dentro dos limites dos aldeamentos, espécie de prisão cuja gravidade aumentava proporcionalmente à violência dos sertões.

Uma viragem importante ocorreu na metade do século. As políticas ilustradas do conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, nos marcos de uma nova situação criada pelo Tratado de Madri (1750), procuraram incorporar definitivamente as populações indígenas ao Império. As leis de junho de 1755, válidas inicialmente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, resultaram no "Diretório Geral dos Índios" de 7 de julho de 1757, que reformulava a política da catequese indígena, praticamente liquidando as missões existentes. No ano seguinte, o vice-rei, conde dos Arcos, foi comunicado da sua aplicabilidade no Estado do Brasil. A partir de então, os índios eram declarados livres e sujeitos às leis comuns dos vassallos. As aldeias mais populosas foram alçadas em vilas com governo político próprio, reduzindo-se, dessa maneira, o poder dos missionários.⁹ Em uma carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu irmão e governador do Grão-Pará e Maranhão, Pombal define com clareza as bases da nova política relativa aos índios:

"Até agora não se achou outro modo de dominar as nações bárbaras e ferozes que não fosse o de civilizá-las e de se aliarem com elas os que as dominam: vivendo os conquistadores e os conquistados debaixo da união da sociedade civil, e da obediência das mesmas leis, formando um só corpo político sem distinção alguma. [Se no Brasil] se praticar com esses miseráveis índios o mesmo que aqui [em Portugal] praticaram os romanos, dentro de pouco tempo have-

⁹ Alvará estipulando que os vassallos casados com índios não sofrerão infâmia mas farão dignos da atenção real e serão preferidos nas terras em que se estabelecerem para ocupações e postos, e seus filhos e descendentes serão hábeis para quaisquer postos, 4/4/1755; Lei da liberdade dos índios, 6/6/1755; e Alvará estabelecendo que os índios do Pará e Maranhão serão governados no temporal por governadores e principais e justiças seculares com inibição dos regulares, 7/6/1755. O *Diretório que se deu observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, de 7/7/1757, foi publicado em Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues, 1758. Sobre esta nova legislação e seus impactos veja Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília, 1997, e Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa, 2000. Rita de Almeida publica, em anexo, um fac-símile da princeps do *Diretório*.

rá no Pará tantos portugueses quanto são os bárbaros que hoje vivem nos matos, como nós vivemos alguns tempos".¹⁰

Nesses termos, a idéia de catequese dos índios, da salvação das almas e expansão da fé foi substituída paulatinamente pela idéia leiga de "civilização".¹¹ A disjunção fundamental entre índios mansos e bravos, representada na classificação dos povos autóctones em tupis ou tapuias e na formulação da noção da barbárie, que implicava a guerra justa, seria substituída por uma nova política integracionista, que compreendia o Império como o espaço da "civilização", e não mais como o orbe cristão. Pombal imaginava assegurar uma população razoável para a defesa e desenvolvimento da América portuguesa, o que implicava a abolição de todas as diferenças entre índios e portugueses e o refreamento das guerras de extermínio. O duque de Silva-Tarouca — que, segundo Kenneth Maxwell, teve grande influência no pensamento de Pombal — acreditava que os reis de Portugal poderiam "ter no Brasil um Império como a China". Em carta ao ministro português, opinava: "Mouros, brancos, negros, mulatos ou mestiços, todos servirão, todos são homens e são bons, se bem governados. [...] A população é tudo, muitos milhares de léguas de desertos são inúteis".¹² A carta "secretíssima" enviada por Carvalho e Melo ao comissário português para a demarcação das fronteiras com Espanha ao sul, Gomes Freire de Andrada, é reveladora. Pondera, de início, que "a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e na multiplicação da gente que o habita", o que se fazia ainda mais importante para a demarcação e defesa da raia do Brasil. Como esse grande número de gente "não pode humanamente sair deste reino e ilhas adjacentes", era fundamental "abolir toda a diferença entre portugueses e tapes [isto é, índios], privilegiando e distinguindo os primeiros quando casarem com as filhas dos segundos; declarando que os filhos de semelhantes matrimônios serão reputados por naturais deste reino e nele hábeis para ofícios e honras".¹³

Carta de Pombal a Mendonça Furtado, 15/5/1753, citado por Frédéric Mauro, "Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808". In: Leslie Bethell (ed.), *História da América Latina*. São Paulo, 1998, vol. 1, p. 485.

Luiz Felipe de Alencastro, "O fardo dos bacharéis". *Novos Estudos Cebrap*, 19:68-72, dezembro de 1987.

Carta do duque de Silva-Tarouca a Pombal, 12/8/1752, citado por Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, 1996, p. 54.

Carta secretíssima de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrada, para servir de complemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado de Madri, 21/9/1751. Apud: Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1995, p. 31.

Segundo a historiadora Ângela Domingues, esta nova política era suportada por uma ideologia colonial que tinha por base o reconhecimento do Brasil como "elemento vital para a sobrevivência do Reino e [a] necessidade de defender a soberania portuguesa e a integridade do território". Neste sentido, a Coroa teria, por meio do estabelecimento das fronteiras políticas com as potências vizinhas, se empenhado em definir um espaço territorial no qual pudesse construir sua soberania jurisdicional. Vale lembrar que tanto o Tratado de Madri como o de Santo Idelfonso (1777) recuperavam o princípio do direito romano do *uti possidetis* (como possuíis). "E, para concretizar esse objetivo, havia que fazer do índio um vassalo europeu, através de um processo cultural de assimilação e integração". Baseada na idéia de que "os índios não eram ferozes por natureza, mas pelas más persuasões ou violências que os luso-brasileiros lhes faziam", identifica-se claramente uma exigência da Coroa de que "a benevolência expressa através dos órgãos do poder central encontrasse correspondência na «humanidade» com que os súditos luso-brasileiros deveriam tratar os seus pares indígenas".¹⁴ Tudo nas letras, é claro.

Como se sabe, não obstante esta política, a violência não deixaria tão cedo de caracterizar as relações entre os moradores e os povos indígenas remanescentes no sertão norte do Estado do Brasil. Como considerava o ouvidor do Piauí, Antônio José de Moraes Mourão, na sua descrição daquela capitania, feita em 1772, os índios, mesmo os que foram pacificados, "sempre vivem com violência, esperando ocasião oportuna para se levantarem". Ao olhar do magistrado, o sertão era o "receptáculo de tudo que é mau". Lugar da mistura e confusão de povos, cujo caráter era duvidoso. Depois dos primeiros descobridores, uma casta de "criminosos, insolentes e os falidos" teriam buscado aqueles paragens, "não tanto para o seu aumento [progresso], mas para nelas ocultarem com segurança suas maldades e desregramento". Os índios, ao mesmo tempo que se iam "domesticando", mantinham "seus antigos vícios e costumes que nunca largavam". Os negros chegavam cativos ou fugidos. Poucos eram os reinóis, mas mesmo assim "tomavam com facilidade os vícios da terra, a que não podiam resistir, arrebatados, como se uma torrente os submergia". Mourão declara seu horror à miscigenação, pois, para ele, nesta mistura e confusão dos sertões, formava-se "um só povo de nações tão diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada"; "são esses demônios encarna-

¹⁴ Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa, 2000, p. 131, 211-2 e 311.

dos os curibocas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante". O resultado seria uma violência endêmica:

"O perjúrio, os homicídios, a infidelidade, a vingança, a traição e a imodéstia são as paixões dominantes no país, ou de seus moradores. Desde meninos se habituam a matar e a ver matar com frequência toda a casta de animais, perdem insensivelmente a compaixão e praticam, ao depois, sem dificuldade com os indivíduos da sua mesma espécie o mesmo que sempre costumaram com as demais. Falta de religião e doutrina, desconhecem a gravidade do perjúrio e da traição. Indóceis por natureza e falta de instrução, se arrojam a cometer todo o delito. . ."¹⁵

As novas vilas do sertão foram, sem demora, controladas por administradores recrutados entre os membros das elites vizinhas, grandes sesmeiros ou seus prepostos, e as populações indígenas paulatinamente marginalizadas do convívio "urbano" ou submetidas a novas situações de opressão. Vários grupos ou indivíduos optariam, certamente, por uma estratégia de incorporação, negando, para tanto, sua identidade e seu passado indígena. Depois de um século de guerras sem quartavim muitos tapuias no que fora o seu país. Colocando às avessas o julgamento do tempo, um típico representante da Ilustração portuguesa, o autor do "Roteiro do Maranhão", tinha os luso-brasileiros pelos verdadeiros bárbaros. Registrou, na segunda metade do século XVIII, sua cólera diante destes "indignos e tão bárbaros conquistadores" que haviam entregue ao Império "países vazios do mais precioso, que eram os índios, assassinados em suas sanguinolentas bandeiras, e o passo que com elas nos franqueavam para sermos testemunhas dos miseráveis restos das referidas nações, todas ainda cheias de temor das mais violentas atrocidades". Nas suas palavras, estes capitães, em suas guerras, "extinguiam muitas nações, que viriam a fazer uma grande parte do mesmo Estado, e das quais hoje até faltam os próprios nomes".¹⁶

¹⁵ "Descrição da capitania de São José do Piauí pelo ouvidor Antônio José de Moraes Mourão", *Oeiras do Piauí*, 15/6/1772. AHU, Piauí, caixa 3, publicado em Luís Mott. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, 1985, p. 22-33.

¹⁶ "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí". *RHIGB*, LXII:90-1, 1900.

ANEXOS

Anexo I

Quadro cronológico

1. A GUERRA NO RECÔNCAVO

- 1651-1656 Jornadas do sertão
1651 Diogo de Oliveira Serpa
1651-1654 Gaspar Rodrigues Adorno
1656 Tomé Dias Lassos
1657-1659 A Guerra do Orobó / paiaíases, topins
1657 Pedro Gomes, Gaspar Rodrigues Adorno, Luís Álvares, Bartolomeu Aires
1658 Domingos Barbosa Calheiros, Bernardo Sanches Aguiar, Fernando de Camargo
1662 Tomé Dias Lassos
1669-1673 A Guerra do Aporá / paiaíases, topins
4/3/1669 Mesa grande na Relação da Bahia aprova proposta de Alexandre de Sousa Freire
1669 Agostinho Pereira localiza as aldeias dos topins
1671-1673 Estêvão Ribeiro Baião Parente, Brás Rodrigues Arzão
1674-1679 As guerras no São Francisco / anaios
1674 Francisco Dias d'Ávila, Domingos Rodrigues Carvalho, Domingos Afonso Sertão
1677 Agostinho Pereira (morto)
23/1/1679 Roque Barreto informa que os índios estavam em paz

2. A GUERRA DO AÇU

- 1655-1687 Levantes isolados
15/2/1687 Levante geral dos tapuias do Rio Grande
1687-1688 A campanha de A. de Albuquerque Câmara, D. Jorge Velho e Manuel A. Soares
1688 A guerra é declarada justa na Bahia
1688 Plano de Matias da Cunha: Albuquerque Câmara e Abreu Soares (Norte) / D. Jorge Velho (centro) / Matias Cardoso (Sul)
1688 Proposta de José Lopes Ulhoa
5/1689 A. César de Andrade faz pazes com parte dos janduins, moradores reclamam
2/7/1689 Memorial da câmara de Natal pede a guerra ofensiva
10/1689 O sargento-mor de D. Jorge Velho, Cristóvão de Mendonça Arrais captura Canindé
1690-1695 A campanha de Matias Cardoso de Almeida
3/1690 Reforma das tropas de Albuquerque Câmara e Abreu Soares pelo arcebispo; Domingos Jorge Velho é mandado para os Palmares
1690 Matias Cardoso, João Amaro Maciel Parente, Manuel Álvares de Moraes Navarro
17/1/1691 Carta régia revoga a guerra justa
c. 1691 Canindé posto em liberdade por Domingos Jorge Velho

- 1692 Matias Cardoso faz retirada do Ceará para o Rio Grande
5/4/1692 A rendição dos janduís (embaixada de Canindé à Bahia)
c. 1696 Retirada definitiva de Matias Cardoso
1694 Guerra ofensiva x guerra defensiva / João de Lencastro (1694-1702)
1694 Proposta da câmara de Natal do "cordão de aldeias"
5/8/1694 Carta de Bernardo de Vieira Ravasco ao conde de Alvor
1694 Discurso de Morais Navarro "sobre os inconvenientes de pôr seis aldeias"
2/3/1695 Nova decisão do Conselho Ultramarino: a criação do terço e a guerra justa
10/3/1695 Carta régia de d. Pedro II ordenando o levantamento do terço de paulistas
16/7/1695 Bernardo Vieira de Melo e a câmara de Natal aprovam o "cordão de aldeias"
início 1696 Vieira de Melo e Afonso de Albuquerque Maranhão fundam presídio na ribeira do Açu
4/1697 Papel de Vieira de Melo ao Conselho para dissuadi-los da guerra ofensiva
20/9/1695 "Retificação da paz com os janduís da ribeira do Açu"
20/3/1697 "Tratado de paz com os ariús pequenos"
1699-1704 O terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Morais Navarro
20/5/1696 Patente de Morais Navarro
1/8/1698 Chegada à Bahia
1/9/1698 Partida para a Paraíba
10/5/1699 Chegada de Manuel da Mata Coutinho e do reforço
4/8/1699 Massacre no Jaguaribe / Jenipapoçu
23/9/1699 Excomunhão dos paulistas por frei Francisco de Lima
11/1699 Devassa de João de Matos Serra
13/1/1700 Carta régia ordena a retirada do terço
9/11/1700 "Informação" do padre Miguel Carvalho
15/12/1700 Carta régia ordena a prisão de Navarro
8/7/1701 Prisão de Navarro
1704 Guerra contra os icós
20/12/1705 Proposta a extinção do forte real na ribeira do Jaguaribe
6/1716 Extinção do terço

Anexo 2

Reis, governadores e capitães-mores

Governantes de Portugal, 1640-1750

01/12/1640	06/11/1656	d. João IV (Duque de Bragança) (1604-1656)
06/11/1656	29/06/1662	d. Luísa de Gusmão (regência)
29/06/1662	23/11/1667	d. Afonso VI (1643-1683)
23/11/1667	12/09/1683	d. Pedro II (regência)
12/09/1683	09/12/1706	d. Pedro II (1648-1706)
09/12/1706	31/07/1750	d. João V (1689-1750)

Governadores-gerais (e vice-reis) do Brasil, 1640-1719

21/06/1640	16/04/1641	vice-rei (1) Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão
16/04/1641	30/08/1642	Junta provisória: bispo d. Pedro da Silva de São Paio; Luís Barbalho Bezerra; e Lourenço de Brito Correia
30/08/1642	26/12/1647	Antônio Telles da Silva
26/12/1647	10/03/1650	Antônio Telles de Meneses, conde de Vila-Pouca de Aguiar
10/03/1650	06/01/1654	João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castelo Melhor
06/01/1654	18/07/1657	Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia
20/07/1657	24/06/1663	Francisco Barreto de Meneses
24/06/1663	13/06/1667	vice-rei (2) Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos
13/06/1667	08/05/1671	Alexandre de Sousa Freire
08/05/1671	26/11/1675	Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, visconde de Barbacena
26/11/1675	15/03/1678	Junta provisória: Álvaro de Azevedo; Agostinho de Azevedo Monteiro (Cristóvão de Burgos Contreiras); e Antônio Guedes de Brito
15/03/1678	23/05/1682	Roque da Costa Barreto
23/05/1682	04/06/1684	Antônio de Sousa de Meneses, o "Braço de Prata"
04/06/1684	04/06/1687	Antônio Luís de Sousa Teles de Meneses, marquês das Minas
04/06/1687	24/10/1688	Matias da Cunha (faleceu)
24/10/1688	08/10/1690	Junta provisória: arcebispo d. frei Manuel da Ressurreição; e Manuel Carneiro de Sá
11/10/1690	22/05/1694	Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho
22/05/1694	03/07/1702	João de Lencastro
03/07/1702	08/09/1705	Rodrigo da Costa
08/09/1705	03/05/1710	Luís César de Meneses
03/05/1710	04/10/1711	Lourenço de Almeida
13/10/1711	13/06/1714	Pedro de Vasconcelos e Sousa, conde do Castelo Melhor
13/06/1714	21/08/1718	vice-rei (3) Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa, conde de Vila Verde e marquês de Angeja
21/08/1718	13/10/1719	Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro

Governadores de Pernambuco, 1648-1718

16/04/1648	26/03/1657	Francisco Barreto
26/03/1657	26/01/1661	André Vidal de Negreiros
26/01/1661	05/03/1664	Francisco de Brito Freire
05/03/1664	31/07/1666	Jerônimo de Mendonça Furtado (deposto)
24/01/1667	13/07/1667	André Vidal de Negreiros
13/07/1667	28/10/1670	Bernardo de Miranda Henriques
28/10/1670	17/01/1674	Fernando de Sousa Coutinho (faleceu)
17/01/1674	14/04/1678	Pedro de Almeida
14/04/1678	21/01/1662	Aires de Sousa de Castro
21/01/1662	13/05/1685	João de Sousa
13/05/1685	29/06/1688	João da Cunha Souto Maior
29/06/1688	09/09/1688	Fernando Cabral (faleceu)
09/09/1688	25/05/1689	bispo d. Matias de Figueiredo e Melo

25/05/1689	05/06/1690	Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho
05/06/1690	13/06/1693	Antônio Félix Machado da Silva e Castro, marquês de Montebelo
13/06/1693	05/03/1699	Caetano de Melo de Castro
05/03/1699	03/11/1703	Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro
03/11/1703	09/07/1707	Francisco de Castro Moraes
09/07/1707	07/11/1710	Sebastião de Castro e Caldas (deposto)
15/11/1710	10/10/1711	bispo d. Manuel Alves da Costa
10/10/1711	01/06/1715	Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos
01/06/1715	23/07/1718	Lourenço de Almeida

Capitães-mores do Rio Grande, 1654-1718

xx/02/1654	04/12/1663	Antônio Vaz Gondim
05/12/1663	06/12/1669	Valentim Tavares Cabral
06/12/1669	21/06/1673	Antônio de Barros Rego
21/06/1673	21/05/1677	Antônio Vaz Gondim
21/05/1677	02/11/1678	Francisco Pereira Guimarães (faleceu)
02/11/1678	03/04/1679	governo do senado da câmara
03/04/1679	03/09/1681	Manuel Muniz
03/09/1681	xx/10/1681	governo do senado da câmara
xx/10/1681	25/05/1682	Antônio da Silva Barbosa
25/05/1682	xx/08/1685	Manuel Muniz
30/08/1685	xx/06/1688	Pascoal Gonçalves de Carvalho
xx/06/1688	22/08/1692	Agostinho César de Andrade
22/08/1692	03/10/1693	Sebastião Pimentel (faleceu)
03/10/1693	06/10/1694	governo do senado da câmara
06/10/1694	29/06/1695	Agostinho César de Andrade
29/06/1695	14/08/1701	Bernardo Vieira de Melo
15/08/1701	xx/12/1705	Antônio de Carvalho e Almeida
xx/12/1705	30/12/1708	Sebastião Nunes Colares
30/11/1711	20/06/1715	Salvador Álvares da Silva
20/06/1715	03/07/1718	Domingos Amado

Capitães-mores do Ceará, 1645-1718

14/07/1645	20/05/1654	Diogo de Albuquerque
20/05/1654		Álvaro de Azevedo Barreto
13/09/1655*		Domingos de Sá Barbosa
	14/12/1663	Diogo de Albuquerque
14/12/1663		João de Melo de Gusmão
27/07/1666*		João Tavares de Almeida
05/08/1670*		Jorge Correia da Silva
02/10/1673*		João Tavares de Almeida
29/04/1678*		Sebastião de Sá
29/05/1681*		Bento de Macedo de Faria
26/12/1684*		Sebastião de Sá
19/07/1687*		Tomás Cabral de Olival
11/12/1693	14/11/1694	Fernão Carrilho
14/11/1694*	xx/08/1695	Pedro Lelou (deposto)
07/07/1699*	23/09/1699	Fernão Carrilho
23/12/1702	25/09/1704	Jorge de Barros Leite
25/09/1704		João da Mota
11/08/1708	25/08/1710	senado da câmara
25/08/1710	30/09/1713	Francisco Duarte de Vasconcelos (deposto)
08/10/1713	30/18/1715	Plácido de Azevedo Falcão
30/08/1715	01/11/1718	Manuel da Fonseca Jaime

* data da nomeação.

Anexo 3**Missões e aldeamentos no sertão nordeste do Brasil no século XVII**

1. Aracá	capuchinho	1672-1682	BA	No rio São Francisco	d
Ilha do Orocó	capuchinho	1687			b
Ilha do Aracá	capuchinho	1698			a
Aranhão	franciscano	1702			f
Aranhão	capuchinho	1702			c
Aranhão	capuchinho	1681-1682	BA	No rio São Francisco	d
Aranhão	capuchinho	1687			b
Aranhão	jesuíta carmelita	1702	BA	No sertão do Cobreó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelus	k
Aranhão	descalço				c
Aranhão	capuchinho	1698	BA	No rio São Francisco	a
Aranhão	jesuíta				c
Aranhão	carmelita descalço	1702			k
Aranhão	capuchinho italiano	1746	PE	No sertão do Cobreó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelus	k
Aranhão	franciscano	1703	BA		f
Aranhão	jesuíta	1698	BA	Ereta como vila de Pombal	a
Aranhão	jesuíta	1698	BA		a
Aranhão	franciscano	1719	BA		f
Aranhão	capuchinho	1687	BA	No rio São Francisco	b
Aranhão	capuchinho	1698			a
Aranhão	capuchinho italiano	1746	PE	No sertão do Cobreó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelus	k
Aranhão	jesuíta	1698	BA		a
Aranhão	franciscano	1702-1843			f
Aranhão	franciscano	1702-1718	BA		f
Aranhão	franciscano	1698	BA		f
Aranhão	capuchinho	1678	BA	No rio São Francisco	d

14. Ilha do Cavalo	cariri	N.S. da Natividade	carmelita descalço capuchinho	1702 1706	BA	No rio São Francisco	c d
15. Ilha do jacaré	aramurus	S. Pedro	capuchinho carmelita descalço	1702	BA	No rio São Francisco	c
16. Irupua	cariri	St. Antônio	capuchinho	1687	BA	No rio São Francisco	b
Ilha do Irapoa	cariri	St. Antônio	carmelita descalço	1702			c
Ilha do Irapuá	cariri	St. Antônio	capuchinho italianos	1746	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	k
17. Itapicuru	tupinambá	N.S. da Saúde	franciscano	1689-1834	BA		f
18. Jacobina	paracá	Bom Jesus	franciscano	1706-1839	BA		f
19. Jeru		N.S. do Socorro	jesuíta	1698	BA		a
20. Juazeiro	tamaqueri	N.S. das Grotas	franciscano	1706-1843	BA		f
21. Manguinhos			jesuíta	1698	BA		a
22. Massaracá	cariri	N.S. da Trindade	jesuíta	1639	BA		f, a
Massacará	cariri-cimbre	St. Trindade	franciscano	1689-1854			
23. Natuba	(cariri)	N.S. da Conceição	jesuíta	1698-	BA	Ereta como vila de Soure	a
24. Palmares	caeté	St. Amaro	franciscano	1695-1699	BA		f
	caboclos	St. Amaro	franciscano	1746	AL	No distrito da vila de Alagoas	K
25. Pambu			capuchinho	1677	BA		d
	cariri		capuchinho	1687			b
			capuchinho	1698			a
	tamaqueú /	N.S. da Conceição	franciscano / carmelita	1702			f, c
Ilha do Pambu	cariri	N.S. da Conceição	capuchinho italiano	1746	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	k
26. Patacuba			capuchinho	1698	BA		a
Pacatuba	cajagôs	E. Santo	carmelita descalço	1702-			c
27. Pochim			capuchinho	1682	BA	No rio São Francisco	d
	caboclos		capuchinho	1687			b
28. Poreá	(poreaz)		capuchinho	1698	BA		a
Cosumbambá	poreáz	São João	jesuíta / carmelita descalço	1702			c
29. Rodelas		S. Pedro	capuchinho	1677-1681	BA	No rio São Francisco	d
			capuchinho	1698			a
30. Rodelas			capuchinho	1672	BA		d
	procárodelas	S. J. Batista	jesuíta	1687			b
			franciscano	1697			f
31. Saco dos Morcegos	(cariri)	N.S. da Ascensão	jesuíta	1698	BA	Ereta como vila de Mirandela	a
32. Sal	cariri-cimbre	N.S. das Neves	franciscano	1697-1863	BA		f
33. Salitre	cariri	S. Gonçalo	franciscano	1703	BA		f
34. St. Antônio		St. Antônio	franciscano	1698	BA		a
35. Vargem	cariri		capuchinho	1687	BA		b
			capuchinho	1698			a
Ilha da Vargea	porcáz e brancarurus (tapuia)		capuchinho italiano	1746	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	k
36. Aldeia da Mata	jocuruz (tapuia)		oratoriano	1700	PE		l, n
37. Ararobá	sucurus		oratoriano	1672	PE	A 80 léguas do Recife Na freguesia de Ararobá	o
	jocuruz (tapuia)		oratoriano	1683			g
	chururú (tapuia)		oratoriano	1700			l, n
38. Coripós	tapuia	N.S. do Pilar	franciscano	1702-1761	PE		k
Ilha dos Coropos	coripós	N.S. do Pilar	franciscano	1746			f
39. Ipojuca	caboclos		oratoriano	1700	PE	Nas margens do rio Ipojuca, 14 léguas da cidade	k
	caboclos	N.S. da Escada	oratoriano	1746			l, n
40. Limoeira	tapuia		oratoriano	1688	PE	Na freguesia de S. Antônio de Trucunhaem, Igarassú	o
	caboclos		oratoriano	1746			k
41. Pontal	cariri	N.S. dos Remédios	franciscano	1705-1761	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	f
Ilha do Pontal	tamaquiúz (tapuia)	N.S. dos Remédios	franciscano	1746			k

42. Queimada			oratoriano	1679	PE		m
43. (Rodelas)			oratoriano	1670-1679	PE	No rio São Francisco	m
44. Santo Antônio			oratoriano	1679	PE		m
45. Sorobabé	tapuia	N.S. do Ó	franciscano	1702-1761	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	f
Ilha do Sorobabé	poreáz e brancururus (tapuia)	N.S. do Ó	franciscano	1746			k
46. Tapessurama			oratoriano	1679 1704	PE		m s
47. Unhunhum	tapuia	N.S. da Piedade	franciscano	1705-1761	PE	No sertão do Cobrobó, freguesia de NS da Conceição dos Rodelas	f
Ilha do Inhenhum	cariri	N.S. da Piedade	franciscano	1746			k
48. Boldrin			capuchinho	1670-1677	PB		d
49. Cariris	cariri taypú (tapuia)	N.S. do Pilar	franciscano capuchinho	1705-1724 1746	PB		f k
50. Guajiru	potiguara panati jandui	S. Miguel	jesuíta	1679 1689 1689	RG	lagoa de Guajiru	u
51. Guaraíras (Çorahiras)	potiguara caboclos, canindé			1678 1704	RG	lagoa de Guaraíras	t, u h
		S. João Batista	jesuíta	1746-1760		Ereta como vila de Arez (1760)	k
52. Apodi	paiaçu	S. João Batista	jesuíta	1700	RG	No córrego das Missões, lagoa do Apodi	t
	paiaçu		terésio	1746			k
53. Ceará Mirim	panacuaçu	N.S. da Piedade		1702	RG	Na ribeira do Ceará Mirim	t
54. Cunhaú	canindé canindé	S. João N.S. do Amparo		1702 1704 1706	RG	Na Lagoa de São João	t r i
55. Goianinha		São João Batista	jesuíta	1704	RG		q

56. Mipibu (Manebu)	potiguara	N.S. do Ó		1704	RG		h, u
	caboclos	S. Ana	capuchinho	1746			k
57. Potengi	curema (tapuia)	S. Paulo		1702	RG	Na ribeira do Potengi	t
58. (Sabaúna)	paiaçu	NS. da Encarnação	jesuíta	1704	RG	Rio Sabaúna	p
59. Canguagá	caboclos		oratoriano	1700	CE		l, n
60. Jaguaribe (aldeia velha)	paiaçu	Madre de Deus	oratoriano	1687	CE	Na ribeira do Jaguaribe	l, n
61. Jaguaribe (aldeia nova)	paiaçu	NS. das Montanhas	oratoriano	1700	CE	Distante 14 léguas da aldeia velha	l, n

Fontes: a) "CCU sobre o estado das missões no sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários, Lisboa 18/12/1698, assinada pelo conde dos Arcos, Miguel Nunes de Mesquita e Francisco Pereira da Silva" acrescida de uma "representação anônima e do secretário, Roque Monteiro Paiva". In: Eduardo Castro de Almeida. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. AB.V, 31, 1909(?); b) *Abregé de la relation du père François de Luce, capucin de la province des capucins de la prov. de Bretagne touchant leurs missions du Brésil (1687?)*, publicado por Francisco Leite de Faria. O padre Bernardo de Nantes e as Missões dos capuchinhos Franceses carmelitas descalços tinham tomado ou iam tomar posse, enviada a d. Pedro II pelo pe. André de S. J. Batista, 20/9/1702. AHU, Bahia, caixa 90; d) Martin de Perier, 1706; e) *Relazioni delle missioni dei cappuccini dell'America*. 12 luglio 1731, APF SC America Meridionale 2, f. 308r-15v; f) Fr. Venâncio Willeke. As nossas missões entre os índios cariris, 1681-1863. Santo Antônio, 2, 1953, 1 e 2, 1954 e 1, 1955 e Fr. Venâncio Willeke. A Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil através das suas estatísticas. *Studia*, 19:173-207, agosto 1966; g) Parecer do Conselho Ultramarino, 4/3/1683. AHU, cód. 256, fl. 47v-8; h) Carta régia a Cristóvão Soares Reimão, 8/11/1704. AHU, cód. 257, fl. 167; i) Carta régia a Cristóvão Soares Reimão, 8/4/1704. AHU, cód. 257, fl. 146v; j) Carta Paraíba sujeitos à junta das missões deste bispado, em 1746 (circa). *Informação geral da capitania de Pernambuco*, p. 419-22; l) Manifesto em que se relata tudo o que sucedeu na Congregação de Pernambuco desde a sua fundação até o presente etc., circa 1700. AHU, Pernambuco, caixa 14; m) Lista das aldeias do oratório segundo a CCU 24/11/1679. AHU, Pernambuco, caixa 9, 2; n) Relatório de Tomás Consolino, prepósito da Congregação do Oratório de Pernambuco, Pernambuco. Apêndice à *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira* (1675). Recife, 1977; p) Certidão, 26/5/1704 e 26/6/1704. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43; q) Certidão, 11/7/1704. AHU, Rio Grande, caixa 3, 43; r) Carta de Cristóvão Soares Reimão à infanta, 8/4/1704. AHU, cód. 257, fl. 146v; s) Carta da infanta de Portugal ao governador de Pernambuco, 28/7/1704. AHU, cód. 257, fl. 145; t) Olavo de Medeiros Filho. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal, 1997; u) Fátima Martins Lopes. *Missões religiosas*. Recife, 1999.

Anexo 4

Tratados de paz, 1692-1697

Assento das pazes com os janduí, 10/4/1692

Em os cinco de abril deste referente ano, chegaram a esta cidade da Bahia José de Abreu Vidal, tio do Canindé, rei dos janduí, maior de três aldeias sujeitas ao mesmo rei, e Miguel Pereira Guajiru Pequeno, maior de três aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé, e com eles o capitão João Pais Florião, português, em nome de seu sogro putativo, chamado Nhangujé, maior da aldeia Sueuru da mesma nação janduí e cunhado recíproco do dito rei Canindé, a cuja obediência e poder objetivo está sujeita toda a nação janduí, difundida em vinte e duas aldeias, sitas no sertão que cobre a capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, em que há treze para quatorze mil almas e cinco mil homens de arco, destros nas armas de fogo.

E vindo estes maioraes nomeados com mais quinze índios e índias que os acompanhavam a presença do senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, do Conselho d'el-rei nosso senhor, comendador das comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Benfê, São Salvador de Maiorca, almotacé-mor do Reino e governador-geral e capitão-general do Estado do Brasil, lhe representou o principal José de Abreu Vidal, em língua portuguesa não bem falada, e pelo capitão João Pais Florião, seu intérprete, que eles vinham de trezentas e oitenta léguas a pedir e estabelecer com o dito senhor, em nome do rei dos janduí, Canindé, uma paz perpétua para viver essa nação e a portuguesa como amigos. E mandados levarem para depois se conferirem as condições da proposta de paz cinco dias, a trouxeram vocalmente as proposições seguintes, de modo que mandamos proferir na sua língua e explicaram-nas nossos intérpretes.

Primeiramente. Que o dito rei Canindé e os três maioraes, José de Abreu Vidal, Miguel Pereira Guajiru Pequeno e Nhangujé, em seu nome, reconhecem ao senhor rei de Portugal, dom Pedro, Nosso Senhor, por seu rei natural e senhor de todo o Brasil e dos territórios que as ditas 22 aldeias ocupavam; e lhe prometem agir como submissos vassallos com obediência para sempre, e aos mais senhores que lhe mandava a coroa de Portugal; e o dito rei Canindé, e os outros maioraes, e todos os mais desta nação prometem e juram, em nome de todos os seus descendentes, a tal obediência, vassalagem e sujeição a suas leis, como a seu rei e senhor;

2.º Que o dito senhor rei d. Pedro, e seus sucessores, sejam obrigados a guardar-lhe e fazer-lhe guardar por seus governadores e capitães-generais a liberdade natural em que nasceram e em que pelo direito das gentes devem ser mantidos, como os mais vassallos portugueses; e do mesmo modo a liberdade de suas aldeias; e que nenhuma em tempo algum possa ser pessoa alguma de qualquer sexo, maior ou menor, da nação janduí, escrava nem vendida por qualquer título, motivo ou ocasião que seja passada, presente ou futura.

3.º Que ele dito rei Canindé e todos os principais de sua nação e gente de todas as ditas aldeias desejam ser batizados e seguir a lei cristã dos portugueses; sendo para esse fim tratados como gente livre, e não oprimidos contra sua vontade;

4.º Que o dito rei Canindé e os ditos maioraes e todos os mais principais das outras aldeias se obrigam a guardar toda a fidelidade ao senhor rei de Portugal e sucessores de sua coroa, como os mais vassallos. E que sendo caso que alguma armada inimiga venha invadir essa praça da Bahia ou a de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba ou Rio Grande, porão em defesa dos portugueses cinco mil homens de armas, todas a ordem do senhor governador e capitão-general que for deste estado, para com aviso seu marcharem a qualquer hora e tempo àquela praça a que ele os mandar; e para esse efeito estarão sempre bem prevenidos de frecharia e arcos.

5.º Que do mesmo modo se obrigam a fazer guerra a todos os gentios de qualquer nação que seja a quem os portugueses a fizerem por ordem do governador do Estado; e prometem ser amigos das nações de que os portugueses o forem; e inimigo das contrárias à nação dos portugueses; o que também guardaram reciprocamente os governadores-gerais, mandando os ajudar contra seus inimigos por ser benefício dos portugueses.

6.º Que também se obrigam a que aparecendo nos serros das terras que possuem alguma

mina ou minas de ouro, prata, ferro, preciosas, ou de outra qualquer outra espécie, ou notícia de as haver, darão logo conta ao governador e capitão-general do Estado com as amostras do que acharem.

7.º Que todos os currais que estavam na capitania do Rio Grande nas terras que eles possuíam até o tempo da guerra, ele e os ditos principais, são contentes que se tornem a povoar. Mas que sem embargo de os senhores governadores-gerais deste Estado terem dado várias sesmarias a diversas pessoas até o tempo da guerra; declaram que sempre ficarão reservadas, para o sustento e conservação de cada aldeia dos janduí, por serem muito populosas e as terras muito largas, dez léguas de terra de cada banda, ainda que nelas entrem as ditas sesmarias concedidas até o presente; e as que daqui por diante se concederem, levarão a cláusula e condição para não prejudicarem a dita terra reservada a cada aldeia; para que sem terem dúvidas se conservem pacificamente as aldeias e tenham em que plantar seus mantimentos para o sustento de suas famílias. E que também lhe serão livres, nos rios e praias, as pescarias que costumavam fazer.

8.º Que nenhum governador, capitão-mor, nem justiça lhes poderão fazer violência alguma, antes os conservarem sempre na sua liberdade; e nesta paz e quietação em que pretendem viver. Mas que sendo necessário aos moradores daquelas partes alguns índios janduí para suas lavouras, currais, pescarias ou engenhos, os pedirão a quem governar a aldeia pagando-lhe seu trabalho, conforme é uso e costume naquelas partes, assim e da maneira que o faziam antes da guerra. E que sendo caso que o tal morador lhe não queria pagar, o capitão-mor e justiça lhes farão pagar pontualmente com efeito, o que tiverem merecido.

9.º Que também se obrigam a que sendo necessário para reedificação da fortaleza do Rio Grande alguns índios das aldeias dos janduí, lhe dêem os principais aquele número de índios que o capitão-mor lhes pedir alternativamente, por ser serviço d'el-rei o tempo que servirem. Mas não lhe poderão os capitães-mores fazer vexação alguma.

10.º E sobretudo que nenhum governador ou cabo dos paulistas os possa perturbar, inquietar, nem fazer guerra, e deles seja livre e isenta geralmente toda a nação dos janduí, com as mais eficazes penas que ao senhor governador e capitão-mor parecer, para que vivam contentes e estejam prontos para o serviço d'el-rei nosso senhor.

O que tudo visto e ponderado pelo dito senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador e capitão-general deste Estado, atendendo ao particular serviço que o dito rei Canindé, os mais principais acima nomeados faziam a el-rei nosso senhor em todas as proposições que ofereciam para se lhes conceder a paz e se ficarem evitando as despesas e contingências dos sucessos de uma guerra que havia tantos anos continuava em parte tão remota e com a nação dos janduí, que é a mais valorosa e pertinaz na sua defesa e ódio dos portugueses; sobre cujas hostilidades havia já a sereníssima senhora rainha regente, escrito ao governador e capitão-geral Francisco Barreto, carta de 9 de janeiro de 662, encarregando-lhe a segurança dos vassallos daquela capitania, donde têm sido sempre os janduí os mais atroz; e que por esse meio se ficava dispondo mais facilmente a introdução da doutrina evangélica naquela gentildade; e as armas de Sua Majestade com cinco mil arcos a seu favor, contra qualquer nação ultramarina ou brasílica que invadir por mar as praças das capitanias do Norte ou seus habitadores pelo sertão. E que sendo as terras dele vastíssimas, pediam necessariamente para a conservação de cada aldeia, a que poderia ser suficiente as suas lavouras. E sobretudo que se se lhes não concedem as condições propostas, sendo todas tão justas e tão convenientes ao serviço de Sua Majestade e sossego daqueles povos; poderiam desgostados unir-se as mais nações bárbaras, e continuar-se a guerra com novo detrimento dos vassallos de Sua Majestade, perda da sua Real Fazenda e inquietação das capitanias do Norte; além das mais suposições consequentes a se tornar as armas, cujas contingências se não deviam segurar; e o fim das guerras era a paz a que se dirigiam, e agora se lhe pedia se resolveu o dito senhor governador e capitão-general a conceder em nome d'el-rei nosso senhor a paz oferecida nas ditas dez proposições com que o dito rei Canindé e maioraes que em seu nome a vieram buscar a pediram.

E de fato lhes prometeu guardá-las inviolavelmente, assim, e da maneira que nelas se contém. E eles debaixo das ditas condições acceitar. De que me ordenou fizesse este assento

que formou com os ditos principais José de Abreu Vidal, Miguel Pereira e João Pais Florião, português, genro putativo do principal Nhangujé e as mais pessoas que se acharam presentes a este ato. E eu, Bernardo Vieira Ravasco, fidalgo da casa de Sua Majestade, alcaide-mor da capitania de Cabo Frio, secretário do Estado e Guerra do Brasil, o fiz e escrevi nesta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, em os dez dias do mês de abril, ano de mil seiscentos e noventa e dois. Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, cruz do maioral José Vidal, cruz do maioral Miguel Pereira Guajeru Pequeno, João Pais Florião, Brás da Rocha Cardoso, André Cusaio, Bernardo Vieira Ravasco [assinado].

AHU, Pernambuco, caixa 11; publicado também por Ernesto Ennes. *As guerras nos Palmares*. São Paulo, 1938, p. 422-6.

Retificação da paz feita com os tapuias janduí da Ribeira do Açu, 20/9/1695

Aos vinte dias do mês de setembro deste presente ano nesta cidade do Natal na capitania do Rio Grande nas casas de morada do capitão-mor dela Bernardo Vieira de Melo e em sua presença se achou também o chamado rei dos tapuias janduí por nome Taya Açu o qual disse que vinha com sua própria pessoa retificar a paz que pelos seus principais tinha mandado fazer visto que de novo lhe havia o dito capitão-mor mandado assegurar, enviando-lhe em sinal desta um seu bastão e obrigado com isso vinha em pessoa não só a retificar a mesma paz se não a assegurar que em nenhum tempo por si nem por outrem dos seus haveria mais guerra com brancos e se obrigava a ir em nossa companhia a fazê-la a todos os aqueles que não quisessem admitir a nossa amizade, e prometia ser fiel vassalo do mui justo, invicto e poderoso Senhor Rei de Portugal, nosso senhor, a que prometia servir e obedecer e aos seus governadores e capitães-mores com pronta obediência como deve e é obrigado. E da sua parte pedia perdão da desobediência e seus erros passados pelos quais prometia não só condescender a que se povoaassem os sertões que a seu respeito se despovoaram, senão que com seus soldados ajudaria a fazer currais e casas como já dera princípio com os gados que agora haviam chegado do Ceará ao Açu como dos mesmos homens que os haviam trazido constava o que estava perto dos ditos capítulos feitos na paz tratada com os seus enviados, que são os que abaixo se declaram:

1.º que descendo dos sertões às nossas povoações não poderão trazer armas mais até o sítio que chamam de Paupã ou da Pirutuba ou do Jacu, e vindo pela praia até a barra do Ceará Mirim;

2.º que com os brancos que vão para o sertão do Açu ou para donde eles habitam a enviar seus gados terão toda a conformidade e os ajudarão para os benefícios dos mesmos gados e condução deles pagando-lhes o seu trabalho;

3.º que se alguma outra nação se rebelar ou desobedecer, irão com os brancos a fazer-lhes guerra até os reduzirem à nossa obediência;

4.º que não consentirão em sua companhia os escravos fugidos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e se lhe pagará a sua diligência;

5.º que, porquanto entre nós vive alguma gente da sua nação, machos e fêmeas, já domésticos, catequizados e batizados, que não pretenderão levá-los consigo para o sertão por não ser justo que sendo batizados e filhos da Igreja tornem ao barbarismo de que saíram maiormente porque estão todos voluntariamente contentes e satisfeitos na companhia dos brancos.

E com isto o dito capitão-mor lhe deu a segurança e o dito perdão e paz que pediam tudo em nome do governador e capitão-general deste Estado, dom João de Lencastro, e conforme a sua ordem que sobre este particular achou por curta sua a seu antecessor o capitão-mor Agostinho César de Andrade, e logo pelo dito capitão-mor lhe foi admoestado o muito que lhe convinha assim como se sujeitaram à obediência de vassallos de Sua Majestade, que Deus guarde, e abraçarem juntamente a paz espiritual, querendo aldear-se e aceitar o sacerdote que lhe administrasse os sacramentos e ensinasse a doutrina cristã, ao que respondeu o chamado rei, falando com todos os mais para se aldearem dando-se-lhe na Ribeira do Ceará Mirim desta capitania terras donde pudessem fazer suas plantas por serem as do Açu muito secas para nelas se plantar [illegível] e o dito capitão-mor lhe prometeu dar-lhe terras donde eles como-

damente se pudessem aldear e para maior capacita-los lhes deu logo alguma ferramenta, mandando com eles pessoa que os fosse acomodar na parte mais conveniente, e para que bem constasse tudo o tratado acima mandou o capitão-mor nomeasse homem branco mais seu confidente que por sua parte aceitasse as condições impostas e assinasse este tratado com testemunha de tudo o sobredito, que lhes foi lido e explicado pelo melhor modo possível foi para que pudessem entender, para o que nomeou o dito chamado rei ao capitão-mor Gaspar Freire de Carvalho, que com o dito capitão-mor assinou perante muitas pessoas que presentes estavam e do mesmo chamado rei e dos seus intérpretes que com ele se achavam e mais tapuias que em sua companhia vieram. E de tudo mandou o dito capitão-mor fazer este assento e que se registrasse donde toca. *Dir ut supra*. João de Abreu Berredo o fiz, ano de mil seiscentos e noventa e cinco. Bernardo Vieira de Melo, cruz de Taya Açu, Gaspar Freire de Carvalho. O qual eu Manuel Eusébio da Costa translatei bem e fielmente do próprio que está lançado no livro segundo dos registros da secretaria deste governo do Rio Grande a folhas cento e quinze a que me reporto.

AHU, Rio Grande, caixa 1, 40.

Tratado de paz feita com os tapuias ariús pequenos, 20/3/1697

Aos vinte dias do mês de março deste presente ano nesta cidade do Natal na capitania do Rio Grande nas casas de morada do capitão-mor dela Bernardo Vieira de Melo e em sua presença se achou também o chamado rei dos tapuias ariús pequenos por nome Peca que habitam nos confins desta capitania no mais íntimo desses sertões o que disse que vinha com sua própria pessoa ajustar a paz por estarem todas as nações mais vizinhas e que residem no distrito desta capitania unidas na mesma paz e nossa amizade, o que disse que em nenhum tempo por si nem por outrem dos seus haveria mais guerra com brancos e se obrigava a fazê-la a todos os aqueles que não quisessem admitir a nossa amizade, e prometia ser fiel vassalo do mui justo, invicto e poderoso Senhor Rei de Portugal, nosso senhor, a que prometia servir e obedecer e aos seus governadores e capitães-mores com pronta obediência como deve e é obrigado. E da sua parte pedia perdão da desobediência e seus erros passados pelos quais prometia não só condescender a que se povoaassem os sertões que a seu respeito se despovoaram, senão que com seus soldados ajudaria a fazer currais e casas para se meterem gados nas terras em que habitam, como o haviam feito os do Açu. E com isso o dito capitão-mor lhe deu perdão dos seus erros passados e lhes seguiu a paz que pediam tudo em nome do governador e capitão-general deste Estado, dom João de Lencastro, e conforme sua ordem que para isto tinha. Porém, com as condições contidas nos capítulos seguintes:

1.º que descendo dos sertões às nossas povoações, não poderão trazer armas mais até o sítio que chamam de Paupã ou da Pirutuba ou do Jacu, e vindo pela praia até a barra do Ceará Mirim;

2.º que com os brancos que vão para o sertão do Açu ou para donde eles habitam a enviar seus gados terão toda a conformidade e os ajudarão para os benefícios dos mesmos gados e condução deles pagando-lhes o seu trabalho;

3.º que se alguma outra nação se rebelar ou desobedecer, irão com os brancos a fazer-lhes guerra até os reduzirem à nossa obediência;

4.º que não consentirão em sua companhia os escravos fugidos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e se lhe pagará a sua diligência;

5.º que porquanto entre nós vive alguma gente da sua nação, machos e fêmeas, já domésticos, catequizados e batizados, que não pretenderão levá-los consigo para o sertão por não ser justo que sendo batizados e filhos da Igreja tornem ao barbarismo de que saíram maiormente porque estão todos voluntariamente contentes e satisfeitos na companhia dos brancos.

E porque na sua rudeza pode haver alguma incapacidade de aceitarem estas condições lhes disse o dito capitão-mor que nomeassem um branco seu amigo e confidente para em seu nome aceitar as ditas condições e prometerem a observância delas, o qual elegeu o capitão Antônio Alves Correia, seu condutor a quem buscaram por ser seu conhecido antigo por ter terras adonde é sua habitação e haver nelas tido gados que com o levante da guerra do dito

gentio se destruíram, o qual vendo serem as condições todas racionais e toleráveis as aceitou e assinou este tratado em seu nome em que também assinou como uma cruz o dito rei Peca e um seu irmão por nome o capitão João Pinto Correia. E de tudo mandou o dito capitão-mor fazer este assento e que se registrasse donde toca. Manuel Eusébio da Costa o fez no ano de mil seiscientos e noventa e sete. Bernardo Vieira de Melo, cruz do Peca, cruz de João Pinto Correia, Antônio Álvares Correia. O qual eu Manuel Eusébio da Costa translatei bem e fielmente do próprio que está lançado no livro seguindo dos registros da secretaria deste governo do Rio Grande a folhas cento e quinze e verso a que me reporto.

AHU, Rio Grande, caixa 1, 40.

Anexo 5

O terço do mestre-de-campo

Manuel Álvares de Moraes Navarro em 1698

- (1) companhia do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro: Antônio Ribeiro Garcia (sargento-mor, substituído por José de Moraes Navarro), frei Antônio de Jesus (capelão), Francisco Fajardo Barros (ajudante do número), Roque Nogueira (ajudante do número), Manuel Nunes de Azevedo (ajudante supra), Inácio de Távora (ajudante supra), Domingos do Prado (alferes, morto), Domingos das Neves Ribeiro (sargento do número), Francisco Nunes de Siqueira (sargento supra), João do Prado (cabo), Salvador Dias (cabo), Jacinto (tambor), e os soldados: Domingos João, José de Sousa, Domingos de Moraes Navarro, João Rodrigues, Antônio Ribeiro, Manuel da Costa, Francisco, José Leite, Manuel Simões, Inácio Nogueira, Damásio Rodrigues, Francisco Mendes, Lourenço Barbosa, Inácio Ferreira, Sebastião Gago, Ascenso Ferreira, Leonel de Abreu.
- (2) companhia do capitão Bento Nunes de Siqueira: Simão Ribeiro (alferes), Francisco de Carata (sargento do número), Marçal Galhardo (sargento supra), Manuel Nobre de Mendonça (cabo), Antônio (tambor), e os soldados: Tomé Nunes, Geraldo de Carvalho, Cirilo Pereira, Gonçalo Gomes, Gonçalo Rodrigues, José Alves, André de Bitancor, Antônio Nunes.
- (3) companhia do capitão José Porrate de Moraes Castro: Manuel Pedroso (alferes), Antônio Cabral (sargento), Antônio do Couto (sargento), André (tambor), e os soldados: Gonçalo Mendes de Moraes, Manuel Rosado, Domingos Rosado, João Pires, Sebastião Nunes, Bernardo, Francisco do Couto.
- (4) companhia do capitão José de Moraes Navarro: Francisco Antunes (alferes), Agostinho Góis Meneses (sargento do número), Bento Meira Barros (sargento supra), Agostinho Rondon (cabo), José Dias Duarte (cabo), Francisco (tambor), e os soldados: Francisco da Costa, Anastácio Álvares, Manuel Marques, Francisco Álvares, Manuel, Domingos Soares, José Luís, Francisco de Aguiar, Manuel da Costa Viana, João Barbosa, João Mendes, Afonso Dias, Salvador Rodrigues Góis, João Rodrigues, Salvador Álvares, Sebastião Pereira Lobo.
- (5) companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho: Marcelino de Oliveira (alferes), Manuel do Prado (sargento), Estêvão de Barcelos Machado (sargento), Manuel Cabral (cabo), "desconhecido" (tambor), e os soldados: Sebastião Gonçalves, Ambósio de Avâncio, Miguel Domingues, João Antunes, Simão da Costa, Manuel da Costa, Antônio da Cunha, Francisco Borges do Prado, Amaro Lopes Maciel, Gaspar Gomes, João de Góis, Luís Gomes, Francisco Pereira da Costa, Jerônimo de França Gaia, Roque da Costa, Pedro dos Santos Resende, Antônio Pais Barreto, Alberto Rodrigues, Antônio das Neves Loureiro, Brás Rodrigues Gato, Antônio Tavares de Oliveira, Lucas Antunes, Dom Pedro.
- (6) companhia do capitão Antônio Raposo Barreto: Diogo Barbosa (alferes), Marcus de Oliveira (sargento), Clemente de Cardoso (sargento, morto), José Ribeiro (cabo), Manuel Mendes (cabo), Manuel Raposo (tambor), e os soldados: Diogo Moreira, Gonçalo Silva, João Marques, Francisco Barbosa, Francisco Pires, João de Cubas, João Lopes, Apolinário Martins, José da Cruz da Apresentação, Eliseu de Macedo, Lázaro, Antônio, Amaro, Francisco, Antônio.
- (7) companhia do capitão Salvador de Amorim e Oliveira: Francisco Ribeiro (alferes), Antônio Pinheiro (sargento do número), Silvestre Marques (sargento supra), "desconhecido" (tambor), e os soldados: Domingos Francisco da Silva, Antônio Gonçalves Machado, Antônio da Silva, João de Sousa da Fonseca, Pascoal Gonçalves, Mateus Marinho, Mateus Gonçalves, Manuel de Aguiar, Bento Rodrigues, João Nunes de Siqueira, José Raposo, Tomás do Prado, Rodrigues Dias, Gregório Barbosa, Leandro da Cunha, Antônio da Silva, Domingos da Costa, Gabriel, Baltasar, Valentim, Domingos, Domingos.

(8) companhia do capitão Francisco Lemos Matoso: Antônio Simões Moreira (alferes), Francisco Antunes (sargento do número), Manuel Pereira da Costa (sargento supra), Antônio (tambor), e os soldados: Manuel de Lemos, Antônio de Azevedo Raposo, João de Medina, Manuel Delgado, João Nunes Sobrinho, João de Lemos do Prado, Manuel Soveral, Antônio de Mesquita, Manuel Mendes, Francisco Preto Rondon, Gaspar Rodrigues, Antônio Bonete, Donato Bonete, Diogo de Braga, Diogo Lobo de Oliveira, João Lobo de Oliveira, Domingos de Uzeda de Moraes, Manuel Cardoso, Miguel Cardoso de Siqueira, Manuel Ferreira, Francisco de Candia, Marcelino Bonete.

(9) companhia do capitão Antônio Gago de Oliveira: Salvador de Siqueira Rondon (alferes), Manuel Luís Correia (sargento do número), Martinho Vaz (sargento supra), Luís Nunes (cabo), André da Silva (cabo), Gaspar (tambor), e os soldados: Antônio de Siqueira, João Mateus Rondon, João Batista Aranha, Silvestre, João Dias, Antônio Dias, Celestino da Costa, João de Almeida, José de Andrade, José Dias, Simão de Brito, Miguel.

(10) companhia do capitão Manuel de Siqueira Rondon: Antônio Pereira Brito (alferes), André de Carvalho (cabo), "desconhecido" (tambor), e os soldados: Bernardo Batista, Domingos Morato de Bitancor, Francisco Martins Pereira, Manuel de Góis Homem, Manuel Carneiro do Couto, João Pereira, Antônio Gonçalves Pereira, Pedro da Silveira, Domingos da Maia, Manuel Pais, João Pereira, Domingos de Araújo, Sebastião Correia, Paulino Riscardo, Lázaro Gomes, Simão da Costa, Salvador Pequeno, Diogo, Pedro de Siqueira, Inácio Delgado.

Fonte: Lista dos soldados do terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro (1698). IHGRN, caixa 89; e a Lista dos assentados na companhia do capitão Manuel da Mata Coutinho (1698). IHGRN, caixa 65.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) / LISBOA

Códices: 49; 84; 85; 86; 93; 95; 112; 118; 119; 120; 122; 123; 124; 245; 246; 252; 253; 256; 257; 258; 265; 266; 275; e 276.

Papéis avulsos (caixas): Bahia, 2 e 3; Rio Grande do Norte, 1, 2 e 3; Paraíba, 4 e 6; Ceará, 1 e 2; Piauí, 1; Pernambuco, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 20.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB) / SALVADOR

Códices da seção colonial: 147 (cartas do governo a várias autoridades [registros], 1613-1663); 148 (cartas do governo a várias autoridades [da capitania da Bahia], 1697-1704); e 135-1 (cartas do governo a Sua Majestade, 1654-1665).

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (BNL) / LISBOA

Coleção Pombalina: códices 115 ("Livro dos assentos da Junta das Missões, cartas ordinárias, ordens e bandos que se escreveram em Pernambuco ao tempo do governador Félix José Machado", 1712-1715) e 239 (portarias, ordens, bandos, editais etc. sendo governador d. Antônio Félix Machado, marquês de Montebelo, 1690-1693).

BIBLIOTECA DO PALÁCIO DA AJUDA (AJUDA) / LISBOA

Documentos relativos ao Brasil: 51 V 42; 54 XIII 16; e 54 XII 4 52.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PARIS (BNP) / PARIS

Manuscritos portugueses: códices 28 e 30.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN) / NATAL

Cartas: 2, 34, 65, 75, 89, e 99.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) / SÃO PAULO

Coleção de Yan de Almeida Prado: código 4 A 25.

BIBLIOTECA SR. JOSÉ MINDLIN / SÃO PAULO

Collection de la Mission des indiens Kariris du Brésil situés sur le Grand fleuve de S.

François du costé du Sud a 7 degrés de la ligne Equinotiale. Le 12 septembre 1702, pour F. Bernard de Nantes, capucin predicateur missionnaire appliqué.

2. Fontes impressas

- Atas da Câmara da Vila de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1914-, vários vols.
- ABBÉVILLE, Claude d'. *Histoire de la mission des pères capucins en l'île de Maragnon et terres circonvoisines*. Paris, 1614.
- ANCHETTA, José de. Informação do Brasil e de suas capitanias (1584). In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p. 310.
- . *Arte da gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antônio Mariz, 1595.
- ANTONIL, Pe. André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas, etc.* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.
- ARAÚJO, Antônio de. *Catecismo brasileiro da doutrina cristã* (1618). Lisboa: na oficina de M. Deslandes, 1656.
- BARÃO DE STUART (ed.). Documentos relativos ao mestre-de-campo Morais Navarro. Notícias para um capítulo novo da história cearense. *RHGC*, 30:350-64, 1916 e 31:162-223, 1917.
- BARILEUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau* (1647). Trad. port. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.
- BARO, Roulox. *Relação da viagem ao país dos tapuias* (1647). Trad. port. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
- BECK, Marias. Carta de Beck que trata do Ceará, Barbados, 8/10/1654. *RHGC*, 82:195-6, 1964.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). 2.ª ed. integral segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- CALADO, Frei Manoel. *O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade* (1648). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1987.
- CALDAS, José Antônio. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia (1759). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, 29:3-444, 1931.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil* (1590). São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.
- Cartas tupis dos Camarões. Trad. port. Alfredo de Carvalho. *RIAP*, 68:281-305, 1906.
- CASAL, Manuel Ayres do. *Corografia brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817). São Paulo: Edições Cultura, 1943.
- Catechisme du Concile de Trente* (1566). Trad. franc. Paris: Éditions Dominique Martin Morin, 1984.
- Código Filipino ou ordenações e lei do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'el-rei D. Phelipe I*. 14.ª edição preparada por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 2 vols. 1870.
- CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da. *Claustro franciscano*. Lisboa, 1740.
- . *Primazia seráfica na região da América*. Lisboa, 1733.
- Correspondência do governador D. Diogo de Meneses (1598-1612). *ABN*, 57:29-81, 1935.

- COELHO, Domingos de Loreto. *Desagravo do Brasil e glórias de Pernambuco* (1757). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- DA ILHA, Manuel (OFM). *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil: 1584-1621*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- DE LAET, Johannes. *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* (1644). Trad. port. José Higino & Pedro Souto Maior. *ABN*, 30, 33, 38 e 41-2, 1912-1919/20.
- Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*. Lisboa: na oficina de Miguel Rodrigues, 1758.
- Documentação ultramarina portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 3 vols., 1962.
- Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da câmara e cartas do senado*. Salvador: Prefeitura do Município, 1947-, vários vols.
- Documentos históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1928-1955, 110 vols.
- Dois índios notáveis e parentes próximos (cartas de Poti e Camarão). Edição e trad. port. Pedro Souto Maior. *RIAP*, 26:61-72, 1912.
- EVREUX, Yves d'. *Suite de l'histoire des choses les plus mémorables advenues à Maragnon*. Paris, 1615.
- FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges. Nobiliarchia pernambucana (1748). *ABN*, 47, 1925.
- FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. Lisboa: Oficina de Joam Galram, 1675.
- GUERREIRO, Fernão. *Relação anual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné, nos anos e 1602-1603*. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1605.
- HERCKMAN, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba (1634). Trad. port. *RIAP*, 31:239, 1886.
- HULK, Gerrit Gerbrantsz. Een korte beschrijvinge, vande Staponjers in Brasiel, Van haer Leven, Doop, Houwelijck ende wonder Wercken (1635) (Uma breve descrição dos tapuias no Brasil, da sua vida, batismo, matrimônio e feitos milagrosos), panfleto traduzido e publicado por Frans Leonard Schalkwijk. Tapuias no Rio Grande do Norte no tempo dos flamengos. *RIAP*, LVIII:305-20, 1993.
- Informação geral da capitania de Pernambuco (século XVIII). *ABN*, 28, 1906.
- JABOATÃO, Frei Francisco St. Maria. *Orbe serafico novo brasileiro*. Lisboa: Oficina de Antônio Vicente da Silva, 1761.
- LEME, Pedro Tâques de Almeida Paes. *Informação sobre as minas de São Paulo* (1772). São Paulo: Melhoramentos, sd.
- . *Nobiliarchia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1980, 3 vols.
- Livro primeiro do governo do Brasil* (1607-1633). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores (edição diplomática), 1958.
- MADRE DE DEUS, frei Gaspar. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje chamada São Paulo* (1797). São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1975.
- MAMIANI, Luiz Vicenzo. *Arte de gramatica da lingua brasileira da nação kiriri*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1699.
- . *Catecismo da doutrina cristã na lingua brasileira da nação kiriri*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1698.
- MELLO, J. A. Gonsalves de (ed.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. [Vol. 1 Eco-

- nomia açucareira] e [Vol. 2 A administração da conquista]. Trad. port. Recife: MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981.
- . *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Recife: Instituto de Ciências do Homem, 1966.
- MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses* (1651), trad. port., Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
- NANTES, Bernardo de. *Katerismo índio da língua kariri*. Lisboa: na oficina de Valentim da Costa, 1707.
- NANTES, Martin de. *Relation succincte et sincere de la mission du pere. . . prêcheur capucin, missionnaire apostolique dans le Bresil parmy les indiens appelés cariris*. Quimper: Jean Perier, 1706.
- NASSAU, J. M. de; DUSSEN, Adriaen van der & CEULLEN, M. van. Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil, escrito por. . . (1638). In: J. A. Gonsalves de Mello (ed.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Trad. port. Recife: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1981, vol. 1.
- NIEUHOFF, Joan. *Memória da viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1682). Trad. port. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- NOBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988. Notícia que dão os padres da Congregação de Pernambuco acerca da sua congregação desde a sua ereção (séc. XVIII). Edição e introdução por José Antônio Gonsalves de Mello. *RIAP*, 52:41-143, 1984.
- PENHA DO ROSÁRIO, pe. Manuel da. *Questões apologéticas* (1773). Publicado por José Pereira da Silva. Língua vulgar versus língua portuguesa. *ABN*, 113:7-62, 1993.
- PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o sr. governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho etc. (1690). *RIAP*, 51:257-300, 1979.
- Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, denúncias de Pernambuco* (1593-1595), pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.
- RAU, Virginia (ed.). *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: UC, 1956, 2 vols.
- Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais (1629). Trad. port. *RIAP*, 31:289-310, 1886.
- Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1917-1923, 20 vols.
- ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 de seu descobrimento até ao de 1724* (1730). São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1976.
- Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí (século XVIII). *RIHGB*, LXII:60-161, 1900.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627* (1627). São Paulo/Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia, 1982.
- SERRA, João Lopes. Vida o panegírico fúnebre al senhor Affonso Furtado Castro do Rio Mendonça, Bahia, 1676. Publicado por Stuart Schwartz. *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, p. 31-156.
- SILVA, Manuel Cicero Peregrino da (ed.). Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste do Brasil. *ABN*, 26, 1905.
- SILVA, J. Justino de Andrade e. *Coleção cronológica da legislação portuguesa*. Lisboa: edição do autor, 10 vols., 1954-59.

- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*, em 1587. *RIHGB*, XVI:1-330, 1851.
- STUDART, Barão de (ed.). Documentos relativos ao mestre-de-campo Moraes Navarro. Notícias para um capítulo novo da história cearense. *RIHGC*, 30:350-64, 1916 e 31:162-223, 1917.
- . *Documentos para a história de Martin Soares Moreno*. Fortaleza, 1905.
- . *Documentos para a História do Brasil, e especialmente a do Ceará (1608-1625)*. Fortaleza: s.e., 4 vols., 1904-21.
- Três documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Instituto do Ceará/Departamento de Imprensa Oficial, 1967. Contém uma relação do Maranhão (1608); a relação do Ceará de Martin Soares Moreno (1618); e o Diário de Matias Beck (1649).
- Uma Assembléia de índios em Pernambuco em 1645: documento inédito. Edição e trad. port. Pedro Souto Maior. *RIAP*, 15:61-77, 1912.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus* (1663). Petrópolis: Vozes, 1977, 2 vols.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. *História do Brasil: 1500-1627* (1627). São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982.
- VIEIRA, Pe. Antônio. Relação da missão da serra de Ibiapaba. In: *Vozes saudosas da eloquência, do espírito do zelo e eminente sabedoria do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa: oficina de Miguel Deslandes, 1688, p. 3-89.
- . Sermão da visitação de Nossa Senhora, no Hospital da Misericórdia da Bahia (1640). In: *Sermões do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa: oficina de Miguel Deslandes, 1690, Sexta parte, p. 386-415.
- . *Cartas do padre Antônio Vieira* (ed. J. L. de Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 3 vols., 1925-26.
- . *Cartas* [seleção de Novais Teixeira]. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1949.
- . *Escritos instrumentais sobre os Índios*, (1655) São Paulo: Educ, 1992.
- WAGENER, Zacarias. *Zoobiblion livro de animais do Brasil* (1634-1641). Trad. port. São Paulo, 1964.

3. Livros, teses e artigos citados

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial* (1907) & *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1963.
- ABREU, Sylvio Fróes de. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- ABREU, Sylvio Fróes de. *Recursos minerais do Brasil*. Vol. 1, 2.ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: a força política do senhor de engenho. Cadernos de História 7*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Departamento de História/ Divisão de Pesquisa Histórica, 1989.
- ADAM, Lucien. *Materiaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille kariri*. Paris: J. Maisonneuve, 1897.
- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços de guerra holandesa (a propósito de um sermão de padre Antônio Vieira)*. Recife: UFPE, 1968.
- ALDEN, Dauril (org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 19:68-72, dezembro de 1987.

- . O aprendizado da colonização. *Economia e Sociedade*, Campinas: HE-Unicamp, 1:135-62, 1992.
- . Peste e mortandades na formação do mercado de trabalho brasileiro. In: Antônio Risério (org.), *Invenção do Brasil*. Salvador: MADE, 1997, p. 33-8.
- . *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Tese de livre-docência. Campinas: Unicamp, 1994.
- ALMEIDA, Horácio de. Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros. *RIHGB*, 316:407-33, 1977.
- . *História da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.
- ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: EDUNB, 1997.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Typ. Minerva, 2.^a ed. Anotada por José Aurélio Câmara (1867), 1958.
- ARAÚJO, Antônio Gomes de. *Povoamento do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1973.
- ARAÚJO, G. Oliveira e L. Salitre na Bahia. *Boletim da Direção de Fomento da Produção Mineral*, 66, 1945.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 33:26, 1959.
- AZEVEDO, Marta M. & FONSECHI, Gislaine. Os índios e o censo demográfico de 1991. *Boletim da ABA*, Campinas, 29:15-30, 1998.
- BARBALHO, Gilberto Guerreiro. *História do município de São José de Mipibu*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora NAP, 1960.
- BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- . *Margem da história bahiana*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1934.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. Política indigenista no Brasil Colonial, 1570-1750. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 29:49-60, 1988.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões — política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BESTARD, Joan & CONTRERAS, Jesús. *Bárbaros, paganos, salvajes y primitivos. Una introducción a la antropología*. Barcelona: Barcanova, 1987.
- BETHEL, Leslie (ed.). *História da América Latina* (1984). Trad. port. São Paulo: Edusp, 1998, vol. 1 (América Latina Colonial).
- BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. *RIHGB*, XVI, 1902.
- BLACK, Jeremy. *A Military Revolution? Military Change and European Society, 1550-1800*. Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1991.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1681-1721*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1995.
- BOOGAART, E. van den. The Slow Progress of Colonial Civility Indians in the Pictorial Record of Dutch Brazil, 1637-1644. In: *La imagen del indio en la Europa Moderna*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 389-403.
- (ed.). *A Humanist Prince in Europe and Brazil. Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1676. Essays on the Occasion of the Tercentenary of His Death*. The Hague: The Johan Maurits Nassau-Siegen Stichting, 1979.

- BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão ibérica (1470-1770)*. Trad. port. Lisboa: Edições 70, 1981 (1969).
- . *The Dutch in Brazil, 1624-1654*. Oxford, 1959.
- . *The Golden Age of Brazil. Growing Pains of a Colonial Society, 1695-1750* (1962). Lisboa: Carcanet Press / FCG, 1995.
- . *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*. Londres: Hutchinson, 1969.
- . *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*, trad. port. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1973.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência pessoal*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979, 3 tomos.
- . *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. Trad. port. Lisboa: Martins Fontes, 1984, 2 vols.
- BROCHADO, J. J. Proenza. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Ph.D. thesis. Urbana: University of Illinois, 1984.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.
- . *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- CAIÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e a sua legislação*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.
- CANABRAVA, Alice P. João Antônio Andreoni e sua obra. In: ANDREONI, J. A. *Cultura e opulência do Brasil, 1711*. 8.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CARRARA JÚNIOR, Ernesto Carrara Júnior & MEIRELLES, Hélio. *A indústria química e o desenvolvimento do Brasil, 1500-1889*. São Paulo: Metalivros, 1996, 2 tomos.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989.
- CARVALHO, Alfredo de. *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro/Paulo: Pongetti & Cia., 1929.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- . *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. Rio Grande e Açu. *RIHGB*, 232:167-84, 1956.
- CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 35:21-74, 1992.
- CESINALE, Rocco da. *Storia delle missioni dei cappuccini*. Paris: P. Lethielleux, Librajo-Editore, 1867-1873, 3 vols.
- CIPOLLA, Carlo M. *Guns and Sail in the Early Phase of European Expansion, 1400-1700*. Londres: William Collins & Co., 1965.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal, o profetismo tupi-guarani*. Trad. port. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- COHEN, R. & MIDDLETON, J. *Comparative Political Systems: Studies in the Politics of Pre-industrial Societies*. Garden City: Natural History Press, 1967. Artigo de Sahlins.
- COMBÈS, Isabelle. *La tragédie canibale chez les anciens tupi-guaranis*. Paris: PUF, 1992.
- CORDEIRO, J. P. Leite. *São Paulo e a invasão holandesa no Brasil*. São Paulo: s.e., 1944.

- CORDEIRO, José. *Os índios no Siará: massacre e resistência*. Fortaleza: Hoje, 1989.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1935. 2 vols.
- CORTESÃO, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- . *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, sd.
- COSTA, E. A. Pereira da. *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual/Secretaria da Justiça, 1976.
- . *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 10 vols., 1951-58.
- COSTA, Luís Monteiro da. *Na Bahia colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador: Livraria Progresso, 1958.
- COUETO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CUNHA, Amadeu. *Sertão e fronteiras no Brasil, notícia da época colonial*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC-SP/Cia. das Letras, 1992.
- . *Antropologia no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.
- D'ALENCASTRE, Pereira. Memória cronológica, histórica e coreográfica da província do Piauí (1855). *RIHGB*, 20:18-9, 1857.
- DA NEMBRO, Metodjo (OFM cap). *Storia dell'attività missionaria dei Minori cappuccini nel Brasile, 1538-1889*. Roma: Institutum Historicum Ordinis Fratrum Minorum Cappuccinorum, 1958.
- DEMARQUET, Sônia de Almeida. Apontamentos para o estudos da política indigenista no Brasil-Colônia, séculos XVI-XVII. *Nordeste Indígena*, Recife: Funai, 1:13-30, 1988.
- DENEVAN, William (org.). *The Native Populations of the Americas in 1492*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.
- DIAS, A. Gonçalves. Catálogo dos capitão-mor e governadores da capitania do RGN. *RIHGB*, XVII:22-56, 1854.
- DIAS, Eduardo. Para a história dos Ávila da Bahia, *Anais do 1.º Congresso de História da Bahia*. Vol. II, Salvador, 1950.
- DICKASON, Olive Patricia. *The Myth of the Savage and the Beginnings of French Colonialism in the Americas*. Edmonton: University of Alberta Press, 1984.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- DUIVERGER, Christian. *La conversion des indiens de Nouvelle Espagne*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- EIDELWEISS, Frederico G. *Frei Martinho de Nantes, capuchinho bretão, missionário e cronista em terras bahianas*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1979.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Globo Editora Nacional, 1936.
- . *O ouro e a paulistânia*. São Paulo: Boletim da FFCL, 1948.
- . *Resumo da história de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Brasil, 1942.
- ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmures (subsídios para a sua história)*. vol. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976 (1958).
- FARGE, Nadia. *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs, 1991.

- FARIA, Francisco Leite de. A situação de Angola apreciada em Madrid em 1643. *Portugal em África, revista cultural missionária*, 2.ª série, IX, 1952.
- . Frei João de Santiago e sua relação sobre os capuchinhos no Congo. *Portugal em África, revista cultural missionária*, 2.ª série, IX, 1952 e X, 1953.
- . Os barbadinhos franceses e a Restauração pernambucana. *Brasília, Coimbra*, IX:43-131, 1955.
- . Os barbadinhos italianos em São Tomé de 1714 a 1794. *Portugal em África, revista cultural missionária*, 2.ª série, XI, 1954 e XII, 1955.
- . O padre Bernardo de Nantes e as missões dos capuchinhos franceses na região do rio São Francisco. *Actas do 1.º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, vol. II, p. 4-49, 1965.
- . Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português. *Actas da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1979, p. 161-80.
- FERGUSON, R. Brian & WHITEHEAD, Neil L. (eds.). *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. New Mexico: School of American Research Press, 1992.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: *Círculo fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 11-63.
- . Os tupi e a reação tribal à conquista. In: *A investigação etnológica e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- . Resultados de um balanço crítico sobre a contribuição etnográfica dos cronistas. In: *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das Ciências Sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958, p. 79-177.
- . *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1970.
- . *A organização social dos tupinambás*. São Paulo: Difel, 1963.
- FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Crato: Veritas, 1966.
- FIGUEIREDO, Lima. *Índios do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. *Revolts, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1997.
- FREITAS, Afonso A. de. Distribuição geográfica das tribos na época do descobrimento. *RIHGB*, Tomo especial 2:491-510, Rio de Janeiro, 1915.
- FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* (1933). 6.ª edição. São Paulo: José Olympio Editora, 1950.
- . *Nordeste*. São Paulo: José Olympio Editora, 1951.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* (1959), 3.ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- GANDIA, Henrique de. *Francisco de Vitoria y el Nuevo Mundo*. Buenos Aires: Ed. Vasca Ekin, 1952.
- GARCIA, Rodolfo. *História política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- GOULART, José Alípio. *O Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965, 2 vols.
- . *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.
- GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1992.

- GRUZINSKI, Serge. *La colonization de l'imaginaire. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol*. Paris: Gallimard, 1988.
- GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1962.
- HANKE, Lewis. *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.
- HENNING, John. *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- HESPAHIA, António Manoel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Pedro Ferreira Artes Gráficas, 1986.
- HÖFFNER, Joseph. *Colonização e Evangelho: ética da colonização espanhola no Século de Ouro*. Trad. port. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- HOENTHAL, W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. *RMP*, 12, 1960.
- . Little Known Groups of Indians Reported in 1696 on the rio São Francisco, in Northeastern Brazil. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 41(1):31-41, 1952.
- . Notes on the Shucurú Indians of Serra de Ararobá, Pernambuco, Brazil. *RMP*, 8:93-164, 1954.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1957.
- . *Monções*. 3.ª edição ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . *Raízes do Brasil*, (1936), 17.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1984.
- . *Visões do Paraíso* (1958), 3.ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 1 e 2, 1968.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil*. Tomo 2. Petrópolis: Vozes, 1971.
- HOWER, Alfred (ed.). *Empire in Transition: the Portuguese World in the Times of Camões*. Gainesville: University of Florida Press, 1985.
- ILHA, Manuel da (OFM). *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil: 1584-1621*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1892.
- JONES, W. R. The Image of the Barbarian in Medieval Europe. *Comparative Studies in Society and History*, 13:376-407, 1971.
- KAPSNER, Oliver. The Benedictines in Brazil. *The American Benedictine Review*, 28:2, 113-32, June 1977.
- KIEMEN, Mathias C. The Conselho Ultramarino's First Legislative Attempts to Solve the Indian Question in America, 1643-1647. *The Americas*, 14(3):259-71, January 1958.
- . *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington: Catholic University of America Press, 1954.
- La Bretagne, le Portugal, Le Brésil: actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du Portugais. Université de Haute Bretagne/Université de Bretagne Occidentale/Université de Nantes, 1977.
- LAFAYE, Jacques. Église catholique et l'esclavage des indiens de 1537 1708. *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, Strasbourg, 7:691-701, 1965.
- LEITE, Serafim. A liberdade dos índios no Brasil. *Ocidente*, 11(5):177-80, 1938.
- . *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10 vols, 1945.

- LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: s.e., 1912.
- LESTRINGANT, Frank. *Le canibal*. Paris: Fayard, 1994.
- . *Le huguenot et le sauvage, l'Amérique et la controverse coloniale, en France, au temps des guerres des religions, 1555-1589*. Paris: Aux Amateurs des Livres, 1990.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O decassamento do Piauí*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.
- LIMA, Ébion de. *A Congregação do Oratório no Brasil*. Petrópolis, 1980.
- LINDOSO, Dirceu. Na aldeia de Ia-ti-lhá (etnografia dos índios tapuias do Nordeste). *ABN*, 11:21-45, 1991.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1949.
- LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 1999.
- LORETO, Altiar. *Capítulos de história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1946.
- LOUKOTKA, Cestmir. Les langues non-tupi du Brésil du Nord-est. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, 1955.
- LOWIE, Robert H. The Cariri. *Handbook of South American Indians*. Washington, 1:557-9, 1946.
- . The Tarairiu. *Handbook of South American Indians*, Washington, 1:543-56, 1946.
- LYRA, Augusto Tavares de. O domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte. *Actas do Primeiro Congresso de História Nacional*. RJ, IHGB, 1916, vol. 1, p. 439-506.
- MACCOMARCK, Sabine. The Heart Has Its Reasons: Predicaments of Missionary Christianity in Early Colonial Peru. *HAHR*, 65:446-8, 1985.
- MACHADO, Aníbal. *A ruína da Lagoa Santa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1935.
- MAHN-LOT, Marianne. *Bartolomé de Las Casas et le droit des indiens*. Paris: Payot, 1982.
- MAIOR, Pedro Souto. Fastos pernambucanos. *RIHGB*, LXXV:259-505, 1912.
- MANUEL DA ILHA (OFM). *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil: 1584-1621*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil*. Trad. port. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.
- MARTIUS, Carl F. P. Von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerikas, I zur Ethnographie, II zur Sprachkunde*. Leipzig, 1863-1867.
- . *Estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Trad. port. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAURO, Frédéric. *Expansão européia, 1600-1870*. Trad. port. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1980.
- . *Nova História e Novo Mundo*. Trad. port. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- . *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Trad. port. Lisboa: Estampa, 1989, 2. v.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- . *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEADDER, Robert E. *Índios do Nordeste, levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro*. Trad. port. Brasília: Summer Institut of Linguistics, 1978.

- MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os tarairius, extintos tapuias do Nordeste. *RIHGB*, 358:57-72, 1988.
- . Os tarairius, o Rio Grande do Norte e a Guerra dos Bárbaros. *Nordeste Indígena*. Recife: Funai, 2:83-6, 1991.
- . *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- . *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Editora do Senado, 1984.
- . *No rastro dos flamengos*. Natal: Fundação José Augusto, 1989.
- . *O terço dos paulistas do Mestre de Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros*. Mossoró: s.e., 1987.
- MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista. O caso dos oratorianos de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa: Idéia, 1993.
- MEDEIROS, Tarcísio. Bernardo Vieira de Melo e a Guerra dos Bárbaros. *RIHGB*, 59:61:25-51, 1967-69.
- MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP-Serviço de Documentação, 1960.
- MELLO, Alexandre & Nilva R. *Paulistas nas lutas coloniais do Nordeste*. São Paulo: s.e., 1986.
- MELLO, Ceres Rodrigues. O sertão nordestino e suas permanências (séc. XVI-XIX). *RIHGB*, 356:283-437, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- . *O nome e o sangue*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- . *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975.
- . *Rubro críio*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.
- MELLO, J. A. Gonsalves de. Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho (1689-1690). *RIAP*, 51, 1979.
- . Brito Freyre, sua história e Pernambuco. In: FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da guerra brasileira*. Edição fac-similar. Recife: SEC/GEPE, 1977.
- . *Gente da nação*. Recife: Fundaj/Massangana, 1990.
- . *Henrique Dias, governador dos negros, mulatos e criolos*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988.
- . *João Fernandes Vieira*. Recife: Universidade do Recife, 1954, 2 vols.
- . *Tempo dos flamengos*. Recife: BNB/SEC, 1947, 1979.
- MELLO, J. Soares de. *Fimboabas, chronica de uma revolução nativista*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1929.
- MENARD, Russel R. & SCHWARTZ, Stuart. Why African Slavery? Labor Force Transitions in Brazil, Mexico and the South Carolina Lowcountry. In: Wolfgang Binder, (ed.). *Slavery in the Americas*. Erlagen-Nürnberg: Königshausen & Neumann, 1990, p. 89-114.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/CFC, 1972, 2vols.
- METRAUX, Alfred. Les migrations historiques des tupis-guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, 19, 1927.
- . *La civilization matérielle des tribus tupi-guarani*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Gauthier, 1928.
- METZGER, Joseph (ed.). *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide Memoria Rerum*. Roma: Herder, vol. I (1622-1700), 1973, e vol. II (1700-1815), 1975.
- MIRANDA, Maria do Carmo Távares de. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife: UFPE, 1969.

- MONTEIRO, John M. (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo*. São Paulo: NIIH-USP/Fapesp, 1994.
- . Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial. *Let História*, 19:1-103, 1990.
- . From Indian to Slave: Forced Native Labor and Colonial Society in São Paulo During the 17th Century. *Slavery and Abolition*, 9(2):105-27, 1988.
- . Tupis, tapuias e a história de São Paulo — revisitando a velha questão guaiá. *Novas Estudos*, São Paulo: Cebrap, 34:125-35, novembro 1992.
- . As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência. *Brasil — nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: CINDP, 1992, p. 121-36.
- . *Negros da terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MORSE, Richard M. (ed.). *The Bandeirantes: the Historical Role of the Brazilian Pathfinders*. Nova York: Knopf, 1965.
- MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 22:59-78, 1979.
- . *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrólio Portela, 1985.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- NARDI, Jean-Baptiste. *Le tabac brésilien et ses fonctions dans l'ancien système colonial portugais, 1570-1830*. Thèse 3.^{ème} cycle. Aix-en-Provence I, 1991.
- NEMBRO, Metódio da. *Storia dell'attività missionaria dei cappuccini nel Brasile, 1538-1889*. Roma: Institutum Historicum Ordinis Fratrum Minorum Cappuccinorum, 1958.
- NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- NEVES, Fernanda I. *Fontes para o estudo da história do Nordeste*. Recife: Fundarte, 1986.
- NEVES, Luís Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.
- NIMUENDAJU, Curt. Idiomas indígenas do Brasil. *Revista de Etnologia*, Universidade Nacional de Tucumán, 2:543-618, 1932.
- . *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais do IV Simpósio da ANPUH*, 1969.
- . O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Carlos G. Mota (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, p. 57-63, 1974.
- . *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1972). São Paulo: Ilucitec, 1979.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. São Cristóvão: Artenova, 1975, vol. 1.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Fronteiras étnicas e identidades emergentes. *Tempo e Presença*, São Paulo, 270:31-4, 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- OTÁVIO, Rodrigo. *Os selvagens americanos perante o direito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- OTT, Carlos F. *Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia*. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde (publicações do Museu da Bahia 5), 1945.
- PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural. El indio americano y los orígenes de la etnología comparativa*. Trad. esp. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

- PALAZZOLO, Jacinto de. *Crônica dos capuchinhos no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- PARAISO, Maria Hilda Banqueiro. *Os Kiriri Sapuya de Pedra Branca*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos da UFBA, 1985.
- PARKER, Geoffrey. *European Soldiers 1550-1650*, 1977.
- . *La révolution militaire, la guerre et l'essor de l'Occident, 1500-1800*. Paris: Gallimard, 1993.
- PEIXOTO, Afrânio. *Martim Soares Moreno*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social* (1866-1867). São Paulo: Ed. Cultura, 1944, 2v.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. A guerra justa em Portugal no século XVI. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 5:5-10, 1990.
- . *Legislação indigenista colonial: inventário e índices*. Dissertação de mestrado. Campinas: FFC/Unicamp, 1990.
- PETRONI, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PIERSON, Donald. *O homem do São Francisco*. Rio de Janeiro: Suva, 1972, 3 tomos.
- PINTO, Estevão. *Etnologia brasileira* (fulniô — Os últimos tapuias). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
- . *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. Resistência indígena no Nordeste colonial: a Guerra dos Bárbaros. *Nordeste Indígena*, Recife: Funai, 1:67-74, 1989.
- . *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: Fundarpe, 1990.
- POMPEU Sobrinho, Thomas. Contribuição para o estudo das afinidades do Kariri. *RHIGC*, 53:221-35, 1939.
- . Línguas tapuias desconhecidas do Nordeste, alguns vocábulos inéditos. *Boletim de Antropologia*, Fortaleza, 2(1), 1958.
- . Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herkman. *RHIGC*, 48:7-28, 1934.
- . Pré-história cearense. *RHIGC*, 66:36-181, 1952.
- . As origens dos índios cariris. *RHIGC*, LXIV:314-99, 1950.
- . Sistema de parentesco dos índios cariris. *RHIGC*, LXI:163-80, 1947.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia, MARIZ, Marlene & DANTAS, Beatriz Gois (orgs.). *Documentos para a história indígena do Nordeste, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*. São Paulo: NHH-USP/Fapesp, 1994.
- PORTO, Costa. *O sistema sesmial no Brasil* (1965). Brasília, 1980.
- . *Portugal, Brasil, France: histoire et culture*, Actes du Colloque (Paris, 25-27 mars 1987). Paris: FCG — Centro Cultural Português, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), 4.^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953.
- PRADO, J. F. de Almeida. *A conquista da Paraíba (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- . *Pernambuco e as outras capitanias do Norte do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- . *Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- PRIMEIRO, Fidelis M. de. *Capuchinhos em terras de Santa Cruz nos séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Martins, 1940.
- PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do império. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 45:119-130, julho de 1996.

- . Tupi ou não tupi? In: Antônio Risério (org.). *Invenção do Brasil*. Salvador: Made, 1997, p. 49-55.
- . *A miséria sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAMINEI, L.I. Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Edusp/Zahar, 1996.
- REGNI, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador/Porto Alegre: Casa Provincial dos Capuchinhos/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, 2 vols.
- REGO, A. da Silva. *Les missions portugaises, aperçu général*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958.
- REIS, Antônio Borges dos. *Os indígenas da Bahia*. Salvador: Lit. e Typ. Reis, 1916.
- RESINES, Luis. *Catecismos americanos del siglo XVI*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1992.
- RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros. (1. Teoria do Brasil)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- . *Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Kiriri. *RMP*, 2:193-205, 1948.
- . O artigo definido e os numerais na língua kiriri. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, 2:179-211, 1942.
- . *Línguas brasileiras — para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- ROGERS, Clifford J. (ed.). *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder: Westview Press, 1995.
- ROMÁN BLANCO, Ricardo. *Las banderas, instituciones bélicas americanas*. Brasília: Edumb, 1966.
- ROUSSEAU, François. *L'idée missionnaire aux XVI^e et XVII^e siècles. Les doctrines, les méthodes, les conceptions d'organisation*. Paris: Éditions Spes, 1930.
- ROWER, Basílio (OFM). *Páginas da história franciscana no Brasil. Esboço histórico e documentado de todos os conventos e hospícios, desde 1591 a 1758, e das aldeias de índios administrados, desde 1692 a 1803*. Petrópolis: Vozes, 1957.
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS Filho, Icyurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991, 2 vols.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. Índios evangélicos no Brasil Holandês. *Etnos*, revista Brasileira de Etnohistória, Recife: NEA/NEI, 1:29-56, 1996.
- . Tapuias no Rio Grande do Norte no tempo dos flamengos. *RIAP*, LVIII:305-20, 1993.
- . *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654*. Recife: Fundarpe, 1986.
- SCHMIDT, Carlos Borges. O pão da terra. *RAM*, CLXV:127-348.
- SCHWARTZ, Stuart. Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil. *American Historical Review*, Washington, 83(1):43-79, 1978.
- . *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes, 1609-1751*. Trad. port. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- . *Segredos internos, engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. port. São Paulo: Cia. da Letras, 1988.

- (ed., introdução e notas). *A Governor and His Image in Baroque Brazil, the Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by Juan Lopes Sierra*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, p. 31-156.
- SEIXAGEM, Carlos. *Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1991 (1931).
- , Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1991 (1931).
- SEIXAGEM, Carlos. *Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal. Sesmarias cearenses (distribuição geográfica)*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Ceará, 1970.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 1990.
- SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. 2.^a edição anotada por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 6 vols., 1919-1940.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-brasileiro, 1750-1822 (volume VIII da Nova História da Expansão Portuguesa, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques)*. Lisboa: Estampa, 1985, p. 85-153.
- SIMONSEN, Roberto Coehrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820* (1937), 8.^a ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- SOARES, J. C. de Macedo. Fronteiras do Brasil no regime colonial. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1944, 9:3-239.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOLOW, Barbara L. Slavery and Colonization. In: Idem (ed.), *Slavery and the Rise of Atlantic System*. Nova York: Cambridge University Press, 1991, p. 21-42.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. port. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itaú, 1981, 3 vols.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- STEWART, Julian H. (org.). *Handbook of South American Indians*. Nova York: Cooper Square, 1963.
- STUDART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.
- , *Páginas de história e pré-história*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- STUDART, Barão de. O padre Martin de Nantes e o Coronel Dias de Ávila. *RIHGC*, XL:37-52.
- TAUBATÉ, M. R. de & PRIMEIRO, F. M. de. *Missionários capuchinhos no Brasil*. São Paulo: Imaculada Conceição, 1929.
- TAUNAY, Afonso de E. A Guerra dos Bárbaros. *RAM*, 22:1-331, 1936.
- , *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 11 vols., 1924-1950.
- , *História seiscentista da villa de São Paulo*. São Paulo: Ideal, 1926.
- THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno/Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social (anotada por Moacyr Soriano Sobrinho), 1973.
- THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. Trad. port. São Paulo: Loyola, 1982.
- THORNTON, J. K. The Art of War in Angola 1575-1680. *Comparative Studies in Society and History*, 30(2):360-78, 1988.
- THORNTON, Russel. *American Indian Holocaust and Survival: a Population History Since 1492*. Norman: University of Oklahoma Press, 1987.

- TRELEASE, Allen W. Dutch Treatment of the American Indian, with Particular Reference to New Netherland. In: Howard Peckham & Charles Gibson (org.), *Attitudes of Colonial Powers Toward the American Indians*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1969, p. 47-59.
- TRIGGER, Bruce. *Les indiens, la fourrure et les blancs. Français et amérindiens en Amérique du Nord*. Louiseville: Boréal-Seuil, 1990.
- TRUJILLO FERRARI, Os kariri, o crepúsculo de um povo sem história. *Publicações avulsas da Revista "Sociologia"*, 3. São Paulo: EPSP, 1957.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil — antes de sua separação e independência de Portugal (1854-57)* 9.^a ed. 3. vols. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- , *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editora, 1938.
- WÄCHTEL, Nathan. *La vision des caennais. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1971.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Trad. esp. Madrid: Siglo XXI, 2 vols., 1984.
- WHITEHEAD, P. J. P. & BOESEMAN, M. *Um retrato do Brasil holandês do século XVII, animais, plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.
- WILLEKE, Fr. Venâncio. A Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil através das suas estatísticas. *Studia*, 19:173-207, agosto 1966.
- , As nossas missões entre os índios cariris, 1681-1863. *Santo Antônio*, 2, 1953, 1 e 2, 1954 e 1, 1955.
- , *Missões franciscanas no Brasil, 1500-1975*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- , Livro dos Guardiões do Convento de Santo Antônio da Paraíba, 1589-1885. *Studia*, 19:173-207, dez 1966.
- WITTE, Charles Martial de. Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^eme siècle (extrait de la *Revue d'Histoire Éclesiastique*). Louvain, 1985.
- , Les lettres papales concernant l'expansion portugaise au XVI^eme siècle. *Nouvelle Revue de Science Missionnaire*. Immeuse, 1986.
- WOJTALOWICZ, Paul. The Junta de Missões/Junta de Misiones: a Comparative Study of Peripheries and Imperial Administration in Eighteenth-century Iberian Empires. *Colonial Latin American Review*, 8:225-40, 1999.
- ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: Inst. Progresso Editorial, 1948.

<i>Título</i>	<i>A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720</i>
<i>Autor</i>	Pedro Puntoni
<i>Produção</i>	Hucitec/Edusp
<i>Imagem da Capa</i>	<i>Dança dos Índios Tarairiús</i> (óleo de Albert Eckhout, 1654)
<i>Projeto da Capa</i>	Luis Díaz
<i>Projeto Gráfico</i>	Equipe Hucitec
<i>Editoração Eletrônica</i>	Ourípedes Gallene
<i>Revisão de Texto e Provas</i>	Equipe Hucitec
<i>Arte-final</i>	Julia Doi Andrea Yanaguita Tereza Harumi Kikuchi
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Daniel Maganha Guilherme Maffei Leão
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane Reimberg
<i>Formato</i>	14 x 21 cm
<i>Tipologia</i>	Casablanca 10,5/12
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 350 g/m ² (capa) Pólen Rustic Arcia 85 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	328
<i>Tiragem</i>	1500
<i>Laserfilm</i>	Hucitec
<i>Fotolito</i>	MTJ Fotolito
<i>Impressão e Acabamento</i>	Imprensa Oficial do Estado

grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa. Não obstante, do lado português, a homogeneização dos povos do sertão (os "tapuias") — em oposição não só ao mundo cristão europeu, mas aos povos tupis, habitantes do litoral — foi um dos elementos mais importantes para uma percepção unitária dos conflitos ocorridos no Nordeste. De fato, a extensa documentação colonial refere-se ao conjunto de confrontos e sublevações dos grupos tapuias do sertão nordestino como uma "Guerra dos Bárbaros", unificando, dessa maneira, situações e contextos peculiares, isto é, os lusobrasileiros viam-se enfrentando um levante geral dos povos tapuias.

A Guerra dos Bárbaros foi uma das mais longas, concorrendo com as guerras dos Palmares (1644-1695), da mesma época. De maneira diferente, não se tratava aqui de defender uma opção de resistência à escravidão e uma comunidade de escapados, mas a sobrevivência de culturas seculares, ou mesmo milenares, no território que se via invadido. Apesar de a Guerra dos Bárbaros configurar-se como um conjunto complexo e heterogêneo de batalhas, esparsas no sertão, podemos dividi-la entre os acontecimentos no Recôncavo baiano (1651-1679) e as guerras do Açu (1687-1705), na ribeira do rio deste nome no sertão do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Pedro Puntoni é doutor em história social e professor de História do Brasil na Universidade de São Paulo. É também pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Publicou, nessa mesma coleção, o livro *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*.

Estudos Históricos

Através desta coleção, visa-se a dar maior divulgação às mais recentes pesquisas realizadas entre nós, nos domínios de Clio, bem como, através de cuidadosas traduções, pôr ao alcance de um maior público leitor as mais significativas produções da historiografia mundial. No primeiro caso, já foram publicadas várias teses universitárias, que vinham circulando em edições mimeografadas; no segundo, traduções de autores como Paul Mantoux e Manuel Moreno Fraginals. Entre uns e outros, isto é, entre a historiografia brasileira e a estrangeira, a coleção também procurará divulgar trabalhos de estrangeiros sobre o Brasil, isto é, de "brasilianistas", bem como estudos brasileiros mais abrangentes, que expressem a nossa visão de mundo. Em outras etapas, projetam-se coletâneas de textos para o ensino superior. A metodologia da história deverá ser devidamente contemplada. Como se vê, o projeto é ambicioso, e se destina não apenas aos aprendizes e mestres do ofício de historiador, mas ao público cultivado em geral, que cada vez mais vai sentindo a necessidade e importância dos estudos históricos. Nem poderia ser de outra forma: conhecer o passado é a única maneira de nos libertarmos dele, isto é, destruir os seus mitos.

ISBN 85-271-0568-3



9 788527 105682

FAPESP

EDITORA HUCITEC

edusp